

ISSN 2596-2892 (edição online)  
ISSN 2446-5089 (edição impressa)

15<sup>a</sup> edição do

**ANAIS**

# CONIC

## EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.



**22 a 24 de outubro 2015**



ISSN 2596-2892 (edição online)

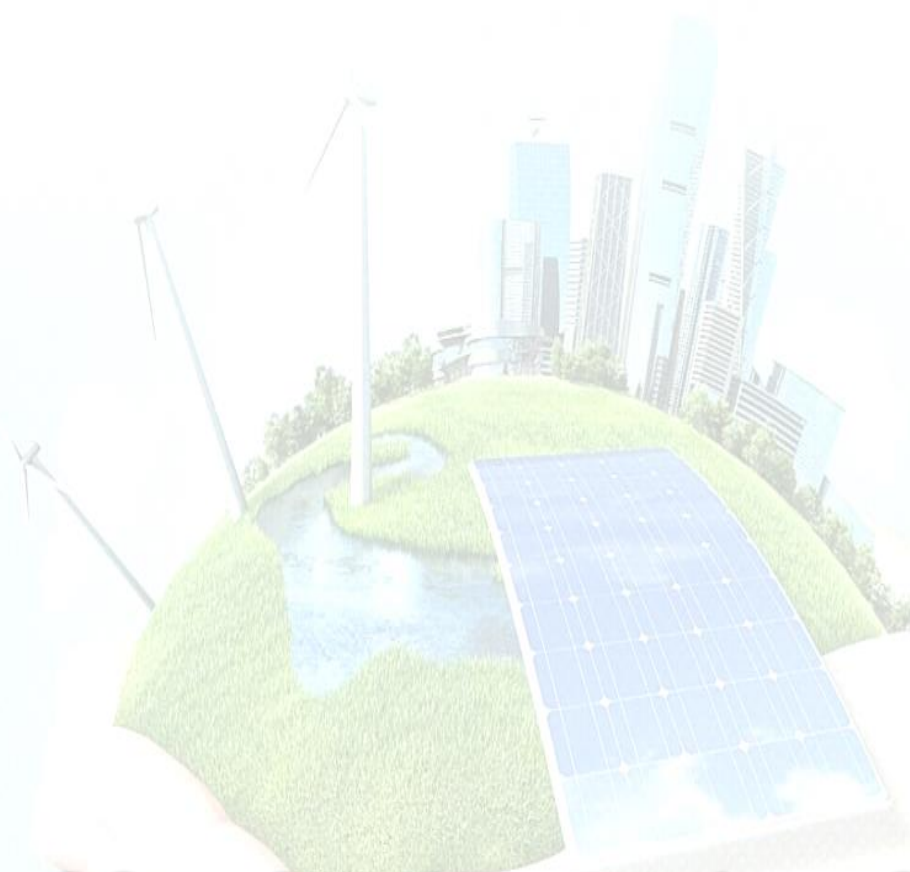
ISSN 2446-5089 (edição impressa)

15<sup>a</sup> edição do ANAIS

# CONIC

## EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Volume 1 – Ciências Sociais, Exatas e da Terra.



22 a 24 de outubro 2015



**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNI-RN:  
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**NATAL/RN  
2015**

**ANAIS DO CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CONIC:**  
**CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE – UNI-RN**  
Rua Prefeita Eliane Barros, 2000 – Tirol – Natal/RN – CEP 59.014-540  
Portal de Revistas: <http://revistas.unirn.edu.br>

**Catálogo na Publicação – Biblioteca do UNI-RN**  
**Setor de Processos Técnicos**

C759 Congresso de Iniciação Científica do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (15: 2015: Natal, RN).

Anais do Congresso de Iniciação Científica do UNI-RN: “Educação e desenvolvimento sustentável”, Natal (RN), 22 a 24 de outubro de 2015. – Natal: UNI-RN, 2015.

2 v. ( I, 368 f.; II, 645 f.)

ISSN 2596-2892 (edição online)

ISSN 2446-5089 (edição impressa)

(Ciências Sociais, Exatas e da Terra; v.1, Ciências da Saúde; v.2)

1. Educação - Resumos. 2. Saúde - Resumos. 3. Empreendedorismo - Resumos. 4. Iniciação Científica - Resumos. I. Centro Universitário do Rio Grande do Norte. II. Título.

RN/UNI-RN/BC

CDU 001(063)

Fernando Roberto Brandão da Silva (CRB 15/383)

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

CONSELHO DIRETOR E CHANCELARIA

Presidente da Liga de Ensino do RN – Dr. Manoel de Medeiros Brito  
Chanceler do UNI-RN – Dr. Manoel de Medeiros Brito

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO UNI-RN  
DIREÇÃO GERAL, ASSESSORIA E APOIO ESTRATÉGICO.

Reitoria do UNI-RN – Prof<sup>o</sup>. Daladier Pessoa Cunha Lima  
Direção Geral Adjunta – Prof<sup>a</sup>. Angela Maria Guerra Fonseca  
Assessoria do Reitor – Marjorie Gomes Nogueira  
Assessoria de Planejamento – Prof<sup>o</sup>. Alcir Veras da Silva  
Assessoria de Comunicação e Marketing – Bruno Felix de Araújo  
Secretaria Geral – Rosana Karla Pereira Caldas  
Prefeitura do Campus – Josefa Arioene Medeiros  
Biblioteca – Helena Maria da Silva Barroso

ÁREA ACADÊMICA

Pró-Reitoria Acadêmica – Prof<sup>a</sup>. Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros  
Controle Acadêmico – Patrícia Falcone Pessoa  
Núcleo Didático-Pedagógico – Prof<sup>a</sup>. Angela Maria Guerra Fonseca  
Coordenação dos Cursos de Administração e Administração com Habilitação  
em Marketing – Prof<sup>a</sup> Catarina da Silva Souza  
Coordenação do Curso de Bacharelado em Sistema de Informação e  
Licenciatura em Computação – Prof<sup>a</sup>. Livia Maria Martins da Silva  
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis – Prof<sup>o</sup>. Domingos Carvalho de  
Souza  
Coordenação do Curso de Direito – Prof<sup>o</sup>. Walber Cunha Lima  
Coordenação do Curso de Educação Física – Prof<sup>a</sup>. Vera Lúcia Bruch  
Coordenação do Curso de Enfermagem – Prof<sup>a</sup>. Rejane Millions Viana  
Meneses  
Coordenação do Curso de Fisioterapia – Prof<sup>a</sup>. Robson Alves da Silva  
Coordenação do Curso de Nutrição – Prof<sup>a</sup>. Carina Leite de Araújo Oliveira  
Coordenação do Curso de Psicologia – Prof<sup>a</sup>. Jordana Celli Bulhões Campos  
Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação – Prof<sup>o</sup>. Aluisio Alberto Dantas  
Núcleo de Extensão Universitária – Prof<sup>a</sup>. Ana Maria da Silva Souza

ÁREA ADMINISTRATIVA

Pró-Reitoria Administrativa – Prof<sup>o</sup> Édson Luiz Amaral de Oliveira  
Setor de Informática – Francisco das Chagas da Silva  
Setor de Recursos Humanos – Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola  
Rodrigues  
Setor de Contabilidade – Cláudio Cesar Formiga Barbosa  
Setor de Compras, Material e Patrimônio – Dickson Pessoa de Lima  
Setor de Serviços Gráficos – Wantoilton Albuquerque

COMISSÃO ORGANIZADORA DO XIV CONGRESSO DE INICIAÇÃO  
CIENTÍFICA

Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação  
Alúcio Alberto Dantas

Representante da Direção Geral  
Alcir Veras da Silva

Assessoria de Comunicação e Marketing  
Bruno Felix de Araújo

Biblioteca  
Helena Maria da Silva Barroso

Curso de Administração e Marketing  
Catarina da Silva Souza

Curso de Ciências Contábeis  
Domingos Carvalho de Souza

Curso de Direito  
Walber Cunha Lima

Curso de Educação Física  
Vera Lúcia Bruch

Curso de Enfermagem  
Rejane Millions Viana Meneses  
Cléa Maria da Costa Moreno

Curso de Fisioterapia  
Robson Alves da Silva  
André Luiz Silva Davim

Curso de Informática  
Lívia Maria Martins da Silva

Curso de Nutrição  
Carina Leite de Araujo Oliveira

Curso de Psicologia  
Jordana Celli Bulhões Campos  
Alessandra Silva de Oliveira Martins ...

SECRETARIA EXECUTIVA

Alcir Veras da Silva  
Aluísio Alberto Dantas  
Ana Elizabete de Lara Menezes Spindola Rodrigues  
Ana Maria da Silva Souza  
Angela Maria Guerra Fonseca  
Bruno Felix de Araújo  
Carina Leite de Araújo Oliveira  
Catarina da Silva Souza  
Cláudio Cesar Formiga Barbosa  
Dickson Pessoa de Lima  
Domingos Carvalho de Souza  
Édson Luiz Amaral de Oliveira  
Fátima Cristina de Lara Menezes Medeiros  
Francisco das Chagas da Silva  
Helena Maria da Silva Barroso  
Jordana Celli Bulhões Campos  
Josefa Arioene Medeiros Dantas  
Livia Maria Martins da Silva  
Maura Marjorie Gomes Nogueira  
Patrícia Falcone Pessoa  
Rejane Millions Viana Meneses  
Robson Alves da Silva  
Romeica Cunha Lima Rosado Batista  
Rosana Karla Pereira Caldas  
Vânia de Vasconcelos Gico  
Vera Lúcia Bruch  
Walber Cunha Lima  
Wantoilton Albuquerque

## APRESENTAÇÃO

Sinto-me feliz em fazer a Apresentação desses Anais, o qual reúne os resumos dos trabalhos expostos durante o XV Congresso de Iniciação Científica do UNI-RN. A iniciação científica no UNI-RN tem uma feição inovadora, pois a atividade compõe o próprio projeto pedagógico da Instituição. Aqui, a iniciação científica tem três objetivos básicos: a) envolver alunos e professores em ações que visem retirar os discentes da mesmice, transformando-os em pessoas aptas a buscarem novos conhecimentos, além da sala de aula; b) identificar, por meio dos resultados das pesquisas realizadas, algo que possa se transformar em benefícios práticos para a sociedade; c) incentivar a formação de futuros pesquisadores.

Mais uma vez, o CONIC 2015 foi um sucesso. O evento representa o apogeu de vários meses de trabalho, de pesquisas, de estudos, com alunos e professores em interação intelectual efetiva. Parabéns aos organizadores, aos incentivadores e, principalmente, aos autores dos trabalhos científicos e culturais apresentados durante o 15º CONIC, cujos resumos estão presentes neste compêndio, o qual é uma prova inequívoca do elevado padrão acadêmico do UNI-RN.

Natal, outubro de 2015

Daladier Pessoa Cunha Lima

Reitor do UNI-RN



## COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DOS TRABALHOS

ÁREA DE CONHECIMENTO	PROFESSORES AVALIADORES	
ADMINISTRAÇÃO	<i>Alúísio Alberto Dantas  Cristiane Clébia Barbosa  Flávio Emílio Monteiro Cavalcanti  Karina de Oliveira Costa Bezerra  Luiz Augusto M. Mendes Filho  Marcio Carvalho de Brito</i>	
CONTABILIDADE	<i>Nialy Matos  Domingos Carvalho de Souza</i>	
DIREITO	<i>Abraão Luiz Filgueira Lopes  Adriana Lambert  Alexsandre de Vasconcelos Mendes  Ana Cláudia da Costa Aguiar  Ana Eleonora de Carvalho Freire  Ana Maria de Araújo Ananias  Ana Mônica Medeiros Ferreira  Anderson Leonardo de Oliveira Brito  Andréa de Andrade Fernandes  Bruno Tavares Padilha Bezerra  Dália Simoneli  Everton da Silva Rocha  Fabio Fidelis de Oliveira  Felipe Douglas  Felipe Maciel Pinheiro Barros  Flávio Macedo Freire  Gabriella Simonetti Meira Pires Barbalho  Geraldo Ismar Lopes Júnior  Hallison Régio Bezerra  Henrique Batista de Araújo Neto  Humberto Lima de Lucena Filho</i>	<i>José Eduardo de Almeida Moura  José Evandro Lacerda Zaranza Filho  Lenice Silveira Moreira de Moura  Leonardo Medeiros Júnior  Luciana Flávia Nunes Casimiro  Luiz Eduardo Marinho Costa  Luiz Filipe Cerqueira Barbosa  Marcelo Henrique de Souza Torres  Marcelo Maurício da Silva  Matusalem Jobson Bezerra Dantas  Micheline Cachina  Olavo Fernandes Maia Neto  Patrick Cesar Alves Terrematte Santos  Rasland Costa De Luna Freire  Rocco José Rosso Gomes  Rosangela Maria R. M. Mitchell Morais  Sandresson de Menezes Lopes  Sheila Farias Leite Araújo  Thiago Murilo Nóbrega Galvão  Virgínia Maia  Walber Cunha Lima</i>
ENGENHARIA CIVIL	<i>José Antônio César  Joseane Alves Pinheiro  Petrúcio Duarte da Silva Meireles  Sebastião Luiz da Silva  Suerda Campos da Costa  Thiago de Souza Louzada  Wesley Fêu dos Santos</i>	
SERVIÇO SOCIAL	<i>Anna Waleska N. C. de Menezes  Deyse Silvana dos Santos Sena  Izete Soares da Silva Dantas Pereira  Rachel Ribeiro Resende Santos Melo  Suzana da Cunha Joffer</i>	
INFORMÁTICA	<i>Alexandre Luiz Galvão Damasceno  Cristiane Clébia Barbosa  Joseane Alves Pinheiro  Lívia Maria Martins da Silva  Maíra de Farias Barros Medeiros  Werneck Bezerra Costa</i>	

## Sumário

---

"MELHORES PRÁTICAS" NA ESTIMATIVA DO CUSTO DE CAPITAL: LEVANTAMENTO E SÍNTESE	32
A INFLUÊNCIA DO MARKETING NA LOJA MEGA SUPLEMENTOS	33
ANÁLISE REFERENTE AOS ESTUDOS DE CASOS EM FINANÇAS DE BRUNER F. ROBERT: COCA-COLA VERSUS PEPSI, 2001.	34
CONSTRUÇÃO TEÓRICA DE CAFETERIA	35
CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO MODELO DE CANVAS EM SEGMENTO DE LIVRARIA: FÊTORRES LIVRARIA	36
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO NO RAMO DE COMFORT FOOD: DOCE&AFETO	37
ENERGIA SOLAR: UMA ALTERNATIVA RESPONSÁVEL, RENTÁVEL E POSSÍVEL	38
ESTACIONAMENTO SOLAR COMO ALTERNATIVA PARA DEMANDA ENERGETICA	39
FILOSOFIA DE WARREN BUFFET: UMA ANÁLISE DAS ESTRATEGIAS DE INVESTIMENTO DO TERCEIRO HOMEM MAIS RICO DO MUNDO	40
MABOO – CERVEJARIA ARTESANAL	41
MAIS RN: INDICADORES ECONOMICOS DO RIO GRANDE DO NORTE	42
MODELAGEM DE NEGÓCIO ATRAVÉS DA PLATAFORMA CANVAS: FORNUFT, SOLUÇÕES PARA REVISÃO E TRADUÇÃO DE TEXTOS	43
MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE VESTUÁRIO, SAPATOS E ACESSÓRIOS PARA BEBÊS E CRIANÇAS: ONLY BOYS.	44
O VERDADEIRO VALOR POR TRÁS DA MODA	45
PRODUTO X PREÇO: UMA ANÁLISE NA BOUTIQUE BBB.	46

## Sumário

---

RENT BIKE: DESENVOLVIMENTO DE UM NEGÓCIO NO SEGMENTO DE ALUGUEL DE BICICLETAS.	47
RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA	48
RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE INTRODUÇÃO ÀS FONTES DE ENERGIA SUSTENTÁVEL	49
RITMO, EQUALIZAÇÃO E INTERPRETAÇÃO: A ORQUESTRA COMO METÁFORA REVISADA	50
SOUZA CRUZ S/A: UMA ANÁLISE DO MARKETING E RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EMPRESA.	51
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA BRASILEIRA	53
ESTUDO SOBRE AS FONTES DE FINANCIAMENTOS DISPONÍVEIS	54
O CUSTO DAS PERDAS TÉCNICA E NÃO TÉCNICA NA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA: UM ESTUDO NAS DISTRIBUIDORAS DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL	55
UM ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO UNI-RN SOBRE O SPED	56
UM ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) DOS ALUNOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE NATAL/RN	57
RESGATE DA DIGNIDADE E DA CIDADANIA DO PACIENTE PORTADOR DE NEOPLASIA MALIGNA: COMO GARANTIR SEUS DIREITOS NO BRASIL	59
A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL	60
A CRISE DOS REFUGIADOS – UM PROBLEMA MUNDIAL SOB O OLHAR DO DIREITO INTERNACIONAL	61
ESTADO ISLÂMICO: UMA ANÁLISE IDEOLÓGICA E HISTÓRICA À LUZ DO PENSAMENTO DE JOHN RAWLS	62
PRECEDENTES JUDICIAIS: A TENDÊNCIA NEOCONSTITUCIONALISTA NAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	63

## Sumário

---

TEXTO LEGÍVEL TAMBÉM É LEGAL: A PUBLICIDADE NA TV E SUA RELAÇÃO COM A ÉTICA E A LEGISLAÇÃO	64
A (DES)CONFIANÇA DOS BRASILEIROS NAS INSTITUIÇÕES E SUA RELAÇÃO COM OS LINCHAMENTOS	65
A AFETIVIDADE COMO DIREITO DA PERSONALIDADE: EM DEFESA DE TODAS AS FAMÍLIAS.	66
A AUSÊNCIA DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA NO QUE TANGE PSICOPATAS NO BRASIL	67
A COMUNIDADE DOS ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL	68
A CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO COMO UM INSTRUMENTO DA MANIFESTAÇÃO DA BOA FÉ OBJETIVA	69
A DESMILITARIZAÇÃO DA POLÍCIA E SUA RELAÇÃO COM OS DIREITOS HUMANOS.	70
A DIFERENCIAÇÃO DO TRATAMENTO DADO AO PSICOPATA CRIMINOSO NO BRASIL E NA INGLATERRA	71
A EFICÁCIA DA CONCILIAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	72
A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 66/2010 E AS MUDANÇAS PROCESSUAIS DO DIVÓRCIO NO BRASIL	73
A FIGURA DO PSICOPATA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: A IMPRESCINDIBILIDADE DO EXAME CRIMINOLÓGICO PARA A CONCESSÃO DA PROGRESSÃO DE REGIME	74
A FORÇA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS OBRIGATÓRIOS NO NOVO CPC	75
A HERANÇA DE AFETO EM “O PEQUENO PRÍNCIPE” DE SAINT EXUPÉRY: REFLEXÕES ACERCA DO ASPECTO EXTRAPATRIMONIAL NO DIREITO SUCESSÓRIO.	76
A INCLUSÃO DE PROFISSIONAIS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO.	77
A INCOMPLETUDE NORMATIVA DO DIREITO SUCESSÓRIO: A FALTA DA REGULAMENTAÇÃO DO TESTAMENTO VITAL	78

## Sumário

---

A INCONSTITUCIONALIDADE DA DIFERENCIAÇÃO TRATATIVA DO CÔNJUGE SUPÉRSTITE E DO COMPANHEIRO NO REGIME SUCESSÓRIO BRASILEIRO	79
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NAS DECISÕES DO TRIBUNAL DO JÚRI E NO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA	80
A INFLUÊNCIA MUDIÁTICA E O PRÉ JULGAMENTO SEM SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA: A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	81
A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA AMERICA LATINA	82
A JUDICIALIZAÇÃO DA INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DO TOXICÔMANO À LUZ DA DIGNIDADE HUMANA E EFETIVIDADE CONSTITUCIONAL	83
A LEGITIMIDADE E COMPETÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS À LUZ DO CASO MARIA DA PENHA VS. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	84
A LEI Nº 12.305/2010 COMO MEIO DE VALORIZAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	85
A LEI Nº 12.305/2010 E O PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DIANTE DA APLICABILIDADE DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	86
A NOVA LEI DA GUARDA COMPARTILHADA NO DIREITO DAS FAMÍLIAS	87
A PENA DE PRISÃO E A ATUAL CRISE DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO	88
A PERSPECTIVA DA TEORIA MISTA DA PENA NA REALIDADE PÓS CÁRCERE	89
A POSSIBILIDADE DE PENHORA DE BEM IMÓVEL DE ELEVADO VALOR	90
A PREMENTE REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO DE GREVE NO SERVIÇO PÚBLICO	91
A PRIMEIRA CIBERGUERRA MUNDIAL: FICÇÃO OU REALIDADE FUTURA?	92
A QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO NO ÂMBITO TRIBUTÁRIO: A DIVERGENCÊNCIA ENTRE A LEI E O STF.	93

## Sumário

---

A QUESTÃO DA LAICIDADE NO ESTADO BRASILEIRO À LUZ DA LIBERDADE RELIGIOSA	94
A QUESTÃO DA PRISÃO CIVIL DO DEPOSITÁRIO INFIEL NO BRASIL E A HIERARQUIA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO	95
A QUESTÃO DE GÊNERO SOB O ASPECTO DO DIREITO INTERNO E EXTERNO	96
A REALIDADE JURÍDICA DOS JOVENS INFRATORES FRENTE ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	97
A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL É A SOLUÇÃO A CURTO PRAZO? A LONGO PRAZO OU SERIA APENAS UM GRANDE EQUÍVOCO?	98
A RESPONSABILIDADE DE PROTEGER E O CONFLITO DA SÍRIA	99
A SIMULAÇÃO DE UMA IMPRENSA REAL: O DIREITO À INFORMAÇÃO E A LIBERDADE DE OPINIÃO	100
A TRANSVERSALIDADE DO DIREITO A PARTIR DO FEGB	101
A TRIBUTAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	102
A TRIBUTAÇÃO NO BRASIL E A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DA CARGA TRIBUTÁRIA E SUA FUNÇÃO SOCIAL	103
A UNIÃO NO POLO PASSIVO EM DEMANDAS DE SAÚDE	104
A VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE DA MULHER NO SISTEMA CARCERÁRIO DE NATAL/RN	105
AÇÃO POSSESSÓRIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRAILEIRO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA A LUZ DO NOVO CÓDIGO PROCESSO CIVIL (2015) E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973	106
ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN E A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	107
ADOÇÃO INTUITU PERSONAE E O PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA.	108

## Sumário

---

ANALISE DO PROJETO DE LEI 4330/2004 À LUZ DAS IDÉIAS DE FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	109
APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PELO PARTICULAR: O CASO DOS TRAILERS DE CURRAIS NOVOS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE.	110
AS FALHAS EXISTENTES NO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA SOB A LUZ DA TEORIA DAS LIBERDADES DE AMARTYA SEN	111
AS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELO NCPC ACERCA DA USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL	112
ASPECTOS CONTROVERTIDOS DO TRABALHO DO PORTADOR DE NECESSIDADE ESPECIAL E O DIREITO TUTELAR DO TRABALHO	113
ATIVISMO JUDICIAL	114
BOA FÉ OBJETIVA NAS RELAÇÕES EMPRESARIAIS HODIERNAS	115
BRASIL: CONTRASTES E CONTRADIÇÕES DO PIB, IDH E CARGA TRIBUTÁRIA	116
CELERIDADE PROCESSUAL: COMO OS PRAZOS EM DIAS UTEIS E AS CAMARAS DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO DO NOVO CODIGO DE PROCESSO CIVIL PODEM INFLUENCIAR NA CELERIDADE DOS PROCESSOS	117
CIRURGIA PLÁSTICA: OBRIGAÇÃO DE MEIOS OU DE RESULTADO?	118
COMÉRCIO INTERNACIONAL E MEIO AMBIENTE: BREVE ANÁLISE SOBRE O DUMPING AMBIENTAL	119
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA AUDIÊNCIA APRESENTAÇÃO (CUSTÓDIA)	120
CONSTITUCIONALISMO ECOCÊNTRICO LATINO: CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE E PÓS-CAPITALISMO	121
CRIMINALIDADE E GÊNERO: UMA VISÃO PARADOXAL ENTRE A CONDUTA DELITIVA DA MULHER E SUA IDEALIZAÇÃO EM SOCIEDADE.	122
CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE LEI EM ANDAMENTO EM FACE DA PROTEÇÃO INTEGRAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS CONSTITUCIONAIS	123

## Sumário

---

CRISE NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO: QUANDO OS LIMITES DE ATUAÇÃO DO ESTADO NO TRATAMENTO DO PRESO NÃO SE FUNDAM NOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	124
DA POSSIBILIDADE DE USUCAPIÃO ESPECIAL CONJUGAL POR ABANDONO DE LAR	125
DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL: UMA CONTRADIÇÃO À CONSTITUIÇÃO	126
DIREITO AO ESQUECIMENTO E LIBERDADE DE IMPRENSA: COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E O DESAFIO DA TUTELA	127
DIREITO REAL DE HABITAÇÃO EM RELAÇÃO AO COMPANHEIRO	128
DIREITOS DA MULHER ANTE A CONSTATAÇÃO DE UMA NECESSIDADE ISONÔMICA	129
DIREITOS DA PERSONALIDADE NO ÂMBITO PÓS-MORTE E CRIME DE VILIPÊNDIO A CADÁVER: UMA ANÁLISE À LUZ DO CASO CRISTIANO ARAÚJO	130
DIREITOS FUNDAMENTAIS E ARMAS DE FOGO: O DESARMAMENTO E A RESTRIÇÃO DO NÚCLEO ESSENCIAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS À VIDA, À LIBERDADE E À PROPRIEDADE.	131
DIREITOS HUMANOS NA IGUALDADE DE GÊNEROS	132
DIREITOS SUCESSÓRIOS DA COMPANHEIRA NO CÓDIGO CIVIL DE 2002	133
DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO CONTRA A MULHER	134
DO DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À ÁGUA: UMA ANÁLISE À LUZ DO DIREITO BRASILEIRO E DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA CATÓLICA	135
EMERGÊNCIA ÉTNICA NO RIO GRANDE DO NORTE: A EXPERIÊNCIA DOS TAPUIAS DA LAGOA DO TAPARÁ - MACAÍBA/RN	136
ESTUPRO COMO UM CRIME DE GÊNERO E AS DIFICULDADES DE ASSEGURAR UM TRATAMENTO DIGNO À VITIMA	137
GUARDA COMPARTILHADA X GUARDA ALTERNADA	138



## Sumário

---

HERANÇA JACENTE: A DESTINAÇÃO DOS BENS DA HERANÇA VACANTE AO ESTADO	139
INVIOLABILIDADE DO SIGILO PROFISSIONAL X LEI 12.683/2012: UMA ANÁLISE À LUZ DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS	140
LEI DE DROGAS: INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 28 DA LEI 11.343/06	141
LINCHAMENTO E SUA ANÁLISE PELO OLHAR DAS CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS	142
LOGÍSTICA REVERSA DE PNEUS INSERVÍVEIS	143
MEDIAÇÃO SANITÁRIA: INOVAÇÃO ANTE O ATIVISMO JUDICIAL.	144
NÍSIA FLORESTA: DIREITOS DAS MULHERES EM VIDA, PROSA E POESIA.	145
O DIREITO REAL DE HABITAÇÃO DO COMPANHEIRO A PARTIR DA INTERPRETAÇÃO ANALÓGICA DADA AO CÔNJUGE	146
O "ESTADO DE EXCEÇÃO" NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO: O DESVIRTUAMENTO NA EDIÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS.	147
O ACESSO INTEGRAL À SAÚDE COMO UM DIREITO CONSTITUCIONAL: A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, NA REDE DE SAÚDE MUNICIPAL DA CIDADE DO NATAL/RN	148
O APLICATIVO UBER E A LIBERDADE DE TRABALHO NA ORDEM ECONÔMICA BRASILEIRA	149
O ASSÉDIO EXISTENCIAL NA SEARA TRABALHISTA E A CONSEQUENTE VIOLAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS	150
O ATIVISMO JUDICIAL NA EDIÇÃO DA SÚMULA 435 DO STJ	151
O BANIMENTO DO VÉU INTEGRAL ISLÂMICO: UMA ANÁLISE DO JULGADO DA CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS ACERCA DO CASO S.A.S. X FRANÇA	152
O CARÁTER NACIONALISTA DE 'BRASIL PANDEIRO' E SUA RELAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS	153

## Sumário

---

O COMBATE AO DUMPING SOCIAL E A DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS MÍNIMOS	154
O DIREITO AMBIENTAL NO ÂMBITO DOS DIREITOS HUMANOS	155
O DIREITO SUCESSÓRIO CONCERNENTE AO FILHO DE CRIAÇÃO	156
O EMBATE POLÍTICO ENTRE A SOBERANIA E A SUPRANACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA NO CONTEXTO DE EXPLORAÇÃO ECONÔMICA: UMA ANÁLISE DIANTE DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS.	157
O ESTADO DE EXCEÇÃO EM UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: QUANDO O EXCEPCIONAL VIRA REGRA	158
O ESTADO SOCIOAMBIENTAL DE DIREITO COMO PRESSUPOSTO LÓGICO DA TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL	159
O FEMINISMO COMO CRÍTICA DO DIREITO: UMA ANÁLISE DAS MÚSICAS "AI QUE SAUDADES DA AMÉLIA" E "DESCONSTRUINDO A AMÉLIA"	160
O FENÔMENO DOS LINCHAMENTOS À LUZ DOS TRATADOS INTERNACIONAIS	161
O INFANTICÍDIO EM COMUNIDADES INDÍGENAS BRASILEIRAS SOB A ÓTICA DA UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS E DO RELATIVISMO CULTURAL	162
O INFANTICÍDIO NO ANTE PROJETO DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO: VISÃO CRÍTICA E COMPARADA	163
O INSTITUTO DE REMIÇÃO DA PENA E A RESSOCIALIZAÇÃO DO CONDENADO	164
O PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE E A POSSIBILIDADE DE DESERDAÇÃO NO DIREITO SUCESSÓRIO	165
O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PELA VISÃO DOS TRIBUNAIS	166
O PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL E SUA APLICAÇÃO PRÁTICA À JUSTIÇA DO TRABALHO	167
O PRINCÍPIO DO JUS POSTULAND E AS INTERROGAÇÕES QUANTO A APLICABILIDADE.	168

## Sumário

---

O PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ EM FACE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: UMA ABORDAGEM HERMENÊUTICA SISTÊMICA	169
O PROCESSO DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA COMO DIREITO DE TODOS	170
O PROCESSO DE INCLUSÃO LABORAL A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL	171
O SISTEMA CARCERÁRIO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A REALIDADE	172
O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	173
O TEMPO PARA MCTAGGART E BEAUVOIR	174
O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL: UM ESTUDO NO TOCANTE A SUA CAPACIDADE EM PERMITIR UMA EFETIVA PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS	175
OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA: A TEORIA DO DECRESCIMENTO, O DIREITO AO CONSUMO E SEUS REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	176
OS IMPACTOS AMBIENTAIS OMITIDOS PELA INDÚSTRIA AGROPECUÁRIA	177
ÓTICA CONSTITUCIONAL DA QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO REFERENTE A LEI COMPLEMENTAR Nº 105	178
PENHORA DOS DIREITOS DECORRENTES DA QUOTAS DE SOCIEDADES EMPRESÁRIAS: A PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO DA AFFECTIO SOCIETATIS NA ALIENAÇÃO DAS QUOTAS.	179
PERTO DO CORAÇÃO SELVAGEM DE CLARICE LISPECTOR: A PROSA POÉTICA DAS MULHERES NO DIREITO DAS FAMÍLIAS.	180
PODER POLICIAL: VIOLAÇÃO DE DIREITOS INDIVIDUAIS VERSUS OMISSÃO DO CONTROLE ESTATAL	181
PRINCÍPIO DA VERDADE REAL: UMA ANÁLISE ACERCA DA SUA DÚBIA COMPLEMENTAÇÃO AO MODELO ACUSATÓRIO DE SISTEMA	182
PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA: O JUDICIÁRIO E AS MENSAGENS SUBLIMINARES	183

## Sumário

---

REFLEXÕES JURÍDICAS DA UNIÃO PARALELA DE TERCEIRO DE BOA-FÉ	184
REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL: A QUESTÃO DA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO MANICOMIAL NO BRASIL	185
REFUGIADOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA E JURÍDICA DOS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO AOS REFUGIADOS NO BRASIL	186
REPRESENTAÇÕES RELIGIOSAS NO PENSAMENTO JURÍDICO BURGUESES DA REVOLUÇÃO FRANCESA: UMA ANÁLISE DO MARAT EM SEU ÚLTIMO SUSPIRO.	187
REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA: CONFLITO ENTRE DIREITO A IDENTIDADE GENÉTICA VERSUS DIREITO AO SIGILO DO DOADOR DE GAMETAS	188
RESPONSABILIDADE CIVIL DA GESTANTE EM RELAÇÃO A CONDUTAS PREJUDICIAIS AO NASCITURO	189
RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO IMOBILIÁRIO	190
RESSOCIALIZAÇÃO DOS APENADOS DO RIO GRANDE DO NORTE: ESTRATÉGIAS PARA O RESGATE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PERDIDOS NO CÁRCERE	191
RESSOCIALIZAÇÃO DOS PRESOS: UMA ANÁLISE DE SUA APLICAÇÃO NO ÂMBITO DO PRESÍDIO ESTADUAL DE ALCAÇUZ EM NATAL-RN	192
RETIFICAÇÃO DOS DIREITOS CIVIS: A OMISSÃO DO PODER LEGISLATIVO SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA TUTELA DE IDENTIDADE PESSOAL DOS TRANSGÊNEROS COM BASE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.	193
RIO GRANDE DO NORTE E SUSTENTABILIDADE	194
SE EXISTE O DIREITO À VIDA, EXISTIRIA TAMBÉM UM DIREITO À MORTE?	195
SISTEMA CARCERÁRIO: O BRASIL E A FALTA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS COM OS PRESOS QUE MENSTRUAM	196
SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO - UMA ABORDAGEM A LUZ DOS DIREITOS HUMANOS E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	197
SISTEMA PENITENCIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA SOBRE AS TRÊS MAIORES UNIDADES PRISIONAIS DO ESTADO E SEUS ASPECTOS PREVENTIVOS.	198

## Sumário

---

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL	199
TEORIA DA IMPUTAÇÃO: UMA ABORDAGEM FUNCIONALISTA DA TIPICIDADE	200
TRANSVERSALIDADE E TRANSDISCIPLINARIEDADE DOS RESULTADOS DA UNISIM-RN E A SUA FUNÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE EMPÍRICA	201
TRIBUTAÇÃO DO CAPITAL COMO MEIO DE REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS	202
UM NOVO OLHAR PARA ANALOGIA NA ADI Nº 3300	203
UMA ANÁLISE DISCRIMINATÓRIA COM BASE NA LEI 11.340/06	204
UMA ANÁLISE DO ART. 489, § 10, IV DO NCPC EM CONFORMIDADES COM A GARANTIA CONSTITUCIONAL DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES E A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO	205
UMA CRÍTICA AO PRINCÍPIO DO POLUIDOR PAGADOR COMO FUNDAMENTO DA TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL	206
UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DOS PRINCÍPIOS DE JUSTIÇA, ATRAVÉS DOS DIREITOS HUMANOS, COMO LEGITIMADORES E NORTEADORES DO DIREITO NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A APLICABILIDADE DA TEORIA DE JUSTIÇA DE JOHN RAWLS NA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	207
“COMERÁS O PÃO COM O SUOR DO TEU ROSTO”: UMA ABORDAGEM DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS TRABALHISTAS À VISÃO DE VINCENT VAN GOGH EM “OS COMEDORES DE BATATAS”	208
IMPLANTAÇÃO DE PARQUES HÍBRIDOS NO RIO GRANDE DO NORTE	210
ÁGUA: TESOURO O UNIVERSAL	211
ANÁLISE DA ÁGUA OBTIDA DE FONTES ALTERNATIVAS VISANDO SEU APROVEITAMENTO 2.	212
ANÁLISE DA EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO REFORÇADAS COM COMPÓSITOS	213
ANÁLISE DE ENSAIOS DE RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO E TRAÇÃO DOS MATERIAIS	214



## Sumário

---

ANÁLISE E UTILIZAÇÃO DO POTENCIAL ENERGÉTICO DO BIODIESEL	215
ANÁLISE E UTILIZAÇÃO DO POTENCIAL SOLAR EM EDIFICAÇÕES DE NATAL	216
APLICAÇÃO DE DRONES PARA ENGENHARIA CIVIL	217
AVALIAÇÃO DO POTENCIAL EÓLICO ON-SHORE E OFF-SHORE DO RIO GRANDE DO NORTE 2	218
COMPOSTAGEM	219
COMPOSTAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS	220
COMPOSTEIRA COM BALDES	221
COMPOSTEIRA DOMESTICA	222
COMPOSTEIRA – ADUBO SUSTENTAVEL	223
COMPOSTEIRAS: MEU MUNDO SUSTENTÁVEL	224
DE QUAL LADO VOCÊ VAI FICAR? DESMATAMENTO ZERO. FAÇA SUA PARTE.	225
DIRETRIZES DE SUSTENTABILIDADE PARA EDIFICAÇÕES RESIDENCIAS	226
ENERGIA LIMPA SOB NOSSOS PÉS	227
INSPEÇÃO PREDIAL	228
PROJETO DE COMPOSTAGEM	229

## Sumário

---

PROJETO DE UMA CASA SUSTENTÁVEL – UMA PROPOSTA PARA REDUÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL.	230
PROJETO PILOTO PARA USO DE COMPOSTEIRA NO CAMPUS DA UNI-RN	231
STEEL FRAME – CONSTRUÇÕES MAIS LIMPAS, MAIS SUSTENTÁVEIS E COM MELHOR CUSTO-BENEFÍCIO.	232
ANÁLISE DA MATURIDADE DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO COM O FRAMEWORK COBIT EM UMA EMPRESA DE LOJAS DE DEPARTAMENTO E VAREJO	234
ANÁLISE DE PROJETO E REESTRUTURAÇÃO EM REDES TCP/IP DE MÉDIO PORTE	235
APLICAÇÃO DO S.T.I. NO MONITORAMENTO DO TRANSPORTE COLETIVO	236
AUTOMAÇÃO DE CHAMADAS EM SALA DE AULA COM RFID	237
CIDADE DIGITAL: GRANDES VANTAGENS PARA PEQUENAS CIDADES	238
COMPUTAÇÃO UBÍQUA – TENDÊNCIA INEVITÁVEL	239
CONSULTÓRIO WEB - SISTEMA PARA CONTROLE E GERÊNCIA ODONTOLÓGICA	240
DESENHO DE UM NEGÓCIO NO RAMO DA INFORMÁTICA E JOGOS: GAMER TECH.	241
DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE CHAMADOS PARA UNI-RN	242
DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE PARA NUTRIÇÃO CLÍNICA E ESPORTIVA	243
EVOLUÇÃO DO KERNEL DO LINUX UMA VIAGEM DO MINIX AS DISTRIBUIÇÕES ATUAIS	244
FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS AUXILIANDO PESSOAS AUTISTAS	245



## Sumário

---

GERENCIA DE PROJETOS COM SCRUM E TRELLO	246
GERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE CHAMADOS UNI-RN	247
GERENCIAMENTO DE ENERGIA EM HOTÉIS VIA ARDUINO	248
GLPI: UMA SOLUÇÃO PARA GESTÃO DE ATIVOS DE TI E HELPDESK	249
MOBILIDADE EM AMBIENTE CORPORATIVO	250
MODELAGEM DE NEGÓCIO NO SETOR DE VENDA DE SUPLEMENTOS: PONTONUTRI.	251
MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE CONSULTORIA EM BANCO DE DADOS: DATABASE EXPERTS.	252
MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO TECNOLÓGICO: SENSOR DE CAPACETE.	253
MODELO DE NEGÓCIO NO RAMO DE DESENVOLVIMENTOD DE SOFTWARE PARA NUTRIÇÃO CLÍNICA E ESPORTIVA.	254
MONITORAMENTO DE BATERIAS DE CELULAR COM RFID	255
MONTANDO O SERVIDOR DE PRODUÇÃO : UMA EXPERIÊNCIA NO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO	256
PROTÓTIPO DE CONTROLE DE ACESSO POR RFID	257
SEGURANÇA EM REDES SEM FIO NO AMBIENTE DOMÉSTICO.	258
SOFTWARES PARA ANÁLISE DE SENTIMENTOS	259
SOLUÇÃO DE BAIXO CUSTO PARA O GERENCIAMENTO DE ENERGIA UTILIZANDO ARDUINO	260

## Sumário

---

TESTES DE SEGURANÇA EM LOJAS VIRTUAIS	261
UM ESTUDO DE CASO:AUTOMAÇÃO RESIDENCIAL COM INTEGRAÇÃO DO ARDUINO E SO ANDROID	262
UMA NOVA ERA: A MOBILIDADE NO SETOR CORPORATIVO	263
USO DAS REDES SOCIAIS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	264
USO DE TÉCNICAS DE GAMIFICAÇÃO APLICADAS AO ENSINO DA DISCIPLINA DE ALGORITMOS	265
WINDOWS E LINUX	266
A CONSTRUÇÃO ÉTICA DA PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL	268
A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.	269
A DEFESA DOS DIREITOS DAS ALUNAS GESTANTES	270
A NECESSIDADE DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO MEIO AMBIENTE	271
A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: SOLUÇÃO OU AGRAVAMENTO DO PROBLEMA?	272
AFASTAMENTO DO TRABALHADOR POR PROBLEMAS DE SAÚDE	273
ALCOOLISMO: O CASO DAS ESTUDANTES DA ÁREA DA SAÚDE	274
ALIENAÇÃO PARENTAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS – UM NOVO E COMPLEXO CAMPO DE ATUAÇÃO PARA O SERVIÇO SOCIAL	275
AS NOVAS REGRAS DA APOSENTADORIA: BENEFÍCIOS E IMPLICAÇÕES PARA OS TRABALHADORES	276

## Sumário

---

AUXÍLIO-RECLUSÃO, SALÁRIO-FAMÍLIA E SEGURO DESEMPREGO SERVIÇOS OFERECIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL.	277
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO BRASIL	278
CONEXÃO FELIPE CAMARÃO E A CULTURA COMO INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL	279
COTAS RACIAIS: REPARAÇÃO POR DIREITO	280
DIREITO À SAUDE: GARANTIA DO ESTATUTO DO IDOSO	281
EVASÃO ESCOLAR NO RN E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE A ESSA QUESTÃO	282
FEMINICÍDIO: UMA ANÁLISE DAS POLITICAS SOCIAIS DE PREVENÇÃO CONTRA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.	283
IMPACTOS DA APOSENTADORIA E ALIENAÇÃO SOCIAL	284
LICENÇA MATERNIDADE E ALEITAMENTO MATERNO	285
MOTORISTAS DE TRANSPORTES DE LOTAÇÃO: UM ESTUDO DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E QUALIDADE DE VIDA	286
MULHERES GRÁVIDAS APENADAS: ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL	287
O ACIDENTE DE TRABALHO SOB A ÉGIDE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	288
O PERFIL DOS ASSISTIDOS DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DJALMA MARINHO (UNI-RN)	289
O SILENCIO DO ISOLAMENTO COMPULSÓRIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE A HANSENÍASE: UM RESGATE HISTÓRICO.	290
OS MECANISMOS DA APOSENTADORIA NA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BRASIL	291

## Sumário

---

REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE APENADOS	292
UFANISMO A TÉCNICA DO DISFARCE	293
UM RESGATE HISTÓRICO-TEÓRICO- METODOLÓGICO DO SERVIÇO SOCIAL EM NATAL	294
VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO	295
A PERCEPÇÃO SOBRE A SEGURANÇA DO TRABALHO DOS FUNCIONÁRIOS DE UMA INDÚSTRIA TÊXTIL DA GRANDE NATAL/RN	297
AQUISIÇÕES HOSTIS: GUIA PARA A TOMADA DE DECISÕES	298
FATORES DE INFLUÊNCIA NO POSICIONAMENTO DAS MARCAS LÍDERES DE MEMORIZAÇÃO PELO CONSUMIDOR NATALENSE	299
FRANCHISING: CENÁRIO DA COMUNICAÇÃO NAS UNIDADES DE FRANQUIAS EM NATAL/RN	300
GESTÃO DE LIDERANÇA X EMPREENDEDORISMO: UMA VISÃO MODERNA	301
MODELAGEM DE UM COFFEE CLUB: QUENTE & FRIO CAFÉ	302
RELACIONAMENTO ENTRE GESTORES E COLABORADORES - A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NAS ORGANIZAÇÕES.	303
RELEVÂNCIA SOCIOECONÔMICA DAS LOJAS DE ARTESANATO DO SHOPPING DO ARTESANATO POTIGUAR	304
UMA ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO PATRIMONIAL, ECONÔMICA E FINANCEIRA DA NATURA S/A NOS ANOS DE 2012 E 2013	305
ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA NO SETOR FINANCEIRO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2013 E 2014	307
O CUSTO DO IMPAIRMENT NAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ELÉTRICA DO NORDESTE	308

## Sumário

---

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: UM INSTRUMENTO IMPRESCINDÍVEL DE DECISÕES PRESENTES EM DETRIMENTO DE IMPLICAÇÕES FUTURAS.	309
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA COBRANÇA DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO AOS REGISTRADORES CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS – FCRCPN: UMA ANÁLISE ACERCA DA LEI Nº 9.619/12 DO RIO GRANDE DO NORTE	311
O DEVIDO PROCESSO LEGAL SUBSTANCIAL ENQUANTO PARÂMETRO PARA A AFERIÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DE ATOS NORMATIVOS	312
A (IN) VIABILIDADE DA TEORIA DAS JANELAS QUEBRADAS NO CENÁRIO BRASILEIRO	313
A CONFIANÇA NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE À LUZ DO DIREITO CONSTITUCIONAL	314
A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO	315
A DISPENSA DA LICITAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA?	316
A ELEIÇÃO DE FORO NOS CONTRATOS INTERNACIONAIS PERANTE A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	317
A ILEGALIDADE DA COBRANÇA DA TAXA DE JUROS INCC DAS CONSTRUTORAS ANTES DA ENTREGA DAS CHAVES DO APARTAMENTO.	318
A IMPORTÂNCIA DO SUS MEDIADO COMO FATOR DE REDUÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO NA SAÚDE NO RIO GRANDE DO NORTE	319
A INFLUÊNCIA DO DIREITO ROMANO NA FORMAÇÃO DO DIREITO CANÔNICO	320
A INCONSTITUCIONALIDADE DO REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO (RDD): POR UMA ANÁLISE À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PENAIS	321
A INSERÇÃO DO DEVEDOR DE ALIMENTOS NO SPS E NO SERASA	322
A PLURALIDADE DO CONCEITO DE FAMÍLIA	323
A QUESTÃO DA JUSTIÇA NA CONTEMPORANEIDADE SOB A ÓTICA BIDIMENSIONAL DE NANCY FRASER	324

## Sumário

---

A REFORMA POLÍTICA POR UMA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE EXCLUSIVA	325
A USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA: O STF X DOCTRINA MIORITÁRIA	326
ACIDENTES DE TRÂNSITO NO RIO GRANDE DO NORTE: UMA REALIDADE VIVIDA EM 2014	327
ADOÇÃO HOMOAFETIVA - UM ATO DE AMOR	328
ANÁLISE DA ESCOLA EXEGÉTICA DE INTERPRETAÇÃO DO DIREITO À LUZ DA OBRA OS MISERÁVEIS, DE VICTOR HUGO	329
ASPECTOS IMPACTANTES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	330
ASPECTOS NEGATIVOS E POSITIVOS DA DELAÇÃO PREMIADA	331
AUTOTUTELA E A CARNIFICINA SOCIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO DIREITO PENAL	332
COMBATE AOS CRIMES DE ÓDIO	333
CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO COMO MECANISMOS DE HUMANIZAÇÃO DA JUSTIÇA BRASILEIRA.	334
CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E ORÇAMENTO PÚBLICO: UMA ABORDAGEM EM FACE DO MÍNIMO EXISTENCIAL COMO LIMITE À APLICAÇÃO DA RESERVA DO POSSÍVEL	335
CRIMES ELEITORAIS: CASOS DE ABUSO DE PODER POLÍTICO E ECONÔMICO E CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO NO RN.	336
DA POSSIBILIDADE DE USUCAPIÃO ESPECIAL CONJUGAL POR ABANDONO DE LAR.	337
DEPOIS QUE O AMOR ACIONA O GATILHO: UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO À LUZ DO CASO ELOÁ	338
ENERGIAS RENOVÁVEIS: LEGADO PARA O FUTURO	339

## Sumário

---

FUNDAMENTAÇÃO DO DIREITO: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DO PAPA BENTO XVI NO PARLAMENTO ALEMÃO E AS IMPLICAÇÕES DE SEU PENSAMENTO NA REALIDADE NACIONAL	340
INDIVIDUALIDADE E JUSTIÇA: GRÉCIA X SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	341
JUÍZES UNIDOS ÀS PARTES PROCESSUAIS DECORRENTE DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	342
JUSTIÇA BRASILEIRA NO COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL E A SEUS EFEITOS PREJUDICIAIS À DEMOCRACIA EM DESTAQUE AO DESINTERESSE POLÍTICO-ELEITORAL POR UMA PARCELA DA POPULAÇÃO.	343
MULHERES EM SITUAÇÃO DE ABORTAMENTO ILEGAL E A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS	344
MULHERES NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: A PARCELA ESQUECIDA DE UM SISTEMA CAÓTICO	345
O "AUTO DA COMPADECIDA" SOB A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS	346
O DIREITO DE GREVE NO SERVIÇO PÚBLICO	347
O DIREITO ROMANO E SEUS FUNDAMENTOS: FASES HISTÓRICAS E TRAÇOS CARACTERÍSTICOS	348
O ESQUECIMENTO DOS PROBLEMAS RELACIONADOS À POBREZA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE.	349
O FUNDAMENTALISMO ISLÂMICO, O USO DO VÉU E OS DIREITOS HUMANOS	350
O MENOR INFRATOR E A INEFICÁCIA DAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS: UMA ABORDAGEM TRANSDICCIPLINAR ENTRE DIREITO E LITERATURA	351
O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E A ADEQUAÇÃO PROCEDIMENTAL	352
O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E SUAS INTERFACES COM AS OBRAS DE MOBILIDADE URBANA EM NATAL-RN PARA A COPA DO MUNDO 2014	353
O SISTEMA DE OBSERVAÇÃO PANÓPTICO	354

## Sumário

---

PORNOGRAFIA DA VINGANÇA E O PROJETO DE LEI 6630/2013	355
PRESIDIÁRIOS E A REALIDADE CARCERÁRIA POR TRÁS DAS GRADES: UMA ANÁLISE DA RUPTURA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS BÁSICOS DOS APENADOS DO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIO DE PIRANGI NO MUNICÍPIO DE NATAL - RN	356
REDES SOCIAIS E CONTEÚDO TRÁGICO: INVESTIGANDO AS MOTIVAÇÕES E OS IMPACTOS NA POPULAÇÃO DO NATAL'	357
SUCESSÃO HOMOAFETIVA À LUZ DA DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA	358
TORTURA POLICIAL: UMA VISÃO JURÍDICA SOBRE O MOMENTO EM QUE A FIGURA DO DEFENSOR E DO ALGOZ SE UNIFICA.	359
TRABALHO ESCRAVO, NO MUNDO E SUAS CONTRADIÇÕES.	360
CRIAÇÃO DE NEGÓCIO NO SETOR DE VESTUÁRIO: A UNILOOK.	362
INFLUÊNCIA DA TI NAS STARTUPS	363
MODELAGEM DE NEGÓCIO NO SETOR DE VESTUÁRIO: A CRIAÇÃO DA UNILOOK.	364
PROTEGENDO FERRAMENTA ZABBIX COM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	365
SIMETBOX: UMA FERRAMENTA/EQUIPAMENTO DE MONITORAMENTO DE QUALIDADE DA INTERNET DOMÉSTICA	366
TI COMO SERVIÇO, ALIADO AO NEGÓCIO.	367
TI NA ECONOMIA COMPARTILHADA	368



*15ª edição do*  
**CONIC**  
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL



**CSET1 - Administração**

**"MELHORES PRÁTICAS" NA ESTIMATIVA DO CUSTO DE CAPITAL: LEVANTAMENTO E SÍNTESE**

**Autor(es):**

*Paola Monique Sinedino de Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Gabrielle Cahú da Fonseca Cabral Fagundes: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Daniel de Lima Ramos: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Walesca Regislane da Silva Alves: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Cynara Galvão Martins: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Nas últimas décadas, avanços teóricos em áreas como diversificação de carteira, eficiência de mercado e precificação de ativos convergiram em recomendações atraentes sobre o custo de capital para uma corporação. O custo de capital é central para as finanças modernas no que diz respeito as decisões de investimento e desinvestimentos de ativos, as medidas de lucro econômico, avaliação de desempenho e aos sistemas de incentivo. A teoria financeira oferece várias observações importantes sobre a estimativa do WACC de uma empresa. Os custos de capital devem ser os custos atuais, que reflitam as condições atuais do mercado financeiro, e não custos históricos irrecuperáveis. Em essência, os custos devem ser iguais a taxa interna de retorno antecipado pelos investidores, referente aos fluxos de caixa futuros associados a cada forma de capital.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) O projeto elaborado foi dividido metodologicamente em pesquisa bibliográfica e uma análise no estudo de caso "melhores práticas" na estimativa do custo de capital: levantamento e síntese. Na pesquisa estudamos o balanço patrimonial da empresa M.DIAS BRANCO onde foi observado o valor do WACC para a organização. O estudo de caso observou o aspecto do coeficiente beta em relação a tomada de decisão do investidor referente a sua carteira de investimentos, o qual procura analisar o risco do ativo a ser investido.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Os resultados obtidos através dos dados analisados nos deram a importância do WACC para o cálculo do EVA (Valor Econômico Agregado) onde se mensura a capacidade da empresa de gerar riqueza a partir do seu lucro operacional. Para que se tenha lucro é necessário que o ROI seja maior que o WACC, dessa maneira gera-se lucro de forma alavancada, ou seja, "ganha-se dinheiro com o capital de terceiros". Conforme observado, o coeficiente beta afere o risco das empresas onde é menos arriscado para o investidor ter ativos de mais de uma empresa, de acordo com a teoria de Markowitz: o risco da carteira diminui se o investidor optar por um investimento diversificado.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Através da análise, conclui-se que a utilização dos indicadores financeiros WACC e Coeficiente Beta são fundamentais tanto para a empresa como para o investidor. Entendendo que os investidores têm acesso a um grande número de oportunidades financeiras de mercado, os usos corporativos do capital têm de ser contrastados com essas alternativas de capital de mercado. A menos que a empresa possa ganhar em excedente ao seu custo de capital, ela não criará valor ou lucro econômico para os investidores.

**Palavras-Chave:** Valuation, WACC, EVA, Coeficiente Beta, Beta e ROI.

## A INFLUÊNCIA DO MARKETING NA LOJA MEGA SUPLEMENTOS

### **Autor(es):**

*Thiago Elias de Oliveira Nobrega: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Kelly Renata Dantas Cavalcante: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Bruno Cezar de Lima Lucas: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN*

*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Atualmente o consumidor está mais exigente no mercado e para escolher um suplemento de qualidade e marca valorizada não é diferente. As pessoas estão mais convencidas de que uma vida saudável com a atividade física aliada a suplementos é essencial para manter a boa forma e aparência, além disso, que não será qualquer suplemento que será eficiente para o seu objetivo. Os suplementos alimentares são substâncias químicas produzidas especialmente para complementar a alimentação. Eles podem ser compostos de todas as vitaminas e minerais ou podem conter apenas determinadas substâncias, como ocorre no caso da Creatina, que são indicados especialmente para quem pratica algum tipo de atividade física. Os suplementos alimentares servem para complementar a alimentação saudável e não como forma de substituição e eles devem ser utilizados sob indicações de um médico ou nutricionista. Os tipos de suplementos alimentares que existem são: suplemento alimentar hipercalórico (para engordar), suplemento alimentar proteicos (para ganhar massa muscular), suplemento alimentar termogênico (para emagrecer), suplemento alimentar antioxidante (contra o envelhecimento) e o suplemento alimentar hormonal (regularizar o sistema hormonal).

**(Metodologia)** O método utilizado para análise da pesquisa foi um questionário contendo algumas perguntas sobre a venda de suplementos da loja, como funciona, quando foi fundada, quais são os tipos dos suplementos, os canais de venda e as fontes de acesso para clientes, para com base nisto, podermos elaborar o desenvolvimento da pesquisa. Outro método também usado foi a entrevista, onde fizemos algumas perguntas ao responsável pela loja para que pudéssemos conhecer mais sobre a forma de marketing utilizada no local e coletar dados para o projeto. Analisamos: Analisamos:  Estrutura da loja para saber os produtos que são vendidos, quais as marcas, os tipos e os acessórios.  Funcionários sendo apenas o dono e sua esposa.  Quais são as estratégias utilizadas para fidelizar os clientes.  Conhecer o diferencial da loja e a qualidade da sua marca pelos produtos vendidos.

**(Resultados)** A loja Mega suplementos tem como diferencial de seus concorrentes oferecer apenas os produtos necessários e recomendados por médicos e nutricionistas e não ofertar produtos somente para benefício financeiro como fazem outras lojas, também disponibiliza entrega a domicílio, utiliza marcas importadas e nacionais de qualidade como probiótica e integralmédica, teve crescimento no faturamento com a implantação da sua marca em redes sociais como facebook, instagran, whtasapp que como se trata de uma loja de pequeno porte é sua única forma de marketing, mas que tornou a loja bem famosa pelas redes sociais no bairro do Alecrim e que os clientes são bem satisfeitos com seus suplementos pois é bem curtida sua página e com bons comentários na rede social. O dono é formado em educação física e trabalha junto com a sua esposa. Vendem suplementos de diferentes tipos e roupas e acessórios para treino e atividade física.

**(Conclusão)** Diante disso, temos como objetivo principal neste trabalho identificar a influência do marketing usado pela loja para atrair clientes e se tornar famosa e explicar sobre a importância do uso de suplementos para quem pratica atividade física ou tem algum objetivo físico ou pessoal para emagrecer, ganhar peso ou massa muscular, retardar envelhecimento e regularizar o sistema hormonal. Informar que o uso de suplementos traz benefícios não só para quem pratica esporte e atividade física, mas também para a saúde já que possui muitos nutrientes que precisamos consumir e que a falta de substâncias importantes como proteínas, vitaminas, aminoácidos podem causar até problemas de saúde e o suplemento pode servir também como forma de evitar doenças.

**Palavras-Chave:** Marketing e suplementos

**ANÁLISE REFERENTE AOS ESTUDOS DE CASOS EM FINANÇAS DE BRUNER F. ROBERT: COCA-COLA  
VERSUS PEPSI, 2001.**

**Autor(es):**

*Alice Hevilla Rolim Rodrigues: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Camilla Ferreira de Brito: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Fernando Isaac Melo Santos: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Maria Jerlani de Lucena Alves: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Gilmara Adelino de Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com as constantes transformações ocorridas no mercado nos anos 2000 no segmento de bebidas não-gaseificadas houve uma agressiva competição entre a Coca-Cola Company e a PepsiCo o que ocasionou na fusão da PepsiCo. Inc. e a Quaker Oats Company. Nesse contexto, analistas previam um rápido crescimento do segmento, o que poderia vir a ameaçar a liderança da Coca-Cola no mercado doméstico de bebidas em todos os canais, o que culminou em vários estudos com relação ao valor economicamente agregado das respectivas empresas cujo objetivo era verificar qual das duas atrairia mais investimentos nos anos seguintes. Diante disso, houve uma necessidade na forma de gerenciar, o que proporcionou para ambas uma maior rentabilidade no seu patrimônio líquido.

**(Metodologia)** A pesquisa classifica-se como objetiva tendo como fundamentação o tema abordado acima, a fim de dar embasamento às conclusões relativas ao tema. Desta maneira, subdivide-se em duas etapas: a) A primeira, através de pesquisa bibliográfica com a finalidade de estimar, comparar os lucros das empresas; b) A segunda, através da análise de indicadores do comportamento das empresas em relação à temática enquanto gestão ou estratégia de atuação no tocante à valorização da marca como diferencial.

**(Resultados)** O mercado de bebidas sofreu grandes transformações mediante as estratégias de marketing utilizadas pela Coca-Cola e a Pepsi. O que vimos no estudo de caso foi que para atrair consumidores e o mercado relacionado ao ramo de bebidas não-alcoólicas, a Coca-Cola utilizou de propagandas relacionadas ao “bem-estar”, já a Pepsi lançou campanhas agressivas e empolgantes. Essas estratégias possibilitaram e ajudaram a aumentar o volume das vendas e a visibilidade das empresas. Já com relação ao segmento de bebidas não-gaseificadas, a Pepsi até os anos 2000 detinha maior porcentagem de mercado, bem como consumo das mesmas. Já com relação ao faturamento financeiro das empresas estudadas, percebeu-se que o mesmo vem numa crescente para ambas. Porém, a Coca-Cola Company se destaca através de seus índices econômicos quanto sua capacidade de liquidez de suas dívidas, juntamente com sua rentabilidade e expansão de mercado. No que se refere à PepsiCo Inc., esta vem ganhando espaço no mercado ao longo dos anos estudados. O que dificulta sua ascensão são as estratégias de marketing cada vez mais forte utilizadas pela Coca-Cola para a mesma permanecer líder no mercado segmento de bebidas.

**(Conclusão)** De acordo com todos os dados analisados observa-se que a Coca-Cola e a Pepsi criaram a maior rivalidade no ramo de negócios já existente no mercado. Considerando que as mesmas necessitaram-se passar por algumas mudanças e reinvenções para acompanhar o mercado juntamente com as expectativas de seus clientes. Sendo assim, levando em consideração que esse mercado é promissor, pois essas já detêm uma grande parcela no mercado de bebidas, observamos que o que falta é um melhor gerenciamento na capacidade administrativa de seus sócios. Desta maneira, pode-se concluir que a Coca-Cola Company é a melhor empresa e mais viável para investimentos. Em contrapartida, após a fusão realizada pela PepsiCo Inc. houve um aumento significativo nas ações da mesma, o que pode acarretar maior projeção no mercado.

**Palavras-Chave:** Gerenciamento, Investimento, Expansão de Mercado.

## CONSTRUÇÃO TEÓRICA DE CAFETERIA

### **Autor(es):**

*Lucélia Maurício de Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Vivianne Cardoso da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*  
*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*  
*Patrick Reinecke de Alverga: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Uma das bebidas mais antigas e famosas, o café é uma das mais tradicionais bebidas do mundo, podendo ser servido quente ou gelado, é apreciado pela grande maioria das pessoas, de todas as classes, idades e estilos. Pode-se afirmar que é uma das bebidas mais famosas e consumidas mundialmente, atualmente encontra-se uma ampla variedade de sabores e incrementos para ser adicionados ao café. Graças ao encanto por esse clássico café que iniciamos esse projeto com o objetivo de transformar uma das bebidas mais tradicionais do mundo em um “ momento gostoso do dia” resgatando sensações.

**(Metodologia)** O projeto estrutura-se por experimentos cotidianos, foi-se a campo e foi observado o fluxo dos consumidores em lojas do mesmo segmento e fundamentado com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2009) que é formado em uma tela com blocos que descrevem as principais áreas de um negócio.

**(Resultados)** Há ainda um numero muito restrito de cafeterias que ofereçam um serviço especializado e que tenha em sua arquitetura um toque de aconchego, que vá além de servir o simples cafezinho, mas que também dispõe de profissionais especializados no ramo para inovar o cardápio ou que utilize marcas qualificadas a fim de se destacar no mercado. Usando canais de comunicação como as redes sociais é possível ampliar a freguesia e expandir o negócio, por um meio de mais fácil acesso a todos. Além de servir o café e proporcionar um momento agradável, a cafeteria também irá vender grãos semi prontos para os clientes terem em casa o gostinho do melhor café, funcionará o serviço de entrega a domicilio para beneficiar também aqueles que preferem não sair de casa. Preços e prazos também ganham atenção especial, serão atribuídos preços justos aos produtos e serviços; o prazo também aufere planejamento específico para que o individuo não se canse de esperar pelo café; não se pode ganhar em pontos como qualidade e perder em pontos como atendimento. A empresa oferece todos esses serviços buscando fidelizar o cliente e consequentemente atrair novos apreciadores, expandir o negócio regionalmente e aos poucos ganhar espaço entre os melhores cafés, ganhar reconhecimento nacionalmente e até internacionalmente é um dos intentos dos organizadores.

**(Conclusão)** Com todos esses serviços oferecidos, é notável o diferencial dessa empresa, planejamento será o alicerce do negócio, que busca oferecer qualidade a seus clientes, porém administrando bem para evitar gastos desnecessários e retrabalhos, ou seja prejuízos.

**Palavras-Chave:** Modelo de Negócio. Café. Bebida. Delivery.

**CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO MODELO DE CANVAS EM SEGMENTO DE LIVRARIA: FÊTORRES LIVRARIA**

**Autor(es):**

*Jadson Emanuel Torres da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Bruno Alves Ferreira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*  
*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*  
*Patrick Reinecke de Alverga: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A livraria tem como potencial a interação com os clientes que buscam atendimento rápido, prático e cômodo. E busca atender crianças que estão começando a ler com o auxílio de contadores de história, jovens, adultos, atarefados que não dispõem de tempo livre para ir até o local de compra disponibilizando seu atendimento através de sua loja virtual, especificando de forma clara todos os seus produtos, idosos e deficientes visuais com produtos em braile sendo um tipo de cliente com um diferencial na forma em que será abordado pela equipe de vendedores que estão prontos para atender as expectativas dos clientes em um projeto intitulado de FÊTORRES Livraria. O trabalho tem como objetivo atender o cliente que está em busca de um local com ambiente e serviços diferenciados, analisando as deficiências de outras já existentes no segmento no que se refere a entretenimento cultural, onde não costumam encontrar nos concorrentes.

**(Metodologia)** A pesquisa classifica-se como descritiva exploratória, com uso de dados secundários coletados através de pesquisas de internet em sites específicos na área de negócio e ligados ao mercado de livros no Brasil e em todo o segmento. Foi utilizada uma pesquisa qualitativa com o uso da ferramenta de modelagem de negócios, Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2009), que são blocos nomeados estruturando cada atividade em destaque das áreas de um negócio.

**(Resultados)** Diante da análise realizada através de pesquisas, o segmento de livrarias em Natal/RN é muito escasso se levarmos em consideração alguns pontos como os meios de inovação, criação e entretenimento cultural, pois não oferece diferenciação, tornando as livrarias um segmento padrão. Como resultados, a livraria propõe oferecer um ambiente harmonioso com conforto e uma vitrine com produtos chamativos, debates sobre temas atuais do cenário nacional e internacional tornando a loja mais dinâmica e atrativa, tendo assim uma relação diferenciada com nossos clientes. Os resultados ainda mostram que a receita gerada pela FÊTORRES vem da venda direta de seus exemplares, artigos de papelaria, venda de produtos de informática e smartphones.

**(Conclusão)** Com base no segmento de clientes e na proposta de valor apresentada para o negócio da FÊTORRES Livraria, conclui que deverá haver um investimento para a criação e desenvolvimento de toda a estrutura da loja física e organizacional, além de sua estrutura de custos, de forma a iniciar o negócio de modo consciente e legal, a fim de atender as propostas apresentadas. Podemos concluir também da qualidade grande de atividades inseridas na livraria, a caracterizamos como sendo uma Megastore, pois a mesma deverá exceder um espaço físico grande para pôr em prática todos os seus serviços.

**Palavras-Chave:** Livraria, Canvas, Megastore.

## DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO NO RAMO DE COMFORT FOOD: DOCE&AFETO

### **Autor(es):**

*Yasmin Correia de Amorim: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Amanda Bonfim de Brito: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*

*Patrick Reinecke de Alverga: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O mercado é movido por inovações e tendências que se sucedem das necessidades dos consumidores. Diante disso, o mercado de comfort food é uma tendência de alimentação moderna e saudável que remete ao aconchego de casa, do carinho materno e afins. Aliado a tradicional comida de panela, o conceito de comfort food aplicado a sobremesas, culminou no estabelecimento do negócio Doce&Afeto, que preserva todas as características de uma alimentação totalmente artesanal e elaborada com atenção especial, produto por produto. Para isso, a pesquisa pretende mostrar de forma sistêmica, integrada, rápida e visual o modelo de negócio escolhido e como funciona uma empresa do ramo alimentício: o objetivo social da empresa é o fornecimento de alimentos doces e produzidos artesanalmente aos consumidores da cidade do Natal/RN. O atendimento se sucede na forma delivery ou de consumo local imediato.

**(Metodologia)** A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, uma vez que foi realizada uma pesquisa de campo com quatro empresas do segmento classificando-se como uma amostra não probabilística por acessibilidade. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se de pesquisas na internet e notícias divulgadas sobre a indústria alimentícia local. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa, com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2009) que é estruturado em uma tela com nome blocos que descrevem as principais áreas de um negócio.

**(Resultados)** O carro-chefe do segmento explorado é a produção e comercialização de doces especiais e outras espécies de degustes. A atividade requisita insumos de qualidade, embalagens diferenciadas e acessórios especiais, dentre uma enorme variedade de agregar valor ao produto. A proposta de unir o doce com a expressão de um sentimento relembra a tradição de presentear com carinho, da mesma época em que receber bem em casa com a mesa farta significava acolhimento. Parceiros como lojas de produtos alimentícios de consumo local, fornecedores específicos e padarias de qualidade premium junto com o relacionamento com o cliente alimentado com remarketing, as mídias digitais, publicidade e propaganda permite que todos os segmentos de clientes (que compreende homens, mulheres, crianças e até produção de eventos) tenham acesso direto aos principais canais de distribuição que é a venda com entrega delivery e a loja física para consumo local imediato.

**(Conclusão)** De acordo com todos os dados obtidos na pesquisa através das entrevistas e simulações que foram feitas considerando os custos com insumos, aluguel, custos fixos e variáveis e as receitas de vendas diretas e comissionadas, obteve-se um VPL positivo e um baixo período de payback. Levando em consideração que esse mercado é uma tendência na cidade do Natal, essa empresa se enquadra no ramo das empresas que pertence ao grupo de produtos de consumo essenciais, e na capacidade administrativa de seus sócios, pode-se concluir que a empresa é viável economicamente.

**Palavras-Chave:** COMFORT FOOD, TENDÊNCIAS, MODELAGEM

## ENERGIA SOLAR: UMA ALTERNATIVA RESPONSÁVEL, RENTÁVEL E POSSÍVEL

### **Autor(es):**

*Lucas Freitas e Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*João Vítor Lima de Carvalho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Maraisa Milena Alves Bandeira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Ana Cláudia da Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Diego Alves de Oliveira : Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN*  
*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A maior parte da energia consumida no Brasil depende da produção das hidrelétricas, porém o custo desta eletricidade tem aumentado bastante, em virtude de fatores como baixo nível de água nas usinas e crise econômica. Em contrapartida, o valor para instalação e manutenção dos sistemas fotovoltaicos está seguindo o caminho inverso, ou seja, diminuindo anualmente. A ANEEL, desde 2012, permitiu a implantação de um sistema de compensação por energia solar produzida, desta forma, o consumidor pagará apenas a diferença entre a energia produzida e a consumida da rede pública, e encargos mínimos. Neste aspecto apresentamos algumas alternativas de investimento e os seus resultados esperados para pequenos consumidores. Contudo, a alternativa se mostra viável para todos os níveis de consumo.

**(Metodologia)** Utilizou-se estudo de caso, de caráter exploratório e descritivo com o intuito de mostrar a importância da energia solar para o meio ambiente e o funcionamento do sistema de compensação de energia solar, logo se utilizou da contabilidade gerencial para analisar o investimento inicial e os custos, verificando que a energia fotovoltaica realmente pode ser rentável para o consumidor. Ressalta-se que o foi realizada uma análise de situações através de noticiários e sites de instituições ligadas à energia renovável.

**(Resultados)** Cada vez mais as empresas e as residências estão dependentes da utilização de energia elétrica, e para atender a essa demanda, a busca por fontes de energia sustentável ganha espaço no cenário energético brasileiro. O Brasil é privilegiado por ser banhado por raios solares o ano inteiro, principalmente no Nordeste. O Estado da Bahia destaca-se como o maior produtor nacional de energia solar, enquanto que o Rio Grande do Norte aparece apenas em 10º neste ranking. Contudo, mesmo esse país tendo alta incidência de luminosidade solar, esse tipo de energia ainda é pouco aproveitada e possui pouca representatividade, pois alcança apenas 0,01% da matriz energética nacional. Mudanças na legislação favoreceram a implantação das células fotovoltaicas, como ocorreu em 2012, quando a ANEEL publicou a Resolução Normativa 482, permitindo que os usuários desse sistema pudessem inserir a energia produzida excedente na rede elétrica pública, para posterior compensação em KWh. Um ponto negativo é que o ICMS incide sobre o valor consumido geral, contudo em alguns estados, inclusive no RN, o ICMS será cobrado sobre a diferença entre a energia consumida e a produzida, dessa forma o lucro para o consumidor poderá ser muito maior, diminuindo assim o tempo para pagar o investimento. Como as placas fotovoltaicas duram em média 25 anos, o cliente que investir R\$ 11.313,62 e recuperar seu investimento em oito anos, terão uma economia anual, em relação à conta de luz normal (sem energia solar), de R\$ 1.404,00, até completar o tempo médio de duração do sistema fotovoltaico, estima-se que ele obterá uma economia de R\$ 22.464,00. Ressalta-se que este cálculo foi realizado não levando em consideração variações de consumo ou de preços.

**(Conclusão)** A energia solar esta em crescente expansão, a necessidade por fontes de energia sustentáveis encontra nela um dos principais pilares para construir uma nova cultura energética. Os incentivos fiscais, como a resolução 482/2012 da ANEEL e o apoio que alguns governos estaduais estão dando, mostra que já há o início de políticas voltadas para esse fim, corroborando para aumentar a demanda junto às residências e empresas, tornando as placas fotovoltaicas mais acessíveis. Portanto, a produção de energia solar, que uma essa fonte de energia sustentável, esta crescendo e diminuindo seus custos, permitindo-a chegar às residências e empresas, protegendo o meio ambiente e gerando economia.

**Palavras-Chave:** Energia; Fotovoltaicas; Sustentabilidade; Produção.



## ESTACIONAMENTO SOLAR COMO ALTERNATIVA PARA DEMANDA ENERGETICA

**Autor(es):**

*Raul Paulinelli Gomes Novais: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) O conceito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) vem crescendo e sendo disseminado nos últimos anos, diferindo da maneira tradicional de operar, a qual era atrelada apenas ao lucro. Quando a entidade exerce atividades de modo inadequado, essas podem acarretar no recebimento de multas, indenização, paralisação da mesma e até impactar negativamente a marca em longo prazo, portanto, é necessário repensar o modo de operar. Como alternativa pode-se utilizar a sustentabilidade como premissa, esta que envolve o bom funcionamento da tríade: social econômica e ambiental. Por sua importância o segmento de energias será o assunto abordado nesse trabalho, com foco na energia solar, tendo em vista que há possibilidade de renovação nesse setor, além de ser uma forma de energia limpa com amplo potencial para o cenário nacional.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Inicialmente adotou-se a pesquisa bibliográfica através do livro "Empresas na Sociedade" do autor José Antônio P. Oliveira e publicações da UFRJ enquanto ao projeto do estacionamento solar, objetivando levantar dados para fundamentar o trabalho. Posteriormente foi realizada uma pesquisa de campo no Prédio da Justiça Federal para investigar as expectativas de ação no que tange energia solar, para relacioná-las com projetos já existentes.

**(Resultados)** (RESULTADOS) As energias estão divididas em dois grupos, renováveis e não renováveis, desse último pode-se citar o petróleo, carvão mineral e combustíveis nucleares. Essas que apresentam fortes impactos ambientais, além de serem fontes esgotáveis e emissoras de gases poluentes que promovem riscos a saúde da população, aumento do efeito estufa e aquecimento global. Consideradas prejudiciais, as formas de obtenção de energia por intermédio de combustíveis poluentes vem perdendo espaço para fontes não esgotáveis como a energia solar, a qual produz energia e calor limpo, eliminando a emissão de dióxido de carbono, além de ser uma atividade de baixo impacto ambiental. Neste contexto, pode-se destacar a UFRJ como modelo para energia solar, pois é pioneira no projeto em substituir a cobertura convencional de estacionamento por placas fotovoltaicas, as quais absorvem os raios solares convertendo-os em energia para suprir parte da demanda energética do complexo universitário. Com cobertura para 65 carros e 414 painéis solares, gera-se em média 12.000 kWh/mês, energia suficiente para suprir a demanda de 70 casas com consumo em torno de 167KWh. Segundo a UFRJ, essa medida reduzirá a emissão de 70 toneladas de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) por ano e R\$63.000,00 na conta de luz, além de servir como incentivo para outros órgãos públicos adotarem medidas similares. Tal afirmação pode ser confirmada pelo relato do servidor da Justiça Federal do Rio Grande do Norte, Hudson Paulinelli: "Identificamos a ação tomada pela UFRJ e estamos examinando a viabilidade de implantar um sistema similar na JF, pois exploraremos o potencial energético da cidade de Natal de modo a colaborar positivamente com o meio-ambiente". É importante considerar que a estrutura do prédio da JF dispõe de uma área para estacionamento similar ao da UFRJ, sendo assim, os números se aproximariam bastante da realidade já existente, no tocante a reaplicar a construção do estacionamento solar para cobertura dos carros.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Depreende-se que este modelo de placas solares como alternativa para a liga metálica convencional do estacionamento apresenta fontes de baixo impacto ambiental, e tem como ponto positivo a expansão de possibilidades de captação de energia em áreas urbanas as quais são escassas em território. Ademais, é fundamental considerar que tal estrutura oferece visibilidade a ações sustentáveis, além de operar como alavanca para encorajar a sociedade a repensar o cuidado com o meio-ambiente e mercado energético. Confirmando que é interessante para a sociedade que exista o progresso econômico, social e ambiental de maneira sustentável.

**Palavras-Chave:** Responsabilidade Social, Fontes Renováveis e Energia Solar.

**FILOSOFIA DE WARREN BUFFET: UMA ANÁLISE DAS ESTRATEGIAS DE INVESTIMENTO DO TERCEIRO  
HOMEM MAIS RICO DO MUNDO**

**Autor(es):**

*Raul Paulinelli Gomes Novais: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Jadson Emanuel Torres da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Thiago Grande Rodrigues: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Saulo de Tarso Galvão de Carvalho: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Bruno Alves Ferreira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Segundo a Revista Forbes, Warren Buffet é o terceiro homem mais rico do mundo com patrimônio avaliado em 44 bilhões de dólares. Investidor e principal acionista da empresa americana Berkshire Hathway, esta que contempla os segmentos de seguro, material de construção, finanças, serviços de navegação, alimentos e varejo. Tal posto não pode ser atrelado a pura sorte, sendo assim, este trabalho visa investigar as estratégias adotadas pelo guru dos investimentos e avaliar criticamente a metodologia dele em frente a prática corriqueira de mercado.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) O método adotado para a pesquisa é o teórico, relacionando a busca das estratégias adotadas por Warren Buffet presente na obra "Estudo de Casos em Finanças" do autor Robert F. Bruner (2015), com a teoria aprendida em sala de aula.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Diante da análise realizada, percebeu-se que o perfil do investidor em foco é heterodoxo, esse que vai de encontro ao método adotado pelos investidores do mercado financeiro. Essa afirmação é justificada pelo livro quando relata que diversas vezes os acionistas buscam comprar uma variedade de ações visando à redução do risco, quando poderiam estudar o mercado e aguardar por uma oportunidade com imenso potencial lucrativo e aplicar o capital apenas nesta ação. Dito isso, Buffett aponta que o mercado é cético enquanto à acreditar que existem soluções simples ao invés de complexa-las, ou seja, ele afirma que os agentes agem de maneira irracional. Ainda sobre a filosofia de Buffett, esta que buscava julgar a simplicidade e consistência do negócio, pois ele enxergava a realidade econômica a partir de uma proposta fundamentalista visando o retorno em longo prazo. Buffet também discorda que os investidores deveriam ter uma carteira diversificada de ações para evitar riscos e o investidor deveria ter sua visão fundamentada em conhecer profundamente o modo de operar do mercado, assim como informações as quais apresentassem relevância para definir o investimento a ser escolhido.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Após esse estudo realizado, conclui-se que existem diversas maneiras de gerar riqueza na bolsa de valores, já que o mercado é dinâmico e cada individuo possui características individuais que tendem a ser preservadas. Portanto determinadas estratégias como técnicas financeiras de CAPM e WACC não podem ser avaliadas como superiores ou inferiores as de priorização do retorno, tal desfecho deu-se por comparar as recomendações das academias de finanças em relação a filosofia de Buffet, respectivamente. Percebe-se que estas divergem, mas de modo geral a história comprova que ambas funcionam, desde que o protocolo seja seguido e as condições sejam favoráveis. Para finalizar, sugere-se que o investidor busque conhecer o mercado e não menos importante, conhecer a si mesmo, a partir destes procedimentos, faz-se possível elaborar o planejamento o qual resultará na tomada de decisão adequada as particularidades.

**Palavras-Chave:** Finanças, Investimentos e Warren Buffet

## MABOO – CERVEJARIA ARTESANAL

### **Autor(es):**

*Paola Monique Sinedino de Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Gabrielle Cahú da Fonseca Cabral Fagundes: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Cynara Galvão Martins: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*  
*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*  
*Patrick Reinecke de Alverga: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Cada vez mais brasileiros estão dispostos a provar diferentes sabores, abrindo espaço para bares especializados e franquias. Nos últimos anos, o produto cerveja artesanal têm se incorporado ao vocabulário de parte dos consumidores, acompanhando uma tendência de diversificação do mercado nacional de cervejas – alimentada por bebidas importadas e pela produção brasileira de pequenas empresas. Junto a isso estão surgindo inúmeras oportunidades de negócio, como bares especializados e franquias. Pensando em uma proposta diferenciada dentro de um mercado promissor, com foco em um público que aprecia e valoriza, além da qualidade do produto, o fator entretenimento, nasce o interesse de criação da Cervejaria MABOOL: a fabricação e distribuição do produto são os principais pontos de partida para o início de uma nova experiência. Será possível degustar a cerveja artesanal no espaço físico, agregado ao local da fabricação, objetivando o primeiro contato e experiência com o produto recém produzido. A proposta arquitetônica do ambiente acompanha o objetivo do negócio, de forma que aguace os sentidos dos clientes, tornando uma experiência única e agradável. Participação em feiras e eventos específicos do segmento também será o foco para melhor aprimorar o produto e a marca. Trabalhos como divulgação em redes sociais, entre outros veículos para gerar expectativa e atrair o público, meios de fidelização como um cartão que acumule pontos a cada visita a cervejaria, fazem parte do planejamento para introdução da Cervejaria MABOOL no mercado.

**(Metodologia)** O levantamento foi realizado por pesquisa de mercado, com suporte de sites e outros veículos de comunicação, como por exemplo redes sociais. Foi possível entender a dimensão das oportunidades para o negócio, com diversidade de informações disponibilizadas, incluindo previsão de crescimento para o segmento. Na análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa, com o uso de uma ferramenta de modelagem, Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2009) que é estruturada em uma tela com nome blocos que descrevem as principais áreas do negócio

**(Resultados)** O mercado local de cervejaria artesanal é de crescente oportunidades, porém carente de inovações. A segmentação dos clientes são homens e mulheres maiores de 18 anos, residentes na cidade do Natal/RN, classe A e B, com um paladar aguçado para a proposta da cerveja agregada a especiarias e sabores diferenciados. A comunicação com o consumidor é sugerida a acontecer de forma descontraída, de maneira que o público jovem se identifique, proporcionando ainda entretenimento. Dessa forma, o uso de mídias sociais será imprescindível, com conteúdo atrativo e diário, mantendo sempre a interação junto ao consumidor. Também como forma de estreitar essa relação, é sugerível veículos especializados, tais como blogs, revistas, colunas, etc; fazer-se presente em eventos (encontros regionais e nacionais, congressos, feiras, etc) relacionados à cerveja artesanal.

**(Conclusão)** De acordo com as informações obtidas por meio da pesquisa, que apontam mercado crescente no setor e diversas oportunidades para o negócio diferenciado, bem como simulações, inclusive estrutural, aliada a uma proposta elaborada para um público-alvo significativo na área de atuação sugerida, conclui-se que a empresa é viável.

**Palavras-Chave:** Cerveja artesanal; gourmetização; modelagem de negócio

## MAIS RN: INDICADORES ECONOMICOS DO RIO GRANDE DO NORTE

**Autor(es):**

*Andréia Lopes de Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Aluisio Alberto Dantas: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Mais RN é um planejamento estratégico, com o intuito de mapear as oportunidades de negócios e os cenários de investimento com maior potencial no Estado até 2035. A pesquisa torna-se de grande relevância, pois está inserido em um contexto que busca novas estratégias econômicas que possam promover o crescimento do Estado e avaliar as principais propostas políticas econômicas.

**(Metodologia)** O estudo está sendo feito mediante a análise de relatórios documentais do programa, disponibilizados pela FIERN - Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte. A Estratégica de Desenvolvimento Econômico de Investimento do Rio Grande do Norte – MAIS RN. Com base nesse documento e em outros será possível fazer uma análise das propostas e respectivos cenários, identificando alternativas e estratégias de execução. Serão analisados os resultados socioeconômicos do referido programa.

**(Resultados)** O estudo constata que o Estado do Rio Grande do Norte apresenta fortes cenários de atração de investimentos, considerando as inúmeras vantagens comparativas no contexto macroeconômico regional e nacional. A primeira vantagem de investimento é dada pela localização geográfica do Estado, no sentido de atrair investimentos destinados à intermediação da América do Sul, o continente Europeu, Ásia e África. Essa vantagem comparativa a partir do funcionamento do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, cuja estrutura administrativa, logística e operacional é fortemente superior aos demais Aeroportos dos Estados circunvizinhos. Portanto, a localização geográfica do Estado e o funcionamento do aeroporto são dois grandes fatores que atraem vantagem competitiva, que viabiliza os investimentos privados e indicadores de rentabilidade e indicadores de rentabilidade. Outro resultado relevante para a decisão de investimento é a energia renovável que se adequa no comparativo com o desenvolvimento. O Estado possui o maior parque eólico do País, disponibilizando a geração de energia superior ao consumo, considerando que a energia é um dos principais insumos na avaliação no plano de negócio para o investimento, o atual quadro energético favorece como fator importante para cenários de crescimento para o Estado.

**(Conclusão)** O Estado encontra-se no classificado como 14º lugar nacional e o 4º mais competitivo da região Nordeste, segundo informa a MBC – Movimento Brasil Competitivo. O crescimento da economia do Estado também está relacionado com o setor de comércio e serviço, que representa 70% de participação na economia. O setor da indústria de transformação apresenta 65% da geração de empregos formais o ramo de alimentos representa 24% de emprego, o setor mineral representa 12% do emprego formal. Portanto, diante das diversas possibilidades de investimentos no Estado do Rio Grande do Norte, é possível afirma que o Estado do Rio Grande do Norte tem vantagens competitivas no nordeste e no país. Entretanto, pode-se afirma a necessidade de um amplo e agressivo plano logístico de apoio estrutural para os setores produtivos, no sentido de disponibilizar estradas e demais veículos de transporte de mercadorias em escala produtiva (portos e trens). Deve-se ressaltar ainda o apoio logístico à distribuição de energia eólica, afim de que esse insumo possa ser utilizado pelas empresas a se instalarem no Estado.

**Palavras-Chave:** Economia, desenvolvimento e estratégia

**MODELAGEM DE NEGÓCIO ATRAVÉS DA PLATAFORMA CANVAS: FORNUFT, SOLUÇÕES PARA REVISÃO E TRADUÇÃO DE TEXTOS**

**Autor(es):**

*Raul Paulinelli Gomes Novais: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Daniel de Lima Ramos: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*  
*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*  
*Patrick Reinecke de Alverga: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Globalização e aparatos tecnológicos são termos corriqueiros no cenário do século XXI, é relevante observar esses fenômenos levando em consideração que afetaram a maneira de operar na sociedade moderna. Um impacto o qual destacaremos é a eliminação da distância ocorrida através da internet. Sendo assim, criou-se uma demanda pela comunicação dentre as demais nações, interferindo diretamente em uma janela de oportunidade para o segmento de revisões e traduções de textos. Para tal, este resumo visa abordar a relevância de investir nesse segmento, identificando as oportunidades e ameaças, e será utilizado o recurso de modelagem Canvas (BMC – Business Model Canvas), modelo este canonizado pela ciência administrativa, pois permite transmitir a informação definida com clareza e objetividade eficaz.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Dividiu-se a metodologia em três etapas, sendo essas: pesquisa bibliográfica, estudo de casos, e por fim, elaboração do modelo Canvas, respectivamente. Para a pesquisa bibliográfica, coletou-se material fornecido em sala de aula e bibliografia complementar pelo SEBRAE para o curso do Empretec. O estudo de casos visou extrair a experiência e feedback enquanto ao mercado de pessoas as quais trabalham no segmento de revisão e tradução de textos, ao todo foram entrevistadas três pessoas residentes na cidade de Natal com questionários abertos (estas pediram sigilo enquanto a exposição da autoria e local de trabalho). O ciclo foi fechado por meio da união da teoria com a prática empresarial, de modo a confeccionar a tela de modelagem de negócio.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Os resultados obtidos através dos entrevistados permitiram compreender o cenário em questão, estes apontam que o diferencial é oferecer um serviço de qualidade, que possa receber/enviar o material a ser traduzido/revisado por e-mail e o pagamento possibilite o recebimento por meio de transação bancária, garantindo assim agilidade na prestação do serviço. Portanto, este é vasto em oportunidade para aqueles os quais adotarem uma conduta operacional compatível com a demanda, em termos de necessidade do cliente, qualidade de serviço, tempo de serviço e honorários. Logo, criou-se uma empresa beta, nomeada de: "Fornuft – Soluções para Revisão e Tradução de Textos." Com finalidade de explicar a perspectiva operacional, findando na elaboração de nove telas, estas são: segmento de clientes, canais, proposta de valor, relacionamento com clientes, atividades principais, recursos principais, parcerias principais e receitas. Este arranjo fornece uma visão panorâmica da empresa em foco e define objetivamente os elementos supramencionados.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Através da análise, conclui-se que o mercado de revisão e tradução de textos encontra-se aquecido, e é razoável considerar investir neste. Pois o investimento inicial é irrisório comparado as possibilidades de retorno, além das perspectivas indicarem que o segmento caminha para o aumento na demanda a nível local, regional e global. Enquadrando-se no ramo em que os custos fixos se mantêm, enquanto a receita aumenta, definindo-a com o VPL positivo e Payback em curto prazo.

**Palavras-Chave:** Modelagem Canvas, Comunicação, Revisão e Tradução de Textos.

**MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE VESTUÁRIO, SAPATOS E ACESSÓRIOS PARA BEBÊS E CRIANÇAS: ONLY BOYS.**

**Autor(es):**

*Camilla Ferreira de Brito: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Thiago Grande Rodrigues: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Gilmara Adelino de Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*  
*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*  
*Patrick Reinecke de Alverga: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Ao longo dos anos, houve uma grande transformação na dinâmica das famílias com relação ao tempo da vida cotidiana, proveniente da dupla jornada exercida pelos pais, repercutindo em menor tempo disponível para a busca e aquisição de produtos destinados a um determinado público, no caso crianças na faixa etária de 0 a 5 anos, especificamente do sexo masculino. Diante disso, percebe-se uma grande necessidade em se promover a diversidade de produtos oferecidos às famílias que possuem filhos enquadrados nessa segmentação de público. Desta maneira, visando suprir a necessidade dessa demanda gerada por esses consumidores, é importante a existência de empresas nesse ramo, capazes de oferecer produtos diferenciados e de qualidade em um único ambiente, proporcionando praticidade, comodidade e economia de tempo. Portanto, observa-se o interesse pela modelagem de um negócio com o objetivo de caracterizar, de forma sistêmica, integrada e visual, uma proposta inovadora para a cidade de Natal/RN, que é atingir especificamente o público alvo acima descrito.

**(Metodologia)** A pesquisa classifica-se como exploratória, descritiva e de campo, realizada com alguns pais classificados a partir de uma amostra não probabilística por acessibilidade. Como instrumento de coletas de dados, utilizou-se questionário estruturado com perguntas fechadas (de marcar X), buscando informações sobre o segmento em foco, e também mediante a ajuda de sítios eletrônicos relacionados à pesquisa de mercado. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa e quantitativa, com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2009).

**(Resultados)** O mercado desse segmento é muito carente de produtos. Observa-se nas pesquisas realizadas que as empresas existentes oferecem poucas opções para meninos dessa faixa etária em suas respectivas vitrines, uma vez que dão mais ênfase a produtos e acessórios direcionados para meninas. A "Only Boys" se propõe a realizar um serviço inovador nas duas lojas localizadas no município de Natal/RN, possibilitando um tratamento diferenciado com nossos clientes, colaboradores e fornecedores, no sentido de formar parcerias e de agregar valor em prol de todos, fazendo com que se sintam parte essencial do negócio. Diante disso, a pretensão é de garantir a fidelização dos mesmos e também de atrair novos parceiros, através do marketing, conhecendo suas preferências relacionadas às marcas dos produtos e serviços a serem oferecidos.

**(Conclusão)** Diante das pesquisas e de seus dados obtidos, infere-se que o mercado é oportuno e promissor, por oferecer algumas vantagens em relação aos concorrentes diretos em função da segmentação dos produtos e serviços, sendo inequívoco o fato de que esse mercado se mostra promissor, esperando-se uma rentabilidade considerável.

**Palavras-Chave:** Inovação, Oportunidade de Mercado, Modelo de Negócio.

## O VERDADEIRO VALOR POR TRÁS DA MODA

**Autor(es):**

*Jadson Emanuel Torres da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O fast-fashion é um modelo de negócio que tem como propósito abastecer as lojas através das necessidades do público-alvo com bastante agilidade, flexibilidade e rapidez, atendendo assim os desejos dos clientes. O presente trabalho tem como objetivo mostrar os impactos sociais, ambientais e econômicos gerados pelo modelo de negócio, visando citar possíveis soluções que venham diminuir ou eliminar esses impactos.

**(Metodologia)** A pesquisa classifica-se de caráter exploratório e qualitativo. Como coleta de dados, foi utilizado o documentário THE TRUE COAST. Produção de Andrew Morgan, Bangladesh: 2015, e da Constituição Federal brasileira. Além de pesquisas na internet e notícias divulgadas pelas e sobre as lojas que utilizam o modelo de negócio fast-fashion e da indústria têxtil. A pesquisa ainda conta com caráter dedutivo por conter abordagens existentes.

**(Resultados)** Após a criação e o desenvolvimento de uma blusa, por exemplo, tem como próxima etapa a produção. Como todos os produtos, para que possamos produzir esta blusa necessitamos de insumos e matéria-prima para que venhamos após o desenvolvimento à conclusão da mesma. Contudo, desde o algodão fabricado até as peças confeccionadas, o fast fashion atinge a integridade física das pessoas envolvidas no processo de fabricação devido a sua grande flexibilidade e da precarização do trabalho por se instalar em condições inadequadas para o desenvolvimento do mesmo, assim expondo em risco a saúde dos trabalhadores, atinge o meio ambiente como o uso de agrotóxicos e pesticidas na produção de algodão, como nos EUA em que 80% do algodão produzido é AGM (algodão geneticamente modificado). O americano comum joga fora quase 38 quilos de lixo têxtil a cada ano, chegando a mais de 11 milhões de toneladas somente nos EUA. A maior parte de lixo não é biodegradável. Ou seja, ficam nos lixões por 200 anos ou mais enquanto liberam gases poluentes no ar. Além disso, os retalhos, sobras e peças inacabadas dos tecidos cheios de produtos químicos utilizados nas indústrias são, na maioria das vezes, jogados nos lixões, queimados, enterrados em aterros sanitários ao invés de serem reciclados e reaproveitados como matéria-prima no uso de estofados e cintos para automóveis, por exemplo. E gera também impactos econômicos, pois o consumidor sente-se atraído pelo baixo valor do produto e acaba comprando a roupa que não lhe faz parecer bem, arrepende-se de ter comprado, mas existe outra que pode comprar mesmo sem ter dinheiro, tornando o produto uma “moda descartável”.

**(Conclusão)** Levando em consideração os resultados apresentados acima, conclui-se, então, que o modelo mais aceito seria o slow-fashion, onde as peças seriam produzidas de maneira mais lenta, não causando impacto nos trabalhadores e evitando produtos químicos no algodão fazendo com que o consumidor realmente consiga ter o seu próprio estilo e gerando um consumo mais consciente.

**Palavras-Chave:** Fast-Fashion, Impactos, Moda.

**PRODUTO X PREÇO: UMA ANÁLISE NA BOUTIQUE BBB.**

**Autor(es):**

*Mirla Gabriela da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Sara Kamila Trajano da Silva : Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Jardênia Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN*  
*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Desde a antiguidade o preço vem sendo um dos principais fatores da escolha de um determinado produto. Tal afirmação, ainda pode ser considerada na atualidade, no ato da compra o cliente cria uma situação de comparação entre a utilidade do sacrifício e a utilidade da qualidade. Quanto menor o poder aquisitivo esse tende a optar por produto de menor custo quando ocorre o contrário ele tende a escolher o produto mais caro. Com a crise econômica e os diversos problemas que a inflação acarreta ocorreu a diminuição do poder aquisitivo dos consumidores. Portanto eles estão preferindo produtos de menor custo a melhor marca. Preço baixo pode levar a percepção de baixa qualidade, mas a prática nem sempre confirma teoria. É claro que outros elementos influenciam como a característica do produto, imagem do anunciante, nome e familiaridade com a marca e até mesmo os fatores macroeconômicos.

**(Metodologia)** Este trabalho está baseado cientificamente em dois tipos de pesquisa: exploratória e descritiva. E tem por objetivos identificar fatores qualitativos e quantitativos da Boutique BBB. Demonstrados através dos resultados desse estudo a relação entre qualidade e baixo custo. Nesta pesquisa foi utilizado um questionário aplicado com os clientes do estabelecimento estudado, onde eles responderam questões fundamentais para o resultado dessa pesquisa. Foram utilizadas como fonte de pesquisa as obras de Santos. A. R (2001) e Vergara S. U (2006).

**(Resultados)** Embora o preço tenha um importante papel nas atividades econômicas, tanto para quem vende quanto para quem compra, ele ainda se torna um mistério para quem toma decisões. Os profissionais da área de marketing estão cada vez mais empenhados em deduzir como o consumidores concluem que o produto de baixo custo não tem boa qualidade. Com os resultados obtidos chegamos a conclusão que em sua maioria a Boutique BBB é frequentada por mulheres com a faixa etária de até 20 anos que cursam ou que concluíram o ensino médio e a grande maioria são casadas. Os resultados também revelaram que o nível de qualidade dos produtos é satisfatório, concluindo assim que os clientes se sentem satisfeitos com o preço e a qualidade dos produtos oferecidos na loja.

**(Conclusão)** Os dados apresentados ao longo desse estudo conclui-se que a Boutique BBB oferece produtos de qualidade com o preço acessível para todos. Por tudo exposto, podemos concluir que lojas que tem preços acessíveis podem oferecer produtos de qualidade satisfatória para o seu consumidor. Além disso, também chegamos à conclusão de que vários fatores contribuem para a satisfação do cliente, tais como, preço, qualidade do produto, atendimento, inclusive a localização da loja.

**Palavras-Chave:** Preço, qualidade, produto.



## RENT BIKE: DESENVOLVIMENTO DE UM NEGÓCIO NO SEGMENTO DE ALUGUEL DE BICICLETAS.

### **Autor(es):**

*Alice Hevilla Rolim Rodrigues: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Fernando Isaac Melo Santos: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*

*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*

*Patrick Reinecke de Alverga: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com base na mudança de hábitos da população que busca cada vez mais qualidade de vida, bem estar e atividade física, percebeu-se que houve um aumento significativo de adeptos por prática de atividades físicas ao ar livre. Visando suprir a necessidade dessas pessoas é viável a existência de uma empresa capaz de atender e proporcionar a população um novo meio de lazer, diversão e hábitos saudáveis. Desta forma, criou um desenvolvimento de negócio chamado Rent Bike, cuja proposta é proporcionar qualidade de vida, saúde e bem estar às pessoas que desejam lazer, por meio do uso da bicicleta. Os canais de distribuição serão realizados pelas lojas físicas e plataforma na internet. O relacionamento com os clientes será feito através das redes sociais, telefone de atendimento e ações de incentivo em utilizar a bicicleta. A empresa tem como atividade a prestação de serviço de alugueis de bicicletas para passeios, onde sua receita principal será os alugueis das bicicletas.

**(Metodologia)** A pesquisa classifica-se como exploratória, descritiva e argumentativa, realizada com auxílio de sites, análise de mercado no município de Natal no segmento de alugueis de bicicleta. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se pesquisas de mercado com uso de questionários estruturados em plataformas de pesquisa de mercado, mas focados nos objetivos propostos, além de pesquisas na internet e notícias divulgadas sobre o aluguel de bicicletas. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa, com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, Business Model Canvas (BMC) de Osterwalder (2009) que é estruturado em uma tela com blocos que descrevem as principais áreas de um negócio.

**(Resultados)** De acordo com os estudos realizados nesse mercado, observa-se que há um crescimento significativo nesse tipo de serviço em quase todas as capitais do país, sendo Natal uma das poucas que ainda não realizam esse tipo de serviço. Natal é totalmente carente desse tipo de serviço e a Rent Bike se propõe a realizar um trabalho inovador para a população da cidade de Natal, cuja base é a utilização da bicicleta, atrelada a equipe que estará a frente das vendas do serviço de aluguel das bicicletas e plataforma bike (aplicativo) que servirá para efetuar a reserva das bicicletas. Por ser a única na cidade, teria um mercado de monopólio e grande chance de crescimento por ser um negócio inovador que supri a necessidade da população nesse momento. As parcerias serão feitas com fornecedores das bicicletas, apoio de órgãos públicos e com os veículos de comunicação na cidade.

**(Conclusão)** De acordo com todos os dados obtidos na pesquisa através das entrevistas e simulações que foram feitas obteve-se um VPL positivo e também um baixo prazo de retorno do capital investido. Levando em consideração que esse mercado é crescente, e essa empresa se enquadra no ramo das empresas que ajudam o meio ambiente, e na capacidade administrativa de seus sócios, pode-se concluir que a empresa é viável economicamente. Proporcionar uma maior qualidade de vida no que se refere a saúde e lazer a fim de garantir que a população tenha uma vida mais saudável.

**Palavras-Chave:** Aluguel de Bicicleta, Lazer, Qualidade de vida.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

### **Autor(es):**

*Thauanny Mayara Batista: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Andréa Camilo Soares Lucas Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Marciela Alves Farias: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Prissyly Myrelly de Lima Machado: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Daniel Barreto Costa: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Responsabilidade social é quando as empresas decidem, voluntariamente, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo. O conceito pode ser compreendido em dois níveis, o nível interno, que se relaciona com os trabalhadores, e o externo que tem correlação com toda a área que a empresa ou corporação venha a afetar, e que possa influenciar no alcance de seus resultados. O nível externo são as consequências e ações de uma organização sobre o meio ambiente, os seus parceiros de negócios e o meio em que estão inseridos. Nos últimos anos o interesse em RSC vem crescendo gradativamente em todo o mundo. As empresas estão ávidas para atuar e mostrar o quanto são socialmente responsáveis, já que é isso é entendido como algo importante. Sendo notado tanto dos olhos da sociedade, que está preocupando-se bem mais com o meio em que vive, como do governo, que ações que ele seria responsável, a empresa toma isso e realiza. Resultando assim, em um gasto a menos para o poder público. Esse conceito atua como algo em evolução, uma vez que, ele precisa estar sempre adaptando-se as mudanças ocorridas na sociedade e nas empresas.

**(Metodologia)** O estudo foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica em livros e sites. Baseia-se cientificamente em dois tipos de pesquisas: bibliográfico e descritivo, tendo como objetivo, mostrar algumas definições de RSC, sob a nossa análise e sob o ponto de vista de alguns autores. Por fim, destacar a importância que vem sendo dada a ela nos últimos anos e identificar a diferença entre responsabilidade social e ação social.

**(Resultados)** Incorporado a esse tema há defensores e opositores. Na categoria opositora temos como exemplo Milton Friedman, pai do liberalismo econômico e autor de teorias importantes da economia neoclássica e ele afirmou que: “A única responsabilidade social das empresas é gerar lucro para seus acionistas, dentro das regras da sociedade (leis)”. Ou seja, não deve-se fazer nada mais previsto do que a lei manda. Com esses argumentos demandados por ele, acadêmicos e ativistas demonstraram com muito esforço que ele poderia estar errado. Já na categoria defensora temos Archie Carroll, dizendo que: “A responsabilidade social de uma empresa engloba as expectativas econômicas legais, éticas e filantrópicas que uma sociedade tem da organização em um determinado momento.” Ele propõe um modelo em forma de uma pirâmide, onde expõe responsabilidades que a empresa deve usufruir. Muitas vezes existe confusão entre ação social e responsabilidade social. E a ação social nada tem haver com RSC, pois ser responsável socialmente não tem nenhuma relação com filantropia. Para deixar ainda mais claro, a ação social são doações ou projetos sociais que beneficiem alguns grupos, como comunidades, casas de apoio, escolas ou organizações não governamentais (ONGs), já a responsabilidade social de uma empresa, envolve atitudes, ações e relações com um grupo maior de partes interessadas, como consumidores, fornecedores, sindicatos e governo.

**(Conclusão)** Com isso, dentro dos modelos de RSC o que mais nos chamou atenção é o de Carroll, pois a sua definição encontra-se mais completa e há todas responsabilidades que a empresa deve possuir. Podendo-se compreender, através do seu modelo, que o dever da empresa não é apenas da porta pra fora, e sim também, olhando-se pra dentro. Já que, não adianta desempenhar ações para com o meio social, tentando fazer com que sua empresa seja responsável socialmente, e no íntimo, haja engano para com os consumidores/clientes e funcionários. Em término, vimos que responsabilidade social é algo completo, que envolve toda a empresa e tem o “poder” de aumento da reputação, conquista de novos mercados e fidelização de clientes.

**Palavras-Chave:** Responsabilidade social, ação social, definição, defensor e opositor.

## RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE INTRODUÇÃO ÀS FONTES DE ENERGIA SUSTENTÁVEL

**Autor(es):**

*Diego Alves de Oliveira : Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

*Augusto Cesar Rebouças de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A demanda cada vez maior do consumo de eletricidade, a necessidade global por diminuir a emissão de gases poluentes, a crise hídrica e econômica que assola o Brasil, tudo isso acentua a importância de investir em fontes de energia sustentável, aliando interesses sócio-econômicos à preservação do meio ambiente. É nesse contexto que o Rio Grande do Norte tem-se destacado no cenário energético brasileiro, mostrando um grande potencial de produção de energia renovável. As principais fontes de energia sustentáveis geradas nesse estado são a eólica e a solar. Os ventos constantes em seu vasto litoral, aliado a um clima que oferece sol o ano inteiro, contribui para o Rio Grande do Norte mostrar seu grande potencial para produzir energia renovável, seja pela produção por células fotovoltaicas, seja por energia solar.

**(Metodologia)** Foi utilizado estudo de caso, exploratório e descritivo, com o intuito de mostrar que o Rio Grande do Norte destaca-se como uma potência nacional de energia sustentável, principalmente na produção de energia eólica e solar. Bem como foi realizada uma análise através de noticiários, sites de instituições ligadas à energia renovável e no portal do Governo do Estado.

**(Resultados)** A capacidade de produção energética Potiguar destaca-se no cenário nacional, principalmente, em função dos ventos constantes em seu vasto litoral que favorecem a implantação de parques eólicos, que usam essa força para girar suas pás para gerar eletricidade, esse tipo de produção de energia põe o RN como o maior produtor de energia eólica nacional, seguido pelo Ceará, Rio Grande do Sul e Bahia. Em 2015, o Brasil alcançou o recorde de produção ao gerar 6.000 MW, só o RN atingiu 2.000 MW. O campo eólico Norterio-grandense conta com 81 usinas em operação produzindo cerca de 2.119,2 MW, 23 usinas em construção, com previsão de 624,8 MW de geração, e 77 usinas contratadas, que deverão produzir 1.891,7 MW, ou seja, um total de 4.635,7 MW de produção num curto prazo. De acordo com o Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energias Renováveis a estimativa é que o setor eólico no RN tenha recebido nos últimos 5 anos, de R\$ 3 a 4 bilhões em investimentos. Contudo, o Porto de Natal e a entrega das linhas de transmissão ainda causam transtornos para atender as demandas de infraestrutura e logística inerentes ao setor eólico. Geração de empregos e renda também beneficia a população, além de melhorias nas áreas urbanas e rurais. No caso da energia solar, ainda está em crescimento, alcançando o 10º lugar na produção nacional, porém as perspectivas são boas, visto que recentes incentivos fiscais, a busca por fontes sustentáveis, o atual protagonismo Potiguar na produção eólica, bem como um clima que oferece ao setor fotovoltaico cerca de 300 dias de sol no ano contribuem para que empreendedores encontrem um campo fértil para investir em energia solar.

**(Conclusão)** Conclui-se que o Rio Grande do Norte já é uma realidade como potência energética sustentável, pois o volume de produção e investimentos se destaca no cenário nacional. As torres que produzem energia eólica se espalham pelo seu litoral e em algumas regiões do interior, produzindo mais de 2.000 MW de potência, galgando o primeiro lugar entre os estados produtores brasileiros. A energia solar esta em crescente expansão, os incentivos fiscais, tendem a aumentar a demanda junto às residências e empresas. Portanto, observa-se a energia eólica consolidada e a solar em expansão, tais fontes de energia sustentável permitem ao Rio Grande do Norte um lugar entre as potências energéticas sustentáveis brasileiras.

**Palavras-Chave:** Energia; eólica; Rio Grande do Norte; sustentabilidade.

## RITMO, EQUALIZAÇÃO E INTERPRETAÇÃO: A ORQUESTRA COMO METÁFORA REVISADA

**Autor(es):**

*Raul Paulinelli Gomes Novais: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Trata-se de uma interpretação a respeito da cultura de uma orquestra através do modelo analítico da metáfora organizacional. A escolha dessa temática é justificada pelas orquestras apresentarem: harmonia, integração, facilidade de comunicação e espírito de corpo. Elementos estes que aconteceram de modo natural desde a criação dessas entidades, mesmo antes do surgimento de grandes organizações empresariais. Para essa leitura, deu-se enfoque nas relações de diálogo entre maestro e músicos com propósito de diagnosticar e avaliar as raízes de cultura pelo prisma dos aspectos de liderança.

**(Metodologia)** A metodologia foi dividida em três etapas: a primeira de cunho bibliográfico com as obras: Imagens da Organização (MORGAN, 1996), O método 3: o conhecimento do conhecimento (MORIN, 2005) e Psicologia aplicada a administração de empresas: psicologia do comportamento organizacional (BERGAMINI, 1982). A segunda etapa foi caracterizada por pesquisa de natureza etnográfica, em que o discente acompanhou de maneira participativa por período de um ano as atividades de ensaio e concertos da orquestra em questão. Para a terceira, trabalhou-se na aplicação do questionário com os cem músicos e entrevista com o maestro da Orquestra Filarmônica Evangélica Gênesis, atividades as quais resultaram na construção da discussão dos resultados e por fim relatório final para envio ao PIBIC/CNPq.

**(Resultados)** O exame desse panorama permitiu defini-la como ortodoxa, preservando assim, a essência tradicional de entidades de ordem eclesiástica e instrumental. Em resposta a esta perspectiva, obteve-se como imagens mais relevantes: adaptabilidade aos eventos relacionados ao contexto histórico e capacidade evolutiva através do processo de aprender a aprender, características das metáforas organizacionais como organismo e cérebro, respectivamente. Resultados esses que confirmam a posição do autor Peter Drucker em "O Advento da Nova Organização" da revista Harvard Business Review, quando afirma que caminhamos para um território em que as estruturas administrativas sejam similares a de uma orquestra, por tratar-se de uma organização fundamentada na informação.

**(Conclusão)** Depreendeu-se tal julgamento, em decorrência do modelo de Morgan visar à compreensão de forma ampliada no tocante aos fenômenos institucionais, confirmando a adequação deste ao se objetivar uma leitura profunda do panorama. Tal modelo permitiu vislumbrar a orquestra como uma entidade a qual merece atenção no tocante a ser tida como exemplo para as empresas modernas. Sendo confirmado pela história como uma organização a qual transcende quatro séculos e ainda assim possui aptidão para transmitir a maneira de expressar arte com a essência do gêneses resguardada, ou seja, apesar do surgimento no período barroco, é adequada para complexidade do século XXI. Sendo assim, conclui-se que atmosfera orquestral possui vasta riqueza em estrutura para colaborar como referência organizacional para entidades atuais.

**Palavras-Chave:** Cultura, Orquestra e Metáforas Organizacionais.

**SOUZA CRUZ S/A: UMA ANÁLISE DO MARKETING E RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EMPRESA.**

**Autor(es):**

*Nielson Rodrigo Guimarães de Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Josafá Apolinário do Nascimento : Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Giulliany Rocha Freire Fernandes de Oliveira : Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Caio Cesar Cardoso de Arruda: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Observamos que muitas empresas, inclusive a Souza Cruz S/A, vem adotando uma postura mais tendenciosa perante as situações enfrentadas na atualidade, principalmente nos quesitos de responsabilidade ambiental e no fator social e tudo isso esta diretamente ligado ao marketing da empresa, pois trata-se da alma do negócio, que independente qual seja o ramo empresarial, o marketing é um dos fatores mais fortes com relação a indução ao consumismo. E as tendências são tidas com base nas disfunções de um eixo extremamente potente (capitalismo), que a partir do momento em que suas diretrizes/normas/segmentos/atuação apresenta determinada disfunção, serão sempre apresentadas medidas para possíveis “soluções”, só que de acordo com a análise feita, verificamos que é desastroso usufruir de algo sem analisar as consequências danosas visto de um contexto geral. Como também todos nos sabemos que o problema não esta na compra/consumo, e sim a forma como utilizamos, se a pessoa possui boa orientação/educação/informação haverá sim equilíbrio no que diz respeito ao consumismo e entretenimento, porém, a meta deste referido sistema aqui no Brasil não tem como prioridade investimentos fortes para educação e bem estar social, a meta nada mais é do que obter lucro.

**(Metodologia)** A metodologia na qual foi utilizada para feitura deste referido artigo se deu da seguinte forma: Promovemos diversos debates acerca da empresa Souza Cruz S/A, e foi necessário conhecer ao máximo sobre a referida empresa, pois já foi feito um outro artigo por este mesmo grupo sobre a Souza Cruz e com isso, houve muitos debates entre o próprio grupo, promovemos debates com o público consumidor e com esses debates conseguimos levantar alguns dados suficientes para executar a feitura do artigo e também contamos com a disponibilidade do material disponibilizado pela própria companhia.

**(Resultados)** Os resultados perante aos desafios enfrentados pela empresa são incríveis devido a grande capacidade gerencial, que mesmo diante das situações mais diversas (proibição de propaganda, divulgação, alíquota tributaria, pirataria dentre outros desafios) e mesmo diante das situações mais difíceis a empresa consegue sempre da melhor forma possível se adequar as necessidades. Já o fator político no que diz respeito a tal assunto, é tão maléfico quanto o cigarro em si, pois a prioridade a meu ver não é a criminalização/restrição/indução as drogas ou qualquer que seja a substancia viciosa e sim o fator familiar se vai proporcionar boa orientação para os jovens e com isso disponibilizar acesso a informação coerente com a nossa realidade e não simplesmente aquelas distorcidas pela televisão, para por fim garantir divulgação de verdadeiras informações com o intuito de formar cidadãos todos com a capacidade de usar a conscientização, com igualdade e união e sem ter a necessidade de querer se sobrepor perante aqueles que vivem a margem da nação, ou seja, é só uma questão de educação.

**(Conclusão)** Concluimos que o capitalismo é totalmente injusto a partir do momento em que priva a população de possuir acesso direto a informação e educação para a longo prazo a sociedade ganhar uma nova consciência mais justa sobre as coisas da vida, ou seja, trata-se de uma estratégia para manter a população aprisionada se tornando marionetes do sistema, desta falsa democracia, pois democracia é quando se tem consciência sobre a realidade existente e quando se possui autonomia para a tomada de decisão, onde o que for pago pode ser consumido. Cabe ao sistema adequar-se a estas necessidades e controlar o uso de forma coerente com a realidade. E ver boa parte da população vivendo a margem do 3º mundo, simplesmente por não haver políticas públicas intencionadas a pôr em prática medidas preventivas para mudar a realidade da nação, pois restringir/proibir não é a solução. Orientar e educar para haja democracia.

**Palavras-Chave:** Capitalismo; Marketing; Consciência.

*15ª edição do*  
**CONIC**  
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL



**CSET2 - Contabilidade**

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA BRASILEIRA**

**Autor(es):**

*Rodrigo Francisco da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Desde seu surgimento a contabilidade desempenha um papel gerencial, servindo como ferramenta para tomada de decisões. Segundo Marion (2012, p. 25) “A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões”. A análise das demonstrações contábeis, ou simplesmente, análise de balanços é um técnica ou como conceitua Ludicibus (1998, p. 20) a “arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivemos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamentos, se for o caso”, utilizada para o processo de tomada de decisões tanto por usuários internos, quanto externos. Administradores, diretores, investidores, credores, bancos são exemplos de usuários que utilizam essa ferramenta para a tomada de decisões. Ela se apresenta como a principal fonte de dados necessária para o processo decisório, a partir dos demonstrativos contábeis e da análise adequada dos dados por eles fornecidos pode-se avaliar a situação de uma entidade em relação ao seu histórico e ao mercado. A contabilidade tem a finalidade de estudar e controlar o patrimônio, registrar suas alterações elaborar demonstrações contábeis livres de vieses e distorções, que expressem a real situação patrimonial de uma empresa em determinado período. A partir dos dados fornecidos pelos relatórios contábeis inicia-se o processo gerencial, a análise de balanços, onde extrai-se informações de relevância econômico-financeira que são utilizadas como base para a tomada de decisões.

**(Metodologia)** Estudo de caso baseado em pesquisa de fontes secundárias, do tipo bibliográfica, exploratória e documental. Os dados necessários para pesquisa foram coletados de livros, teses, dissertações, teses, artigos digitais e das demonstrações contábeis e notas explicativas da empresa objeto do estudo de caso retiradas do site da BM&FBovespa e tratados a partir do Microsoft Excel.

**(Resultados)** A pesquisa evidenciou que a empresa objeto, embora tenha declinado em seus resultados de liquidez, manteve-se com índices acima do fator 1, salvo a liquidez imediata que em 2014 foi de 0,22, destacando-se também o bom resultado do índice de liquidez corrente igual a 2,17 em 2014. Observou-se também que a margem de lucro líquida obteve média de 10,27% entre os 3 anos. E o Grupo Guararapes apresentou um aumento em seu ciclo operacional, sendo 262 dias em 2012, 265 dias em 2013 e 313 dias em 2014.

**(Conclusão)** Baseado nos resultados previamente encontrados, podemos notar a relevância das informações fornecidas pela análise das demonstrações contábeis para a tomada de decisões.

**Palavras-Chave:** análise das demonstrações, decisão, contabilidade

## ESTUDO SOBRE AS FONTES DE FINANCIAMENTOS DISPONÍVEIS

### **Autor(es):**

*Moniza Lady Gurgel Melo: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Stephany Ellenn Silva de Sousa Carvalho: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A maioria das empresas bem-sucedidas tem necessidade permanente de fundos. Elas podem obtê-los de fontes externas por três maneiras, onde a primeira é através de uma instituição financeira, a segunda é por meio de mercados financeiros e a última por colocações fechadas. Independente de sua atividade operacional a empresa deve ser avaliada como tomadora de duas decisões que envolvem o investimento e o financiamento onde essas decisões são tomadas pelas empresas de forma contínua e inevitável. As decisões de investimento envolvem todo o processo de identificação, avaliação e seleção das alternativas de aplicações de recursos, conforme identificadas nos ativos. Já as decisões de financiamento envolvem a definição da natureza dos fundos aplicados, ou seja, a estrutura das fontes de capital demandadas pelas decisões de investimento. No Brasil as linhas de financiamentos disponíveis no mercado financeiro nacional, possuem características que as diferenciam de outras economias mais desenvolvidas como, por exemplo, os altos encargos financeiros, a baixa oferta interna de crédito de longo prazo e as restrições a ofertas de novas ações e debêntures no mercado, determinadas principalmente pelo estágio ainda pouco desenvolvido no mercado de capitais no Brasil. Como objetivo o trabalho propõe responder o seguinte questionamento: Quais as fontes de financiamento disponíveis no mercado financeiro e suas implicações?

**(Metodologia)** Pesquisa do tipo bibliográfico e exploratório onde a coleta dos dados foi realizada através de livros, teses, dissertações, periódicos, artigos e anais onde o objetivo será levantar dados para se fundamentar tópicos referentes ao problema e aos objetivos a ser estudado. E o tratamento através de proxies desenvolvidas no Excel.

**(Resultados)** As fontes de financiamento designam o conjunto de capitais internos e externos à organização utilizados para financiamento dos investimentos realizados. Na decisão de qual a fonte de financiamento a utilizar, a primeira grande escolha é sobre se o financiamento deverá ser externo ou interno. Nesta escolha deverão pesar, entre outras questões, a perda ou ganho de autonomia financeira, a facilidade ou possibilidade de acesso às fontes de financiamento e o custo financeiro (juros) desse financiamento. As principais fontes de financiamento que as empresas utilizam são através de recursos próprios ou de terceiros. O financiamento de uma empresa por meio de recursos próprios pode desenvolver-se pela retenção de seus resultados líquidos e, principalmente, pela integralização de novas ações. As principais modalidades de empréstimos e financiamentos a longo prazo, praticadas com recursos de terceiros e disponíveis às empresas no mercado de capitais, são classificadas em: empréstimos e financiamentos diretos, repasses de recursos internos, repasse de recursos externos, subscrição de debêntures e arrendamento mercantil.

**(Conclusão)** Existem variados tipos e meios de financiamentos que uma empresa pode optar para implantar e alavancar seus investimentos. Não podemos dizer que um financiamento é melhor que o outro, depende muito do planejamento estratégico da empresa, do tipo de investimento que pretendem implantar, do tempo, se é a curto ou a longo prazo, outrossim, o cenário atual do mercado financeiro contribui bastante na hora de fazer as análises. Também é importante analisar a estrutura de capital próprio e de terceiros e o custo final do financiamento.

**Palavras-Chave:** Empresas, Financiamento, Mercado Financeiro, Bibliográfico, Exploratório



**O CUSTO DAS PERDAS TÉCNICA E NÃO TÉCNICA NA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA: UM ESTUDO NAS DISTRIBUIDORAS DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL**

**Autor(es):**

*Ingrid Beatriz Santana da Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Larissa Albertina Borges de Moura: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Janaina Francisca de Pontes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Josivânia Kelly Flor de Lima Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Erica Domingos Paula: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O sistema elétrico de potência é dividido em geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. As distribuidoras recebem a energia dos agentes supridores e entrega-a aos consumidores finais, que são agrupados por classes. No entanto, a energia medida pelas distribuidoras nas unidades consumidoras é sempre inferior à energia recebida dos agentes supridores. Essa diferença é denominada perda de energia, e pode ser de 4 tipos: Perdas na Rede Básica (ou Transmissão); Perdas na Rede de Distribuição; Perdas Técnicas; e Perdas Não Técnicas.

**(Metodologia)** No presente trabalho foi utilizada a tipologia da pesquisa sugerida por Beuren (2010), segundo a qual uma pesquisa é classificada sob três aspectos: 1) Quanto aos objetivos: trata-se de uma pesquisa descritiva; 2) Quanto aos procedimentos: é uma pesquisa bibliográfica e documental; e 3) Quanto à abordagem do problema: é uma pesquisa quantitativa. No que diz respeito aos procedimentos utilizados, foi utilizada a pesquisa documental nas demonstrações financeiras e respectivos relatórios da administração das distribuidoras de energia de capital aberto, disponíveis no sítio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), referentes ao período de 2010 a 2014.

**(Resultados)** Devido à indisponibilidade de informações acessíveis, não fizeram parte da pesquisa as distribuidoras dos estados da Paraíba, de Sergipe e do Piauí. Dentre os demais estados, os dados coletados apontam que a maior perda percentual ocorreu no estado de Alagoas (CEAL), que atingiu o acumulado de 28,15%, enquanto que a menor perda acumulada no período foi a da distribuidora do Rio Grande do Norte (COSERN), com 10,97%. Em valores absolutos, a maior perda ocorreu no estado da Bahia (COELBA), que registrou uma perda acumulada de R\$ 5,1 bilhões, e a menor no Rio Grande do Norte (COSERN), que ficou em torno de R\$ 1 bilhão.

**(Conclusão)** As Perdas Técnicas são inerentes ao transporte da energia elétrica na rede, relacionadas à transformação de energia elétrica em energia térmica nos condutores, perdas nos núcleos dos transformadores, perdas dielétricas, etc. Podem ser entendidas como o consumo dos equipamentos responsáveis pela distribuição de energia. Por sua vez, as Perdas Não Técnicas correspondem à diferença entre as perdas totais e as perdas técnicas, considerando, portanto, todas as demais perdas associadas à distribuição de energia elétrica, tais como furtos de energia, erros de medição, erros no processo de faturamento, unidades consumidoras sem equipamento de medição, etc. Esse tipo de perda está diretamente associado à gestão comercial da distribuidora. Em todas as distribuidoras pesquisadas as perdas técnicas (média de 11,39%) superam as perdas não técnicas (média de 5,51%). Os resultados apontam para uma situação de normalidade nos estados da BA, CE, MA, PE e RN, e uma situação preocupante no estado de Alagoas, levando a perceber a necessidade de uma gestão de perdas mais eficiente, uma vez que o custo dessas perdas está próximo de 30% do faturamento da empresa, o que representa duas vezes as perdas verificadas nas demais distribuidoras.

**Palavras-Chave:** Setor elétrico. Perdas na distribuição de energia. Custo das perdas.

## UM ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO UNI-RN SOBRE O SPED

### **Autor(es):**

*Janaína Ferreira de Lima: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Letícia Américo de Lima: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Gisele Ferreira Avelino Bezerra: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Laise Bezerra da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Introdução: Em meio às práticas contábeis surge um novo mecanismo digital que visa uma maior transparência das obrigações acessórias, através dos sistemas de informação. O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), instituído pelo decreto nº 6.022, de 22 de Janeiro de 2007, constitui-se em mais um avanço na informatização da relação entre fisco e os contribuintes e o envio das obrigações acessórias. O SPED para ser implantado de forma eficaz exige bons profissionais, isso tem que partir desde sua formação. Diante disto, o objetivo da pesquisa foi de definir o nível de conhecimento dos alunos dos 4º e 6º períodos do curso de ciências contábeis do UNI-RN sobre o SPED. A relevância do estudo foi de comparar tal conhecimento entre os alunos que trabalham e os que não trabalham na área contábil, como também as vantagens e desvantagens do SPED.

**(Metodologia)** Metodologia: Buscando alcançar tal objetivo realizou-se uma pesquisa descritiva, documental e bibliográfica a fim de se construir uma base teórica sobre o tema, e assim dar justificativas com o intuito de responder o problema da pesquisa. Sendo, a pesquisa de campo do tipo exploratória. No que concerne à coleta de dados, contemplando um universo de 104 (cento e quatro) alunos, foi aplicado um questionário junto aos alunos dos 4º e 6º períodos do curso de ciências contábeis do UNI-RN, sendo a amostragem por conveniência de 30 respondentes, no qual 60% dos respondentes são mulheres. Foram utilizados métodos quantitativos como a porcentagem para apuração das informações.

**(Resultados)** Resultados: Em relação ao resultado da pesquisa constatamos que 60% dos respondentes têm até 30 anos, e dentre eles apenas um possui nível de especialização, onde 36% afirmaram trabalhar na área contábil. Cerca de 67% não possuem conhecimento sobre o SPED, no qual apenas 30% dizem ter um embasamento teórico razoável sobre o tema. Entre os alunos que trabalham na área 73% afirmaram que as empresas foram orientadas pelo seu contador com relação ao SPED, e 80% afirmaram que a responsabilidade da geração e envio das informações são de inteira responsabilidade do contador. Foi constatado que dentre as maiores vantagens do SPED são a redução do consumo de papéis, rapidez no acesso à informação e benefícios do uso da certificação digital, o cruzamento de informações e minimização de erros nas declarações. Dentre as desvantagens estabelecidas, a maior dificuldade apontada foi a adaptação dos softwares às normas exigidas.

**(Conclusão)** Conclusão: Conclui-se, portanto, que o nível de conhecimento dos alunos em relação ao SPED é considerado baixo, já que apenas 33% dos respondentes afirmaram conhecer o mecanismo digital. Do ponto de vista acadêmico, vimos que o resultado alcançado é bastante preocupante, devido o SPED ser uma imposição da administração tributária, no entanto, é inerente a todo estudante de contabilidade possuir conhecimento relevante.

**Palavras-Chave:** Palavras chaves: Mecanismo digital. Sistema público de escrituração digital (SPED). Obrigações acessórias. Administração tributária.

**UM ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) DOS ALUNOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA CIDADE DE NATAL/RN**

**Autor(es):**

*Ingrid Crystynne Cardoso Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*  
*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Receita Federal do Brasil (RFB), outras autoridades também vieram inovando e melhorando o controle com o intuito de combater a sonegação que ocorre no Brasil, uma dessas melhorias é o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), há muito tempo a RFB está ciente das inúmeras empresas com indícios de sonegação, e tem ciência também de que a sonegação só será reduzida, a partir de uma fiscalização maior. O SPED foi instaurado pelo Decreto nº 6.022/07 e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010) e constitui-se em mais um progresso na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes. O estudo teve como objetivo Analisar o nível de conhecimento dos alunos de Ciências Contábeis sobre o SPED em Instituições de Ensino superior. A pesquisa é relevante, pois abordará que uniformizando o procedimento de coleta de dados contábeis e fiscais, da mesma maneira que, tornando mais veloz o diagnóstico de ilícitos tributários.

**(Metodologia)** Realizou-se uma pesquisa exploratória, qualitativa e bibliográfica a fim de se atingir aos objetivos propostos da pesquisa. Foi aplicado um questionário com 29 alunos do UNI-RN e da UFRN do curso de ciências contábeis. Com os alunos matriculados que já viram o conteúdo relativo ao SPED. Foram 16 questões, sendo 7 de múltipla escolha e 9 discursivas, analisado assim o conhecimento dos universitários sobre o SPED.

**(Resultados)** Os dados obtidos evidenciaram que a maioria dos alunos responderam períodos diversos do curso, alguns disseram que nunca viram o assunto na faculdade, outros disseram não saber, é possível afirmar que a realidade do SPED está sendo pouco abordada pelos professores em sala de aula. Foi abordado de que forma o SPED te ajudará como profissional, a maioria que totaliza 62,1% não tem conhecimento sobre o SPED, é plausível afirmar que ambas instituições de ensino superior estão com a metodologia despreparada para lidar com essa realidade que já ganhou tanto espaço no mercado. Desse total 31% concorda que o SPED o substituirá pelo profissional sem conhecimento sobre o assunto e 6,9% acredita que o SPED não seja tão importante ao ponto de beneficiá-lo como profissional. O sistema contribui para a melhoria dos serviços contábeis e fiscais, com isso 51,7% dos alunos concordam, pois modernizou o sistema de cumprimento de obrigações acessórias, uniformizou-as, evitando redundâncias de informações. Desse total 37,9% discordam por não conhecer o sistema. E 6,9% concordam dizendo que simplificou e aperfeiçoou os serviços de escrituração, evitando retalhos. Do total 3,4% dizem que não por acharem os programas existentes muito caros. Os principais resultados mostraram que a maioria dos alunos tem um conhecimento mediano na prática e até mesmo na teoria com relação a essa atualidade no universo das empresas, e também que as instituições estão despreparadas para esse mercado, não existe nenhum tipo de preparo durante todo o período acadêmico, até mesmo os que trabalham na área que totalizaram 38% mostram desconhecer dos programas do SPED.

**(Conclusão)** Conclui-se, que o SPED agora sendo obrigatório é fundamental que os acadêmicos sejam preparados para essa realidade, é possível afirmar que poderia haver algum preparo tanto teórico, como na prática no decorrer do período acadêmico. Sendo implantados projetos, novas pesquisas com um novo delineamento, trabalhos individuais, até mesmo avaliações para que os estudantes mesmo que não possuíssem a prática contábil fora da faculdade, mas de alguma forma eles estarão mais preparados para o mercado de trabalho, sabendo como se gera um SPED, quais dos projetos são obrigatórios ou não e quais são os novos projetos.

**Palavras-Chave:** Sistema público de escrituração digital (SPED). Obrigações acessórias. Administração tributária. Ilícitos tributários.

*15ª edição do*  
**CONIC**  
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL



**CSET3 - Direito**

**RESGATE DA DIGNIDADE E DA CIDADANIA DO PACIENTE PORTADOR DE NEOPLASIA MALIGNA: COMO GARANTIR SEUS DIREITOS NO BRASIL**

**Autor(es):**

*Mozângela Míria de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Diante de um diagnóstico positivo de Neoplasia Maligna, que parece uma bomba - psicológica, seu efeito atinge não apenas o portador, mas toda família. O escopo deste trabalho é denunciar o descaso dos agentes de saúde, junto com a falta de conhecimento dos direitos legais, que sofre o portador e seus familiares por não existir campanhas públicas que divulguem todos seus direitos e a falta de interesse em um melhor tratamento pelos gestores da administração brasileira, quando classificam como despesas aos cofres públicos à assistência aos portadores de câncer. Precisando muitas vezes realizar uma gincana jurídica em busca de seus direitos, que em muitos casos não chega ao fim.

**(Metodologia)** Aplicou-se o método dedutivo, com predominância de técnicas de abordagem qualitativa. Uma vez que o objetivo principal do trabalho foi fazer uma análise crítica do aumento do número de pessoas com esta doença, traçar formas que proporcione o conhecimento e o acesso a seus direitos, fazer com que sejam fornecidas mais informações sobre os tipos de direitos durante as campanhas anuais dos institutos responsáveis, e, não apenas informações básicas. Utilizou-se de livros especializados e artigos científicos sobre o tema, foram analisadas leis vigentes e os projetos de leis que tramitaram e foram arquivados sobre o tema em apreço.

**(Resultados)** Destacando-se a estimativa de 576.580 novos casos, no Brasil, até o final de 2015 ( INCA - Instituto Nacional do câncer). O portador de Neoplasia maligna entrou no rol das doenças graves (Art.26, inc.II da lei nº8.213/91) – onde excluem a exigência de carência para concessão de auxílio doença; O art. 126 da nossa Carta Magna garante a todos os cidadãos o direito a saúde; Foram arquivados vários projetos de lei que dispõem sobre o fornecimento de transporte, alimentação e pousada pelo sistema único de saúde(SUS) o TFD - tratamento fora do domicílio, passando a responsabilidade para o município (PORTARIA Nº55, de 24/02/99 ). O paciente com sonda alimentar tem direito a acompanhamento domiciliar, o paciente com dor tem atendimento preferencial que não ocorre; Lei dos 60 dias para iniciar o tratamento (L. nº 12.732, de 22/11/2012); Isenção do Imposto de Renda; Funcionário Público já aposentado que adquirir neoplasia maligna passa a receber proventos integrais; etc.

**(Conclusão)** O tratamento, mesmo quando se conta com a assistência do Estado, é caro, demanda a tomada de muitos remédios, suplementos alimentares, fibras e alimentação pouco convencional. Para fazer face a esses gastos é necessário descobrir meios, a intenção dessa pesquisa analisar formas para que portador de Neoplasia Maligna e seus familiares tenham acesso a seus direitos como: o levantamento do FGTS, a isenção de pagamento de Imposto de Renda incidente na aposentadoria, o andamento prioritário de processo judicial, a quitação da casa financiada (em alguns casos), o levantamento do seguro (em alguns casos) e a previdência privada (em alguns casos). A Constituição Federal, a Lei maior de nosso país, assegura que: “Saúde é direito de todos e dever do Estado”.

**Palavras-Chave:** Direito do dos portadores de neoplasia maligna. Prioridade processual. Isenção de impostos. Legislação vigente.

## A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL

### **Autor(es):**

*Izabela Mikaela de Medeiros Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Ana Beatriz Marques de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Novo Código Florestal instituído a partir da Lei nº 12.651 de 2012, representa um retrocesso ao Direito Ambiental brasileiro revelado através da Carta Magna de 1988 que foi fortemente influenciada pelo pensamento ambientalista em voga desde a Revolução Industrial. Também conhecido como Lei da Água, o Novo Código contraria vários artigos da Constituição Federal que versam sobre a preservação ambiental, porém pode-se sumamente representar todos eles por um só, o artigo 225 que consagra o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental, essencial para uma vida digna e sadia e que deve ser preservado para as futuras gerações. Ao todo, são questionados 53 artigos da nova lei, seja para obter a declaração de inconstitucionalidade, seja para requerer a interpretação conforme a Constituição de 1988. Para discutir a inconstitucionalidade de tais artigos a Procuradoria Geral da República, em Janeiro de 2013 propôs três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI 4901, 4902 e 4903) contrapondo-se aos dispositivos que autorizam a redução indevida de áreas de reserva legal, eximem os responsáveis por causar danos ambientais de recuperarem áreas degradadas ou de pagar multas e permitem a violação de áreas de proteção permanente (APPs) para “fins sociais”. Estes dispositivos questionados pelas ações diretas de inconstitucionalidade além de se apresentarem opostos à letra da lei constitucional, ferem também os princípios ambientais da vedação do retrocesso, da intervenção estatal obrigatória na proteção do meio ambiente, o princípio da participação democrática, da isonomia, e principalmente, do meio ambiente ecologicamente equilibrado supracitado. Estes princípios, tanto como a letra, são dotados de natureza vinculante, pois, explícita ou implicitamente estão consagrados na Constituição Federal de 1988, e por isso devem ser respeitados por todos.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa documental, em que se aplica o método de explicativo, buscando a reflexão para importância da preservação e do zelo com o meio ambiente em favor da garantia da qualidade de vida. Como método de abordagem, utilizou-se o dialético, na medida em que analisou-se a discussão envolvendo correntes divergentes a respeito da constitucionalidade ou não do texto legal objeto do estudo.

**(Resultados)** Constata-se a inconstitucionalidade do novo Código Florestal revelada através das argumentações presentes nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade ajuizadas em face da Lei 12.651/2012, visando declarar a inobservância ao que está disposto na Constituição Federal no que se refere a Reserva Legal, as Áreas de Preservação Permanente, sobre a consolidação de danos ambientais e as isenções e anistias aplicadas à esses danos. As ADIs mostram também a fragilidade dos instrumentos de proteção ambiental para executar sua função, impondo assim um padrão de proteção inferior na matéria de recuperação a área degradada. Embora essas ações ainda estejam em trâmite processual no Supremo Tribunal Federal, existem decisões de Tribunais Estaduais que já declaram a inconstitucionalidade de alguns dispositivos, é o caso do Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que declarou o disposto no artigo 67 do novo Código (que concede uma completa desoneração do dever de restaurar as áreas de reserva legal) inconstitucional, pois confronta diretamente o que está previsto no artigo 225, § 3º da Constituição Federal.

**(Conclusão)** Por fim, espera-se que sejam sanadas as inconstitucionalidades encontradas na Lei 12.651/2012, de modo que o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cláusula pétrea de nossa Constituição, seja concretizado e preservado. Também que sejam respeitados todos os princípios que regem o Direito Ambiental, evitando que prevaleça a vontade individualista do homem em relação a natureza e ao desgaste que vem sofrendo ao longo do tempo e garantindo que seja resguardado o direito das futuras gerações.

**Palavras-Chave:** Novo Código Florestal; Meio Ambiente; Constituição Federal; Ações Diretas de Inconstitucionalidade.

## A CRISE DOS REFUGIADOS – UM PROBLEMA MUNDIAL SOB O OLHAR DO DIREITO INTERNACIONAL

### **Autor(es):**

*Jéssica Ingrid de Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Joana Van Rooijen Cysneiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Larissa Danielle de Andrade Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Maria Lúcia da Câmara Pinheiro: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho pretende trazer à comunidade jurídica e a toda a sociedade uma reflexão a respeito da atual crise que aflige os refugiados a partir de uma visão crítica a respeito do que vem ocorrendo no país da Síria e da comovente história do menino Aylan Kurdi. O mundo enfrenta a pior crise de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial, segundo organizações como a Anistia Internacional e a Comissão Européia. Mais de 350 mil imigrantes atravessaram o Mediterrâneo desde janeiro deste ano e mais de 2.643 pessoas morreram no mar quando tentavam chegar à Europa, segundo dados da OIM (Organização Internacional para as Migrações). Busca também tratar diversos temas a respeito do Direito Internacional Público tais como a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, A Convenção Relativa à Proteção das Pessoas Civis em Tempo de Guerra de 1949, assim como abordar de uma maneira geral os Direitos Humanos no âmbito Internacional.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa exploratório-explicativa, que tem o condão de trazer a tona o sentimento condenatório e de mobilização frente à atual crise, descaso e banalização em relação à vida humana, principalmente em relação às crianças. Busca a análise crítica através do exame de fotografias e charges que foram espalhadas e ganharam as manchetes no mundo inteiro por meio das diversas redes sociais. Além disso, visa tratar das ponderações que devem ser feitas em relação aos direitos fundamentais (Liberdade de Expressão x Liberdade de Crença), do estudo de significativos artigos das respectivas Convenções destacadas e do descaso social e da falta de humanidade no mundo.

**(Resultados)** Com a presente pesquisa procura-se provocar reações emocionadas em uma sociedade que se mostra extremamente passiva, através do relato sobre um fato moderno de uma família que revelou a cadeia de eventos que levou a afogamentos na travessia da Turquia para a Grécia, exposta através de uma série de fotografias divulgadas na mídia mundial. Tem-se, portanto, uma análise comparativa entre os fatos expostos na mídia e os tratados de direito internacional.

**(Conclusão)** A presente pesquisa busca reconhecer que em todos os países existem pessoas vivendo sob condições excepcionalmente difíceis e que as mesmas necessitam de considerações especiais; Tomar em devida conta a importância das tradições e dos valores culturais de cada povo para a proteção e o desenvolvimento harmonioso tanto dos indivíduos no geral, como das crianças, e reconhecer a importância da cooperação internacional para a melhoria das condições de vida em todos os países, especialmente nos países em desenvolvimento, conforme tratado nas Convenções Internacionais e nos mais diversos tratados de direito internacional.

**Palavras-Chave:** Crise dos Refugiados; Síria; Direito Internacional; respeito à população civil; conflitos armados.

## ESTADO ISLÂMICO: UMA ANÁLISE IDEOLÓGICA E HISTÓRICA À LUZ DO PENSAMENTO DE JOHN RAWLS

**Autor(es):**

*Juliana Arantes Del Duqui Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) No dia 29 de junho de 2014, o Estado Islâmico proclamou o renascimento do Califado, que seria um Estado Teocrático onde a lei islâmica governa o seu povo. Todas as suas ações são fundamentadas no interesse de reviver o islã na sua forma pura, e por isso clamam ser o poder legitimado de todos os muçulmanos. Desta maneira, o Estado Islâmico impõe uma única e exclusiva doutrinação. O presente artigo pretende expor uma análise da evolução histórica e ideológica do Estado Islâmico, associando com alguns conceitos trabalhados por John Rawls.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa de cunho explicativo, na qual aplicou-se o método de abordagem transdisciplinar, tendo em vista que a problemática investigada visa responder uma questão que engloba diversas áreas do conhecimento, como a Ética, a Filosofia e a Ciência Política. O método de procedimento utilizado foi o histórico, pois foi analisada toda a conjuntura histórica do Estado Islâmico. A pesquisa utiliza-se também do método explicativo, visto que procura identificar o conjunto de fatores que justificam o fenômeno do Estado Islâmico, para assim obter uma compreensão mais clara da realidade que está sendo estudada.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Foi constatado através de relatórios e dados que o avanço do Estado Islâmico no território iraquiano e sírio gerou diversas consequências negativas, entre elas a imposição por meio da força de uma única e exclusiva doutrina. Isto deve-se a forte influência de um movimento denominado Jihadismo Salafista sob o pensamento do Estado Islâmico, operando uma leitura extremista da Xariá (lei islâmica), fato este que gerou um grande desequilíbrio geopolítico na região, na medida em que inúmeras comunidades muçulmanas não árabes e não sunitas foram perseguidas, assim como Minorias étnicas e religiosas (cristãos assírios, turcomanos xiitas, shabak xiitas, yezidis, kakai e sabeus mandaeans) que habitavam nesses territórios. Dessa maneira, podemos detectar que existe uma tentativa por parte do Estado Islâmico de impor um pensamento hegemônico, suprimindo qualquer manifestação ideológica ou religiosa contrária aos seus valores.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) A sociedade moderna para John Rawls é marcada pelo pluralismo de doutrinas irreconciliáveis e tolerantes entre si, resultado do respeito ao próprio princípio da liberdade. Sendo assim, o pluralismo razoável seria a presença de uma diversidade de doutrinas abrangentes coexistindo sob certas condições políticas e sociais. A adoção de uma única e exclusiva doutrina abrangente só é alcançada através da opressão. Logo, a razoabilidade das doutrinas abrangentes é a própria condição de possibilidade da tolerância. Por isso, dentro da perspectiva de John Rawls o Estado Islâmico não é uma doutrina religiosa razoável, exatamente porque suprime a liberdade e impõe uma única e exclusiva maneira de pensar, não permitindo assim a existência de um pluralismo razoável. Portanto, a concepção política do Estado Islâmico não tem uma ideia razoável de tolerância dentro si mesma. E uma vez, que a liberdade de pensamento e de crença é negada, tal doutrina não deve ser tolerada.

**Palavras-Chave:** Palavras-Chave: Estado Islâmico, Pluralismo, Tolerância, Razoabilidade, Doutrinas Abrangentes



**PRECEDENTES JUDICIAIS: A TENDÊNCIA NEOCONSTITUCIONALISTA NAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES**

***Autor(es):***

*Debora Fabricio Silva Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

***Orientador(es):***

*José Eduardo de Almeida Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os Precedentes Judiciais são decisões judiciais tomadas à luz de um caso concreto, cujo núcleo essencial servirá como diretriz para julgamento posterior de casos análogos. A consagração dos Precedentes Judiciais no Novo Código de Processo Civil é reflexo do movimento reconhecido por alguns juristas como neoconstitucionalismo pois, a partir dele, surge a função do Poder Judiciário como responsável pela interpretação normativa, visando a aplicação e resguardo dos direitos fundamentais, e também como o responsável pela tomada de decisões de conteúdo político e moral, um marco no Direito pós-moderno ou o ideal neoprocessual que é fundamentado pela premissa de que 'não há Estado Constitucional e não há mesmo Direito quando casos idênticos são julgados de forma diversa pelo Poder Judiciário', sendo decisão diversa para casos idênticos, a provocadora da insegurança jurídica. A utilização dos precedentes judiciais no Brasil, como prevê o Código de Processo Civil acima citado, também decorre do fenômeno de aproximação dos sistemas civil law e common law.

**(Metodologia)** O presente trabalho é continuidade do Projeto de Prática de Argumentação no Direito, desenvolvido no UNI/RN pela orientação do Prof. Dr. José Eduardo de Almeida Moura. Sendo assim, sua realização através da observância do acórdãos do Supremo Tribunal Federal (STF) anteriormente analisados foi necessária. Porém, sua base empírica decorreu do levantamento bibliográfico relacionado com a teoria dos precedentes judiciais, da leitura de alguns artigos do Novo CPC e da análise de acórdãos do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para reconhecer a aplicação implícita e explícita dos precedentes judiciais nestes acórdãos.

**(Resultados)** Através da análise dos acórdãos do STJ foi possível visualizar a aplicação dos precedentes de forma explícita, ou seja, quando na redação inicial do acórdão é indicado quais julgamentos anteriores fundamentam a decisão que será tomada, e de forma implícita, quando se utiliza termos, como: "É pacífico o entendimento jurisprudencial desta Corte sobre assunto X" ou "É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que fato X atrai a aplicação do disposto na Súmula Y, conforme a decisão N do STF ou do STJ". Sendo estes acórdãos indicadores da tendência de utilizar precedentes judiciais para fundamentar o julgamentos e decisões de forma uníssona e estável.

**(Conclusão)** O neoconstitucionalismo vem modificar a noção do positivismo jurídico adotada, principalmente, em nosso sistema jurídico (Civil law) de que o Poder Judiciário é apenas a boca da lei. Sendo a utilização dos precedentes judiciais nos tribunais superiores (STF e STJ) a perda da posição central da lei como fonte do Direito, subordinando-a à Constituição e adequando-a aos direitos fundamentais. No entanto, apesar desta autonomia o juiz sempre encontrará os fundamentos para sua decisão no legislativo, ou seja, ele decidirá conforme o sistema jurídico (legislação, princípios etc.) amparar a motivação da sua decisão.

**Palavras-Chave:** Precedentes Judiciais; Neoconstitucionalismo; Poder Judiciário.

**TEXTO LEGÍVEL TAMBÉM É LEGAL: A PUBLICIDADE NA TV E SUA RELAÇÃO COM A ÉTICA E A LEGISLAÇÃO**

**Autor(es):**

*Maria Luísa Machado Dantas de Sena: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em tempos de alta concorrência, faz-se necessário que as empresas busquem um diferencial e façam seu público-alvo conhecê-lo. Os quatro P's do marketing, preço, praça, produto e promoção, unem-se a um quinto P já bem conhecido: a publicidade. Geralmente, o termo é utilizado para designar a divulgação de informações para fins comerciais, como os filmes publicitários, cuja produção e veiculação são pagas, sejam para construir (ou relembrar) a imagem de uma marca (comerciais institucionais) ou para promover diretamente a venda de um produto (comerciais promocionais). Somos impactados por diferentes mídias, entre elas, os comerciais de TV. Estes devem conter todas as informações relacionadas ao produto em exibição, tudo que possa influenciar a decisão do consumidor deve estar presentes no comercial. É para isso que existe o texto legal. A grande problemática está, todavia, na forma como este texto se apresenta ao consumidor: extenso, em letras minúsculas, numa resolução baixa e um curto tempo de exposição. Será que a publicidade está realmente informando? O objetivo deste trabalho consiste em fazer essa reflexão e identificar as falhas dos comerciais quanto ao respeito à ética e às leis relacionadas.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado foi o indutivo, partindo dos textos legais próprios dos comerciais de TV, para os campos da ética e da legislação, associando-os. Quanto aos procedimentos realizados, observa-se o método comparativo, haja vista que se contrapôs a realidade da prática publicitária com o estabelecido em lei, bem como o estudo de casos. Foram monitorados os comerciais veiculados nos intervalos do Jornal Nacional, da Rede Globo, de 25 a 29 de junho de 2015. O monitoramento visou identificar apenas as marcas que possuíam textos legais em seus anúncios, sendo elas: Fiat, Vale do Pará, Claro, Ford, Chevrolet, Natal Veículos, Armazém Pará, Casas Bahia, Natal Cap e Espacial Veículos. Para analisar melhor o conteúdo textual, recorreremos ao YouTube, uma vez que algumas dessas marcas também divulgaram o filme no canal, permitindo, a muito custo, a leitura do que estava exposto. São elas: Fiat, Vale do Pará e Natal Cap.

**(Resultados)** Percebe-se a desatenção por parte dos criativos, dos anunciantes e dos veículos de comunicação quanto à clareza das informações sobre o produto ou serviço. Consoante o imperativo categórico de Kant, uma atitude será ética quando seu autor aceitar que façam consigo o que ele faz com os outros. Os publicitários e anunciantes aceitariam a omissão de informações para com um produto de seu interesse? Nota-se que a publicidade, quando realizada nesses parâmetros, não pode ser considerada uma atitude ética autêntica. Segundo Carvalho, uma situação assim pode se configurar em publicidade enganosa por omissão.

**(Conclusão)** A utilização de textos legais em comerciais com ofertas e promoções é desproporcional à atenção dedicada aos mesmos. Com fulcro no CDC, embora a informação esteja presente no anúncio, a prática pode ser caracterizada publicidade enganosa por omissão. Além disso, confronta o Código de Ética dos Profissionais de Propaganda, a ética deontológica e as cláusulas do CONAR.

**Palavras-Chave:** Publicidade; Comercial; Direito do Consumidor; Ética; Texto Legal.

## A (DES)CONFIANÇA DOS BRASILEIROS NAS INSTITUIÇÕES E SUA RELAÇÃO COM OS LINCHAMENTOS

### **Autor(es):**

*Aimee Karine Cruz Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Syane Nielle de Oliveira Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Flávio Macedo Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem por foco principal o tema linchamento, e uma de suas principais causas, a falta de confiança nas Instituições Estatais Brasileiras como, por exemplo, o judiciário, Ministério Público e a Polícia. Infelizmente, o brasileiro é perdendo a credibilidade nas Instituições, perdendo, por consequência a confiança na capacidade do Estado na resolução dos conflitos existentes. Assim, em decorrência dessa desesperança, o cidadão comum, passa a se ver no direito de solucionar pessoalmente os conflitos, retomando práticas de linchamentos sumários tão antigas quanto a existência humana, o linchamento. Analisaremos o tema linchamento, observando dados que relatam o descrédito do brasileiro nas Instituições acima mencionadas como uma das causas geradoras do fenômeno.

**(Metodologia)** O referido trabalho realizou-se a partir de levantamentos bibliográficos, bem como pela utilização de um trabalho de conclusão de curso denominado “BREVE ANÁLISE ACERCA DO FENÔMENO DOS “LINCHAMENTOS” À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS E DOS PRINCÍPIOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS”, apresentado no UNI-RN em 2014.

**(Resultados)** Analisando o fenômeno dos linchamentos percebe-se que dentre as inúmeras motivações, uma das mais plausíveis, é a diminuição da confiança dos brasileiros nas Instituições estatais brasileiras, tais como a polícia, o Ministério Público e o judiciário, sem esperanças de mudança e revoltadas com o cenário, infelizmente, cada vez mais violento que enfrentamos em todo país, várias pessoas voltam a empregar o uso de violência e de julgamentos sumários, retirando do Estado a exclusividade do jus puniendi ou direito de punir. Infelizmente esse fenômeno de massa, vem crescendo no país nos últimos anos, conforme demonstra o estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), utilizado no presente trabalho. Outrossim, há quem não participe ativamente dos linchamentos, mas o faz indiretamente com seu estímulo moral, é realmente lamentável, mas verdadeiramente o que se percebe é que uma parcela considerável da população, aprova esse comportamento sob a justificativa de não aguentar mais a violência.

**(Conclusão)** Com isso, concluímos que são várias as motivações dos linchamentos, mas realmente, no que diz respeito ao descrédito nas Instituições estatais, chega a impressionar, isso porque, ao decidir praticar um linchamento, o cidadão, via de regra, sabe de forma deliberada que está cometendo um crime, mas do mesmo modo que não acredita que o delinquente recebe a punição adequada, também não crer que será punido por isso, desdenhando das leis, dos princípios que regem nossa Constituição e o direito penal, dos inúmeros tratados ratificados pelo país, enfim, desdenha da justiça propriamente dita. Tais atitudes, não podem nem devem ser cultivadas, na realidade, sequer devem ser toleradas, sob pena nos condenarmos ao retrocesso da barbárie.

**Palavras-Chave:** Linchamentos, Instituições Estatais, Descrédito

**A AFETIVIDADE COMO DIREITO DA PERSONALIDADE: EM DEFESA DE TODAS AS FAMÍLIAS.**

**Autor(es):**

*Cassiene Silvério da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN  
Isabella Jamel Luar dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luciana Flávia Nunes Casimiro: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa acadêmica visa demonstrar a constatação de que as relações humanas, bem como a relação individual do ser humano para consigo mesmo, são formadas por determinados atributos que constituem uma esfera jurídica muito especial e subjetiva denominada de Direito da Personalidade. Para delinear o Pluralismo das constelações familiares visíveis na realidade do mundo atual, ofereceu-se a juridicidade da personalidade ao vínculo afetivo que enlaça as pessoas. Esse é, então, o elo de maior importância por ser capaz de gerar consequências de ordem pessoal e patrimonial no Direito das Famílias, pois, como alerta Maria Berenice Dias “a teoria e a prática das instituições das famílias dependem, em última análise, de nossa competência em dar e receber amor.”.

**(Metodologia)** A linha que conduz o estudo e a reflexão foi tecida a partir do método Teórico, firmado nas reflexões sobre a temática propostas pela Civilista Maior Prof.<sup>a</sup> Luciana Casimiro e no complexo da análise das obras “Manual do Direito das Famílias”, “E a Justiça Viu o Afeto”, “Sociedade do Afeto”, “Constituição e Afeto”, “Homoafetividade: O Preconceito e a Justiça”, da renomada e pioneira doutrinadora Maria Berenice Dias, responsável por construir um olhar de justiça acerca da afetividade. No solo da Jurisprudência, foram analisados os sábios posicionamentos da Ministra Nancy Andrigli, no tocante à preponderância e à influência do elemento afeto nas relações familiares. Buscando a necessária interdisciplinaridade, no que alcança o aspecto da subjetividade - o componente maior do Direito das Famílias - foram analisadas as reflexões da Juspiscanalista Giselle Câmara Groeninga.

**(Resultados)** Nas palavras da Juspiscanalista GROENINGA (2013) “o papel dado à subjetividade e à afetividade tem sido crescente no Direito das Famílias, que não mais pode excluir de suas considerações a qualidade dos vínculos existentes entre os membros de uma família, de forma que possa buscar a necessária objetividade na subjetividade inerente às relações. Cada vez mais se dá importância ao afeto nas considerações das relações familiares”. Elevado ao status de Princípio norteador do Direito das Famílias, a Afetividade vem ganhando visibilidade quando o assunto é justiça e Dignidade da Pessoa Humana. Nas palavras da DIAS (2015) “está ocorrendo uma verdadeira democratização dos sentimentos, na qual o respeito mútuo, a afetividade e a liberdade individual vêm sendo preservados”. E a justiça, finalmente, passou a ver o afeto, enxergá-lo desprovido de preconceitos inerentes às construções culturais patriarcais influentes no Direito Brasileiro antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, do Código Civil de 2002 e da ADI 4277 e ADPF 132, nas quais o STF reconheceu as uniões de afeto entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar. Ao reconhecer que a exclusão deu o seu lugar para a inclusão da diversidade do afeto, a afetividade vem sendo o elemento norteador, delimitador do reconhecimento de todas as constelações familiares e das pessoas, de maneira individualizada, que exercem, em ambiente familiar, a sua Dignidade Humana.

**(Conclusão)** A flexibilização decorrente da contemporaneidade vem permitindo que os relacionamentos antes, de maneira preconceituosa, clandestinos e marginalizados adquiram visibilidade, o que acabará conduzindo a sociedade à aceitação de todas as formas que as pessoas encontram para viver. Reconhecer a Afetividade como Direito da Personalidade nada mais é do que consagrar, mais uma vez, o Princípio Norteador de toda a esfera jurídica, a Dignidade da Pessoa Humana, já que Afetividade e Dignidade caminham lado a lado, na esperança eterna de que aprenderemos a construir um reino, como nos versos de Edith Piaf: ‘Où l'amour sera roi / Où l'amour sera loi’, onde o amor será rei, onde o amor será lei.

**Palavras-Chave:** Direito das Famílias; Afetividade; Direitos da Personalidade; Pluralismo Familiar; Dignidade Humana

## A AUSÊNCIA DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA NO QUE TANGE PSICOPATAS NO BRASIL

**Autor(es):**

*Ronaldo Meireles Barreto Júnior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN*

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A proposta desta pesquisa acadêmica é discorrer acerca da ausência de uma lei específica para indivíduos portadores do transtorno de personalidade dissocial, os psicopatas. Estabelecendo, assim, uma conexão entre esta e os direitos: Internacional (comparado), constitucional brasileiro e Penal Brasileiro.

**(Metodologia)** Foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o tema, bem como desenvolvida análise de legislação, obras literárias, entrevistas, artigos científicos, pesquisas científicas, doutrina e jurisprudência.

**(Resultados)** A cada dia um escândalo, a cada hora uma brutalidade, a cada segundo uma perversidade. Somos cotidianamente bombardeados por notícias acerca de crimes praticados com requinte de crueldade, nos levando a crer que alguma coisa está fora de ordem. Estaríamos vivendo uma era de psicopatia e perversidade? A pesquisa analisa que não existe apenas uma raiz biológica na origem das psicopatias, existem também fatores culturais que torna os psicopatas mais frios e mais destituídos de compaixão, culpa ou remorso. Jornais e revistas divulgam diariamente crimes hediondos: pais que matam filhos, namorados que sequestram e matam namoradas, casos de pedofilia, corrupção, mal tratos a crianças e idosos; crimes que se repetem e mostram que alguma coisa está fora de ordem. Se isso ocorre, é porque nossa sociedade está fundamentada em valores e práticas que, no mínimo, favorecem a maneira psicopáticas de ser e de viver? Nesse sentido, é importante entender melhor a psicopatia em si: desde o comportamento típico de um psicopata, seu funcionamento cerebral com suas particularidades, e até mesmo como identificar e lidar com um psicopata, onde o objetivo principal desta seria a propositura de uma legislação que melhor atendesse indivíduos portadores deste transtorno, tendo como principais referências estudos acerca do assunto, e legislações de países que se preocuparam com o assunto e que já possuem uma legislação destinadas aos psicopatas.

**(Conclusão)** Por fim, no que se refere a punição de crimes cometidos por psicopatas, deve-se ressaltar que existem três graus de psicopatia: leve, moderado e extremo, onde o grau extremo sempre estará presente nos agentes de crimes hediondos, cometidos com requinte de crueldade, que geralmente são crimes que apenas psicopatas são capazes de cometer. A pena imputada ao agente seria proporcional à sua periculosidade, onde está seria determinada através da análise de todo seu histórico de vida, conduta, antecedentes criminais, comportamento, e, obviamente, seu nível de psicopatia e frieza. As penas propostas variam desde regime domiciliar com tornozeleira rastreadora, para os psicopatas leves e moderados, à prisão perpétua com isolamento total, afim de não atrapalhar a ressocialização dos outros presos, que, diferente dos psicopatas, Podem ser ressocializados, onde a problemática da vedação por cláusula pétrea da prisão perpétua no país é discutida no decorrer do trabalho.

**Palavras-Chave:** psicopata, sociopata, sistema límbico, ressocialização, crimes hediondos, cláusula pétrea, direitos humanos,

**A COMUNIDADE DOS ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL**

**Autor(es):**

*Mariana Socoloski Fernandes de Jesus: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Edinaldo Benicio de Sa Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Sob um contexto histórico de intensa subserviência, a América Latina e Caribe sempre esteve um passo atrás quanto ao processo de integração e desenvolvimento. O sonho de uma América Latina livre, das influências imperialistas americana e europeia, e unida, em busca de desenvolvimento comum, é antigo e remonta a figura de Símon Bolívar. A partir disto, surgiram diversas tentativas de integração através da construção de mecanismos supranacionais, a exemplo da CEPAL, ALCA e MERCOSUL. No entanto, a falha destes mecanismos centra-se na precariedade dos diálogos travados entre as nações envolvidas. Por este motivo, a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos – CELAC surge enquanto um mecanismo internacional que visa a integração da região através da implementação de uma arena de debates entre os representantes de cada nação membro, com o enfoque em temas de interesse regional e que busquem trazer solução à necessidade histórica de independência e desenvolvimento. A partir disto, o presente trabalho pretende discutir como a CELAC representa um mecanismo fundamental para o desenvolvimento da América Latina e Caribe. Compreendendo, assim, que a relevância de referido tema centrado na necessidade de ampliação dos debates, construindo consciência científica e popular sobre a importância do fortalecimento regional para o seu avanço.

**(Metodologia)** O método utilizado para a realização desta pesquisa, a qual foi desenvolvida através da busca sistemática de artigos em periódicos, sites oficiais e revistas atuais que tratam da temática, além do ordenamento jurídico atual, com foco nos documentos produzidos durante as cúpulas oficiais da CELAC, foi o bibliográfico de caráter qualitativo, enquanto fruto do trabalho desenvolvido no projeto de pesquisa e extensão do curso de Direito da UNI-RN: UNISIM – Simulação Intermundi, em sua IX (nona) edição, no ano de 2015.

**(Resultados)** A partir da Cúpula de Caracas, na Venezuela, 33 Estados latino-americanos e caribenhos se reuniram para a criação da CELAC, no ano de 2011, pela qual constituiu-se a Declaração de Caracas. Desde então, promove cúpulas anuais. Referida Declaração dispõe sobre seus fundamentos, históricos e objetivos, os quais se baseiam na necessidade de integração regional, enquanto “um mecanismo representativo de concertação política, cooperação e integração dos Estados latino-americanos e caribenhos e como um espaço comum que garanta a unidade e a integração de nossa região”, visando o desenvolvimento político, social e econômico de uma América Latina e Caribenha unida e levando em consideração “a diversidade nos processos de formação da identidade latino-americana e caribenha” em respeito à preservação de todas as culturas e etnias que habitam a região. Além disso, através desta mesma Declaração, os Estados signatários adotaram resoluções de diversas reuniões especializadas concretizadas na região que tratam sobre os principais pontos para um desenvolvimento sustentável na América Latina, como energia, fome, economia regionalizada, infraestrutura, além de recomendar o cumprimento dos eixos temáticos estabelecidos pelo seu Plano de Ação, quais sejam social, ambiental, energética, econômica, cultural.

**(Conclusão)** Por fim, considerando um contexto atual pelo qual a região caminha em busca de um cenário democrático e próspero, fortalecer mecanismos como a CELAC torna-se essencial na construção de um presente e futuro de desenvolvimento sustentável, em respeito ao multiculturalismo latino-americano e caribenho. Assim, através do que foi coletado, constata-se que a Comunidade, diante de seus pressupostos, objetivos e ações, não mede esforços para o alcance de seus objetivos. Diante das resoluções produzidas pelos representantes de cada nação envolvida, observa-se um interesse em comum pela solução de diversos problemas históricos através do diálogo e da cooperação entre referidas nações. Tornando-se, por fim, evidente a importância da CELAC enquanto órgão de diálogo para o fortalecimento da integração regional.

**Palavras-Chave:** América Latina e Caribenha. CELAC. Integração. Desenvolvimento. UniSim. Extensão. UNI-RN.

## A CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO COMO UM INSTRUMENTO DA MANIFESTAÇÃO DA BOA FÉ OBJETIVA

### **Autor(es):**

*Josivan Nascimento da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Luiz Felipe Teixeira Maia de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Edney Silva de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*José Maria da Luz Rebouças Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Daniel Augusto Lopes Paixão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anderson Leonardo de Oliveira Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Diante de um ordenamento jurídico visto essencialmente como um sistema normativo aberto de regras e princípios fundamentais, o pagamento em consignação se evidencia dentro de um comportamento e de uma lógica de decisão norteada pelo princípio da boa fé objetiva. Aquele que busca a consignação em pagamento, o faz, no sentido de que tenha sua dívida e conseqüentemente sua obrigação quitada

**(Metodologia)** Assim, partindo de obras literárias, artigos científicos e pesquisas exploratórias acerca do tema e sua possibilidade prática, é que foi plausível, bem como possível, fornecer o devido embasamento para o desenvolvimento do presente trabalho, apropriando-se de nomes reconhecidos e atuantes na temática, perpassando por doutrinadores jurídicos, até nossa Carta Magna - Constituição da República Federativa do Brasil.

**(Resultados)** A discussão em tê-la, visa ampliar o horizonte quanto ao conceito, efeitos e conseqüentemente sob quais circunstâncias e aspectos o devedor poderá se munir de tal instrumento, observando a manifestação paulatina do Princípio da Boa Fé objetiva como lastro desta iniciativa. Ao longo da pesquisa e com base na doutrina e em jurisprudência, identificou-se de forma clara que o Direito das obrigações, o pagamento por consignação ou consignação em pagamento é o meio pelo qual o devedor extinguirá a sua obrigação perante o credor. Assim estabeleceu o Código Civil Brasileiro (Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002), em seu artigo 335, complementando esse entendimento, ao afirmar que a consignação tem lugar: "I - se o credor não puder, ou, sem justa causa, recusar receber o pagamento, ou dar quitação na devida forma; II - se o credor não for, nem mandar receber a coisa no lugar, tempo e condição devidos; III - se o credor for incapaz de receber, for desconhecido, declarado ausente, ou residir em lugar incerto ou de acesso perigoso ou difícil; IV - se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o objeto do pagamento; V - se pender litígio sobre o objeto do pagamento- VI Se houver concurso de preferência aberto contra o credor ou se este for incapaz de receber o pagamento. De maneira adicional, Gonçalves (2010) descreve que a consignação do pagamento pode ser feita de duas maneiras: extrajudicial e/ou judicial. Na contramão do estabelecido, discute-se que o Código de Processo Civil durante anos só previa o depósito judicial da coisa devida por meio da ação de consignação em pagamento, depois de passar por reforma facultou o depósito extrajudicial, em estabelecimento bancário oficial quando se tratar de pagamento em dinheiro

**(Conclusão)** O presente estudo serviu para fomentar e ampliar o debates acerca do tema, no sentido de apresentar os conceitos e a própria empregabilidade quanto a consignação do pagamento, em face da consonância com o princípio da boa fé objetiva. Demonstrou-se ao longo dos estudos a origem quanto ao conceito, e a própria legislação quanto à consignação em pagamento, sua natureza jurídica, conceitos, aplicações e seus efeitos.

**Palavras-Chave:** Consignação em Pagamento. Boa Fé Objetiva. Credor. Devedor

## A DESMILITARIZAÇÃO DA POLÍCIA E SUA RELAÇÃO COM OS DIREITOS HUMANOS.

**Autor(es):**

*Rafaela Monteiro Leal: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Inicialmente, é preciso analisar como e porquê foi criada a polícia militar, como funciona sua estrutura, e quais as consequências dessa estrutura militarizada. Além dessa análise, será discutida a crescente violência e casos de corrupção envolvendo policiais militares no Brasil, como a desmilitarização tornará a polícia mais humanizada, a segurança pública, e as situações precárias que o policial militar enfrenta em seu trabalho - inclusive por não poder criar sindicatos -, muitas vezes sendo contrárias aos direitos humanos. Portanto, a desmilitarização da polícia seria uma excelente alternativa para diminuir a violência, melhorar as condições de trabalho dos policiais militares, e um grande avanço para a tentativa de melhorar a segurança pública.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório. Quanto ao método, pode ser classificada como uma pesquisa dialética, transdisciplinar, que busca discutir a situação da polícia militar, e o direito em consenso com a realidade social. Para atingir esse objetivo, foram utilizadas pesquisas de dados estatísticos, análises bibliográficas, e análises de fatos sociais – relacionados principalmente, com a questão da segurança pública e o aumento da violência nas cidades.

**(Resultados)** Foi observado, mediante a pesquisa, que 73.6% dos policiais militares são a favor da desmilitarização (Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública); eles desejam essa desvinculação para que seu foco principal seja a proteção da sociedade, e não os interesses do Estado. Em relação à violência, foi analisado que a polícia militar matou mais que as 400 polícias dos EUA (relatório Força Letal lançado pela ONG internacional Human Rights Watch), e que no ano de 2015, até setembro, foram registradas 571 mortes em confrontos com a polícia (dados da Ouvidoria das Polícias do Estado de São Paulo). Também foi constatado que a polícia do RJ e de SP mata mais que os países que enfrentam guerras (relatório da Anistia Internacional) e que 70% dos brasileiros não confiam na polícia (segundo o Índice de Confiança na Justiça Brasileira (ICJBrasil), realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)).

**(Conclusão)** Desse modo, com a polícia desmilitarizada, todos os policiais serão civis, não ocorrerá demissões; apenas as funções terão que ser divididas – tanto a investigação como o trabalho de campo será feito pela mesma polícia. Os benefícios serão prisões que não se sustentarão apenas por flagrantes – a falta de investigação pode ser umas das causas do sistema carcerário lotado. Também ocorrerá diminuição da violência, pois algumas atitudes truculentas por parte da polícia são frutos de ordens, e ordens de superiores, na estrutura militarizada não podem ser desobedecidas. Além de que, a polícia não deve se organizar para uma guerra, mas sim para defender a população - humanização da polícia. Outro ponto importante, é que o policial será preparado para dialogar com a sociedade, analisando onde existe carência de segurança pública e suprimindo essa carência, de forma que crie um vínculo com os cidadãos e os direitos de todos sejam atendidos.

**Palavras-Chave:** Desmilitarização. Segurança pública. Direitos humanos. Violência. Corrupção envolvendo PM.



## A DIFERENCIAÇÃO DO TRATAMENTO DADO AO PSICOPATA CRIMINOSO NO BRASIL E NA INGLATERRA

**Autor(es):**

*Amanda Medeiros Pinheiro Borges: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa tem como tema o estudo da psicopatia, objetivando diferenciar o tratamento dado ao psicopata criminoso dentro do Brasil e àquele que vive na Inglaterra, bem como visando de que forma esses psicopatas se comportam em sociedade, ou seja, na vida em comum. Estudos e apontamentos mostram que não há tratamentos específicos para esses casos, e a reincidência nos crimes cometidos são exacerbatantes. Nesse sentido, o artigo versará sobre a diferenciação do tratamento dado nos diferentes países elencados acima. Dessa forma, o presente tem o escopo de verificar qual o modelo mais apropriado para lidar com esses indivíduos, e enfatiza a necessidade de um olhar mais rebuscado e politizado voltados ao tema em questão.

**(Metodologia)** Como metodologia, o artigo terá como método de abordagem o hipotético dedutivo, no sentido de pressupor a aplicação de princípios gerais do direito penal e direito constitucional a casos específicos, concretos, ou seja, analisar o quadro geral da doença, psicopatia, para depois adentrar na distinção quanto ao tratamento dado a eles nos dois países em questão. Como métodos de procedimento serão utilizados basicamente três métodos, o comparativo, que estudará as semelhanças e as diferenças entre o tratamento dado aos psicopatas no Brasil e na Inglaterra; o método descritivo, que discorrerá mais a fundo sobre o problema em geral da psicopatia, como os psicopatas se comportam, como vivem, quais suas peculiaridades; e também o método tipológico, no qual vai comparar o tratamento dado aos psicopatas realizado tanto no Brasil, como na Inglaterra, ou seja, tratamentos reais, e que ao longo da pesquisa vai ser criado um método ideal. Comparar o real para se aproximar do irreal. As técnicas de pesquisa utilizadas serão a bibliográfica, exploratória e a tipologia da pesquisa.

**(Resultados)** No Brasil, como não há prisões diferenciadas para esse tipo de criminoso, eles são aprisionados como pessoas “normais”, ou seja, como qualquer outro criminoso sem esse tipo de comportamento perverso. Em contrapartida, na Inglaterra, como também no Canadá e alguns estados americanos existem prisões específicas para essas pessoas, onde existe a Escala de Hare, que é um teste criado por Robert Hare, psicólogo canadense, para detectar o grau de psicopatia de determinado indivíduo. Além disso, o estudo aponta a importância dos profissionais da psicologia e psiquiatria que poderão ajudar no reconhecimento dos portadores desse transtorno de personalidade, bem como auxiliando na busca da melhor forma para o tratamento dado aos indivíduos diagnosticados como psicopatas.

**(Conclusão)** Pretende-se no estudo, encontrar qual dos dois modelos de tratamento dado aos psicopatas criminosos é o mais eficaz e benéfico para a sociedade correr menos risco, garantindo, entretanto, a dignidade dos psicopatas, porém o estudo ainda está em andamento.

**Palavras-Chave:** Psicopatas, tratamento, Brasil, Inglaterra.

## A EFICÁCIA DA CONCILIAÇÃO NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

### **Autor(es):**

*Atália Beatriz Silva Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Samantha Suélida da Silva Cavalcante: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Idalina Duarte Segunda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Nicole Pontes Pessoa e Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Bruno Tavares Padilha Bezerra: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com a grande demanda de ações existentes nos judiciário brasileiro, os Juizados Especiais Cíveis começaram a promover campanha a favor da conciliação. Esse instrumento vem sendo colocado como um dos procedimentos mais célere e, na maioria dos casos, é uma reunião entre as partes e o conciliador. Trata-se de mecanismo muito eficaz para conflitos em que existe entre as partes relacionamento conflituoso e, portanto preferem buscar um acordo de forma imediata para pôr fim à controvérsia ou ao processo judicial. As partes, durante a realização da audiência serão advertidas das vantagens que a solução amigável pode trazer, ficando claro que, se realizado a solução do conflito, o processo será extinto e após isso arquivado. Também serão informadas sobre os riscos e algumas consequências que a tramitação de um processo judicial pode trazer, bem como serão fixado multas para caso de descumprimentos de acordos.

**(Metodologia)** O trabalho trata-se de uma pesquisa exploratória na qual por meio de questionários buscamos esclarecer a visão sobre a conciliação no âmbito dos juizados especial. Foram ao todo 10 (dez) entrevistados, parte advogados que atuam neste meio e a outra parte foram pessoas que já foram partes de processos e conseguiram por fim deles por meio da conciliação.

**(Resultados)** Primeiramente foram entrevistados os cinco advogados, os mesmo foram indagados a respeito da eficácia do procedimento de conciliação nos âmbitos dos juizados especiais, bem como da satisfação das partes que figuravam como partes nas ações. As respostas dos cinco entrevistados foram parecidas, ambos afirmaram que boa parte das audiências de conciliação consegue atingir o objetivo principal: a resolução da questão e arquivamentos dos processos. Todos eles deixaram claro que desejam que a conciliação ganhe proporções cada vez maiores, uma vez que ocorrendo a mesma, presume-se que as partes saíram satisfeitas da relação. Depois os questionamentos foram feitos próprias partes, efetuamos perguntas relativas a satisfação e celeridade processual. Quatro, das cinco pessoas entrevistadas, responderam que ficaram de fato satisfeitas com a resolução dos conflitos através da conciliação principalmente pelo curto tempo de duração do processo. Apenas uma pessoa afirmou que não ficou plenamente satisfeita, mas aceitou entrar em consenso com a parte oposta para que ação fosse resolvida logo.

**(Conclusão)** Constata-se com base nos questionários, que a conciliação no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis oferece uma oportunidade para as partes resolverem o conflito de forma amigável, saindo ambas satisfeitas. Além disso, a conciliação auxilia na diminuição da demanda processual que costumeiramente abarrotam o judiciário.

**Palavras-Chave:** Juizado Especial, conciliação, eficácia, celeridade, conflito, resolução.

## A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 66/2010 E AS MUDANÇAS PROCESSUAIS DO DIVÓRCIO NO BRASIL

### **Autor(es):**

*Luana Jaslana Oliveira do Nascimento: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Rafaela Bezerra Rosado Cascudo Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anderson Leonardo de Oliveira Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O ordenamento jurídico brasileiro até a Lei nº 6.515/77, não previa a dissolução do casamento. Após esta Lei, foi instituído no Brasil a separação judicial e o divórcio, como formas de acabar com o matrimônio. Neste caso, é necessário que o casal se separasse judicial por um determinado tempo, para só depois de transcorrido esse prazo poder obter o divórcio. Com a Emenda Constitucional nº 66/2010, que alterou o art. 226, §6º, o instituto da separação judicial foi extinto, ficando apenas a ação de divórcio como único modo de dissolver o casamento, e ainda não sendo necessário o transcurso de um lapso temporal. É válido lembrar que havia uma preocupação no Direito de Família estabelecer qual dos cônjuges teria culpa pelo término do casamento, ocasionado assim algumas punições a este. Com a Emenda Constitucional, na ação de divórcio não cabia discutir que deu causa ao fim do casamento, porém o cônjuge que sentir-se lesado, no que tange aos aspectos morais e materiais pode entrar ação autônoma para discutir a possibilidade de uma possível indenização, sendo esta não referente ao casamento, mas sim a algum dano sofrido. Com o divórcio, uma vez que há a dissolução do vínculo matrimonial, a reconciliação só pode ocorrer com um novo casamento, o que antes com a separação judicial poderia acontecer sem a necessidade de um novo matrimônio.

**(Metodologia)** Esta pesquisa foi realizada com base na legislação brasileira antes da Emenda Constitucional nº 66/2010, bem como no ordenamento jurídico vigente, de forma a apresentar as modificações processuais decorrentes dessa alteração, as críticas e interpretações realizadas, bem como o seu efeito prático no processo de divórcio.

**(Resultados)** Em conformidade com a pesquisa realizada pode-se observar que o ordenamento jurídico brasileiro evoluiu estando mais preocupado com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana do que seguir com influências da Igreja Católica, em que estabelecia que o casamento era algo indissolúvel, o que gerava a continuação de uma relação sem que houvesse nenhum afeto entre os cônjuges. Segundo com Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho, há uma completa mudança de paradigma sobre o tema, onde o Estado afasta-se da esfera de intimidade do casal, reconhecendo a autonomia da vontade dos cônjuges para extinguir o vínculo conjugal, sem a necessidade de requisitos temporais ou de motivação vinculante. (GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. O novo divórcio. 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 43.)

**(Conclusão)** Com a pesquisa realizada foi possível concluir que mais importante que a indissolubilidade de um casamento, é a Dignidade da Pessoa Humana e o direito desta permanecer ou não casada, não cabendo ao Estado vedar o divórcio. Ainda pode-se dizer que assim como a sociedade evoluiu, o direito precisa acompanhar essa evolução, visto que antes havia uma família patriarcal, em que a mulher e os filhos eram submissos ao homem e que há algum tempo essa situação foi alterada.

**Palavras-Chave:** Emenda Constitucional; Aspectos Processuais; Separação Judicial; Divórcio.

**A FIGURA DO PSICOPATA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: A IMPRESCINDIBILIDADE DO EXAME CRIMINOLÓGICO PARA A CONCESSÃO DA PROGRESSÃO DE REGIME**

**Autor(es):**

*Luana Fernandes Guerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Gabriela Gomes Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Camilla Carvalho Leite : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Sistema de Progressão de Regime é o modelo adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro para o cumprimento de pena. Contudo, para que haja essa progressão, é facultativo a adoção de um exame criminológico visto que há uma falta de estrutura por parte do Estado. Então, apenados de alto risco, como os psicopatas progredem de regime sem que haja nenhum exame criminológico que o avalie para tanto. A presente pesquisa vem expor, de maneira cética, que a utilização desse exame é essencial para que psicopatas não venham a reincidir nos sistemas prisionais, além de abordar a essencial importância do uso desse mecanismo em casos de progressão de pena.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa realizada a partir do método indutivo, visto que visa generalizações derivadas de observações de casos da realidade concreta de psicopatas que se tornaram reincidentes em complexos prisionais enquanto cumpriram penas em regimes menos severos. Classifica-se a pesquisa como do tipo qualitativa, tendo em vista que buscar avaliar a necessidade atual da utilização de exame criminológico como mecanismo de prevenção da reincidência de psicopatas.

**(Resultados)** Apura-se uma desmesurada regressão no âmbito do Direito Penal a conjuntura do exame criminológico ser considerado fator irrelevante na progressão de regime do apenado. Nesse diapasão, faz-se jus a defesa da imprescindibilidade da realização do exame criminológico na concessão da progressão de regime, por conseguinte o antigo Ministro da Justiça Luiz Paulo Barreto notabiliza que "o exame deve acontecer quando o preso demonstrar a instabilidade emocional e psíquica. Até mais que um exame criminológico, é necessário uma avaliação ampla da capacidade que têm para convivência social." Averiguando o raciocínio supracitado, contempla-se que crimes brutais fomentadores de repugnância no corpo social não podem ser absorvidos do exame criminológico para o benefício da progressão de regime.

**(Conclusão)** Não obstante que no Brasil o exame seja facultativo, a conjectura psicológica torna-se substancial no sistema penitenciário, principalmente na existência de indícios que causam pleno risco à sociedade, no que tange a segurança desta. Quanto a isso, tramita-se no Congresso Nacional projetos que rogam por uma nova reforma da LEP (Lei de Execuções Penais) tornando a obrigatoriedade do exame criminológico para a progressão de regime. Destarte, se o grande escopo do Estado é cooperar para o bem estar social, abarca-se nisso, atividades que envolvem a execução penal, proporcionando condições fidedignas para reinserir o transgressor da ordem ao agrupamento social. Contempla-se com isso, a imprescindibilidade do exame criminológico para a efetivação da progressão de regime.

**Palavras-Chave:** Sistema de Progressão de Regime. Pena. Exame Criminológico. Psicopata.

## A FORÇA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS OBRIGATÓRIOS NO NOVO CPC

### **Autor(es):**

*Fernanda dos Santos Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Embora o sistema jurídico brasileiro seja baseado no Civil Law é possível ver cada vez mais a inserção dos precedentes judiciais na legislação processual com o intuito de otimizar a celeridade e uniformizar a jurisprudência a fim de garantir a segurança jurídicas nos seus vários aspectos. O sistema da Common Law está também visivelmente estreitando suas relações como Stare Decisis, que trata sobre o uso dos precedentes com caráter vinculativo. Com o advento do novo código de processo civil, que traz consigo um grande incentivo ao uso dos precedentes judiciais, faz-se necessário analisar o quanto esse mecanismo está sendo aceito pelo Brasil e quais seus efeitos diante da alta quantidade de processos sendo tramitados atualmente. O estudo tem o objetivo geral de aprofundar a importância do uso do sistema de precedentes judiciais no sistema jurídico brasileiro e como objetivos específicos: diferenciar Civil Law da Common Law; conceituar o Stare Decisis e sua interferência no sistema da Common Law, diferenciar Precedentes de Jurisprudência e mostrar técnicas de valorização dos Precedentes Judiciais.

**(Metodologia)** A metodologia a ser utilizada no campo da abordagem será a o indutivo, utilizando princípios gerais do processo civil para determinar casos específicos buscando tornar frequente o uso dos precedentes no âmbito das decisões judiciais. A tipologia da pesquisa será qualitativa, buscando maior visualização dos meios específicos para o uso dos precedentes judiciais com base em aprofundamento de pesquisa. Os métodos de procedimento serão o comparativo, verificando a atual condição dos precedentes obrigatórios com a condição oferecida com a chegada no novo código de processo civil, e o histórico, fazendo uma análise dos pontos relevantes em que os precedentes judiciais foram de extrema importância para a resolução de problemas. Quanto a técnica de pesquisa, os meios pertinentes são a doutrina, legislação e jurisprudência, para melhor compreensão do tema.

**(Resultados)** A cultura pós-positivista, que é vivenciada hoje pela jurisdição brasileira, remete a um resultado de necessidade de adequação primária em torno da força dos precedentes judiciais. O fato é que a forte influência da Common Law em nosso ordenamento torna viável e melhor confiável o uso dos precedentes diante das milhões de demandas tramitando em nosso país – cerca de 100 milhões de processos. Como resultado de pesquisa depreende-se que existe a necessidade de aplicar essa cultura do uso dos precedentes judiciais com mais veemência por parte dos magistrados, não só para uniformizar entendimentos e minimizar situações iguais com resultados diferentes, mas também para diminuir o contingenciamento dos processos que estão parados atualmente. Há de se implantar gradativamente esse espírito de utilização dos precedentes judiciais no direito brasileiro.

**(Conclusão)** Com base nos resultados, há de se gerenciar uma forma de estimular um maior uso dos precedentes judiciais, com isso, o intuito de levar um maior conhecimento qualitativo do assunto juntamente com o esclarecimento da diferenciação entre a Common Law e a Civil Law, além de mostrar como esse mecanismo colabora em relação a segurança jurídica em seu caráter vinculativo nas decisões, será uma grande passo para uma maior aceitação dos precedentes judiciais, servindo como solução inicial, mesmo sabendo que isso não será resolvido em pouco tempo, a persistência e o costume serão fatores interligados ao sucesso desse instituto.

**Palavras-Chave:** Precedentes Judiciais. Common Law. Civil Law.

**A HERANÇA DE AFETO EM “O PEQUENO PRÍNCIPE” DE SAINT EXUPÉRY: REFLEXÕES ACERCA DO ASPECTO EXTRAPATRIMONIAL NO DIREITO SUCESSÓRIO.**

**Autor(es):**

*Cassiene Silvério da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Isabella Jamel Lauar dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luciana Flávia Nunes Casimiro: Docente do UNI-RN*  
*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa acadêmica visa (com) partilhar os quinhões da herança afetiva transmitida pelo discurso literário-poético e atemporal presente na Obra “O Pequeno Príncipe”, de Antoine Saint Exupéry, estabelecendo uma intertextualidade entre esta e o Direito Civil Brasileiro, especialmente no que toca o Direito Sucessório e o seu instituto jurídico de principal destaque, isto é, a Herança, aqui analisada em seu aspecto extrapatrimonial, no qual se vislumbra, de forma cristalina, a importância do Afeto, elevado ao ‘status’ de Princípio norteador dos laços familiares e, conseqüentemente, das relações sucessórias.

**(Metodologia)** O método Teórico foi abraçado para a pesquisa, apoiado no complexo da análise do Princípio da Afetividade nas relações jurídicas sucessórias, por meio dos escritos civis das renomadas doutrinadoras Giselda Hironaka e Maria Berenice Dias, e da clássica narrativa literária “O Pequeno Príncipe”, de Exupéry, demonstrando, assim, a importância do intertexto e promovendo o diálogo interdisciplinar entre o Direito Civil e a Literatura.

**(Resultados)** Em sua jornada de questionamentos e descobertas, ladeada das mais preciosas metáforas, o Pequeno Príncipe acumula diversas lições que ficaram eternizadas nas reflexões da sua história. Ao partir em busca de algumas respostas existenciais, o Príncipezinho visita diversos planetas, celebrando sempre a “arte do encontro” com cada uma das personagens retratadas na narrativa. Ao se deparar com o Rei, no primeiro planeta visitado por ele, o Príncipezinho refletiu que “é preciso exigir de cada um o que cada um pode dar” e que “é mais difícil julgar a si mesmo que julgar os outros”. Já com o Vaidoso, no segundo planeta explorado, aprendeu o significado do sentimento de admiração: “admirar significa reconhecer.” O Empresário, responsável pelo terceiro planeta descoberto, não era útil às estrelas, por isso jamais poderia possuí-las, conclui o Pequeno Príncipe. Com o Bêbado, do quinto planeta, pôde perceber as fraquezas humanas e descobriu a importância de enfrenta-las ao longo da sua jornada pela vida. O Lampião, que desenvolvia um rotineiro trabalho, demonstrou ao Príncipezinho a importância da capacidade de adequação e de como os regulamentos deveriam se render às mudanças sociais do seu planeta. Já, o Geógrafo, ensinou para ele que ‘nós podemos escrever coisas eternas’. Todos estes encontros, embora passageiros, proporcionaram ao Pequeno Príncipe uma consciência reflexiva dos diversos mundos que estavam ao redor do seu pequenino Asteroide B-612. Entretanto, foi a Raposa a responsável pela transmissão de todo um legado de afeto, quando ofereceu, para o Príncipezinho, o seu precioso segredo: “Tu te torna eternamente responsável por aquilo que cativas”. Após aprender a sua maior lição, o Pequeno Príncipe cria laços com o Piloto e descobre que a sua Rosa ‘era única no mundo’. Tal legado de afeto acompanhou o Príncipezinho até o momento da abertura de sua sucessão. “Por que o Afeto tem um quê de respeito ancestral, tem um quê de pacificador atemporal, tem um quê de dignidade essencial. Esse é o afeto de que se fala. O afeto-ternura; o afeto-dignidade. O imorredouro do afeto.” (HIRONAKA, 2007).

**(Conclusão)** Após sofrer a picada da Serpente, o Pequeno Príncipe evoca memórias e pronuncia as suas últimas palavras: “O essencial é invisível aos olhos”. A Herança de Afeto, que comprova a preciosidade dos laços criados com a Raposa, a Rosa e o Piloto, na hora da morte, ganha um valor maior, sendo o afeto a única herança deixada pelo Príncipezinho, junto a todas àquelas estrelas que sabem sorrir.

**Palavras-Chave:** O Pequeno Príncipe; Afetividade; Direito Sucessório; Herança;

**A INCLUSÃO DE PROFISSIONAIS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO.**

**Autor(es):**

*Leonardo Souza da Silva Júnior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Rafael de Moraes Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Regian Maciel Rocha Ferreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** Busca da união de conhecimentos de forma interativa sobre o tema discutido, atribuindo uma conexão de imagens e textos que chamam a atenção quando elencadas, não só no vídeo demonstrado, como também em qualquer roda de discussão ou meio de comunicação que vier a ser debatido.

**(Proposta do roteiro)** O tema aqui referenciado, é o da inclusão de profissionais com deficiência no mercado de trabalho, trata de uma situação bastante especial e inovadora, mesmo existindo Lei prevendo este direito para as pessoas com deficiência, a prática ainda é muito escassa, mas que, visivelmente, está se modificando em meio a sociedade, mais oportunidades estão surgindo e, conseqüentemente, o vínculo entre empregado e empregador se torna mais amplo. Aumentando assim o consumo e a qualidade de vida de toda a humanidade. Desta forma, deixo minha mensagem para incentivar ainda mais a mobilização da sociedade, para que estas pessoas com necessidades especiais possam conviver de forma semelhante, mas com atribuições diferentes de toda a população, afinal ninguém é igual a ninguém e todos são iguais perante a lei.

**(Efeitos esperados)** Texto, imagem e som

**A INCOMPLETUDE NORMATIVA DO DIREITO SUCESSÓRIO: A FALTA DA REGULAMENTAÇÃO DO TESTAMENTO VITAL**

**Autor(es):**

*Fernanda Monteiro Cavalcanti: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Luzinete Alves de Oliveira Weber Neta: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maxuel Batista de Araujo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Ana Beatriz Maia Lira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*  
*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho pretende discutir a lacuna normativa que se encontra no corpo do Código Civil, no que concerne ao “Testamento Vital”, instituto do Direito Sucessório. É fato inquestionável de que o direito, em casos específicos, não logra êxito em acompanhar as alterações pelas quais passa a sociedade. Desta forma, muito embora esse tema venha sendo amplamente discutido nos últimos anos nos campos da Medicina e da Ética, o direito brasileiro ainda não se preocupou em normatizar o referido Testamento Vital. O mesmo consiste numa diretiva do paciente, em casos de doenças terminais, que orienta seus herdeiros a lhe oferecerem o melhor tratamento de saúde até o seu falecimento. É um instrumento redigido por pessoa maior e plenamente capaz, caso contrário, poderá ser designado curador para representá-lo caso torne-se incapaz. Através desse instrumento o indivíduo manifesta a sua vontade de não ser mantido vivo em condições que considere indignas. Determinados países já apresentam previsão legislativa acerca do testamento vital, tais como a Itália, Portugal e Estados Unidos. Em razão disso, se faz necessária a análise a partir do direito comparado para que possamos traçar diretrizes a respeito da viabilidade do instituto no nosso ordenamento jurídico pátrio. Desta forma, a presente pesquisa se propõe a analisar a possibilidade de inclusão de normas no ordenamento jurídico que regulamentem o instituto do Testamento Vital, a fim de que gerem uma maior segurança jurídica aos do que dele fazem uso, ao se encontrarem nas condições específicas para a criação do referido testamento.

**(Metodologia)** Trata-se de trabalho teórico, realizado através da exploração bibliográfica e em pesquisa de artigos científicos e obras literárias dos relacionados à problemática tratada. Como método de abordagem, utilizou-se o hipotético-dedutivo, de modo a se traçar um raciocínio lógico baseado em identificação do problema e apresentação de soluções.

**(Resultados)** A pesquisa revelou uma lacuna no ordenamento jurídico pátrio, considerando que as normas civis já existentes em nossa legislação não conferem o suporte necessário para a utilização do testamento vital, instituto necessário aos cidadãos que se encontram em estado terminal, garantidor de maior segurança jurídica em suas relações sucessórias.

**(Conclusão)** Observa-se que, no país, ainda há necessidade de aprofundamento dos estudos e da realização de debates mais esclarecedores à respeito do Testamento Vital, tendo em vista que ainda não se tem dados bem definidos acerca do tema. É importante destacar que a aceitação, no que diz respeito à elaboração do testamento vital, é diretamente proporcional ao tempo de doença. O paciente que se encontra em tratamento há mais tempo apresenta maior desejo de decidir sobre o seu processo de morrer. Por algum tempo, houve uma confusão se tal prática se confundiria com eutanásia, entretanto, após um debate no campo da Medicina e do Direito, chegou-se à conclusão de que seria, na verdade, um procedimento Ortotanásico. No campo jurídico, felizmente, a respeito do tema, já existe um Enunciado da Jornada Civil de nº 533, o qual aduz: “o paciente plenamente capaz poderá deliberar sobre todos os aspectos concernentes ao tratamento médico que possa lhe causar risco de vida, seja imediato ou mediato, salvo as situações de emergência ou no curso de procedimentos médicos cirúrgicos que possam ser interrompidos”. Entretanto, há necessidade de uma normatização efetiva no próprio Código Civil, pelo fato do mesmo possuir efeitos jurídicos mais influentes.

**Palavras-Chave:** Testamento, Normatização, Lacuna Normativa.



**A INCONSTITUCIONALIDADE DA DIFERENCIAÇÃO TRATATIVA DO CÔNJUGE SUPÉRSTITE E DO  
COMPANHEIRO NO REGIME SUCESSÓRIO BRASILEIRO**

**Autor(es):**

*Stephanie Lunne Cruz Vieira Pereira : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Fernanda Souza de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Amanda Medeiros Pinheiro Borges: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Matusalem Jobson Bezerra Dantas: Docente do UNI-RN*  
*Matusalem Jobson Bezerra Dantas: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A incongruência na elaboração de regras e princípios para o matrimônio e a união estável é evidente. Principalmente, no tocante a diferenciação de tratamento do cônjuge supérstite e do companheiro no Regime de Sucessão adotado pelo Código Civil Brasileiro de 2002. A codificação anterior trazia uma idéia hostil acerca da união estável. Esta era vista como uma espécie de "concubinato puro", tido como ilegítimo, sendo considerado, para alguns, até mesmo imoral, pois havia uma valorização exacerbada do núcleo familiar construído através do matrimônio. Com o surgimento da Lei nº 9.278/1996 houve a regulamentação do artigo 226, §3º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, fortalecendo o reconhecimento da convivência pública, contínua e duradoura entre o homem e a mulher com o escopo de constituir família. Ambos os comandos legais, equiparavam cônjuges e companheiros em matéria sucessória. Hodiernamente, sob a égide do Código Civil de 2002, as novas regras sucessórias referentes a união estável receberam um tratamento diferenciado.

**(Metodologia)** Com a finalidade de alcançar os objetivos a que se destinam esse projeto científico houve a feitura de uma pesquisa no campo teórico, buscando opiniões de doutrinadores acerca da temática exposta. A análise que será feita busca apontar a inconstitucionalidade na diferenciação do tratamento dado ao cônjuge supérstite em detrimento do companheiro em determinados dispositivos legais do Código Civil de 2002.

**(Resultados)** É possível identificar que, em algumas situações, ora é mais vantajoso contrair matrimônio, ora é viver em união estável. A obtenção de vantagens, a depender da situação afetiva na qual se encontram os sujeitos dessa relação, é justificada pelo tratamento diferenciado dado ao cônjuge sobrevivente frente ao companheiro no Regime Sucessório Brasileiro. A fim de exemplificar tal afirmativa, basta analisar alguns dispositivos da codificação Civil atual. O seu artigo 1.790, inciso III, traz a interpretação de que o companheiro concorrerá com outros parentes sucessíveis, tendo direito a apenas 1/3 da herança do de cujus. É possível observar que os colaterais até 4º grau (irmãos, sobrinhos e tios, primos, sobrinhos-netos e tios-avós) receberão 2/3 da herança enquanto o companheiro ficará com apenas 1/3. Na mesma situação, em que há apenas colaterais, o cônjuge supérstite tem direito à totalidade da herança, nos termos do artigo 1829, inciso III do Código Civil. Este mesmo artigo, em seu inciso I, estabelece que o companheiro sobrevivente participará da sucessão legal do de cujus apenas quanto aos bens adquiridos a título oneroso, dispensando a inclusão quando da abertura da sucessão dos bens particulares deixados pelo ex-companheiro. Na hipótese desse mesmo indivíduo ter contraído matrimônio no regime da comunhão parcial de bens, tal como é adotado para a união estável, o cônjuge supérstite concorreria na sucessão com os descendentes, se o de cujus deixasse bens particulares.

**(Conclusão)** Concluí-se que a obtenção de proveito em ambos os casos nos revela uma violação a proteção isonômica garantida constitucionalmente pela união estável frente ao matrimônio. Indubitavelmente, tal afirmativa nos faz questionar a constitucionalidade desses novos comandos legais. Portanto, no que tange ao Regime Sucessório Brasileiro, é possível constatar que a codificação civil de 2002 está em desconformidade com os parâmetros constitucionais. Deve-se buscar interpretar de forma isonômica esses comandos legais que diferenciam a sucessão no matrimônio frente a união estável, uma vez que a nossa Carta Magna as equipara.

**Palavras-Chave:** Inconstitucionalidade. Matrimônio e união estável. Regime Sucessório Brasileiro.

## A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NAS DECISÕES DO TRIBUNAL DO JÚRI E NO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

### **Autor(es):**

*Nadyr Godeiro Teixeira Cardoso: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Lucas Medeiros de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Thays Helena Dantas Brandão: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Larissa Lamas da Cunha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A proposta desta pesquisa acadêmica é analisar a influência da mídia nas decisões do Tribunal do Júri, estabelecendo uma conexão entre esta e o Princípio da Presunção de Inocência, sobretudo no que concerne ao Direito Penal Brasileiro.

**(Metodologia)** Foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o tema, bem como desenvolvida análise de legislação, doutrina (como por exemplo: George Marmelstein, Eugêncio Pacelli e Rogério Greco) e jurisprudência.

**(Resultados)** ) É notório que diariamente nos deparamos com notícias sobre crimes de várias naturezas, especialmente sobre crimes contra a vida de forma dolosa. Esses crimes são julgados pelo Tribunal do Júri, representado pelo Conselho de Sentença. A partir disso, observa-se que as informações lançadas pela mídia têm grande poder de influência, uma vez que esses crimes praticados em desfavor da vida despertam repúdio quanto à conduta, bem como em relação ao agente que o cometeu. Nesse sentido, é importante avaliar o poder de influência da mídia nas decisões do Conselho de Sentença, já que os dados por ela divulgados, na maioria das vezes, são tendenciosos e fazem com que os jurados tenham conclusões precipitadas sobre determinado caso, estabelecendo prejulgamentos e fazendo com que a decisão do Tribunal do Júri seja parcial. Sendo assim, em prejuízo do princípio constitucional da presunção de inocência, é pertinente questionar até que ponto o Conselho de Sentença decide de forma imparcial nos casos em que a mídia tem como principal objetivo prestar informações à sociedade sobre o que ocorre nos processos penais. Tal problemática é facilmente observada quando determinado crime doloso contra a vida toma proporção nacional, sendo notória a parcialidade da população em desfavor do réu.

**(Conclusão)** ) Por fim, no que tange ao conflito de princípios entre a liberdade de imprensa e a vida privada do agente, é razoável que haja um equilíbrio para, conseqüentemente, haver consenso. Para tanto, em razão dos excessos que ocorrem por parte da mídia, é sensato que a publicidade dos atos processuais penais e, conseqüentemente, a liberdade de imprensa, sejam restringidas, em favor da vida privada, honra, imagem e, principalmente, do princípio da presunção de inocência do protagonista do crime, uma vez que os princípios concernentes a liberdade de imprensa não são absolutos. Por conseguinte, se faz necessário o respeito ao princípio da presunção de inocência, do contraditório e do devido processo legal, a fim de que o acusado responda o processo livre de prejulgamentos e de qualquer tipo de influência externa que o torne previamente condenado pelo Tribunal do Júri.

**Palavras-Chave:** Tribunal do Júri; influência; mídia; crimes contra a vida.

## **A INFLUÊNCIA MIDIÁTICA E O PRÉ JULGAMENTO SEM SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA: A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

### **Autor(es):**

*Lorena Fernandes Souza Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Paula Beatriz Cavalcante Araújo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Hallison Rego Bezerra: Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Analisando diariamente alguns casos que ocorrem no nosso país, onde existem pré-julgamentos da mídia que interferem na concepção popular e nos próprios processos penais, é notável a importância de discutir esse problema social, partindo do pressuposto da necessidade de obedecer a nossa Constituição Federal Brasileira, onde diz em seu art. 5º, que, ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória; em se tratando de uma norma superior hierarquicamente, logo nenhum ato deveria se contrapor a ela, principalmente a indústria midiática que é tida como um dos julgadores, já que a justiça é baseada na pressão pública, onde a mesma é consequência do que é abordado nos noticiários, através dos meios de comunicação em massa. Houve vários casos onde a justiça caminhou pelo viés da mídia e levou os suspeitos para o caminho da injustiça e do sofrimento.

**(Metodologia)** Utilizou-se o método indutivo, analisando situações concretas através de noticiários, bem como de todos os meios midiáticos deste país; estudo de caso, de caráter exploratório para facilitar o entendimento, trazendo as injustiças praticadas em determinadas situações que a mídia impôs a sociedade e a própria justiça Brasileira, logo se utilizou um método transdisciplinar, partindo do direito constitucional, de decisões jurídicas, e da concepção da sociedade sobre este tema.

**(Resultados)** Encontramos com facilidade diversos casos em que por influência da mídia, o processo penal tomou um diferente rumo, advindo da proporção em que o caso tomou perante a sociedade. O sensacionalismo e o mercado midiático acabam por desconhecer o princípio da presunção de inocência, bem como os direitos fundamentais da pessoa humana, que deveriam prevalecer diante da pior hipótese das decisões judiciais. O resultado de casos como os que aqui foram tratados é de direitos e garantias fundamentais esquecidos, princípios legais não levados em consideração que geram injustiça e até vidas totalmente interferidas por irresponsabilidade social e profissional, simplesmente pelo fato de fazer um papel que não é de sua incumbência e interferir no juízo que não lhe cabe fazer. No entanto, os resultados da pesquisa continuam em andamento, visto a complexidade do tema abordado.

**(Conclusão)** É certo concluir, após o estudo do tema abordado e de casos que se tratam desse assunto, a falta de limitações sobre o que é exposto da mídia quando se trata de acusação de pessoas, que se quer foram condenadas a tal ato, e mesmo sendo considerada culpada pela justiça, não deveriam perder o núcleo de seus direitos fundamentais e valores sociais, a nossa legislação predispõe várias normas que versam sobre suspeitos e culpados e que devem ser seguidas rigidamente. Não é por causa desse grande erro da mídia que podemos crucificá-la, assim como ela também não tem o direito de martirizar nenhuma pessoa em prol do clamor da sociedade que está com sede de justiça por um crime que ainda não foi sentenciado. Este estudo não se esquece do Direito à Liberdade de Imprensa em nenhum momento, que também é um direito fundamental predisposto na Constituição Brasileira, por isso há a necessidade de ponderar esta norma constitucional para que não haja a violação de outros princípios tão importantes quanto. O que se busca é justiça, legalidade e bons profissionais que sigam os preceitos legais.

**Palavras-Chave:** Influência midiática; Direitos Fundamentais; Justiça; Processo Penal.

## A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA AMÉRICA LATINA

### **Autor(es):**

*Mariana Ferreira Maia Arcoverde: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Vanessa de Paiva Maia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Bianca Eugênia de Medeiros Trindade: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho visa o apontamento da situação da mulher frente à desigualdade existente em relação ao homem no mercado de trabalho no âmbito da América Latina. O objetivo da pesquisa aqui desenvolvida é a demonstração da realidade vivenciada por mulheres em suas diferentes nacionalidades e classes sociais em comparação ao desenvolvimento e evolução profissional com homens, levando em consideração as diferentes rotinas e atividades a que se submetem.

**(Metodologia)** Por meio de pesquisas através de sites especializados reunimos dados e informações relevantes sobre a situação das mulheres nos diferentes países citados no presente trabalho. Utilizamos o filme “Cidade do Silêncio” como fonte de estudo e ainda fizemos uso das informações contidas no site da ONU, mais especificamente no objetivo 5 da Agenda pós 2015 da ONU que é: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”.

**(Resultados)** Inicialmente vale ressaltar, quanto as implicações resultantes do presente trabalho, que entre os anos de 1970 e 1990 a parcela das mulheres economicamente ativas saltou de 21% para 28,1% na América Latina, entretanto, embora a participação das mulheres no mercado de trabalho tenha aumentado para 54%, as diferenças salariais entre gêneros na sociedade latino-americana ainda são visíveis. Além disso, as mulheres ainda são submetidas as jornadas triplas de trabalho, uma vez que são responsáveis pelos afazeres domésticos, criação dos filhos, além do trabalho fora de casa. São, também, constantemente vítimas de violência (em suas mais variadas espécies), influenciando ainda mais no decurso profissional. Quanto a essa questão da violência descobrimos que na Bolívia mais da metade da população feminina entre 15 e 49 anos (52,2%) já sofreu algum tipo de violência e que a violência física tende a diminuir conforme o grau de instrução da mulher. A CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos) colocou para a reunião de 2016 um tópico sobre a luta contra a pobreza na região, apontando como uma das soluções o combate à desigualdade de gêneros.

**(Conclusão)** Concluímos que as mulheres da nossa geração tem sido responsáveis por inserir novos entendimentos com relação à participação dos membros da família nas atividades domésticas, pois se percebe a perpetuação de uma nova cultura em que se desenvolve o equilíbrio nas atividades e responsabilidades. Além disso, a ONU Mulheres, buscando solucionar esse cenário desigual, apresenta para sua agenda pós 2015, a discussão acerca do acesso igualitário aos recursos produtivos, como emprego de qualidade, crédito, tecnologia ou propriedade, proteção social que garanta as mulheres condições suficientes para uma vida digna a fim de eliminar os estereótipos sobre essa desigualdade de gênero.

**Palavras-Chave:** Mulheres; América latina; Mercado; Trabalho; Desigualdades.

**A JUDICIALIZAÇÃO DA INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DO TOXICÔMANO À LUZ DA DIGNIDADE HUMANA E EFETIVIDADE CONSTITUCIONAL**

**Autor(es):**

*Regineide Maria de Azevedo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho aborda a internação compulsória do dependente químico, por ser espécie de internação sem a anuência do paciente, com intervenção judicial do Estado na autonomia e liberdade do toxicômano, com fins a preservá-lo a vida e dignidade, valor intrínseco conferido a todo ser humano. Neste contexto, o presente estudo tem como escopo analisar o fundamento material e substancial do artigo 1º, inciso, III, princípio fundamental, que irradia a Constituição de 1988 - a dignidade humana - como elemento constitutivo de eficácia plena, imediata e integral do direito na complexa causa da judicialização da internação compulsória aplicada ao toxicômano.

**(Metodologia)** O enfoque da investigação é interdisciplinar, já que há uma interação entre o Direito Constitucional, Filosofia do Direito, Direitos Humanos, Hermenêutica Jurídica, mas tendo como resultante o Direito Constitucional. O método utilizado na análise do presente trabalho será o indutivo, utilizando-se para tanto de referencial teórico dos constitucionalistas: José Afonso da Silva, Luis Roberto Barroso, Ingo Sarlet, Paulo Bonavides, do filósofo americano e sua teoria substancialista acerca do conceito de princípio, Ronald Dworkin; do filósofo alemão procedimentalista e a técnica de ponderação, Robert Alexy; Immanuel Kant e a autonomia; Peter Singer e o conceito de pessoa e seus limites, etc. Como objetivo geral, pretende o presente trabalho contribuir para estudos da interpretação constitucional na Carta de 1988, aplicando a casos concretos, cuja dignidade da pessoa humana esteja em seu epicentro, com fins a preservar o bem maior do ser humano que é a vida. Para tanto, objetiva de forma específica aferir que a força normativa da Constituição contida no artigo 1º, inciso, III, – a dignidade humana - constitui elemento substancial e deve ser aplicada ao processo de judicialização do toxicômano como um fim em si mesmo.

**(Resultados)** Este estudo se apresenta de forma inédita, por ter como objeto o princípio fundamental da CF/88 – a dignidade humana- e a intervenção do Estado limitando a autonomia do toxicômano com fins a preservá-lo à vida através de uma prestação positiva. Isso porque, os trabalhos existentes relacionada à internação compulsória têm como fundamento a Lei infraconstitucional nº 10.216 de 4 de julho de 2001 – criada inicialmente para dispor sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redirecionar o modelo assistencial em saúde mental no país, o que desagrada ainda mais a parcela da sociedade que é contra tal medida, por se tratar de caso de grande complexidade jurisdicional e haver colisão entre os princípios da liberdade e do direito à vida.

**(Conclusão)** Por fim, como contribuição social o presente trabalho pretende aferir que a força normativa da Constituição depende da amplitude e vontade da Constituição, e que essa vontade constitucional deve ser partilhada por toda sociedade de tal modo que o Direito atinja seu ideal de Justiça.

**Palavras-Chave:** Constituição. Dignidade Humana. Toxicômano. Compulsória.

**A LEGITIMIDADE E COMPETÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS À LUZ DO CASO MARIA DA PENHA VS. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**Autor(es):**

*Letícia Mota Vieira Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Luisa Scarpelli da Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Luma Rossana Fernandes de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A proposta desta pesquisa acadêmica é analisar a atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos na produção legislativa brasileira, com ênfase no caso que resultou na promulgação da Lei 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha. Ao analisar como, na falta da atuação do estado na proteção dos direitos humanos, Maria da Penha conseguiu a garantia de seus direitos perante uma corte internacional, podemos enxergar claramente como o direito internacional moderno evoluiu de forma a efetivamente influenciar o direito interno. Além disso, por meio da análise da competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Maria da Penha, é possível trazer à realidade de forma mais específica e palpável o conteúdo abordado em sala de aula, o qual tem um enfoque mais abstrato na disciplina de Direito Internacional.

**(Metodologia)** O método adotado para a pesquisa é o teórico, por meio da leitura e análise dos principais textos formadores da Corte Interamericana de Direitos Humanos, tais quais a Convenção Americana de Direitos Humanos, comumente conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, Regulamentos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e Corte Interamericana de Direitos Humanos e, ainda, o próprio Relatório Anual expedido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos que trata a respeito do caso Maria da Penha, comparando-os com sua influência na formação do direito interno brasileiro, e, ainda, utilizando como paradigma o caso de Maria da Penha, que resultou na edição da Lei 11.340.

**(Resultados)** Pela análise do procedimento da Corte no caso da Maria da Penha, podemos ver como o ornamento jurídico internacional pode sim resultar em sanções práticas e efetivas. Maria da Penha, duas vezes vítima de tentativa de homicídio por parte de seu marido, viu seu ofensor passar mais de 15 anos em liberdade, mesmo após condenação por um tribunal do júri. Devido à morosidade do judiciário brasileiro, buscou no direito internacional a reparação e justiça que o direito interno lhe negou, fundamentada no artigo 23 do regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Ao procurar a Corte Interamericana de Direitos Humanos, estabeleceu um paradigma nunca antes visto de sanção de um órgão internacional pela violação do direito de um particular. A referida Corte, ao condenar o Brasil pela sua negligência, colocando-o no rol dos países violadores dos direitos humanos, e demandando o pagamento de indenização à vítima, forçou o ornamento jurídico a tomar as devidas providências para tratar da questão da violência doméstica, antes tão negligenciada. Tal providência foi concretizada pela criação da Lei nº 11.340, que tipificou a violência doméstica como crime e estabeleceu procedimentos mais severos para a punição deste. No caso prático, houve a efetiva condenação do ex-marido de Maria da Penha, a pena privativa de liberdade, e o pagamento pelo governo do Ceará de indenização à vítima.

**(Conclusão)** É de se concluir que, apesar de o direito internacional por si só não ter força normativa, nem poder sancionador direto, ele é um efetivo mecanismo de pressão pública, de modo a influenciar o direito interno para a busca do bem comum, como a defesa dos direitos humanos. No entanto, ao tratar-se da Corte Interamericana de Direitos Humanos, estamos aduzindo sua competência contenciosa, a qual vincula suas sentenças aos Estados-membros da Organização de Estados Americanos, estas com força de sentença internacional, e os obriga a seguir o que está disposto na sentença. É entendido que estes direitos, por seres inerentes do ser humano, devem ser defendidos em um plano transnacional, pois a violação de tais direitos por um ente reflete na condição humana como um todo.

**Palavras-Chave:** Corte Interamericana de Direitos Humanos; Lei Maria da Penha; Competência Internacional. Competência contenciosa.

## A LEI Nº 12.305/2010 COMO MEIO DE VALORIZAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

**Autor(es):**

*Maria Janaina Lopes Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A proposta desta pesquisa acadêmica é evidenciar a relevância da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) - Lei 12305/2010 - como meio de valorização da dignidade da pessoa humana.

**(Metodologia)** Foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, bem como foi desenvolvida uma análise de legislação e exame da situação fática dos catadores de resíduos no Brasil.

**(Resultados)** Por muito tempo os impactos sociais do lixo foram esquecidos, especialmente a situação sub-humana a que são submetidos os chamados catadores de resíduos. Todos, sociedade e poder público - parecem ignorar os milhares e milhares de indivíduos que vivem diariamente com as sobras das atividades humanas, lá eles formam suas famílias, dali - dos restos, muitas vezes em estado de putrefação - tiram o seu sustento, nos lixões crescem suas crianças, nascem e perecem em meio ao lixo, para estes não há que se falar em "dignidade da pessoa humana". O trabalho dos catadores de lixo é sem dúvida um dos mais degradantes da presente época, afinal, eles sobrevivem do que é jogado fora, do refugio e são muitas vezes, desprezados por causa da função que desempenham. Apesar de tal função ser de responsabilidade de todos. Essa situação de vida - ou de subvida - é completamente incompatível com o Estado Democrático de Direito, que possui como princípio fundante a dignidade da pessoa humana. Assim, a Política Nacional de Resíduos Sólidos representa um marco no ordenamento jurídico brasileiro, extrapolando os limites da proteção ambiental stricto sensu para inovar com a abordagem social a partir da inclusão de catadores de resíduos, tanto na Logística Reversa quando na Coleta Seletiva, além de estabelecer prazos para a completa extinção dos famigerados lixões.

**(Conclusão)** Por fim, são várias as normas da PNRS que abordam o impacto social do resíduo - especialmente a degradante situação dos catadores - portanto, devido às significativas demandas geradas, a Lei é instrumento apto a possibilitar mudanças significativas nesse cenário, entretanto, a lei por si só não promove mudanças, sendo apenas reflexo dos anseios sociais, cabendo ao poder público e à coletividade a promoção das ações necessárias à efetivação dos preceitos legais para que seja implantado um sistema beneficiador que alcance a todas as esferas envolvidas e ao bem estar socioambiental como um todo.

**Palavras-Chave:** Dignidade da pessoa humana; Resíduos sólidos; Catadores; Coleta Seletiva.

**A LEI Nº 12.305/2010 E O PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DIANTE DA APLICABILIDADE DA  
POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

**Autor(es):**

*Maiara Pereira da Silva Elias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Lei nº 12.305/2010 atualizou a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS buscando a extinção dos vazadouros a céu aberto, em complemento a tentativas anteriores, tal como a criminalização da poluição ambiental. Dentre as suas diretrizes, determinou que todos os vazadouros a céu aberto no território brasileiro deveriam ser desativados até o dia 2 de agosto de 2014 (prazo máximo estabelecido, conforme o artigo 54 da referida lei), sob sanções econômicas para o município que não cumprir esta condição. Entretanto, transcorrido 1 (um) ano após a data limite para adequação da disposição final dos resíduos sólidos, 60% dos vazadouros no Brasil encontram-se ativos. Este é um percentual significativo, uma vez que essa medida tem sido imposta desde 1979, através da portaria de número 053. Sendo assim, a Lei 12.305/10 não trouxe uma novidade para os municípios brasileiros, bem como não é novidade os argumentos de retratação das prefeituras em falta quanto à desativação dos vazadouros. Todavia, observando apenas a atual PNRS, principalmente no que diz respeito ao prazo de mudança, questiona-se a viabilidade do processo por via administrativa para a efetivação da norma, analisando cada requisito para a construção e operação de um aterro sanitário (a forma mais recomendada para a destinação final dos resíduos sólidos). Diante disso, o presente trabalho propôs-se analisar a existência de dificuldades burocráticas, principalmente em relação ao processo de licenciamento ambiental, na implantação da diretriz sobre os “lixões” da PNRS no plano fático.

**(Metodologia)** Trata-se de projeto de pesquisa para elaboração do trabalho de conclusão de curso apoiado por estudo de caso e uma pesquisa bibliográfica nas áreas de direito constitucional, direito administrativo e direito ambiental. Utiliza-se o método de abordagem dialético, tendo como base dois aspectos distintos, porém complementares, a abordagem jurídica e a socioambiental para observar as contradições inerentes a situação observada. Seguida de uma pesquisa de campo e coleta de documentos. Para tanto, esse trabalho fundamentou-se em pesquisas exploratórias e de levantamento qualitativo das informações por meio de estudo documental, valendo-se do método de abordagem dedutivo através da análise da Lei 12.305/10 e da Resolução CONAMA 237/97 para o caso concreto.

**(Resultados)** A partir da análise da existência de entraves burocráticas, principalmente em relação ao processo de licenciamento ambiental, verificou-se que ainda existem questões jurídicas a serem investigadas para o enfrentamento das dificuldades acerca da implantação da diretriz sobre os “lixões” da PNRS no plano fático. Assim, este estudo apresenta um breve histórico jurídico sobre a problemática da inadequada disposição dos resíduos sólidos no Brasil; mostra as mudanças decorrentes da Lei 12.305/10 com foco na questão dos resíduos sólidos; analisa o processo de licenciamento ambiental na transferência de um vazadouro a céu aberto para um aterro sanitário; e, por fim, compara o prazo de adequação estipulado pela lei em discussão com o processo e os prazos de licenciamento ambiental.

**(Conclusão)** A partir desse levantamento, objetiva-se apresentar a inviabilidade de todos os municípios terem realizado a mudança proposta pela PNRS dentro do intervalo de tempo obrigatório, chocando-se o processo administrativo de licenciamento ambiental ao quadro social enfrentado por cada prefeitura. Portanto, conclui-se que por si a Lei 12.305/10 nasceu frágil ao determinar um prazo impróprio de efetivação da norma, sendo agora necessária a tramitação de um projeto de lei para um novo período, o que afeta a segurança jurídica da legislação ambiental brasileira.

**Palavras-Chave:** Política Nacional de Resíduos Sólidos. Vazadouro a céu aberto. Aterro Sanitário. Licenciamento Ambiental.



## A NOVA LEI DA GUARDA COMPARTILHADA NO DIREITO DAS FAMÍLIAS

**Autor(es):**

*Clarice Alencar de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este trabalho aborda uma das questões mais complexas e atuais do Direito das Famílias: a guarda compartilhada dos filhos face à ruptura de laços de um matrimônio ou de uma união estável de seus genitores. A pesquisa tecida caminha pela evolução histórica do instituto da Guarda, demonstra as suas espécies, contempla o conceito específico e atual do Instituto, adaptado à Lei 13.058/2014 (Nova Lei da Guarda Compartilhada), reforçando a atuação da Guarda Compartilhada como um pressuposto gerador da responsabilidade civil familiar, bem como demonstra os seus reflexos para o Direito das Famílias contemporâneo, norteado pelos Princípios da Afetividade e do Pluralismo Familiar. Por fim, o presente artigo reforça a indispensabilidade da preservação do direito fundamental à convivência familiar, pautado, para a questão em tela, no Princípio do Melhor Interesse da Criança.

**(Metodologia)** O método adotado é o teórico, com base em doutrinas civis, como a renomada doutrinadora Maria Berenice Dias em seu Manual do Direito das Famílias, e em artigos científicos.

**(Resultados)** É sabido que a guarda compartilhada, advinda da Lei 11.698 de 2008, já mencionada, trouxe significativas mudanças para o quadro do direito das famílias. Primeiramente devido ao reequilíbrio dos papéis parentais, uma vez que a mãe e pai possuem a mesma capacitação para cuidar dos filhos, trazendo, por outro lado, a garantia da efetiva participação de ambos os genitores na vida dos filhos. Em virtude disso, pode-se certamente afirmar que a chegada da guarda compartilhada no Ordenamento Jurídico foi uma novidade bastante bem vinda. Tanto para os pais, que começaram a ter mais prerrogativas na vida dos filhos, quanto para estes últimos, que passaram a ver os genitores mais presentes e empenhados para tratar de questões que norteiam suas vidas. No entanto, recentemente, foi sancionada pela Presidente Dilma Rousseff a Lei 13.058 de dezembro de 2014, que veio a estabelecer o significado da expressão guarda compartilhada e dispor acerca de sua aplicação, modificando os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 do Código Civil de 2002. A nova lei trouxe mudanças significativas em pontos bastante relevantes acerca da guarda dos filhos. A principal delas diz respeito à guarda compartilhada ser tratada como regra e a possibilidade de sua aplicação mesmo sem o consenso entre os genitores. Principal, no sentido de que está sendo deveras discutida por ter surpreendido muitos doutrinadores, advogados, juristas e especialistas do direito das famílias. Mas ainda trouxe mudanças relativas à custódia física obrigatória, ao instituto de convivência, às atribuições de cada genitor e a necessidade de um trabalho interdisciplinar, o descumprimento das obrigações e as consequentes punições ao genitor insistente, bem como o pagamento de alimentos na guarda compartilhada.

**(Conclusão)** Por fim, pelas considerações explanadas, as alterações não podem ser tidas como uma medida efetiva para a criação dos filhos. A solução se dá pela premissa existente antes da nova lei, onde os aplicadores do direito entendiam que o compartilhamento só seria eficaz em havendo, ao menos, consenso entre os pais, o que se mostrava lógico. Hoje, existe a falsa inteligência do novo dispositivo que determina a sua aplicação ainda nos casos em que não exista o mínimo consenso entre os genitores.

**Palavras-Chave:** Guarda; Efetividade; Direito das famílias

## A PENA DE PRISÃO E A ATUAL CRISE DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO

### **Autor(es):**

*Stephanie Pacheco Castro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Rodrigo Bezerra Rosado Cascudo Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Kallyanne Dayanna Mendes Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Barbara Martins Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*  
*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em decorrência da atual situação do sistema prisional brasileiro, percebe-se a ocorrência de inúmeros problemas que resultam na violação das normas e princípios constitucionais que são garantidos a quem cumpre pena, principalmente, no regime fechado. Além disso, é notório que os objetivos da pena não estão sendo alcançados, uma vez que os presos ao invés de saírem orientados para retornar à convivência com a sociedade, eles saem piores. Isso é resultado de toda a má gestão durante o cumprimento da pena. Por outro lado, a sociedade considera que o cometimento de um crime, retira do agente infrator todos os direitos, inclusive os fundamentais. Mas não é dessa forma que o sistema deve funcionar, e sim da maneira que o Direito prevê. Embora o infrator tenha sua liberdade cerceada, sendo retirado do convívio social, ele deve permanecer com os direitos e garantias que são inerentes à pessoa humana, e, convém assinalar que esses direitos são garantidos não só por leis brasileiras, mas também por tratados internacionais. Todavia, o que acontece além da privação da liberdade é também a ofensa à dignidade. Tendo em vista a vigente conjuntura que o sistema carcerário se encontra, serão abordadas causas relevantes para se chegar a possíveis soluções visando uma melhoria da situação, e para que a pena atinja sua finalidade punitiva, porém evitando a reincidência e de forma a contribuir com a recuperação do condenado para que ele se ressocialize.

**(Metodologia)** O método utilizado para a realização desta pesquisa será o dialético, através de pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, a partir da doutrina pátria, da Constituição Federal, da Lei de Execução Penal, bem como o Código de Processo Penal e o Código Penal Brasileiro e ainda a análise de artigos científicos.

**(Resultados)** O tema abordado explica as penas atribuídas aos condenados, sendo mais específico em relação às penas privativas de liberdade, referente ao regime fechado, discutindo-se a precária condição do sistema carcerário, que não atinge o objetivo de punir e ressocializar, pelo contrário, agrava a criminalidade e a reincidência. Quando se fala nos presídios brasileiros, são elencados vários problemas, como a superlotação das celas, as condições sub-humanas em que vivem os apenados, as torturas investidas, o fato de os presos que, mesmo já tendo cumprido a sua pena, ainda continuarem sob o regime prisional, entre outros. Logo, o aumento das penas privativas de liberdade no regime fechado não seria a solução, uma vez que acarretaria na multiplicação da população carcerária e estimularia o surgimento de criminosos ainda mais perigosos. É oportuno enfatizar que as maiores facções criminosas do país surgiram dentro dos presídios, e de lá comandam o crime organizado.

**(Conclusão)** Portanto, conclui-se que o sistema prisional convencional se encontra à beira da falência. Além de muito custoso, é ineficiente, funcionando mais como uma escola para o crime, que como um sistema de recuperação de pessoas que cometeram crimes, pois conforme demonstrado ao longo do trabalho o sistema penitenciário não é obstáculo para a prática de atividades criminosas. Pode-se mencionar como uma das possíveis formas de minimizar o problema, uma maior abrangência na aplicação de penas alternativas substituindo o cárcere, de modo que a prisão não seja o único modo de punição do agente delituoso. Todavia, é necessário para tanto que os juízes sintam segurança no momento de aplicar tal medida, para que elas sejam eficazes e não possam ser confundidas como uma forma de impunidade.

**Palavras-Chave:** Sistema Prisional. Escola para o crime. Cumprimento da pena.

## A PERSPECTIVA DA TEORIA MISTA DA PENA NA REALIDADE PÓS CÁRCERE

### **Autor(es):**

*Byanca Laura Franco da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Mariana Elizabete de Melo Gomes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Código Penal no seu artigo 59 adota a teoria mista, estabelencendo que a pena deve ter caráter reprovativo e preventivo. No entanto sabe-se que a eficácia do que foi estabelecido não se cumpre em sua totalidade, uma vez que as penas, principalmente as privativas de liberdade, mostram-se ineficazes em prevenir a reincidência. Dessa forma, a presente pesquisa busca avaliar a realidade pós cárcere dos antes apenados e agora recém libertos, problematizando a ineficácia estatal quanto a falta de medidas que busquem reintegrar os recém libertos, como também afastá-los do mundo do crime.

**(Metodologia)** A pesquisa é um estudo de caso, pois se preocupa em estudar, de forma detalhada, o cumprimento da teoria da pena. Tem cunho explicativo, analisando a forma que o estado ressocializa o apenado. Considerando os objetivos da pesquisa, utiliza-se o método dedutivo, partindo da análise de situações amplas de violação da dignidade humana e buscando uma solução para integrar mecanismos capazes de tornar a teoria mista eficiente. Além disso também foi utilizado o método sistêmico para interpretação da lei, no caso o artigo 59 do Código Penal.

**(Resultados)** Quando avaliado a perspectiva do Código e a realidade pós cárcere constata-se que há uma disparidade relevante entre o proposto e o cumprimento. Pouco tem sido feito para educar e ressocializar o apenado, aproximando dele a possibilidade de reincidência. A ineficácia da pena quanto ao seu caráter preventivo começa dentro das celas dos sistemas prisionais, nas quais os detentos convivem em situações precárias, sem o mínimo de dignidade, como também é criado neles um maior instinto para o crime. Ao retornarem a condição de liberdade os apenados não encontram possibilidades de ressocialização, seja por discriminação por parte da sociedade, ou pela escassez de medidas estatais que o reintegrem a vida social.

**(Conclusão)** Como já foi observado, o Código Penal adota a teoria mista para a pena, estabelecendo-a como reprovativa e preventiva, contudo o Estado não a supre em sua totalidade. Considerando que o direito a estar socializado é uma premissa que está intimamente ligada a dignidade da pessoa humana, é importante ressaltar a importância do comprometimento do Estado em estabelecer medidas que proporcionem uma pena não apenas punitiva, mas também corretiva. Dessa forma, conclui-se que é necessário a concretização de um Estado como promotor do que foi estabelecido por ele mesmo, uma vez que as medidas estatais são as únicas capazes de promover a pena à perspectiva preventiva, proporcionando dignidade ao apenado.

**Palavras-Chave:** Ressocialização. Pós cárcere. Apenado. Teoria mista.

## A POSSIBILIDADE DE PENHORA DE BEM IMÓVEL DE ELEVADO VALOR

**Autor(es):**

*Jéssica Rodrigues Valença de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Processo de Execução foi criado para atender o direito do credor de ver sua tutela ser satisfeita, ou seja, ser cumprida pelo devedor inadimplente. Para isso, utiliza-se de meios de coação para atingir o devedor e fazer com que o mesmo adimpla com sua obrigação, estipulada entre ele e o credor. Nessa abordagem, temos a penhora que é um meio de coação do processo, em outras palavras, uma execução forçada que se origina com a expropriação de bens do devedor para oferecer ao credor insatisfeito. Diante deste conteúdo introdutório, a proposta desta pesquisa acadêmica é levantar sobre a possibilidade de se penhorar bens imóveis de elevado valor, (fato que é vetado no nosso ordenamento atual) com fulcro nos princípios constitucionais sem ofensa a outros e destacar alguns recentes julgados que corroboram com esta possibilidade.

**(Metodologia)** O Método adotado para esta pesquisa é o teórico, tendo como objetivo a demonstração de que é possível se penhorar bens imóveis de elevado valor sem ofender a proteção à propriedade privada e a dignidade da pessoa humana do devedor, e que sua proibição, pelo contrário, ofende o princípio da dignidade da pessoa humana do credor, o princípio da razoabilidade, do amplo acesso à justiça, da proteção da igualdade substancial e outros.

**(Resultados)** O Processo de Execução perde sua total finalidade ao deixar de garantir a satisfação do credor em ver seu direito ser cumprido, fato que vem se tornando cada vez mais comum de forma que há um receio de que o processo ao garantir o direito do credor, não leve em consideração o direito do devedor. E como no Direito a busca pela harmonização dos interesses é contínua, contudo, nem sempre eficaz, alguém resta prejudicado. Por seguir essa ótica tem sido o credor que diante das diversas vedações ao seu direito de intervir em sua tutela, como a proibição de penhora de bens imóveis de grande valor, a Súmula 375 do STJ "O Reconhecimento da fraude de execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova da má-fé do terceiro adquirente" só tem tido a opção de recorrer.

**(Conclusão)** A penhora de bens imóveis de alto valor independe de norma regulamentadora. O fundamento, a ratio essendi, da possibilidade de penhora de imóveis de elevado valor reside na aplicação direta de princípios constitucionais, em especial a efetivação da dignidade da pessoa humana, da efetividade da atuação jurisdicional e da razoabilidade, portanto, pode ser aplicada.

**Palavras-Chave:** Penhora; Bens imóveis de Elevado Valor; Princípios Constitucionais; Princípio da Razoabilidade; Princípio da Dignidade da Pessoa Humana; Técnica da Ponderação;

## **A PREMENTE REGULAMENTAÇÃO DO DIREITO DE GREVE NO SERVIÇO PÚBLICO**

**Autor(es):**

*Raiula Mendonça de Sena: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** Suscitar o debate a respeito direito de greve no serviço público. Tendo como público alvo a comunidade acadêmica de todas as áreas.

**(Proposta do roteiro)** É inegável a força que o cinema em influenciar a vida das pessoas, levando-as a pensar sobre o seu papel no mundo, os documentários também cumprem esse papel, entretanto, de forma mais objetiva. Assim, a proposta do videoclipe é levar as pessoas a pensarem sobre os movimentos grevistas no serviço público e a ausência da regulamentação desse direito uma vez que essa lacuna gera abusos por partes dos agentes públicos e queixas pela população atingida pela não prestação do serviço nesse período. Ademais, a temática é bem atual, especialmente, em razão da recente discussão no STF a respeito do desconto ou não dos dias paralisados. Destarte, o videoclipe se divide de uma breve parte histórica até os dias atuais.

**(Efeitos esperados)** Visando tornar o debate mais atrativo, optou-se por utilizar uma forma despojada de abordá-lo com o fim de atingir os espectadores de todas as faixas de idade, pretendendo suscitar nos espectadores o senso crítico a respeito da temática.

## A PRIMEIRA CIBERGUERRA MUNDIAL: FICÇÃO OU REALIDADE FUTURA?

### **Autor(es):**

*Maria Clara Fernandes Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Ao longo da história, a globalização tem elevado o nível das relações internacionais, encurtando fronteiras espaciais e temporais, atrelada à revolução da informação na maior parte do globo terrestre e propiciando não somente uma maior integração, mas também uma dependência econômica, política, social e cultural entre os países. Com isso, a informação se tornou um recurso estratégico tão importante quanto a força armada. Dessa forma, a crescente interligação e sujeição mundial à tecnologia digital e às redes informáticas fez emergir um novo campo de batalha para os conflitos internacionais: o ciberespaço. Este consiste de operações cibernéticas em que seu conteúdo vem ganhando relevância significativa, à medida que sua exposição, cada vez maior, se traduz em um aumento na proporção de sua expressão no cenário político internacional. Essa conjuntura pode ser demonstrada, atualmente, com a Norse, empresa de segurança cibernética, que disponibiliza um mapa interativo sobre operações cibernéticas ocorrendo em tempo real no cenário internacional entre países específicos, apresentando os diferentes tipos de ataques, os locais de onde estes partem e os lugares que são atingidos. Assim, não parece absurdo pensar que em uma realidade futura, uma ciberguerra a nível mundial realmente venha a ocorrer.

**(Metodologia)** Pesquisa bibliográfica através do método dedutivo, proporcionado por meio de pesquisa e produção acadêmica no projeto de extensão UniSim – Simulação Intermundi.

**(Resultados)** Nesse contexto, analisando os diversos casos de ataques cibernéticos ocorridos no presente século, significativamente tem-se o ocorrido em 2007, na Estônia, em que sites do governo ficaram travados durante um mês devido um ataque que causou a sobrecarga dos servidores, inutilizando-os. Ademais, tem-se o ocorrido em 2010, quando houve a destruição física de sistemas de centrais nucleares iranianas ao serem afetados por um vírus chamado Stuxnet, projetado para espionar e reprogramar um sistema de controle industrial específico. Tais fatos são exemplos de que a ciberguerra já é uma realidade assustadora e que, no futuro, pode ter consequências com um poder de alcance ainda inimaginável – a nível mundial, como já foi dito –, mas capazes de desestabilizar uma nação por meio do ataque às infraestruturas essenciais ao funcionamento de um país. Nota-se, também como evidência dessa perspectiva, o fato de que o mercado negro do ciberespaço também não para de crescer, abrindo precedentes para que haja organizações mercenárias e terroristas. A exemplo tem-se um fórum (não mais existente) de nome Enigma, o qual acolhia ladrões virtuais que pagavam ou vendiam informações ilícitas.

**(Conclusão)** Diante do que foi exposto, é preciso que se coloque em questão quais seriam as implicações legais internacionais que uma primeira ciberguerra mundial desencadearia. Assim, atentando-se para essa questão, tem-se que somente operações cibernéticas causadoras de danos físicos, mortes ou lesões corporais são consideradas violações da proibição do uso da força armada, segundo previsão na Carta das Nações Unidas. Entretanto, grande parte dos tipos de ataques cibernéticos está sujeita à interpretação de outros princípios reguladores, como a proibição da não intervenção ou soberania nacional com a condição de que haja o uso da coerção, de modo a afetar exclusivamente os assuntos nacionais de um Estado, forçando-o a adotar uma determinada política. Assim, está claro que o monitoramento ou subtração de dados de informações sensíveis sobre segurança nacional não atendem a tal condição, já que não forçam um Estado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, sendo necessária a devida previsão legal para esses casos.

**Palavras-Chave:** Ciberguerra; Internet; Direito Internacional.

**A QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO NO ÂMBITO TRIBUTÁRIO: A DIVERGENCÊNCIA ENTRE A LEI E O STF.**

**Autor(es):**

*Natália Cristine Cavalcanti de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A quebra do sigilo bancário é expressamente permitida no artigo 198 do Código Tributário Nacional, autorizando, portanto, que a administração tributária tenha acesso a todos os dados bancários do sujeito passivo da obrigação de ofício, ou seja, sem que haja a requisição judicial para tal medida. Entretanto, recentemente o Supremo Tribunal Federal e diversos tribunais esparsos vêm entendendo pela inconstitucionalidade deste dispositivo, alegando que a quebra sem autorização judicial viola diversos princípios constitucionais como a vida privada, intimidade e capacidade contributiva, assim a quebra do sigilo só seria permitida com autorização judiciária não bastando a autorização legal.

**(Metodologia)** Para o desdobramento sobre as questões abordadas, será utilizado o método dedutivo, com aplicação de estudo bibliográfica, com análise de decisões já proferidas, artigos científicos e doutrinas, tudo buscando alcançar conhecimento para a adequada compreensão do tema.

**(Resultados)** A discussão sobre a quebra do sigilo bancário vem sendo um pouco mais profunda do que apenas os dispositivos de lei. Aqueles que são a favor da impossibilidade da quebra enaltecem a importância da preservação dos princípios constitucionais, zelando pela vida privada, intimidade, capacidade contributiva e que a revelação de tais dados sem autorização judicial violaria esses princípios e causaria diversos danos ao sujeito passivo. Como contraponto, há quem defenda a constitucionalidade do dispositivo, alegando que a supremacia do interesse público sobre o privado faz com que o fisco sob essa prerrogativa e visando apenas o interesse público possa realizar essa quebra, evitando a sonegação fiscal e lavagem de dinheiro, mas não realizando a divulgação dos dados, ou seja, os dados ficariam restritos a sua necessária utilização no processo administrativo tributário.

**(Conclusão)** Diante da análise da problemática em questão, conclui-se que apesar da posição do STF há de se sopesar princípios, uma vez que o sigilo não é um fim em si mesmo, mas também uma garantia diretamente relacionada ao princípio da intimidade e somente os dados que remetam a esta estarão sob o manto do sigilo e que a administração tributária tem interesse direto de fiscalização para evitar sonegação de impostos e lavagem de dinheiro, buscando também uma efetivação plena ao princípio da capacidade contributiva. Dessa forma, apenas uma ampla análise do caso concreto quanto aos dados bancários não abarcados pela proteção, bem como quanto à relação deles com a vida íntima do sujeito passivo da obrigação pela própria administração tributária é que se poderia permitir a quebra do sigilo sem a necessidade de autorização judicial.

**Palavras-Chave:** Quebra de sigilo bancário. Constitucionalidade. Princípios.

## A QUESTÃO DA LAICIDADE NO ESTADO BRASILEIRO À LUZ DA LIBERDADE RELIGIOSA

**Autor(es):**

*Mariana Carvalho Sampaio de Freitas Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Ao longo da história das constituições brasileiras observa-se uma mudança no que concerne à existência ou não de uma religião oficial do Estado. A constituição imperial de 1824 salvaguardava que a religião oficial do Brasil era a Católica Apostólica Romana, ou seja, era um Estado Confessional. Já em 1891, o Estado não mais professava uma religião, tornou-se um Estado laico. A constituição mais recente, de 1988, também é laica. Mesmo com a neutralidade do Estado, por vezes, cidadãos alegam terem seus direitos de liberdade religiosa feridos, uma vez que no Brasil, a herança cultural-religiosa ainda é muito forte. Tal questionamento é de grande relevância, tendo em vista que exercer a liberdade de professar qualquer religião pode passar a ser uma transgressão dos Direitos Humanos.

**(Metodologia)** É uma pesquisa qualitativa, posto que foi fundamentada em pesquisas de cunho teórico, dado que foram utilizados como base artigos científicos. É também uma pesquisa de natureza exploratória, contando com consulta bibliográfica nas áreas do Direito Constitucional (Direitos e Garantias Fundamentais) e dos Direitos Humanos. Com a utilização do método de abordagem dedutivo racional, para a aplicação dos Direitos Humanos ao caso concreto.

**(Resultados)** Verifica-se no Brasil, uma difícil situação no tocante ao respeito e os limites da liberdade religiosa. Como já supracitado, por ter uma herança cultural bastante enraizada, algumas religiões, no Brasil aparentam, e por vezes são, mais “respeitadas” que outras, é uma questão interpretativa. No entanto, de acordo com o artigo quinto, inciso oitavo da constituição de 1988, o cidadão tem o direito à liberdade de crença. Como exemplo, temos os casos de símbolos religiosos em órgãos e repartições públicas; para o conselho Nacional de Justiça, foi julgado como ato não lesivo às religiões divergentes. Tal ponto de vista traduz que determinadas cargas culturais não são ou não podem ser retiradas sob o argumento de ferir o direito à crença alheia.

**(Conclusão)** Posto isso, observa-se a importância da discussão à luz dos Direitos e Garantias Fundamentais tutelados na constituição brasileira. Existe uma linha tênue entre o que seria a violação da herança cultural, como muitas vezes o Estado brasileiro é acusado de mesmo se declarando laico, professar a religião Católica Apostólica Romana; e o que é a transgressão de um direito de liberdade religiosa, como é o caso dos cidadãos que professam religião diversa à Católica e sentem-se violados por não terem direitos iguais, como por exemplo, os feriados comemorativos e outros. Deve haver, portanto, uma análise bastante profunda do caso concreto. (PALAVRAS CHAVE): Religião; Direitos Humanos; Liberdade; Estado brasileiro; Constituição.

**Palavras-Chave:** Religião; Direitos Humanos; Liberdade; Estado brasileiro; Constituição.



**A QUESTÃO DA PRISÃO CIVIL DO DEPOSITÁRIO INFIEL NO BRASIL E A HIERARQUIA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO**

**Autor(es):**

*Fernando José Fernandes Cavalcanti: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*João Victor Maciel Barros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*João Pedro de Araújo Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A conjunção do Direito Internacional com os Direitos Humanos, que se faz forma pelos tratados internacionais que versam sobre questões de Direitos Humanos, confere proteção em grande escala a um conjunto de direitos inerentes à dignidade humana. Considerando a importância mundial desta temática e atento aos seus reflexos no Brasil, o presente estudo visa esclarecer a evolução do debate sobre a possibilidade de prisão do depositário infiel no Brasil, analisando como o entendimento sobre o tema foi influenciado pela mudança de posicionamento do Supremo Tribunal Federal brasileiro em relação à hierarquia dos tratados internacionais que versam sobre os direitos humanos no ordenamento jurídico pátrio.

**(Metodologia)** O trabalho teve como base as doutrinas de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino e de Marcelo Novelino, além do julgado de relatoria do ministro Cezar Peluso (RE 466.343-1/SP, de 03 de dezembro de 2008).

**(Resultados)** A Constituição Federal brasileira, no seu artigo 5º, inciso LXVII, proíbe expressamente a prisão por dívida, salvo nos casos de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel. Importante observar que essa norma constitucional não significa o acarretamento automático à prisão civil. Ela apenas confere a possibilidade de previsão legal desta espécie, o que acontece no artigo 652 do Código Civil brasileiro. Ocorre que, desde que o Brasil assinou o Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos e o Pacto de San José da Costa Rica, ambos do ano de 1992, o caso do depositário infiel gera controvérsias, pois esses Pactos, dentre outros aspectos, proíbem a prisão civil daquele. O STF entendia que os tratados internacionais em geral tinham eficácia de lei ordinária. Assim, prevalecia o entendimento de que os Pactos acima abordados não afastavam a hipótese de prisão por dívida do depositário infiel no ordenamento jurídico brasileiro. Com o advento da Emenda Constitucional n. 45, o Supremo Tribunal Federal, entretanto, foi obrigado a reformular seu entendimento, uma vez que ele adicionou um parágrafo terceiro ao art. 5º da Constituição Federal: “§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.”. Restavam, ainda, dúvidas quanto àqueles tratados internacionais sobre direitos humanos que não fossem aprovados nos moldes acima descritos. Novamente, o STF pronunciou-se, passando a entender que o tratado internacional sobre direitos humanos que não seguiu o processo de aprovação do § 3º do art. 5º da Constituição Federal teria status supralegal, ou seja, teria hierarquia superior à lei, porém abaixo da Constituição. Assim, tendo em vista que não passaram por esse processo de aprovação, os Pactos anteriormente citados não revogaram o dispositivo da CF que permite a prisão por dívida do depositário infiel, mas o deixaram inaplicável, uma vez que, por terem esses Pactos caráter supralegal, tornaram inaplicável a possibilidade de haver previsão legal para regular tal dispositivo constitucional. Dessa forma, o art. 652 do Código Civil Nacional não é mais aplicado atualmente, o que acarreta na impossibilidade da prisão do depositário infiel no Brasil. Finalmente, é imprescindível lembrar que o Supremo Tribunal Federal editou a Súmula Vinculante 25, com a seguinte redação: “É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito”.

**(Conclusão)** Portanto, no atual ordenamento jurídico brasileiro, o depositário infiel não pode mais ser preso, tendo em vista que os Pactos Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos e San José da Costa Rica atualmente têm hierarquia supralegal e tornam inaplicáveis quaisquer leis que autorizem a sua prisão.

**Palavras-Chave:** tratados internacionais. Direitos humanos. Prisão civil. Depositário infiel.

## A QUESTÃO DE GÊNERO SOB O ASPECTO DO DIREITO INTERNO E EXTERNO

### **Autor(es):**

*Thayanne Clélia Nogueira Pinto : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Ressú Ferreira Pires: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Renata Cruz Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Susane Maciel de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O mundo passa constantemente por profundas transformações, tanto nas esferas sociais, econômicas e tecnológicas, como culturais. Isto posto, pode-se pressupor que mudanças também ocorreram nos sujeitos (produtores/produzidos) da sociedade, que por sua vez sofrem modificações em sua concepção interna e externa no dinamismo das variações culturais. Assim, tem-se o surgimento de novos “atores” nesses novos sistemas culturais que estão redefinindo diversos conceitos como o da sexualidade. Tal temática encontra abrigo nos direitos da personalidade, os quais possuem um caráter existencial e subjetivo na concretização das suas individualidades, sendo o princípio da liberdade determinante para seu desenvolvimento e representa um importante pressuposto para a autodeterminação do sujeito. Neste sentido é imprescindível analisar a questão de gênero no direito interno e externo, bem como a sua repercussão na sociedade.

**(Metodologia)** O grupo realizou uma pesquisa explicativa, pois registrou e interpretou os dados com o intuito de analisar a questão de gênero sob a perspectiva do direito interno e externo. O método de abordagem utilizado é o dialético e o método de procedimento será o monográfico. Por fim, a técnica utilizada foi a da documentação indireta, pois não houve entrevistas, somente coleta de dados.

**(Resultados)** O resultado da pesquisa mostrou que não existe nenhuma lei internacional acerca do tema. Entretanto houve uma ressignificação dos princípios dos direitos humanos, sob o prisma da sexualidade, denominado de princípios de Yogyakarta. Tais princípios foram orientados pela nova realidade social que urge por um novo sistema de valores, trazidos por demandas sociais contemporâneas como o direito à identidade de gênero. Foi observado um reconhecimento desses direitos pela Argentina em 2012 numa legislação sobre identidade de gênero, na qual travestis e transexuais poderão escolher o seu sexo no Registro Civil e o Sistema de Saúde terá de proporcionar tratamento para adequação, sendo o primeiro país da América Latina e de maioria católica a conceder esse tipo de direito, além disto, o supremo tribunal da Índia em 2014 reconheceu legalmente a existência de um terceiro gênero, numa decisão histórica que abre caminho à aprovação de leis de proteção social à comunidade transgênero do país. No Brasil, este direito é concedido pelo Poder Judiciário enquanto o projeto de lei sobre identidade de gênero aguarda a aprovação do legislativo.

**(Conclusão)** A necessidade de se regulamentar as questões de gênero comprova mais uma vez o dinamismo do direito, observado pelos doutrinadores como Maria Berenice Dias e filósofos como Heráclito de Éfeso, integrando também os direitos constitucionais de terceira geração, uma vez que visa alcançar e proteger direitos decorrentes de uma sociedade já modernamente organizada, que se encontra envolvida em relações de diversas naturezas. Nesta situação, outros direitos precisam ser garantidos, além daqueles normalmente protegidos, uma vez que essa realidade deve ser considerada coletivamente. Nesta terceira geração de direitos fundamentais, é possível mencionar como principais características os direitos relacionados a grupos sociais não dominantes como no caso em questão

**Palavras-Chave:** Identidade de gênero; Direito interno; Direito externo.

**A REALIDADE JURÍDICA DOS JOVENS INFRATORES FRENTE ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**Autor(es):**

*Valerie Vivian Gegauf: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN  
Paula Gomes Tavares Sette: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luiz Eduardo Marinho Costa: Docente do UNI-RN  
Ana Ludmila Freire Costa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Nacionalmente a segurança pública é alvo de inúmeras críticas, críticas estas com a finalidade de remeter a culpa do caos instaurado pela violência a diversos fatores conjecturando muitas vezes do ponto de que o sistema carcerário brasileiro é precário, ou até mesmo discutem a ineficiência do Código Penal Brasileiro. No entanto, em se tratando de responsabilização de jovens infratores, a sociedade cria um estigma de que essa responsabilização é inexistente, entretanto a realidade tende a demonstrar que o cumprimento de medidas socioeducativas – essencialmente de internação- seguem uma logística carcerária muito forte. Os jovens infratores de forma corriqueira são submetidos à tratamento idêntico ao adulto apenado, todavia assim como o crime, os atos infracionais são construções sociais impossibilitadas de resolução por armas exclusivamente jurídico-penais, fundamentalmente por estarmos lidando indivíduos em situação peculiar de desenvolvimento, em uma fase transitória entre a infância e a vida adulta, a qual a lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) descreve no Art. 2º “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.” Com o advento da Lei 12.594/12 (Lei do Sinase) nasce a política social direcionada para o adolescente que comete ato infracional, regulamentando a execução das medidas socioeducativas destinadas ao adolescente infrator.

**(Metodologia)** Método de abordagem: Dialética é um método de diálogo cujo foco é a contraposição e contradição de ideias, nessa perspectiva, podemos elencar em um rol a opinião da sociedade sobre os jovens infratores, contra posicionando com a análise jurídica, e por fim averiguar o ponto de vista da psicologia que através da ciência pesquisa os jovens infratores e suas motivações. Método de Procedimento: Estatístico - analisar o perfil dos jovens cumprindo medida socioeducativa. Descritiva: descrever as condições atuais do jovem infrator no Estado do Rio Grande do Norte. Técnica de pesquisa: Coleta de dados: Coletar dados de forma comparativa do número de profissionais estabelecidos no SINASE e o verdadeiro número aplicado no CEDUC Nazaré (Centro educacional)

**(Resultados)** Estrutura Física do estabelecimento educacional precária, com ausência de espaço recreativo, alojamentos insalubres; Número inferior de funcionários em relação aos números estabelecidos pela lei do SINASE; Funcionários sem qualificação técnica; Falta de relatórios com a taxa de reincidência dos jovens, bem como seus históricos escolares e médicos; Ausência do acompanhamento familiar dos jovens; A ineficiência do tratamento para os jovens dependentes químicos; Ausência de acompanhamento individual.

**(Conclusão)** Comprovar a inaplicabilidade da Lei do SINASE no Estado do Rio Grande do Norte, bem como constatar a defasagem de profissionais atuantes na área.

**Palavras-Chave:** Jovem Infrator. Medida Socioeducativa. Sinase. CEDUC Nazaré.

**A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL É A SOLUÇÃO A CURTO PRAZO? A LONGO PRAZO OU SERIA APENAS UM GRANDE EQUÍVOCO?**

**Autor(es):**

*Karla Vanessa do Nascimento Maia: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Raphaela Magalhães da Silva Guedes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Paulo Henrique Lima e Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Glaysdon Mauro Nascimento Pelaes Júnior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Camyla Tuanne Xavier Marques: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Constantes são as discussões acerca da redução (ou não) da maioridade penal e seus desdobramentos para o Direito e a sociedade brasileira. No entanto, para tais discussões, geralmente há uma abordagem emocionada por parte de seus defensores ou há o discurso de senso comum propagado pelas mídias de massa, esquecendo que o assunto é concernente à vidas humanas, sobretudo, adolescentes em formação e muitas vezes, desfavorecidos socialmente. Logo, para trazer lucidez e ciência à discussão, bem como, deixar de lado o senso comum e apaziguar os equivocados e extremados argumentos em favor da redução da maioridade penal, a neurociência e a psicologia entram na discussão, munidas de ferramentas adequadas para tentar se fazer entender de que a redução não é a solução para o problema, contrariando assim, muitos que imaginam que a solução se encontre única e exclusivamente na redução da maioridade penal.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório. Utilizou-se o método indutivo onde, por meio da pesquisa em livros, revistas e artigos da área da neurociência e psicologia, buscou-se trazer o mais apurado entendimento sobre o desenvolvimento cerebral e a psique humana no que diz respeito à imposição da responsabilidade criminal para adolescentes menores de 18 anos. Sendo assim, também se fez uso do método dialógico do tema, visto sua problematização embargar questões transdisciplinares, que envolvem a neurociência e psicologia.

**(Resultados)** É notadamente observável a influência dos fatores cerebrais e psicológicos no desenvolvimento do adolescente e seu impacto na mensuração de uma eventual pena a lhe ser imposta pelo Estado, em outras palavras, o adolescente tem baixa capacidade de analisar as consequências de longo prazo de suas ações, pois, os estudos apontaram que o desenvolvimento das devidas faculdades mentais, incluindo aquelas relativas à moralidade de uma pessoa, é um processo demorado e no qual a eventual redução da maioridade penal, teria resultado devastador, obviamente não atingindo seu tão esperado resultado benéfico proclamado por seus defensores.

**(Conclusão)** Observa-se que a mudança de paradigmas de pensamento baseados no senso comum se faz muito mais alcançável quando se tem informações embasadas para contemplarmos, no caso em questão, não seria diferente, pois os estudos revelaram que há muito mais a ser levado em conta do que o senso comum sugere. Portanto, medidas punitivas estatais, baseadas unicamente no clamor emocionado e equivocado de grande parcela da sociedade, não são alternativas eficazes ou benéficas para resolver os problemas em questão, como deixam claro os estudos das áreas competentes para tal análise.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento cerebral; neurociência; psicologia; redução da maioridade penal; Direito.

## A RESPONSABILIDADE DE PROTEGER E O CONFLITO DA SÍRIA

### **Autor(es):**

*Tiago Fernandes Freire: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Mariana Rocha de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Mayara Fyama Nelo Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O conflito da Síria teve o estopim no ano de 2011, com as manifestações políticas do governante Bashar Al Assad. Os manifestantes foram oprimidos com atos de violência que perduram até os dias atuais, com níveis de brutalidade em proporções bárbaras, como por exemplo, o crime de genocídio, crime de guerra, deslocamento forçado da população crime contra a humanidade, ocasionando o sepulcro dos direitos humanos na ótica internacional. O clímax do conflito da Síria ocorreu em agosto de 2013, quando armas químicas foram utilizadas na guerra civil. A partir daí, a comunidade internacional alertou-se, mas os interesses geopolíticos e aliados têm interferência gritante e cotidiana, ocasionando cada vez mais atrocidades em massa. Partindo desse pressuposto, traçam-se breves contornos acerca de seu conceito, contexto histórico e análise da atuação contemporânea, considerando a atuação dos organismos internacionais, na proteção dos direitos humanos.

**(Metodologia)** Para viabilização do estudo, realizamos uma pesquisa de cunho teórico que revela uma análise na problemática da Guerra Civil na Síria, face a luz do princípio da Responsabilidade de Proteger, como vetor para a intervenção internacional, conferindo a tutela dos Direitos Humanos. O método de pesquisa é o dialético interdisciplinar uma vez que não se verifica possível considerar fatos fora de um contexto social, político, econômico e outros fatores. Emprega-se uma pesquisa qualitativa e quantitativa, incluindo-se uma abordagem doutrinária e jurisprudencial sobre o princípio da Responsabilidade de Proteger, assim também, como a pesquisa científica, através de artigo científicos e monografias, estudo e levantamento de dados.

**(Resultados)** Espera-se que haja uma reforma no processo decisório do Conselho de Segurança da ONU para que a intervenção humanitária seja efetividade a partir do princípio da responsabilidade de proteger, assegurando os direitos da humanidade sem que a interferência geopolítica seja preponderante.

**(Conclusão)** Diante do exposto, constata-se que o princípio da responsabilidade de proteger no caso da Síria ainda continua inerte, estando diretamente ligado a questões geopolíticas. Uma vez que os líderes permanentes da ONU são os Estados Unidos e os interessados Europeus, responsáveis em muitos casos de fornecer mantimentos para que a guerra civil ali continuasse. O que se conclui, portanto, é a ineficiência da atuação da ONU no cenário internacional diante da inércia de instituir o princípio da responsabilidade de proteger como intervenção militar internacional para proteção dos direitos humanos ali tutelados. E por fim, a necessidade de conferir diretrizes sistematicamente orientadas no planos internacional, sem a ingerência de questões geopolíticas, para tornar efetiva a garantia universal da prioridade absoluta a proteção dos direitos humanos.

**Palavras-Chave:** Conflito da Síria. Responsabilidade de proteger. Intervenção humanitária e Comunidade Internacional. Direitos humanos. Organização das Nações Unidas (ONU).

## A SIMULAÇÃO DE UMA IMPRENSA REAL: O DIREITO À INFORMAÇÃO E A LIBERDADE DE OPINIÃO

### **Autor(es):**

*Mariana Carvalho Sampaio de Freitas Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Morgana Araújo Cadó: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No mundo das simulações de âmbito jurídico o objetivo primordial é inserir os participantes numa situação compatível com a realidade, a fim de que estejam frente a uma problemática, envolvidos com as possíveis resoluções e com as representações políticas ou jurídicas. Não obstante a isso, a necessidade de simular fielmente organismos internacionais requer também um meio que aproxime o público social aos representantes das conferências a serem simuladas, assim, esse vínculo torna-se de responsabilidade da imprensa, a qual é considerada o meio de comunicação mais aprimorado para esses eventos, dispondo de ampla tecnologia, agilidade e flexibilidade para levar a informação aos diversos públicos. Concernente a isso, a Simulação Intermundi do UNI-RN (UniSim), projeto de extensão e pesquisa, por meio do Comitê Internacional de Imprensa, visa levar ao corpo externo à simulação os debates, opiniões, acontecimentos e resoluções. Assim, ressalta-se a magnitude deste meio de comunicação, não apenas nas simulações, como também, no cotidiano dos indivíduos inseridos na sociedade.

**(Metodologia)** No tocante a metodologia deste artigo, esta foi realizada com base em pesquisa bibliográfica por meio do método dedutivo, proporcionado através de pesquisa e produção acadêmica no projeto UniSim – Simulação Intermundi do UNI-RN, como também, através do método empírico.

**(Resultados)** Com base na relevância da imprensa no decurso social, observa-se que a temática da liberdade de imprensa envolve extremos como: o direito à informação e a liberdade de opinião. Dessa maneira, ambos não podem ser confundidos, mas estabelecem ligações entre si, uma vez que estão fundamentados na ideia de transmissão de informação e conteúdo. Ainda nessa perspectiva, o direito a informação deve ser visto como: direito de informar (repassar conteúdo); direito de se informar (adquirir conteúdo); e direito de ser informado (receber conteúdo sem modificações). Já a liberdade de opinião, é um dos fatores primordiais para caracterizar o Estado como democrático, uma vez que permite ao homem como cidadão, expressar seus pensamentos, opiniões e conclusões sem que se torne submisso a ideias impostas.

**(Conclusão)** Do exposto e sob o viés das simulações, conclui-se que a inserção dos discentes no ambiente de imprensa internacional, permite aos participantes refletir sobre a seriedade da imprensa, como também, proporciona a oportunidade de vivência com a expressão de opinião, com a responsabilidade de repassar informações fidedignas à realidade, a convivência com o direito à informação e a imparcialidade perante os fatos. Assim como também é possível vivenciar o posicionamento de profissionais do jornalismo como sendo partidários e apartidários e a busca incessante pelo exercício de opinião sem que haja repressão.

**Palavras-Chave:** Imprensa; Simulação; UniSim; Direito; Informação; Opinião.

## A TRANSVERSALIDADE DO DIREITO A PARTIR DO FEGB

### **Autor(es):**

*Mariana Carvalho Sampaio de Freitas Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Letícia Maria Barbosa Barros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A UniSim Simulação Intermundi do UNI-RN, é um projeto de extensão responsável por incentivar aos alunos a experiência em simular organismos os quais, à sua maneira, discutem sobre casos que marcam a história da humanidade, com um viés direcionado principalmente à área do direito internacional, com enfoque nos Direitos Humanos. O Fórum Executivo dos Governadores Brasileiros (FEGB) é uma exceção, uma vez que é um órgão idealizado e exclusivo da própria UniSim, o qual se atém às temáticas da realidade brasileira. Assim, tendo uma atuação essencialmente voltada à promoção e ao desenvolvimento integrado do país junto ao Governo Federal, aprofundando os temas de interesse regional e nacional em busca da melhoria da qualidade de vida da população em geral.

**(Metodologia)** Através de uma análise indutiva, de base empírica, a simulação do Fórum Executivo dos Governadores Brasileiros traduz a aquisição de experiência dos alunos no tocante às problemáticas sugeridas pelos debates, de maneira a buscar resoluções de valor e seriedade similares às elaboradas em reais assembleias de órgãos efetivos.

**(Resultados)** A simulação de uma assembleia como o Fórum Executivo dos Governadores Brasileiros proporciona aos envolvidos a entrada no mundo da produção acadêmica, uma vez que é necessária a elaboração de guias de estudo orientados por professores da instituição, documentos de posicionamento oficial, projetos de resolução, cartas de recomendação, emendas e demais documentos relacionados. Além disso, o aluno adquire e desenvolve a habilidade da oratória ao defender seu posicionamento e os interesses da sua representação, seja ela um Estado, um partido político ou um organismo governamental. No tocante à formação política, durante a simulação há debates acerca de temáticas pertinentes ao cenário nacional, dessa maneira auxiliando na construção do pensamento crítico e político enquanto cidadão brasileiro. Uma vez que o representante precisa ter o conhecimento básico e é incentivado a estudar a respeito das leis que regem a sociedade brasileira de acordo com o tema a ser simulado. Em 2015, por exemplo, na IX edição da UniSim, o FEGB trouxe uma discussão a respeito do direito penal, mais precisamente a questão da reforma do código penal de 1940 e da implantação de políticas públicas, tendo como objetivo principal a aplicação do direito nas esferas estatais.

**(Conclusão)** Em síntese, é notória a relevância da existência de um comitê que discuta tão somente problemáticas envolvendo os Estados brasileiros em uma simulação de organismos internacionais. Pois este é um meio de incentivar e formar diretamente profissionais experientes em relações humanas, tendo em vista que o participante da simulação é posto em situações que exigem habilidade de conciliar quaisquer conflitos, trabalhando assim a agilidade fazendo-os tomar decisões rápidas, objetivas e concisas.

**Palavras-Chave:** UniSim; Direitos Humanos; Realidade Brasileira; FEGB; Fórum Executivo dos Governadores Brasileiros.

## A TRIBUTAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

**Autor(es):**

*Carlos Augusto de Souza Barbalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As últimas três décadas foram dedicadas, em sua boa parte, para a discussão de temas relacionados ao meio ambiente. Seja a nível nacional ou internacional, o homem tem se voltado cada vez mais para a análise da repercussão dos seus atos no ambiente natural em que vive. Trata-se, pois, de um tema bastante novo e atual, que requer um olhar diferenciado por parte daquele que o estuda. É necessária uma participação efetiva de toda a coletividade para o cumprimento constitucional da proteção ambiental. A atuação estatal do ponto de vista da arrecadação tributária consiste num ônus aos cidadãos, pois para a obtenção desses dois resultados, mínimo existencial e qualidade ambiental essencial à vida humana, o Estado precisará de recursos e assim fazer os devidos investimentos. O incentivo social na tutela ambiental deverá partir do próprio Estado. Uma forma de estimular comportamentos sociais se dá pela utilização dos instrumentos econômicos, que através do campo tributário, são capazes de promover políticas públicas na proteção ambiental. O Estado irá dispor de suas competências para instituir o tributo como meio de controle do sistema político-econômico. É neste contexto da regulação econômica e da tributação que o Estado pode utilizar as espécies tributárias com o intuito de atingir determinadas medidas socioambientais.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório, na qual aplicamos o método de abordagem transdisciplinar, tendo em vista que a problemática investigativa visa responder uma questão teórico-conceitual com repercussões sobre diversas áreas de conhecimento, notadamente Ciência Política, Teoria do Estado, Direito Constitucional, Direito Tributário e Direito Econômico. Quanto ao método de procedimento ou auxiliar, utilizamos o estatístico, na medida em que sua utilização nos propõe a analisar estatisticamente as diversas experiências de tributação ambiental nos estados da federação brasileira, com ênfase no Estado do Rio Grande do Norte. Classificamos a pesquisa como exploratória, tendo em vista que visa constituir novos parâmetros de pensamento para problemas ainda não bem explorados, a saber: a tributação ambiental.

**(Resultados)** A indução é um dos métodos de participação estatal na economia, na qual constitui em estímulos ou desestímulos aos agentes privados, devendo ser aplicado como recurso para que toda a sociedade participe da proteção ambiental necessária à existência humana com dignidade. No direito tributário, ela atua sob a forma de extrafiscalidade. Como exemplo, podemos citar determinada empresa que recebe isenções fiscais por comprovar medidas de despoluição da rede de esgoto da região. Neste contexto, o IPTU Verde, por exemplo, é uma forma de estimular determinados municípios da federação a concederem descontos no imposto, se comprovado que na residência possua significativo revestimento arbóreo de modo que contribua com a preservação ambiental. O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) também tem sido objeto de extrafiscalidade ambiental. Trata-se da modalidade de tributação que tem sido denominada "ICMS Ecológico". A sua utilização fez aumentar progressivamente as áreas de preservação ambiental. Segundo dados estatísticos do portal ICMS Ecológico, estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná tiveram suas áreas de preservação ambiental aumentado em cerca de 200%.

**(Conclusão)** A nossa dependência frente ao meio ambiente natural nunca foi uma das principais preocupações da comunidade internacional. O cenário foi mudando nas últimas décadas devido às degradações ambientais que a sociedade de risco contemporânea ocasionou, diante das transformações sociais, econômicas e tecnológicas que a ideologia otimista do crescimento econômico gerou. A tributação ambiental, em termos gerais, poderá ser concebida como uma forma de participação no domínio econômico, assumindo a finalidade extrafiscal na indução de comportamentos. Na atualidade, a utilização de normas tributárias indutoras tem adquirido cada vez mais espaço diante das outras possibilidades de sua aplicação.

**Palavras-Chave:** Direito tributário ambiental. Direito Constitucional. Instrumentos Econômicos.



**A TRIBUTAÇÃO NO BRASIL E A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE DA CARGA TRIBUTÁRIA E SUA FUNÇÃO SOCIAL**

**Autor(es):**

*Sarah Beatriz Melo do Nascimento: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Clarissa Pereira Matias da Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O objetivo do presente artigo científico é trazer uma análise acerca da carga tributária no Brasil e sua eficácia social na aplicabilidade dos recursos pagos. É sabido que os tributos são para todos os cidadãos uma obrigação pecuniária imposta, com o fito de manter a máquina pública e serem revertidos à população através de investimentos na saúde, em saneamento básico, educação, cultura, lazer, transporte e segurança, sendo um instrumento de manutenção do bem comum, da justiça social e da igualdade, através do desenvolvimento social. Portanto, o tributo é o meio mais eficiente para garantir a dignidade humana, e o trabalho acadêmico em questão possui o intuito de verificar o papel da tributação no país atualmente, a partir da análise de três importantes elementos: dignidade da pessoa humana, mínimo existencial e função social do tributo.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa baseada no método científico-dedutivo, partindo da análise da Carga Tributária, Produto Interno Bruto e o Índice de Desenvolvimento Humano atual do Brasil, contrapondo a finalidade da promoção do bem estar social, concretizando os objetivos de garantia aos direitos fundamentais, através da intervenção estatal no domínio econômico. Desta feita, também foi utilizado o método dialógico, o qual propiciou a análise interdisciplinar do tema proposto, envolvendo conhecimentos de Direitos Humanos, Direito Constitucional, Direito Tributário e Finanças Públicas.

**(Resultados)** De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ao fazer um comparativo entre os países que estão entre as dez maiores economias mundiais é possível observar a consonância entre a carga tributária, o Índice de Desenvolvimento Humano e o Produto Interno Bruto de cada um deles. Apesar do Brasil demonstrar uma carga tributária sobre o PIB mais de 10% maior que os Estados Unidos, em contrapartida registra uma queda significativa no IDH e no IRBES. Por esta razão, o Brasil evidencia resultados insatisfatórios segundo o índice de retorno dos tributos ao bem estar da sociedade. Logo, é necessário que seja realizada uma devida fiscalização para que essa carga tributária tenha seu objetivo efetivado, qual seja ele, o retorno benéfico a todos os cidadãos brasileiros, garantindo-lhes um melhor ensino, saúde, moradia, lazer e transporte, concretizando o idealizado pelo constituinte. Ou seja, deve o tributo ter sua função social devidamente materializada, uma vez que, o Estado detém poder através de suas normas organizadoras para possibilitar a todos os cidadãos a garantia plena de cumprimento do mínimo-existencial.

**(Conclusão)** Observa-se que o pagamento dos tributos por parte dos cidadãos está intimamente ligado à garantia dos direitos fundamentais, excluindo a responsabilidade apenas Estatal, pois antes de tudo além de ser um direito é também um dever do cidadão contribuir com uma sociedade melhor, tendo o Estado também o dever de revertê-lo à sociedade, recebendo a aplicabilidade destes recursos como realização de políticas públicas e melhorias sociais que respeitam o princípio da dignidade humana. Desta forma, partimos do pressuposto de que a função social do tributo decorre de uma obrigação constitucional do Estado, que só justifica sua existência mediante a aplicação planejada e racional dos recursos arrecadados, visto que se trata de uma ferramenta cujo objetivo é alcançar a dignidade humana embasada na teoria fraterna adotada pela Carta Maior.

**Palavras-Chave:** Função social dos tributos. Princípio da dignidade humana. Carga Tributária. Direitos humanos. Tributação no Brasil.

## A UNIÃO NO POLO PASSIVO EM DEMANDAS DE SAÚDE

### **Autor(es):**

*Danilo Gomes de Farias Alves Bila: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Manoel Victor Lourenço Duran de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Rafael Franklin Oliveira Santos Varela Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN*  
*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Proposta desta pesquisa é analisar a legitimidade do Estado (União, Estado e Município), com ênfase sobre a União, no que respeita as demandas de saúde, demonstrando que há responsabilidade solidária entre os entes em fornecer medicamentos, procedimentos cirúrgicos para a população hipossuficiente à luz do direito constitucional à saúde e a vida.

**(Metodologia)** Foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o tema, bem como desenvolvida análise de legislação (como por exemplo: Constituição Federal e Lei 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde), doutrina (Fernando Facury Scaff) e jurisprudência.

**(Resultados)** O direito à saúde é considerado como um princípio basilar da vida do ser humano, tendo como a base a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 6º e 196º. Sabendo da existência da redação Constitucional que defende tal direito, há o que se discutir sobre o descaso dos atos administrativos ao não levar em conta tais princípios, bem como outros dispositivos legais. Analisar tais premissas incide perceber a existência de possibilidades de ponderações entre os interesses do Estado e dos cidadãos, evitando suscitar um conflito contra a única razão do Estado existir, sua população, pois a inobservância dessa premissa seria renunciar a concepção do direito da vida do ser humano. É prudente afirmar que hoje a justiça brasileira possui mecanismos de adequação, e entendimentos doutrinários e jurisprudenciais que proporcionem ao cidadão o acesso da tutela a saúde, posicionando os Entes, principalmente a União, no polo passivo das tutelas de saúde, para que o cidadão possa tratar de suas enfermidades, independente do grau de complexidade.

**(Conclusão)** Por fim, no que tange ao conflito de interesse do cidadão, ao pleitear um tratamento ao qual não tem condições de custear, com do Estado por alegar haver enormes gastos dos cofres públicos, é razoável que haja um equilíbrio. Um cenário mais desejável deste caso, seria o cumprimento por parte dos Entes, ou qualquer uma das esferas, e o posterior debate administrativo ou judicial entre eles distribuindo de modo proporcional as responsabilidades, isso sendo uma hipótese a ser levantada. Concluímos dessa análise, que o juiz singular deve continuar julgado de acordo com suas convicções, impondo a responsabilidade também a União e com o caso que lhe é apresentado, razão pela qual prevalecerá, no caso concreto, e na maioria das vezes o direito à saúde. Todavia, deve ser visto que está em risco não só o direito do autor, mas também o principal motivo de o ter provocado o judiciário, a vida.

**Palavras-Chave:** Direito à saúde; Responsabilidade Solidária; União; Fornecimento de Medicamentos.

## A VIOLAÇÃO DA DIGNIDADE DA MULHER NO SISTEMA CARCERÁRIO DE NATAL/RN

### **Autor(es):**

*Mariângela Costa Souza dos Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Cecília Linhares Guimarães: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Bruna de Lucena Soares: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O grande problema, atualmente, está acerca da inexistência de um sistema carcerário feminino efetivo. O modelo desse encarceramento assimila-se ao masculino, quando deveria ser diferenciado. Portanto, a presente pesquisa propõe a reavaliação desse instituto, com base nos princípios fundamentais e sociais assegurados na Constituição Federal Brasileira de 1988, constituindo assim um modelo digno de regime penitenciário destinado às mulheres. Tal proposição visa contribuir para surgimento de um estabelecimento que atenda todas as necessidades básicas para viver adequadamente.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório. Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método hipotético-dedutivo, partindo-se da análise de situações concretas de violação da dignidade da mulher no sistema carcerário de Natal/RN, no sentido de buscar um resultado capaz de influenciar na modificação do regime. Portanto, também foi utilizado o método dialético de abordagem do tema, já que sua problematização abrange questões transdisciplinares, que envolvem direito penal, constitucional e legislação especial (Lei de Execuções penais).

**(Resultados)** Constatou-se que há um sistema específico para mulheres em Natal/RN, entretanto, este não atende a todas as necessidades. A partir das visitas realizadas no Complexo Penal João Chaves, percebeu-se que existe a tentativa de interação entre as detentas, como por exemplo, aulas de dança; além de ser uma distração, elas se interessam pelas atividades, uma vez que, é um meio de progressão de regime, embora reiterada a precariedade do estabelecimento. Falta infraestrutura (gerando superlotação); material básico de higiene; uniformes apropriados, os quais deveriam ser fornecidos pelo Estado; alimentação com propício preparo; água salubre, tendo em vista que muitas vezes esta é inapropriada ao uso e ainda utilizada para banho, cozinhar alimentos, até mesmo para beber. Sem contar com a possibilidade de existir crianças até 6 (seis) meses, tornando-as vítimas de um sistema desfavorável ao pleno desenvolvimento. Foi percebido que cerca de 90% das presas estão nessa situação por tráfico, assaltos, roubo e furto ou simplesmente foram usadas para chegar aos fins.

**(Conclusão)** Observou-se a distinção da realidade com o descrito na lei, percebendo que está intimamente ligada à garantia dos direitos fundamentais e sociais previstos na Constituição Federal, no Código Penal e na LEP (Lei de Execuções Penais). Não está sendo defendidos os motivos pelos quais as levaram a praticar tais delitos, mas sim o mínimo de bem-estar possível para se manterem dentro do sistema e, desta forma, não correrem o risco de afetar o núcleo essencial da dignidade humana e a tutela da vida.

**Palavras-Chave:** Dignidade humana. Mulheres. Sistema Carcerário.

**AÇÃO POSSESSÓRIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRAILEIRO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA A LUZ DO NOVO CÓDIGO PROCESSO CIVIL (2015) E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973**

**Autor(es):**

*Luiz Ricardo Ramalho de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Ana Luíza Queiroz Gonzaga: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Beatriz Landim Cavalcanti: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Isabele Freire de Oliveira Martins: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Teresa Cristina da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Anderson Leonardo de Oliveira Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Compreende-se a proteção possessória como uma consequência jurídica de grande importância para o Direito e para sociedade, uma vez que trata de um mecanismo do qual pode-se valer o possuidor para defender sua posse quando está sob ameaça de terceiros. Tal ação encontra-se amparada no código civil, em seu artigo 1.210, § 1º, o qual destaca que o possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, os atos de defesa ou de desforço indispensáveis à manutenção ou restituição da posse. Neste sentido, objetiva-se com este trabalho, analisar a partir do novo código de processo civil, as mudanças ocorridas para o ingresso da ação possessórias: ação de reintegração de posse, ação de manutenção de posse e a ação de interdito proibitório por meio do procedimento especiais.

**(Metodologia)** Para realizar este trabalho, optou-se por um estudo comparativo acerca da ação possessória no ordenamento jurídico brasileiro, em destaque, com base no Código de Processo Civil de 2015 e de 1973, atentando para as mudanças ocorridas na ação possessórias, estabelecendo uma análise comparativas destas ações nos códigos de processo civil de 1973 e de 2015.

**(Resultados)** As mudanças ocorridas nas ações possessórias objeto de estudo deste trabalho. Observa-se que as ações possessórias no novo código de processo civil 2015, pouco sofreram alterações as regras já existentes sobre as ações possessórias do código de processo civil em vigor. Mas, destaca-se que há acréscimos nestas ações. Em destaque, a regulamentação de legitimidade coletiva e a consequente forma de citação e a possibilidade mediação em conflitos dessa natureza. Além disso, destaca o novo CPC, que no polo passivo quando presente grande número de pessoas, a citação dar-se-á pessoalmente aos encontrados no local e, por edital, aos demais. E, poderá o Ministério público envolver-se em caso de hipossuficiência e, o juiz dará ampla publicidade ao caso, podendo, ainda, julgar antecipadamente a ação possessória, dando continuidade em relação a parte controversa da demanda.

**(Conclusão)** Diante disso, conclui-se que as mudanças ocorridas na ação possessória no novo CPC – 2015, proporcionam uma melhor aplicação da ação possessória, no que se refere os elementos constitutivos, tendo em vista o fato do possuidor turbado ou esbulhado poder manter-se ou restituir-se da posse por força própria. Além disso, destaca-se a possibilidade do juiz poder julgar as questões possessórias, dando prosseguimento em relação a parte controversa da demanda. Outro ponto relevante refere-se a audiência de mediação, a qual deve ser realizada antes do juiz conceder o pedido de liminar, no prazo de 30 dias, dando assim, mais celeridade processual, dentre outras inovações legais no tocante a ação possessória.

**Palavras-Chave:** PALAVRAS-CHAVE: Ação Possessória; Código Processo Civil (1973); Novo Código Processo Civil (2015).

**ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS NO MUNICÍPIO DE NATAL/RN E A ATUAÇÃO DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO**

**Autor(es):**

*Mariana Ferreira Maia Arcoverde: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A atividade varejista de distribuição e revenda de derivados do petróleo, figura entre uma das atividades de maior risco de poluição, merecendo especial tratamento quanto ao seu manejo. Revender combustíveis requer uma série de procedimentos para a obtenção de licença ambiental para a operação de tal atividade. Neste sentido de garantir o licenciamento e a adequação dos postos de revenda de combustível derivados do petróleo em Natal/RN, foi que a 45ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente desenvolveu o projeto “Adequação Ambiental dos Postos de Combustíveis”, com o intuito de realizar um estudo da situação de cada posto de revenda do município de Natal, e realizar a sua devida remediação em caso da existência de passivo ambiental, bem como a sua adequação para que funcione em consonância ao ordenamento jurídico, recebendo assim o Selo Verde.

**(Metodologia)** Para a realização deste trabalho foram realizadas pesquisas junto ao Ministério Público do RN, FUNPEC, e postos revendedores de combustíveis. Foi realizada uma análise do procedimento de adequação e remediação ambiental, bem como a situação dos postos antes, durante e depois do projeto.

**(Resultados)** Ao todo, foram assinados 110 termos de ajustamento de conduta pelos empreendedores do ramo varejista de combustíveis, que assumiram obrigações relativas à adequação ambiental e custearam estudos de investigação ambiental para detecção de contaminação do solo e do aquífero, sendo atualmente 71 os postos que já possuem o certificado do Selo Verde. Devido aos resultados o projeto está sendo posto em prática também em outros municípios do interior do RN. É necessário fazer-se claro o fato de que a minuta do TAC de Revisão de Segurança de Posto Revendedor foi proposta de forma padronizada aos postos revendedores interessados na obtenção do Selo Verde, diferenciando-se uma da outra por detalhes referentes ao caso de cada posto, como os níveis de poluição por exemplo. Resta claro, sem sombra de dúvidas, que a imposição da atuação da FUNPEC como assistente pericial no início do procedimento de revisão de segurança do posto de combustíveis, além de ferir tal dispositivo, pode ser vista como uma afronta a autonomia e capacidade das empresas contratadas pelos empreendedores para a realização do procedimento de remediação ambiental.

**(Conclusão)** Estando a atividade revendedora de derivados do petróleo em ascensão nas últimas décadas, é imprescindível que seja operada de forma adequada para evitar maiores danos ao meio ambiente e à saúde da coletividade. Através dos estudos realizados e apresentados anteriormente, pode-se concluir que o projeto desenvolvido pela 45ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente realizou um trabalho de excelência no município de Natal/RN, sendo 71 o número de postos que possuem o Selo Verde e estão operando em conformidade ao bem estar ambiental, de uma totalidade de 110 postos. Todavia, concluiu-se também que este projeto deve ser reanalisado quanto a forma da atuação da FUNPEC, tendo em vista proporcionar que um maior número de empreendedores possam se adequar sem ocorrer o risco de pararem suas operações, por não terem condições de se adequar ao estabelecido pelas leis.

**Palavras-Chave:** adequação, remediação, posto de combustível, meio ambiente, FUNPEC

## **ADOÇÃO INTUITU PERSONAE E O PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA.**

### **Autor(es):**

*Cintha Lorena Dantas Pereira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Julyani Oliveira de Brito Azevedo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Direito Civil possui um livro especial para disciplinar o direito de família, isso desvela que esse direito é de suma importância para a regulamentação da sociedade, uma vez que vem passando por um processo de mutação. O presente trabalho aborda o instituto da adoção sendo este, considerado um ato jurídico irrevogável que cria um vínculo de filiação por parte do adotado com o adotante, atualmente o processo de adoção é regulamentado e fiscalizado pelo Estado, e nosso ordenamento jurídico o Estado regulamenta várias modalidades de adoção sejam essas: a unilateral, internacional, de maiores, á brasileira, póstuma e a intuito personae.

**(Metodologia)** O método utilizado na análise do presente trabalho será o indutivo, utilizando dessa forma o referencial teórico dos civilistas: Maria Berenice Dias, Maria Helena Diniz, Cesar Fiuza, João Roberto Elias, Carlos Roberto Gonçalves. Dessa forma, a indagação principal do trabalho visa esclarecer acerca da adoção Intuitu Personae, sendo essa o ato pelo qual os pais biológicos de uma criança resolvem dar seu filho a uma outra pessoa. Contudo, essa modalidade de adoção foge a regra do art. 50 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Como o objetivo do estudo o artigo 50 do estatuto da criança e do adolescente relata um pouco sobre o processo de adoção e como regra impõe-se que os interessados quanto ao processo de adoção deverão estar habilitados no Cadastro Nacional de Adoção.

**(Resultados)** Ocorre que, muitas vezes a escolha daquela mãe recai sobre conhecidos mais próximos que possuem condições suficientes quando ao desenvolvimento do menor e que muitas vezes já possuem um vínculo afetivo com ele. Perfazendo assim necessário que não haja uma barreira entre o menor e a forma de habilitação no Cadastro Nacional. Assim independente ou não, se a adoção foge ou não a regra do Art. 50 do ECA, as crianças necessitam de uma proteção estatal, mesmo que no momento da adoção não estavam ali preenchidos todos os requisitos legais. Perfazendo assim a lógica de que o que se obtém no presente estudo é orientar que por mais que adoção Intuitu Personae não tenha como regra a observância do Cadastro Nacional de Adoção os casos possam ser regulamentados frente ao Princípio do Melhor Interesse da Criança, uma vez que os desamparados necessitam de uma maior proteção estatal.

**(Conclusão)** Diante de todo o exposto ao ponto de vista da aplicação das leis e princípios, devemos analisar minuciosamente a adoção intuitu personae, uma vez que o principal objetivo da adoção é restabelecer novamente o vínculo de filiação as crianças e adolescentes em uma nova família. Uma família substituta que possa passar para o adotado toda uma segurança moral e material, possibilitando aquele que foi abandonado por seus biológicos a oportunidade de refazer sua história de uma forma mais digna, possibilitando a este o direito a saúde, segurança, educação, moradia, lazer. O fato da escolha que a mãe faz a nova família ao entregar seu filho também deverá ser objeto de análise, uma vez que a legislação permite aos pais a escolha do tutor de seus filhos, e por que não permitir a escolha que a mãe faz ao entregar seu filho em um caso de adoção.

**Palavras-Chave:** Adoção. Genitor. Intuitu Personae. Estatuto da Criança e do Adolescente. Princípio do Melhor Interesse da Criança.

**ANALISE DO PROJETO DE LEI 4330/2004 À LUZ DAS IDÉIAS DE FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO NAS  
RELAÇÕES DE TRABALHO**

**Autor(es):**

*Fernanda Maria da Mata Dias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Érica Rocha de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho busca analisar os efeitos da implementação do PL - 4330/2004, o qual pretende ampliar as hipóteses de terceirização, que passa a ser permitida inclusive em atividade-fim, sob a ótica do direito trabalhista, baseando-se na necessidade de compreensão do fenômeno da terceirização como fenômeno social, jurídico e econômico, bem como se partindo da premissa de que a terceirização precariza a condição do trabalhador terceirizado e do próprio trabalho. O fenômeno da terceirização da mão de obra, para ser entendido em sua completude, deve ser analisado levando-se em conta tanto as novas exigências geradas pelo mercado econômico mundial, quanto a condição social do empregado, o princípio da dignidade da pessoa humana, o valor social do trabalho, que é fundamento da República Federativa do Brasil, a precarização do emprego, o princípio constitucional da vedação ao retrocesso e o princípio da proteção do trabalhador. Com efeito, não se pode ignorar que se vive, hodiernamente, na era da globalização: tempo marcado pela aproximação dos mercados e pelo avanço tecnológico. A existência do fenômeno da globalização, por sua vez, impulsiona e possibilita a existência de um mercado mundial, cada vez mais competitivo e mais seletivo. No âmbito nacional, as empresas nacionais que almejam o enquadramento e a competição no mercado econômico globalizado devem buscar aprimorar suas estratégias econômicas e sociais. E é nesse contexto que aparece a figura da terceirização. Ela promete tudo que o empregador sempre sonhou: maiores resultados, com menores custos. Com a terceirização, porém, a condição do empregado é precarizada. Talvez ampliar o instituto consista em um retrocesso social e jurídico para o trabalhador, o qual tanto lutou pela conquista de seus direitos. A problemática deste presente trabalho é aferir quais seriam as consequências da implementação do PL -4330/2004 para o trabalhador?

**(Metodologia)** Esse trabalho está sendo realizado por meio do método dedutivo e utilizando o procedimento técnico bibliográfico e documental.

**(Resultados)** No cenário atual inexistente legislação específica tutelando a terceirização no Brasil, a qual hoje é regulada principalmente pela súmula 331 do TST. Nesse sentido, é certo que a aprovação do projeto de Lei 4330/2004 ao trazer uma regulamentação específica para terceirização, traria maior segurança jurídica para o sistema, e, especialmente para os empregados e empregadores. Por outro lado, o PL-4330/2004, ao ampliar e generalizar o instituto da terceirização, permitindo a terceirização da atividade-fim, promete regulamentar e tornar lícito uma atividade que atualmente é considerada ilícita. E somente é considerada ilícita porque o entendimento jurisprudencial existente, consubstanciado na súmula 331 do TST, entendeu que a terceirização onera demais o empregado, precarizando sua condição, e por isso a possibilidade de sua existência deveria se restringir a atividade-meio. Vale dizer que a mão de obra terceirizada é cerca de 24% mais barata, diferença que no setor bancário se mostra ainda maior; os trabalhadores terceirizados trabalham cerca de 3 horas a mais, estando, também, mais sujeitos a acidentes de trabalho. Outrossim, PL-4330/2004 também autoriza a "quarteirização" ou "quinteirização", fenômenos que deixariam o empregado cada vez mais invisível e precarizando.

**(Conclusão)** Se por um lado, a aprovação do PL 4330/2004 promete trazer maior segurança jurídica ao sistema hoje existente, por outro lado, verifica-se que este, ao ampliar as hipóteses de terceirização, tende a onerar e precarizar a condição de trabalho no Brasil. Em suma, o PL-4330/2004 fere diretamente os fundamentos da RFBR da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho, atenta contra o princípio constitucional da vedação ao retrocesso e ao princípio da proteção do trabalhador.

**Palavras-Chave:** Terceirização, precarização e relações de emprego

**APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PELO PARTICULAR: O CASO DOS TRAILERS DE CURRAIS NOVOS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE.**

**Autor(es):**

*Cibelli Varela da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*ALANA MARIA DE LIMA DANTAS: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Matheus Damasceno Madruga: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (Introdução) O Estatuto da Cidade estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do interesse coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Nesse sentido, o presente artigo busca analisar a situação irregular os Trailers de Currais Novos, com intuito de aliar o Estatuto da Cidade à legislação municipal, a fim de se verificar a sua aplicabilidade. Abordará a apropriação do espaço público tomando como exemplo os bens imóveis particulares localizados em áreas públicas e o seu desacordo com a legislação vigente.

**(Metodologia)** (Método) Trata-se de um estudo de caso apoiado por uma pesquisa bibliográfica nas áreas de direito constitucional, direito administrativo e direito ambiental. Utiliza-se o método de abordagem dialético, tendo como base dois aspectos distintos porém complementares, a abordagem jurídica e a social para observar as contradições inerentes a situação observada. Partindo do Estatuto da Cidade para a legislação municipal, em particular o estudo dos trailers de Currais Novos e a apropriação do espaço público irregular. Seguida de uma pesquisa de campo e coleta de documentos.

**(Resultados)** (Resultado) Constata-se que a ocupação indevida dos espaços públicos não é um problema apenas das grandes metrópoles. No município de Currais Novos, que tem uma população de aproximadamente quarenta e três mil habitantes, pode-se observar irregularidades quanto ao que prevê a legislação brasileira sobre o assunto. Conforme o disposto no Estatuto da Cidade, instituído pela Lei nº 10.257/2001, em seu art. 2º, inciso VI, “a ordenação e controle do solo de forma a evitar: a utilização inadequada dos imóveis urbanos; o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivo ou inadequado em relação à infraestrutura urbana; a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão de infraestrutura correspondente”. No âmbito municipal, o Parcelamento Urbano, o Zoneamento de Área e o Código de Obras, respectivamente instituídos pelas leis municipais nº 860/79, 860/79 –A e 860/79 –B, compõem o Plano de Desenvolvimento Urbano, que estabelece que as edificações existentes e desconformes com a lei não poderão sofrer ampliação ou reforma de qualquer natureza, exceto para sua conservação. Logo, tais normas legais devem nortear todas as ações referentes ao tema. No entanto, apesar de haver dispositivos vigentes, evidenciou-se o descumprimento àquele Plano, uma vez que vários bens móveis (trailers, barracos), estão sendo transformados em imóveis (construções em alvenaria), situados em vias urbanas e espaços públicos, bem como em calçadas de prédios públicos, não sendo capaz de fiscalizar nem mesmo o estado e administração pública, que legisla sobre o tema.

**(Conclusão)** (Conclusão) Conclui-se que há negação do direito à cidade em Currais Novos pela não aplicabilidade das normas vigentes, sejam estas pela ausência de clareza ou brechas encontradas na legislação, como a do artigo 49, da Lei 860/79 –A, afirmando que a “Prefeitura Municipal, em caráter excepcional, poderá autorizar a construção, desde que esteja em conformidade com as diretrizes básicas do Plano de Desenvolvimento Urbano”. Logo, supõe-se que o uso indevido do solo se dá, não pela falta de reconhecimento do órgão competente, já que são licenciados, mas pelo desacordo com o Plano de Desenvolvimento Urbano. Sugere-se, pois, uma regulamentação objetiva em conjunto com uma fiscalização mais eficaz e uma participação social maior sobre a política urbana.

**Palavras-Chave:** Palavras-Chaves: Estatuto da Cidade; Currais Novos; Trailer; Uso do Espaço Público.



**AS FALHAS EXISTENTES NO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA SOB A LUZ DA TEORIA DAS LIBERDADES DE AMARTYA SEN**

**Autor(es):**

*Kahena Campos de Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Humberto Lima de Lucena Filho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os programas de transferência de renda são considerados políticas públicas importantes para a diminuição da pobreza no Brasil. No entanto, alguns críticos argumentam que esses programas são ineficazes em função de grande parte dos recursos não serem destinados aos verdadeiramente pobres ou porque geram o fenômeno da armadilha da pobreza. Este artigo analisará os resultados desses programas neste combate, destacando algumas destas falhas e observando outros determinantes tais como transitoriedade, contraprestação, crescimento econômico, criação de curral eleitoral e propor soluções através do conhecimento das liberdades Substantivas e Instrumentais propostas por Amartya Sen.

**(Metodologia)** O método foi o lógico dedutivo. Por meio da lógica chega-se a uma conclusão diante dos fatos. Partindo de princípios reconhecidos como verdadeiros, estabelecendo relações com uma segunda proposição para que a partir do raciocínio lógico, chegue-se à verdade do proposto. Logo, analisado as leis que instituem o programa juntamente com os resultados sociais, fez-se possível este método.

**(Resultados)** Sob a luz da teoria das liberdades Substantivas e Instrumentais, precisamos compreender que, a primeira está relacionada diretamente as condições mínimas de subsistência, com o intuito de remover as principais fontes de privação de liberdade que seriam: pobreza, carência de oportunidades econômicas e negligência de serviços públicos. Esta liberdade é fundamental para o processo devido a duas razões, a Avaliatória (aumento das liberdades das pessoas) e da Eficácia (depende inteiramente da livre condição das pessoas). Devido essas inter-relações, a condição do agente livre e sustentável emerge como motriz do desenvolvimento. Já a segunda, refere-se às liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora, procurando promover a capacidade geral do indivíduo. Como falha do sistema de Bolsas, identifica-se o provimento de apenas parte destas liberdades e as soluções podem ocorrer de forma simplista, que sendo feitas terão resultados significativos, podendo tomar como exemplo duas das liberdades instrumentais ausentes. As oportunidades sociais e as facilidades econômicas, uma na forma de serviços de educação e a outra como oportunidade de participar no comércio, ou seja, a contraprestação que pode ser vista como a profissionalização dos beneficiários, com algum curso oferecido para ajudar na melhoria do plantio (caso dos agricultores), aumentando a renda familiar, o crescimento da economia do país e medição do IDH.

**(Conclusão)** As falhas dos programas de transferência de renda, estão ligadas as faltas de oportunidades existentes para aqueles que são dependentes deste sistema, que não possuem uma chance de auto afirmar-se para crescer economicamente sem criar essa relação de dependência. Aquela frase de dar o peixe e não ensinar a pescar aplica-se de forma notória ao Bolsa Família, sendo inclusive parâmetro para criação de currais eleitorais e manutenção da miséria, uma vez que, aqueles necessitados sempre voltarão e votarão na forma mais fácil de cessar sua fome, seja ela intelectual ou física, pois os mesmos eleitores já não anseiam mais por intelecto, mas por facilidades. Desta forma, o Estado não consegue capacitar seus beneficiários, nem dar-lhes autonomia ou liberdade. O crescimento do PIB ou das rendas individuais pode ser muito importante como meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos indivíduos, mas estas mesmas liberdades dependem de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas, na qualidade dos serviços de educação e saúde, e os direitos civis, tal qual a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas, o que não vem ocorrendo, marcando o não empoderamento dos pobres. A falha no lado profissionalizante também é notória, já que não existem contraprestações em virtude de retornos monetários e libertadores. Devido a estes fatores, as sugestões propostas fazem-se necessárias não como meio uno, mas uma iniciativa para que dê continuidade ao programa de forma mais justa, eficaz, autônoma, cidadã e libertadora.

**Palavras-Chave:** Economia, desenvolvimento, autonomia, liberdade e cidadania.

## AS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELO NCPAC ACERCA DA USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL

**Autor(es):**

*Shani Debora Araújo Bandeira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Anderson Leonardo de Oliveira Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Tal trabalho tem o foco de mostrar as inovações trazidas pelo novo instituto do Código de Processo Civil no que tange ao tema da Usucapião Extrajudicial, inovações necessárias e de suma importância para os usucapientes que há tempo sofriam por não ter o título de proprietário. A pesquisa tem o viés de esclarecer dúvidas acerca do tema que é de grande relevância.

**(Metodologia)** O método a ser adotado nesta pesquisa será o da pesquisa bibliográfica atual, pertinente ao tema do momento, que é todas as novidades abordadas com o Novo Código de Processo Civil.

**(Resultados)** A pesquisa mostrou-se muito construtiva e de conhecimento transbordável, a matéria em debate tem como uns dos principais objetivos os da celeridade e o desafogamento do judiciário, que ganhará espaço para dar andamento a outros litígios. Sendo somente acionado este em último caso, havendo impugnações e dúvidas, fora isso, todo o tramite será feito em Cartório Oficial de Registros Públicos. Essa inovação favorecerá os mais humildes e principalmente aqueles que passaram toda uma vida cuidando de uma terra e não precisarão enfrentar um desgastante processo judicial. Todo o processo será precedido pelo Oficial do Cartório. O pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião deve ser requerido pelo interessado, o qual deve ser representado por advogado, instruído com ata notarial lavrada pelo tabelião que ateste o tempo de posse do requerente e seus antecessores; planta e memorial descritivo do imóvel, os quais devem ser assinados por profissional habilitado e pelos titulares de direitos reais e de outros direitos; certidões negativas dos distribuidores e justo título ou documento que demonstre a origem, a continuidade, a natureza e o tempo da posse. Os documentos serão analisados, com prazo de quinze dias para uma possível manifestação dos autores. A União, o Estado, o Distrito Federal e o Município terão que se manifestar a respeito do procedimento em andamento, através de ciência dada pelo oficial de registro de imóveis, com prazo também de quinze dias para se manifestar. Transcorrido todos os prazos, cumprida as diligências dar-se-á um novo registro ou uma nova matrícula. Outro detalhe é que deverá seguir o princípio da publicidade.

**(Conclusão)** Vemos um grande passo do Poder Público, em especial do legislativo, algo muito esperado, que teve sua aprovação neste ano, com bastantes pontos positivos, mas só poderemos ter uma avaliação completa no próximo ano com a lei posta em prática. O Novo CPC diminuirá cerca de 50% da demanda de ações de usucapião, sendo uma forma mais acessível aos mais humildes. A previsão já é muito otimista e está codificada no artigo 1.071 do Novo CPC, sendo cumulado com a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

**Palavras-Chave:** usucapião, extrajudicial.

**ASPECTOS CONTROVERTIDOS DO TRABALHO DO PORTADOR DE NECESSIDADE ESPECIAL E O DIREITO TUTELAR DO TRABALHO**

**Autor(es):**

*Leise Bernardo Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Beatriz Nelson Vieira da Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Patricia Lucio Diniz Roseno: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Bruno Felipe Fragoso Pereira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A proposta desta pesquisa acadêmica é dedica-se a abordar a proteção jurídica de inclusão dos deficientes no mercado de trabalho e sua ineficácia nas relações trabalhistas sob a perspectiva de atos discriminatórios de natureza social pela classe empresarial. Busca, ainda, tecer breves considerações acerca da evolução jurídica dos direitos trabalhistas dos deficientes, bem como delinear a relação existente entre o sistema de cotas e o princípio da não discriminação. Ademais, aprecia-se também a atuação do Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego na concretização dos direitos trabalhistas dos portadores de necessidades especiais.

**(Metodologia)** O método adotou-se o método lógico-dedutivo, partindo de uma análise da Constituição Federal, da Consolidação das Leis Trabalhistas e da Lei de nº 8.213/91, como também de dados estatísticos, de princípios trabalhistas e constitucionais. O uso da doutrina especializada foi fundamental, bem como o apanhado jurisprudencial. Tudo isso visto pelo método dedutivo.

**(Resultados)** Como resultado, observa-se que a proteção jurídica assegurada aos deficientes não está sendo eficaz em garantir a inclusão deles no âmbito trabalhista, visto que, muitos portadores de necessidades especiais continuam desempregados e sem perspectiva de contratação.

**(Conclusão)** Como conclusão, considera-se que, mesmo amparado pelo sistema de cotas e possuindo forte atuação fiscalizatória do Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho e Emprego, as empresas continuam a ignorar a obrigatoriedade de inclusão desses trabalhadores, preferindo pagar multas em vez de contratar pessoas com deficiência. Muitas são as alegações no que se refere a não contratação de deficientes, como dificuldades para implantar o sistema e a falta de recursos para adequar seus espaços para atender as dificuldades dos deficientes; surgindo assim, dificuldades para implantar o sistema. Somente quando a sociedade reconhecer o deficiente como um ser capaz, a sua inclusão poderá ser plena no mercado de trabalho. A partir disso, os deficientes poderão ter seus direitos reconhecidos e respeitados, bem como a participação no mercado de trabalho concretizada. Para que tal mudança ocorra, cada um deve fazer a sua parte, o Estado, os empregadores e todos os demais. O trabalho é essencial e indispensável para que se tenha uma vida digna, os deficientes não podem ser privados desse direito.

**Palavras-Chave:** Deficiente; Proteção Jurídica; Discriminação

## ATIVISMO JUDICIAL

### **Autor(es):**

*Matheus Vinicius Reis Martins: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A pesquisa se propõe a entender o fenômeno que está ocorrendo no Direito brasileiro, mas especificamente o modo como as cortes superiores estão ganhando mais força, tal pesquisa busca as reflexões disso na sociedade, entender esse fenômeno e tentar prever suas consequências é essencial para todos, pois o poder Judiciário está avançando em campos importantes. Na última década é possível visualizar o aumento da área de atuação das maiores cortes judiciais em todos os países, esse fenômeno vem crescendo nos países ocidentais desde o final da segunda guerra mundial. Essas cortes vêm crescendo muito no campo das políticas majoritária, quais sejam o legislativo e o executivo, vem decidindo questões de cunho político e cada vez mais ganhando espaço. Na área do poder executivo, vem trazendo decisões que muitos doutrinadores a chamam de absurdas que obrigam ao Estado cumprir com a sua função e muitas vezes dizendo como deve ser feita tal função. Já na área legislativa vem trazendo interpretações para a lei conforme a constituição que traz um impacto maior e direto para toda a sociedade e com isso surgem críticas e elogios para essa corte, criando uma grande divergência dentro da sociedade e voltando os olhos de grandes veículos de comunicação como emissoras de televisão, jornais e sites da internet a respeito desse avanço.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa de cunho histórico partindo do surgimento desse fenômeno e seus desdobramentos até o dia de hoje, de modo que também será utilizado o método dedutivo que visa a obtenção dos resultados do fenômeno na área jurídica e em toda sociedade. Serão adotados procedimentos para a realização da pesquisa quais sejam: consulta a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, consulta a notícias sobre o ativismo judicial em sites de direito, consulta a posicionamentos doutrinários e questionamentos a profissionais da área do direito.

**(Resultados)** A forma na qual as cortes superiores judiciais do Brasil têm se posicionado, a forma como está ganhando força esse ativismo principalmente com a chegada do novo código de processo civil de 2015 com os precedentes está cada vez mais nos levando mais perto do outro sistema de direito que é o Common Law. O Brasil está se aproximando muito do Common Law de forma que as vezes não percebemos, e isso vai gerar grandes mudanças e um impacto na vida da sociedade.

**(Conclusão)** Com acesso aos dados da pesquisa e com uma análise do que se tem percebido nos três poderes do Brasil (legislativo, executivo e judiciário), e com a colaboração de alguns profissionais na área do direito como professores, advogados e juizes, é claramente perceptível que existe divergência nesse assunto. O que é comum a todos é que tal fenômeno é muito perigoso e delicado e que é necessário ser utilizado com bastante cuidado para não ser extrapolados limites previsto na constituição no seu artigo segundo onde diz que os três poderes são independentes e harmônicos entre si. O novo código de processo civil de 2015 com os precedentes pretende gerar uma segurança jurídica e uma economia nos gastos processuais. Juizes de primeira entrância julgaram os casos de acordo com os precedentes dos ministros que são a última entrância, assim, acabariam com vários dos recursos vistos hoje em dia.

**Palavras-Chave:** Ativismo Jurídico, Common Law, Precedentes, Cortes Superiores.

## **BOA FÉ OBJETIVA NAS RELAÇÕES EMPRESARIAIS HODIERNAS**

### **Autor(es):**

*Vanessa Cristina Araujo Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Natalia Pereira Gomes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Patrice Alexandra de Farias Teixeira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Marcella Caroline Pinheiro de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Christiano Brenner Augusto Dantas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*  
*Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho busca fazer uma correlação entre o período da idade média e a modernidade no que diz respeito ao princípio da boa fé objetiva na esfera do Direito Empresarial e das relações contratuais que se ramificam deste ramo jurídico, tomando como referência o medievalismo, onde a sociedade em nome coletivo cujo contrato era pautado na confiança recíproca entre os sócios em questão; já no que tange as relações contratuais estabelecidas na contemporaneidade pela sociedade por quotas de responsabilidade limitada vemos uma inversão, hodiernamente a boa fé se materializa em um contrato escrito, e de certa maneira acaba limitando a responsabilidade dos sócios no tocante as dívidas contraídas pela sociedade.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado no trabalho em questão é o dialético e o método de procedimento será tanto o monográfico quanto o método estatístico. Por fim, abordaremos uma técnica conhecida como documentação indireta, pois não houve entrevistas, mas tão somente coleta de dados.

**(Resultados)** O resultado da pesquisa realizada para o desenrolar do trabalho em tela, demonstrou que na Idade Média havia diversas sociedades que nasceram baseadas no princípio da confiança e da boa-fé, ao contrário dos dias atuais; nos dias de hoje tais princípios estão em desuso, tendo em vista o grande risco. Na modernidade se mostra necessário além destes requisitos já externados, é preciso ainda que esteja presente o contrato escrito, para que se firme aquilo que foi pactuado verbalmente pelas partes contratantes. Tendo em vista isto, percebemos que há um paradoxo, uma vez que deveria prevalecer a simplificação das relações contratuais, quando na verdade o que ocorre é uma maior complexidade delas na contemporaneidade. Tudo isto se dá pela banalização da palavra firmada, por isto as pessoas que visam estabelecer um contrato veem a necessidade de se firmar o quê fora acordado, para que não se dê margem a inobservância e descumprimento daquilo que teria sido estabelecido em um contrato verbal; o contrato escrito assegura que os contratantes tenham mais confiança, todavia, em contrapartida, vemos que a falta da boa-fé implica em uma burocracia em maior escala e na desconstrução de uma sociedade onde as relações são firmadas pela confiança.

**(Conclusão)** Por conseguinte, é evidente a existência de uma evolução em termos de segurança jurídica, ou seja, da validade da norma contratual. Porém, há um relativo retrocesso já que na idade média havia uma predominância dos contratos verbais e o princípio da boa fé era requisito suficiente na constituição deles; entretanto, na modernidade, com a evolução das relações, tal requisito necessitaria de um contrato escrito para legitimar a confiança.

**Palavras-Chave:** Confiança; Boa Fé; Antiguidade; Evolução; Contrato.

## **BRASIL: CONTRASTES E CONTRADIÇÕES DO PIB, IDH E CARGA TRIBUTÁRIA**

### **Autor(es):**

*Josivania Pereira de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Thalita Barbosa Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Paula Roca Piazza : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Brasil tem um índice muito elevado de impostos, tributos e arrecadações do Estado para promover o bem social. Entretanto, o que se percebe é a falta de compromisso para o cumprimento desse bem, ou seja, não há a promoção, de fato, dos direitos garantidos pelo Estado para a sociedade pela arrecadação de tributos, impostos e taxas, que são tão altos, mas que de quase nada serve, uma vez que a população brasileira muito mal usufrui desses benefícios. Mas para onde essas prestações são encaminhadas? Beneficiamo-nos do que nós mesmos pagamos e temos direito? O que pagamos para o Estado tem retorno? Estamos no caminho certo para termos um país desenvolvido? O presente estudo busca uma visão correta do que existe nos dados e a contradição entre eles, uma vez que deveríamos estar entre as maiores economias do mundo e já ser considerado um país desenvolvido.

**(Metodologia)** A metodologia do presente trabalho busca a análise e exposição de dados concretos, fazendo com que desperte uma visão crítica e correta sobre o que foi pesquisado. Assim, utiliza-se do método quantitativo, uma vez que busca resultados que podem ser quantificados. A busca dos dados mostra a discrepância entre a relação do PIB, IDH e carga tributária.

**(Resultados)** Hodiernamente, o PIB do Brasil é o sétimo maior, segundo o FMI. Isso significa que o Brasil deve estar entre uma das maiores economias do mundo, porém sofreu uma queda de 1,9% no segundo semestre de 2015. O Brasil, mesmo sendo um dos que possuem PIB elevado, tem grande déficit em relação a proporcionar bem estar a sua população. A realidade é que o que é pago não retorna para a sociedade, seja em forma de qualidade de vida, proporção de uma saúde decente, uma educação relevante, tem uma segurança instável, um saneamento básico lamentável, uma péssima organização orçamentária e distribuição de suas riquezas. Além de tudo isso há uma falta de interesse por parte dos políticos, dos administradores e de empresários, fazendo com que as taxas sejam cada vez maiores. O IDH do Brasil é o 85º no ranking mundial, estando nos níveis de países subdesenvolvidos. Concomitantemente a isto, o país vive hoje a era de uma das maiores cargas tributárias já vistas em sua história, ocupando cerca de 32,05% do PIB na última estatística.

**(Conclusão)** De acordo com o exposto, observa-se que os tributos são pagos, na verdade, pelos pobres e pela classe média, fazendo com que quem está no poder se beneficie do que nós pagamos. Um país, que tem um PIB alto, não deveria ter um IDH tão baixo, estando o Brasil entre os piores do mundo. Deste modo, percebe-se uma evidente necessidade de uma análise crítica para que, mediante hipóteses concretas, possa ser levantado um quadro com medidas solucionadoras, a fim de que a situação atual seja revertida em prol não só do país, mas da população em si.

**Palavras-Chave:** PIB, IDH, carga tributária, impostos

**CELERIDADE PROCESSUAL: COMO OS PRAZOS EM DIAS ÚTEIS E AS CAMARAS DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL PODEM INFLUENCIAR NA CELERIDADE DOS PROCESSOS**

**Autor(es):**

*Thybério Luís de Queiróz Santiago: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*João Victor de Sousa Cardoso Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Karlos Windsour Maciel Cavalcanti: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Higor dos Santos Jales: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Matusalem Jobson Bezerra Dantas: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O processo civil é uma das formas utilizadas pelas pessoas para solucionar conflitos que, por ventura, surjam nas relações interpessoais. Por causa disso, é grande número de demandas que transitam pelo Poder Judiciário do país, fazendo com que seja cada vez maior a necessidade de um processo mais rápido e efetivo, para dar às pessoas a resolução dos seus problemas. Diante do exposto, a presente pesquisa propõe-se a estudar o novo Código de Processo Civil no que concerne à celeridade processual, mais especificamente, quanto à questão da criação de câmaras de mediação e conciliação e dos novos prazos processuais, identificando como esses fatores poderão influenciar na rapidez do processo. As audiências de conciliação e de mediação funcionam como uma forma de resolver antecipadamente o conflito. Os novos prazos processuais, por sua vez, que deverão ser contados em dias úteis, são determinantes para a agilidade do processo. Todavia é importante ter-se a equidade entre um tempo curto e necessário para a realização dos atos processuais.

**(Metodologia)** Esta pesquisa é qualitativa e quantitativa, que tem um caráter exploratório e descritivo. Não obstante, se fez necessária a busca por novos conhecimentos na doutrina. A partir disso e levando em consideração a finalidade da presente pesquisa, utilizou-se do método hipotético-dedutivo para o desenvolvimento da pesquisa, tendo como ponto de partida o pensamento de que maneira essas novas normas processuais podem mudar os procedimentos hoje adotados. Ainda nesse ponto, fizemos uso do método auxiliar comparativo, tendo em vista a necessidade de comparar o que se encontra vigente, no que tange a normas processuais civis, com o que a nova lei propõe.

**(Resultados)** Segundo dados do Relatório Justiça em Números 2015, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Brasil fechou o ano de 2014 com quase vinte e nove milhões de novas demandas iniciadas, tendo uma estrutura pessoal de cerca de 17 mil magistrados para julgar todo esse volume de processos. Isso resulta em uma taxa de 71,4% de Congestionamento do Poder Judiciário. Essa taxa é responsável por medir a eficiência do Poder Judiciário em resolver as demandas a ele apresentadas. Além da quantidade de processos e da pouca estrutura para a realização de acordos, existe ainda a questão dos prazos processuais a serem contabilizados em dias úteis, como disposto no artigo 219 do novo Código de Processo Civil, que segundo entrevista realizada pelo grupo, com dezesseis pessoas, que tem o tiveram processos civis transitando, advogados e membros que trabalham na justiça, 68,75% das pessoas acreditam que os prazos contabilizados em dias úteis irão deixar o processo ainda mais lento.

**(Conclusão)** Observa-se que o princípio da celeridade, ao qual o novo código amplamente defende, é um tema complicado e bastante discutível. Seja pela questão das câmaras de mediação e de conciliação, que ao analisarmos o cenário atual do Poder Judiciário, parecem pertencer a uma realidade distante, ou ainda, pela questão cultural do processo no Brasil, que na nossa sociedade é visto como uma guerra e não como um meio para resolução de um conflito, o que dificulta a homologação de acordos. Ainda nesse aspecto, a questão dos novos prazos processuais tornou-se um ponto de várias críticas, quando confrontado com a questão da celeridade. Nota-se que tais prazos poderão deixar o processo mais lento, pois se antes contavam 15 dias corridos, por exemplo, computando os feriados e os finais de semanas, agora teremos 15 dias úteis, que se contados em período ao qual não exista feriado, serão na realidade 19 dias corridos. Esses aspectos mostram-se como desafios aos quais esperamos serem vencidos pelo novo Código.

**Palavras-Chave:** Processo Civil; Novo Código de Processo Civil; Celeridade Processual; Conciliação e Mediação; Prazos Processuais.

## CIRURGIA PLÁSTICA: OBRIGAÇÃO DE MEIOS OU DE RESULTADO?

### **Autor(es):**

*Marília Guedes de Carvalho Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Marcela Maria Gomes do Nascimento: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Laise Jales de Mota Paiva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Thaís Ferreira Cunha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Gabriella Simonetti Meira Pires Barbalho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho busca elucidar o instituto da responsabilidade civil com foco no cirurgião plástico, desvelando as deturpações existentes a respeito do tipo de obrigação que a rege, se de meio ou de resultado, visando expor a quem será incumbido o ônus de provar a responsabilidade pelo dano advindo do ato cirúrgico. Ao cirurgião plástico se aplicam os princípios gerais que regem a responsabilidade médica, entretanto, neste serão esclarecidas as singularidades pertinentes à cirurgia plástica, que se subdivide em cirurgia estética propriamente dita (de caráter estritamente estético ou lato sensu), cirurgia estética reparadora e cirurgia mista, esta última definida pela Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

**(Metodologia)** Como substrato para materializar a busca pelo conhecimento necessário ao desenvolvimento do presente trabalho optou-se pelo método dedutivo-qualitativo, partindo de uma construção geral para obtenção dos desenlaces, mediante adoção de pesquisa bibliográfica, com destaque para os renomados autores do tema, dentre eles Miguel Kfoury Neto, Genival Veloso de França, Carlos Roberto Gonçalves e Pablo Stolze Gagliano, além, do foco na jurisprudência e legislação vigente, buscando uma melhor elucidação ao tema

**(Resultados)** Verificou-se através da pesquisa que de acordo com a espécie da cirurgia será influenciado diretamente o tipo da obrigação e de quem será o ônus de provar o suposto dano. Na cirurgia estética lato sensu, destinada a corrigir pequena imperfeição que causa mal-estar psíquico à pessoa, o cirurgião deverá estar atento ao dever de prudência exigido, e não estará obrigado ao resultado. Com isso, tem-se que a obrigação neste tipo de cirurgia é de meio, cabendo ao paciente o ônus da prova. Nos mesmos moldes se configura a responsabilidade do médico na cirurgia estética reparadora, aquela que se realiza para a reparação de verdadeiras enfermidades, sejam elas de nascença ou adquiridas. Diferindo das anteriormente citadas, a cirurgia de caráter estritamente estético, na qual visa-se a reparação da harmonia de suas feições, é uma obrigação de resultado, impondo-se ao cirurgião o ônus da prova para eximir-se da responsabilidade. Por fim, a cirurgia mista (estética e reparadora), reconhecida pelo STJ, é configurada pelos dois tipos de obrigação, atribuindo a parte estética à obrigação de resultado e a parte reparadora à obrigação de meio.

**(Conclusão)** A partir dos resultados obtidos, foi possível elucidar as deturpações existentes a respeito do tipo de obrigação que rege a cirurgia plástica, se de meios ou de resultado. Conclui-se que a depender do que se almeja com a cirurgia plástica é que será definido o seu tipo de obrigação, que influenciará diretamente a quem será incumbido o ônus da prova. Diante disso, independente da forma da obrigação, em havendo o dano, é importante saber que o que se vai apurar é a responsabilidade, levando em conta principalmente o grau da culpa (visto que a responsabilidade do cirurgião continua sendo subjetiva), o nexos de causalidade e a dimensão do dano. Portanto, as formas de obrigação definirão apenas o ônus da prova de acordo com o almejado pela cirurgia.

**Palavras-Chave:** Responsabilidade civil; Cirurgia plástica; Obrigação de meios; Obrigação de resultado; Ônus da prova;



## COMÉRCIO INTERNACIONAL E MEIO AMBIENTE: BREVE ANÁLISE SOBRE O DUMPING AMBIENTAL

### **Autor(es):**

*Maria Luiza Ferreira Tosta Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente estudo pretende discorrer acerca do Dumping ambiental, sob a perspectiva de uma prática desleal realizada no comércio internacional, restringindo o poder de concorrência e, por não atender a requisitos mínimos de proteção ao meio ambiente, coloca em risco a vida das pessoas inseridas no sistema de produção. Também, devido à posição auferida pelo comércio internacional, além dos prejuízos econômicos, afeta a preservação ambiental, interferindo no cotidiano da sociedade, a qual, por fazer parte dos ideais capitalistas sem limites, é prejudicada diretamente

**(Metodologia)** Realização de pesquisa bibliográfica, valendo-se do método dedutivo para alcançar as conclusões.

**(Resultados)** O Direito Ambiental coloca-se como um dos grandes referenciais do paradigma jurídico racional moderno. O direito ao meio ambiente sadio e a qualidade de vida é um ícone da internacionalização da regulação jurídica contemporânea. Atualmente, com os avanços que a humanidade enfrenta, o homem procura aprimorar-se cada vez mais, aumentando sua capacidade de explorar e utilizar o meio ambiente. Contudo, há que se ressaltar que esta exploração cresceu tanto, ao ponto de que os homens sejam capazes de destruir e degradar o meio em que vivemos. Ademais, outro fator que muito influi na degradação ambiental em grande escala, é o comércio, o qual, ao conseguir ultrapassar limites e fronteiras, passou a integrar o grupo de fatores de preocupação para quem pugna por um meio ambiente sadio e sustentável. E é sobre este assunto que o presente estudo irá tratar, precisamente no tocante ao Dumping ambiental, por estar este inserido nas relações comerciais internacionais que atingem ou desvirtuam as normas ambientais internacionais. Embora não aceito por muitos doutrinadores, a importância e relevância do tema se destaca devido ao aumento constante do comércio internacional, envolvendo, inclusive, as maiores potências mundiais. Desta forma, pretende-se demonstrar o seu surgimento, a sua evolução e o que é a prática de Dumping ambiental, demonstrando-se, ao final, a posição da Organização Mundial do Comércio quanto ao tema.

**(Conclusão)** Não é novidade o crescimento constante da consciência ecológica, levando assim as empresas a divulgarem, como forma de propaganda, todos seus investimentos em prol do meio ambiente, tornando-as ideologicamente mais atraentes aos consumidores, bem como a outros parceiros empresariais. Em alguns países do mundo, principalmente na Europa, são exigidos das empresas que desejem negociar com estes países, certificados que constatem a obediência destas às questões ambientais. Isso quer dizer que outros valores são colocados na balança, não sendo mais possível aceitar um aumento e um crescimento econômico baseado na degradação ambiental em prol da conquista de mercados. Assim, em meio à necessidade de um crescimento econômico consciente, consolida-se a tese da aplicação de medidas antidumping ambientais. Porém, os motivos pelos quais levam a maioria dos países em desenvolvimento a adotar uma postura ardua se justifica, vez que seus produtos sofrem, comumente, discriminações vindas dos países desenvolvidos. Por isso, se constata que, por trás destas posições antagônicas sobre os temas ambientais, existem preocupações que escondem outros interesses, geralmente de natureza econômica e comercial. No entanto, se faz necessário mover esforços no sentido de tentar inserir nas próximas rodadas de negociações da OMC, temas referentes à relação meio ambiente x comércio internacional, vez que não é mais possível tratá-los de forma distinta e em separado, pois os interesses ambientais devem sempre prevalecer sobre os interesses comerciais e econômicos.

**Palavras-Chave:** Dumping ambiental; Meio ambiente; Direito Internacional

## CONSIDERAÇÕES ACERCA DA AUDIÊNCIA APRESENTAÇÃO (CUSTÓDIA)

### **Autor(es):**

*Rodrigo Bezerra Rosado Cascudo Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Francisco Ney Carvalho de Araújo Júnior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*  
*Nelisse de Freitas Josino Vasconcelos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A preocupação universal com os direitos humanos após as atrocidades cometidas durante a segunda guerra mundial, refletiram no ordenamento jurídico, sobretudo com a chegada da Constituição Federal de 1988, que teve como linha de combate o período militar compreendido entre 1964 e 1985, espaço temporal de extrema violação dos direitos civis. Nessa linha de raciocínio, a carta política apresenta um extenso rol repleto de direitos inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da incorporação de tratados e convenções internacionais na defesa do homem, como a Convenção de Nova York e a Convenção Americana Sobre Direitos Humanos. Nesse diapasão, a chamada audiência de custódia compreende mais uma forma de proteção aos direitos humanos, especificamente se constitui como um direito básico do acusado de ser imediatamente levado ao juiz que decidirá sobre sua prisão, em até 24h, evitando, por conseguinte, prisões ilegais e desnecessárias, conservando, sobretudo, o equilíbrio da população carcerária. O instituto objeto de análise carece de uma denominação mais adequada. Não bastante, o ministro do Supremo Tribunal Federal Luis Fux, interpretando o objetivo atribuído a tal instituto, intitulou-a acertadamente de “audiência de apresentação”, tendo em vista que não se trata aqui de uma certeza de custódia, mas sim da apresentação do acusado ao juiz que decidirá acerca da manutenção ou não do cárcere. Diante da recente novidade que cerca o estudo das audiências de apresentação, o tema foi objeto de debate pelos ministros do STF, principalmente no que tange a constitucionalidade do referido instituto, na análise da ADI nº 5240, promovida pela Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, pessoa jurídica diretamente interessada no debate, questionando que, por ser ato normativo que verse sobre a matéria processual penal, deveria haver lei de competência privativa da União, nos moldes do art. 22, inciso I da CRFB/88. Destarte, no plenário, os ministros decidiram por maioria que o ato normativo que disciplina o instituto no âmbito dos tribunais não seria inconstitucional, tendo em vista não se trata de qualquer espécie de inovação no ordenamento jurídico pátrio, mas tão somente de efetivação e interpretação acerca da matéria já consolidada no nosso ordenamento por meio do Pacto San José da Costa Rica e do próprio Código de Processo Penal.

**(Metodologia)** O método utilizado na pesquisa é o teórico, baseado na interpretação teleológica do texto constitucional, bem como nos diversos diplomas normativos aplicados, sobretudo na leitura que se extrai do Pacto San José da Costa Rica e do Código de Processo Penal.

**(Resultados)** O Supremo Tribunal Federal, analisando a Ação Direta de Inconstitucionalidade que impugnava a validade da audiência de apresentação conforme o texto constitucional revisou a posição atribuída ao Pacto San José da Costa Rica no interior do nosso ordenamento jurídico. Ressalta-se que a incorporação do referido tratado se deu originariamente sob o status de norma suprallegal, por se tratar de diploma que, embora não tenha sido incorporada ao nosso sistema jurídico na forma do art. 5, §3 da CRFB/88, versa indubitavelmente sobre direitos humanos. Todavia, conforme dito acima, analisando as palavras do ministro Luis Roberto Barroso, na sessão que debateu a constitucionalidade do instituto em análise, o plenário vem entendendo que aos poucos vem se estabelecendo uma espécie de mutação constitucional para dotar o Tratado como verdadeira norma constitucional, dada sua importância.

**(Conclusão)** Conforme orientação jurisprudencial e decisão recente do Supremo Tribunal Federal, o instituto da audiência de custódia (ou apresentação), se apresenta como uma forma de combate as possíveis abusividades cometidas nas prisões de acusados, constituindo verdadeiro direito básico do acusado contra prisões ilegais e desnecessárias, inclusive revestido de interesse público, conforme a necessidade de se manter um ambiente carcerário equilibrado e evitar a superpopulação carcerária.

**Palavras-Chave:** Audiência de custódia. Pacto San José da Costa Rica.

**CONSTITUCIONALISMO ECOCÊNTRICO LATINO: CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE E PÓS-CAPITALISMO**

**Autor(es):**

*Barbara Marques Putrique: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Embora muito se fale nas grandes mídias sobre crises econômicas, é imperativo notar que vivenciamos uma crise ainda maior: a ambiental. A recuperação dos mercados financeiros globais não é inexecutável, todavia, o modelo capitalista clássico — guia a sociedade em sentido contrário ao reconhecido desenvolvimento sustentável, isto, muito em função do afastamento que o capitalismo promove entre o sujeito, o ambiente e a sociedade: pilares da sustentabilidade. O paradigma antropocêntrico — precursor do citado afastamento e da visão segmentada e de superioridade do ser humano, faz pressupor legítima a destruição ambiental para o ganho econômico. No contexto mais vanguardista, contudo, surge novo paradigma de interpretação da constituição e do meio em que vivemos: o ecocentrismo, objeto principal deste estudo. O novo modelo, ascendente na América Latina, pretende modificar a concepção antropocêntrica para estreitar a relação do homem com o meio ambiente, diminuindo as interferências do primeiro no segundo, caminhando rumo ao desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que promove a valorização do sujeito, igualando em importância as diferentes raízes sociais e culturais. Sob essa perspectiva, a pesquisa ora apresentada pretende investigar as bases do constitucionalismo ecocêntrico, partindo da interpretação do paradigma antropocêntrico e suas consequências para o modelo desenvolvimentista quantitativo, para indagar se o novo constitucionalismo, e sua efetivação através do desenvolvimento sustentável, é um caminho real para uma sociedade pós-capitalista.

**(Metodologia)** A pesquisa é teórica, baseada em revisão bibliográfica e pautada pelos métodos de abordagem dialético e dedutivo. O primeiro no sentido de privilegiar o contexto social e promover o confronto e sobreposição entre paradigmas diversos (antropocentrismo e ecocentrismo). O segundo, por sua vez, é verdadeiro parâmetro de interpretação do referencial teórico, este último, abalizado pelas lições de Germana de Oliveira Moraes, Katherine Kortenkamp, Colleen Moore, Luciana Costa Poli, Stephen Kaplan, Édis Milaré e Leonardo Boff.

**(Resultados)** A análise e interpretação dos dados coletados revelaram que os traços utópicos da nova teoria não afastam sua objetividade e viabilidade. Se por um lado ainda parece distante um modelo pós-capitalista, por outro, é notória a tentativa de negar o início de uma lenta revolução — um processo que deverá ser influenciado ainda por incontáveis fatores. A despeito disso, o desenvolvimento sustentável em sua plenitude modifica as relações de consumo e torna-se incompatível com o capitalismo hodierno. Embora aparentemente distante, a relação do homem com a Natureza guarda íntima conexão com os sistemas de produção. A visão antropocêntrica de que o desenvolvimento é crescimento econômico linear ascendente é instrumento e reflexo do padrão capitalista de exploração da matéria-prima e da mão de obra; em sentido contrário, o ecocentrismo compreende que o real desenvolvimento é necessariamente sustentável, respeita a Natureza e a Sociedade porque são todos, em sua medida, agentes ativos e passivos do mesmo tempo e espaço.

**(Conclusão)** Os resultados obtidos permitem concluir que a efetivação do constitucionalismo ecocêntrico, ao passo em que promove o desenvolvimento sustentável, é um fator com enorme potencial transformador das relações de consumo. Enquanto o capitalismo tem como principal alicerce e finalidade a economia; a sustentabilidade promoverá a ascensão dos pilares sociedade e meio ambiente ao mesmo patamar da economia. Esta mudança, em longo prazo, implicará na redução do consumo e abertura de mercados voltados ao consumo consciente, transformações incompatíveis com o modelo de produção capitalista. Não se pretende defender a completa e instantânea inversão do sistema, mas é inegável que a sustentabilidade é vetor de um processo de transfiguração da sociedade capitalista. Quanto às novas possibilidades: ecocapitalismo, ecossocialismo ou algo inteiramente novo, ainda não é possível vislumbrar qualquer certeza.

**Palavras-Chave:** Direito Constitucional. Direito Ambiental. Ecocentrismo. Desenvolvimento Sustentável.

**CRIMINALIDADE E GÊNERO: UMA VISÃO PARADOXAL ENTRE A CONDUTA DELITIVA DA MULHER E SUA IDEALIZAÇÃO EM SOCIEDADE.**

**Autor(es):**

*Marília Bulhões Alexandre: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Natália Raiana da Costa Alves: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Diante da intensificação do processo de encarceramento feminino verificada na última década e das consequências nocivas que decorrem da prisionalização, o presente artigo voltar-se-á para a análise da criminalidade a partir de uma perspectiva de gênero com o objetivo de identificar as especificidades do comportamento feminino e identificar como o gênero e suas relações de poder estão intrinsecamente relacionados na construção da realidade criminal. O estudo se faz de extrema importância para compreender a prática existente dentro desse contexto que nem sempre é evidenciado nas pautas de discussões. Haja vista que a quantidade de internas cresce, apesar de sua parcela ser menor que a masculina, mas sua estrutura física continua a mesma já que aquela realidade para qual o ambiente foi pensado não reflete como objetivo de suprir as necessidades básicas existentes do gênero feminino.

**(Metodologia)** O presente trabalho é fruto da análise de dados concretos da realidade do tema exposto por meio de artigos científicos, estatísticas e análise sobre a temática, com base no Direito Penal dentro dos casos concretos.

**(Resultados)** A realidade onde a mulher se encontra presente na prática de crimes no Brasil é de um número alarmante e crescente. O país possui 53 penitenciárias femininas e cerca de 7% da população carcerária é de mulheres o que corresponde aproximadamente 36 mil detentas vivendo em presídios. Os crimes cometidos por mulheres atualmente em sua maioria envolvem tráfico de drogas, porém com ausência de ligação com organizações criminosas, sem atos de violência ou armas. Mas a questão que deve ser levada em pauta é que os gêneros obtêm necessidades totalmente distintas e específicas. Apesar do sistema carcerário brasileiro não obter as condições necessárias para nenhum dos mesmos, quando se trata das mulheres a situação ainda é mais catastrófica, já que os locais que as presas devem conviver em nada foi planejado para atender suas necessidades primordiais como as de higiene e saúde, os quais possuem fatores que são totalmente ignorados como a maternidade, ciclo menstrual e entre outros. Com essa realidade percebe-se que este é um ambiente segregado que tem como sua principal característica o “depósito de pessoas” onde não são asseguradas as garantias e direitos firmados na Constituição e leis infraconstitucionais. Desse modo, o objetivo central, que é o da ressocialização, fica praticamente inviável já que as condições vividas nesses ambientes em nada contribuem para tanto.

**(Conclusão)** Diante do exposto, percebe-se que o encarceramento deficitário feminino é falho. A estrutura carcerária brasileira foi construída voltada para o uso por homens e ainda não está pronta para atender as necessidades específicas do gênero feminino. A falta de atendimento a essas necessidades constitui um flagrante desrespeito ao princípio da individualização da pena, uma vez que a pena só é adequada ao seu destinatário formalmente, enquanto na realidade o sistema punitivo se vale de uma lógica uniformizadora, que desrespeita as particularidades do indivíduo. Além disso, é perceptível que o encarceramento constitui uma situação degradante para a mulher, que recebe um estigma social muito mais forte do que o homem. Com isso, conclui-se que é demasiado forçoso acreditar que a exposição da mulher que tenha infringido a lei a esse sistema aviltante possa contribuir para a sua ressocialização. Deste modo, se reforça a ideia de que a prisão é uma estrutura falida que avilta, embrutece e estigmatiza o indivíduo, incapaz de recuperar e ressocializar aquele que outrora transgrediu nos moldes em que se encontra atualmente.

**Palavras-Chave:** Criminalidade Feminina. Direito Penal. Comportamento feminino. Perspectiva de Gênero. Dignidade.

**CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE LEI EM ANDAMENTO EM FACE DA PROTEÇÃO INTEGRAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS CONSTITUCIONAIS**

**Autor(es):**

*João Pedro de Macêdo Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN  
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A criminalização da homofobia – tema considerado polêmico – está em pauta no Congresso Nacional há anos, relativamente a qual poucos parlamentares tem a coragem de enfrentar. Sendo assim, a presente pesquisa propõe definir a homofobia, o significado de sua criminalização, bem como pesquisar a situação dos projetos de lei em andamento no Congresso Nacional, visando apresentar fundamentos concretos, que tornam, visivelmente possível e necessária, a criminalização da homofobia, através da aprovação de uma legislação específica. Tal proposição visa contribuir para a efetiva proteção dos direitos humanos em sua dimensão integral, uma vez que a homofobia diverge completamente desta, afetando a dignidade da pessoa humana, direito elevado ao status de fundamento do nosso Estado Democrático de Direito. Em meio a este contexto há a posição do Estado, o qual deve, primeiramente, cumprir seu papel de proteção dos direitos fundamentais, especialmente sob o enfoque da dignidade humana em sua dimensão social, base para a criminalização da homofobia, que constitui o fundamento da República Federativa brasileira.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório. Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método hipotético-dedutivo, partindo-se da análise de literaturas já publicadas e da pesquisa documental, com o estudo da legislação penal brasileira, em vigor ou sem vigência e dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional e os respectivos pareceres de suas Comissões, com o intuito de buscar uma solução jurídica capaz de integrar a criminalização da homofobia no meio social, com base nos direitos humanos. Sendo assim, também foi utilizado o método dialógico de abordagem do tema, uma vez que sua problematização abrange questões transdisciplinares, que envolvem direito civil, penal e constitucional, bem como a sociologia jurídica. Por outro lado, fizemos uso do método auxiliar comparado, na medida em que nos valem da análise dos Tratados da UE, da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais, do Conselho da Europa e do sistema de informação, Tolerância e não-discriminação (TANDIS) do Gabinete da OSCE para as instituições Democráticas e Direitos Humanos (ODIHR).

**(Resultados)** Constata-se que a própria Constituição Federal, direta ou indiretamente, possui visão voltada para a criminalização da homofobia, uma vez que em seu preâmbulo assegura-se o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Entretanto não há como a Justiça punir ações de natureza divergentes destas – discriminatórias – uma vez que não há lei que tipifique estas ações como delituosas (CF, art. 5º, inc XXXIX: não há crime sem lei anterior que o defina). Não obstante, o Brasil é o país que registra o maior número de crimes homofóbicos, situação de alerta e, principalmente, de necessidade de tomada de decisões concretas.

**(Conclusão)** Diante do exposto, observa-se que há a necessidade de aprovação de uma legislação específica visando garantir a inserção da população LGBT no sistema jurídico, uma vez que a criminalização da homofobia está intimamente ligada à garantia dos direitos fundamentais. Assim, torna-se mister que a homofobia e sua criminalização, pauta totalmente atual, seja enfrentada pelo Congresso Nacional, que, por ora, tem-se omitido em seu papel de regulamentar a tutela dos direitos fundamentais constitucionais.

**Palavras-Chave:** Homofobia; CRIMINALIZAÇÃO;

**CRISE NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO: QUANDO OS LIMITES DE ATUAÇÃO DO ESTADO NO TRATAMENTO DO PRESO NÃO SE FUNDAM NOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**

**Autor(es):**

*Victor Maciel Ramalho Pessoa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Brasil, enquanto Estado Democrático de Direito, e participante de diversos tratados internacionais de Direitos Humanos, tem o dever de proteger e garantir os direitos fundamentais a todos os cidadãos, inclusive os presos. Desta forma, esta pesquisa estabelece uma análise acerca dos limites de atuação do Estado em relação ao tratamento do condenado a prisão no Brasil, que deveriam ser com base na aplicação dos princípios garantidos pela Constituição Federal Brasileira de 1988, principalmente no tocante ao respeito à dignidade humana, fato que não é realidade no país, visto o completo descaso no sistema carcerário brasileiro, gerando o retorno à sociedade de um indivíduo com uma tendência muito maior de reincidência de crimes. A seguinte pesquisa objetiva analisar o momento atual do sistema carcerário do país no que diz respeito ao tratamento do condenado à pena privativa de liberdade por parte do Estado brasileiro, com base nos direitos fundamentais garantidos aos presos, além de apresentar medidas para que haja uma melhora desse sistema.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa exploratória e qualitativa. Analisando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método indutivo, devido à observação da violação real dos direitos fundamentais por parte do Estado Brasileiro com os presos e a busca de meios jurídicos para que haja a integração desses direitos no sistema carcerário do país. Sendo assim, também foi utilizado o método de abordagem dialógico, devido ao conhecimento compartilhado pela interdisciplinaridade entre Direito Penal, Direito Constitucional e Direitos Humanos e o método estatístico, devido à análise de dados estatísticos oficiais.

**(Resultados)** Observa-se uma grande quantidade de garantias fundamentais ao cidadão condenado à pena privativa de liberdade, previstas na CF/88, principalmente no art. 5º, que se referem exclusivamente a estes indivíduos condenados à prisão, garantindo-os direitos que não são respeitados e garantidos pelo Estado, principalmente pelo fato da superlotação do sistema carcerário brasileiro (dados do CNJ/2014 apontam um crescimento de 400% da população carcerária em 20 anos, além do déficit prisional de 236.258 condenados). O governo, que deveria retirar apenas o direito a liberdade, acaba limitando os outros além do de “ir e vir” (pesquisa realizada pela CPI do Sistema Carcerário Brasileiro, feita pela Câmara dos Deputados, dentro de estabelecimentos penais em todo o Brasil, aponta inúmeros desrespeitos à garantias fundamentais dos presos, como a falta de higiene nas prisões, falta de água, de assistência material, superlotação nas celas etc.)

**(Conclusão)** Nota-se que a Constituição estabelece no Brasil uma ordem jurídica que tem como grande princípio a Dignidade da Pessoa Humana. Por isso, cabe ao Estado a capacidade e o dever de punir aqueles que venham a não respeitar esse princípio. Porém, tal capacidade de punição deve ser limitada na adequação do Direito Penal aos limites da Constituição e utilizá-lo apenas em última instância, de forma a diminuir a exclusão social. Falta ao condenado à pena privativa de liberdade mais respeito a suas garantias fundamentais por parte do Estado Brasileiro, que devido à má administração, corrupção, carência de recursos destinados, falta de fiscalização e de interesse, o sistema carcerário encontra-se em profunda crise, sendo necessária mais atuação na reeducação dos presos, para que voltem à sociedade indivíduos capazes de viver em harmonia com ela. Por isso, deve-se valorizar o trabalho e a educação nos presídios e melhorar drasticamente as unidades prisionais de todo o país, através da instauração de políticas econômicas, ações contra a criminalidade e programas sociais.

**Palavras-Chave:** Direitos Fundamentais do Preso; Direitos Humanos; Sistema Carcerário; Constituição.

## DA POSSIBILIDADE DE USUCAPIÃO ESPECIAL CONJUGAL POR ABANDONO DE LAR

### **Autor(es):**

*Teófanés Kleyton Vasconcelos da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Rafael de Moraes Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O objetivo principal desta pesquisa, é falar sobre a modalidade de Usucapião Conjugal por abandono de lar que foi incorporada em nosso ordenamento jurídico em 16 de junho de 2011 e, tendo como escopo a lei de número 12.424, incluída pelo nosso Código Civil no artigo 1.240-A, analisando o que seria necessário para que a norma fosse de fato aplicada, e o que permitiria a o “único possuidor do lar” pudesse alegar a usucapião especial familiar em juízo.

**(Metodologia)** Os Métodos de pesquisas adotados, são o técnico e o descritivo, com o cunho de esclarecer e elucidar o estudo desta recente modalidade de usucapião que, se estiver com os devidos requisitos preenchidos, visa a proteção do direito de família. O único possuidor deve fundamentar o abandono do ex-companheiro ou cônjuge, não bastando um mero boletim de ocorrência para justificar uma não assistência à família. Podemos observar tal menção no julgado abaixo: TJ-SC - Apelação Cível : AC 20140372928 Blumenau 2014.037292-8 DIVÓRCIO. PARTILHA. REGIME DE COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS. PRETENSÃO DE EXCLUIR A VIVENDA CONJUGAL DO MONTE PATRIMONIAL PARTILHÁVEL. ABANDONO DO LAR PELA EX-MULHER. MOTIVO POR SI SÓ IRRELEVANTE. HIPÓTESE TACITAMENTE DEDUZIDA DE USUCAPIÃO DE BEM FAMILIAR. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS PELO ART. 1.240-A, INCLUÍDO NO CÓDIGO CIVIL PELA LEI N.º 12.424, DE 2011. No presente caso, o simples abandono do lar não configurou o direito sobre o pleito.

**(Resultados)** Resultado: O Abandono do Lar, é notadamente o tema mais polêmico do estudo, pois este não configura-se, apenas, com a conduta de sair, ou seja, deserção do lar conjugal. O companheiro que viaja para assuntos de negócios ou estudos, mesmo que por tempo superior aos 2 anos que, por si só, segundo a lei, autorizaria a possibilidade de aplicação da usucapião especial, nesse caso, a norma não será aplicada. O fato é que, o companheiro que mesmo saindo do lar, ainda ajuda na assistência material ou moral do lar conjugal, não contaria prazo para a propositura da ação.

**(Conclusão)** Conclusão: É salutar o comento de que a saída de um dos cônjuges ou conviventes de seu lar, por motivos alheios a sua vontade, não configura um abandono de lar. Tal dispositivo ainda será objeto de muita controvérsia a ser enfrentada por nossos operadores do direito e Tribunais, porém é fato que vem em socorro de situações concretas enfrentadas pelas famílias nos casos em que um dos consortes sai do relacionamento, abandonando o lar e deixando para trás todas as despesas para ser custeadas pelo companheiro que ficou, e este se ver amarrado ao domínio comum do imóvel, não tendo o cabido amparo.

**Palavras-Chave:** Usucapião Especial – Abandono de Lar – Usucapião Familiar – Lei 12.424 – Art. 1.240-A.

## DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL: UMA CONTRADIÇÃO À CONSTITUIÇÃO

### **Autor(es):**

*Elizabete Mendonça de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Emilly Gabrielly Barbosa de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Cláudia da Costa Aguiar: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (Introdução) A evolução histórica e social do gênero feminino enfrentou e ainda convive, com desafios e dificuldades apresentadas por uma sociedade cheia de critérios retrógrados e machistas, apesar de diversas leis assegurarem seus direitos, inclusive a Constituição Federal de 1988. No entanto, ainda prevalece uma sociedade sexista em que o mercado de trabalho até então favorece bem mais o gênero masculino, sendo uma contradição ao Princípio da Igualdade de Gênero, elencado no art. 5º, inc. I, da nossa Constituição. No Brasil as mulheres obtiveram vários direitos como o voto, porém não chegaram 10% do teto de deputadas federais, mulheres mostram ao mundo que a desigualdade ainda está muito presente nos atuais dias, constata-se que mulheres que desempenham a mesma função que homens, porém com salários inferiores à 24%, e isso não faz parte só da realidade brasileira e sim, de todo o mundo informa relatório da ONU, e 50% da população trabalhadora ativa são mulheres, já homens são 77%. Contudo ainda há abusos nos departamentos domésticos, trabalhistas, a maior parte das vezes pelos seus companheiros e patrões, fatos muito presente na atualidade apesar do avanço legislativo e histórico. A mulher moderna vai trilhando seu caminho em busca da igualdade de aspectos sociais, nos quais melhores resultados na área trabalhista onde a mesma até o momento contra grandes dificuldades e uma sociedade repleta de preceitos patriarcais.

**(Metodologia)** (Metodologia) O presente trabalho teve por metodologia um estudo dialético-histórico, com uma breve análise no decorrer do tempo da evolução do gênero feminino. A técnica de pesquisa consiste na documentação indireta, pesquisa em sites na internet, bem como artigos e livros sobre tal assunto, buscando chegar a melhor compreensão do fenômeno da desigualdade de gênero no país.

**(Resultados)** (Resultados) Levando em conta que no Brasil a maioria da população é de mulheres, e que estas já não estão mais ficando apenas em casa como acontecia, enquanto seus maridos saiam para trabalhar, estão buscando melhores condições de vida, mas daí surge o problema, ainda há pouco espaço, baixo salário e preconceito, sendo tida ainda como sexo frágil, tendo um ganho inferior em torno de 24% em relação a eles. Para exemplificar o que está sendo colocado, pode-se citar que o Supremo Tribunal Federal, que deu posse a sua primeira ministra no ano 2000, com quase 200 anos de existência, a Ministra Ellen Gracie. Atualmente existem onze ministros no Supremo, mas apenas duas são mulheres, a ministra Carmen Lúcia e a ministra Rosa Weber.

**(Conclusão)** (Conclusão) Com as fontes pesquisadas e conhecimentos adquiridos, conclui-se que embora seja crescente o número de mulheres no mercado de trabalho, ainda prevalece no Brasil um grande déficit em relação aos homens, isso deixa claro uma afronta ao princípio da igualdade, mesmo depois de anos de luta, até agora há um longo caminho para que essa igualdade saia do papel, não só avanços legislativos, mas sociais, é preciso mudar a mente da sociedade, visto que o direito é fruto da sociedade, e se ela não mudar, de nada adiantaria criar leis que cairiam em desuso

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Desigualdade. Mercado de trabalho. Salários.



**DIREITO AO ESQUECIMENTO E LIBERDADE DE IMPRENSA: COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E O DESAFIO DA TUTELA**

**Autor(es):**

*Arthur de Carvalho Guerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Daniel Medeiros Porpino Dias: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Direito ao Esquecimento refere-se ao direito de impedir que determinado fato, verídico ou não, ocorrido em algum momento da vida de alguém seja tornado público (ou republicado), causando transtornos na vida desta pessoa. Ocorre que, referido direito, assentado em raiz constitucional (dignidade da pessoa humana, privacidade), choca-se diretamente com o direito da liberdade de expressão e imprensa. A discussão aqui proposta tem como escopo principal apresentar a relevância e a crescente aplicabilidade do tema hodiernamente, em face das novas mídias e a questão de como o acesso indiscriminado a informação pode influenciar neste mérito. A importância do referido estudo se mostra significativa, uma vez que, por se tratar de tema relativamente recente na realidade do ordenamento jurídico brasileiro, uma análise qualitativa dos casos se faz necessária para que o bom direito seja garantido

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório. Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método indutivo, partindo-se da análise de casos concretos e entendimentos dos tribunais superiores acerca da tutela do direito ao esquecimento. Desta forma, também foi aplicado o método dialógico de abordagem do tema, uma vez que o problema de pesquisa abrange questões transdisciplinares, não apenas no Direito (civil, penal, constitucional), mas, na comunicação social. Assim, é possível entender que não há uma verdade absoluta, a qual rege o tema do estudo proposto, mas sim um campo dialético de conhecimento.

**(Resultados)** Percebe-se que a tutela do direito ao esquecimento é uma realidade crescente no nosso ordenamento jurídico e que diversos casos, tanto na esfera criminal como na civil, chegam aos tribunais superiores. Na maioria das vezes em que este direito é evocado, é em razão da dita invasão a privacidade – desrespeito a um direito fundamental – por parte dos veículos de comunicação. Diversos processos tramitam em função da violação do direito à privacidade, bem como de crimes de calúnia, difamação e injúria. Verifica-se, contudo, que as decisões ainda não são unânimes, uma vez que cada caso concreto o qual alegar o direito ao esquecimento requer uma profunda análise, a fim de determinar se o indivíduo que alega este direito é, de fato, merecedor dele. Apesar disso, um dos casos mais famosos, o episódio da “Chacina de Candelária”, teve como desfecho a condenação da Rede Globo a indenizar um indivíduo que alegou que a emissora invadiu sua vida privada ao tratar do episódio, causando transtornos em sua vida pessoal (RECURSO ESPECIAL Nº 1.334.097 - RJ (2012/0144910-7)).

**(Conclusão)** Verifica-se que o direito ao esquecimento ainda é um tema muito recente, tanto na doutrina, como no ordenamento jurídico pátrio e que a discussão acerca deste tema gera bastante controvérsia e divergência. Ainda assim, é possível constatar que tal direito é assentado constitucionalmente, existindo inclusive, um Enunciado da VI Jornada de Direito Civil, aprovado pelo Conselho de Justiça Federal asseverando a constitucionalidade de referido direito. É notável também que apesar da liberdade de expressão e imprensa serem realidades, estas não podem subjugar a dignidade da pessoa humana, um dos direitos fundamentais mais velados pela Constituição Federal de 1988.

**Palavras-Chave:** Direito ao esquecimento; liberdade de imprensa; privacidade; discussão.

## DIREITO REAL DE HABITAÇÃO EM RELAÇÃO AO COMPANHEIRO

### **Autor(es):**

*Paulo César Augusto de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Nataly Lima Pessoa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Adélcio Cabral Bezerra Júnior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Raphael Henrique Chaves Santana Dias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O direito de habitação é uma espécie de direito real de fruição, sendo considerado como o de menor amplitude. Apresenta-se, como o direito real temporário de ocupar gratuitamente casa alheia, para a moradia do titular e de sua família. Tal direito tem como finalidade o benefício de alguém, assegurando-lhe o mínimo para a sua subsistência, consistente em mora, de forma gratuita, em imóvel alheio. Ao lado disso, é possível grifar que sua função assistencial lhe concede contornos singulares. É sabido que o imóvel, só será destinado à ocupação direito do habitador, não sendo passível, em razão de seu aspecto, ser objeto de locação ou mesmo comodato, sob pena de, em ocorrendo tais situações descaracterizadoras, resolução contratual. Logo, resta configurada a destinação exclusiva do imóvel para fins comerciais ou industriais, tal prática acarretará a desnaturação do instituto em tela. Entretanto, nota-se que a utilização do imóvel, para habitação coexiste quando se observa que a atividade comercial ou industrial desenvolvida tem aspecto secundário.

**(Metodologia)** O método adotado para a pesquisa é o teórico, buscando o entendimento do direito real de habitação em relação ao companheiro no Código Civil de 2002.

**(Resultados)** O direito real de habitação hoje encontra previsão legal a partir do art.1.414 do CC/2002. Em outras palavras, direito real de habitação é quando o uso consistir no direito de habitar gratuitamente casa alheia, o titular deste direito não a pode alugar, nem emprestar, mas simplesmente ocupá-la com sua família. O Código Civil de 2002 unificou tudo para direito real de habitação, independentemente do regime de bens. Para o cônjuge sobrevivente, se único imóvel do casal: Art. 1.831. Ao cônjuge sobrevivente, qualquer que seja o regime de bens, será assegurado, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único daquela natureza a inventariar. Hoje, para qualquer regime, inclusive para o de separação total de bens, vigora o direito real de habitação. Se o viúvo, entretanto, casar novamente, perde o direito. O Direito real de habitação extingue-se de formas diversas. A primeira espécie contemplada na Lei Substantiva Civil compreende a morte do habitador, pelo lapso temporal fixado pelo proprietário do imóvel.

**(Conclusão)** O presente trabalho tem como objetivo investigar, a luz da legislação, o instituto do direito real de habitação no ordenamento jurídico brasileiro. O interesse pelo tema deu-se em razão de sua diversidade, amplitude e importância, notadamente pelo fato de o direito real de habitação ser um instituto que garante proteção ao cônjuge ou companheiro sobrevivente.

**Palavras-Chave:** Habitação. Direitos Reais. Código Civil. Companheiro.

## DIREITOS DA MULHER ANTE A CONSTATAÇÃO DE UMA NECESSIDADE ISONÔMICA

### **Autor(es):**

*Vanessa Cristina Araujo Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Natalia Pereira Gomes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Patrice Alexandra de Farias Teixeira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Marcella Caroline Pinheiro de Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Christiano Brenner Augusto Dantas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN*  
*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho visa estudar de forma crítica os direitos da mulher no decorrer do tempo, citando a importância do código civil, da Constituição Federal Brasileira de 1988 e ainda os movimentos feministas, que foram, ambos, instrumentos fundamentais para a aquisição de diversos direitos intrínsecos às mulheres. Sabe-se que ainda estamos longe do ideal em que almejamos efetivamente no que diz respeito ao espaço que a mulher merece conquistar efetivamente na sociedade. Estes direitos foram conquistados quando as mulheres iam às ruas, buscavam e lutavam, através dos movimentos feministas, objetivando efetivar a participação das mulheres em todos os âmbitos da sociedade. Porém, ainda se sabe que, muitas vezes, até a própria mulher se discrimina, portanto, além da conscientização da sociedade como um todo, é necessário que a mulher em si conscientize-se e se valorize, antes de buscar respeito perante a sociedade.

**(Metodologia)** O método de abordagem utilizado é o dialético e o método de procedimento serão o monográfico e o método estatísticos. Por fim, a técnica utilizada foi a documentação indireta, pois não houve entrevistas, somente coleta de dados, aliado a uma análise histórica das funções da mulher além do tempo.

**(Resultados)** O resultado da pesquisa mostrou que a mulher, embora tenha evoluído em vários setores da nossa sociedade, ainda se mostra bastante atrasada em muitos dos seus direitos em relação ao homem e que, apesar do progresso do gênero, muito se tem que caminhar para uma isonomia de direitos; uma igualdade em todos os setores, desde o profissional até o familiar.

**(Conclusão)** A pesquisa comprova que a evolução jurídica dos direitos da mulher é visível em nosso cotidiano e que vários fatores contribuíram para esse progresso em nossa sociedade. A Revolução industrial, o surgimento da pílula anticoncepcional, a inserção da mulher no mercado de trabalho foram um dos pontos-chaves para a conquista feminina no que tange aos seus direitos. Embora, tenha ocorrido uma significativa melhoria no que tange a valorização da mulher, em nosso cotidiano, infelizmente, ainda nos deparamos com situações anacrônicas, mulheres que são violentadas por seus companheiros, muitas são remuneradas com salários inferiores em relação aos dos homens. Enfim, muito ainda tem que ser transformado para que as mulheres possam gozar dos seus direitos de maneira equiparada ao dos homens. Dessa forma, esperamos que diante de toda a evolução conquistada pela mulher possamos vivenciar um maior desenvolvimento, já que não podemos mais viver em um mundo desigual, mais do que necessário é fundamental o reflexo na sociedade de tudo o que a mulher já representou e representa.

**Palavras-Chave:** Mulher; Direitos; Movimentos feministas; Igualdade.

**DIREITOS DA PERSONALIDADE NO ÂMBITO PÓS-MORTE E CRIME DE VILIPÊNDIO A CADÁVER: UMA ANÁLISE À LUZ DO CASO CRISTIANO ARAÚJO**

**Autor(es):**

*Stefanny Waninny de Souza Moura: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Rayssa Luana de Lima Monte: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Aline Luamar Araújo Fraga: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Lílian Nicodemos Furtado Nóca : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Tendo em vista os crescentes casos de divulgação de imagens não autorizadas na internet e redes sociais, o presente trabalho tem por objetivo a análise interpretativa da doutrina acerca da proteção jurídica dada à imagem do morto, em consonância ao crime de vilipêndio à cadáver e respectivas sanções, tomando como base o caso do cantor Cristiano Araújo, que teve imagens de sua necropsia divulgadas. Nesse sentido, o vulgarizar de imagens com conteúdo essencialmente privado na rede, onde serve de estímulo ao desrespeito à memória do morto, constitui uma problemática moderna, a qual faz suscitar o questionamento quanto à situação normativa que origina os direitos subjetivos do morto e sobrevida aos direitos concernentes à personalidade — no que tange às normas de proteção à memória, honra, imagem e privacidade — que incidirão no caso em específico. Dado exposto, no que importa esta temática, faz-se relevante o estudo dos direitos de personalidade atinentes à quem não mais é pessoa, frente às situações incomuns, extraordinárias ao enquadramento normativo.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de modalidade exploratória e bibliográfica, haja vista o levantamento literário e doutrinário realizado sobre a temática dos direitos subjetivos e de personalidade, recobrando o conhecimento jurídico já acumulado em relação à matéria, e o estudo do caso em voga. Em decorrência da abordagem e das modalidades de pesquisa, os resultados constatados foram analisados de modo indutivo, onde partiu-se dos atributos do que a doutrina clássica define como pressupostos para aquisição de direitos de personalidade, aplicando-os à hipótese de quem não mais é titular de direitos e deveres. Foi utilizado o método dialógico de abordagem, visando a interdisciplinariedade do tema, ao abranger as matérias de Direito Civil, Direito Penal e Ética. Por fim, como método de procedimento ou auxiliar, utilizou-se o Estudo de Caso.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Tomando por fundamento a doutrina dos civilistas Maria Helena Diniz e Silvio de Salvo Venosa, constatou-se que, não sendo o morto pessoa natural, este não possui personalidade jurídica para figurar em uma relação, bem como ser titular de direitos e obrigações. Contudo, apesar da condição vitalícia dos direitos de personalidade, alguns transcendem a vida porque ganham proteção mesmo após o falecimento, adquirindo caráter imprescritível e sentido econômico quando desrespeitados em seu aspecto moral. Desse modo, os direitos de personalidade não são transferidos a herdeiros, mas estes sofrem os efeitos da lesão quando configurado o dano moral, sendo própria a defesa da honra da pessoa falecida por seus familiares próximos. Nesse contexto, o processualista criminal Guilherme Nucci aduz que o crime de vilipêndio a cadáver, tipificado no art. 212 do Código Penal, pode ser praticado por gestos e palavras (tal como no caso em apreço), o que remedia a inexistência de um tipo penal incriminador a respeito da injúria e difamação, aplicados à ofensa à honra dos mortos e respeito à imagem, dessa forma, estendendo proteção jurídica à honra e ao corpo morto.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Observou-se que os direitos de personalidade têm natureza essencialmente privada e, se ao de cujo não é possível haver titularidade de direitos subjetivos, à família é atribuído o ônus de proteção e defesa dos direitos de personalidade estendidos post mortem. Assim, se faz necessário reconhecer que a violação da honra e imagem do morto não lesiona direitos, mas transgride deveres. Nesse sentido, quando do caso do Cantor Cristiano Araújo, houve invasão de privacidade e divulgação de imagem indevida durante a realização da necropsia, lesionando seus direitos personalíssimos, além de vilipêndio a cadáver, podendo a família exigir reparação por eventuais danos morais.

**Palavras-Chave:** Vilipêndio a cadáver. Direitos de personalidade.

**DIREITOS FUNDAMENTAIS E ARMAS DE FOGO: O DESARMAMENTO E A RESTRIÇÃO DO NÚCLEO  
ESSENCIAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS À VIDA, À LIBERDADE E À PROPRIEDADE.**

**Autor(es):**

*Caio Henrique Jacome Da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Sem nenhuma base teórico/prática, é aplicado no Brasil, desde o início de sua colonização, uma legislação restritiva e discricionária em relação ao acesso as armas de fogo legais. Essas restrições sem justificativas plausíveis, ano após anos, destroem um povo, uma cultura, já que podam o direito à liberdade, à vida e à propriedade da sociedade brasileira. No ano de 2003, foi aprovada a lei 10.826/2003, sendo conhecida como Estatuto do Desarmamento. Essa lei tinha como objetivo principal reduzir os casos de mortes por armas de fogo em todo o Brasil, todavia, pode-se observar que tal meta não foi alcançada. O presente estudo visa esclarecer se o acesso facilitado às armas de fogo legais, poderá ser um método de garantia dos direitos fundamentais à vida, à liberdade e à propriedade.

**(Metodologia)** Utilizou-se o método indutivo, uma vez que as análises dos dados e dos casos concretos pode chegar a uma conclusão plausível. A busca pelo conteúdo foi realizada em material bibliográfico, pesquisas em jornais e revistas e artigos. Os procedimentos foram o histórico, no Brasil, das restrições as armas de fogo e como tais sempre estavam relacionadas com a supressão de direitos. Utilizando o método estatístico, fica nítido que, com o passar do tempo, as restrições as armas de fogo não conseguiram proteger o cidadão, observando que os dados estatísticos apontam contra a “lógica” de menos armas, menos crimes.

**(Resultados)** As restrições impostas desde os tempos de sua ocupação do Brasil pelos portugueses, em 1530, vem sempre sendo subtraído o direito do cidadão de possuir quaisquer meios de defesa. Os indígenas, em sua tradicional tecnologia bélica, com arcos e flecha, foram subjugados pelos portugueses, já que estes detinham poder bélico superior tecnologicamente. Durante o período colonial, as revoltas armadas pela independência do Brasil foram derrotadas pelos que exerciam o poder e, dessa forma, esses poderosos subjugaram vários “inimigos” da então Colônia. Durante o período republicano, mais precisamente no governo Getúlio Vargas, com os ataques do cangaceiros, no Nordeste, e a Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, abriram um novo discurso de controle de armas, já que, com a desculpa de segurança nacional, era necessário desarmar até mesmo o Estado. Em 2003, iniciou-se uma nova onda de desarmamento, porém, até no ano de 2015, seu objetivo de diminuir os casos de homicídios não logrou êxito, pois, Segundo o Mapa da Violência 2015 houve 34.160 homicídios com armas de fogo em 2002 e em 2012, 40.077 homicídios com armas de fogo. 12 anos após a promulgação dessa lei, apenas o direito do cidadão ordeiro foi afetado, uma vez que ficou expressamente proibido o porte de armas de fogo legais. Segundo o Ministério da Justiça foram entregues “voluntariamente”, entre 2004 e 2010, 550 mil armas de fogo. Ora, se a arma mata e traz perigo a população, deveria haver 550 mil homicídios a menos no Brasil.

**(Conclusão)** Diante dos dados estatísticos e a história apresentados, é possível concluir que, no Brasil, as antigas e novas políticas de desarmamento civil serviram apenas como instrumento de supressão de direitos e base para implementação de uma submissão a um Estado autocrata. As leis anti armas implementadas no Brasil restringiram muito além do aceitável, pois foram desproporcionais, já que a forma de restringir o acesso as armas não foi adequado, o meio foi desnecessário, uma vez que houve um grande prejuízo e o bem que se gostaria de preservar, na verdade, foi apenas um desvio do foco principal, que era restringir o direito de acesso as armas era quase uma meta de governo.

**Palavras-Chave:** Armas de Fogo. Direitos Fundamentais. Estatuto do Desarmamento

## DIREITOS HUMANOS NA IGUALDADE DE GÊNEROS

### **Autor(es):**

*Odéa Ferreira de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Dentre os principais problemas sociais vividos pela sociedade brasileira está a desigualdade social; o desemprego; a exclusão social; a falta de saneamento básico em alguns lugares; o preconceito em relação a etnias; a falta de acesso a moradia adequada em muitos lugares... O tema escolhido do trabalho a ser discutido versa sobre os Direitos Humanos na Igualdade de Gêneros. É um tema que chama atenção, por motivo de haver mudança somente de personagens, permanecendo a mesma história ao longo do tempo, observado dessa forma no decorrer do tempo, com o passar dos anos, apresentando crescente importância na cena internacional, o qual o Brasil tem participado de maneira importante nas discussões internacionais sobre o tema.

**(Metodologia)** Em se tratando sobre o tema de IGUALDADE DE GÊNERO, a luta neste assunto é o combate à violência contra a mulher, a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, os esforços para eliminação da exploração e tráfico de mulheres e a defesa de seus direitos nas prisões constituem algumas das questões na luta em favor dos direitos humanos do sexo feminino. A igualdade entre ambos os sexos é uma questão de direitos humanos e também uma condição de justiça social sendo igualmente um requisito necessário e fundamental para a igualdade, para o desenvolvimento e para a paz. A criação das Delegacias das Mulheres nos Estados, no final dos anos 1990, ficou como um primeiro passo na direção da igualdade de gêneros, um marco por estudiosos, onde recebiam queixas de violências e maus tratos e procuravam proteger as vítimas. Já em 2003, como avanço expressivo institucional ocorreu com a criação, no Governo Federal, da Secretaria Especial de Políticas para a Mulher (SPM). E em 2006, outra disposição auxiliar foi alcançada com o lançamento do Pacto Nacional de Combate à Violência contra a Mulher e, em particular, com a confirmação, da Lei Maria da Penha, de combate à violência doméstica.

**(Resultados)** É reconhecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) que se faz necessário atualmente ainda avançar em termos de respeito à igualdade de gênero no trabalho, pela discriminação diferenciada entre salários, mesmo com duas décadas após a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, na China. As desigualdades entre homens e mulheres no Brasil ainda são gritantes embora haja esperança que esta desproporção diminua cada vez mais. A remuneração dos homens, em comparação à remuneração das mulheres, é superior em 50% na média para profissionais e cargos de igual qualificação, mesma função. Afinal, sendo o mesmo trabalho, nada mais justo que seja remuneração igual para ambos os sexos, para que não haja discriminação salarial. Os cargos executivos ocupados pelo sexo feminino, em percentual, são de somente 11,6%, quando a participação feminina no total da população e na PEA (População Economicamente Ativa) é de 51,3% para os homens e de 43,5% para as mulheres. As mulheres representam pouco mais de 10% no Senado e na Câmara, esse percentual é ainda menor, sendo inferior a 10%. De acordo com dados de Sérgio Florêncio, embaixador junto às Nações Unidas em Genebra e mestre em Economia pela Universidade de Ottawa, Canadá, em 2008.

**(Conclusão)** O descrito acima demonstra que é preciso, é necessário, se contemplar na sociedade o respeito às diversidades entre gêneros, onde a atribuição da educação é o de formar seres humanos para o mundo do conhecimento, formando cidadãos capazes de incluir as distintas realidades na sociedade em que vivem; além de perceber que respeitando ao outro estará respeitando a si mesmo. O conhecimento é conquista e expansão e somente dessa forma haverá mudança e respeito ao próximo.

**Palavras-Chave:** Direitos Humanos; Igualdade de Gêneros; violência contra a mulher; justiça social.

## DIREITOS SUCESSÓRIOS DA COMPANHEIRA NO CÓDIGO CIVIL DE 2002

### **Autor(es):**

*Atália Beatriz Silva Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Samantha Suélida da Silva Cavalcante: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Idalina Duarte Segunda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Nicole Pontes Pessoa e Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Bruno Tavares Padilha Bezerra: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O direito sucessório brasileiro no que se refere aos companheiros, passou por um largo processo evolutivo, desde as suas origens mais remotas até os dias de hoje, especificadamente após o advento e vigência do Código Civil de 2002. Durante muito tempo os companheiros não tinham direito algum resguardado, e devido as mudanças na sociedade foi exigido do legislador alterações nesses aspectos. Algumas mudanças fundamentais foram estabelecidas no novo código civil de 2002, abrindo espaço para diversas discussões. A partir disso o presente trabalho busca identificar as principais mudanças advindas após início da vigência do Código Civil de 2002.

**(Metodologia)** O método adotado para a pesquisa é o teórico, buscando a explicitação dos direitos sucessórios da companheira após a vigência do Código Civil de 2002.

**(Resultados)** A pesquisa revela a existência de alguns artigos do Código Civil de 2002 os quais podemos relacionar a sucessão do companheiro, e que são a base dos direitos sucessórios do companheiro, dentre eles o art. 1.790; e 1.845. Começamos pelo art. 1.845 do CC, este explicita quais pessoas podem figurar como herdeiros necessários, são eles os descendentes, ascendentes e cônjuge, sendo o companheiro, portanto, excluído desta listagem. A posteriori analisamos as situações em que o companheiro vai poder suceder o de cujus, é de grande valia a observância do art. 1.790, pois o mesmo trata das hipóteses de sucessão. O companheiro sucederá o outro quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da União Estável, estando sujeito a condições, são elas: a) se concorrer com filhos comuns, terá direito a uma quota equivalente à que por lei for atribuída ao filho; b) se concorrer com descendentes só do autor da herança, tocar-lhe-á a metade do que couber a cada um daqueles; c) se concorrer com outros parentes sucessíveis, terá direito a um terço da herança; d) não havendo parentes sucessíveis, terá direito à totalidade da herança. Em regra, a sucessão de dá desta forma, porém está pacificado na doutrina e jurisprudência de que, em caso de inexistência de herdeiros quaisquer, os bens particulares do falecido poderão ser destinados ao companheiro.

**(Conclusão)** Constata-se com a análise dos artigos supracitados, que atendendo as mudanças ocorridas na sociedade o legislador buscou equilibrar o tratamento do companheiro ao do cônjuge, mas ainda existem disparidades entre ambos, a exemplo o fato do companheiro não ser considerado herdeiro necessário do falecido, refletindo o valor que a sociedade ainda atribui ao matrimônio.

**Palavras-Chave:** Sucessões, companheiros, direitos sucessórios, evolução, código civil, mudanças, sociedade.

## DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO CONTRA A MULHER

**Autor(es):**

*Thaina Maria Maia de Andrade Oliveira de Brito: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho busca esclarecer a história do inconformismo e espírito de luta que possibilitou à mulher a conquista de inúmeros direitos no mundo do trabalho, bem como ressaltar o papel da resistência feminina na construção de relações profissionais efetivamente igualitárias. Discute-se a desvalorização do trabalho da mulher na sociedade, em face da inferioridade remuneratória em um comparativo com o salário dos homens. A partir desta problemática, passou-se a estudar a evolução histórica da mulher no mercado de trabalho para elaborar uma síntese que pudesse explicar a origem do problema e as possíveis soluções advindas das inúmeras revoluções feministas em busca da ampliação de direitos e da extinção da discriminação de gênero. Nesta obra, apontam-se as dificuldades presentes na sociedade, desde a aceitação do progresso da mulher até a inserção no mercado de trabalho, depositando o mesmo grau de confiança e equivalentes remuneratórios dispostos ao homem.

**(Metodologia)** A fim de averiguar em casos fáticos a reincidência da desigualdade salarial entre homens e mulheres, far-se-á análise dos dados em institutos de pesquisa, juntamente com levantamentos de contratos de trabalho da mulher, verificação de tratamento diário, e entrevistas com mulheres em cargos de grande relevância. Pretende-se refletir o papel dos ensinamentos da família, escolas e ambientes de aprendizagem que coadunam com a imagem machista perante a mulher, fazendo relação direta das informações levantadas acerca dos ensinamentos passados e sistematizando os dados levantados em bibliografia selecionada, filmes, documentários, questionários e entrevistas.

**(Resultados)** O primeiro grande marco para romper a hegemonia masculina foi em 1962, quando da edição da Lei n. 6.121. O chamado Estatuto da Mulher Casada devolveu a plena capacidade à mulher, que passou à condição de colaboradora na administração da sociedade conjugal. Foi dispensada a necessidade da autorização marital para o trabalho e instituído o que se chamou de bens reservados, que se constituía do patrimônio adquirido pela esposa com o produto de seu trabalho. Porém, se sabe que ainda existe muita discriminação no ambiente de Trabalho vivenciado pela mulher. Com a presente pesquisa, busca-se dirimir ainda mais essa discriminação e questionar o contexto atual que tenta justificar e esconder a real condição de trabalho feminino.

**(Conclusão)** Portanto, o que se busca alcançar é uma reflexão aprofundada sobre o recorte de gênero e as limitações encontradas por mulheres durante o século XXI e precedentes, obtendo enfoque no ambiente de trabalho e nas leis trabalhistas que vigoram e permitem sistemas que oprimem pessoas do sexo feminino.

**Palavras-Chave:** Desvalorização. Salários. Revoluções feministas. Discriminação. Leis trabalhistas.



**DO DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À ÁGUA: UMA ANÁLISE À LUZ DO DIREITO BRASILEIRO E DA  
DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA CATÓLICA**

**Autor(es):**

*Silverio Alves da Silva Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem a finalidade de propor uma teorização que encare o acesso à água doce como um direito fundamental da pessoa humana, a partir de uma análise à luz do direito brasileiro e da Doutrina Social da Igreja Católica. Neste sentido, buscou-se o diálogo entre estes dois campos do saber, com a intenção não de impor a compreensão da Igreja, mas sim de aferir as confluências entre sua doutrina social e o nosso ordenamento jurídico, a fim de que, a partir delas, fosse sustentado o direito à água com base na sua essencialidade para a concretização da dignidade do homem.

**(Metodologia)** Para a efetivação dos objetivos suscitados pelo presente trabalho, empregou-se como técnica de pesquisa a revisão bibliográfica e documental, com o intuito de averiguar as principais intersecções existentes entre ordenamento jurídico brasileiro e a doutrina social da Igreja Católica, no que diz respeito ao direito de acesso à água. Com a mesma finalidade, utilizou-se o método de abordagem dialético, tendo como escopo a aquisição de argumentos que, baseados nestas duas fontes, pudessem fundamentar o consumo da água enquanto sendo um direito de todo e qualquer ser humano.

**(Resultados)** Ao investigar a tutela dada pelo ordenamento jurídico brasileiro à água, percebe-se a inexistência de previsão expressa de um direito fundamental ao acesso do líquido. Apesar disto, a doutrina aduz que o acesso à água é um direito fundamental, com base no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (CF, art. 1º, III), pois inseparável da proteção da vida (MACHADO, 2014). Por sua vez, para a doutrina social católica, o direito à água de qualidade é um direito humano no seu sentido mais estrito, uma vez que a sua ausência impossibilita o exercício de outros direitos humanos (FRANCISCO, 2015). Diante desta essencialidade à vida do homem, a Igreja aduz a necessidade de sua proteção por parte dos Estados, de modo que seu exercício não fique a mercê de interesses meramente econômicos. Tal proteção deveria levar em conta, ainda, um parâmetro de uso racional e solidário, priorizando-se as populações que deste acesso são mais carentes.

**(Conclusão)** Tanto o ordenamento jurídico brasileiro quanto a doutrina social da Igreja Católica confluem no sentido de compreender o acesso à água enquanto direito fundamental. Para o direito pátrio, tal normatização se dá de modo implícito, com base na dignidade da pessoa humana. Já a Igreja, por meio de seu Compêndio de Doutrina Social, declara expressamente este caráter fundamental do direito à água de qualidade, porquanto essencial a uma vida digna (Nº485). Nesta perspectiva, a partir da análise do ordenamento jurídico brasileiro e da doutrina social católica, conclui-se pela extrema necessidade de que o Estado reconheça expressamente referido direito e crie elementos que possibilitem a sua proteção e concretização, de modo que este não compreenda apenas o simples acesso, mas a obtenção de água suficientemente limpa e em quantidade que possibilite a satisfação das necessidades humanas.

**Palavras-Chave:** Direito, fundamental, água, igreja

**EMERGÊNCIA ÉTNICA NO RIO GRANDE DO NORTE: A EXPERIÊNCIA DOS TAPUIAS DA LAGOA DO TAPARÁ  
- MACAÍBA/RN**

**Autor(es):**

*Allyne Dayse Macedo de Moura: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Por muito tempo acreditou-se não existir mais índios no estado do Rio Grande do Norte, hoje, muitos pesquisadores se debruçam sobre a temática e reforçam a importância da revisão da historiografia oficial e a necessidade de dar voz aos sujeitos aliados da história potiguar, sob pena de não conseguirmos superar estas lacunas na história do Brasil. Estes grupos, cujas identidades foram suprimidas, recentemente tem se reorganizado em busca de sua história e memória, reivindicando com legitimidade uma das identidades possíveis. Assim, começam a forjar a luta pelo reconhecimento de sua tradição indígena e pela efetivação de seus direitos específicos. Atualmente o estado conta com seis comunidades autodeclaradas, que buscam somar forças se articulando umas com as outras em busca de reorganizações, reestruturações culturais, sociais e políticas. A presente pesquisa visa ampliar o debate sobre a emergência étnica no estado, sistematizando a experiência dos Tapuias da Lagoa do Tapará – Macaíba/RN e suas reivindicações, buscando construir alguns caminhos que possam contribuir para a garantia de direitos.

**(Metodologia)** O presente trabalho é resultante da experiência da autora, integrante Núcleo de Atuação em Comunidades Indígenas – doravante chamado Motyrum Indígena, vinculado a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O trabalho metodológico da pesquisa se desenvolve pela análise de textos bibliográficos, em especial: Etnicidade encoberta: “índios” e “negros” no RN (CAVIGNACA, 2013); Identidade Indígena no RN (GUERRA, 2010) e Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação Colonial, territorialização e fluxos culturais (OLIVEIRA, 1998); bem como através de pesquisa de campo, utilizando-se do método etnográfico, para sistematizar o processo de emergência étnica na comunidade Lagoa do Tapará. Utiliza-se, em grande parte do raciocínio dedutivo e dos métodos de procedimento empírico, histórico e comparativo

**(Resultados)** A questão indígena no nordeste ainda é alvo de preconceitos e estereótipos por parte de uma parcela da população que não compreende essa realidade. Outro problema são os representantes de instituições e órgãos públicos que não conseguem garantir a paridade para uma população cada vez mais presente e atuante na região. Além disso, com a morosidade no processo de demarcação da terra indígena, a comunidade Lagoa do Tapará vem enfrentando a perda significativa de seu território para os grandes fazendeiros da região; a privação do uso de áreas historicamente utilizadas pelos indígenas para sua subsistência; a destruição da mata nativa para construção de loteamentos e para desenvolvimento do agronegócio; e a chegada de pessoas estranhas à comunidade em virtude da construção de loteamentos na região. Diante de todas essas questões, a comunidade vem se organizando através de uma associação comunitária e junto ao movimento indígena nacional, reivindicando políticas culturais e econômicas que garantam a efetivação de seus direitos.

**(Conclusão)** Podemos concluir que o discurso que permeia o senso comum sobre o “ser índio” - a tipificação museológica da identidade indígena, o índio quinhentista ou seiscentista pensado como “puro”, “autêntico”, “verdadeiro” - associado à compreensão da cultura como estática, parada no tempo, nega o indígena no presente, com uma cultura dinâmica e com uma identidade construída nas relações de alteridade, fazendo com que a comunidade Lagoa do Tapará precise empenhar forças na reafirmação da identidade de seu povo e na busca por uma política de reconhecimento étnico para garantia de direitos. Além disso, os processos históricos conduziram os indígenas de Tapará a grandes dificuldades econômicas, sobretudo em virtude da perda de seu território tradicional, dos trabalhos precarizados e mal pagos a qual são submetidos e pela falta de políticas públicas que atendam as suas necessidades. Torna-se, pois, urgentes e necessárias políticas de reconhecimento e de redistribuição que promovam a efetivação dos direitos dos povos indígenas da Lagoa do Tapará.

**Palavras-Chave:** Emergência étnica; Lagoa do Tapará.

## **ESTUPRO COMO UM CRIME DE GÊNERO E AS DIFICULDADES DE ASSEGURAR UM TRATAMENTO DIGNO À VÍTIMA**

### **Autor(es):**

*Beatriz da Silva Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Adna D'Álmaris Fonsêca da Fátima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Segundo Soares, a violência contra a mulher " é uma violência masculina que se exerce contra as mulheres pela necessidade dos homens de controlá-las e de exercer sobre elas o seu poder". A partir dessa obsessão de controle, nasce o estupro que se caracteriza como um crime silencioso e que na maioria das vezes fica embaixo dos panos. No ano de 2013, pelo menos, 143 mil mulheres foram vítimas de estupro, o que corresponde à uma mulher sendo estuprada a cada quatro minutos, o que foi registrado no Anuário Nacional de Segurança. Outro dado bem preocupante que foi fornecido pela Sociedade Mundial de Vitimologia, que apenas 10% das vítimas denunciam seus agressores, o que é um dado bem alarmante, pois expressa que esse crime ainda precisa de muitos esforços para ser erradicado. Assim, presente trabalho tem como objetivo denotar o estupro como crime de gênero e revelar o porquê que de ser tão difícil a vítima ter um tratamento digno a essa transgressão.

**(Metodologia)** Para desenvolvimento deste trabalho foi realizada uma pesquisa do tipo exploratória, quanto aos fins e bibliográfica, no tocante aos meios. O método exploratório foi utilizado com o fim de se compreender melhor a temática abordada a partir de pesquisas bibliográficas em artigos científicos e no livro "História do Estupro: Violência Sexual nos séculos XVI-XX". Essa metodologia permitiu ser realizada uma reflexão sobre a conduta a ser tomada.

**(Resultados)** A mulher sempre foi vista como um objeto pertencente ao homem, primeiro a seu pai e após o casamento ao seu marido. Considerado delito contra a propriedade, em que afronta a dignidade sexual segundo o ordenamento jurídico, o estupro começou a ter punição para proteger um bem, e não a dignidade da mulher. Com o tempo, ele passou de um crime contra a propriedade até chegar aos dias de hoje, que é tratado como um crime contra a dignidade sexual. No século XIX as mulheres ainda eram tratadas como na idade média, só podia se vitima aquela mulher que era honesta e virgem. Com o transcorrer do tempo o preconceito foi diminuindo, mas nunca a ponto de extinguir-se. Ainda hoje existe uma visão machista de que a culpada pelo estupro é a mulher, pois "não sabe se vestir". A cultura de tal violação se coloca no trâmite das inúmeras agressões suportadas pelas mulheres, existentes nas infinitas e persistentes desigualdades de gênero. Essas violações passam a ser uma ação natural e constroem uma falsa realidade de que a violência faz parte do destino das mulheres, fazendo com que a vítima se culpe pelos seus comportamentos. A impunidade dos estupradores intensifica a violência, uma vez que, com a inexistência da punição, as vítimas se sentem desestimuladas a denunciarem. Somando-se a isso, outro ponto que afasta a vítima da denúncia é a forma que ela é tratada nas delegacias, as quais são formadas, em sua maioria, por homens, que às vezes ou quase sempre têm o mesmo pensamento machista do seu agressor, por isso a vítima do estupro é a única que tem que provar que realmente é vítima.

**(Conclusão)** Com base nos textos lidos até o momento, depreende-se que a divergência de gênero tem influência direta no crime de estupro, o qual deve ser erradicado para que as mulheres da próxima geração possam ser vistas de uma forma livre em sua plena sexualidade, com a liberdade de agir como quiserem. Uma sociedade livre do estupro é o resultado de uma sociedade igualitária, onde as atitudes das pessoas umas com as outras deverá ser resumida em apenas uma palavra: respeito.

**Palavras-Chave:** Estupro; Violência de Gênero; Crimes Sexuais; Paradigmas; Mulher; Desigualdade de Gênero

## GUARDA COMPARTILHADA X GUARDA ALTERNADA

### **Autor(es):**

*Maryland Dantas Bezerra Galvão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Liene Praxedes Guedes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Vanessa Salustino Galvão Pinto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Ana Luiza de Melo Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Glauciene Espínola de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Sabemos o quão difícil é o momento da ruptura da vida em comum de um casal, diante da difícil decisão de quem vai ficar com os filhos e qual o modelo de exercício do poder familiar. Assim, o objetivo do estudo é destacar os pontos principais das guardas compartilhada e alternada, fazendo uma breve reflexão ao final do tipo que melhor cumpre o interesse da criança e do adolescente, principalmente no tocante a segurança e estabilidade do menor, e de forma a evitar conflitos e perturbações psíquicas.

**(Metodologia)** A presente pesquisa teve como fonte de informação a pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, tendo em vista a tentativa de identificar os valores implícitos em cada uma das duas formas de exercício do poder familiar. Com isso, utilizamos estudos já realizados sobre o tema para a fundamentação teórica da pesquisa. A busca de informação deu-se de maneira sistemática e racional, e foi desenvolvida com base em material publicado em livros, revistas e artigos.

**(Resultados)** Através da guarda compartilhada os genitores exercem o poder familiar de forma conjunta e ativa. Mesmo a criança tendo uma residência habitual (ponto de referência), que pode ser de qualquer dos pais, ela não é tolhida em seu direito de livremente transitar entre dois lares e o objetivo principal desse tipo de poder familiar é evitar o fracionamento de tempo da criança com um dos genitores. Nesse modelo nenhum dos pais é afastado das responsabilidades pois, juntos, criam e educam os filhos como também dividem encargos, à medida que cada qual paga determinadas contas, dentro de suas possibilidades. Isso reflete mudança de paradigma, tendo em vista que tradicionalmente existia a exclusividade da guarda materna. Quanto à guarda alternada, temos o modelo em que um dos genitores exerce, com exclusividade, o poder familiar por determinado lapso temporal, pré-fixado em calendário. Assim, ora um é guardião, ora visitante. Percebe-se claramente que este modelo atrapalha a formação do menor, visto que a criança não tem referencial de casa, vizinhos (sem interação), muitas vezes mora em cidades diferentes, enfim, confunde-se muito a “cabeça” da criança, à medida que ela vem com ideias preconcebidas impostas por um, e depois pelo outro, e é por este motivo que o modelo foi rejeitado.

**(Conclusão)** A Constituição Federal assegura que é dever de ambos os genitores criarem os filhos. Pelo exposto acima, temos claramente que a guarda alternada realmente não era o melhor modelo de exercício do poder familiar, por não oferecer segurança e estabilidade ao menor. Criação doutrinária e jurisprudencial, é bastante criticado por visar o interesse apenas dos pais, e não o melhor interesse da criança. Com isso, cumpre destacar que a guarda compartilhada realmente é o modelo mais adequado de exercício do pátrio poder, visto que os genitores educam e protegem de forma ativa e conjunta, e motivo pelo qual foi sancionado o PL que deu origem à Lei n.º 13.058/14, a qual torna obrigatória a guarda compartilhada mesmo nos casos em que haja dissidência de entendimentos entre os pais. Por fim, destaque-se que a guarda compartilhada também cumpre um importante papel que é evitar a instalação da alienação parental.

**Palavras-Chave:** Guarda Alternada; Guarda Compartilhada; Interesse do Menor; Garantias Constitucionais.

## HERANÇA JACENTE: A DESTINAÇÃO DOS BENS DA HERANÇA VACANTE AO ESTADO

### **Autor(es):**

*Carlos Alberto Pinheiro Fontes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*José Jaime da Rocha: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Maíra Costa Godeiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Larissa Lamas da Cunha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Ranyery Cristtian Galdino Fernandes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*  
*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Pelo Princípio da Saisine, não é admitida, juridicamente, uma herança sem titular, assim não pode a herança jacente ser tida como uma pessoa jurídica. Desse modo, a herança jacente, não goza de personalidade jurídica, por ser uma massa de bens identificada como núcleo unitário. A herança é jacente quando não se tem conhecimento ou não existe herdeiros, ou não se sabe da existência de algum herdeiro, ou, então, quando os herdeiros conhecidos renunciaram a herança. Assim, o juiz promoverá a arrecadação dos bens, os quais ficarão sob a guarda de um curador, com o objetivo de preservar o acervo, para que posteriormente sejam entregues aos herdeiros que os reclamarem, ou então, ao Estado, caso seja declarada a vacância após cinco anos. A sentença de vacância não incorpora definitivamente os bens ao Estado, mas tem como principal efeito, excluir os colaterais. Outro efeito ainda da vacância, é o de fixar o termo inicial de cinco anos, quando então a propriedade do estado se torna plena e definitiva, ficando assim, a Fazenda Pública, na condição de depositária dos bens, até a incorporação. A vacância, é a forma de se incorporar os bens da herança ao poder público, colocado em último lugar na ordem de vocação hereditária, após os colaterais de último grau sucessório. Uma das consequências jurídicas da sentença declaratória da vacância é a obrigação do Poder Público, que adquiriu o domínio dos bens arrecadados, de aplicá-los em fundações destinadas ao desenvolvimento do ensino universitário, sob fiscalização do Ministério Público (Decreto-Lei n. 8.207/45, art. 3º, parágrafo único, c/c o art. 63 do CC).

**(Metodologia)** Foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o tema, bem como desenvolvida análise de legislação e da doutrina (exemplos: Maria Berenice Dias, Carlos Roberto Gonçalves, Maria Helena Diniz e Flávio Tartuce).

**(Resultados)** De acordo Decreto Lei n. 8.207/45, há uma reflexão a fazer sobre a aplicação ou destinação dos bens da herança vacante a ser aplicado nas Universidades. De acordo com o código de 1916, esses bens seria da União, Estados e Municípios, já no código de 2002, estes bens iria ficar na posse e fruição dos Municípios, sendo que se criou uma divergência, como usar em universidades o montante arrecadado, se nos Municípios não há Universidades? E o Município perderia essa verba/bens a ser aplicado em universidades/educação, pelo fato dos poucos municípios possuírem faculdade municipal? Qual seria a solução para o Município não ser prejudicado e perder o que lhe foi dado? Construir Universidades? A partir daí surgiu três correntes: a primeira dará a solução na qual o Município criaria universidade, a segunda corrente fala que estes bens seria aplicado em qualquer instituto de ensino municipal e a terceira corrente defende que estes bens poderia ser usado pelo município na educação do jeito que achar melhor.

**(Conclusão)** Analisando sobre a aplicação que será feita dos bens da herança vacante deixadas para o Estado, e a impossibilidade da aplicação do montante arrecadado pelo Município de acordo como o Código Civil de 2002, fica claro que a corrente mais coerente a seguir seria a terceira, onde o Município pode dispor destes bens como achar melhor na educação, pelo fato da inviabilidade da construção de universidades pelo município para poder utilizar os bens da herança vacante que lhe é de direito.

**Palavras-Chave:** Herança - jacente - vacante – sucessão - Estado

**INVIOLABILIDADE DO SIGILO PROFISSIONAL X LEI 12.683/2012: UMA ANÁLISE À LUZ DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS**

**Autor(es):**

*Renan de Oliveira Lima Linhares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN  
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Como nos é sabido, foi instituída na Câmara dos Deputados a denominada CPI da Petrobrás, no intuito de investigar a prática de atos ilícitos e irregularidades no âmbito da Empresa Petróleo Brasileiro S/A, maior empresa de Petróleo do Brasil. Ocorre que, no decorrer dos trabalhos foi apresentado o Requerimento n. 947/2015, objetivando a convocação da advogada Beatriz Catta Preta para prestar depoimento, sob a égide da Lei 12.683/2012, que deu nova redação ao Art. 1º da Lei 9.612/1998. Contudo, tal dispositivo legal fere de morte uma das principais prerrogativas inerentes ao exercício da advocacia, qual seja, a inviolabilidade do sigilo profissional. Destarte, a presente pesquisa dedica-se à tentativa de solucionar o conflito legal ora apresentado, que mostra de um lado, o advogado no exercício de suas prerrogativas profissionais, e de outro, os princípios inerentes à defesa da sociedade, que não deve ser prejudicada pelos atos ilícitos praticados, no que diz respeito à movimentação ilícita de dinheiro. Neste ponto, os princípios éticos clássicos trazem em seus ensinamentos, os motivos pelos quais deve prevalecer a Lei 12.683/2012, frente à problemática criada pelo Poder Legislativo.

**(Metodologia)** A pesquisa realiza-se através do método lógico-dedutivo, que é aquele no qual já se pressupõe que existam verdades gerais já afirmadas, e que sirvam de base para se chegar através dela a conhecimentos novos, o qual permitirá através de uma breve exposição bibliográfica a elucidação da temática abordada, mediante levantamento da literatura jurídica pertinente, relacionando os preceitos abarcados pelos princípios éticos e pela Lei, objeto da presente pesquisa, comprovando então a verdade através das premissas, já que através da dedução se diz que caso as premissas sejam verdadeiras a conclusão será sempre verdadeira. De modo que, ao analisar a norma como um todo, se vê que o legislador se baseia na Ética Deontológica, uma vez que busca através da criação da norma, tem por finalidade fazer surgir uma situação juridicamente mais justa e concisa para a sociedade em que será aplicada.

**(Resultados)** Como resultado, observa-se que, uma vez sancionada a Lei 12.683/2012, houve indubitável avanço no que diz respeito à disciplina dos casos em que se investiga o crime de “lavagem de dinheiro”, tornando a lei mais eficaz e estando em total acordo com os direitos fundamentais existentes na Constituição Federal vigente. Contudo, o que se observa também é o embate entre as prerrogativas profissionais do advogado e os princípios éticos, tais como: verdade, justiça e igualdade, assim como o choque entre as forças institucionais envolvidas, quais sejam, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Poder Judiciário. Devendo-se, pois, privilegiar o atendimento dos citados princípios, em detrimento do que se encontra positivado através do Estatuto Advocacia.

**(Conclusão)** Portanto, conclui-se que o Poder Legislativo no uso de suas atribuições, acaba por cometer equívocos, através da criação de normas em que não se analisa o posicionamento de todas as pessoas que vão se submeter a ela, necessitando então de uma noção que a aplicação das leis não deve considerar tão somente o que está positivado, mas também a ética e seus princípios basilares, que são determinantes para a sociedade atual, sendo um dos exemplos destes equívocos tratados nesta pesquisa. É o que se pode vislumbrar mediante o conflito existente entre Lei 12.683/2012 e o EOAB, que mostra de um lado a defesa dos princípios e garantias fundamentais do povo em desfavor ao sigilo defendido na relação advogado e cliente.

**Palavras-Chave:** Lei n° 12.683/2012; Ética; Sigilo Profissional.

**LEI DE DROGAS: INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 28 DA LEI 11.343/06**

**Autor(es):**

*Monalisa Lima Duarte: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Polyana Alves da Mota: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O STF vem discutindo nos últimos meses a inconstitucionalidade do artigo 28 do código penal, que descreve entre outros dispositivos que quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal, sofrerá algumas específicas penas restritivas de direito. O que se quer tratar aqui é a penalização aplicada ao traficante e a aplicada ao usuário de drogas. A abordagem, no entanto, será enfatizada no usuário que deve continuar sendo penalizado com as mesmas sanções citadas no artigo, só que com um pouco mais de severidade já que por conta deste, todo o tráfico de drogas é mantido e sustentado. Mas deixando bem claro que deve haver uma proporcionalidade em relação às penas aplicadas aos usuários e traficantes de drogas, pois não se podem equiparar essas duas categorias.

**(Metodologia)** O desenvolvimento desta pesquisa é baseado na lei 11.343/06 e em um recurso do STF em relação ao artigo 28, que fala sobre o porte de drogas. O caso que deu início ao recurso, foi de um ex-detento apreendido com 03 gramas de maconha dentro da cela. A decisão que foi proferida pelo Supremo, terá que ser acatada pelos demais tribunais, portanto precisa ser tomada com cautela. Adotou-se como método de abordagem na pesquisa qualitativa, o dedutivo, partindo-se da análise da legislação para aplicação em casos concretos.

**(Resultados)** A discussão deste artigo ainda está em andamento no STF e nenhuma decisão foi tomada, mas três ministros já deram o seus votos sobre a inconstitucionalidade. O relator Gilmar Mendes, como também o ministro Roberto Barroso são totalmente a favor e afirmam que o artigo viola alguns direitos fundamentais (como o da intimidade e a liberdade individual) e que a criminalização não diminuiu o consumo e não é a forma mais razoável e proporcional de se lidar com o problema. Já o ministro Edson Fachin é parcialmente favorável à inconstitucionalidade e ele declara, entre tantas outras exigências, que se devem estabelecer quantidades mínimas que sirvam de parâmetro para diferenciar usuário e traficante. No entanto ainda se espera a votação dos demais e uma definição concreta sobre o artigo. Vale salientar que o mesmo já foi modificado em relação a severidade da pena, pois no art. 16 da antiga lei 6.368/76, as penas eram privativas de liberdade e hoje com a lei 11.343/06 as penas são restritivas de direitos.

**(Conclusão)** O que se pretende esclarecer, é que é preciso combater o uso de drogas de todas as maneiras possíveis. O cidadão brasileiro ainda não tem capacidade de obedecer a uma lei, pensando em benefício próprio ou de outrem, mas sempre pensa como poder burlar esta para não ser punido. Dai, temos um problema quanto aos traficantes que tendo o conhecimento da lei, já sabem como se apresentar e reagir mediante a abordagem policial. É preciso então estabelecer quantidades especificade drogas para poder diferenciar as categorias. O segundo problema é que o usuário de drogas não prejudica só a si mesmo, ele prejudica toda a sua família tanto na relação emocional, como na relação financeira, como também corre sérios riscos de ser mais um "lançado" a própria sorte. E se houver a descriminalização do porte de drogas, como será possível conter esses problemas?

**Palavras-Chave:** Art 28, STF, Drogas, Usuários, Traficantes

## LINCHAMENTO E SUA ANÁLISE PELO OLHAR DAS CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

**Autor(es):**

*Yam Lira Moreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os linchamentos no Brasil são praticados há muito tempo, desde o tempo de Brasil Colônia, retratado primeiramente por Ângelo Agostine, em XIX. Com o tempo a concepção de sociedade ideal muda e com isso as razões do ato mudam junto. Hoje, o que se tem notícia são linchamentos acontecendo contra ladrões, estupradores (dentro de presídios). O linchamento é o ato em que o criminoso, ladrão, por exemplo, é capturado e ali mesmo julgado pela população, sem direito ao contraditório, a um juiz natural que o julgue, seu julgamento acontece em praça pública por pessoas tomadas de emoção e sua sentença é a morte. Para elucidar o tema trataremos o caso que repercutiu bastante recentemente ocorrido no Guarujá/SP, litoral do estado, em que uma mãe de família foi confundida com uma mulher que realizava rituais de magia negra. O ato teve como fundamento uma página na rede social Facebook em que o retrato falado de uma mulher que realizava magia negra foi divulgado, o problema é que esse retrato falado foi feito pela polícia do Rio de Janeiro dois anos antes do fato acontecer no Guarujá.

**(Metodologia)** Os principais métodos de pesquisa utilizados neste estudo foram o hipotético dedutivo e o transcisciplinar, onde partimos de uma olhar para o problema de maneira geral para depois analisarmos as particularidades, bem como perfazemos uma análise intertextual entre a Sociologia, o Direito constitucional e o Direito Penal. Como método de procedimento, utilizamos o estatístico. Como o fenômeno dos linchamentos ainda não foi passível de uma disciplina legal, privilegiamos a sua abordagem sociológica.

**(Resultados)** Apesar do aumento recente de divulgação do tema ainda é difícil colher dados sobre, pois não temos tantos inquéritos policiais, já que, muitas vezes, quando o linchamento culmina em morte, o inquérito apura o fato como homicídio, ou, no máximo, como lesão corporal, não havendo um enquadramento específico como "linchamento". No Brasil a população vê o linchamento como ato legítimo o que dificulta a ação policial que ao chegar na ocorrência não consegue identificar os agressores por muitas vezes se misturarem com os curiosos e até por quê alguns policiais concordam com o ato e preferem não prender ninguém que participou. Para realização de pesquisa a maior fonte deste trabalho foi o livro "Linchamentos: a Justiça popular brasileira" do professor de ciências sociais aposentado pela USP José de Souza Martins e matérias de jornais que trataram sobre o tema e sobre o caso do Guarujá.

**(Conclusão)** Constata-se que hoje no Brasil vivemos uma crise de representatividade, de credibilidade das nossas instituições e com isso o medo, a frustração de um país sem perspectiva de melhora afeta o dia-a-dia da população. A falta de credibilidade no sistema legal, no Judiciário, no sistema Carcerário que não ressocializa os presos e ainda fomentado por programas sensacionalista com duração de 4 horas diárias faz com que a população tenha a necessidade de fazer "justiça" com as próprias mãos. A falta de interesse dos poderes públicos de punirem os autores do linchamento confere ainda mais legitimidade aos atos. Na prática, pouco ainda se faz para puni-los. Em realidade, no ato de linchar não temos um bandido sendo linchado por cidadãos de bem, mas sim um bandido linchado por outro. Contra estes atos cabe punição, seja por lesão corporal, seja por homicídio. Constata-se, inclusive, a falta de responsabilidade ao noticiar o fato, com uma simples nota de esclarecimento para retratar o dano causado. Quanto ao caso de Guarujá-SP, observa-se a total injustiça decorrente da publicação de uma nota de esclarecimento acompanhada de uma indenização como forma de reparar o dano causado àquela família.

**Palavras-Chave:** Direito, Linchamento ciências sociais



## LOGÍSTICA REVERSA DE PNEUS INSERVÍVEIS

### **Autor(es):**

*Hylana Marques da Silva Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Rafael Araujo Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Ryna Verônica Dias Góis: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem como objetivo analisar a logística reversa de pneus usados e inservíveis, bem como as destinações ambientalmente corretas para um pneu que não tenha mais condições de utilização. Demonstrar-se-á, pois, as formas de reutilização, assim como os impactos causados pela destinação incorreta, uma vez que tal ato desencadeia uma série de fatores maléficos ao meio ambiente e, conseqüentemente, à sociedade.

**(Metodologia)** Para o desenvolvimento do trabalho em tese, utilizou-se como metodologia a análise de doutrinadores, dentre eles Paulo de Bessa Antunes, artigos e legislação, tais como o Decreto 7.404/2010 que regulamenta a Lei 12.305/2010, bem como o método indutivo e referencial teórico, analisando a realidade fática.

**(Resultados)** O descarte inapropriado de pneus é uma prática muito corriqueira, principalmente nos grandes centros urbanos. Nestes locais, por falta de infraestrutura e de informações à população, esses resíduos sólidos são jogados em lixões, aterros e rios, causando contaminação ao solo e aos lençóis freáticos, enchentes, poluição e doenças graves, tais como a dengue, febre amarela e leptospirose. O pneu é um produto extremamente importante para humanidade, pois é essencial ao funcionamento de veículos automotores e bicicletas. Porém, devido aos graves impactos que o passivo de pneus gera ao meio ambiente é fundamental que haja uma utilização consciente deste. Desse modo, todo e qualquer descarte deverá ser realizado de forma apropriada por todos os seus consumidores. Processos como o de recapagem, recauchutagem e de remoldagem são processos de reciclagem que visam prolongar a vida útil de pneus. Assim, para que esses processos sejam aderidos, é necessário um processo de logística reversa bem estruturado, que facilite o descarte de pneus pela população e principalmente pelas empresas. De acordo com o Art. 3º, XII da Lei 12.305/2010, logística reversa é o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

**(Conclusão)** Nota-se, entretanto, que na maioria das vezes os pneus são descartados inadequadamente devido a fatores como: o espaço que ocupa, a dificuldade de manuseá-lo e o seu baixo valor comercial. Posto isso, acredita-se que com um processo de logística reversa eficiente, haverá uma participação maior dos consumidores de pneus, conseqüentemente haverá a preservação da saúde pública e do meio ambiente, além da economia de matérias primas utilizadas para a confecção de pneus. Percebe-se, pois, que a crescente preocupação com o meio ambiente sustentável fez com que governos e autoridades constatassem os impactos gerados pelo descarte inadequado de pneus. Ocorrendo, portanto, um avanço no número de locais destinados ao recebimento de pneus, tornando por conseqüência, a logística reversa desse resíduo sólido mais acessível à empresas e usuários.

**Palavras-Chave:** Palavras Chave: Logística reversa, pneus, meio ambiente.

## **MEDIAÇÃO SANITÁRIA: INOVAÇÃO ANTE O ATIVISMO JUDICIAL.**

### **Autor(es):**

*Vitor Emanuel Teixeira de França: Discendente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho aborda o momento que vive a prática da mediação, a partir da análise do programa SUS Mediado no que tange à autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública, em harmonia com a Lei nº 13.140, de 26 de Junho de 2015. Para tanto, reconhecemos a epidemia de demandas sanitárias em juízo – que consiste na busca judicial por medicamentos, cirurgias, exames e insumos -, com vista a concretizar o art. 196 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e obrigando os governos estadual e municipal a fornecer assistência de alto custo que, em geral, não são oferecidas pelos SUS. Ora, de um lado estão os pacientes, o Ministério Público e as Defensorias Públicas que buscam efetivar tal direito através do Poder Judiciário. Do outro lado estão os secretários de saúde, municipais e estaduais, e o Ministério da Saúde que reclamam da interferência do Poder Judiciário em suas atividades e do elevado custo das demandas judiciais. Gerando um comum equívoco entre judicialização e o fenômeno do ativismo judicial. Assim, o trabalho visa expor todo esse cenário e apontar um programa inovador ante esse turbulento ambiente.

**(Metodologia)** Para alcançar os objetivos deste estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, mediante análise de artigos em revistas jurídicas especializadas, bem como de casos extremos oriundos do ativismo judicial. Foi examinado também o programa ‘SUS Mediado’, redutor desses tipos de demandas ligadas à área da Saúde. E por fim, houve o estudo de casos concretos que evidenciaram a aplicação dos institutos objeto da pesquisa (judicialização da saúde, ativismo judicial e mediação), a fim de que gerassem reflexão, através da contraposição de ideias – típico do método dialético.

**(Resultados)** O trabalho torna perceptível que a elevação do direito de acesso à saúde ao nível constitucional social fundamental somado ao princípio democrático de amplo acesso à Justiça tem abarrotado de uma forma (judicialização) ou de outra (ativismo) o sistema judiciário com casos desse tipo – cerca de 270 mil no Brasil, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça -, sobrecarregando-se com questões nunca antes postas em juízo no Brasil e indo além dessas. A partir dessas atividades, observamos quatro eventos distintos: efetivação dos Direitos Sociais em razão de uma disposição constitucional ‘nova’ (a CF/88) traduzida como judicialização, a efetivação dos Direitos Sociais em resposta ao típico jogo político dos outros Poderes tida como ativismo judicial, o malabarismo financeiro que o gestor público faz para não deixar de atender a demanda judicial nem prejudicar ao erário e a consequente criação de programas que visem reduzir todo esse cenário – como o SUS Mediado tem feito.

**(Conclusão)** Apesar de ser um direito constitucional social fundamental, o acesso à saúde não é absoluto porque esbarra em aspectos financeiros limitados. Notadamente, não se deve esquecer da má gestão dos recursos financeiros públicos, bem como da omissão legislativa que em alguns momentos trás o pesadelo de qualquer gestor: o ativismo judicial. A partir da caracterização de institutos jurídicos parecidos (ativismo judicial e judicialização) houve a apreciação de funções e o seu realinhamento. Por fim, diante de tamanho cenário, há quem possa enxergar não uma solução, mas um excelente paliativo para casos de judicialização sanitária e ativismo judicial na Saúde: o SUS Mediado, já que, de acordo com a procuradora Adriana Torquato, houve uma redução de 50% desses tipos de casos a partir da mera resolução administrativa desses casos.

**Palavras-Chave:** Judicialização da Saúde; Ativismo Judicial; Mediação Santária; SUS Mediado.

**NÍSIA FLORESTA: DIREITOS DAS MULHERES EM VIDA, PROSA E POESIA.**

**Autor(es):**

*Cassiene Silvério da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Barbara Marques Putriq: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Isabella Jamel Lauar dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luciana Flávia Nunes Casimiro: Docente do UNI-RN*  
*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa acadêmica visa compartilhar do legado deixado pela Feminista e Autora Humanista Nísia Floresta que, nos versos de CASCUDO (1940), foi retratada como ‘a grande ave de arribação, cujas asas não cabiam nos limites do ninho’. Com o afã de promover o resgate à sua memória e à sua importância secular para a história e à cultura educacional, especialmente no tocante ao seu pioneirismo nas contribuições atemporais acerca dos Direitos das Mulheres e da luta constante pela emancipação feminina, conquistada, especialmente, por meio da educação e do trabalho, destaca-se, aqui, a importância das suas obras, dos seus sonhos e de suas lutas, bem como a chama acesa e luminosa de sua inspiração à todas as mulheres.

**(Metodologia)** Os métodos adotados são o Teórico e a Pesquisa de Campo. O primeiro, apoiado no complexo da análise literária das obras de Nísia Floresta: ‘Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens’, texto fundante do Movimento Feminista no Brasil e ‘Opúsculo Humanitário’, que reúne uma coletânea de artigos nos quais Nísia condena a formação educacional da mulher em solos pátrio e estrangeiro. O segundo método foi desenvolvido por meio da visitação ao Município de Nísia Floresta (antiga Papary) e ao Museu “Nísia Floresta”, localizado no Complexo de Ensino Noilde Ramalho.

**(Resultados)** Nísia Floresta Brasileira Augusta – pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto – foi uma mulher de muitos nomes e de muitas lutas. A sua maior bandeira: o sonho pela conquista dos Direitos Femininos. Para alcançar o seu sonho, Nísia promovia a reflexão de que uma nação civilizada só chegaria a esse patamar se as mulheres fossem educadas e participassem do contexto social. Com isso, Floresta desafiou uma cultura na qual as mulheres não eram valorizadas. Em sua obra de maior consagração, “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”, Nísia denuncia: “os homens não podendo negar que nós somos criaturas racionais, querem provar-nos a sua opinião absurda, e os tratamentos injustos que recebemos, por uma condescendência cega às suas vontades; eu espero, entretanto, que as mulheres de bom senso se empenharão em fazer conhecer que elas merecem um melhor tratamento e não se submeterão servilmente a um orgulho tão mal fundado”. Coube a Nísia, então, o privilégio de deflagrar a formação de uma consciência feminista no cenário nacional, com um senso de justiça libertária que destoava das sinhazinhas da época em que viveu: “É tempo enfim de se enxugarem às lágrimas inúteis causadas pelas opressões sofridas ou por um arrependimento estéril, e de assumir uma heroica resolução de fazer o máximo para erguer-se da sua prostração, do modo que podem e que devem, guiadas e sustentadas pela simples força do coração, despindo-se de todas aquelas fraquezas, de que à vezes, injustamente são acusadas: pois, como já aludimos, estas fraquezas têm origem no desejo doentio de agradar seus amáveis dominadores, que se empenham para nelas incuti-lo”.

**(Conclusão)** Deflagrando que a discussão tecida por Nísia é tão necessária e atual, mesmo tendo percorrido um longo caminho, ainda chegamos ao século XXI desejosos de mudanças. As primeiras sementes dos seus ideais e de sua luta brotaram em sua própria terra, visto ter sido, o Rio Grande do Norte, o primeiro estado brasileiro a dar direitos civis às mulheres, como o sufrágio, por exemplo. Ao findar este primeiro retrato da pesquisa sobre Nísia Floresta, mantemos acesa a chama da “esperança de que, nas gerações futuras do Brasil, ela [a mulher] assumirá a posição que lhe compete”, contando com uma cultura social que a apoie e não dificulte a sua jornada pela escrita de sua própria história.

**Palavras-Chave:** Nísia Floresta; Feminismo; Direitos das Mulheres; Liberdade.

**O DIREITO REAL DE HABITAÇÃO DO COMPANHEIRO A PARTIR DA INTERPRETAÇÃO ANALÓGICA DADA AO CÔNJUGE**

**Autor(es):**

*Josivan Nascimento da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Luiz Felipe Teixeira Maia de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Edney Silva de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*José Maria da Luz Rebouças Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Daniel Augusto Lopes Paixão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Diante de um ordenamento jurídico visto essencialmente como um sistema normativo aberto de regras e princípios fundamentais, torna-se recorrente a discussão no tocante aos valores derivados do tradicional instituto do casamento e do moderno instituto da união estável no que tange e delimita seus Direitos. Muito embora, se discuta socialmente como algo que possua a mesma formatação, sendo a diferença básica - segundo o senso comum apenas pautado na terminologia – possa ter implicações sérias no que diz respeito às aplicações no campo jurídico, de forma especial quando no foco encontra-se o Direito das sucessões.

**(Metodologia)** Assim, partindo de obras literárias, artigos científicos e pesquisas exploratórias acerca do tema e sua possibilidade prática e de posse dos referidos materiais foi possível aferir um embasamento teórico para o desenvolvimento do presente trabalho, apropriando-se de nomes reconhecidos e atuantes na temática, perpassando desde doutrinadores jurídicos - BARROS, André Borges de Carvalho; e DINIZ, Maria Helena, até nossa Carta Magna - Constituição da República Federativa do Brasil.

**(Resultados)** Para tanto, o presente trabalho propõe construir e ampliar a discussão no tocante ao direito real de habitação por parte do sobrevivente no processo de sucessão - quando este, se mantinha em união estável – doutrinariamente, chamados de conviventes ou companheiros, a luz da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil de 2002. Não obstante, revela posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais acerca do presente estudo. Nesta perspectiva, a lei nº 9.278 de 10 de maio de 1996, em seu parágrafo único do artigo 7º prevê o direito real de habitação ao companheiro sobrevivente, enquanto vivo, não devendo constituir nova união estável ou contrair casamento. Contudo, a lei nº 10.046/2002, que instituiu o Novo Código Civil, em que pese ter inovado quando do tratamento por completo do direito de sucessão na união estável, atribuiu o direito real de moradia no artigo 1.831 somente ao cônjuge, sem mencionar o convivente, gerando grande discussão doutrinária. Partindo desta premissa, percebe-se que há uma tendência na maior parte dos doutrinadores em trazer o entendimento, no que tange ao Direito Real de Habitação, que o companheiro sobrevivente que vivia sob os regramentos e condições de uma união estável, tivesse os mesmos direitos daquele sobrevivente que convivia na condição marital sob a égide do casamento. Leite (2009), destaca que é entendimento pacífico no âmbito do STJ, e que, aquele que advém de União estável, e a própria companheira supérstite tem direito real de habitação sobre o imóvel de propriedade do de cujus onde residia o casal.

**(Conclusão)** Portanto, determina-se que durante a pesquisa foi possível perceber claramente que nos últimos anos, ocorreu uma mudança substancial no conceito e na formatação do Instituto família, não apenas em seu aspecto conceitual, mas sobre tudo na sua composição prática, conseqüentemente no que tange aos direitos de sucessões.

**Palavras-Chave:** Direito sucessório. Direito real de habitação. União estável

**O "ESTADO DE EXCEÇÃO" NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO: O DESVIRTUAMENTO NA EDIÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS.**

**Autor(es):**

*Stephanie Lunne Cruz Vieira Pereira : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Fernanda Souza de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Matusalem Jobson Bezerra Dantas: Docente do UNI-RN*  
*Matusalem Jobson Bezerra Dantas: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No Ordenamento Jurídico Brasileiro, as Medidas Provisórias foram introduzidas pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A explicação para a adoção das Medidas Provisórias no Regime Presidencialista do Brasil é justificada através da Carta Magna. Todavia, é sabido que se trata de um mecanismo mais específico do Regime Parlamentarista. Originariamente, a Constituição Federal de 1988 adotou o Modelo Parlamentarista e, com ele, a Medida Provisória, que seria editada pelo Presidente da República, por intermédio de uma solicitação do então Primeiro Ministro. Factualmente, a corrente parlamentarista foi superada, mas a previsão da edição de Medidas Provisórias foi mantida, sob a condição de, necessariamente, ser submetida ao crivo do Congresso Nacional. É importante observar que, através da manutenção das Medidas Provisórias no regime presidencialista - adotado pelo Brasil -, há uma concentração de poder nas mãos do Executivo, na figura de seu Chefe. É mister salientar que, a Constituição Federal de 1988 ao disciplinar sobre a matéria, inspirou-se no modelo da Constituição italiana de 1948.

**(Metodologia)** Com o escopo de alcançar os fins a que se destinam essa produção científica, houve a utilização do método dedutivo, através da feitura de uma pesquisa no campo teórico, buscando opiniões de doutrinadores acerca da temática exposta. Será feita uma análise da presença de um "Estado de exceção" no âmbito do Poder Executivo através do mecanismo das Medidas Provisórias, editadas pelo Chefe do Poder Executivo Federal.

**(Resultados)** Atualmente, questiona-se a banalização da edição de Medidas Provisórias pelo Chefe do Poder Executivo Federal no Brasil. É possível observar que, às vezes, o uso desse mecanismo é desvirtuado. Pois, conforme o artigo 62 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, as medidas provisórias devem ser editadas atendendo a dois pressupostos constitucionais: a relevância e a urgência. Mormente, essa não é a nossa realidade jurídica, visto que, Medidas Provisórias são editadas e, muitas vezes, pode-se verificar, manifestadamente, a ausência dessas exigências trazidas pela nossa Carta Magna. Outro ponto é o fato do próprio editor, a saber, o Presidente da República, discricionariamente, analisar a presença desses critérios constitucionais no momento de sua criação.

**(Conclusão)** Ante o exposto, é possível afirmar, categoricamente, está havendo um desvirtuamento da finalidade no momento da edição de Medidas Provisórias pelo Poder Executivo. Tal situação vem ocorrendo pela ausência de uma averiguação da presença efetiva dos requisitos constitucionais, a saber, a relevância e a urgência. É preciso que haja cautela no momento de sua por parte de quem as edita. Difícil haver essa precaução quando é o próprio editor quem julga estar preenchidos tais pressupostos. Essa discricionariedade proporciona a burla dessas exigências previstas na Carta Magna, uma vez que, há concentração desse poder nas mãos de seu editor. Portanto, deveria haver uma prévia análise da presença desses requisitos, havendo uma desconcentração de poder nas mãos do Executivo, tão somente. A presença recorrente de seu desvirtuamento funcional está atrelado a utilização das Medidas Provisórias, muitas vezes, como "táticas de governo", onde o Presidente da República em conluio com seus aliados políticos no Congresso Nacional, aprovam sua conversão em lei. Constata-se que essa problemática faz emergir um "Estado de exceção", onde através de um mecanismo legiferante se cria uma situação privilegiadora para determinados grupos sociais, que representam a minoria.

**Palavras-Chave:** Estado de Exceção. Poder Executivo Brasileiro. Medidas provisórias.

**O ACESSO INTEGRAL À SAÚDE COMO UM DIREITO CONSTITUCIONAL: A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, NA REDE DE SAÚDE MUNICIPAL DA CIDADE DO NATAL/RN**

**Autor(es):**

*Josivan Nascimento da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Diante de um ordenamento jurídico visto essencialmente como um sistema normativo aberto de regras e princípios fundamentais, a presente pesquisa se justifica a partir da necessidade de identificar a real situação do acesso integral a saúde dentro dos preceitos basilares da Constituição Federal, observando a construção real da ponte entre o que acontece, o que existe, em consonância com os Direitos Fundamentais - Sociais e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Antes da Constituição de 1988, o acesso à saúde só era possível a aqueles que possuíam algum tipo de vínculo previdenciário. Diante deste fato, nas últimas décadas e porque não dizer nos últimos anos, as discussões relacionadas à saúde vêm sendo apresentada na mídia de maneira geral e em sua maioria, como um serviço oferecido de maneira precária. Observar se essa realidade se mostra na prática e com qual intensidade é o grande desafio deste trabalho.

**(Metodologia)** Essa pesquisa é do tipo descritivo, de abordagem quantitativa e qualitativa, que consiste em investigações de pesquisa empírica, cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave.

**(Resultados)** Saúde no seu conceito ampliado é condição indispensável à garantia da vida humana, e que a ausência do acesso “integral” a esta, não apenas limita a reabilitação à saúde, mas compromete toda sua dignidade humana no que tange ao direito a vida. Os resultados apontados pela pesquisa se faz em face dos eixo temáticos: foram divididos em 05 eixos: No primeiro Eixo Temático: Percepção da Integralidade da Saúde – Atenção Básica - Nível Primário; No segundo Eixo Temático: Percepção da Integralidade da Saúde – Média e Alta Complexidade - Nível Secundário/média complexidade e Terciário/alta complexidade. No terceiro Eixo Temático: Judicialização da Saúde, e no quarto eixo avaliação dos serviços de saúde na percepção geral dos usuários.

**(Conclusão)** Ao longo das duas últimas décadas a constituição brasileira, vem passando por um processo de consolidação. Entende que este processo é dinâmico, contínuo e ao mesmo tempo implica em adaptações, mudanças, limitações e ampliações no tocante à forma como vivemos em sociedade. Diante de tudo que foi discutido e apresentado nesta pesquisa, entendemos que preliminarmente a manutenção da vida humana demanda ações e políticas do Estado, mas também de toda a sociedade e clamar e reclamar pelos seus Direitos, no sentido de que, em um futuro não mais distante, possamos enxergar um serviço de saúde pública com maior qualidade.

**Palavras-Chave:** Direito Constitucional; Direitos Fundamentais, Acesso Integral a Saúde.

## O APLICATIVO UBER E A LIBERDADE DE TRABALHO NA ORDEM ECONÔMICA BRASILEIRA

### **Autor(es):**

*Yasmin Maia Delfino Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Bárbara Thiane de Medeiros Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Ana Luísa Araújo Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O aplicativo Uber - que conecta motoristas autônomos e pessoas em busca de transporte - vem sendo alvo de inúmeras discussões, diante da complexidade do caso e visando esclarecer sua aplicabilidade e consequências na ordem econômica brasileira, é importante demonstrar o que é esse aplicativo e o porquê de gerar tantos questionamentos e hostilizações dos sindicatos de táxis. Cumpre estabelecer, que o Uber é uma plataforma tecnológica para smartphones lançada nos Estados Unidos em 2010, que permite estabelecer uma conexão entre motoristas profissionais e pessoas interessadas em contratá-los. Por seu intermédio, indivíduos previamente cadastrados no site/aplicativo da Consulente conseguem encontrar, de modo simples e ágil, motoristas parceiros da Uber para transportá-los com conforto e segurança.

**(Metodologia)** A ênfase do trabalho é apresentar as versões dos dois lados conflitantes e os diversos posicionamentos que têm surgido conforme a grande propagação do Uber e o número crescente de adeptos. Para realizar a pesquisa foi necessário o estudo e análise de leis e entendimentos que abordem sobre a atuação do aplicativo e sua legalidade dentro do ordenamento jurídico. Através do site "<http://www.conjur.com.br/2015-jul-15/aplicativo-uber-nao-ferre-leis-brasileiras>" encontramos inúmeras argumentações com relação a esse tema, inclusive um parecer bastante explicativo feito pelo renomado professor Daniel Sarmento.

**(Resultados)** Tanto do ponto de vista da liberdade de trabalho na ordem econômica e sua devida correlação com o princípio da livre iniciativa, qual seja considerado como fundamento da ordem econômica e ao qual atribuí a iniciativa privada o papel primordial na produção ou circulação de bens ou serviços, constituindo a base sobre a qual se constrói a ordem econômica, cabendo ao Estado apenas uma função supletiva. Logo, percebe-se o quão atual é o tema e o porquê de sua escolha. Analisamos por base de conhecimento a Constituição Federal, como por exemplo no seu artigo 170, inciso IV, ao qual dispõe sobre a livre concorrência, tendo a ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa. Ao delinear a liberdade para as atividades econômicas, o Estado precisa impor também limites que devem ser respeitados para haver uma competição lícita. Em relações de competição podem gerar práticas juridicamente consideradas abusivas, estas práticas são aquelas que põem em risco a própria estrutura do livre mercado, como por exemplo, a dominação do mercado, prejuízo de outros agentes econômicos, eliminação de concorrência, dentre outros, casos esses indiscutivelmente enquadrados no caso Uber. Por fim, mesclamos parcialmente sobre os possíveis posicionamentos a serem abordados no trabalho, ao qual não perfaz delimitar que sejam só essas as linhas de raciocínio pois temos muita pesquisa, estudo de caso e de legislação a serem feitos.

**(Conclusão)** O aplicativo precisa de regulamentação e de resguardo aos que utilizam do mesmo, pois existem vários direitos lesados tais como: o direito de ir e vir, liberdade de locomoção, assim como o direito à liberdade de expressão e de igualdade perante a lei. Sendo uma possibilidade de resolver o impasse em questão que o poder público, em vez de proibir, empenhar-se em regularizar o serviço do Uber, obrigando os motoristas e as empresas a seguir determinadas regras, semelhantes às que os taxistas já estão submetidos. E tais regras seriam válidas para qualquer outra empresa que desejasse prestar o mesmo serviço.

**Palavras-Chave:** Aplicativo Uber - Concorrência - Legalidade

## O ASSÉDIO EXISTENCIAL NA SEARA TRABALHISTA E A CONSEQUENTE VIOLAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS

**Autor(es):**

*Thiago Reis e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo de Barros Dantas: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Tomando como base a evolução histórica do trabalho, perpassando por suas várias fases e, acompanhando a tentativa de afirmação de direitos sociais no âmbito trabalhista, em um contexto internacional, desde o século XIX, quando se observava o trabalho enquanto uma mercadoria, gerando diversos danos, em meio ao desentrelaçamento da Revolução Industrial, vislumbra-se que muitos fatos antagônicos aos princípios mínimos de Direitos Humanos ocorreram – ainda que se houvesse, à época, apenas ideais destes direitos, sem haver sua positividade – e, em sua decorrência, vários direitos e garantias surgiram, no espectro de garantir uma vida justa e digna ao trabalhador, como a Encíclica *Rerum Novarum*, a Declaração Universal de Direitos Humanos, o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966, e o próprio surgimento da Organização Internacional do Trabalho, pelo Tratado de Versailles, ainda é recorrente os casos de violações de direitos mínimos dos trabalhadores, positivados pela CF/88, Capítulo dos Direitos Sociais. E dentre várias condutas que se concretizam com o desrespeito à essas garantias, obtém-se o assédio existencial enquanto modalidade de violação de direitos sociais, que influenciam diretamente na vida dos trabalhadores que sofrem tal assédio, muitas vezes sem perceberem, atingindo também o seu seio familiar e social.

**(Metodologia)** A partir da análise de escasso material bibliográfico disponível acerca do assunto, sendo, a sua maioria de autoria da Professora PhD Mara Darcanchy, alcançar-se-á os resultados e conclusões a por meio da aplicação do método dedutivo.

**(Resultados)** Percebe-se que o assédio existencial é um tipo de dano decorrente do excesso de dedicação à instituição patronal, gerando uma série de reflexos no campo social do trabalhador, sobretudo no aspecto familiar e afetivo, pois o funcionário vive exclusivamente pela e para a empresa, deixando de lado tudo aquilo que existe fora dos muros do seu local de trabalho. Trata-se, na realidade, de um dano à existência da pessoa, ou dano existencial, conforme assevera a Professora Darcanchy, ao passo que este “consiste na violação de qualquer um dos direitos fundamentais da pessoa, tutelados pela Constituição Federal, que causa alteração danosa no modo de ser do indivíduo ou nas atividades por ele executadas, com vistas ao projeto de vida pessoal, prescindindo de qualquer repercussão financeira ou econômica que do fato da lesão possa decorrer” (DARCANCHY et al apud ALMEIDA NETO, 2012). Em poucas palavras, pode ser definido ainda como a renúncia ao lazer, ao bem-estar social, e à uma série de direitos fundamentais. Tal dano decorre, sobretudo, da globalização desenfreada, a qual exige uma dedicação muito maior dos trabalhadores, para que garantam a sua renda, tendo que se submeter à exaustivas jornadas de trabalho e adoção de um “exílio social”, submetendo-se assim à prática de assédio existencial. Ora, a OIT arbitra que “o trabalho decente é aquele adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade” (DARCANCHY et al, 2012).

**(Conclusão)** Frente ao exposto, percebe-se que o assédio existencial viola todos os elementos caracterizadores do trabalho decente, direito social mínimo garantido por Pactos, Declarações e Convenções Internacionais que versam sobre o tema, além de confrontar direitos fundamentais garantidos tanto pelos tratados citados, como pela própria Constituição Federal Brasileira, se caracterizando como uma modalidade danosa de trabalho, que interfere na vida do funcionário que a sofre, bem como na vida de todos que o rodeiam, o gerando prejuízos em vários espectros de sua vida, fazendo com que este renuncie o seu lazer e o seu bem-estar para viver pela instituição patronal. Tal assédio viola não só as conquistas trabalhistas históricas perceptíveis na seara internacional, mas também uma série de disposições, sobretudo da ONU e OIT acerca de trabalho decente.

**Palavras-Chave:** Assédio Existencial; Dano; Violação; Direitos Sociais.



## O ATIVISMO JUDICIAL NA EDIÇÃO DA SÚMULA 435 DO STJ

### **Autor(es):**

*Rafael Frederico Muniz Albuquerque: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Rodolfo Cesar Reis de França Alves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Josão Evandro Lacerda Zaranza Filho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Trata-se de trabalho que analisa a súmula 435 do STJ, a qual estabelece que se presume dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio gerente. Súmula essa que desconstruiu uma regra basilar do Direito Empresarial e um dos pilares da economia nacional, que é a consideração da personalidade jurídica como forma de blindar os bens dos sócios contra ataques infundados. O objetivo pretendido com o presente trabalho é o de descobrir as raízes que fundamentam a referida súmula e saber se esses fundamentos são de fato válidos para ocasionar tal responsabilização.

**(Metodologia)** Para a realização do trabalho foi feita uma análise legal, doutrinária e jurisprudencial da referida súmula, com o intuito de se ter uma visão mais ampla da problemática, bem como para se chegar em uma conclusão mais precisa sobre o tema.

**(Resultados)** Analisa-se nesse trabalho a legitimidade dos tribunais superiores, em específico o Superior Tribunal de Justiça - STJ, na edição de súmulas quanto a delimitação de seu poder, para que não ultrapasse sua competência, tomando para si, as competências do Poder Legislativo, atingindo de forma negativa o Princípio constitucional da Separação dos Poderes. Para isso, foi verificado o teor das súmulas 430 e 435 do STJ, comparando-as entre si, e examinando as ponderações que foram feitas no momento de sua edição, junto com a análise da legislação que serviu de base, mais especificamente o artigos 134 e 135 do Código Tributário Nacional - CTN. Como também, verificou-se a tese do ativismo judicial, a qual dispõe acerca da chamada pela doutrina de "função criativa do juiz", ou seja, a possibilidade do Poder Judiciário, por meio de uma interpretação de uma legislação abstrata, formar entendimentos, e através de sentenças aditivas, complementar as omissões legislativas.

**(Conclusão)** Após a análise dos dados anteriormente mencionados, os autores deste trabalho chegam a conclusão de que no momento em que o STJ edita a súmula 435 disciplinando que o simples fato de uma alteração de domicílio fiscal, sem a comunicação dos órgãos competentes, presume-se que houve uma dissolução irregular da empresa e que isso enseja o redirecionamento da responsabilidade tributária para o sócio-gerente, o tribunal superior está, na verdade, criando uma nova norma jurídica, ultrapassando o limite de sua competência que é abalizado pelo princípio da Separação dos Poderes. Conclui ainda que o ativismo judicial tem que ser mitigado para que essa aptidão de criar entendimentos sobre determinada matéria, com intuito de uniformização de um juízo, por parte do Poder Judiciário, não invada o campo de atuação do Poder Legislativo, respeitando, desta forma, o princípio anteriormente mencionado.

**Palavras-Chave:** Direito tributário, redirecionamento da execução fiscal, responsabilidade tributária, ativismo judicial

**O BANIMENTO DO VÉU INTEGRAL ISLÂMICO: UMA ANÁLISE DO JULGADO DA CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS ACERCA DO CASO S.A.S. X FRANÇA**

**Autor(es):**

*Eduarda Lima Saldanha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Daniela Ferreira de Queiroz Serejo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Marcela Galvão de Lima Martins Freire: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Cláudia da Costa Aguiar: Docente do UNI-RN*  
*Hallison Rego Bezerra: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A liberdade religiosa enfrenta, ainda no século em que vivemos, conflitos ligados a exteriorização da fé. É o caso do uso do véu integral islâmico. A França, Estado que se diz pluralista, tolerante e democrático, modelo protetor dos Direitos Humanos, adotou a Lei n. 2010 – 1192, promulgada em 11 de outubro de 2010 e cuja entrada em vigor se deu em 2011. Tal medida determinou a proibição da dissimulação da face no espaço público, interferindo assim na liberdade religiosa de muçulmanas que usam burcas e niqabs, limitando a manifestação de suas convicções religiosas. A lei supracitada entra em conflito com Direitos Humanos e, por esse motivo, foi pauta de uma ação na Corte Europeia de Direitos Humanos (CEDH). O objetivo deste trabalho é analisar o julgado que traz o conflito entre Liberdade Religiosa v. Lei 1192 fundamentada na Segurança Pública e na Igualdade de Gênero.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida através do método dialético e hipotético-dedutivo, partindo-se da análise de uma situação concreta de confronto entre princípios e regras, em busca de uma síntese crítica que possa contribuir para a reflexão da Ciência do Direito. A técnica aplicada será a documentação indireta, com ênfase na revisão bibliográfica e no estudo de caso pertinente ao tema.

**(Resultados)** Em 2013, a CEDH julgou o caso S.A.S v. França, referente a um recurso interposto por uma muçumana questionando a validade da Lei n. 2010-1192. A recorrente declarou que fazia uso do niqab nos espaços públicos e privados, não o utilizando constantemente, mas quando, voluntariamente, sentia necessidade em virtude de seus sentimentos espirituais. Na fundamentação, aduziu que a lei transgrediu alguns artigos da Convenção Europeia de Direitos Humanos, como a liberdade de religião. Em suma, o Estado alegou que a proibição imposta visava garantir a segurança pública e assegurar o respeito aos valores de uma sociedade aberta e democrática, buscando a igualdade de gênero. Diante disso, a Corte decidiu que não houve violação a liberdade de religião, reconhecendo a legitimidade da legislação em relação à segurança nacional e considerando que a medida é necessária. Contudo, é notório que existem outros meios de garantir a segurança pública que possam ser mais eficientes e menos gravosos do que a restrição à liberdade de convicções religiosas de uma determinada parte da população, sendo importante ressaltar que, à época em que a França introduziu essa lei em seu ordenamento jurídico, era o país europeu que possuía o maior número de muçulmanos em seu território. Frisa-se também que esse posicionamento restringe, claramente, à esfera privada o direito das mulheres de expressarem sua religião e crenças. Outrossim, de acordo com o discurso do presidente francês da época Nicolas Sarkozy, o véu era uma forma de “reduzir a mulher à servidão e ameaça a sua dignidade (...) e não é um sinal de religião, mas de subserviência”, entretanto, existem mulheres que o usam voluntariamente e seria uma injustiça não garanti-las o direito de escolha.

**(Conclusão)** Por fim, pode-se concluir que a partir dos estudos realizados não houve proporcionalidade no julgamento da CEDH, visto que a Lei 1192 restringiu a liberdade religiosa da população muçulmana de forma excessiva. Esse entendimento surgiu, principalmente, do fato do Estado francês não ter considerado a possibilidade de adoção de medidas que pudessem ser menos restritivas do que a referida lei para garantir a segurança nacional. Além disso, não há amparo jurídico que justifique o argumento da igualdade de gênero. Portanto, se o pedido da jovem fosse analisado com base em outra vertente de pensamento diferente daquela da CEDH, haveria a possibilidade, através da fundamentação aqui dada, de ser julgado procedente.

**Palavras-Chave:** Direitos Humanos. Igualdade de Gênero. Liberdade Religiosa. Segurança Pública.

## O CARÁTER NACIONALISTA DE 'BRASIL PANDEIRO' E SUA RELAÇÃO COM O PRINCÍPIO DA AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS

### **Autor(es):**

*Marina Marciana Barbosa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Fernanda Monteiro Cavalcanti: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Luma Rossana Fernandes de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A concepção de arte como forma de expressão do autor pode ser manifestada por meio de pinturas, poesias e até músicas. É costumeiro que esta forma de expressão seja utilizada para criticar ou defender um sistema. No Brasil, as mensagens intrínsecas de crítica à ditadura militar, cantadas por Caetano Veloso e Chico Buarque são exemplos da arte como forma de expressão. Entretanto, é possível citar outro período da história brasileira no qual isso ocorre: 1940, a presidência de Getúlio Vargas e a composição de "Brasil Pandeiro", a qual acabou por se tornar ícone de glorificação da cultura brasileira. Defende e enaltece o Estado Nacional, assim como a valorização da cultura brasileira, bem como sua independência, ao mesmo tempo em que critica a influência cultural estadunidense no território nacional brasileiro. A partir disso, é possível criar uma relação com o Princípio da Autodeterminação dos Povos, cuja previsão expressa está na Carta das Nações Unidas assinada em 1945, em seu artigo 1º, parágrafo 2º, e é um dos preceitos basilares para os propósitos da ONU no desenvolvimento das relações amistosas entre as nações. Reconhecido como garantidor da livre escolha que os povos tem sobre o direito de se autogovernar, determinando seu regime político, econômico, social e cultural, sem se submeter à vontade de outros Estados. De sua origem, no século XIX na França, até os dias atuais, foi se adaptando ao cenário mundial. Inicialmente inserido no contexto internacional por Lênin, foi discutido por vários outros, até o Presidente Woodrow Wilson chegar à sua versão final de interpretação. Também é reforçado pela Declaração de Viena, a qual reconhece este princípio como inalienável, e cuja negação constitui violação de direitos humanos.

**(Metodologia)** O método utilizado na realização do presente trabalho foi o hipotético-dedutivo, traçando-se um raciocínio lógico baseado em premissas certificadas pela ciência jurídica para chegar à conclusão. O tipo qualitativo de exame do discurso permite o arremate final, por possibilitar a análise interpretativa do discurso contido na letra da música estudada.

**(Resultados)** Portanto, ao mesmo tempo que o Princípio da Autodeterminação dos povos se mostra como norma basilar do Direito Internacional, expressa na Carta das Nações Unidas, este princípio também tem sua incidência em plano interno: no Brasil, é assegurado pelo artigo 4º da Constituição Federal de 1988, institui a soberania como maior elemento formador do Estado brasileiro, e se mostra como um dos princípios-norte das relações internacionais brasileiras. Ademais, tem forte influência sobre o Estado brasileiro, uma vez que é o embrião da liberdade de desenvolvimento econômico, social e cultural, o que pode ser relacionado ao nacionalismo brasileiro, cujo intuito é o de valorizar a diversidade cultural do país, bem como a diversidade do povo. Sendo assim, é possível relacionar este princípio com dois períodos históricos brasileiros, tais quais o Governo Vargas e a Ditadura Militar, os quais, acredita-se, tiveram seus preceitos construídos sob a égide da autodeterminação dos povos, o que justifica o caráter nacionalista desses governos.

**(Conclusão)** Finalmente, considerando o caráter nacionalista do princípio, além do seu enfoque no direito à soberania nacional, é importante ressaltar sua importância no que concerne ao desenvolvimento do Brasil em vários aspectos, assim como seu reconhecimento como nação influente no cenário mundial. Neste sentido, fica clara a relação do princípio com a música "Brasil Pandeiro", gravada pelo grupo Novos Baianos no ano de 1972 e reconhecida como referência na produção artística nacional, cuja letra e melodia conquistam a admiração de todos até hoje, exaltando a cultura brasileira. Aliás, em consonância com a mesma: apesar dos interesses do Tio Sam na nossa batucada, chegou a hora dessa gente bronzada mostrar seu valor!

**Palavras-Chave:** Princípio da Autodeterminação. Direito Internacional. Brasil Pandeiro.

## O COMBATE AO DUMPING SOCIAL E A DEFESA DOS DIREITOS SOCIAIS MÍNIMOS

### **Autor(es):**

*Maria Luiza Ferreira Tosta Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Thiago Reis e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Oriundo do cenário onde se inicia a globalização e o desenrolar da Revolução Industrial, no século XIX, o dumping social pode ser definido como o fenômeno descendente de vantagens econômicas face à precarização e descumprimento de direitos sociais sustentados pelas Declarações, Pactos Internacionais e, pela OIT. Em decorrência da estrutura interconexa do Direito Internacional do Trabalho, englobando também a esfera econômica, o dumping social acaba acarretando prejuízos na balança comercial, face ao barateamento descomunal dos produtos fabricados valendo desta prática.

**(Metodologia)** Realização de pesquisa bibliográfica, valendo-se do método dedutivo para alcançar as conclusões.

**(Resultados)** Observa-se que a maioria dos casos em que há o dumping social ocorre com os empregos outsourcing, quando existe vantagem derivada da superexploração de mão-de-obra nos países em desenvolvimento. Neste viés, a globalização econômica não implicou na extensão das garantias sociais do Estado de bem estar dos trabalhadores. A ideia de se aproveitar da mão-de-obra alheia para gerar altos lucros teve seu nascedouro com o desentrançar da Revolução Industrial, quando ainda se tinha o pensamento feudal do “trabalho enquanto uma mercadoria sujeita às leis de mercado”. A partir daí se inicia o pensamento de defesa dos direitos sociais, quando surge em 1919, a OIT. Seu objetivo inicial era a “igualdade das condições de competição comercial internacional através da padronização das normas trabalhistas, evitando a concorrência internacional se desse em prejuízo dos direitos dos trabalhadores”. Neste fito, percebe-se que a proposta de criação da OIT foi justamente o combate ao dumping social e, só apenas em 1944 que esta Organização começou a restringir seu escopo às políticas sociais. Também albergando defesa aos direitos dos trabalhadores, bem como de todos os outros direitos sociais, há a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que, em seu artigo 23, garante o direito do homem ao trabalho como direito universal. Já os Direitos Humanos, em sentido mais amplo, dão ao trabalho o status de direito social e, assim, eivado de proteção universal, uma vez que promove a dignidade da pessoa humana. Por sua vez, o Pacto dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais da ONU de 1966 teve o condão de positivizar a Declaração de 1948, ao atualizá-la e dar-lhe eficácia. O Pacto traz consigo um grande combate ao dumping social, pois o artigo 7º garante o direito de toda pessoa de gozar de condições de trabalho justas e favoráveis. Entrementes, deve se observar que se tratam de questões de Direito Internacional e, por isto, dependem de ratificação do Estado para vincularem seus efeitos. Como forma de eliminar a ideia de ratificação em se tratando de direitos mínimos e universais, defende-se a aplicação do monismo jurídico.

**(Conclusão)** Diante do exposto, observa que países mais fechados, como o caso da China, relativizam os direitos humanos, alegando que estes vão de encontro à cultura do país, explorando o trabalho por meio das sweatshops. Também se vislumbra a utilização da defesa dos direitos sociais como fachada para o enriquecimento econômico. Conclui-se também que os reflexos do dumping social são perceptíveis em diversas esferas sociais, embora se destaque com a escravidão contemporânea e com o desrespeito a padrões trabalhistas mínimos preconizados pela OIT – ainda que este tenha sido criada para combater o dumping social – valendo-se também do mecanismo do truck-system. Desta sorte, formas de se combater o fenômeno do dumping social são a aplicação direta e incessante das disposições do Pacto da ONU de 1966, a transformação da OMC em um órgão integrante do ECOSOC, bem como o envio destas demandas ao bojo dos Tribunais Internacionais de Direitos Humanos, desde que com celeridade processual, como forma de concretização da justiça.

**Palavras-Chave:** Dumping Social; OIT; Comércio; Direitos Sociais; Violação.

## O DIREITO AMBIENTAL NO ÂMBITO DOS DIREITOS HUMANOS

### **Autor(es):**

*Fernanda Maria da Rocha Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Maria Luísa Romeiro de Carvalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Patrícia Samara Melo Teixeira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Beatriz de Miranda Collier: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem por objetivo tratar da conexão existente entre os direitos humanos e o Direito Ambiental, considerando tanto os aspectos do meio ambiente incorporados ao art. 225 da Constituição Federal, como as medidas tomadas pelo Direito Ambiental Internacional, compreendendo os principais tratados internacionais, com o intuito de expor algumas medidas que evidenciam a relação existente entre os Direitos Humanos e o Direito Ambiental. Desde o final do século XX, a preocupação com o meio ambiente vem crescendo, em decorrência do eminente perigo de destruição da biosfera, visto que há uma exploração descontrolada dos elementos naturais, bem como pela dilapidação dos recursos renováveis. A atual Constituição Federal, em seu artigo 5º, enumera um extenso rol de direitos e garantias individuais, que devem ter força de concretização suprema, sendo entendidos como pilares de um Estado Democrático de Direito. Dentro de sua estrutura dorsal apresenta um extenso rol de direitos fundamentais, no qual está inserido o direito à vida. Uma vez que a espécie humana depende diretamente do um meio ambiente saudável e equilibrado para sobreviver, o desenvolvimento sustentável, em sua expressão ampla, tem por objetivo a proteção da vida humana, sendo a proteção ambiental um instrumento para promover o desenvolvimento humano.

**(Metodologia)** Na presente pesquisa, utilizam-se o método dedutivo, visto que busca demonstrar que o Direito Ambiental está inserido no Direito Humano, tendo como referencial teórico leis, tratados e doutrina. Entre os doutrinadores estão Paulo Machado, Talden Farias, Francisco Coutinho, Geórgia Melo, Celso Antônio Fiorillo, Paulo de Bessa Antunes, entre outros.

**(Resultados)** No regime constitucional brasileiro, o próprio caput do artigo 225 da Constituição da República impõe a conclusão de que o direito ao meio ambiente é um dos direitos humanos fundamentais. Assim o é por ser o meio ambiente considerado um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. A correlação estabelecida entre o Direito Ambiental e os direitos humanos presentes na Constituição Federal comprova que o Direito Ambiental foi incorporado pela Constituição Federal como um direito fundamental humano. Da mesma forma que as medidas tomadas pelo Direito Internacional evidenciam o vínculo existente entre os direitos humanos e o Direito Ambiental, ao envolver medidas que relacionam o direito ao meio ambiente com o direito à dignidade humana, à vida, ao bem-estar, ao acesso à informação, à participação política, ao desenvolvimento da criança, ao desenvolvimento humano integral e ao direito humano econômico.

**(Conclusão)** O direito à vida é um direito fundamental reconhecido universalmente. Para que exercer plenamente esse direito é indispensável a existência de um meio ambiente saudável e equilibrado. O direito ambiental é enquadrado como direito fundamental previsto no artigo 225 da CF/88, sendo o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado um direito diretamente relacionado com a promoção da dignidade da pessoa humana, que está ligada diretamente à qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentável, visando atender o bem-estar e as necessidades dos seres humanos, desta e das futuras gerações. Diante disso, podemos incluir o meio ambiente saudável e equilibrado como um dos direitos fundamentais humanos, pois viver bem e em lugar saudável é um direito individual e coletivo. A conscientização da busca pelo direito ao meio ambiente é evidenciada em âmbito nacional, ao se equiparar este direito aos demais direitos fundamentais incorporados na Constituição Federal, e, em âmbito internacional, ao elencar os diversos tratados celebrados pelos países, demonstrando a preocupação mundial com os aspectos ambientais.

**Palavras-Chave:** direitos humanos; direito ambiental; internacional; meio ambiente; direitos fundamentais

## O DIREITO SUCESSÓRIO CONCERNENTE AO FILHO DE CRIAÇÃO

### **Autor(es):**

*Amanda Felix de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Rodrigues Machado Filha de Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Rebeka Souto Brandão Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A afetividade é o elo que dá estabilidade às relações familiares, assim a “família tradicional” composta por pai, mãe e filhos biológicos já não é unânime no contexto social atual, deste modo, com o surgimento de novos modelos familiares também nascem desdobramentos no reconhecimento dessas novas relações no direito em todas as suas esferas, em particular, o objeto do presente estudo, o Direito Sucessório do Filho de Criação. Assim, a problemática permeada nesse estudo versa sobre os moldes e possibilidades que o direito sucessório alcança e ampara o sujeito de direito aqui enfocado, é dizer, o filho de criação, estudando a importância gerada por esses laços socioafetivos e sua repercussão no Direito com o reconhecimento sucessório do filho de criação com base no princípio da afetividade e igualdade.

**(Metodologia)** A metodologia deste trabalho figura-se por corresponder a adoção do método dedutivo, baseada na análise da Constituição Federal, legislação infraconstitucional, e, notadamente, jurisprudências, porquanto a análise interpretativa de julgados de Tribunais de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, são pilares centrais para o deslinde da problemática apresentada. Em que se pese a escassez doutrinária acerca desta temática, o trabalho teve como fonte o renomado Professor Christiano Cassettari e a ilustre Maria Berenice Dias, autores vanguardistas no direito de família.

**(Resultados)** : As legislações alienígenas justificam o direito Sucessório do Filho de Criação pela posse de estado de filho, ou seja, uma relação afetiva duradoura demonstrada de forma particular e socialmente provada, no dia a dia, por meio de tratamento paterno ou materno filial como se pai ou mãe e filho biológicos fossem, caracterizando assim, a filiação socioafetiva. Embora a posse de estado de filho não tenha previsão legal no ordenamento jurídico brasileiro, a jurisprudência e doutrina veem defendendo sua utilização como meio de prova para dirimir situações jurídicas que surgem nos tribunais, como no reconhecimento da paternidade socioafetiva, contudo, ainda há um cenário de opiniões dissonantes nos Tribunais pátrios, compreendida a partir das jurisprudências divulgadas a respeito da temática aventada, quando se debate o reconhecimento desse filho para herdar bens daqueles que o criou. Alguns julgadores têm se mostrado desfavoráveis ao reconhecimento do filho de criação para fins sucessórios sob vários argumentos, dentre os quais, a mero interesse econômico do autor, a presunção da vontade do falecido em não reconhecer aquele a quem criou como filho, diante da ausência de manifestação de vontade nesse sentido enquanto vivo, através da adoção, por exemplo, ou, ainda, negam o direito do filho de criação a partilha da legítima sob alegação de que, caso fosse do interesse do de cujus transferir patrimônio a esse indivíduo, deveria o ter feito mediante testamento.

**(Conclusão)** É inadmissível entender a filiação apenas por fatores biológicos que unem pais e filhos, mas é possível conceber relações pelo afeto que vem sendo percebido nas instituições familiares modernas. O reconhecimento jurídico tem facilitado, em parte, para esse entendimento, não havendo como reprovar tal conduta, pela simples necessidade de se prestigiar o bem-estar daqueles que passam a ser inseridos em uma família. Porém, a falta de amparo legal e a limitação dada ao reconhecimento dessa filiação socioafetiva, restringindo o âmbito de incidência do Direito de Família, contrapõem –se aos princípios basilares da igualdade, solidariedade e afetividade, não condizentes com a atual postura adotada pela Constituição Federal.

**Palavras-Chave:** Filho de criação, posse de estado de filho, filiação socioafetiva, Direito Sucessório.

**O EMBATE POLÍTICO ENTRE A SOBERANIA E A SUPRANACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA NO CONTEXTO DE EXPLORAÇÃO ECONÔMICA: UMA ANÁLISE DIANTE DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS.**

**Autor(es):**

*Amanda Louise Dias Barros de Azevedo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Marília Bulhões Alexandre: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Daniela Ferreira de Queiroz Serejo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Caio Filipe Rêgo Cavalcanti: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*João Victor Gomes Bezerra Alencar: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O estudo da Amazônia sob a ótica do Direito Internacional Público é de extrema importância para compreender como um dos maiores biomas do mundo vem sendo protegido pelas nações que detêm partes de suas florestas em seus territórios, bem como entender quais são os mecanismos adotados pela comunidade internacional com o intuito de conservá-la para as futuras gerações, levando em consideração sua grande influência e importância para o contexto global do meio ambiente. Levando em consideração que nos artigos introdutórios da Carta das Nações Unidas consta a incompetência da ONU em interferir nos assuntos jurídicos internos das nações, e que também, por outro lado, é dever da Assembleia Geral das Nações Unidas debater aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais pertinentes a todos os seus 193 Estados-membros, o presente trabalho objetiva analisar a possibilidade, ou impossibilidade, de supranacionalizar Amazônia perante as Nações Unidas. Para isso, a comunidade internacional enfrenta um grande embate jurídico e político, levando em consideração a soberania das nove nações que possuem parte da floresta em seu território (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela).

**(Metodologia)** O presente trabalho é fruto da participação dos alunos enquanto diretores do comitê da Assembleia Geral das Nações Unidas na IX UniSim- Simulação Intermundi do UNI-RN. Destarte, foi realizado um levantamento bibliográfico e análise de documentos históricos de Direito Internacional Público, mais especificamente a Carta das Nações Unidas. A pesquisa é qualitativa com abordagem dedutiva quanto aos dados colhidos, com estudo de caso concreto para aprofundamento do problema estudado.

**(Resultados)** A discussão traz o embate entre os países do Pacto Amazônico e aqueles que apoiam a supranacionalização, isto é, que defendem uma relativização da soberania desses países detentores. Essa polêmica surgiu da ideia de um descaso dos governos com a floresta amazônica. O alto desmatamento, a exploração ilegal da madeira, as queimadas e a biopirataria são fortes indícios da negligência e da falta de fiscalização dos países que possuem parte da região. Porém, esse argumento é utilizado apenas para mascarar o verdadeiro motivo: a questão econômica. Se ocorresse a supranacionalização, outros países poderiam usufruir dos abundantes recursos naturais da Amazônia. A ironia é que os países que clamam para que a região seja supranacionalizada com a fundamentação de que a floresta necessita de proteção, são os que possuem um histórico de destruição de suas florestas, com a economia baseada em uma exploração não sustentável. De acordo com os estudos realizados, constata-se que a supranacionalização, na atual conjuntura da ONU, seria impossível. A sua carta deixa claro, mais especificadamente no artigo 2 e 11, que as decisões tomadas na AGNU não têm caráter de cumprimento obrigatório, sendo apenas recomendações aos países, além de expressar que o organismo não tem competência para interferir na soberania interna de seus Estados-membros.

**(Conclusão)** Conclui-se que, dentro do contexto proposto e analisado, o que foi encontrado dentro dessa conjuntura é um embate entre a soberania dos países que possuem o território amazônico no seu domínio e os diversos interesses, não só de exploração econômica nas distintas áreas, mas também de preservação do mesmo, da sociedade internacional, ou seja, dos países que não possuem esse território. Porém é válido ressaltar que tal temática não está concretamente sendo debatida e analisada na esfera que engloba o Conselho, ou seja, isso significa que este é um movimento ainda não deflagrado perante a ONU em assembleia. Desta forma medidas para o tratamento do mesmo ainda teriam que ser refletidas e analisadas para a solução da temática visando o maior benefício para o território.

**Palavras-Chave:** Amazônia. ONU. Supranacionalização.

## O ESTADO DE EXCEÇÃO EM UM ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: QUANDO O EXCEPCIONAL VIRA REGRA

### **Autor(es):**

*Marco Aurélio Pedrosa Maniçoba Júnior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Samuel de Oliveira Martins: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Hallison Rego Bezerra: Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O estado de exceção é o modo de pensar ou proceder afastando-se do comum e do usual; é o desvio da regra, da lei ou da ordem, tendo em vista a consolidação de interesses particulares. Historicamente, é notória tal excepcionalidade na ambiência do Estado nazista, quando Hitler editou o Decreto para a proteção do povo e do Estado que suspendia as liberdades individuais previstas na Constituição de Weimar, bem como nos Estados Unidos da América ao promulgar o Ato Patriota e a Ordem Militar, exterminando os direitos fundamentais dos estrangeiros agora considerados a mais nova “ameaça à segurança nacional”, sob o pretexto dos atentados terroristas do 11 de setembro. No Brasil encontramos habitualmente a presença de medidas excepcionais, suspendendo direitos e, conseqüentemente, maculando o Estado na sua forma democrática. Objetivamos expor, dentro do contexto nacional, a fragilidade do estado democrático de direito frente ao estado de exceção adotado como padrão procedimental.

**(Metodologia)** Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método indutivo, partindo da análise de situações concretas de violação de direitos e garantias fundamentais, em nome de pretensões políticas, de forma que fosse possível chegar até uma conclusão sólida – sempre observando os fatos sob uma lente crítica, herdada de Michel Foucault, visualizando cada elemento não de maneira isolada, mas como parte integrante de uma microfísica do poder. Por conseguinte, aplicou-se os métodos auxiliares histórico e comparativo, na medida das análises de contextos políticos estrangeiros e nacional.

**(Resultados)** No Brasil, encontramos reiteradas vezes situações configurativas de um estado de exceção. Sendo caracterizadas, sobremaneira, pela transvariação fática dos Poderes, ao utilizar-se de estruturas de manobra da ordem jurídica para a imposição da sua vontade. Arquétipo à situação, nos deparamos com o Executivo governando a seu favor, o Poder Legislativo suspendendo os interesses públicos de maneira a prevalecer seus interesses político-econômicos e o Judiciário que, excepcionando-se de uma hermenêutica pura – fato mais latente nas primeiras instâncias, onde pulsa o direito – degeneram, em conjunto, a democracia.

**(Conclusão)** Fortemente baseados em Carl Schmitt e Giorgio Agamben, concebemos o estado de exceção como a viabilização de objetivos políticos, face a suspensão dos direitos e garantias fundamentais. Ao transpor a barreira da estrita legalidade, evidencia-se um terreno fértil à tirania ora encrustada nas raízes de nosso sistema político e legal. Consistente, essencialmente, da utilização de meios constitucionais previstos para alcançar efeitos no âmbito político que não são possíveis em vista da própria constituição. Destarte, como Aristóteles previa que uma democracia poderia degenerar-se em demagogia, é evidente o encaixe do paradigma político brasileiro a um totalitarismo travestido de democracia, no abraço, cada vez mais forte, ao estado de exceção como técnica de governo.

**Palavras-Chave:** Estado de exceção, Aristóteles, Carl Schmitt, Giorgio Agamben, democracia, totalitarismo.



## O ESTADO SOCIOAMBIENTAL DE DIREITO COMO PRESSUPOSTO LÓGICO DA TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL

**Autor(es):**

*Carlos Augusto de Souza Barbalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Estado Socioambiental é uma construção contemporânea e se origina das discussões internacionais sobre a problemática ambiental, que se intensificaram no pós-guerra. É orientado à proteção dos direitos fundamentais numa perspectiva intergeracional, ou seja, ultrapassando as esferas individual e coletiva, tendo em vista que constitui sua tutela sobre um bem difuso, portanto, de terceira geração, cujo titular é toda a humanidade. Com os riscos gerados pela sociedade na segunda modernidade, os Estados redirecionaram suas discussões objetivando propor meios efetivos de proteção ao meio ambiente natural, contribuindo para a efetiva preservação da dignidade humana em sua dimensão ecológica. Assim, a presente pesquisa propõe uma breve análise do Estado Socioambiental como pressuposto teórico do Direito Tributário Ambiental que serve de instrumento na tutela ambiental.

**(Metodologia)** A pesquisa foi classificada como teórica, pois o Estado Socioambiental de Direito é uma construção doutrinária da Teoria do Estado. Além disso, a problemática teórico-conceitual possui repercussões em diversas áreas da ciência jurídica, notadamente Teoria do Estado, Direito Ambiental, Direito Constitucional e Direito Tributário. Bem como, o materialismo histórico e dialético foi utilizado na medida em que o Estado Socioambiental se baseia em fenômenos sociais e ambientais com relevância internacional, desenvolvidos ao longo do tempo. Quanto a sua natureza, classificamos a pesquisa como exploratória, tendo em vista que visa constituir novos parâmetros de pensamento para problemas ainda não bem explorados, a saber: a tributação ambiental.

**(Resultados)** O conteúdo do art. 225 da CF/88 demonstra o papel do Poder Público no cumprimento da proteção ambiental. Aliando o desenvolvimento sustentável (art. 170, inc. VI da CF/88) como um modelo de Estado regulador da atividade econômica que adequa o sistema capitalista aos princípios constitucionais socioambientais, e não unicamente ao crescimento econômico proposto no modelo liberal. Tais medidas possibilitam aos instrumentos tributários de cunho extrafiscal promoverem a sustentabilidade ecológica.

**(Conclusão)** As grandes guerras demonstraram o ápice do desrespeito ao ser humano. Assim, a necessidade de uma reforma de como o ser é tratado foi a grande preocupação dos Estados soberanos da época, mas não bastava só isto, viu-se a necessidade do equilíbrio do homem para com o meio natural, já que as consequências eram drasticamente vistas. Em 1987, o Relatório Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland), da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento levantou a necessidade da dependência do homem ao meio ambiente. É neste contexto que se discute a existência de um modelo de Estado Socioambiental de Direito. A segurança ambiental, agora, tornou-se pauta urgente dos gestores mundiais, e não mais uma questão periférica. É função da nova ordem constitucional, do Estado Social de Direito, assegurar políticas públicas que promovam a sustentabilidade ecológica, bem como, o comprometimento dos poderes públicos em garantir o respeito ao desenvolvimento sustentável das futuras gerações, consistindo, nas duas dimensões jurídico-políticas essências do Estado Socioambiental, assegurando assim um patamar mínimo de proteção ambiental para que haja a plena efetivação de direitos sociais até então mais intangíveis.

**Palavras-Chave:** Teoria do Estado. Direito Constitucional. Direito Ambiental. Direito tributário ambiental.

**O FEMINISMO COMO CRÍTICA DO DIREITO: UMA ANÁLISE DAS MÚSICAS "AI QUE SAUDADES DA AMÉLIA"  
E "DESCONSTRUINDO A AMÉLIA"**

**Autor(es):**

*Maria Luísa Machado Dantas de Sena: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Livia Vieira Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Fernanda Costa Cabral: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Andylla Falcão Motta: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Amélia é que era mulher de verdade. Mas ela “já não quer ser o outro, hoje ela é um também.” Será que é mesmo? As duas frases trazem uma visão sucinta do antagonismo existente entre as músicas “Ai que saudades da Amélia” de 1942, e “Desconstruindo Amélia” de 2011, cujas análises culminaram na realização deste trabalho. No confronto das letras, constata-se a diferença entre a interpretação feita pela sociedade brasileira há 73 anos e atualmente, no que tange a função da mulher no meio social, da família ao mercado de trabalho. No entanto, ainda que se observem algumas conquistas, principalmente àquelas relacionadas aos direitos das mulheres, há questões a serem debatidas, uma vez que a balança da igualdade não está tão equilibrada assim. Desta feita, urge a necessidade do desenvolvimento de uma teoria crítica do direito com base no feminismo, abordando a relação estreita entre teoria e prática. Tendo como plano de fundo as músicas supracitadas, o presente trabalho tem por objeto discutir o feminismo como crítica do direito a partir da análise das conquistas femininas.

**(Metodologia)** Trata-se de pesquisa de caráter qualitativo. Nesse sentido, o método de abordagem é o dialético, por meio da análise do confronto existente entre as músicas citadas como reflexo do contexto de cada período da sociedade brasileira. Outrossim, os métodos de procedimento são o Histórico e o comparativo, a partir da reflexão sobre a representação que tinha a figura feminina, suas lutas e conquistas, de 1942 até hoje. Além disso, produziu-se um questionário, como forma de averiguar qual a visão das pessoas quanto à igualdade entre os gêneros.

**(Resultados)** A Constituição Federal de 1988 reconhece a igualdade de gênero, bem como a dignidade, como bens jurídicos que merecem proteção, estando atrelados a princípios basilares do ordenamento jurídico brasileiro. No âmbito internacional, a Convenção das Mulheres prega a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, ratificado pelo Brasil no ano de 2002. Entretanto, o que nota-se na prática é o distanciamento entre a igualdade formal e material, ressaltando ainda que os próprios aplicadores do direito, em alguns casos, reforçam a culpabilização da mulher, passando a contribuir com o referido distanciamento e com a necessidade que seja fomentado o desenvolvimento de uma crítica ao direito. Percebe-se a transição de uma Amélia conformada em viver dependente do companheiro, para a figura da mulher que luta para conquistar seus direitos e espaço na sociedade, sofrendo, ainda assim, com a desigualdade recaída injustamente sobre ela. No tocante ao questionário aplicado, indaga-se até que ponto o avanço dos direitos das mulheres garantiu a igualdade feminina.

**(Conclusão)** Observa-se, ao longo deste trabalho, a crítica desenvolvida acerca do direito, sob a ótica do feminismo. Por meio de um paralelo traçado entre a pré-compreensão feita pela sociedade da época da música “Ai que saudades da Amélia”, e a realizada pela sociedade dos tempos atuais, na canção “Desconstruindo Amélia”, traz-se à baila o seguinte questionamento: Por que as mulheres alcançaram alguns direitos, mas, ainda assim, não possuem o mesmo grau de igualdade que os homens? Salutar se fez a análise dos direitos civis, trabalhistas e sexuais, mostrando que apesar de muitas conquistas formais, no preceito material as mulheres ainda são deficientes. Destarte, o incentivo ao ingresso da mulher em diversos setores, a inserção dos movimentos feministas e de grandes pensadoras na formação acadêmica pode trazer novas modificações do pensamento a sociedade.

**Palavras-Chave:** Feminismo; Teoria Crítica do Direito; Amélia.

## O FENÔMENO DOS LINCHAMENTOS À LUZ DOS TRATADOS INTERNACIONAIS

### **Autor(es):**

*Aimee Karine Cruz Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Suyane Nielle de Oliveira Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Flávio Macedo Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem por foco principal o fenômeno dos linchamentos, que é realizado, via de regra, por cidadãos comuns de uma sociedade insatisfeita com o cenário atual acerca da violência e da forma como a justiça é feita no país, em virtude dessa e de outras razões, essa população passa também a usar de violência como forma de resolução de conflitos e de responder ao Estado. Esse caminho, no entanto, está na contramão do entendimento internacional no que diz respeito aos Direitos Humanos. Analisaremos o tema linchamento, ressaltando a violação dos princípios constitucionais norteadores de nossa Magna Carta, e do direito brasileiro, bem dos tratados internacionais ratificados pelo Brasil e que versam sobre os Direitos Humanos, além de demonstrarmos a baixa eficácia desses tratados e a necessidade de adoção de novas medidas preventivas no combate a violação de Direitos Humanos.

**(Metodologia)** O referido trabalho realizou-se a partir de levantamentos bibliográficos, bem como pela utilização de um trabalho de conclusão de curso denominado “BREVE ANÁLISE ACERCA DO FENÔMENO DOS “LINCHAMENTOS” À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS E DOS PRINCÍPIOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS”, apresentado no UNI-RN em 2014.

**(Resultados)** Analisando os tratados em questão, percebe-se que estes trazem inúmeras garantias aos Direitos Humanos, inclusive a internacionalização e a consequente obrigatoriedade dos tratadistas em cumpri-los, essa obrigatoriedade trás maior segurança, pois a não observância dos deveres elencados implica na responsabilização do Estado, o que significa, em tese, uma política preventiva mais eficiente. Infelizmente, apesar disso, a violação a tais garantias, é uma realidade constante, o que nos faz concluir ser um problema de eficácia das normas internacionais, havendo a extrema necessidade de se impor consequências mais graves e palpáveis às partes, ao invés de meras recomendações.

**(Conclusão)** Com isso, concluímos que apesar das falhas do sistema internacional, as ratificações aos tratados internacionais já expressam avanços significativos na luta contra as violações aos direitos humanos, pois é a partir da ratificação dos tratados (sobre direitos humanos) e posterior publicação pelo chefe do Poder Executivo, que as Nações, ressaltando o Brasil, se sujeitam às sanções internacionais decorrentes de violações aos Direitos Humanos, são exemplos de tratados internacionais sobre Direitos Humanos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e Pacto de São José da Costa Rica. Todavia, as sanções existentes se mostram insuficientes para coibir práticas contrárias aos direitos humanos, destacando os linchamentos, o que torna necessária e urgente a tomada de novas medidas tanto preventivas, quanto sancionadoras, mais eficazes.

**Palavras-Chave:** Linchamentos, Violações, Tratados Internacionais

**O INFANTICÍDIO EM COMUNIDADES INDÍGENAS BRASILEIRAS SOB A ÓTICA DA UNIVERSALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS E DO RELATIVISMO CULTURAL**

**Autor(es):**

*Luiz Felipe de Medeiros Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Augusto César Costa Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Há uma vasta diversidade de povos indígenas no Brasil. Apesar de cinco séculos terem se passado desde a chegada dos primeiros colonizadores para o que hoje constitui o Brasil, existem muitos grupos tribais que vivem com o mínimo de contato fora do grupo, ou mesmo em completo isolamento. Estes grupos mantêm muito pouca ou nenhuma relação com a sociedade nacional brasileira. Diferentes práticas tradicionais fazem parte da diversidade cultural indígena que está presente no Brasil. Entre estes, a prática de infanticídio, que corresponde à morte imposta às crianças nas aldeias indígenas, em virtude de particularidades relacionadas à cultura. Assim, o presente estudo tem o objetivo de analisar a relação entre a universalidade dos direitos humanos e o respeito à diversidade cultural, especialmente no que tange ao tema do Infanticídio Indígena, possibilitando, assim, buscar um modo adequado de o Estado brasileiro atuar diante destes direitos.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, onde aplica-se o método hipotético-dedutivo de abordagem. Dessa forma, serão tomadas por base a análise bibliográfica do texto do Projeto de Lei no 1.057, de 2007 (Lei Muwaji), textos, manifestações e documentários produzidos por indígenas e não indígenas; e demais referências que possibilitarem um subsídio teórico, garantindo a relação com esse específico contexto.

**(Resultados)** Os casos de Infanticídio Indígena nas tribos brasileiras, trazem a discussão acerca dos seus motivos e costumes. Segundo relatam pesquisadores do Centro de Investigação da UNICEF, muitas são as razões que levam essas crianças à morte. Portadores de deficiência física ou mental são mortos, bem como gêmeos, crianças nascidas de relações extraconjugais ou consideradas portadoras de má sorte para a comunidade. Dessa forma, há de se permitir a busca por assegurar o respeito à diversidade cultural, por um lado, e a proteção de direitos humanos mais fundamentais, como o direito à vida, por outro.

**(Conclusão)** Com isso, devido à complexidade da cultura brasileira, o infanticídio indígena é um tema atual que necessita de muita atenção no âmbito jurídico. Torna-se necessário, portanto, realizar uma valorização sociológica dos grupos indígenas pautados em seus valores, para assim tomar decisões coerentes e não discriminatórias. Faz-se mister, também, que primeiro os indígenas, devem compreender que são sujeitos de direito e quais os valores que esses direitos possuem, ou seja, primeiro se deve conscientizar sobre a existência dos direitos fundamentais e o respeito a esses direitos e como eles podem ajudar a amenizar conflitos. Desse modo, torna-se essencial estabelecer um diálogo intercultural, visando respeitar e entender as diferenças existentes, com o intuito de promover programas elaborados a partir de posicionamentos indígenas, em que poderão opinar em como irá ocorrer a relação entre Estado e a população indígena e quais parâmetros serão aceitos. Portanto, a transformação cultural é inevitável e apenas a convivência e o diálogo intercultural permitirão adquirir novos conhecimentos, para permitir entender e respeitar as diferenças culturais e suas concepções para que se possam criar políticas de reconhecimento de minorias que respeitem os direitos humanos.

**Palavras-Chave:** Infanticídio Indígena. Universalidade e Relativismo Cultural. Direitos Humanos. População Indígena.

## O INFANTICÍDIO NO ANTE PROJETO DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO: VISÃO CRÍTICA E COMPARADA

### **Autor(es):**

*Sabrina Karenine de Souza Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN  
Brenda Figueirêdo de Oliveira Borges: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com o presente trabalho, buscou-se uma análise crítica ao crime de infanticídio previsto no ante projeto do Código Penal parte Geral no artigo 123, comparado com o seu respectivo em vigor no Código atual, descrevendo as divergências de sua interpretação e das conseqüentes dificuldades na aplicação prática. Dessa forma, objetiva-se apresentar o problema do infanticídio no atual Código, por meio de pontos que geram maior controvérsia entre juristas e doutrinadores, identificando a necessidade de reformulá-lo no Anteprojeto do Código Penal e demonstrar quais as mudanças positivas e negativas. Primeiramente, foram descritas as dificuldades encontradas na aplicação do artigo em vigor, sendo elas a complexidade da influencia do estado Puerperal e a problemática da co-autoria, atualmente passível de interpretações pela ausência de especificação. Em seguida, houve a identificação das problemáticas já geradas pelo novo artigo proposto pelo ante projeto, como a influencia do parto e a ocultação da desonra própria, relacionada com a proteção da honra sexual.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho explicativo, visto que busca a compreensão da realidade por meio da análise e interpretação do fenômeno estudado. Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método Hipotético-Dedutivo, uma vez que o ante projeto do Código Penal ainda não entrou em vigor e as críticas partem de hipóteses baseadas na interpretação da realidade vista no artigo atual. Além disso, também foi aplicado o método Contextual, devido a análise a luz do contexto da realidade afetada pela legislação una e nunca isolada. Ainda foi utilizado o método auxiliar comparativo, em virtude da comparação constante entre o artigo em vigor e o proposto pelo ante projeto.

**(Resultados)** Constata-se uma dificuldade na conceituação da “influencia do Estado Puerperal” por parte dos doutrinadores e aplicadores do Direito no contexto penal brasileiro, segundo a qual foi adotada a definição de Guilherme de Souza Nucci “é o que envolve a parturiente durante a expulsão da criança do ventre materno. Há profundas alterações psíquicas e físicas, que chegam a transtornar a mãe, deixando-a sem plenas condições de entender o que está fazendo. É uma hipótese de semi-imputabilidade que foi tratada pelo legislador com a criação de um tipo especial” Portanto, identifica-se que a problemática não é exaurida pelo proposto no ante projeto, o qual insuficientemente modifica para “influencia do parto” razão de gerar mais dúvidas. Logo soluciona apenas a aplicação da pena a pessoas que supostamente concorrem na autoria do infanticídio no paragrafo único. Além de provocar uma mudança lastimável devido a “honoris causa”, pela qual o crime seria justificado pela proteção da suposta honra sexual feminina, modificação caracterizada com um paradoxo na realidade das mulheres atual.

**(Conclusão)** O Anteprojeto do Código Penal, não trouxe soluções para a complexidade do delito em relação a “influência do estado puerperal”, visto que a mudança para “influência do parto” não traz mudanças significativas na prática. Logo, apenas a dificuldade da co-autoria, antes não delimitada pelo legislador foi devidamente solucionada. Entretanto, sua principal mudança foi a inclusão da “honoris causa” que gera mais uma problemática ao presente crime, em vez de solucionar, pois é passível de inúmeras interpretações que poderão ser usadas como justificativas para o delito. É inadmissível, em uma sociedade moderna, na qual se combate antigos preconceitos contra a mulher, haja a aplicação de uma “suposta” proteção a honra sexual, possivelmente prejudicada pela gravidez clandestina de mãe solteira, portanto, esta será a maior mudança negativa proposta pelo projeto.

**Palavras-Chave:** infanticídio; estado puerperal; honoris causa

## O INSTITUTO DE REMIÇÃO DA PENA E A RESSOCIALIZAÇÃO DO CONDENADO

### **Autor(es):**

*Hudson Brendo Lobato Araujo Teixeira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Victor Miguel Duarte Costa Gonçalves: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este trabalho foi feito á luz do sistema penitenciário brasileiro, em especial os presídios do estado do Rio Grande do Norte. O estudo procurou investigar o papel do Estado no que tange as políticas públicas voltadas para a ressocialização dos sujeitos privados de liberdade. Foram apontadas as condições carcerárias, bem como a atuação e a postura dos carcereiros e outras personalidades que constituem a esfera deste sistema. O debate diz respeito à reintegração do preso á sociedade tendo como base o instituto de remição de pena e as leis de execuções penais. O instituto de remição da pena foi abordado de forma abrangente, por ser uma matéria legal e essencial para o desenvolvimento deste estudo, analisou-se o direito de trabalho do cárcere, como também o de estudo, tendo a educação como princípio para a ressocialização.

**(Metodologia)** Fora utilizada uma metodologia de natureza exploratória, com base na legislação brasileira e ainda, um levantamento de pesquisa de cunho bibliográfico, onde foi feita a escolha de doutrinadores renomados no âmbito criminalista nacional, o objetivo foi enriquecer o debate acerca da possibilidade de reintegração social por meio de práticas de restauração do perfil do condenado. O método de abordagem utilizado foi o dialógico, buscando-se uma análise do tempo no campo das ciências sócias, da criminologia e do Direito Penal.

**(Resultados)** Diante da realidade do sistema prisional potiguar explicitada no presente estudo, destacamos as péssimas condições estruturais, o perfil em comum dos presos, segundo dados obtidos, a grande maioria são jovens oriundos das camadas sociais mais pobres, desestruturadas educacionalmente e já enquadradas em uma situação delicada, e que precisam de condições necessárias nos presídios para que haja uma efetiva reflexão e mudança no seu comportamento, para que retorne a sociedade como cidadãos disciplinados. Observou-se a desatenção do Estado no tocante a execução de programas de reinserção social e as notórias consequências que este vazio propicia para o sistema, tendo como exemplo a reincidência. Analisou-se, ainda, o papel do Estado quanto à prestação de serviços públicos que venham a melhorar substancialmente a recuperação do apenado e, por conseguinte a sua volta a sociedade, com um novo perfil, de forma a não reincidir a prática de crimes.

**(Conclusão)** Em virtude dos dados analisados neste estudo, observaram-se os motivos que levam a alarmante porcentagem de reincidência criminal em nosso país, o grau de importância do trabalho e do estudo, como atividades fundamentais de reconstrução da índole do preso para o seu retorno á vida em sociedade. Em contrapartida, os fatos que complicam esta reconstrução, a situação inabitável dos presídios potiguares, se faz necessário um ambiente prisional cômodo para que o indivíduo venha a refletir a sua postura como cidadão, a corrupção inerente ao sistema carcerário, bem como a inobservância do estado no que diz respeito a programas de reinserção social. Se, investidos esses aspectos, a taxa de reincidência criminal poderá diminuir consideravelmente, por fim, o intuito do estudo foi de explorar o sistema e contribuir, tanto para a comunidade acadêmica, quanto para a sociedade.

**Palavras-Chave:** Instituto de remição da pena, ressocialização, sistema penitenciário.

## O PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE E A POSSIBILIDADE DE DESERDAÇÃO NO DIREITO SUCESSÓRIO

### **Autor(es):**

*Luana Jaslana Oliveira do Nascimento: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Josivan Nascimento da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Rafaela Bezerra Rosado Cascudo Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O ordenamento jurídico brasileiro não prevê no Direito Sucessório como causa de deserdação, a ausência de afetividade entre os membros de uma família. Fazendo uma comparação entre o código Civil de 1916 e de 2002, é nítida a evolução que ocorreu no Direito de Família, e que conseqüentemente irá ocorrer também no Direito Sucessório, visto que hoje a prioridade não é o patrimônio, mas sim a dignidade da pessoa humana. Desta forma, é importante frisar que existe uma diferença entre o princípio da afetividade e o afeto, visto que este é um sentimento de amor, de carinho, independentemente de laços sanguíneos, enquanto que aquele é o dever de assistir aos filhos e estes aos pais, quando necessário, porém por imposição legal. Hoje tem-se vários tipos de famílias, não só apenas a tradicional, formada por um homem, uma mulher e os filhos concebidos do casamento. Vale lembrar que tramita no Senado Federal o Projeto de Lei 118/2010, visando alterar a legislação vigente, no que tange a tornar causa de deserdação a ausência de afetividade. "Afastar da sua sucessão aqueles a quem a lei garantiu, em princípio, toda proteção, não se imagine que possa se dar de modo arbitrário, conforme o momentâneo estado de espírito, por exemplo, do testador. Não. A exclusão só se dará por razões expressamente contempladas na lei, cujo rol é taxativo, razões essas que deverão estar claramente mencionadas no testamento, que é o habitat obrigatório desta medida excludente extrema." (HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Deserdação. In: Direito das Sucessões. Coautor: CAHALI, Francisco José. 3ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 298)

**(Metodologia)** Esta pesquisa foi realizada com base na legislação brasileira vigente, sendo estas a Constituição Federal de 1988, o Código Civil de 1916 e de 2002, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente, visando demonstrar a importância do Princípio da Afetividade no seio familiar, bem como uma possível alteração que poderá ocorrer no Direito Sucessório, no que tange as causas de Deserdação.

**(Resultados)** Em conformidade com a pesquisa realizada pode-se observar que existe uma enorme diferença entre afeto e afetividade. Enquanto este é algo imposto por lei, tanto pela Constituição Federal, quanto pelo Código Civil e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, aquele é um sentimento existente entre os membros de uma família, sendo esta biológica ou não. Existe dentro da família o dever mútuo do cuidado, da preservação do Princípio da Dignidade Humana. A ausência desse dever pode ocasionar aos pais a perda do poder familiar sobre aquela criança. Sendo assim, é válido que a ausência da afetividade seja sim uma causa de deserdação.

**(Conclusão)** Com a pesquisa foi possível concluir que para a constituição de uma família, seja qual tipo for, é de fundamental importância o cumprimento daquilo previsto em lei, mas também que haja o cuidado, o afeto, o amor, o carinho, entre os membros daquela família, visto que as conseqüências desses elementos podem ocasionar sérios problemas para todos os integrantes dessa instituição, mas principalmente para as crianças, em virtude destas ainda estarem formando sua personalidade, por serem mais frágeis, o que pode gerar adultos com distúrbios psicológicos importantes.

**Palavras-Chave:** Direito Sucessório; Princípio da Afetividade, Deserdação.

## O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PELA VISÃO DOS TRIBUNAIS

### **Autor(es):**

*Gabriella Farias Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Raphaela Yasmin Perez Abreu: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Thais Bezerra Pinto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*  
*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Versa o presente trabalho sobre o Princípio da Insignificância, trazendo à tona sua imensa importância dentro do ordenamento jurídico penalista e social. A forma como se aplica o preceito do caráter fragmentário do Direito Penal, bem como a proporcionalidade no tocante à aplicação das suas normas que guardam, por si só, uma estreita ligação com o Princípio em análise, demonstram, já em primeira vista, a justificativa para tanta importância. Trata-se, portanto, de um instituto que atinge tanto a parte mais geral do Direito Penal, quanto a sua parte mais específica e prática, restando, no entanto, ainda pequeno (porém crescente) comprometimento para com este que objetive sua valorização normativa e concreta no dia a dia de sua aplicação, ficando não só à responsabilidade dos magistrados de primeiro grau, como dos desembargadores e, mais ainda, dos ministros formadores das “leis práticas”.

**(Metodologia)** O Princípio da Insignificância, infelizmente, ainda não é normatizado em nosso ordenamento. Isto quer dizer que a sua brilhante teoria não chegou a um ponto de praticidade desejável para que se estabeleça um parâmetro normativo. Por este motivo, a sua pesquisa é tão somente baseada nas mais diversas doutrinas, que optam, em sua maioria, por manter um padrão generalizado de explicações deste Princípio, guardando nomes como Cleber Rogério Masson, Francisco de Assis Toledo e Julio Fabbrini Mirabete, bem como (e principalmente) as decisões das cortes superiores, quais sejam Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, tendo este último, como será explanado, trazido à utilidade 4 (quatro) requisitos para a aplicação do Princípio da Insignificância. Desta forma, temos que o referencial teórico para o tema é o sobressalente.

**(Resultados)** O ordenamento jurídico penalista é, em síntese, como brevemente explanado acima, voltado para a fragmentariedade da sua aplicação, isto é: clara rigidez obtida com os devidos diplomas não deve ser aplicada em qualquer caso e sim tão somente àqueles os quais as demais áreas do direito não conseguem suprir com sua capacidade punitiva. No mesmo sentido, faz-se necessário entender que o Princípio da Insignificância rege justamente essa máxima, qual seja a de que não deve o Direito Penal ocupar-se de minúcias, insignificâncias, de modo a não incentivar a banalização das ditas rígidas punições. Com base neste entendimento, estabeleceu o Supremo Tribunal Federal 4 (quatro) requisitos para a sua aplicação, quais sejam: (a) a mínima ofensividade da conduta do agente; (b) a nenhuma periculosidade da ação; (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento; e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada. Em contrário, críticas se posicionam de forma a entender que é crescente e incômodo o popular sentimento de impunibilidade dos delinquentes, de modo que o Princípio da Insignificância, com a sua consequência de falta de tipicidade material, e, em consequente, absolvição do réu, incentiva ainda mais este sentimento, e, pior, o transforma em realidade.

**(Conclusão)** Ante o demonstrado, é fatídico que o Princípio da Insignificância reina no ordenamento jurídico penal e pátrio de um modo geral como de extrema relevância e importância para a manutenção do real objetivo do Direito Penal, mantendo suas origens e possibilidades, e, ao contrário do que versam todas as críticas, tornando-se espelho da evolução não só do próprio ordenamento, como também da sociedade em que vivemos, em âmbito geral.

**Palavras-Chave:** princípio da insignificância; importância; tribunais superiores;



## O PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL E SUA APLICAÇÃO PRÁTICA À JUSTIÇA DO TRABALHO

### **Autor(es):**

*Everlyn de Araújo Guerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Juliana Brito Rocha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Tulio Alberto Benavides Barbosa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Roberta de Castro Miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A primeira legislação em nosso país a reconhecer o princípio do juiz natural como um direito de todos os cidadãos reporta ao ano de 1824 na Constituição do Império. As constituições que sucederam a de 1824, com exceção da Constituição de 1937, também estabeleceram a necessidade da identidade física do juiz no ordenamento brasileiro. Chegando, por fim, na nossa atual Constituição, promulgada em 1988, que dispõe em seu artigo 5º, LIII, sobre o tema. Porém, apesar de estar em nosso ordenamento jurídico há séculos, no que diz respeito ao direito do trabalho, a utilização do princípio do juiz natural ainda não foi devidamente regulamentada, e é justamente nesta omissão que residem as dúvidas quanto ao tema. Seria a sua aplicação compatível com o Direito do Trabalho?

**(Metodologia)** Para tratar do assunto foi elaborada uma pesquisa teórica, abarcando a legislação, jurisprudência e doutrina, como meio de elucidar dúvidas e informar sobre o tema e a sua aplicação prática de forma clara, sucinta e objetiva.

**(Resultados)** No que diz respeito ao princípio do Juiz Natural, as únicas disposições na seara trabalhista sobre o tema resumem-se a duas súmulas. A súmula número 222 do STF e a súmula número 136 do TST, ambas no sentido contrário à aplicação. Atualmente, apenas a Súmula 222 encontra-se em vigor, visto que a Súmula 136 foi cancelada através da Resolução 85/2012, do TST. Porém, devemos levar em consideração que a súmula editada pelo Supremo foi aprovada em 1963, tanto que se refere as Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, hoje conhecidas como Varas do Trabalho, e em razão da sua antiguidade, muitos sustentam que não deveria mais estar em vigor. Apesar do entendimento do Supremo, o Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região editou em 2011 a resolução administrativa nº 48, que dispõe de forma contrária ao texto sumulado, de forma que o magistrado que realizar a instrução processual deve prolatar a sentença e julgar todos os incidentes processuais que por ventura sejam interpostos. Por ser uma justiça que preza pela rapidez na solução dos litígios, razão pela qual, adota a informalidade de seus atos, muitas vezes a designação de magistrados que não estão mais lotados no mesmo local demanda tempo, visto que são feitos através de Atos da Presidência do Tribunal, o que consequentemente gera um atraso no processo indo de encontro com o princípio mais conhecido no âmbito da Justiça Trabalhista, o Princípio da Celeridade.

**(Conclusão)** Apesar de termos que reconhecer a importância da identidade física do juiz, até como forma de segurança das partes no processo, nos casos em que não houver prejuízo para nenhuma delas, deve ser considerada a mitigação do princípio em questão. A Justiça do Trabalho preza pela celeridade, assim sendo, não podemos adotar um princípio de forma absoluta arriscando prejudicar as partes do processo por mera burocracia. É por essa mesma razão que cada vara conta com dois magistrados, sendo ambos investidos na mesma jurisdição e competência (*lato sensu*), para que assim, as demandas sejam julgadas de forma mais célere, não existindo nenhuma restrição ou especificação sobre qual ato cada magistrado deva fazer. Sendo assim, partindo da premissa de que nada no direito é absoluto, devemos analisar cada caso para verificar se o Princípio do Juiz Natural é de fato necessário ao processo trabalhista, levando sempre em consideração a higidez dos atos não prejudiciais.

**Palavras-Chave:** Juiz Natural. Justiça do Trabalho. Princípio da Celeridade.

## O PRINCÍPIO DO JUS POSTULAND E AS INTERROGAÇÕES QUANTO A APLICABILIDADE.

**Autor(es):**

*Rafaela Câmara da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Consolidação das Leis Trabalhistas, publicada em 1943, estabelece em seu art. 791, caput, que “os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar suas reclamações até o final.”, consubstanciando, assim, o princípio do jus postuland, onde o empregado ou empregador adquire a capacidade postulatória para propor reclamações, não necessitando da presença de advogados, singularidade posta a Justiça do trabalho. O artigo acima mencionado contraria o art. 133 da Constituição Federal de 1988 que prevê a indispensabilidade do advogado na administração da Justiça, e o art. 1º, I da Lei 8.906/94 dispendo que “São atividades privativas da advocacia: I – a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais”. Logo, a existência da possibilidade de uma capacidade postulatória posta a qualquer pessoa, seja física ou jurídica, para pleitear na justiça trabalhista em nome próprio conflita com os direitos da classe advocatícia, tornando o advogado dispensável na atividade a qual deveria ser privativa. Por fim, os tribunais da seara trabalhista entendem pela aplicabilidade do Jus Postuland.

**(Metodologia)** O método utilizado neste artigo científico foi qualitativo dedutivo de pesquisa, com o intuito de propor uma análise acerca dos conceitos e conflitos ocorridos no ordenamento jurídico brasileiro e nos entendimentos jurisprudenciais.

**(Resultados)** Haja vista os conflitos existentes entre o art. 133 da CF/88, o art. 1º, I da Lei 8.906/1994 e o art. 791 da CLT, a Associação dos Magistrados do Brasil propôs a Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 1.127, onde, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade da expressão “qualquer” do artigo anterior, prevalecendo o entendimento sobre a aplicação do Jus Postuland. Contudo, há limitações na seara de atuação, pois, de acordo com o entendimento do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho (votação por maioria de 17 a 7), em acórdão relatado por João Oreste Dalazen, EAIRR e RR 85581/2003-900-02-00-5, tornou-se necessária a presença do advogado para interpor recursos no TST, logo, a parte só pode pleitear até a Vara do Trabalho. Além disso, o TST publicou a súmula 425 que dispõe “O jus postulandi das partes, estabelecido no art. 791 da CLT, limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.” Ou seja, não há aplicabilidade do Jus Postuland no TST, sob pena de não conhecimento do recurso. Por fim, após a EC 45/2004, com a competência do art. 114 da CF/88 estendida para relações de trabalho, o jus postuland limita-se a relações de emprego, logo, as relações de trabalho não subordinado necessitam do advogado.

**(Conclusão)** Portanto, comprova-se que apesar do art. 133 da CF/88, o art. 1º, I da Lei 8.906/1994 dispor sobre a importância da presença do advogado quando da postulação de direitos trabalhistas, os tribunais entenderam pela aplicação limitada do jus postuland. No entanto, existem fatos que acarretam algumas complicações processuais, como por exemplo, ausência de tecnicidade presente na capacidade postulatória, tendo em vista que não há jus postuland na interposição de recursos para o TST, afetando assim, de algum modo, a argumentação recursal, não sendo conhecido o recurso.

**Palavras-Chave:** Jus Postuland. Art. 791 da CLT. Art. 133 da CF/88. art. 1º, I da Lei 8.906/94. Conflitos.

**O PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ EM FACE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: UMA ABORDAGEM HERMENÊUTICA SISTÊMICA**

**Autor(es):**

*Rodrigo José Nunes Lisbôa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Matheus Montenegro da Silva : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O novo Código de Processo Civil, de 2015, trouxe consigo uma discussão sobre uma possível revogação tácita do princípio do livre convencimento motivado, visto que não há nele um dispositivo de exata conformidade com o art. 131 do CPC/1973, que tratava dos motivos que formavam o convencimento do juiz. Assim, a presente pesquisa propõe deslindar as dúvidas que surgiram a respeito do tema. Sua relevância se dará devido ao fato de ser um tema recente no panorama jurídico, sendo necessário um estudo detalhado acerca do caso.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho explicativo. Considerando-se os objetivos da pesquisa, procurou-se entender os motivos que levaram ao questionamento tema da pesquisa, tais como a introdução do novo sistema de precedentes e a extinção do princípio do livre convencimento no novo CPC. Assim, utilizou-se o método de abordagem dialético, buscando-se analisar o novo CPC para encontrar ou não artigos que fundamentem o princípio do livre convencimento de forma indireta, com base em uma hermenêutica jurídica sistêmica, que priorize a principiologia constitucional em detrimento de uma interpretação puramente literal do texto normativo.

**(Resultados)** Antes de tudo, cabe ressaltar que o sistema do livre convencimento motivado busca reconhecer a liberdade do julgador para valorar as provas, desde que sejam bem fundamentadas as razões de sua decisão. Consta-se que o princípio do livre convencimento motivado possui um viés muito mais de combate aos sistemas do livre convencimento puro e da prova legal do que de método de aplicação da lei. Além disso, percebe-se que, mesmo sem estar presente de forma explícita no ordenamento, através de outros artigos como, por exemplo, os 371 e o 372 do novo Código de Processo Civil, o princípio ainda deixa suas marcas. Há, contudo, a possibilidade do novo sistema de precedentes impactar no livre convencimento.

**(Conclusão)** Concluiu-se que, apesar do novo Código de Processo Civil não possuir um artigo que explicita a existência do princípio do livre convencimento, esse continua a existir. Como citado anteriormente, dois artigos mantêm as matrizes do livre convencimento. São eles: art 371 – “O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.” Também o art. 372 – “O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.” Além disso, o novo sistema de precedentes acaba por não afetar o princípio do livre convencimento, já que, mesmo antes no novo CPC, era regra a aplicação de leis interpretadas tais quais os tribunais superiores entendessem. Além de que, ainda no que tange aos precedentes, os artifícios distinguishing - que ocorre quando o caso concreto em julgamento apresenta particularidades que não permitem aplicar adequadamente a jurisprudência do tribunal - e overruling – que acontece quando o tribunal, ao julgar um determinado caso concreto, percebe que a sua jurisprudência merece ser revisitada - dão bastante espaço de liberdade decisória para o julgador.

**Palavras-Chave:** Livre convencimento. Novo CPC. Direito Processual Civil.

## O PROCESSO DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA COMO DIREITO DE TODOS

### **Autor(es):**

*Camila Torquato Soares: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Thamella Augusta Ferreira Moraes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Jênnie Delane Silva de Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Cintya Carolina Lopes de Castro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*  
*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Há um direito assegurado à pessoa com necessidades especiais ao convívio, decorrente da Constituição Federal e da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com necessidades especiais. No entanto, devemos observar como elas são vistas pela maioria, as colocando na situação de “diferentes”. A inclusão dos grupos vulneráveis é consagrada, garantindo-se um direito à maioria de conviver com a minoria. A pessoa com necessidades especiais precisa ser incluída; isso é dever de todos. A Constituição Federal procurou resgatar o sistema democrático e, dentre outros importantes comandos, elencou os princípios constitucionais que deveriam servir de fundamento para o novo sistema jurídico que se instalou em 1988. No art. 3º, procurou a Carta Magna traçar o vetor que deveria ser imposto para qualquer interpretação, com os valores a serem aplicados. Foram escolhidos objetivos fundamentais do Estado, destacando-se o comando do inciso IV, qual seja, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. O princípio é inclusivo e deixa claro o dever do Estado de proteger a todos, independentemente do grau de vulnerabilidade. Ainda no quadro constitucional, o princípio da igualdade aparece no art. 5º e em diversos dispositivos, aplicando-se a isonomia nas especialidades possíveis. No que tange à igualdade da pessoa humana com necessidades especiais, há dispositivos específicos no inciso XXXI do art. 7º e regras de igualdade material nos arts. 37, inciso VIII, e 203, inciso V. Ao lado da proteção constitucional, o Brasil assinou a Convenção dos Direitos das Pessoas com necessidades especiais, ratificada e internalizada pelo sistema brasileiro (Decreto nº 6.949/09). A Convenção trouxe algumas normas que produziram efeitos plenos e imediatos, alterando a legislação ordinária brasileira e modificando critérios, dentre outros, sobre a definição de pessoa com necessidades especiais a qual tem hierarquia convencional e não mais legal. Isso significa que, por força do art. 5º, §3º, do texto constitucional, é norma equivalente à emenda. Com isso, revogou um novo conceito para a ordem jurídica brasileira.

**(Metodologia)** Utilizou-se o método indutivo, baseado em referencial teórico bibliográfico de diversos autores, legislação e jurisprudência recente. Tais como: Decreto nº 6.949/09, disponível em [Http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-201](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-201). Decreto 678/92, disponível em [Http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D0678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm). Constituição da República/88, disponível em: [Http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Declaração universal dos direitos Humanos, 1948, disponível em: [Http://pge.sp.gov.br/instrumentos/2decla.htm](http://pge.sp.gov.br/instrumentos/2decla.htm).

**(Resultados)** Se, de um lado, temos a normativa, de outro, todos sabemos que o processo de construção de apoio material para esse acolhimento ainda está em andamento, tendo em vista que, a consolidação da cidadania e conscientização da população é um processo gradativo e lento, devendo ter a presença efetiva de todos para verdadeiros e significativos resultados, vindo assim a beneficiar primordialmente as pessoas com necessidades especiais, cerne dessa pesquisa. É de suma importância a participação não só da sociedade, mas da escola, do Ministério Público para que tal processo seja implementado da melhor forma possível.

**(Conclusão)** Inegável, portanto, que o aparelhamento técnico, pedagógico e mesmo material ainda precisa ser implementado e não basta, por si e tão somente, a norma punitiva. A construção da cidadania é um processo lento, que exige a participação de todos. É preciso formar cidadãos mais solidários, preparados para enfrentar um mundo multifacetado, em que a flexibilidade pode ser fator decisivo para o sucesso profissional e pessoal, mudando a mentalidade da sociedade.

**Palavras-Chave:** Inclusão, necessidades especiais, direito da maioria.

## O PROCESSO DE INCLUSÃO LABORAL A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

### **Autor(es):**

*Josivan Nascimento da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Luiz Felipe Teixeira Maia de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Edney Silva de Lima: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*José Maria da Luz Rebouças Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Daniel Augusto Lopes Paixão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** O presente trabalho vem no sentido de equacionar e nos permitir a reflexão acerca da inclusão social a pessoas com deficiência no Brasil. O presente trabalho se propõe a refletir acerca da realidade enfrentada pelas pessoas portadoras de deficiência, uma vez que sua inclusão no mercado de trabalho consiste em um importante passo em direção do desenvolvimento humano.

**(Proposta do roteiro)** A proposta hodiernamente, se faz imprescindível favorecer a integração do deficiente, ou seja, favorecer a inserção desta categoria no convívio social e principalmente no mercado de trabalho, de modo a garantir a eficácia dos direitos fundamentais preconizados na Constituição Federal de 1988. A segregação impulsionada pelo desinteresse social aos grupos especiais limita ou mesmo impede a manutenção de condições de participação do deficiente no seio da sociedade, comprometendo, portanto, seu desenvolvimento social e profissional.

**(Efeitos esperados)** Apesar do Estado vir de forma inegável desenvolvendo esforços e ações em prol de uma sociedade mais igualitária, priorizando políticas de inclusão social e geração de emprego para portadores de necessidades especiais, observa-se a existência de uma lacuna ainda muito extensa dentro do processo de inclusão laboral por parte daqueles que possuem algum tipo de deficiência. Identifica-se que mesmo diante destes avanços, ainda se percebe determinada carência quanto à criação de empregos destinado aos portadores de necessidades especiais. Entende-se, ainda, que boa parte dos entraves se dá mediante o próprio preconceito alimentado pela sociedade.

## **O SISTEMA CARCERÁRIO E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A REALIDADE**

### **Autor(es):**

*Aísa Ribeiro Harrisson Vieira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Josivania Pereira de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Hallison Rego Bezerra: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Muito se tem discutido acerca da precariedade do sistema carcerário, este que tem por finalidade, segundo a Teoria Mista adotada pelo Brasil, punir e prevenir. Além de ressocializar (que é um gênero da prevenção). Mas será que na prática a prevenção é realizada pelo estado? Paralelo a isso, sabe-se que a dignidade da pessoa humana é um princípio constitucional inerente ao homem, por ser um instrumento de proteção ao indivíduo frente à atuação do Estado, bem como deixa claro o art. 5º da Constituição Federal. As condições atuais das penitenciárias ferem esse princípio? Não seria ele um direito de todos? O presente trabalho tem por objetivo uma reflexão sobre a necessidade de mudança na forma que se conduz a realidade penitenciária, além de uma análise no paradoxo do que é teoricamente garantido e do que efetivamente é encontrado.

**(Metodologia)** Essa pesquisa é humana ou social, foram utilizados o levantamento e a pesquisa exploratória, visto que as idas às penitenciárias possibilitam o conhecimento direto da realidade desses estabelecimentos, juntamente com diálogos diretos com pessoas que trabalham e estão no local. No caso, o método de abordagem é o dedutivo, já que parte de questões gerais para particular e o método de procedimento é o comparativo pois faz a comparação entre ideal e o real.

**(Resultados)** “Se as técnicas de ressocialização fossem respeitadas e aplicadas, com base na garantia constitucional do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, o tempo de pena seria eficaz atingindo os objetivos do Sistema Penitenciário.” (SILVA, 2013). Essa crise no sistema carcerário não é nova, pois, tal problemática se arrasta há décadas, porém, atualmente chegou ao limite. Foi constatada, por meio de visitas e conversas, o total desrespeito a dignidade da pessoa humana. O que se caracteriza majoritariamente pela omissão do estado.

**(Conclusão)** Se é certo que no sistema penitenciário comum 70% dos egressos voltam a cometer crimes, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), será que realmente o problema está sendo resolvido nas cadeias? É nítida a ausência de condições dignas para cumprimento de pena nesses locais, onde se tem a falta de alimentação adequada, de higiene, de espaço, de tratamento psicológico, médico e etc. Portanto, conclui-se a necessidade de investimento nos sistemas de base, como: educação, saúde, moradia, para que realmente exista a prevenção aos crimes. E além disso, uma condição digna para aqueles que cumprem pena nas penitenciárias. A punição pelo delito praticado é correta, o que não é certo são as condições desumanas que os detentos são submetidos.

**Palavras-Chave:** Sistema carcerario. Crise do sistema carcerario. Direitos fundamentais. Direitos humanos. Dignidade da pessoa humana. Sistema carcerario precario.

**O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A  
INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**

**Autor(es):**

*Livia Vieira Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Mariana Socoloski Fernandes de Jesus: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Após a Segunda Guerra Mundial diversos tratados internacionais foram celebrados visando estabelecer princípios norteadores e direitos humanos que visassem garantir o pilar da humanidade: a dignidade da pessoa humana. A América, enquanto região carente por integração e pressionada por um cenário geopolítico de clara multipolarização, decidiu por consolidar seu próprio sistema que garantisse a aplicação dos direitos humanos celebrados universalmente e, através do Pacto de São José da Costa Rica, pelo qual foi celebrada a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a Organização dos Estados Americanos – OEA, constituiu, inicialmente, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH, enquanto órgão autônomo e, mais tarde, surgiu a Corte Interamericana de Direitos Humanos – Corte IDH, inaugurando na região o Sistema Interamericano de Direitos Humanos - SIDH, que engloba os dois já mencionados organismos autônomos da OEA. A partir destes fatores, questiona-se qual a importância deste Sistema Interamericano para a proteção e garantia dos direitos humanos já universalizados. Neste diapasão, a relevância do presente questionamento se aprofunda ao analisar a importância da defesa dos direitos humanos no mundo atual, diante de sua história marcada por tragédias e diante de um presente ainda abalados pelas condições históricas herdadas e por diversas e preocupantes violações. Diante deste cenário e dos questionamentos aqui levantados, o presente trabalho visa discutir a importância da SIDH para a universalização dos direitos humanos.

**(Metodologia)** Trata-se de pesquisa qualitativa, para tanto, esse estudo fundamenta-se em pesquisas exploratórias e de levantamento de informações por meio de fontes documentais e sítios eletrônicos, amparado por uma pesquisa bibliográfica nas áreas de direito constitucional e direito internacional. Utiliza-se o método de abordagem dedutivo através da análise da legislação acerca da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e do Sistema Interamericano de Direitos Humanos – SIDH a partir de princípios gerais do direito até a sua aplicabilidade prática na proteção dos direitos humanos, bem como tem como métodos de procedimento o analítico e o comparativo.

**(Resultados)** A CIDH, enquanto órgão autônomo da OEA, tem como função a observância e defesa dos Direitos Humanos, e funciona, também, como órgão consultivo da OEA em matéria de Direitos Humanos, tendo caráter judicial e diplomático, ainda, tendo poder para a responsabilização dos Estados signatários da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. A Corte IDH, por sua vez, visa a aplicação e interpretação da Convenção Americana, tendo como funções a contenciosa, relativa à tramitação de casos encaminhados pela CIDH e por países membros, e a consultiva, através da qual detém o referido poder interpretativo. Assim, ambos formam o SIDH, objetivando a proteção dos direitos humanos no território americano e tendo como função a análise, através de relatórios e tramitação de denúncias, de diversos casos de violação de direitos humanos ocorridos no território dos países membros da OEA. Verifica-se que sua função principal e seu diferencial frente a diversos organismos internacionais que debatem questões relativas aos direitos humanos, é a de responsabilizar os Estados membros da Convenção Americana e que tenham aceitado a jurisdição da Corte IDH pelos atos violentadores de direitos humanos promovidos por seus agentes ou por omissão destes.

**(Conclusão)** Posto isso, observa-se que a importância do SIDH para a internacionalização dos direitos humanos se dá através de sua função de analisar e julgar casos de violação de direitos humanos, enquanto organismos supranacionais que detêm a prerrogativa de responsabilização dos diversos países americanos que aderiram à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, contribuindo assim, para a garantia destes direitos através da relativização da soberania estatal, fazendo jus à natureza universal dos direitos humanos.

**Palavras-Chave:** Direitos Humanos. Internacionalização. Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

## O TEMPO PARA MCTAGGART E BEAUVOIR

**Autor(es):**

*Juliana Saldanha Osório: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*José Eduardo de Almeida Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em seu célebre artigo “The Unreality of Time” (A Irrealidade do Tempo), de 1908, o filósofo inglês John McTaggart defende pormenorizadamente o argumento contra a realidade do tempo. Segundo o autor percebemos a contagem das horas apenas como uma ilusão. Ao passo em que dispomos conjuntamente de relatos íntimos da escritora e filósofa francesa Simone de Beauvoir, trechos de cartas suas escritas a Jean-Paul Sartre, que compõem memórias póstumas, onde ela afirma: “o tempo é irrealizável”. À luz dessas duas afirmações mostraremos que a reflexão filosófica e as manifestações poéticas exprimem as semelhantes preocupações de uma mesma época.

**(Metodologia)** O presente trabalho foi realizado a partir da leitura dos argumentos apresentados por John McTaggart e Simone de Beauvoir a respeito da irrealidade do tempo, traçando uma analogia entre eles, levando em consideração os aspectos filosóficos e explorando lexicográfica e etimologicamente a palavra irrealizável. Isso pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica e os resultados esperados decorrem dessa leitura comparativa.

**(Resultados)** Dessa forma, a presente pesquisa apresentada aponta para uma convergência entre a concepção de tempo estabelecida pelo filósofo inglês, que afirma haver insustentável contradição em sua constituição, e a autora francesa, que expressa o tempo como fora da existência concreta, inexecutável, inviável. Apesar de se utilizarem de distintas abordagens, o primeiro, valendo-se de teses filosóficas, afirma ser impossível um mesmo fato ser passado, presente e futuro, enquanto ela se expressa por linguagem poética, ambos concluem não haver tempo. Logo uma concepção do tempo que não leve em conta essas características como advertência aos desvios do pensamento, é uma ilusão de todo incoerente.

**(Conclusão)** O resultado da comparação dos significados de “o tempo não é real” (McTaggart) e “o tempo é irrealizável” (S. de Beauvoir) permite chamar atenção para a necessidade de se considerar as relações entre a literatura e a filosofia e, por fim, entre a filosofia do direito. Assim uma construção argumentada com rigor que expõe uma ideia corrente encontra ressonância em outras formas de expressão linguística. Poder-se-ia dizer destarte que há necessidade de buscar na literatura, também, e não somente nas ciências e na filosofia corrente, as características do pensamento da época. A advertência dos filósofos sobre os perigos da linguagem e exibição que fazem os filósofos analíticos dos erros filosóficos decorrentes de descuidos com o significado das palavras utilizadas, não impedem que se busque fora da filosofia as ideias que explicam e dão sentido aos temas fundamentais da vida do homem.

**Palavras-Chave:** Filosofia, Poesia, Linguagem



**O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL: UM ESTUDO NO TOCANTE A SUA CAPACIDADE EM PERMITIR UMA EFETIVA PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS**

**Autor(es):**

*Cícero Alves de Sousa Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Tribunal Penal Internacional é uma instituição criada na passagem dos séculos XX e XXI, motivado por um sentimento comum à comunidade internacional, cujas origens nos remontam ao fim das grandes guerras mundiais. Atualmente é possível perceber no cenário global a existência de inúmeras situações de tensão ou de ocorrência de atos ou omissões que violentem a humanidade; são nessas situações que o TPI deve atuar, prevenindo e reprimindo os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra, e o crime de genocídio. Nesse pórtico, tem-se que o TPI é um mecanismo lapidar para a proteção dos direitos humanos. O objetivo geral do presente trabalho consiste em aferir a timidez normativa do Estatuto de Roma quanto a tutela dos direitos humanos por parte do TPI; ao passo que os objetivos específicos compreendem: i) expor as razões históricas para a criação de uma Corte Internacional de Justiça Penal; ii) destacar a inegável importância da instituição TPI como meio de tutela dos direitos humanos; e iii) Indicar os aspectos organizacionais e estruturantes do TPI.

**(Metodologia)** No que concerne a metodologia de pesquisa, o trabalho em espeque será pautado no método de abordagem hipotético-dedutivo, haja vista que o desenvolver do tema partirá de uma hipótese no sentido de que o Estatuto de Roma não permite uma efetiva proteção da humanidade por parte da TPI, conjecturando tal hipótese para resolver a problemática, que por sua vez procura averiguar até que ponto se chegou com o Estatuto de Roma, no que concerne a proteção aos direitos humanos, e propondo soluções para a resolução do problema. No que tange aos métodos de procedimentos, o presente trabalho se baseará no método histórico; comparativo; e funcionalista. Quanto as técnicas de pesquisa, a coleta de dados para a composição do trabalho consistirá em uma colheita e estudo de bibliografia. Por último, sobre o tipo de pesquisa, o trabalho em análise será qualitativo.

**(Resultados)** O trabalho em exame demonstrou que o Estatuto de Roma ainda não atingiu o patamar ideal para a efetiva e concreta tutela aos direitos humanos violados, caracterizando-se como um diploma tímido quanto ao propósito de sua criação. Nesse sentido, a pesquisa apontou como resultados a existência de uma séria de incongruências que não permitem que o TPI desempenhe o seu ofício da forma devida, quais sejam: i) a omissão da comunidade internacional em registrar no Estatuto um dispositivo proibitivo para o livre uso de armas de destruição em massa; ii) a limitação da legitimidade ativa para o início de uma Ação Penal; iii) a não definição do crime de agressão; iv) a dependência do TPI ao Conselho de Segurança da ONU; e v) o princípio fundamental da complementariedade, que torna o papel da Corte subsidiário.

**(Conclusão)** Não se pode olvidar que a instituição de uma Corte Internacional de Justiça Penal permanente é um fato de extrema importância rumo a prevenção e repressão de atos atentatórios à humanidade, todavia, o sentimento depositado na criação do TPI ainda não pode ser claramente visualizado, haja vista que o diploma regulamentador das atividades da Corte não propicia efetividade à sua tarefa. Por essa razão, o presente trabalho vem propor algumas soluções, todas partindo de uma reforma no Estatuto de Roma, quais sejam: i) a ampliação da legitimidade processual ativa para o início da Ação Penal; ii) conferir ao TPI maior independência e autonomia; iii) a proibição do uso de armas de destruição em massa, e da tipificação do crime de agressão.

**Palavras-Chave:** Tribunal Penal Internacional. Estatuto de Roma. Direitos Humanos.

**OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA: A TEORIA DO DECRESCIMENTO, O DIREITO AO CONSUMO E SEUS REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**Autor(es):**

*Mariana Rocha de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN  
Mayara Fyama Nelo Ferreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*João Batista Machado Barbosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Partindo da análise do documentário intitulado “A Conspiração da Lâmpada”, esse trabalho tem como escopo tratar de algumas reflexões acerca da obsolescência programada, estratégia utilizada como modelo de desenvolvimento econômico. Este estudo traz o conceito da obsolescência programada como uma das estratégias da sociedade de consumo, e ainda acrescenta a possibilidade de combatê-la ao mesmo tempo, defendendo um direito ao consumo e ao desenvolvimento sustentável. Ressalta-se a importância das políticas de combater aos reflexos da obsolescência programada ao meio ambiente, e realiza um estudo de institutos como a atual Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Logística Reversa e a Teoria Cradle to Cradle ou Berço ao Berço, buscando ir além na questão da sustentabilidade.

**(Metodologia)** Para viabilização do estudo, realizamos uma pesquisa de cunho teórico que revela uma análise da problemática da obsolescência programada, no cenário que agregue um modelo de desenvolvimento e cristalice as reais necessidades humanas garantindo o direito ao consumo e ao desenvolvimento sustentável. O método de pesquisa é o dialético interdisciplinar uma vez que não se verifica possível considerar fatos fora de um contexto social, político, econômico e outros fatores. Emprega-se uma pesquisa qualitativa e quantitativa, incluindo-se uma abordagem histórica, doutrinária e jurisprudencial à luz da direito ao consumo e ao desenvolvimento sustentável.

**(Resultados)** Diante do estudo, destaca-se o consumismo como sua face aparente, tudo resultado de uma concepção de desenvolvimento, pautada no crescimento econômico onde a quantidade voa mais alto do que a qualidade e a satisfação das necessidades reais são ultrapassadas por um modelo onde o lucro cria apenas necessidades de produzir e produzir. O consumo consciente se torna efetivo ao ser direcionado levando em consideração os impactos provocados, na busca por um ampliar os impactos positivos e minimizar os negativos de acordo com os princípios da sustentabilidade. Para isso, nosso país é contemplado com vários dispositivos que rege a questão da sustentabilidade e entre eles se destaca a Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos (em suas diretrizes a Logística Reversa), com escopo de reger a responsabilidade compartilhada dos produtores e consumidores pelo ciclo de vida dos produtos, bem como a produção e o consumo pautados na sustentabilidade.

**(Conclusão)** Diante dos estudos realizados e comentados, percebe-se que para romper essa lógica, atitudes individuais ecologicamente corretas por mais importantes e necessárias que sejam não bastam para por si só, para diminuir os impactos trazidos ao meio ambiente. Para garantir a sustentabilidade desejada são necessárias políticas sistematicamente orientadas ao desenvolvimento sustentável. Buscar um maior equilíbrio do econômico-social-ambiental é batalha a ser travada dentro do capitalismo, porque defendemos a ideia de que “desenvolvimento sustentável é um conceito em disputa”. Por fim, o estudo em questão deseja que as políticas de combate a obsolescência sejam orientadas no plano da eficácia, como forma de viabilizar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado essencial a uma sadia qualidade de vida, e assim as gerações presentes e futuras possam desfrutar de uma vida minimamente digna.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento. Consumo. Meio Ambiente. Sustentabilidade

## OS IMPACTOS AMBIENTAIS OMITIDOS PELA INDÚSTRIA AGROPECUÁRIA

### **Autor(es):**

*Maria Clara Dantas Cavalcanti Ribeiro Marinho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Lorena Medeiros Toscano de Brito: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Rodrigo Mendonça Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*LÁvia da Nóbrega Siqueira Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em meio a degradação dos recursos naturais, observa-se cada vez mais crescente o número de projetos socioambientais visando a economia de água e energia a partir de pequenas atitudes rotineiras da população. No entanto, o que não é divulgado e que compõe a maior parte dos recursos desperdiçados, é a atuação de empresas do ramo agropecuário. A partir da análise do documentário “Cowspiracy” (2014), que trata do tema, e de documentos apresentados por campanhas como o “Meat Free Monday” (“Segunda Sem Carne”), temos como objetivo principal verificar se a população possui de fato ciência da atuação negativa dessas empresas no cenário ambiental.

**(Metodologia)** Com base nas questões expostas pelo documentário “Cowspiracy” (2014), como instrumento de coleta de dados, os alunos do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN) foram abordados através de um questionário a ser respondido acerca de três questões sobre as causas dos problemas ambientais atuais.

**(Resultados)** Diante do que foi respondido, por 63 alunos do UNI-RN, no questionário elaborado, constatamos que apenas 17,4% dos alunos abordados tinham ciência do impacto causado por empresas do ramo agropecuário, contra 82,6%, que corresponde aos alunos abordados cujas respostas não tinham nenhuma informação ligada a esse ramo da indústria. A maioria explanou sobre a falta de consciência por parte da sociedade, como o grande uso de carros com combustíveis fósseis e a falta de utilização dos transportes públicos, o desperdício de água em suas residências, além dos lixos jogados de forma incorreta no meio ambiente e a extração da madeira ilegal. Não houve uma opinião concreta acerca de questões como a quantidade de água usada na produção de 1kg de carne, por exemplo. Assim, os alunos apresentaram uma falta de compreensão e conhecimento sobre a realidade cujo o esforço, da sociedade, para economizar recursos naturais, representa uma parte expressamente menor em relação ao que é desperdiçado pelas empresas em questão.

**(Conclusão)** De acordo com os dados obtidos através dos questionários respondidos por alunos do Centro Universitário do Rio Grande do Norte, foi constatado a falta de discernimento sobre as grandes problemáticas causadas pela agropecuária. Através dessa pesquisa, foi concluído que não existe uma informação propagada do grande desperdício de água causado pela criação de gado e agricultura, além do desmatamento em larga escala para a pecuária e a degradação no meio ambiente feito por grandes empresas, junto com o consumo desenfreado, incentivado pelas mídias, por determinados tipos de alimentos. A falta de informação social causa diversos efeitos negativos para o meio ambiente, já que o próprio consumidor não tem a verdadeira noção da quantidade de recursos naturais que está por trás de um pedaço de carne, ou de qualquer outro tipo de alimento oriundo da agropecuária, fazendo com que a procura por uma pecuária sustentável não seja uma das medidas sustentáveis rotineiras da população.

**Palavras-Chave:** Agropecuária, pecuária, agricultura, recursos naturais, sociedade, empresas.

## ÓTICA CONSTITUCIONAL DA QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO REFERENTE A LEI COMPLEMENTAR Nº 105

### **Autor(es):**

*Thaís de Lima Teixeira Machado: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Mariana Diniz Lúcio: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Abimael Silva Chibério: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Caroline Lima Teixeira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho visa dar enfoque a um tema controverso, que vem despertando polêmica. A Lei complementar nº 105/2001, justificada como medida tendente a facilitar e intensificar o combate à evasão de divisas, sonegação fiscal e crimes financeiros outros, veio ao mundo em 10 de janeiro de 2001. A Lei Complementar nº 105, regulamentada pelo Decreto 3.724, também de 10/01/2001, que dentre outras medidas, previu em seu art. 6º o direito de os Fiscos Federal, Distrital, Estaduais ou Municipais terem acesso, sem necessidade de autorização judicial, às informações financeiras e dados bancários de contribuintes contra os quais haja processo administrativo fiscal ou procedimento de ação fiscal em curso. Nesse enfoque, a discussão acerca da quebra do sigilo bancário pelo Fisco não se restringe ao mero embate de normas constitucionais contra normas infraconstitucionais. Mais do que isso, a temática gira em torno de um complexo normativo que resulta no choque de princípios entre si, e de princípios com regras, o que torna a solução desse conflito normativo muito mais complexo.

**(Metodologia)** O método utilizado na pesquisa é o teórico, baseado no estudo das ADI's nº 2.386, 2.390, 2.397 fazendo uma análise profunda acerca dos direitos e garantias fundamentais a privacidade, ao princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, bem como o posicionamento dos ministros da nossa suprema corte.

**(Resultados)** Atualmente, a descrença no poder público e a corrupção no Brasil tem sido um tema em frequente debate. Políticas públicas, saúde, educação, saneamento básico, são fatores que sofrem de “síndrome da inefetividade”, qual seja, as pessoas não veem retorno de suas contribuições e a partir disso, os reflexos são sentidos em nossa educação tributária, na forma de sonegações, evasão de divisas e outros crimes de ordem tributária gerando a “narcoeconomia”. Inicialmente, é apresentado, de uma forma técnica, o conflito normativo objeto deste estudo. Ainda que brevemente, examina-se o conteúdo dos arts. 5º e 6º da LC 105/2001, bem como do art. 5º, incisos X e XII, e art. 145, § 1º, da Constituição Federal, entre outras normas. Em seguida, são analisadas decisões do Supremo Tribunal Federal envolvendo a quebra do sigilo de dados bancários. Foram eleitos julgados que ilustram bem o resultado da ponderação de valores feita pela Corte Suprema. Ademais, procura-se, por meio da análise dessas decisões, vislumbrar qual o posicionamento a ser adotado pelo STF quando do julgamento definitivo da Ações Diretas de Inconstitucionalidade que impugnam os arts. 5º e 6º da LC 105/2001. Convém destacar que o objetivo deste trabalho não é defender a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade dos arts. 5º e 6º da LC 105/2001, não se busca, apresentar uma resposta conclusiva a esta questão. Antes de tudo, procura-se mostrar que a questão do sigilo bancário envolve um conflito de normas constitucionais e infraconstitucionais, e que a solução deste conflito requer uma atividade hermenêutica profunda, que alcance significados e sentidos não tão claros no ordenamento jurídico pátrio.

**(Conclusão)** Diante da diversidade de soluções apresentadas pelos juristas brasileiros, só se pode concluir que não existe uma “verdade absoluta” sobre compatibilidade da quebra do sigilo bancário pela Administração Tributária com as normas constitucionais. Mais do que buscar uma resposta verdadeira sobre essa questão, deve-se buscar um juízo de certeza. Esse juízo será dado pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento das ADI's nº 2.386, 2.390 e 2.397, e bastará para pôr um fim à discussão no âmbito do processo, mas é possível que não estanque a discussão acadêmica.

**Palavras-Chave:** Quebra de sigilo bancário. Educação tributária. Controle de Constitucionalidade. Princípios.

**PENHORA DOS DIREITOS DECORRENTES DA QUOTAS DE SOCIEDADES EMPRESÁRIAS: A PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO DA AFFECTIO SOCIETATIS NA ALIENAÇÃO DAS QUOTAS.**

**Autor(es):**

*Maria Alice de Araújo Leocádio da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Vivianne da Silva Arruda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Victor Lopes Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Código de Processo Civil de 1973 (CPC/73) estabelece em seu artigo 655, inciso VI, a possibilidade de penhora de ações e quotas de sociedades empresárias. No entanto, deve-se atentar para o fato de que a alienação judicial de tais bens, no momento em que trás um terceiro estranho a sociedade para compor seu quadro societário, poderá causar a dissolução da sociedade, e, com isso, fere o princípio da affectio societatis, ou seja, a vontade de associar-se livremente para a consecução de objetivos comuns. Dessa forma, o que se propõe com este estudo é apresentar a possibilidade da penhora tão somente dos direitos patrimoniais inerentes as quotas/ações das sociedades empresárias, sem que seja necessária a retirada do sócio devedor, em respeito ao supramencionado princípio.

**(Metodologia)** Para a realização da pesquisa proposta será realizado um estudo das leis que regem a hipótese, bem como de pesquisa jurisprudencial sobre os dispositivos e princípios em conflito na questão da penhora das quotas, de modo que se possa aferir a possibilidade jurídica da penhora dos direitos patrimoniais das quotas/ações de sociedade e empresária.

**(Resultados)** A possibilidade da penhora das ações e quotas de sociedades empresárias é discutida no âmbito jurisprudencial no que se refere às sociedades limitadas (Ltda.), mormente quando no contrato social há vedação expressa à entrada de novo sócio, uma vez que, em último caso, a penhora de tais bens acarreta o ingresso de indivíduo estranho às atividades da empresa, sem autorização dos demais sócios. Aqueles que defendem a impossibilidade da penhora das quotas alegam que tal fato violaria o princípio da affectio societatis. No entanto, o STJ já pacificou o entendimento da possibilidade de tal penhora, sob o argumento de que o referido princípio não pode ser invocado como óbice ao pagamento da dívida, bem como que tal penhora é devidamente autorizada pela lei e não há qualquer obstáculo legal para a sua efetuação. Apesar de sólido o argumento desse Tribunal Superior, o Eg. STJ não levou em consideração o princípio da affectio societatis, nem tampouco o princípio da função social da empresa, no momento em que a entrada de novo sócio pode acarretar a dissolução da sociedade. Antes da penhora deve-se observar que as quotas possuem natureza dúplice, um aspecto que dá direito de compor a sociedade e o direito de voto, e, por outro lado, a participação na repartição dos lucros da empresa.

**(Conclusão)** Nesta temática em especial, deve-se ponderar o princípio da satisfatividade com os princípios da preservação da empresa e principalmente da affectio societatis, para que se chegue a uma solução que atenda ao fim precípua da execução, a satisfação do crédito, e respeite o ânimo dos sócios de associar-se com objetivos comuns. Tal solução se apresenta na penhora dos direitos patrimoniais das quotas das sociedades limitadas, tendo em vista que não retirará o sócio devedor dos quadros da sociedade, nem tampouco irá retirar seus poderes perante ela, o que ocorrerá é que o credor irá receber a participação dos lucros a que caberia ao devedor na sociedade, como se sócio fosse, sem, no entanto, passar a ingressar a sociedade, que permanecerá com seu quadro societário.

**Palavras-Chave:** Penhora de quotas. Direitos Patrimoniais. Affectio Societatis.

**PERTO DO CORAÇÃO SELVAGEM DE CLARICE LISPECTOR: A PROSA POÉTICA DAS MULHERES NO DIREITO DAS FAMÍLIAS.**

**Autor(es):**

*Cassiene Silvério da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Isabella Jamel Lauar dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Luciana Flávia Nunes Casimiro: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Clarice Lispector é a escritora decidida a desvendar as profundezas da alma humana. Em termos de literatura feminina, Lispector é a responsável por retirar a mulher da condição de anônima e de objeto da literatura, para ser elevada a posição de escritora e protagonista de sua própria história. Em suas palavras: “Ela não era obrigada a seguir o passado, e com uma palavra poderia inventar um caminho de vida.” (LISPECTOR, 1944). A proposta desta pesquisa acadêmica é estudar as relações entre os gêneros, visualizando a histórica condição de inferiorização familiar imposta à mulher, a partir da narrativa de Clarice Lispector, em sua primogênita obra “Perto do Coração Selvagem”. Destaca-se o vínculo direto entre a Literatura e o Direito, especialmente no que toca à observância dos Direitos Civis da Mulher no âmbito do Direito das Famílias.

**(Metodologia)** A linha que conduz o estudo e a reflexão foi tecida a partir do método Teórico, firmado no complexo da análise da obra “Perto do Coração Selvagem”, de Clarice Lispector, escrita no ano de 1944, e a Evolução dos Direitos Civis das Mulheres, presentes nos escritos jurídicos da renomada doutrinadora Maria Berenice Dias, em “Conversando Sobre a Mulher e Os Seus Direitos” (2004) e o “Manual do Direito das Famílias” (2015), promovendo o reflexo do intertexto entre a Literatura e o Direito das Famílias.

**(Resultados)** Em “Perto do Coração Selvagem” há a demonstração existente de uma representação da identidade feminina que converge do plano culturalmente arquitetado para ela. Clarice constrói a identidade humana da mulher independente do homem, seja no nível de ser humano individualizado ou do grupo cultural / social / familiar pertencente. Apresenta a mulher como heroína exemplar na medida em que ela se reconhece como pessoa de direitos, que constrói, encontra e reconhece a sua própria identidade. Em sua narrativa, Clarice indaga: “Onde estava a mulher da voz? (...) Ser livre era seguir-se afinal.” Ao narrar a história de Joana, a moça que ‘ainda não se cansara de existir e bastava-se tanto’ que às vezes, de grande felicidade nada esperava, pois era em si, o próprio fim, Clarice denuncia vozes conservadoras, preconceituosas e limitadoras quanto à liberdade da mulher de construir a sua própria realidade.

**(Conclusão)** A crítica velada de Clarice Lispector ao modelo paternal existente na produção literária é percebida pela maneira como a escritora retrata as condições de vida da mulher no núcleo familiar, levando essa mulher para além do papel submisso a que se permitia e colocando-a num lugar de reflexão privilegiada. Não será mais fácil, quando se está perto de um coração selvagem, pensar a mulher como antes, ignorar a força do feminino e do feminismo na história literária moderna. À sua maneira existencial, uma de suas marcas registradas, Clarice deflagra uma mulher não mais confinada as portas do lar e ao modelo de família tradicional: “Liberdade é pouco. O que eu desejo ainda não tem nome”, desabafa, por meio da voz de Joana, Clarice. A escritora leva essa mesma mulher a limites maiores, onde os seus símbolos internalizados e limites da sua incapacidade se esgotam, extrapolam, e se desnudam numa mulher plena, independente e autossuficiente. Nas palavras de Maria Berenice Dias, podemos ver a ação da escrita de Clarice: “É preciso mostrar às mulheres os direitos que nem sabem que têm, a fim de que possam escapar à submissão passiva que muitas entendem ser – mas não é – o seu cruel destino. Assim se impõe a necessidade de haver reflexões, de modo que não mais se rime amor com dor, submissão com dedicação, honestidade com castidade.”.

**Palavras-Chave:** Direito das Famílias. Clarice Lispector. Perto do Coração Selvagem. Direitos da Mulher. Feminismo.

## PODER POLICIAL: VIOLAÇÃO DE DIREITOS INDIVIDUAIS VERSUS OMISSÃO DO CONTROLE ESTATAL

### **Autor(es):**

*Florença Souza Batista: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Rafaelle Capistrano Lira dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Andressa de Menezes Monte: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Maria de Araújo Ananias: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O objetivo deste trabalho reside na análise da conduta policial sempre que se faz necessária uma abordagem ao cidadão. Pretende-se destacar o exercício da ação realizada com abuso de poder, corriqueiramente evidenciada pela atuação imoderada e, notadamente, despreparada por parte dos agentes públicos. Vislumbra-se, para tanto, o uso da tortura, extorsão e violência, todos esses atos atentando tanto contra a liberdade de locomoção como também em desfavor da integridade física do cidadão. Tais medidas contrapõem-se aos direitos e garantias individuais que se encontram insculpidos no artigo 5º da CF/1988.

**(Metodologia)** O Método adotado para o estudo é o teórico-descritivo, firmando uma análise realizada a partir da doutrina especializada em Direito Administrativo, com base em autores como: Celso Antônio Bandeira de Mello, Hely Lopes Meirelles e Alexandre de Moraes. E legislação relacionada (Lei nº 4.898/65).

**(Resultados)** A presença das forças policiais é essencial para garantir a segurança e o desenvolvimento do Estado a partir do livre exercício dos direitos individuais assegurados aos cidadãos. É o que aduz o art. 144, caput, da Constituição Federal “A segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos[...]”. Pode-se conceituar polícia como sendo a atividade de manutenção da ordem estabelecida em uma cidade, região ou país, implicando basicamente a proteção individual do patrimônio, e outros bens jurídicos, contra atos ilícitos previstos em diplomas penais. A melhor doutrina administrativista nos ensina que a polícia é um dos ramos da administração, cujo objetivo é promover a ordem social, lutando contra o crime que é uma desordem. Nesse ínterim, os agentes policiais possuem a função de caminhar lado a lado com a sociedade, garantindo-lhes o direito à vida, à liberdade, à propriedade, à segurança, por meio de uma força policial devidamente capacitada. Por vezes, estão autorizados a empregar a força e coação administrativa, desde que necessário. Contudo, para que haja a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, não podem as autoridades extrapolar os limites de sua atuação/função a ponto de aniquilar os direitos fundamentais do próximo. Lamentavelmente, algumas corporações policiais se afastam de suas missões constitucionais, preferindo a prática do abuso e o desrespeito à lei. Desta forma, condutas ilegais e desproporcionais submetem as autoridades infratoras a um processo-crime que resultará em sanções penais e administrativas, podendo culminar, até mesmo, com a demissão do serviço público. Nesse sentido, o Estado deverá responder frente aos cidadãos lesados pelos danos suportados em decorrência dos atos praticados arbitrariamente por seus agentes que excedem os limites da lei e desrespeitam a dignidade do administrado. Analisaremos, por fim, os principais pontos da Lei nº 4.898/65, que versa sobre o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade.

**(Conclusão)** Analisando o poder de polícia sob a ótica do direito administrativo, infere-se que ele não deve ultrapassar a satisfação do interesse público (o qual protege), priorizando, assim, a liberdade para o exercício dos direitos individuais, apenas exercendo o controle quando colidir com os interesses da coletividade, bem como o estatal. Nesse sentido, o Estado deverá através da administração pública, investir na melhoria das condições de trabalho; fomentar a infraestrutura e armamentos; Evitar o excesso e sobrecarga de trabalho, dadas as condições de alto risco e estresse a que os policiais estão submetidos diariamente; e sobretudo, capacitar seus agentes para atuar dentro da legalidade. E assim, respeitar os direitos individuais do cidadão no momento da abordagem policial.

**Palavras-Chave:** ABUSO DE PODER. OMISSÃO ESTATAL. PODER DE POLÍCIA. DIREITOS INDIVIDUAIS.

**PRINCÍPIO DA VERDADE REAL: UMA ANÁLISE ACERCA DA SUA DÚBIA COMPLEMENTAÇÃO AO MODELO ACUSATÓRIO DE SISTEMA**

**Autor(es):**

*Ana Carolina Regis de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Beatriz de Lemos Romão: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Mirley de Almeida Cardoso: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Alana Câmara Queiroz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Constituição Federal de 1988 adotou de forma explícita o modelo de processo penal acusatório, caracterizado por um processo de partes e restrita liberdade do juiz quanto à produção de provas. Para alguns doutrinadores, o atual Código de Processo Penal apresenta um descompasso em relação ao posicionamento da Constituição Federal, pois possui resquícios de um modelo inquisitório, sobretudo, no que diz respeito a possibilidade do juiz tomar a iniciativa probatória em nome do dogma da verdade real. É no princípio da verdade real que nasce a possibilidade de se fazer justiça na medida em que o juiz poderá mandar produzir provas buscando atingir a verdadeira realidade dos fatos.

**(Metodologia)** Desenvolveu-se a presente pesquisa tendo por base, primeiramente, Manuais de Direito Processual Penal, bem como, noticiários, revistas jurídicas, artigos publicados, jurisprudência proferida pelos tribunais do Brasil. Também, foram analisadas leis presentes no ordenamento jurídico, assim como entendimentos doutrinários.

**(Resultados)** Com a pesquisa, denota-se que o princípio da verdade real constitui a busca pela realidade do fato ocorrido, objeto da ação penal, através da reconstrução dos fatos. É um princípio eminentemente processual penal, uma vez que o processo civil adota o princípio da verdade formal, ou seja, da verdade que se compreende a partir das provas acostadas ao processo, enquanto que o princípio da verdade real transcende a matéria formalizada nos autos. Neste pórtico, pôde-se constatar que há forte divergência doutrinária no que tange a discricionariedade concedida ao magistrado para atuar no deslinde do processo com fundamento no princípio da verdade real. O referido conflito doutrinário se perfaz em duas vertentes. A primeira defende veementemente que o princípio supracitado complementa o sistema acusatório, enquanto que a segunda repudia a aplicabilidade desse princípio, por dar margem à arbitrariedades, contrariando a sistemática do modelo acusatório, adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro.

**(Conclusão)** Conclui-se, então, com base no entendimento das pesquisas e estudos sobre o tema, que a aplicabilidade do princípio da verdade real fere os princípios inerentes ao sistema acusatório, contudo faz-se primordial na busca da realidade do fato ocorrido para a efetivação da mais lúdima justiça. Cinge esclarecer que o princípio em pauta é essencial ao processo penal, no entanto encontra falhas cruciais na sua aplicabilidade, haja vista comprometer a imparcialidade do magistrado, tão salvaguardada pela Constituição Federal Brasileira. Como forma de garantir a concretização do princípio sub examine, sem maleficar o sistema acusatório, surge a figura do juiz das garantias, contemplado pelo projeto do novo Código de Processo Penal.

**Palavras-Chave:** Verdade Real, Sistema Acusatório, Juiz das Garantias, Processo Penal.



## PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA: O JUDICIÁRIO E AS MENSAGENS SUBLIMINARES

### **Autor(es):**

*Fabício Bruno Silva de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Na sociedade contemporânea temos uma marca na comunicação que é a utilização das redes sociais. Entretanto, apesar do grande número de acessos a essas mídias, muitas, ainda, são as maneiras de divulgação. Há comunicação também por jornais impressos, revistas, televisão, rádio, outdoors e outros. E é nesse universo de comunicação, de propagação de ideias, que o direito vem para regular a participação dos agentes políticos e seus partidos, objetivando manter condições equânimes de participação nas disputas eleitorais. A abordagem desta atividade é feita na propaganda política eleitoral, mais especificamente quando praticada fora do período legal, ou seja, aquela que é irregular ou ilícita. Todavia, não tem o presente trabalho o foco de analisar a propaganda feita de maneira perceptível, mas sim a propaganda oculta e de difícil percepção. Apresenta-se, portanto, as mensagens subliminares. Elas visam alojar-se no subconsciente do receptor das informações para, somente depois, influenciar nas suas escolhas. Para tanto, a dinâmica multidisciplinar foi importante, tendo em vista que aqui são registrados conceitos da publicidade e psicologia. São as mensagens subliminares o objeto do nosso estudo, bem como a interpretação do Estado-Juiz sobre a matéria. A temática abordada surgiu pela curiosidade de entender o significado das aludidas mensagens, e as suas influências no direito; no processo eleitoral. Ademais, preocupava-se com o comportamento da justiça eleitoral na análise dos casos. Em sendo assim, entende-se que o Judiciário tem de maneira recorrente emitido decisões acerca do assunto. Contudo, termina por cometer injustiças e muitas vezes prejudicar prováveis pretensos as disputas eleitorais. Ao final, faz-se uma análise crítica, analisando a justeza dos entendimentos jurisprudenciais, para, até mesmo, investigar criticamente esse julgados.

**(Metodologia)** Nessa linha comunicativa, faz-se a diferenciação de publicidade e propaganda, mesmo de forma introdutória, por compreender a necessidade de conhecê-las, para que, sabendo dos seus diferentes objetivos, não sejam jamais confundidas, haja vista que são habitualmente citadas como se fossem sinônimos. Cabe registrar que na linha da ciência jurídica alguns doutrinadores já apresentam tais conceitos em suas obras. Estuda-se a propaganda, enquanto instrumento que visa infiltrar as ideias do emissor da mensagem, no receptor, com vistas a obter adesão à sua teoria, mais especificamente em agremiação partidária, programa de governo ou na captação de votos. Desta maneira, estuda-se a propaganda subliminar, aquela que aloja-se no subconsciente do receptor e não produz efeitos imediatos e nem é percebida no momento de sua emissão. Na legislação eleitoral encontram-se as normas que regem o processo propagandístico relativo as eleições. Legislação, doutrina e jurisprudência, foram utilizadas para entender as espécies de propaganda política, que não são, por vezes, compreendidas até mesmo por operadores do direito. De igual forma, a jurisprudência foi imprescindível para a averiguação do entendimento da justiça sobre as propagandas subliminares.

**(Resultados)** Com a realização do presente trabalho conclui-se pela dinamicidade da ciência jurídica. O direito é dinâmico e o Estado precisa estar atento as transformações sociais para regular de maneira satisfatória as relações entre os indivíduos, e neste caso, entre os agente políticos, solucionando os conflitos, e garantindo a devida igualdade. Confirma-se a multidisciplinariedade a que estamos envolvidos. Logo, é necessário sempre ampliar conhecimentos. O campo jurídico não se fez suficiente para dirimir as questões relativas as propagandas dissimuladamente ocultas. São poucos os materiais didáticos que se debruçam sobre a matéria na seara do direito. Logo, é imprescindível avançar em outras áreas do conhecimento.

**(Conclusão)** Por fim, o judiciário deve se harmonizar em suas interpretações e buscar decisões justas e que permitam a estrita observância aos princípios legais, sem cercear ninguém do exercício dos seus direitos. Pugna-se que as próximas decisões sejam mais arrazoadas e o tema esteja em harmonia no judiciário.

**Palavras-Chave:** Propaganda eleitoral antecipada. Propaganda subliminar. Judiciário.

## REFLEXÕES JURÍDICAS DA UNIÃO PARALELA DE TERCEIRO DE BOA-FÉ

### **Autor(es):**

*Poilla Gurgel Diniz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Sarah de Oliveira Tenório da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Andrea Karla da Silva Alves : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Carolina Camilo Guedes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Daniela Pacheco Felix: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Luciana Flávia Nunes Casimiro: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente artigo tem por objetivo expor, primeiramente, do que se tratam as chamadas famílias paralelas, quando ocorrem estas uniões, como a situação é prevista no ordenamento jurídico, seja na Constituição Federal, seja em normas infraconstitucionais, a visão dos doutrinadores e a jurisprudência dos tribunais, seu reconhecimento/rejeição e seus efeitos jurídicos. Será abordado ainda as modalidades de entidades familiares como o casamento, o concubinato, e a união estável, assim como as mudanças céleres que ocorreram nos últimos anos.

**(Metodologia)** O método utilizado para a realização dessa pesquisa será bibliográfico de caráter qualitativo, a qual foi desenvolvida através da busca sistemática de artigos em periódicos, sites e revistas atuais que tratam da temática, além do ordenamento jurídico então vigente.

**(Resultados)** Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da criação do Código Civil de 2002, a família passou a ter juridicamente seu sentido de organização ampliado, surgindo a união estável e também as famílias monoparentais, a falta do matrimônio civil, desde então não era mais motivo para o desprestígio das famílias que viviam à margem do casamento, estas então passaram a ser encaradas como entidades familiares e serem protegidas pelo Estado. Embora tenha sido um passo relevante na construção de um Direito de Família contemporâneo e condizente com as estruturas familiares modernas, ainda existe certa resistência a determinados arranjos familiares mais distantes daquilo que se convencionou por ser a estrutura ideal de família. O que mais se vê hoje é que quanto mais o tempo passa mais famílias são formadas fora do casamento sendo assim constituída a família paralela, demonstrando isso, uma pesquisa do Ministério da Saúde revelou o comportamento sexual dos brasileiros. Concluiu-se que um em cada cinco homens casados traiu pelo menos uma vez no último ano, demonstrou ainda que 11% das entrevistadas tiveram relações fora do casamento. As uniões paralelas que resultam destas infidelidades muitas vezes acabam durando anos, com estabilidade e freqüência o que acaba gerando um fato jurídico, muito embora ainda não exista base legal e doutrinária consistente sobre o tema é preciso reconhecer a necessidade de futuramente o Estado passar a tutelar essas relações de fato.

**(Conclusão)** Diante da complexidade do tema, estas novas relações interpessoais que demandam de efeitos jurídicos e que são impulsionadas pelas próprias transformações comuns da sociedade, devem ser observadas com mais atenção. Certas distinções precisam ser feitas e o seu real significado precisa ser classificado com o fim de evitar múltiplos conceitos generalizados. Atualmente, o ordenamento jurídico brasileiro evita ao máximo sua ocorrência, impondo ao terceiro de boa-fé uma série de vedações por vezes injustas aplicadas abstratamente sem a devida ponderação frente ao caso concreto. Por mais que este não seja o padrão comportamental da nossa vida de fato, essa relação trata-se de uma realidade existente, que pode-se reconhecer a livre vontade dos próprios atores da vida em agirem de tal forma. Enquanto não há a regulamentação deste assunto subsistirá dúvidas e polêmicas, verifica-se com isto a necessidade de uma visão mais ampla das uniões.

**Palavras-Chave:** União paralela. Terceiro de boa-fé. Família paralela.

## REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL: A QUESTÃO DA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO MANICOMIAL NO BRASIL

### **Autor(es):**

*Debora Fabricio Silva Santos: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Ana Isabela de Paula Simões Belo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A desinstitucionalização é um processo que visa propor e aplicar alternativas no tratamento de doentes mentais, sendo estas diferenciadas das estratégias aplicadas tradicionalmente pelas instituições manicomiais. Abordamos a questão da desinstitucionalização manicomial no Brasil sobre a ótica constitucional de preservação do princípio da dignidade da pessoa humana, como fundamento do Estado Democrático de Direito. Este princípio também pode ser reconhecido como norteador da reforma psiquiátrica, que ainda está em andamento no Brasil. Como objetivo principal de conscientizar a sociedade como um todo (órgãos públicos, familiares e cidadãos brasileiros) em relação ao tratamento mais digno para estes pacientes e aos programas de assistência previstos legalmente. Mediante dados coletados do Hospital Severino Lopes daremos continuidade ao trabalho para identificar como está sendo o processo da reforma psiquiátrica no Estado do Rio Grande do Norte.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho explicativo, na qual aplicamos o método de abordagem transdisciplinar, tendo em vista sua relevância e repercussão em áreas das ciências sociais aplicadas e o envolvimento com área biomédica. A base para nossa pesquisa foi a empírica, e com auxílio do método indutivo, partimos da análise de situações concretas, dos dados coletados da realidade dos hospitais psiquiátricos do Estado do Rio Grande do Norte, buscando compreender a realidade brasileira relacionada à Reforma Psiquiátrica. No entanto, para construção do tema proposto foi necessário o uso do método de procedimento auxiliar histórico, a fim de facilitar o entendimento do contexto social para o leitor. Devido a observância da grande quantidade de pacientes internados por períodos longos nos hospitais psiquiátricos brasileiros, em específico o Hospital Severino Lopes em nossa cidade Natal/RN, buscamos questionar as medidas adotadas na Constituição Federal, assim como nas leis e portarias que abordam todo o ordenamento psiquiátrico (internação, tratamentos em centros especializados e residenciais).

**(Resultados)** Apesar dos regulamentos jurídicos que referenciam as formas de tratamento dos paciente com doenças mentais, constatamos uma grande falta de informação social com relação aos cuidados e atenções aos referidos pacientes. E uma desorientação quanto a distribuição dos pacientes de acordo com suas patologias, ocasionando uma grande crise populacional hospitalar sem tanta necessidade, pois existem outros meios que promovem estas atenções, como CAPS (Centros de Apoio Psicossocial), Residências terapêuticas entre outros programas assistenciais. Sendo assim, o nosso resultado a compreensão dessa situação sob uma ótica mais humanitária e ao mesmo tempo com um olhar científico dos direitos do humanos.

**(Conclusão)** Buscamos tornar evidente estes programas assistenciais, através das informações coletadas sobre o percurso realizado em todo tratamento, seja ele hospitalar ou extra hospitalar, que hoje denomina-se desinstitucionalização. Ao longo do nosso trabalho defendemos a necessidade de tratamentos dignos aos pacientes psiquiátricos, além de conscientizar a sociedade da importância de reconhecer os instrumentos legais que temos no nosso ordenamento jurídico que aborda sobre a Reforma Psiquiátrica, com referência ao período posterior a vigência da Constituição.

**Palavras-Chave:** Desinstitucionalização Manicomial. Reforma Psiquiátrica. Princípio da Dignidade Humana.

## REFUGIADOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA E JURÍDICA DOS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO AOS REFUGIADOS NO BRASIL

### **Autor(es):**

*Thiago Gouveia da Camara: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Fernanda Monteiro Cavalcanti: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Na contemporaneidade, o fim da Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e o fim do Império Otomano, foram fatores para que houvesse um êxodo massivo de pessoas, sendo esses indivíduos refugiados ou deslocados. Contudo, foi com o fim da Segunda Guerra Mundial que o tema "refúgio" ganhou maiores proporções, visto que dezenas de milhões de pessoas passaram a se deslocar ao redor do mundo, a maioria em virtude da expansão do nazismo pela Europa. Dessa forma, passa a ser necessário determinar a situação dos refugiados, mostrando a realidade dessas pessoas que precisam fugir de seus países devido a perseguições políticas, militares, religiosas, em razão de raça ou até mesmo devido a desastres ambientais. Segundo dados da ONU, estima-se que mais de 45 milhões de pessoas ao redor do mundo são refugiadas, sendo grande maioria em virtude de guerras e conflitos armados. O atual presidente do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, em sua obra *Refúgio no Brasil: A Proteção Brasileira aos Refugiados e seu Impacto nas Américas*, na qual este estudo se baseia, mostra o papel que o Brasil desempenha na política de proteção aos refugiados. O Brasil é tido como um país pioneiro e de liderança na proteção internacional dos refugiados. Foi o primeiro país do cone sul a ratificar a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, no ano de 1960, e um dos primeiros países integrantes do Comitê Executivo do ACNUR, responsável pela aprovação dos programas e orçamentos anuais dessa agência.

**(Metodologia)** A pesquisa a ser realizada neste trabalho é uma análise da situação dos refugiados, que partirá de uma realidade mais ampla, ou seja, mostrar a realidade dessas pessoas ao redor do mundo, de forma generalizada, até chegar à realidade dos refugiados no Brasil, de uma forma mais específica, utilizando-se como parâmetro as normas presentes no Código Civil brasileiro e na Constituição Federal, relacionando-os com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados. As fontes de estudo utilizadas para elaborar a pesquisa, são de livros de autores renomados e especializados no assunto, Códigos, Convenções, relatos de experiência pessoal (diários), documentários, artigos científicos e dados de organizações internacionais sobre o assunto em questão.

**(Resultados)** Esta pesquisa mostra o posicionamento do Brasil com relação aos refugiados, utilizando-se de uma análise crítica dos direitos e garantias que são proporcionados às pessoas que buscam asilo no país, a partir de um referencial histórico que explique os motivos que levam uma pessoa a se refugiar. Dessa forma, foi elaborada a definição do refugiado e os motivos que levam uma pessoa a fugir de seu país para procurar abrigo em outro. Por meio deste estudo, ficou constatado o pioneirismo da República Federativa do Brasil no apoio e suporte aos refugiados.

**(Conclusão)** Por meio dos dados apresentados, faz-se um panorama atual para determinar se a situação do refugiado no Brasil e se a entrada dessas pessoas no país é interessante ou não para a sociedade brasileira. Somente no Brasil, existem mais de 4.715 refugiados dos quais, 2.012 são assistidos pelo ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas), que é uma agência da ONU para refugiados. Nesta pesquisa, são analisados os direitos e garantias proporcionados pelo governo brasileiro, mostrando que os indivíduos que se veem obrigados a exilar-se podem obter documentos, trabalhar, estudar e exercer os mesmos direitos que qualquer outro cidadão estrangeiro legalizado no país. O tema é de suma importância, visto que o número de pessoas que buscam asilo em outros países cresce com o decorrer dos anos.

**Palavras-Chave:** Convenção de 1951. ACNUR. Refugiado. CONARE. Declaração Universal dos Direitos Humanos

**REPRESENTAÇÕES RELIGIOSAS NO PENSAMENTO JURÍDICO BURGUEÊS DA REVOLUÇÃO FRANCESA:  
UMA ANÁLISE DO MARAT EM SEU ÚLTIMO SUSPIRO.**

**Autor(es):**

*Caio Filipe Rêgo Cavalcanti: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O estudo da Revolução Francesa, e de seus legados, é de extrema importância para a compreensão do pensamento jurídico-político moderno, prova disto é que a doutrina civilista tradicional brasileira foi extremamente influenciada pelo Código Civil Napoleônico de 1804 e pelas principais escolas jurídicas francesas do período. No contexto revolucionário, buscou-se o afastamento entre religião e Estado francês, todavia esse afastamento não se deu de maneira total, como se era pregado, a priori, pelos membros da revolução. O presente trabalho tem por finalidade tentar observar, por meio das artes plásticas do período, possíveis conexões entre os pensamentos religiosos e jurídico-políticos então manifestos, lançando luzes sobre a vivência jurídica desse período e as razões de suas principais características.

**(Metodologia)** Para a elaboração do presente trabalho foi-se realizada uma análise bibliográfica, tendo como principal referência o ponto de vista do historiador italiano Carlo Ginzburg, do qual se buscou fazer uma extração qualitativa visando uma melhor compreensão da realidade, sem preocupação com dados estatísticos. Neste trabalho, também, foi-se efetuada uma abordagem iconológica, sendo analisados os quadros, Jesus na cruz entre os dois ladrões, de Peter Paul Rubens, e Marat em seu último suspiro, de Jacques-Louis David, com a finalidade de tentar observar elementos de conexão com o religioso, sagrado, em um quadro feito por um dos revolucionários, os quais pregavam a laicização do Estado.

**(Resultados)** Percebe-se no andamento da Revolução Francesa um processo de dessacralização do cristianismo, ou descristianização, e em paralelo um processo de sacralização de mártires revolucionários, como Jean-Paul Marat, o qual teve seu processo evidenciado no quadro, Marat em seu último suspiro. São encontrados elementos semelhantes entre Marat em seu último suspiro, e o Cristo em seus últimos instantes de vida na cruz do calvário, cena expressa na obra de Peter Paul Rubens, dentre eles, podemos destacar; a textura e coloração das vestimentas, os traços corporais, as expressões faciais e até mesmo a inclinação da cabeça, o que demonstra a preocupação de David em representar Marat como um ser extraordinário, o qual poderia passar a ser identificado na mesma posição simbólica do Cristo, em meio ao processo de descristianização ocorrido na França do período.

**(Conclusão)** Conclui-se que o processo de dessacralização, mais especificamente de descristianização, ocorrido no Estado francês, teve por objetivo, de forma paradoxal, a consagração paulatina de mártires revolucionários e do próprio ente estatal, o qual constituiu a nova conjuntura jurídica-política na França, e explica alguns traços do pensamento das escolas do período, em específico, da Escola de Exegese, e até mesmo do pensamento jurídico moderno.

**Palavras-Chave:** Palavras-Chave: Descristianização, Sacralização, Marat, Revolução Francesa, Direito Burgueês.

**REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA: CONFLITO ENTRE DIREITO A IDENTIDADE GENÉTICA VERSUS  
DIREITO AO SIGILO DO DOADOR DE GAMETAS**

**Autor(es):**

*Maria Alice de Araújo Leocádio da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Victor Lopes Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Vivianne da Silva Arruda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Natália Cristine Cavalcanti de Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Gabriella Simonetti Meira Pires Barbalho: Docente do UNI-RN*

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Na atualidade, a reprodução medicamente assistida se mostra como esperança aos casais, hetero e homoafetivos, que sonham em gerar sua prole, quando esta não é alcançada pelos meios naturais. Muito embora o avanço da medicina no campo da reprodução assistida venha se aperfeiçoando ao longo do tempo, tais avanços não foram ainda acompanhados pelo direito. Mesmo diante de tal situação o direito continua silente, persistindo a lacuna normativa no tange a esse tema de grande relevância na sociedade atual. Desta nova forma de “procriar” surgem grandes debates para a sociedade e para o mundo jurídico, diante dos efeitos destas técnicas nas relações familiares. Atualmente, foi delegado aos magistrados, valendo-se dos princípios, decidirem os casos concretos. Desta forma, o presente artigo visa analisar até que ponto o direito ao sigilo do doador fere o direito a identidade genética, e este fere àquele, para isso, utilizaremos a pesquisa bibliográfica e jurisprudencial acerca do tema.

**(Metodologia)** Para consecução da pesquisa proposta, será feito um estudo bibliográfico e jurisprudencial acerca dos princípios aplicáveis as questões referentes à reprodução humana assistida, de forma a analisar até que ponto o direito ao sigilo do doador fere o direito a identidade genética.

**(Resultados)** A modalidade de reprodução assistida heteróloga, foco do presente trabalho, é espécie de procedimento em que se utiliza do material genético de pessoa alheia ao casal. Fácil perceber que sobre essa modalidade recai grande parte, senão todas, as dúvidas e discussões acerca do tema reprodução humana. Destas questões surgem dois lados que sofrem impactos: a criança que advém desta técnica de reprodução e o doador do material genético. Assim, verifica-se que na questão que ora se aborda há o conflito de dois princípios igualmente fundamentais: dignidade da pessoa humana e inviolabilidade. Devendo haver, como aduz Robert Alexy, o sopesamento dos princípios que se mostram em conflito, no caso concreto, para determinar qual irá prevalecer ao outro.

**(Conclusão)** Nesta problemática em especial, utilizando-se das técnicas de ponderação dos interesses em conflito trazidos pela Constituição Federal, verifica-se que a prevalência do direito da personalidade de conhecer sua origem genética seria o mais acertado, vez que seria menos lesivo que a prevalência do sigilo do doador. Ressalta-se, neste ponto, que o direito a personalidade é a própria satisfação da dignidade da pessoa humana, ao passo que no anonimato do doador de gametas, os prejuízos, por assim dizer, seriam menores, já que não lhe será imputada a paternidade/maternidade, mas apenas a genealogia da pessoa nascida através das técnicas de reprodução heteróloga. Assim, a prevalência dos princípios do melhor interesse da criança e da dignidade da pessoa humana, demonstrado através do respeito ao direito de personalidade, se impõe no caso em tela.

**Palavras-Chave:** Reprodução assistida. Identidade genética. Sigilo do doador de sêmen.

## RESPONSABILIDADE CIVIL DA GESTANTE EM RELAÇÃO A CONDUTAS PREJUDICIAIS AO NASCITURO

### **Autor(es):**

*Igor Giovanne Negreiros Andrade: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Francisco Ney Carvalho de Araújo Júnior: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A dinamização das relações sociais incide diretamente no mundo jurídico através de novas discussões acerca de importantes matérias que norteiam a vida em sociedade. Nessa conjuntura, a doutrina moderna vem se aprofundando na análise da responsabilização civil da gestante em relação a condutas prejudiciais ao nascituro, tendo em vista que a abordagem em foco incide diretamente na proteção aos direitos fundamentais da pessoa concebida. Inicialmente, importa mencionar que a doutrina moderna vem destacando a evolução cada vez mais constante da chamada teoria concepcionista da personalidade jurídica, de modo que esta deve estar presente desde o momento da concepção uterina, sendo, portanto, o nascituro titular de direitos e deveres. Em contrapartida, o nosso Código Civil adota o critério natalista, dependendo a personalidade do nascimento com vida do feto. Outrossim, realizando leitura rápida do art. 2 da Lei Civil, se observa um nítido contrasenso jurídico, ao afirmar que a personalidade se inicia com a vida, porém se resguarda os direitos do nascituro. Nesse mesmo diapasão, a Convenção Americana Sobre Direitos Humanos (Pacto San J. da Costa Rica) também adota o modelo moderno concepcionista, de modo que reconhece que o nascituro já é titular dos direitos da personalidade. Partindo da idéia de que uma convenção sobre direitos humanos, ainda que não incorporado através do art. 5, §3 da Constituição Federal de 1988, constitui norma supra legal, e, portanto, se sobrepõe a legislação civil, é imperioso afirmar que o nosso ordenamento jurídico, em que pese o pensamento adotado na lei civil, adotou o modelo concepcionista, exercendo o pacto internacional um verdadeiro controle de convencionalidade sobre o art. 2 do Código Civil.

**(Metodologia)** O método utilizado na pesquisa é o teórico, baseado na interpretação sistemática do Código Civil (art. 2) e das legislações pertinentes, bem como da análise de artigos científicos, tendo em vista a escassez de estudo acerca de uma temática extremamente atual e pouco discutida em nossos tribunais superiores.

**(Resultados)** De maneira inicial, será realizado uma abordagem sumária acerca da interpretação do art. 2 do Código Civil, relacionando-o com o disposto no Pacto San José da Costa Rica atinente ao tema, diferenciando as teorias acerca da personalidade civil adotadas por cada diploma normativo. A posteriori, é importante destacar quais são os direitos da personalidade atribuídos ao nascituro. Ademais, comentar-se-á especificamente da matéria em foco, sobre a responsabilidade civil da gestante nesses casos, como forma de proteger os direitos fundamentais de quem esta para nascer. Na ocasião, será registrado comentários acerca de artigos científicos, legislações, e, principalmente, a aplicação do tema no direito comparado, já que no ordenamento brasileiro a discussão ainda encontra-se incipiente e carente de aplicação pelos tribunais superiores.

**(Conclusão)** Conforme orientação doutrinária moderna, é inegável atribuir a gestante responsabilização civil por condutas prejudiciais ao nascituro, como forma de proteção aos direitos fundamentais inerentes ao ser humano. Com efeito, a impossibilidade de se violar o feto já é matéria de sanção pelo direito penal, conforme se extrai do art. 124 do Código Penal (Aborto). Além disso, não cabe a gestante dispor de direitos fundamentais do nascituro, sobretudo de maneira arbitrária e consequencialmente prejudicial, em detrimento de sua própria liberdade individual de satisfação. Isto porque, apesar de estarem intimamente conectados no ventre materno, são seres humanos distintos. Acrescente-se que a discussão acerca da matéria em análise ainda se encontra bastante incipiente, tendo em vista que não se tem notícia de qualquer precedente dos tribunais brasileiros.

**Palavras-Chave:** Direitos da personalidade. Responsabilidade Civil. Nascituro. Gestante.

## RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO IMOBILIÁRIO

### **Autor(es):**

*Nayara Karolynne de Oliveira Lucas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Talita Gancedo Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Marcelo Henrique de Sousa Torres: Docente do UNI-RN*

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Frente à realidade hostil da segurança pública nacional, busca-se meios para assegurar os bens privados e a própria vida, assim, surgem os contratos repletos de cláusulas abusivas entre consumidores e empresas especializadas em segurança e monitoramento de residências e estabelecimentos comerciais. O resultado de tantos contratos em desconformidade com a lei é a alta demanda de ações de nulidade de cláusulas contratuais e de responsabilização por determinado dano causado pela falha da prestação de serviço, uma vez que muitas empresas se eximem de suas responsabilidades nos contratos de adesão, dado assim, a relevância do presente trabalho, vez que todos os cidadãos brasileiros precisam ter conhecimento de seus direitos, e mais que isso, ter seus direitos respeitados.

**(Metodologia)** Nesse sentido, buscou-se analisar a conduta e a responsabilização das empresas de segurança e monitoramento quando há falha da prestação de serviços, gerando danos ao contratante. Ademais sabe-se que segundo entendimentos jurisprudenciais é preciso comprovar a culpa ou dolo da empresa, apesar de se tratar de uma relação consumerista, isso porque o uso de sistema de alarme monitorado não é garantia de caráter absoluto contra furtos e arrombamentos, sendo assim, há que se provar que o sistema falhou ou não funcionou a contento para que disso se possa extrair a responsabilidade do prestador desse serviço; no entanto o que busca-se no presente trabalho é como evitar que as empresas se esquivem de seu responsabilidade contratualmente

**(Resultados)** Entretanto, ainda que existam entendimentos jurisprudenciais nesse sentido, não significa dizer que todos os conflitos sobre esse assunto precisam ser decididos no âmbito do judiciário; muitos conflitos advêm da responsabilidade comprovada das empresas e ganham sentido judicial, em razão das firmas prestadoras dos serviços buscarem respaldos em contratos formulados a partir dos seus próprios interesses, não demonstrando interesse em fazer acordos extrajudiciais, vez que até mesmo a morosidade judicial contribui para as empresas continuarem agindo de má-fé, acordando cláusulas em desconformidade com a lei. Ainda assim, aqueles que conhecem seus direitos buscam através do judiciário, respaldados pelo direito do consumidor a reparação dos danos.

**(Conclusão)** Por fim, o Código de Defesa do Consumidor trouxe amparo, principalmente, para parcela mais frágil dentro da relação de consumo, ainda assim coexistem muitos conflitos pelo descumprimento de artigos presentes no referido Código. Desse modo, além do caráter de prevenção da lei é preciso aprimorar as sanções, mas principalmente, a fiscalização do cumprimento dessas normas nos contratos pela autoridade administrativa, aumentando a quantidade de responsáveis em analisar os contratos de adesão das grandes e médias empresas, prevenindo as cláusulas abusivas, o que refletiria no desafogamento do sistema judiciário.

**Palavras-Chave:** consumidores, empresas, segurança, monitoramento, danos, responsabilidade



## RESSOCIALIZAÇÃO DOS APENADOS DO RIO GRANDE DO NORTE: ESTRATÉGIAS PARA O RESGATE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PERDIDOS NO CÁRCERE

### **Autor(es):**

*Camilla Custódio : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A pena, no ordenamento jurídico brasileiro, possui duas funções: a de reprovação e de prevenção. No que concerne à prevenção especial, a qual é direcionada ao apenado, um dos objetivos dela é a de ressocialização, para que o apenado retorne à sociedade efetivamente, de modo que lhe seja retirado o provável estigma que o cárcere emprega. Para isso é necessário utilizar estratégias dentro do contexto carcerário do Rio Grande do Norte que resgatem o vínculo perdido com a sociedade e os direitos fundamentais do reeducando. A presente pesquisa analisou os objetivos e consequências da implementação da APAC, a qual é um projeto que visa fornecer assistência à saúde, jurídica, religiosa sem altos custos, mostrando ser viável economicamente. Ela apenas está sendo fornecida no município de Macau. O que se espera é que a APAC se estenda para as outras cidades do Rio Grande do Norte, para que os outros apenados possam ter as experiências proporcionadas por esse projeto. Além disso, se analisou o impacto que a ressocialização traz para o reeducando.

**(Metodologia)** Trata-se de pesquisa bibliográfica, já que foram utilizados livros, artigos científicos, revistas e jornais. Considerando os objetivos da pesquisa, o método de abordagem utilizado foi o dedutivo, pois se analisou o aspecto do sistema carcerário e da ressocialização em âmbito nacional, mostrando em qual local a APAC foi criada e como ela é utilizada nele. Posteriormente, se analisou a esfera local – o estado do Rio Grande do Norte. Também foi utilizado o método dialógico, pois a pesquisa necessitou da perspectiva do Direito Penal, Constitucional, além da Criminologia. Com relação ao método auxiliar, foi empregado o histórico e estatístico, pois o estudo sobre o sistema prisional perpassou por períodos anteriores ao século XXI, para entender a evolução das penas durante todo esse tempo. Além disso, se utilizou dados estatísticos para averiguar o déficit de vagas no sistema prisional; averiguou-se também como a ressocialização, através do método APAC, contribui para a diminuição da reincidência.

**(Resultados)** Constata-se que a utilização do método APAC como estratégia de ressocialização humaniza o sistema prisional, fazendo com que a subcultura ali existente seja atenuada com a presença de assistência à saúde, religiosa, jurídica e psicológica prestada pela comunidade. Isso faz com que a reincidência seja, em média, de 8,62%; além disso, o custo para cada apenado é, em torno, de um salário mínimo e meio, segundo dados de 2009 da APAC Itaúna. Conforme o exposto pela juíza da Comarca de Macau, Cristiany Maria de Vasconcelos Batista, o sistema prisional convencional não recupera, pois não tem as condições necessárias para que haja a recuperação do apenado. Com opinião semelhante, Gevan de Carvalho Almeida aponta que quando se ingressa na prisão ocorre o fenômeno da 'prisonização', em que existe uma nova sociedade, com leis próprias. É nesse sistema de 'prisonização' que a pena apenas é utilizada com o fim de reprimir e não de recuperar, como a teoria mista impõe.

**(Conclusão)** A ressocialização faz com que o apenado não seja visto como um delinquente à luz do pensamento medieval, mas como um ser humano passível de erros, que deve ter seus direitos fundamentais fornecidos e respeitados, pois eles são indisponíveis, inalienáveis e imprescritíveis. Apenas a liberdade deve ser perdida de forma temporária e não todos os outros direitos fundamentais. Dessa forma, se terá uma pena efetivamente constitucional, que não fira a dignidade da pessoa humana, evitando injustiças e arbitrariedades. Para isso, uma das estratégias é o emprego do método APAC, que fornece condições básicas para a convivência transitória dentro do sistema prisional e reeduca o apenado, desestimulando-o a cometer crimes, para voltar à sociedade.

**Palavras-Chave:** Ressocialização. Direitos fundamentais. APAC. Rio Grande do Norte.

**RESSOCIALIZAÇÃO DOS PRESOS: UMA ANÁLISE DE SUA APLICAÇÃO NO ÂMBITO DO PRESÍDIO ESTADUAL DE ALÇAÇUZ EM NATAL-RN**

**Autor(es):**

*Bruna de Medeiros Jerônimo : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Luísa Paula de Lima Medeiros : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Busca-se discutir a eficácia de ressocialização dos presídios brasileiros, com o intuito de debater os pontos importantes relacionados ao tema. Pretende-se analisar quais as chances dos presos egressos com passagem no Presídio Estadual de Alcaçuz serem reintegrados à sociedade e, principalmente, reconstruir sua vida. A nossa maior atenção está destinada a analisar a aplicação das medidas punitivas e socioeducativas aplicadas no presídio de Alcaçuz, ademais as falhas implantadas que no sistema de ressocialização.

**(Metodologia)** O método de abordagem adotado para alcançar as finalidades propostas foi o indutivo, este parte do fato para a lei, do específico para o abrangente. Como método de procedimento, realizamos um estudo de caso sobre a dinâmica da ressocialização no Presídio de Alcaçuz. Os aspectos analisados foram: as condições de saúde e higiene, ou seja, condições básicas para se viver, a participação da família, a violência interna e a infra-estrutura.

**(Resultados)** A partir de pesquisas feitas, a Lei de Execução penal afirma que a função das penas é de punir e reintegrar o condenado na sociedade. Observa-se que há um retrocesso nos presídios brasileiros quanto a ressocialização do detento, devido a falta de estrutura básica e necessária. Com relação à análise teórica do tema, buscou-se dialogar com autores como: Foucault, Rogério Greco e Bittencourt. Temos como objetivo geral do presente estudo, a análise e problematização do sistema de ressocialização do preso, com intuito de buscar melhorias e soluções para os egressos do Presídio de Alcaçuz, no qual se constituiu em nosso campo empírico da pesquisa. Produto dessa coleta de dados, verificamos que o Código Penal, como também a Lei de Execução Penal, fundamentam todos os direitos e deveres do preso. No entanto, o presídio de Alcaçuz possui pontos que merecem ser reavaliados. Sendo assim, surge a necessidade de investir na infraestrutura dos presídios, bem como nas condições básicas de saúde e higiene, como também na violência interna existente.

**(Conclusão)** O espaço eleito para a realização do estudo foi o Presídio Estadual de Alcaçuz, local em que indivíduos que comentem algum delito e são julgados a um sistema prisional de regime fechado são encaminhados. De acordo com as pesquisas realizadas, podemos analisar que as condições do ambiente são precárias e que boa parte das condições impostas pela Lei de Execução Penal são banalizadas. Com as pesquisas feitas é possível verificar que a violência interna, a superlotação, a falta de condições básicas de saúde, higiene, alimentação, impedem que ocorra uma ressocialização efetiva do indivíduo, levando o método de punição dos presos contra os direitos humanos.

**Palavras-Chave:** Presídios Brasileiros.ressocialização. Alcaçuz. Lei de Execução Penal.

**RETIFICAÇÃO DOS DIREITOS CIVIS: A OMISSÃO DO PODER LEGISLATIVO SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA TUTELA DE IDENTIDADE PESSOAL DOS TRANSGÊNEROS COM BASE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.**

**Autor(es):**

*Dimitria Isabella Lira de Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Allyne de Miranda Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Nathalia Vanessa de Lima Caldas e Sousa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Wanessa Germano Oliveira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A incongruência entre o sexo biológico e a identidade psíquica pertencente ao transgênero tem que ser vista não por meio do procedimento cirúrgico de redefinição do órgão sexual, e sim da compreensão da expressão legítima da condição de gênero. Diferentemente do órgão genital, o gênero psíquico é imutável, identifica o verdadeiro ser do indivíduo. Desta forma, o registro civil deveria expressar essa adequação com base no princípio da dignidade humana, o qual serve de fulcro para a Constituição Federal Brasileira de 1988. Destarte, a presente pesquisa propõe a constitucionalização do direito do transgênero em identificar-se civilmente com seu gênero psicológico independentemente de sua condição biológica, devendo ser regularizada visando assim, a garantia da sua dignidade e integridade social desprovida de discriminação.

**(Metodologia)** O estudo dispõe do método de pesquisa indutivo com base qualitativa, pois objetiva abordar em um caso concreto o reconhecimento de identidade de gênero, dando uma solução jurídica que atenda toda essa minoria prejudicada. Pretendendo moldar com o problema em questão, aplicamos o método exploratório, por não restringir os assuntos referentes à temática abordada. Por tratar-se de uma pesquisa de delineamento experimental, tivemos a oportunidade de observar, avaliar e propor uma possível solução para a ausência de uma regulamentação que admita o reconhecimento da identidade dos transgêneros, sobretudo realizar essa análise de forma ativa e não passiva, incidindo assim sobre as perspectivas exploradas na pesquisa.

**(Resultados)** Verifica-se que não há regramento específico sobre essa determinada questão jurídica que caracteriza uma lacuna do direito. Porém, se uma vez provocada a jurisdição, esta terá que ser executada através do livre convencimento motivado do juiz. Desta forma, tomamos como base para conclusão o provimento por unanimidade da liberação da retificação dos documentos oficiais pela identidade de gênero por meio do acórdão presidenciado pelo Desembargador Rui Portanova do TJ-RS em junho de 2014. Constata-se então, que há a existência do direito fundamental à identidade de gênero, inferindo os princípios constitucionais da igualdade (art. 5º, caput), da liberdade (art. 5º, caput), da privacidade (art. 5º, X), da vedação de discriminações odiosas (art. 3º, IV) e, por fim, o da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III).

**(Conclusão)** Certifica-se a imensa necessidade de uma legislação que garanta aos transgêneros a isonomia diante da sociedade padrão, reconhecendo o direito à documentação pessoal em nome da identidade da escolha de gênero, procurando estabelecer que só possa ser manifestada essa alteração através do consentimento legal da pessoa interessada, não precisando acionar as vias processuais. Como se vê, enquanto uma lei não garante esse direito, é imprescindível a inserção destas pessoas em grupos sociais tais como: escolas, espaços culturais, ambiente de trabalho, familiar, entre outros meios de convívios, permitindo-os usufruir da sua liberdade e autonomia privada existencial de forma plena e digna.

**Palavras-Chave:** Transgêneros. Dignidade Humana. Reconhecimento da identidade.

## RIO GRANDE DO NORTE E SUSTENTABILIDADE

### **Autor(es):**

*Atália Beatriz Silva Almeida: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Samantha Suélida da Silva Cavalcante: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Idalina Duarte Segunda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Nicole Pontes Pessoa e Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** No vídeo trataremos de um assunto bastante discutido atualmente: a sustentabilidade por meio de produção de energia eólica, uma forma das formas mais limpas de obtenção de energia elétrica. O Rio Grande do Norte é a região do país que tem o maior nível de produção de energia utilizando-se de parques eólicos, atualmente são mais de 70 parques em operação. Nosso objetivo principal é incentivar a todos que assistirem o vídeo a tomarem uma postura mais firme em relação a preservação ambiental. Mostramos que o estado do Rio Grande do Norte investe em uma forma sustentável de produção de energia, e através disso colabora com a população em geral. Temos como objetivo secundário passar a ideia de que se todos passarem a tomar atitudes, por menores que sejam, podemos construir um futuro melhor pras próximas gerações.

**(Proposta do roteiro)** Primeiramente mostramos as belezas naturais do estado do Rio Grande do Norte, e em seguida passamos a expor as vantagens de se ter lugares assim, o turismo, por exemplo. Após isso falamos da importância de se manter lugares assim, e citamos que o RN está investindo em formas de produção de energia limpa, por meio dos parques eólicos. Concluímos incentivando todos que assistirem ao vídeo a tomar uma postura assim como a do RN, de preservação da natureza em geral.

**(Efeitos esperados)** Trabalhamos em um editor de vídeos simples, os efeitos são simples também. Últimos efeitos nomeados como "contemporâneos" pelo editor. No início do vídeo colocamos um crédito, e por fim também.

## SE EXISTE O DIREITO À VIDA, EXISTIRIA TAMBÉM UM DIREITO À MORTE?

### **Autor(es):**

*Mateus Navarro Mesquita Carrilho: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Fernanda Guedes Queiroz de Lira : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*LaÃs Gabrielle Pires Barros Guedes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*  
*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (Introdução): O termo ortotanásia têm origem nas expressões gregas “orthos” que podemos atribuir como significado o termo correto, e “thánatos” cujo significado é morte. Dessa forma, percebemos que o termo ortotanásia está relacionado a escolha de uma morte melhor para o paciente, ou seja, uma espécie de “morrer na hora certa”. Assim, essa prática seria uma conduta que os médicos realizam ao ver que o estado clínico do paciente se mostra irreversível e ele possui uma certeza de morte e é devido a isso com o intuito de ofertar ao paciente uma morte mais digna que ela é realizada. Hodiernamente, é importante ressaltar que essa prática é permitida no Brasil. Porém, embora permitida ainda é tratada com enorme preconceito pela falta de informações do senso comum, sendo de suma necessidade um esclarecimento da população entre as diferenças básicas sobre o que ortotanásia, distanásia e eutanásia.

**(Metodologia)** (Metodologia): O trabalho teve como principal fonte metodológica o uso de referências bibliográficas e documental, com a análise da resolução nº 1995/2012 do Conselho Federal de Medicina em contrapartida a análise da Constituição Federal.

**(Resultados)** (Resultados): O processo de ortotanásia acredita veementemente na autonomia individual como forma de dignidade humana, visto que algumas formas de medicalização da vida podem tornar a morte como um processo longo e doloroso. Dessa forma, pensar em ortotanásia significa pensar em um processo de escolha do paciente, é pensar em uma redução da dor e permitir que o desfecho da vida não seja inutilmente prorrogado. Além disso, percebemos durante a pesquisa, que em diversos casos não fica clara a diferença entre eutanásia, distanásia e ortotanásia, e isso acaba causando uma confusão de conceitos, uma vez que a maioria das pessoas acaba elencando uma ilusão do que é ortotanásia à ideia do médico vir a matar o enfermo (pois este não terá condições de sobreviver), como uma espécie de higiene social.

**(Conclusão)** (Conclusão): A ortotanásia necessita de um processo de desmistificação do seu conteúdo, pois é por meio dessa desmistificação que conseguiremos trata-la de forma mais natural. Além disso, é por meio disso que teríamos a oportunidade de conseguir certos avanços importantes para a sua prática, como o testamento vital, que consiste em uma série de medidas na qual pessoas com capacidade físicas ou jurídicas tem o direito e o objetivo de elencar procedimentos à serem realizados com eles ou não quando estes se encontrarem ameaçados por doenças alarmantes. Esse testamento vital, embora provado em diversos países não é permitido no Brasil. Além disso, é visto que, pelo artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, possuímos a garantia da inviolabilidade do direito à vida; porém é necessário e cabe a cada indivíduo refletir se em determinadas situações viver não seria uma espécie de ônus. Assim, pensar em uma inviolabilidade do direito à vida nos remete a manutenção da vida a qualquer custo, entretanto é importante pensar que o direito à vida a qualquer custo não garante que esta seja digna, ou seja, em algumas condições a prática da ortotanásia apesar de ser considerada para a massa populacional como algo ruim assegura a prática de uma morte que nos remete ao natural.

**Palavras-Chave:** Palavras-Chave: Ortotanásia, morte digna, vida.

## **SISTEMA CARCERÁRIO: O BRASIL E A FALTA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS COM OS PRESOS QUE MENSTRUAM**

### **Autor(es):**

*Thalita Barbosa Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Camilla Carvalho Leite : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Brasil, titular de um Estado democrático de Direito destinado a assegurar direitos e garantias individuais e sociais, tem como princípios básicos os direitos fundamentais, prevalecendo entre eles o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, sendo ele abordado no artigo 1º, III da constituição federal brasileira. Assim, essa apresentação vem propor uma análise social e estrutural das condições existentes nos presídios femininos no Brasil, com enfoque no presídio João Chaves, situado na zona norte de Natal/RN. Tal pesquisa visa criticar e buscar uma visão profunda do Estado para com as mulheres que vivem nesse presídio, denunciando as situações precárias em que elas são submetidas diariamente, impossibilitando que tenham uma vida digna mesmo sendo submetidas ao cárcere. O enfoque é exatamente despertar o mínimo de atenção e mudança para essa violação devastadora em que se encontram as presidiárias do complexo João Chaves.

**(Metodologia)** O presente trabalho utiliza o método de pesquisa de campo e descritiva, visto que foram observados os fatos tal como são, evitando uma visão superficial e errônea do que de fato ocorre. Esses fatos estão sendo abordados com a imparcialidade sendo analisados e percorridos sobre o tema proposto pelos diversos âmbitos de pesquisa, tais como as visões sociológica, psicológica, econômica e cultural.

**(Resultados)** De acordo com a análise feita, percebe-se um retrocesso Estatal para com os cidadãos brasileiros, principalmente por parte das mulheres, uma vez que são jogadas no cárcere e dependem das condições que suas famílias tem de mantê-las. Após toda a conquista dos direitos e garantias fundamentais promovidos pela luta popular —detentora do poder constituinte originário — nos últimos séculos, é perceptível que há uma violação de grande parte dessa conquista. Muito se fala nos direitos, mas pouco os tem de fato, pois além de não serem respeitados, os detentores desses direitos não conseguem usufruir, já que são os “violões” e não podem reivindicar nada, pois não estão jogados no sistema por acaso, mas sim por vontade própria, como se o próprio Estado concomitante com a sociedade não fossem responsáveis também. Percebe-se assim, que o Estado não consegue promover sua função, que é além de socializar, reintegrar quando necessário, as presidiárias no Brasil. As mulheres sofrem de um preconceito assíduo, pois essas são consideradas ainda hoje como as que devem estar em casa, mas muitas delas entram “na vida do crime” por influência e muitas vezes por necessidade, como bem relata o livro “presos que menstruam”.

**(Conclusão)** As mulheres muito mais do que os homens sofrem no cárcere, uma vez que são tratadas como eles e carecendo muitas vezes de materiais e instrumentos necessários para a própria sobrevivência, ficando a mercê do que a família disponibiliza. As presidiárias do João Chaves afirmam não saber como lidarão com a vida após a prisão, pois “se não havia oportunidade antes, imagina agora. Quem vai querer fornecer trabalho para uma ex presidiária?” Elas precisam de um aparato maior e eles não são fornecidos. Como um “Estado Democrático de Direito” deixa faltar às necessidades básicas para dignidade humana? Como as apenas cuidaram de seus filhos se não há lugares nem para elas? Como não se indignar com essa situação? Porque não voltar o olhar para esse descaso e usar de artifícios para mudança?

**Palavras-Chave:** Sistema carcerário feminino, presídio feminino, presos, presos que menstruam e complexo prisional João Chaves.

**SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO - UMA ABORDAGEM A LUZ DOS DIREITOS HUMANOS E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

**Autor(es):**

*Jessica Mayara de Souza Brito: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Barbara Dantas Porfirio: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O modelo das prisões brasileiras no que muito se destaca atualmente, de forma quase absoluta, está sendo uma violação aos direitos humanos, ao direito penal e a própria Constituição Federal, na medida em que os direitos fundamentais positivados por estes ramos do direito são constantemente transgredidos. Entre estes direitos vale menção especial ao trabalho, à higiene, à educação e à saúde. Tudo isso danifica a expectativa de recuperação do condenado, que, em tese, é o grande objetivo das prisões.

**(Metodologia)** Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método indutivo, partindo da análise de situações concretas de violação de direitos humanos e fazendo uma análise com base aos autores Rogério Greco, Cezar Roberto Bittencourt e, entre outros, de forma que fosse possível chegar até uma conclusão sólida. Incluindo-se os direitos abordados na legislação e na constituição federal de 1988.

**(Resultados)** Com base aos aspectos considerados nesta pesquisa, percebe-se a disparidade existente entre a lei formal e sua prática, que gera enormes distorções no plano fático. O sistema normativo do Estado, especificamente através da LEP (Lei de Execução Penal), prevê uma série de direitos e garantias do apenado, desrespeitado pelo próprio Estado. Ao violar tais direitos, que são garantias mínimas para o cumprimento da pena e integridade do preso, como, por exemplo, a individualização da pena e a classificação dos condenados, o Estado fere a dignidade do preso. Isso pode ser constatado através da pesquisa levada a efeito, em que os operadores do direito reconhecem que, devido às condições degradantes existentes para o cumprimento da pena, torna-se impossível que esta realize seu escopo primordial: A ressocialização do indivíduo.

**(Conclusão)** Após a análise nas pesquisas realizadas, é possível chegar à conclusão de que o Brasil falha na missão de garantir os direitos humanos aos apenados, privados de sua liberdade e não cumpre com o seu papel de proteção destes indivíduos. Os detentos também são sujeitos de direitos, sendo obrigação de o Estado promover a reabilitação social, em instituições adequadas, com o mínimo de dignidade. Sendo assim, se as técnicas de ressocialização fossem respeitadas e aplicadas, com base na garantia constitucional do princípio da dignidade da pessoa humana, o tempo de pena seria eficaz atingindo os objetivos do sistema penitenciário. Nota-se também que a sociedade tem enorme descrença e intolerância quanto à reintegração social do preso, sendo que é necessária a participação efetiva da comunidade, para se pensar nesse retorno do preso ao seu meio. Lançando um olhar mais humano e deixando de lado os preconceitos, que consideram o apenado como se fosse um ser irrecuperável. Resta a afirmativa de que "todo e qualquer sacrifício que se fizer no caminho de conseguir a reinserção social, ainda que de um só ser humano, será válido."

**Palavras-Chave:** Penitenciária. Ressocialização. Desrespeito ao ser humano.

**SISTEMA PENITENCIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA SOBRE AS TRÊS  
MAIORES UNIDADES PRISIONAIS DO ESTADO E SEUS ASPECTOS PREVENTIVOS.**

**Autor(es):**

*Monique de Souza Martins: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN  
Ambrozina Cecilia Veras de Brito: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN  
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Considerando-se que a pena é uma consequência imposta pelo Estado quando alguém comete um crime, o direito penal brasileiro adota uma teoria que busca a reprovação e a prevenção do crime. Reprovar para que o indivíduo não saia impune pelo ato cometido e prevenir para que frente as reprovações outros não cometam o mesmo delito. Essa mesma teoria busca desse modo ressocializar o indivíduo para que o mesmo retorne a sociedade diferente de como entrou no cárcere. Frente a isso, surgem diversas questões: A pena realmente cumpre esse efeito ressocializador ou contrariamente agrava ainda mais a personalidade do apenado? Que tipo de ressocialização busca-se conseguir? Como funciona realmente essa aplicação de pena que busca ressocializar o apenado? Pretende-se impedir apenas que o condenado volte a praticar novos crimes ou pretende-se que ele volte para a sociedade capaz de ter uma vida útil? Com base nessas questões o presente trabalho pretende mostrar a realidade do Sistema Penitenciário do Rio Grande do Norte.

**(Metodologia)** Refere-se a uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório. Tendo em vista os objetivos da pesquisa foi-se utilizado o método indutivo, baseando-se na análise do Sistema Penitenciário em seu sentido teórico geral e na própria realidade desse sistema dentro do Estado do Rio Grande do Norte, buscando-se através de pesquisas e questionamentos dentro dos próprios presídios avaliar a situação dos mesmos para procurar soluções para os diversos problemas encontrados.

**(Resultados)** Através de pesquisas empíricas feitas ao longo do Trabalho foi-se constatado que o Sistema Penitenciário do Rio Grande do Norte não é plenamente eficiente, além disso o sistema encontra-se em estado de grande desordem em relação ao que concerne a lei. Com base em entrevistas feitas com os próprios Diretores de Presídios e agentes penitenciários podemos relatar algumas situações existentes dentro das unidades prisionais. Como: superlotação, um grande número de reincidência, rebeliões ou motins frequentes onde diversas vezes há a destruição de unidades prisionais, violência entre os apenados, torturas e maus-tratos, corrupção de agentes penitenciários, criminosos controlando a massa carcerária e assim, contrariedade a Lei de Execução Penal. Frente a isso constatou-se também alguns pontos positivos nesse sistema, como a criação de alguns projetos sociais que beneficiam os detentos, e também cursos profissionalizantes para que ao sair do cárcere o mesmo tenha como recomeçar a vida.

**(Conclusão)** Observa-se que as instituições de custódia não estão desenvolvendo efetivamente as atividades de recuperação e correção do apenado e que na verdade o que ocorre é uma potencialização do criminoso. O certo seria que o preso perdesse sua liberdade de ir e vir durante o cumprimento da pena, porém, na realidade não acontece apenas isso, pois ao ser encarcerado e perder sua liberdade junto a ela perde-se o direito à saúde, à educação e a sua dignidade, inibindo completamente a possibilidade de um tratamento eficaz do indivíduo, que ao invés de sair útil para encarar a sociedade, sai pronto ou até qualificado para prática de novos crimes. Todavia, é necessário a compreensão de que este problema não é um problema apenas da lei, pois em sua teoria a mesma mostra medidas que se fossem executadas de maneira eficaz trariam resultados positivos. Assim conclui-se que se trata de um problema estatal. Onde só haverá mudança quando a vontade política pôr em prática o cumprimento das medidas já estabelecidas por lei.

**Palavras-Chave:** Sistema Penitenciário. Rio Grande do Norte. Ressocialização.



## SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

### **Autor(es):**

*Josivan Nascimento da Costa: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Luana Jaslana Oliveira do Nascimento: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Rafaela Bezerra Rosado Cascudo Rodrigues: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** O vídeo busca demonstrar a importância da sustentabilidade e da responsabilidade social no ambiente de trabalho como fatores fundamentais para um bom desenvolvimento da empresa como um todo. Hoje a preocupação, por parte dos empregadores com a saúde física e psíquica dos empregados, se faz mais presente o que acaba ocasionando um maior crescimento da empresa, bem como um aumento na produção, e tendo como produto final, o lucro esperado pelos empregadores e a saúde, o bem estar e satisfação dos empregados.

**(Proposta do roteiro)** O vídeo apresenta primeiro as várias interpretações de sustentabilidade, mostrando como sendo os principais pilares, o econômico, o social e o ambiental. Posteriormente, demonstrar a importância de se ter um ambiente de trabalho saudável, sendo este um direito constitucional. Além disso, ser sustentável é atuar no presente com um olhar no futuro. Cabe a cada empregador e empregado fiscalizar se a empresa está ou não sendo sustentável. Atualmente, uma grande preocupação está no meio ambiente, visto que este precisa ser preservado.

**(Efeitos esperados)** Tem-se como resultado pretendido, após a realização deste vídeo que as empresas que ainda não se preocupam com a saúde e o bem estar do empregado, passem a se preocupar, pois, ao final poderá ser observado que o resultado é positivo tanto para o empregador quanto para os empregados, visto que empregados saudáveis produzem mais e com uma melhor qualidade, além de apresentarem menos atestados a empresa, pois adoecerão com menos frequência.

## TEORIA DA IMPUTAÇÃO: UMA ABORDAGEM FUNCIONALISTA DA TIPICIDADE

### **Autor(es):**

*Iuri Miramar de Lima Moreira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Giovanni Micussi Marinho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A teoria do crime, no substrato tipicidade, sempre se debruçou por sobre o nexos de causalidade, na tentativa de elucidar os antecedentes causais a serem considerados causa do resultado delitivo. O Código Penal, em seu art. 13, adotou a teoria da *conditio sine qua non*, aferindo a causalidade física, aquela que é perceptível pela natureza, através do método de eliminação hipotética, apagando-se mentalmente o fato anterior e verificando-se se, eliminado esse fato, o resultado teria ou não ocorrido como ocorreu. Se a resposta for positiva, o fato apagado é causa. O problema revisitado pela doutrina é o chamado regresso ad infinitum, situação em que antecedentes muito distantes também poderiam vir a ser considerados causa. O finalismo resolvia isso na análise do tipo subjetivo, apontando que, ainda que existente a causalidade física, ausente dolo e culpa, a conduta seria atípica. O funcionalismo, mormente o de Roxin, mudou esse cenário, e a análise do tipo objetivo ganhou novos aspectos que se pretendem a solucionar já na tipicidade problemas que a causalidade física, por si, poderia conduzir a injustiças.

**(Metodologia)** Partiu-se do método de abordagem dedutivo, em uma análise profícua da teoria da imputação. Outrossim, considerados os objetivos pragmáticos da pesquisa, foram analisados casos concretos de aplicação no Brasil da teoria suso referida, não obstante ainda seja tímida sua aplicação. Pretende-se, através do método indutivo, demonstrar que as situações práticas analisadas evidenciam que os elementos da teoria da imputação se agigantam em termos de praticidade e maior probabilidade de se chegar a um resultado mais justo.

**(Resultados)** Tendo em vista que, consoante o funcionalismo, o Direito Penal tem o seu fundamento máximo na proteção de bens jurídicos em face de condutas lesivas, perigosas ou arriscadas, a teoria da imputação estuda, presente a causalidade física, a criação de um risco desaprovado, e a materialização desse risco no resultado. Assim é que, se uma conduta, apesar de ter dado causa física a um resultado penalmente relevante, não cria um risco desaprovado, ela é, de pronto, atípica. De outro giro, a materialização do risco no resultado requerer uma análise a posteriori, ou seja, praticada a conduta e ocorrido resultado determinado, perscruta-se se esse resultado integra o círculo de resultados previsíveis dentro dos objetivos visados pelo legislador. Indaga-se, desta forma, o que o legislador quis evitar quando proibiu a conduta criminosa.

**(Conclusão)** Vê-se que o funcionalismo, com a teoria da imputação, aponta a construção do sistema jurídico-penal desvinculada de dados puramente ontológicos, devendo, isto sim, orientar-se aos fins do direito penal, de tutelar bens jurídicos. Nesse sentido, a teoria da imputação objetiva relega a segundo plano o tipo subjetivo e a finalidade, recolocando o tipo objetivo como cenário principal na análise do injusto. Esse tipo objetivo não pode, contudo, exaurir-se na mera causalidade física do resultado, sendo necessário algo mais para fazer desta causalidade uma causalidade objetivamente típica. Isso porque o sistema penal, interpretado dedutivamente e mediante critérios abstratos, pode violentar a matéria jurídica, olvidando a discussão dos problemas concretos. Por isso, o injusto penal pressupõe uma lesão ou colocação em perigo do bem jurídico, e a teoria da imputação objetiva estabelece detalhes, a partir de dito fundamento, o âmbito do jurídico penalmente proibido, mediante a ponderação dos interesses pela proteção e pela liberdade. Deste modo, aplicada a imputação, analisada a criação de um risco desaprovado e a materialização desse risco no resultado, a teoria do crime ressurgiu com elementos que compõem instrumento adequado para a solução dos conflitos concretos, visto que é aplicado conforme seus fins axiológicos.

**Palavras-Chave:** Teoria da imputação. Tipicidade. Causa. Elementos normativos

**TRANSVERSALIDADE E TRANSDISCIPLINARIEDADE DOS RESULTADOS DA UNISIM-RN E A SUA FUNÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE EMPÍRICA**

**Autor(es):**

*Marina Marciana Barbosa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Maria Luiza Ferreira Tosta Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Luma Rossana Fernandes de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Thiago Reis e Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os modelos da Organizações das Nações Unidas (ou MUNs, da expressão em inglês Model United Nations) surgiram nos Estados Unidos e na Europa no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, seguidos da criação da própria ONU. O objetivo era levar o conhecimento aos jovens estudantes do funcionamento da então nascente organização, contribuindo não apenas para a propagação dos ideais defendidos pelas Nações Unidas mas, também, para uma maior aproximação entre os povos, uma vez que a experiência de simular leva ao delegado o conhecimento das diversidades culturais dos mais diferentes países do mundo. Nos MUNs, os estudantes são convidados a representarem delegações específicas em determinadas organizações internacionais, buscando discutir e encontrar soluções para os problemas do mundo, nas mais diversas áreas. Ao longo dos anos, ainda que a expressão MUNs tenha se firmado, as simulações extrapolaram os comitês do sistema ONU e passaram a incluir quaisquer organizações que possam promover debates multilaterais frutíferos, tais como parlamentos, gabinetes governamentais, cortes jurídicas, encontros diplomáticos históricos, dentre outros. Fundada em 2006, a UniSim – Simulação InterMundi do UNI-RN, como projeto de extensão e pesquisa, tem por escopo promover essa experiência para os discentes universitários e de ensino médio.

**(Metodologia)** A pesquisa se baseia em uma vasta pesquisa de campo, devido à participação dos membros na IX UniSim-RN, enquanto organizadores, e no contato com todos os participantes do projeto, percebendo todos os resultados oriundos desta MUN. compreendendo, assim, o alcance da contribuição para o desenvolvimento acadêmico dos discentes participantes, valendo-se de uma pesquisa de cunho empírico, onde se aplica o método hipotético-dedutivo de abordagem.

**(Resultados)** Diante da conjuntura da legislação brasileira, do Direito Internacional e dos Direitos Humanos, com o intuito de vivenciar de forma fidedigna o ambiente dos organismos nacionais e internacionais, a UniSim-RN – Simulação InterMundi do UNI RN propicia aos discentes de diversas áreas da graduação uma oportunidade de exercer a representação política e diplomática. Levando em consideração que as atividades do agente diplomático se referem a atuação em diversas situações em nome de seu Estado, o participante desse projeto tem o foco no estudo das relações internacionais como ferramenta para as possíveis negociações realizadas durante os dias de evento. Com isso, o universo da política internacional é posto em prática para que, diante dos choques de interesses e divergências socioeconômicas entre as delegações, os envolvidos no contexto discutido possam chegar a um comum acordo através de documentos de resolução para a solução da problemática debatida. Tal esfera de trabalho promovida pela UniSim-RN representa fortemente o significado de aliança entre o ensino, extensão e pesquisa universitária, tendo em vista o aparato didático e científico que é oferecido ao discente. Neste espectro, seu objetivo é a promoção da reflexão crítica acerca dos conflitos e situações problemas presentes nos demais espaços geográficos da comunidade nacional e internacional.

**(Conclusão)** Conscientes do potencial da experiência na UniSim-RN de fomentar um conhecimento amplo e singular, por meio de sua transdisciplinariedade, além de provocar reflexões críticas pautadas nos mais diversos assuntos da conjuntura internacional, é perceptível a indispensabilidade da ampliação do alcance dessas discussões fomentadas pela simulação, que acabam sendo causas da inserção da juventude em problemáticas sociais que, tradicionalmente, lhe são distanciados, expondo assim, a função social do projeto em relação não só à conjuntura acadêmica dentro da própria UNI RN, ao passo que também abre espaço para que seus participantes galguem maiores passos em vários aspectos da sua vida, devido à magnitude dos debates e os reflexos levados para o exterior da simulação, repercutindo em diversos setores da sociedade.

**Palavras-Chave:** Simulação; UniSim-RN; MUNs; Direito Internacional; Função Social

**TRIBUTAÇÃO DO CAPITAL COMO MEIO DE REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS**

**Autor(es):**

*Maria Eduarda de Andrade Pereira da Costa Carmo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) O presente trabalho tem como objetivo fomentar a discussão através de uma análise sobre a tributação como forma de realizar justiça social, que se concretiza a partir de prestações positivas estatais, tendo como base, para a sua efetivação, recursos por meio dela adquiridos. Pretende-se também analisar o Imposto sobre Grandes Fortunas – IGF - como forma e instrumento para realizar uma espécie de distribuição de renda indireta. Percebe-se que o estabelecimento do IGF como forma de tributação constituiu e constitui um verdadeiro tabu na tributação brasileira, previsto na Constituição de 1988 e dependente de uma lei complementar. Até então, passados 27 anos, o IGF nunca fora regulamentado.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) A pesquisa em questão parte de um estudo analítico sobre o tema, sendo, portanto, uma pesquisa qualitativa e de cunho exploratório. Tendo em vista os objetivos pretendidos, adotou-se o método de abordagem dialético e transdisciplinar, que busca colocar o tema não de forma isolada da sociedade e dos fenômenos econômicos, mas construir um conhecimento respaldado na integração entre direito, sociedade e economia. Para isso, são utilizados, como métodos auxiliares, o histórico e o comparado, analisando-se fatores que devem ser observados para uma possível instituição do IGF na realidade brasileira.

**(Resultados)** (RESULTADOS) Constatou-se que, ao longo dos anos, houve inúmeras tentativas de regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas, iniciando-se, primeiramente, com a PLP 162/1989, de autoria do então Senador Fernando Henrique Cardoso, e por tantas outras, tais quais: PLS 128/2008, PLP 277/2008 e PLP26/2011, que se propuseram a regulamentar tal imposto, sempre esbarrando em argumentos conflitantes. Um deles é de que o IGF seria um estímulo à fuga de capitais e que com a implementação do IGF haveria um desestímulo ao empreendedorismo e à poupança. Há também o argumento de que IGF se configuraria em uma forma de efetivar a justiça social, ou uma forma de se propor um equilíbrio nas distorções da renda. Ademais, buscamos analisar as experiências que ocorreram no mundo, dentre as quais destacamos a tributação na França, cristalizada no Impôt sur les Grandes Fortunes, instituído em 1981. Tal imposto embasou e embasa teorias que propõem uma redistribuição de renda modernizada, realizada através de uma progressividade fiscal, como bem aponta o economista Thomas Piketty.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Conclui-se que o debate sobre a regulamentação do IGF no Brasil encontra-se revestido de uma verdadeira obscuridade político-econômica, impedindo a clareza de pensamento e permitindo que os interesses de uma minoria prevaleçam em detrimento da maioria. Configura-se, portanto, há 27 anos uma espécie de omissão legislativa, que não se propõe a dialogar de forma clara e aberta, permitindo que tal assunto seja alvo de tabu, revestindo polos de discursos apaixonados, fazendo com que, muitas vezes, a discussão volte à Guerra Fria no cunho ideológico, separando-se da racionalidade. Portanto, é necessário que se coloque tal assunto no centro dos debates sobre tributação e justiça social no Brasil, propondo-se, pois, uma reforma geral na forma de pensar o tributo, levando em conta fatores como desigualdade social e redistribuição de riqueza, de um lado; e, de outro, corrupção e má gestão pública, os quais conduzem a um grande paradoxo argumentativo, que obstrui o caminho para uma adequada tributação do capital no Brasil. É de se considerar, nesta discussão, a maior incidência de tributos sobre o consumo no Brasil, o que sobrecarrega a classe trabalhadora e alivia a carga tributária sobre os verdadeiros detentores do capital, gerando uma equação tributária injusta, onde o princípio da capacidade contributiva é aplicado às avessas. Assim, urge que seja repensada a tributação do capital e o IGF constitui-se eficaz instrumento para uma Reforma Tributária em prol da justiça social.

**Palavras-Chave:** Tributação do Capital. Justiça Social. Imposto Sobre Grandes Fortunas.

**UM NOVO OLHAR PARA ANALOGIA NA ADI Nº 3300**

**Autor(es):**

*Priscila Freire da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*José Eduardo de Almeida Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este trabalho continua discussão sobre a construção dos argumentos por analogia no âmbito jurídico, tendo em vista a amplitude da sua utilização em decisões jurídicas. Autores como Copy, Salmon e Walton abordam essa temática ao apresentar critérios de avaliação, os quais comparam objetos de espécies diferentes, mas com aspectos semelhantes e relevantes, repercutindo na força indutiva que sustenta a conclusão apresentada. Particularmente, Walton, apresenta um novo recurso expressivo de similaridade ao utilizar a ideia dos *scriptsts*, no qual caso fonte, precedente jurídico de fácil compreensão, explica o caso alvo. Diante do exposto, no ordenamento jurídico pátrio, pode-se inferir essa abordagem por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade 3300, distribuída para o Relator, Ministro Celso de Mello, destacando como sujeitos processuais os requerentes a Associação de Incentivo à Educação e Saúde de São Paulo e Outros (A/S) (CF 103, IX) e requerido os Presidentes da República e do Congresso Nacional, discutindo a qualificação das uniões homoafetivas como entidades familiares, no que diz respeito à juridicidade e à garantia da proteção à família, para tanto utilizando como caso fonte à promoção e conquista de tais direitos para os arranjos familiares extra-conjugais, tendo em vista a relevância das similaridades entre estas entidades familiares, a citar: convivência contínua, pública, duradoura, afetuosa e de significativa relevância social. Ademais, pontua-se que a dessemelhança entre os casos – relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, por conseguinte incapacidade reprodutiva - não pondera aspecto relevante que inviabilize a aplicabilidade da analogia.

**(Metodologia)** O método de abordagem implementado é o indutivo; o procedimento é comparativo/histórico e a técnica de pesquisa a bibliográfica baseada na análise de documentos e decisões jurisprudenciais do Supremo Tribunal Federal, assim como, artigos científicos, inclusive publicados em outros idiomas (inglês, espanhol). Sendo estas publicações as que majoritariamente subsidiaram a discussão da temática.

**(Resultados)** A pesquisa aponta divergências no entendimento teórico acerca da utilização da analogia para a construção dos argumentos na retórica jurídica. As divergências conceituais, enfatizando a teoria desenvolvida por Walton e como a analogia é uma facilitadora na exemplificação de questões técnicas e na aceitação de uma determinada tese jurídica aparecem no confronto das diversas teorias da argumentação por analogia. A relevância social e científica do estudo dá-se na descoberta da desconstrução errônea presente nos textos de operadores do direito que majoritariamente parecem, até, desconhecer o conceito de analogia. Não obstante, constatou-se que esse cenário está sendo alterado, haja vista que conforme análise da ADI 3300, STF, depreende-se que o operador do direito está progressivamente utilizando os aspectos atinentes a uma discussão contemporânea da argumentação por analogia, muito embora ainda seja realizado de maneira intuitiva. Por fim, o principal resultado até agora obtido, aponta para a importância da desmistificação conceitual a respeito da analogia, assim como, na abordagem de questões técnicas presentes nos argumentos.

**(Conclusão)** Conclui-se que o presente trabalho evidencia a importância do estudo conceitual a respeito da analogia e suas implicações para o âmbito jurídico e seus operadores, já que essa é uma ferramenta que nos tribunais do júri pode elucidar a este corpo julgador questões complexas e fortalecer a tese defendida pelo operador que faz uso da analogia baseada na teoria de Walton. Isto posto, acrescenta-se que o emprego restritivo da analogia está dando espaço para uma construção mais rebuscada e por que não “pitoresca” já que tem por finalidade a construção de uma argumentação de fácil elucidação, a fim de que o caso alvo, e a tese jurídica atinente a este, seja claramente compreendida pelo público para o qual se destina.

**Palavras-Chave:** analogia; direito e *scriptsts*

## UMA ANÁLISE DISCRIMINATÓRIA COM BASE NA LEI 11.340/06

### **Autor(es):**

*Elise dos Santos Moura: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Wesley Tiago Antunes de Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Jamile dos Santos Xavier: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*  
*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Lei 11.340 recebeu o nome de Lei Maria da Penha foi sancionada no dia 07 de agosto de 2006 em razão do caso da cearense que foi violentada por seu marido que a espancava incontestavelmente, ocasionando problemas físicos e psicológicos irreparáveis. Contudo, visando a lei somente a proteção exclusiva da mulher, houve uma certa desiquiparação nas relações de gênero, ofendendo o princípio da isonomia. Essa situação, contudo, suscitou bastante discussão, porquanto muitos vislumbraram inconstitucionalidade na lei por violação ao princípio da isonomia, haja vista, dentre outros fatores, que o art. 5º, inc. I, da Constituição Federal prevê a igualdade, em direitos e obrigações, entre homens e mulheres. Mais adiante, aborda a possibilidade de análise da aplicação da referida lei em questões relacionadas às vítimas de violência doméstica e familiar dentro das relações homo afetivas, tudo baseado pela doutrina e jurisprudência.

**(Metodologia)** Objetiva este artigo analisar aplicabilidade da Lei Maria da Penha específica para o homem.

**(Resultados)** Embora seja incomum a aplicabilidade da lei 11.340 em favor ao homem, houveram casos por parte da doutrina e jurisprudência beneficiando na justificativa de que este também pode ser integrante no contexto familiar por violência doméstica, baseando tais argumentos conforme princípio da isonomia expressa na Constituição Federal.

**(Conclusão)** O escopo do presente artigo de conclusão de curso foi de apresentar a discriminação quanto ao gênero masculino com relação as medidas protetivas da Lei nº 11.340/2006, analisando o princípio da isonomia expresso no art. 5º da Constituição Federal. A Lei 11.340 através do seu art.7º estipula um rol, sendo este não taxativo, com relação aos tipos de violência domésticas e familiar dando importância de que, a família como um todo merece proteção especial. Enquanto no âmbito das relações homossexuais são consideradas como entidade familiar e estão sujeitos a aplicação da lei 11.340 de 2006. O tema central da pesquisa foi baseado em jurisprudências, embora existam divergências, há decisões favoráveis à aplicação analógica da Lei Maria da Penha aos homens, quando agredidos no meio familiar, seja física ou psicologicamente, dando também possibilidade de ser estendida a aplicação para todos os entes familiares. Nesse contexto, é plenamente possível um amparo legal específico para o homem quando a mulher muitas das vezes se aproveita dessa ausência de lei específica para agredi-lo no âmbito familiar. Ademais, o homem deve ser tratado de maneira igual a mulher, reforçando o princípio da igualdade, previsto no art. 5º, I da CF/88. Por fim, a aplicação por analogia da Lei nº 11.340/2006 é possível na defesa do gênero masculino, uma vez que tanto a doutrina como jurisprudência vêm entendendo ser cabível o texto legal a toda a unidade doméstica, estando o homem, dessa forma, também sob o âmbito de sua proteção, pois, quando este se encontrar em situação de vulnerável, será considerado o princípio da proporcionalidade.

**Palavras-Chave:** Lei Maria da Penha. Violência doméstica e familiar. Princípio da Igualdade. Discriminação de Gênero.

**UMA ANÁLISE DO ART. 489, § 10, IV DO NCPC EM CONFORMIDADES COM A GARANTIA CONSTITUCIONAL DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES E A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO**

**Autor(es):**

*Leonardo do Monte Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Felipe Maciel Pinheiro Barros: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem como objetivo analisar a dicotomia entre a necessidade de fundamentação segundo o art. 489, § 1o, IV do Novo Código de Processo Civil (NCPC) e o direito fundamental à razoável duração do processo. Esse dispositivo do NCPC potencializou e qualificou, ou seja, alargou a garantia constitucional da fundamentação das decisões, prevista na Constituição Federal, pois passará a dispor que: “Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.”

**(Metodologia)** Para realização deste trabalho, foi utilizado do método hipotético-dedutivo e de pesquisas bibliográficas e documentais, com análise de índices estatísticos para demonstrar as características desses institutos e verificar a relação do artigo supra mencionado do NCPC com essas garantias constitucionais.

**(Resultados)** Com base nas pesquisas desenvolvidas neste trabalho, ficou evidente que a garantia constitucional de motivação das decisões judiciais prevalecerá sobre o direito à razoável duração do processo. Para a efetivação do direito buscado pelas partes através de uma prestação da tutela jurisdicional, a morosidade é um dos principais fatores, se não o principal fator, de desvalorização do Poder Judiciário e de sua imagem negativa perante o jurisdicionado. Como visto, essa morosidade processual não decorrem apenas problemas de ordem econômica relacionados à falta de recursos ou à deficiência das leis, mas também à capacitação de servidores e aspectos de ordens intelectual, social, cultural e material, como a carência de recursos humanos e de equipamentos. A garantia de fundamentação das decisões judiciais além de servir como forma de evitar o solipsismo e as ideologias próprias do julgador e garantir a imparcialidade, serve também como uma forma de que as partes, a sociedade e os tribunais superiores dispõem de fiscalizar a atividade intelectual e jurisdicional do magistrado. Se de um lado há processos demorados, com fundamentações genéricas, do outro se terá processos com decisões bem fundamentadas. Haverá uma maior concretização da garantia constitucional da motivação das decisões judiciais com o advento do art. 489, § 1o, IV do NCPC, representando um avanço significativo na proteção deste direito.

**(Conclusão)** Como objetivo central do presente trabalho é analisar a dicotomia entre a necessidade de fundamentação segundo o art. 489, § 1o, IV do Novo Código de Processo Civil (NCPC) e o direito fundamental à razoável duração do processo, ficou demonstrado de que um processo justo não é o processo mais rápido, mas sim aquele que respeitou um devido processo legal e não observou garantias e direitos fundamentais que são garantidas a todos, como o direito de fundamentação das decisões.

**Palavras-Chave:** Fundamentação das decisões. Razoável duração do processo. Novo Código de Processo Civil.

## UMA CRÍTICA AO PRINCÍPIO DO POLUIDOR PAGADOR COMO FUNDAMENTO DA TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL

**Autor(es):**

*Carlos Augusto de Souza Barbalho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No sistema jurídico ambiental, o Princípio do Poluidor-Pagador (PPP) é um norteador de condutas desestimuladoras aos agentes econômicos. Consistindo num meio de prevenir os riscos ambientais, contribuindo deste modo com a proteção ambiental. O princípio fundamenta-se na teoria das externalidades da microeconomia. Arthur C. Pigou foi um dos primeiros economistas a tratar da poluição como uma forma de externalidade negativa que deveria ser corrigida através de instrumentos tributários. Um exemplo seria a imposição de taxas (Taxa de Pigou). Porém a oneração tributária vem se mostrando menos eficaz, principalmente em sociedades com realidades econômicas mais fracas. Assim, a presente pesquisa visa demonstrar que estimular os agentes a comportamentos que protejam o meio ambiente poderá ser um forte instrumento capaz de proporcionar uma maior justiça ambiental, tornando-se economicamente mais viável, fundamentando, deste modo, no Princípio do Protetor-Recebedor (PPR).

**(Metodologia)** Por problematizar questões de ordem principiológica, a pesquisa pode ser classificada de cunho teórico. Bem como, a problemática teórico-conceitual possui repercussões em diversas áreas da ciência jurídica, notadamente Direito Ambiental, Direito Tributário e Direito Econômico. Quanto a sua natureza, classificamos como exploratória, tendo em vista que visa constituir novos parâmetros de pensamento para problemas ainda não bem explorados, a saber: a tributação ambiental.

**(Resultados)** A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10) traz expressamente em seu artigo 6º, inciso II o PPR. A Lei contém um conjunto de medidas que visam instituir uma responsabilidade compartilhada para os geradores de resíduos, como forma de obter um melhor aproveitamento e retorno de tais materiais. São diversas as experiências brasileiras de estímulos aos agentes, outros exemplos, seriam as diferentes alíquotas de IPI conferidos aos veículos movidos a álcool, que poluem menos comparado aos que usam gasolina. O ICMS Ecológico é outra forma, na qual visa conceder a determinadas municipalidades um maior repasse do imposto mediante a adoção de condutas que estimulem a preservação ambiental.

**(Conclusão)** A proposta da pesquisa não visa desestruturar por completo o PPP. O mesmo ainda possui substancial importância no ordenamento jurídico ao combater algumas externalidades negativas. Porém se observado dentro da cadeia produtiva em que se aplica, poderá apresentar nenhum retorno ao meio-ambiente, além de ser mais prejudicial para sociedades com recursos econômicos mais escassos. Explica-se, determinado produto se torna mais caro em decorrência de uma maior oneração tributária, pois a sua produção emite muitos gases poluentes a atmosfera. Os consumidores serão obrigados a recorrer ao produto mais barato. O produtor será forçado a investir em tecnologias ecológicas para voltar ao mercado. E se o produto mais barato não existir? E se aquela empresa não tiver recursos suficientes para arcar com as imposições tributárias? Existem tantos outros questionamentos que podem ser abordados. Assim, uma tributação ambiental pautada em políticas estatais de benefícios fiscais é a forma mais coerente. Traz para o Estado o dever de internalizar os custos das externalidades negativas e de favorecer as positivas através de medidas que induzem os agentes econômicos a comportamentos na defesa ambiental.

**Palavras-Chave:** Microeconomia. Direito tributário ambiental. Direito Constitucional. Princípio do Poluidor-Pagador. Princípio do Protetor-Recebedor.



**UMA INVESTIGAÇÃO ACERCA DOS PRINCÍPIOS DE JUSTIÇA, ATRAVÉS DOS DIREITOS HUMANOS, COMO LEGITIMADORES E NORTEADORES DO DIREITO NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A APLICABILIDADE DA TEORIA DE JUSTIÇA DE JOHN RAWLS NA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**

**Autor(es):**

*João Victor Gomes Bezerra Alencar: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A evolução histórica do Direito Internacional dos Direitos Humanos representa um elemento de extrema importância para a compreensão do fortalecimento das garantias dos Direitos Humanos nas relações entre os estados e entre estados e indivíduos. O ser humano, no então chamado Direito Internacional Contemporâneo, ganha condição de sujeito ativo nas relações internacionais, resultando em uma proteção externa da comunidade internacional em caso de violações por parte de sua nação. Para Rawls, esta conjuntura é excelente para a convivência pacífica entre os homens, inclusive sendo possível a convivência em um mesmo espaço entre indivíduos de culturas, ideologias e religiões diferentes; todavia, para concretização desta ideia, é necessário um pacto mútuo entre as nações, os quais foram firmados por meio de diversos documentos de Direito Internacional Público, com destaque para a Carta das Nações Unidas e Declaração Universal dos Direitos Humanos. Para tanto, é necessário averiguar se tais pactos e garantias estão sendo respeitados de fato, ou se encontram em harmonia ou desencontro com as ideias de justiça das instituições sociais propostas por John Rawls.

**(Metodologia)** O presente projeto de pesquisa é vinculado ao Programa Institucional de Iniciação Científica, sendo o autor bolsista de Iniciação Científica do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). A princípio, a pesquisa é qualitativa com abordagem dedutiva quanto aos dados colhidos, com estudo de caso concreto para melhor interpretação do problema estudado, além de conter levantamento bibliográfico e análise de documentos históricos de Direito Internacional Público, mais especificamente a Carta da ONU e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Utilizou-se métodos de procedimento histórico, comparativo e análise de discurso, além de conter uma interpretação dedutiva de textos relacionados com conceito central da tese.

**(Resultados)** Após a análise da evolução histórica do Direito Internacional dos Direitos Humanos e sua inserção no contexto das relações internacionais, percebeu-se que houveram inúmeros tratados de cooperação firmados entre as Nações, principalmente no século XX. A Carta das Nações Unidas foi o marco internacional das garantias de direitos correlatos à dignidade da pessoa humana, principalmente após o fracasso da Liga das Nações e das atrocidades ocorridas na Segunda Guerra Mundial. Logo após, surge a Declaração Universal dos Direitos Humanos para preencher as lacunas contidas na Carta supracitada e fixar o sentido dos Direitos Humanos: são encontradas várias convergências de princípios entre estes documentos e a teoria de Rawls. De acordo com o autor, é necessário se ter a liberdade como valor supremo da vida humana e a igualdade como valor fundamental na convivência política para que se tenha a construção de uma sociedade justa pautada na tolerância as diferenças; e, por isso, as convergências citadas relacionam-se com o respeito à soberania das nações, utilização de força armada em casos extremos e o cuidado com as futuras gerações.

**(Conclusão)** Constatou-se que, todavia, diante da expansão econômica das nações mais ricas e da estrutura da ONU -na condição de organização internacional mais importante do mundo- há uma quebra com o pacto mútuo proposto por Rawls, além do desencontro teórico sugerido pelo autor. Prova disso são as violações de países as próprias resoluções do Conselho de Segurança da ONU e as recomendações da Assembleia Geral das Nações Unidas referentes à proteção aos Direitos Humanos, como visto na invasão americana ao Iraque em 2003, no caso dos piratas da Somália e na prisão de Guantánamo. Portanto, há uma necessidade emergente em reformular a sistemática das Nações Unidas com o intuito de promover uma maior integração entre os seus 193 membros, tendo como objetivo a construção de uma sociedade internacional justa e que saiba conviver com as diferenças entre seus sujeitos, como defende John Rawls.

**Palavras-Chave:** ONU. Relações Internacionais. Rawls.

**“COMERÁS O PÃO COM O SUOR DO TEU ROSTO”: UMA ABORDAGEM DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS TRABALHISTAS À VISÃO DE VINCENT VAN GOGH EM “OS COMEDORES DE BATATAS”**

**Autor(es):**

*Marina Marciana Barbosa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Fernanda Monteiro Cavalcanti: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Luma Rossana Fernandes de Araújo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A possibilidade de se encontrar problemáticas jurídicas não se detém a questões puramente doutrinárias ou legislativas. A alçada do estudo forense abarca diversas áreas, sem dispensar o viés artístico. Partindo deste pressuposto, é possível trabalhar a obra “Os Comedores de Batata”, de Vincent Van Gogh, fazendo um contraponto com a evolução do direito trabalhista. Em 1885, na cidade de Nuenen, Holanda, o quadro tornou-se figura de crítica social de seu tempo, retratando a situação da pobreza da população camponesa da época. Foi uma das poucas vezes nas quais Van Gogh não se deixou levar por seu coração e sua alma, fazendo um meticuloso estudo de sombras e cores. Hoje conhecido como um dos maiores pintores de todos os tempos, Van Gogh viveu em dificuldade: em vida, nunca vendeu uma obra. Seu trabalho só se tornou conhecido depois de sua morte, notoriamente reconhecido pelo jogo de cores que jamais pode ser copiado por qualquer outro artista. Transformou a dor e sofrimento de sua vida em beleza estática, mas não fez apenas isso: traduziu o sofrimento alheio num quadro que nos mostra camponeses cujos rostos deformados se assemelham a batatas reunidos em uma mesa, comendo batatas. Crítica social transfigurada em obra de arte.

**(Metodologia)** O método utilizado para elaboração do presente trabalho foi o hipotético-dedutivo, pelo qual foi traçado um raciocínio lógico com base em premissas certificadas pela ciência jurídica para chegar à conclusão, assim como uma análise iconográfica da arte visual presente na obra de Van Gogh, tendo em vista que a análise a esta obra possibilitou a consumação deste trabalho.

**(Resultados)** Neste sentido, a partir desta crítica social, pode-se aduzir que ao longo da história, as lutas sociais travadas em busca de direitos indispensáveis ao ser humano também tiveram cunho trabalhista, e o quadro é retrato das condições deploráveis de trabalho às quais as pessoas eram submetidas por seus patrões: na Segunda Revolução Industrial, condições de labor insalubres, longas e exaustivas jornadas de trabalho e salários injustos cujo valor mal permitiam o sustento básico das famílias eram práticas corriqueiras. Assim, no mesmo período da produção do quadro estudado, para amenizar os abusos sofridos, o Papa Leão XIII redigiu a Carta Encíclica Rerum Novarum, documento religioso tratando sobre o direito dos trabalhadores à formação de sindicatos, e a caridade do patronato devida à classe operária, bem como a defesa da melhor distribuição de riquezas e ditando a intervenção do Estado nos setores social e econômico, em favor dos mais pobres. Sendo assim, não só a Encíclica mas, também, a obra artística estudada estão em consonância com a construção histórica do Direito do Trabalho, no que se refere aos direitos sociais pleiteados pela classe operária.

**(Conclusão)** O labor se apresenta como forma de dignificação do homem, proporcionando a capacidade de extrair de seu esforço o retorno financeiro que lhe sustenta; permite, também, que o ser humano adquira uma ideia de valor próprio à medida que constrói e transforma sua realidade. Daí sua relação com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, dada a possibilidade de cada pessoa se utilizar dos frutos de seu trabalho para arcar com o que seria uma vida digna. Ainda, é Direito defendido pela Declaração Universal de Direitos Humanos e por ter característica subjetiva e mutável, muda de acordo com a mudança ocorrida na sociedade. Nasce, portanto, a necessidade de regularização e, por conseguinte, a necessidade de constante inovação na proteção quanto aos Direitos Trabalhistas. Enquanto houver relação de trabalho, haverá uma busca incansável por direitos.

**Palavras-Chave:** Van Gogh. Direito do Trabalho. Direitos Humanos. Iconografia.

*15ª edição do*  
**CONIC**  
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL



**CSET4 - Engenharia Civil**

## IMPLANTAÇÃO DE PARQUES HÍBRIDOS NO RIO GRANDE DO NORTE

**Autor(es):**

*Sacha Fernandes Pereira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O grande potencial eólico e solar do estado Rio Grande do Norte, aliado a busca de fontes de energia renováveis para diversificação da matriz energética nacional, vem atraindo investimentos, num montante aproximado de R\$ 6,9 bilhões, estando em um crescimento acelerado no que diz respeito a construção de parques, existindo 26 usinas aptas no estado, 15 em construção, 41 em funcionamento, e mais 62 previstas. Devido a isso é previsto que até o ano 2017 o estado norte-riograndense seja a maior potência nacional em matéria de geração eólica. Em relação a energia solar há vários estudos que mostram o elevado potencial solar do estado do Rio Grande do Norte e sua influência na produção de energia elétrica, evidenciando que os horários nos quais é possível a produção de energia são por volta das 05h30min até às 17h30min, e seu ápice é atingido entre 11h30min às 12h30min., produzindo 827 W/m<sup>2</sup> de energia e verificando que há meses em que a produção de energia solar é maior, com radiação solar global acima de 250W/m<sup>2</sup> (outubro a março), como também haverá uma diminuição de incidência nos meses chuvosos, com radiação solar global abaixo de 200W/m<sup>2</sup> (maio a julho) e um período de média intensidade, com radiação solar global na faixa entre 200W/m<sup>2</sup> a 250W/m<sup>2</sup> (abril, agosto e setembro). Com o número de parques eólicos existentes atualmente em nosso estado e com a previsão futura citada de construções de novos parques eólicos e solares, é necessário para o meio técnico e científico, ter conhecimento da metodologia executiva de implantação de um parque eólico e solar e os aspectos que devem ser analisados visando seu funcionamento produtivo, sendo estes os objetivos desta pesquisa.

**(Metodologia)** A metodologia do trabalho será dividida em duas partes: a análise do estado da arte do tema e a análise de todas as fases importantes do processo de implantação do parque eólico e solar (topografia, geotecnia, projeto estrutural, meio ambiente, vento, sol e impacto social ) e suas legislações pertinentes, tendo como base um case existente no Rio Grande do Norte

**(Resultados)** Ao final desta pesquisa teremos uma metodologia executiva para a implantação e de produção de parques eólicos e solares On-Shore no Rio Grande do Norte, em áreas não-exploradas com características ideais para implementação de novos parques eólicos juntamente com os já existentes, sendo apresentado um case de implantação de um parque eólico e solar no nosso estado através desta metodologia executiva.

**(Conclusão)** No término desta pesquisa esperamos consolidar ainda mais pelos fatores positivos a serem apresentados, a aplicação de parques eólicos e solares em nosso estado, além de elaborar um manual descritivo que detalhe toda a metodologia executiva tanto técnica como economicamente em nosso estado, com citação de novos locais com características propícias.

**Palavras-Chave:** Energia eólica, energia solar

## ÁGUA: TESOURO O UNIVERSAL

### **Autor(es):**

*Caroline Araujo Fontes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Carlos Gileno Amaral de Melo Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Amanda Isabely Nogueira da Costa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Luana Patrícia Felizardo Wanderley: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Bruna Grandi Fernandes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN*  
*Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN*  
*Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** A água é o único recurso natural presente em todos os aspectos da civilização humana, e isso traz uma preocupação para toda a população, pois, embora as estatísticas mostrem que 70% da superfície do planeta são constituídos de água, apenas 2,5% estão na forma de água doce, e, ainda, desses 2,5%, quase 98% se encontram escondidos na forma de água subterrânea. Isso quer dizer que a maior parte da água, facilmente disponível e própria para consumo, é mínima. Para piorar esse cenário, dessa pouca quantidade de água disponível, ainda existe o mau uso da água por parte da população. Esse grave problema do nosso planeta compromete gerações futuras. O objetivo deste vídeo é conscientizar a população sobre o uso e preservação da água.

**(Proposta do roteiro)** O vídeo propõe uma exposição de imagens (não originais), de forma a provocar nos espectadores uma reflexão sobre o tema citado, enfatizando o que atualmente vem sendo um problema mundial, bastante discutido em toda a mídia – o desperdício de água. Utilizam-se imagens e frases de efeitos sobre o mau uso da água e suas consequências.

**(Efeitos esperados)** Espera-se, com a divulgação deste vídeo, conscientizar os espectadores e alertá-los sobre a necessidade da preservação e mudança de hábitos em relação ao uso da água.

## **ANÁLISE DA ÁGUA OBTIDA DE FONTES ALTERNATIVAS VISANDO SEU APROVEITAMENTO 2.**

**Autor(es):**

*Antônio Luiz de Araújo Guerra Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A água é um recurso essencial para o desenvolvimento e manutenção da vida. Desde os tempos mais antigos este recurso natural foi fator determinante para o sucesso de muitas civilizações. Historicamente, as maiores civilizações da antiguidade se desenvolveram as margens de grandes fontes de água potável, como a civilização egípcia, que se situou às beiras do rio Nilo e a Mesopotâmia obtendo dos rios Tigre e Eufrates os recursos necessários para seu desenvolvimento. Com o acelerado crescimento populacional em todo o planeta e a ocorrência de mudanças climáticas e poluições oriundas do desenvolvimento das civilizações, recursos fundamentais como a água se tornaram cada vez mais escassos, sobretudo em regiões de difícil acesso e com condições climáticas adversas. Devido a isso é de suma importância a utilização de novas fontes de água que eram anteriormente negligenciadas ou desconhecidas. O interior do estado do Rio Grande do Norte é um perfeito exemplo de um lugar com tais características climáticas, e a falta d'água nessa unidade da federação é um problema histórico que atinge a população. Tendo em vista esta problemática que atinge o nosso Estado, buscou-se com este trabalho obter e classificar as possibilidades de uso da água através de fontes alternativas as quais muitas vezes passam despercebidas, mas que podem fazer grande diferença no consumo de nossos recursos hídricos.

**(Metodologia)** Análise laboratorial da água de diferentes praias, de condensação de ar condicionados e provenientes da chuva para avaliar suas características e assim designa-las para diversos usos

**(Resultados)** Apesar do aproveitamento de água das chuvas já ser bem difundido no interior do nosso estado buscamos ampliar nossas fontes de obtenção para reaproveitamento de água: com a utilização da água do mar, que com o uso de equipamentos conhecidos como dessalinizadores, pode ser aproveitada para diversos fins, e da água condensada resultante do funcionamento de equipamentos de ar condicionado, apresentando um grande potencial de geração de água principalmente em condomínios e hotéis, em virtude da existência de estados em nosso País com altas médias de temperaturas anuais como o nosso, gerando uma utilização cada vez mais frequente e em grande escala destes aparelhos. Ao final do trabalho teremos os resultados das composições químicas das águas obtidas das fontes alternativas citadas, analisadas por ensaios laboratoriais, com uma classificação em relação as possibilidades de aproveitamento.

**(Conclusão)** Este artigo beneficiará desde pessoas carentes do interior do estado, residências, condomínios até grandes Hotéis e Resorts, fazendo o aproveitamento da água com geração de economia para a população e o mínimo de impacto ambiental, sendo exemplos de cases de desenvolvimento sustentável.

**Palavras-Chave:** água; composição química; aproveitamento;

## **ANÁLISE DA EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO REFORÇADAS COM COMPÓSITOS**

**Autor(es):**

*John Lennon França da Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Durante muito tempo o homem vem se deparando com vários problemas estruturais em obras já entregues, como perda de seção e flambagem de armaduras, corrosão de armaduras, erros de dimensionamento estrutural, erros executivos, deficiência de resistência à compressão do concreto, fissuras, fadiga ou outros agentes, e junto com estes problemas desenvolvem-se as soluções, como os reforços de estruturas que podemos aplicar em vigas, lajes ou pilares, com possibilidade de ainda adaptar as estruturas para novos carregamentos, impactos, explosões, incêndios, fissuras e rachaduras. Os reforços estruturais mais usados são os perfis metálicos, a protensão externa, o encamisamento com grout ou com concreto projetado, toda via todas essas medidas causam aumento de seção nas estruturas, alterando a arquitetura original da edificação, além da possibilidade do desgaste do reforço estrutural pela ação da corrosão das estruturas metálicas no caso dos perfis metálicos. Pensando nisso, no Japão foram desenvolvidas novas medidas, com o intuito de melhorar a eficiência e a rapidez dos reforços estruturais, tendo sua primeira aplicação no Brasil em 1998, no viaduto de Santa Teresa, Belo Horizonte/MG.

**(Metodologia)** Essas novas medidas foram produzidas a partir de compósitos como a fibra de vidro, de carbono e de aramida (kevlar), que possuem várias vantagens, como a rapidez com que são executadas, a diminuição da mão de obra, a redução do material usado, uma maior resistência a tração(7 x) além de não causarem o aumento das seções das estruturas que receberão o reforço estrutural, preservando assim a sua arquitetura original. Sendo que acontecem erros na sua aplicação devido principalmente a ação de algumas desqualificadas mão-de-obra, sendo necessária a verificação da qualidade do serviço executado, mais até agora não existe nenhum teste eficaz o bastante, reconhecido pela ABNT, que possa verificar se a aplicação do reforço estrutural ocorreu com sucesso e sem falhas principalmente em relação a aderência reforço-substrato de concreto armado, evitando assim problemas como o descolamento do compósito, que hoje é o maior problema enfrentado.

**(Resultados)** Foram elaboradas e serão descritas neste artigo metodologias executivas para análise da eficiência dos reforços estruturais com compósitos que deverão ser realizadas e futuramente normatizadas. São elas a sondagem acústica, a resistência à compressão, arrancamento (Pull-off) e o ultra-som.

**(Conclusão)** Como conclusão deste artigo, as metodologias apresentadas serão encaminhadas para a ABNT para a adoção delas em norma própria, já que não existe tal documento específico no Brasil, evitando assim, a continuidade de erros de aplicação dos reforços estruturais com compósitos, produzindo com esta ação uma maior qualidade na execução dos serviços pelas empresas especializadas e conseqüentemente o cliente final mais satisfeito.

**Palavras-Chave:** estrutura, compostos, inovações

## ANALISE DE ENSAIOS DE RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO E TRAÇÃO DOS MATERIAIS

**Autor(es):**

*Lucas Mateus Felipe Saraiva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O ramo de ensaios de materiais é muito importante para a indústria em geral, pois todo e qualquer projeto, requer, um vasto conhecimento das características, propriedades e comportamentos dos materiais disponíveis. Os critérios de especificação ou escolha dos materiais impõem, para a realização dos ensaios, métodos normalizados que tem como objetivo descobrir as propriedades mecânicas e seu comportamento sob determinadas condições de esforços, compreendendo testes, cálculos, gráficos e consultas a tabelas. Esse artigo, tem o objetivo de mostrar a realização de ensaios padronizados de tração no aço CA-50 e de compressão em materiais como corpos de prova cilíndricos de concreto, bloco de concreto estrutural, bloco cerâmico estrutural, bloco de vedação e do bloco Paver conjuntamente com uma análise in-loco da resistência à compressão de um pilar de concreto armado do UNIRN através da técnica da esclerometria. Além disso, a elaboração deste artigo proporciona uma compreensão dos dados obtidos para análise das propriedades dos materiais ensaiados.

**(Metodologia)** Para a realização desse artigo foi seguido à risca as respectivas normas da ABNT para ensaio de compressão (NBR 5739-2007) e para o ensaio de tração (NBR 6892-2002). A metodologia executiva do ensaio de compressão citado se realizou durante o semestre 2015.2, dividindo-se em obtenção das medidas padrões e seus respectivos pesos, cura dos corpos-de-prova em tanque com água e ensaio de compressão no laboratório de Materiais de construção e estruturas do UNIRN utilizando a prensa hidráulica até a ruptura dos corpos de prova de todos os materiais. Para o aço foi utilizada a seguinte metodologia executiva: ensaio de tração no aço CA-50 em dois corpos de prova com diâmetros de 12,4 mm e 140 mm de comprimento usando uma máquina de ensaio universal da marca AMSLER, sendo realizado o procedimento de tração até a ruptura dos materiais.

**(Resultados)** Após os processos de compressão e tração nos corpos de prova pode-se descobrir a área dos corpos após o ensaio, o alongamento, a estirção, o módulo de elasticidade, resistência à tração e a deformação linear para os aços, além de também poder se calcular a área final, a resistência à compressão, a deformação linear, a absorção e a porosidade dos corpos de prova para os materiais cerâmicos e dos corpos-de-prova de concreto. Após analisar a resistência à compressão do corpo de prova de concreto vimos que a sua resistência está acima da média do nosso estado, atingindo 40,52 Mpa, onde a média da resistência é de 30 Mpa, e o bloco de concreto atingiu 7,12 Mpa, valor superior à média no nosso estado que é 7 Mpa. Já as barras de aço, nos dois corpos de prova (1 e 2) analisados atingiram resistência de escoamento ( $f_y$ ) de 611,92 e 603,567 N/mm<sup>2</sup>, onde o valor mínimo de escoamento ( $f_y$ ) para o aço CA-50 é 500MPa e as resistências de ruptura ( $F_{st}$ ) dos corpos de prova foram de 722,09 e 712,15 N/mm<sup>2</sup>, respectivamente, onde o valor mínimo da resistência de ruptura ( $F_{st}$ ) do aço CA-50 é de  $1,08 \cdot f_y$ , nesse caso sendo de 540 MPa.

**(Conclusão)** Portanto, concluiu-se que os materiais analisados atingiram valores de resistência à compressão e tração superiores aos aplicados usualmente em nosso estado estando de acordo com as propriedades estabelecidas pelas suas respectivas normas, estando assim aptos a comercialização e produção.

**Palavras-Chave:** Ensaio. Resistência. Materiais



## **ANÁLISE E UTILIZAÇÃO DO POTENCIAL ENERGÉTICO DO BIODIESEL**

### **Autor(es):**

*Aline Barboza da Silva : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A demanda de energia na Terra vem crescendo de forma acelerada, em função do aumento da população mundial e do consumo per capita, em especial dos países em desenvolvimento como o Brasil. As fontes de energia disponíveis hoje, em sua maioria tem sido limitadas por disputas comerciais, além disso os combustíveis fósseis são responsáveis pela emissão de gases que intensificam o efeito estufa. A gravidade desse fato poderia ser atenuada através do aproveitamento indireto da energia solar para obter combustíveis derivados de vegetais, que podem ser plantados e cultivados praticamente pelo mundo inteiro, de forma renovável e não poluidora como é o caso do biodiesel.

**(Metodologia)** Biodiesel refere-se ao combustível formado por ésteres de ácidos graxos, ésteres alquila (metila, etila ou propila) de ácidos carboxílicos de cadeia longa. É um combustível renovável e biodegradável, obtido comumente a partir da reação química de lipídios, óleos ou gorduras, de origem animal ou vegetal, com um álcool na presença de um catalisador (reação conhecida como transesterificação), sendo obtido pelos processos de craqueamento e esterificação.

**(Resultados)** O biodiesel é feito para ser usado em motores diesel padrão e, portanto, distinto dos óleos vegetais e resíduos usado para motores a combustível diesel convertidos substituindo total ou parcialmente o óleo diesel de petróleo em motores ciclo diesel de caminhões, tratores, camionetes, automóveis, etc., ou estacionários (geradores de eletricidade, calor, etc). Pode ser usado puro ou misturado ao diesel em diversas proporções como o petrodiesel (combustível diesel derivado de petróleo), possuindo propriedades lubrificantes melhores que os atuais combustíveis dieséis de mais baixo teor de enxofre, ele também reduz o desgaste do sistema de combustível, e em níveis baixos em sistemas de alta pressão aumenta a vida útil do equipamento de injeção de combustível que depende do combustível para a sua lubrificação. Dependendo do motor, isso pode incluir a bombas de injeção de alta pressão, bomba injetoras e injetores de combustível.

**(Conclusão)** Este artigo tem como objetivo avaliar o potencial do biodiesel da soja, do girassol, do dendê, da canola, da mamona, do pinhão-manso, das algas e da palma, sendo dividido em 2 fases. Na primeira fase deste trabalho, ora em execução, estamos pesquisando o estado da arte atual do biodiesel para cada produto citado. Na segunda fase iremos realizar a produção do biodiesel através de algas, avaliando a sua eficiência, com a colaboração da CAERN ( Companhia de Água e esgoto do Rio Grande do Norte) para obtenção das algas advindas das suas estações de tratamento.

**Palavras-Chave:** Energia. Combustível. Biodiesel.

## ANÁLISE E UTILIZAÇÃO DO POTENCIAL SOLAR EM EDIFICAÇÕES DE NATAL

### **Autor(es):**

*Aline Barboza da Silva : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Atualmente nenhum país consegue manter sua economia funcionando sem a eletricidade, e os recursos naturais utilizados para sua geração estão se esvaindo exponencialmente em função do tempo. Em razão desse fato a humanidade vem procurando novas fontes de energia, mais limpas, renováveis e inesgotáveis. Dentre elas, as mais promissoras são as fontes solares. Pelo fato do Brasil se encontrar no equador, ele é um dos países que mais recebe incidência dos raios solares. Segundo o Atlas Solarimétrico do Brasil (2000), Natal/RN teve um índice de radiação solar anual de 18 MJ/M<sup>2</sup>dia. Apesar do alto grau de insolação, o Brasil não está na lista dos 10 países do mundo que mais utilizam energia limpa e renovável, mostrando que infelizmente esse potencial energético não é explorado apropriadamente.

**(Metodologia)** A utilização de painéis solares é uma alternativa viável e sustentável para produção de energia elétrica ou térmica nas edificações. Este artigo teve como objetivo avaliar o potencial solar da cidade de Natal/RN nas edificações e suas diferentes utilizações, sendo dividido em 2 fases. Na primeira fase do trabalho fizemos o uso de pesquisas para salientar o potencial energético de Natal/RN, mostrando os fatores que influenciam a energia solar: O sol, o espectro solar, as massas de ar, o ângulo de incidência dos raios solares e a radiação incidente sobre a superfície inclinada, o histórico dos painéis fotovoltaicos, o histórico da energia no Rio Grande do Norte, a análise da radiação global em Natal, os ângulos da instalação dos painéis (ângulo de inclinação da superfície, ângulo azimutal da superfície( $\gamma$ )), os diferentes tipos de painéis solares fotovoltaicos, os painéis solares térmicos, a tecnologia usada no sistema de aquecimento solar e a utilização da energia solar nas construções.

**(Resultados)** Na segunda fase, continuamos a pesquisa in-loco, sendo coletados dados de um hotel em Natal (RN) em execução, informando o que é uma fração solar, sua relação com a edificação, a utilização do sistema PROMATHER, o dimensionamento médio a ser realizado para o aquecimento da água, os melhores programas para auxiliar na instalação dos painéis solares, informando todo o processo de sistema de aquecimento de água através dos painéis para a garantia de uma edificação sustentável.

**(Conclusão)** Este artigo apresentou e analisou as aplicações das tecnologias sustentáveis dos painéis solares aferindo seu custo/benefício e explicitando as vantagens de se obter essa tecnologia, mostrando que a energia solar é a fonte mais ecológica e viável para a produção de energia no Brasil, devido ao fato de ser considerada alternativa energética muito promissora para enfrentar os desafios da expansão da oferta de energia com menor impacto ambiental.

**Palavras-Chave:** Energia, Sol, Sustentabilidade

## APLICAÇÃO DE DRONES PARA ENGENHARIA CIVIL

**Autor(es):**

*Lucas Mateus Felipe Saraiva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A utilização de drones, ou veículos aéreos não tripulados (VANTs), vem se tornando cada dia mais comum em atividades comerciais e industriais. O que era exclusividade do exército, agora também está presente no setor da construção civil. No que diz respeito à utilização dos drones na construção civil, sua aplicação traz mais uma maneira inovadora de utilizar a tecnologia com visualização de imagens feitas pelos drones em diversos ângulos do canteiro de obras permitindo a observação do andamento do empreendimento aos construtores e clientes. Esse artigo tem por objetivo apresentar com ampliação da visão dos envolvidos na cadeia da construção civil esta nova tecnologia além da transmissão de conhecimentos técnicos sobre sua aplicação evidenciando seu enorme potencial econômico e estratégico, bem como a importância, como ferramenta auxiliar do Engenheiro Civil na sua atividade.

**(Metodologia)** A proposta é que os drones sejam uma ferramenta de relacionamento com o cliente, com envio mensal do registro fotográfico das obras, personalizado conforme a unidade do comprador. Como exemplo, vídeos permitirão projetar melhor a vista do apartamento antes de estar pronto. Com uma tecnologia inicialmente utilizada para fins militares, o equipamento foi se popularizando devagar, principalmente por conta do preço – os primeiros modelos custavam mais de R\$ 200 mil. Logo, esses robôs passaram a ser utilizados na indústria cinematográfica, esportiva e, desde 2008, tornaram-se uma peça fundamental na construção civil nos Estados Unidos e Europa. Este artigo aborda, entre outras, as aplicações urbanísticas, hidrológicas, cartográficas, de controle de obras, na avaliação de impactos ambientais, no controle da qualidade do ar, em auditorias energéticas, aplicações de controle de fronteiras, aplicações na agricultura, manutenção de linhas elétricas com e na inspeção de aerogeradores.

**(Resultados)** Essa nova tecnologia busca melhor aproveitamento, agilidade e comodidade na hora do planejamento, algo que é de suma importância para o engenheiro que deve contar com todo o aparato tecnológico possível para o melhor desenvolvimento do seu trabalho. Por conta da estabilidade e da facilidade de se controlar um drone, as construtoras podem estudar a evolução de prédios e grandes estruturas de ângulos que, até pouco tempo atrás, eram impraticáveis. Com as imagens aéreas, as empresas conseguem coletar dados estratégicos, abrindo possibilidades para novas alternativas de desenvolvimento e a comercialização dos empreendimentos, contribuindo assim para o seu lucro pela economia e prestação de novos serviços.

**(Conclusão)** Portanto, concluiu-se após a elaboração desse artigo que as vantagens do uso de drones são evidentes, devido ao seu fácil manuseio, a sua diminuição do custo da tecnologia e de seu leque de possibilidades de usos. Com isso logo poderemos prever um significativo avanço dessa tecnologia a áreas da engenharia civil, que ainda não imaginamos devido a essas infinitas variedades de aplicações.

**Palavras-Chave:** Tecnologia. Engenharia. Drones

## **AVALIAÇÃO DO POTENCIAL EÓLICO ON-SHORE E OFF-SHORE DO RIO GRANDE DO NORTE 2**

**Autor(es):**

*Antônio Luiz de Araújo Guerra Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Quando falamos em energia eólica, a primeira imagem que nos vem a mente é a de aerogeradores modernos, agrupados em enormes parques gerando uma bela paisagem. Entretanto a energia eólica é usada desde a antiguidade, tendo como primeira aplicação registrada a locomoção de barcos veleiros, com eficiência superior do que os remos anteriormente usados. Logo após foram criados os moinhos de vento, estas enormes estruturas para os padrões da época surgidos na Pérsia desde o século VII, utilizando a energia dos ventos para a moagem de grãos, substituindo os antigos que usavam a força de animais para a realização dos trabalhos. O estado do Rio Grande do Norte possui uma localização privilegiada no que diz respeito ao potencial eólico, já que está localizado no extremo leste do continente, onde os ventos alísios convergem gerando médias de incidência de ventos anuais fortes e constantes, características indispensáveis para uma boa geração de energia. Tal potencial foi bem percebido por empresários da área da energia eólica, de modo que já existem 25 parques instalados no estado e 87 encontram-se em construção. A Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEeólica) prevê que em 2017 o Rio Grande do Norte seja o líder brasileiro na produção de energia eólica, desbancando o estado vizinho Ceará. Esse fato evidencia ainda mais o potencial eólico norte-riograndense.

**(Metodologia)** Com o objetivo de descobrir novos municípios e praias com características ideais para a implementação de parques eólicos no Rio Grande do Norte, será realizada nesta pesquisa a seguinte metodologia executiva: identificação dos novos municípios e praias com potencial eólico em locais aonde não existam estações de energia eólica através do mapa eólico do estado e bibliografia, elaboração da listagem dos municípios e praias com base nas medidas do vento em ordem crescente e a elaboração de um mapa eólico atual de nosso estado com identificação das áreas propícias para implementação de novos parques.

**(Resultados)** Após a realização da pesquisa com os dados da bibliografia utilizada, foi elaborado um mapa com todos os empreendimentos eólicos localizados no estado, juntamente com uma lista de municípios e estado do empreendimento. Além disso foi confeccionado um mapa destacando áreas propícias para implementação de parques eólicos ainda pouco utilizadas.

**(Conclusão)** Com a elaboração de um novo mapa eólico on-shore com a identificação das novas áreas para aplicação, daremos uma contribuição técnica para a execução de novos parques eólicos no estado, e por conseguinte atração de investimentos que irão movimentar a economia, além da geração de empregos e renda para a população, sem falar na contribuição para uma matriz energética mais ecologicamente correta e uma geração de energia eficiente que atenda a nova demanda industrial e populacional do estado.

**Palavras-Chave:** Energia Eólica; Geração; Vento

## COMPOSTAGEM

### **Autor(es):**

*Valdir Barbalho Costa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Carlos Gileno Amaral de Melo Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Vinícius Fernandes de Lima: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Vitor Iann Moreira Araújo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A compostagem é o processo de transformação de matéria orgânica em adubo, onde são utilizados resíduos orgânicos de origem urbana, industrial, agrícola e florestal. Com o aumento populacional aliada com um desejo de consumismo, criou uma grande quantidade de resíduos orgânicos, onde uma das melhores maneiras de destinar esses resíduos efetivamente, é com o uso da compostagem. Esse método é uma das alternativas que ajuda a contribuir contra a grande quantidade de resíduos orgânicos no planeta, que além de trazer benefícios para o ser humano também traz para o meio ambiente onde o adubo produzido nas composteiras e um fertilizante natural que ajuda o desenvolvimento das plantas trazendo nutrientes e felizmente quanto mais à natureza crescem em nosso mundo, mas benefícios os humanos possuem.

**(Metodologia)** O processo de compostagem acontece em 3 fases, onde podemos distinguir cada uma, como: Fase mesofílica: onde fungos e bactérias mesófilas começam a se proliferar para metabolizar principalmente os nutrientes mais facilmente encontrados, as temperaturas são moderadas nesta fase (cerca de 40°C) e ele tem duração de aproximadamente de 15 dias, já na fase termofílica: dependendo das características do material que está sendo compostado, essa fase pode se estender por até dois meses, e nela entra em cena os fungos e bactérias denominados de termófilos, onde à influência de oxigênio, promovida pelo revolvimento da pilha inicial. Com a degradação das moléculas mais complexas e a alta temperatura ajudam na eliminação de agentes patogênicos. Já na fase da maturação, é onde ocorre o último processo de compostagem, e que Nessa fase há a diminuição da atividade microbiana, e da temperatura e acidez. A matéria orgânica produzida por essa fase é transformada em húmus, que é um material estável, rico em substâncias húmicas e nutrientes minerais, que pode ser utilizado como adubo orgânico, devolvendo à terra os nutrientes de que necessita, e evitando o uso de fertilizantes sintéticos.

**(Resultados)** Utilizamos três Garrafa pet onde a Primeira e segunda é cortada, separando com gargalo, para ser preenchida com os resíduos e a terceira é cortada o fundo para ser a base que armazenará o chorume. Depois de fazer o corte, o próximo passo é fazer furos nas tampas das garrafas, Com as garrafas prontas, e encaixadas, basta fazer as camadas, a primeira camada é de pedriscos, A segunda camada é de areia, a terceira camada é de substrato, que pode ser substituído por terra ou húmus e a quarta camada é de resíduos úmidos. A composteira deve ficar sempre coberta por um pedaço de tecido bem arejado para evitar a entrada de insetos. Com a montagem pronta deve deixa-la em um local protegido do sol e da chuva e manter os resíduos levemente úmidos, sem encharcar. No caso dos minhocários os resíduos podem ser colocados inteiros ou picados. Depois de algum tempo o chorume vai começar a se formar e quando a mistura estiver completamente homogênea com aspecto de húmus e sem cheiro, a compostagem está completa. Esse processo pode demorar bastante e varia de acordo com uma série de fatores.

**(Conclusão)** A compostagem é uma das alternativas para o processamento do lixo orgânico com a aplicação de procedimentos compatíveis e tecnicamente comprovados de não contaminação ambiental, bem como na conservação do solo e produção e energia. Então podemos dizer que a compostagem é um método que se o mundo aderisse solucionaríamos muitos problemas como a diminuição dos lixões, e o aumento de vida vegetal no nosso planeta, e preservar nosso meio ambiente que esta sofrendo muito com o crescimento tecnológico do nosso planeta e o impulso consumismo.

**Palavras-Chave:** Compostagem

## COMPOSTAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS

### **Autor(es):**

*Josão Cardoso da Silva Neto: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Augusto Cezar Fernandes Costa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Mizael Fernandes Costa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Renata Bezerra de Medeiros Dantas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A compostagem é o processo biológico de valorização da matéria orgânica, seja ela de origem urbana, doméstica, industrial, agrícola ou florestal, e pode ser considerada como um tipo de reciclagem do resíduo orgânico. Trata-se de um processo natural em que os micro-organismos, como fungos e bactérias, são responsáveis pela degradação de matéria orgânica. A técnica de compostagem ajuda na redução das sobras de alimentos, tornando-se uma solução fácil para reciclar os resíduos orgânicos gerados. A compostagem não é uma prática nova, mas está ganhando popularidade ao passo que há uma tendência maior de preocupação com a sustentabilidade. A composteira nada mais é do que o lugar (ou a estrutura) próprio para o depósito e processamento do material orgânico. É nesse local que irá ocorrer a compostagem, a transformação desse resíduo orgânico em fertilizantes que melhoram as propriedades físicas, químicas e biológicas do solo. Sabe-se que essa técnica apresenta vantagens relacionadas à diminuição da poluição ao meio ambiente, adubação sem compostos artificiais e redução de quantidade de resíduos orgânicos. Tal processo, também, melhora a aeração do solo, diminui a erosão e reduz a utilização de herbicidas e outros produtos químicos tendo em vista que produz predadores naturais para as pragas que atacam as plantas. Porém a compostagem pode apresentar desvantagem se for mal feita, podendo atrair animais indesejáveis como moscas, baratas, ratos e outras pragas urbanas, causando doenças aos humanos. Outra desvantagem está relacionada com o super aquecimento dos resíduos, fazendo com que o processo não aconteça no tempo previsto.

**(Metodologia)** Para que essa pesquisa seja concretizada faremos uma revisão bibliográfica sobre o tema proposto e montaremos protótipos de composteiras no Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN) com a ajuda dos alunos do Complexo Noilde Ramalho (ED/HC/UNIRN).

**(Resultados)** Esperamos com esse trabalho obter conhecimentos mais aprofundados sobre o que são composteiras e qual a sua importância para a sustentabilidade, tendo em vista que essa é uma forma de diminuir os resíduos sólidos produzidos pela população. Outro ponto importante que aguardamos com a implantação desse projeto é a instrução e conscientização dos alunos do complexo Noilde Ramalho (ED/HC/UNIRN) que irão trabalhar com a montagem das composteiras e assim levar esse conhecimento para o maior número de pessoas possíveis para ajudar nessa luta a favor da sustentabilidade, tendo em vista, que a compostagem é uma ferramenta na diminuição dos resíduos sólidos dos lixões e aterros sanitários.

**(Conclusão)** Visando a sustentabilidade a compostagem aparece como uma das alternativas mais promissoras por permitir a reciclagem dos resíduos orgânicos e eliminar boa parte destes. Cabe destacar que a compostagem também, apresenta o potencial de eliminar grande parte dos micro-organismos patogênicos, transformando o resíduo em um fertilizante que melhora as propriedades do solo.

**Palavras-Chave:** Compostagem, resíduo orgânico, sustentabilidade.

## COMPOSTEIRA COM BALDES

### **Autor(es):**

*Caroline Araujo Fontes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Joab Franco Soares da Silva : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Luana Patrícia Felizardo Wanderley: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Esse projeto foi proposto para que nós, alunos e futuros engenheiros civis, criássemos uma ideia acessível e sustentável de reaproveitamento dos resíduos orgânicos (úmidos e secos) através do processo de compostagem. A construção de um composteira doméstica é algo simples e extremamente eficiente, e permite que qualquer pessoa, em qualquer espaço tenha a capacidade de reaproveitar os resíduos orgânicos gerados em suas atividades diárias. O objetivo principal desta pesquisa é propor alternativas sustentáveis de se reduzir os impactos ambientais que são causados por esses resíduos, produzidos diariamente nas instituições comerciais e de ensino, empresas e residências, além de buscar em cada pessoa envolvida no projeto a conscientização na hora do descarte do lixo orgânico.

**(Metodologia)** A pesquisa que está sendo realizada terá como base a construção de um protótipo de uma composteira doméstica visando o reaproveitamento de folhas, gramas, galhos, hortaliças e entre outros produtos orgânicos produzidos na unidade do UNI-RN. No decorrer da implantação e execução do projeto todas as etapas serão devidamente registradas, dando-se ênfase aos pontos negativos e positivos da mesma. Existem vários tipos de composteiras domésticas, entretanto se optou por utilizar baldes plásticos (3 baldes de 15 litros), e o critério adotado na escolha do modelo foi baixo custo do material e a facilidade de se encontrar no comércio local. Contudo, será necessário fazer algumas mudanças ou adaptações para viabilizar o emprego do mesmo, tais como: recortar e furar para adaptar os baldes a serem utilizados como composteira e obter os resultados esperados, neste processo, onde cada balde terá uma função específica. De início usamos 2 baldes, sendo o primeiro com os resíduos orgânicos (casca de frutas, pó de café, folha secas e entre outros) e serragem. O segundo, também receberá resíduos orgânicos, mas será utilizado no revezamento com o primeiro cada vez que um deles estiver cheio. Nos dois baldes serão adicionados o agente biodegradador (minhoca), e o terceiro será encarregado de armazenar o chorume resultante do processo de decomposição da matéria orgânica. É importante destacar que este deverá estar devidamente vedado para evitar a proliferação de insetos e odor.

**(Resultados)** Ajudar a preservar o meio ambiente nunca é demais, mas também não é uma tarefa fácil e por meio desse trabalho esperamos que as pessoas que fazem a comunidade acadêmica do UNI-RN adquiram uma maior conscientização ambiental e principalmente nós alunos, pois na nossa área de atuação estaremos diretamente ligados à preservação ambiental (construções sustentáveis – construções verde).

**(Conclusão)** Gostaríamos que esse projeto não ficasse somente na teoria e que pudéssemos difundir o conhecimento científico para fora dos muros da Instituição, mostrando para população que existem maneiras simples de se reutilizar a matéria orgânica produzida diariamente, diminuindo assim a poluição do meio ambiente e a quantidade de lixo a ser aterrado, o que fará aumentar a vida útil dos aterros sanitários.

**Palavras-Chave:** composteira, preservação

## COMPOSTEIRA DOMESTICA

### **Autor(es):**

*Wagner Alves de Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Vaneska Cosme de Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Kamyla Carla Soares da Silveira : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O resíduo sólido doméstico tem tendência a aumentar, sendo seu destino, um dos maiores problemas ambientais que a atual sociedade enfrenta, já que a capacidade dos Aterros Sanitários é finita e os custos da sua manutenção são altos. Assim, este trabalho apresenta a concepção de um projeto de divulgação, implantação e facilitação da compostagem doméstica, visando a motivar os alunos do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN), evitarem o descarte de restos de alimentos que podem ser aproveitados ou reaproveitados. Desta forma, o trabalho colabora para a sustentabilidade e qualidade de vida.

**(Metodologia)** Um dos maiores problemas ambientais que a atual sociedade enfrenta é a grande quantidade de resíduos produzidos diariamente, sendo um quadro preocupante para o meio ambiente, uma das soluções seria utilizar a técnica da compostagem para o reaproveitamento de resíduos orgânicos, ocasionando uma redução significativa dos mesmos. Assim o objetivo deste projeto é iniciar o processo de compostagem levando os alunos do curso de engenharia civil (1º ano) do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN) se conscientizar e realizar técnicas sustentáveis de reciclagem de lixo assim como também montar uma composteira. Para isso reaproveitamos baldes de margarina para então neles inserir os materiais orgânicos devidos e minhocas para acelerar a decomposição destes resíduos. Contudo verificamos que a compostagem é de grande importância tendo resultados muito positivos para a solução de problemas ambientais, com a produção do adubo orgânico, além disso, diminuímos em nossas residências a quantidade de lixo.

**(Resultados)** Foi adicionada a primeira camada, deve ser de aproximadamente 20 cm de terra misturada com húmus de minhoca. Umedeça-a para que os microrganismos se fixem melhor. A próxima camada deve conter restos de capina ou grama seca. Depois vem os restos de cozinha, restos de alimentos cozidos, cascas de vegetais, frutas e ovos e pó de café. Depois dos restos de cozinha vem uma camada de folhagens, que você deve cortar em pedaços pequenos para acelerar a decomposição. Umedeça levemente novamente para uma boa fixação. Pode, a partir daí, adicionar uma nova camada de restos de alimentos, mas ela sempre deve ser coberta pelas folhagens ou restos de capina. Para acelerar ainda mais o processo, acrescentamos algumas minhocas dentro do balde, a proporção é de 1 litro de minhocas por metro. O balde deve ficar aberto ou protegido por uma tela. O composto ideal não exala nenhum odor desagradável e nem atrai insetos. Deve ter um cheiro doce de terra. Com o passar dos dias ele esquentará, devido ao processo de fermentação. Uma vez por semana mantem-se a umidade acrescentando água e a boa aeração revolvendo-o a cada 3 dias. Isso é vital para o sucesso do seu composto. Ele estará pronto quando o aspecto for homogêneo e parecido com borra de café. Ao final de todo o procedimento no ultimo balde ficara armazenado o chorume, que pode ser diluído em água e regar as plantas, tanto em jardim, horta, ele ajuda a combater os fungos e bactérias.

**(Conclusão)** Podemos concluir que esta técnica é de grande importância. A reciclagem e reaproveitamento de resíduos tem impacto significativo para a solução de problemas ambientais e prevenção da poluição do solo, rios e lagos provocado por contaminação e descarte incorreto. Com a transformação das características dos resíduos em material rico em nutrientes, a compostagem promove a valorização de resíduos, antes sem relevância e que seriam destinados a aterros sanitários, em adubos e fertilizantes orgânicos compostos, exercendo papel importante na preservação do meio ambiente.

**Palavras-Chave:** Resíduos Sólidos, Compostagem, Problemas ambientais.



## COMPOSTEIRA – ADUBO SUSTENTAVEL

### **Autor(es):**

*Karen Beatriz Mendonça Fernandes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Francisco Eilson de Araújo Filho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Jean Rodrigo de Lima: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Elias Trindade de Brito: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Marcio Pinheiro Davi: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Trabalho elaborado pelos alunos do curso de Engenharia Civil 2015.1 – UNI-RN, disciplina de Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente. O presente tem o intuito de trazer conhecimento e prática sobre a reciclagem de resíduo orgânico, método este conhecido por compostagem, utilizada por algumas empresas, produtores rurais e pessoas em geral, tem por finalidade o aproveitamento da maior parte do resíduo orgânico produzidos pela sociedade em geral que é descartado em lixões e aterros sanitários, causa de grandes impactos no ecossistema, como a poluição do ar pela fumaça tóxica, oriunda da queima dos resíduos, liberação de gás metano na atmosfera, e outras complicações que prejudicam não só os seres humanos, mas que tem um efeito negativo em todo meio ambiental. Através desse estudo será possível identificarmos os benefícios desse processo de compostagem, como também conscientizar sobre o reaproveitamento de parte dos resíduos orgânicos que produzimos diariamente.

**(Metodologia)** Serão fabricados três recipientes, utilizando uma estrutura feita em madeira de reuso de obra (tipo caibro) e revestida com garrafas plástica e forrada internamente por plástico de garrafas PET. Os dois primeiros recipientes serão as caixas digestoras, onde colocaremos o resíduo orgânico juntamente com as minhocas, para ajudar no processo de compostagem, já no terceiro recipiente que tem dimensões menores, terá a funcionalidade da coleta do chorume que é produzido na decomposição dos resíduos orgânicos. A fabricação do composto é relativamente simples, basta apenas colocarmos os resíduos secos e molhas de maneira intercalada e umedecendo aos poucos caso precise e por fim a colocação das minhocas entre as camadas molhadas, a partir daí o trabalho praticamente fica por contar delas, que irão se alimentar dos resíduos e nas fezes teremos o composto (húmus).

**(Resultados)** Com esse modelo de projeto, esperamos alcançar resultados satisfatórios através compostagem e também pela reutilização de materiais que contribuem para a poluição do nosso habitat. Na produção de composto (húmus), esperamos obter o produto final em aproximadamente 45 dias, a partir da data do lançamento dos resíduos na composteira. Depois de colocar na primeira caixa o lixo orgânico, na segunda caixa, as minhocas juntas com folhas e terra, podemos encontrar depois de algum tempo o chorume que é produzido pelo no procedimento, que pode ser utilizado como pesticida se diluído e aspergido sobre a plantação, como também tem função de adubação, se for lançado no solo.

**(Conclusão)** Com os dados coletados, concluímos que a compostagem é uma ótima maneira de transformarmos cerca de 60% dos nossos resíduos orgânicos em um composto orgânico de excelente qualidade e com baixo custo, destinado de forma digna e sem impacto ambiental.

**Palavras-Chave:** Compostagem, húmus, resíduos orgânicos.

## COMPOSTEIRAS: MEU MUNDO SUSTENTÁVEL

### **Autor(es):**

*Lucas Moura dos Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Felipe de Melo Maia Madruga: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*David Vasconcellos Simonetti: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Beatriz Melo Galvão: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Mariana Cabral da Costa Amaral: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O objetivo desta pesquisa é criar um projeto de composteiras com base na técnica de compostagem, utilizando materiais recicláveis e resíduos orgânicos. São estes de origem seca (galhos, folhas, raízes), e úmida (restos de salada, frutas, cascas, entre outras coisas). As atividades agrícolas, agropecuárias, setor alimentício, rede de hotéis e restaurantes, geram grande quantidade de resíduos, como restos de culturas, palhas e resíduos agroindustriais, dejetos de animais, os quais, em alguns casos, provocam sérios problemas de poluição. No Brasil são produzidos diariamente cerca de 250.000 toneladas de lixo (MIRANDA, 2000). Entretanto, quando manipulados adequadamente, podem suprir, com vantagens, boa parte da demanda de insumos (sementes, adubo, ração, entre outros), sem afetar adversamente os recursos do solo e do ambiente. O aproveitamento dos resíduos agrícolas, industriais, urbanos e florestais pode ser realizado através de um processamento simples denominado compostagem, em pequena, média e grande escala desde que não causem distúrbios ao meio ambiente e a saúde pública.

**(Metodologia)** Para a criação da composteira são necessários alguns materiais, como: -Garrafa pet -Pedriscos (brita) -Areia -Substrato -Meia calça -Tesoura Os procedimentos usados para a montagem compostagem serão: - Corte a garrafa separando o gargalo do fundo - Faça vários furos na tampa e encaixe o gargalo dentro da garrafa - Coloque a primeira camada de brita, a segunda camada de areia, a terceira camada de húmus e a quarta camada de resíduos úmidos e minhocas - Repita as duas últimas camadas até encher a garrafa - A última camada deve ser, necessariamente, de adubo ou húmus e deve ser coberta por uma meia calça.

**(Resultados)** O resultado esperado deste projeto é, através do processo de compostagem, criar compostos orgânicos que servirão para nutrir o solo, fazendo com que as plantas se desenvolvam de forma acelerada e reutilizando os materiais de forma sustentável para não descartá-los nas ruas, rios e lixões.

**(Conclusão)** A compostagem é um processo de produção de composto fertilizante, ou húmus, através da decomposição natural de resíduos orgânicos em presença de oxigênio e com o auxílio de microorganismos da matéria orgânica como restos de comida, folhas de árvores, restos de poda, até jornal e restos de madeira, entre outros. Os fatores que influenciam no processo da compostagem são: aeração, umidade e temperatura. As vantagens deste processo são: enriquecimento dos solos pobres - melhorando sua estrutura e fertilidade -, o aumento da capacidade de absorção de nutrientes pelas plantas e a facilidade da aeração do solo. A compostagem, porém, apresenta algumas desvantagens como: a salinidade dos solos, a presença de moléculas orgânicas tóxicas e a existência do chumbo como um metal tóxico aos animais e vegetais.

**Palavras-Chave:** Compostagem. Composteira. Reciclar.

**DE QUAL LADO VOCÊ VAI FICAR? DESMATAMENTO ZERO. FAÇA SUA PARTE.**

**Autor(es):**

*André Artur Rocha de Brito: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Mizael Fernandes Costa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Joice de Sousa Alves: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Renata Bezerra de Medeiros Dantas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Maria Eduarda Fernandes de Farias: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN*  
*Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN*  
*Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** O desmatamento, também chamado de desflorestação, é o processo de desaparecimento das matas, causado pela atividade humana, principalmente, através da agropecuária, indústria madeireira e especulação imobiliária. Aliado a esses fatores, existe, também, em muitas áreas de preservação, uma fiscalização precária e ineficiente para tornar efetivo o cumprimento das leis ambientais. Este videoclipe tem como objetivo mostrar às pessoas essa grave problemática ambiental que está ocorrendo atualmente, e para isso, fará uso de uma comunicação por efeitos de sons e imagens para que o público possa refletir sobre o tema.

**(Proposta do roteiro)** Nas primeiras cenas são mostradas imagens das grandes áreas verdes, da mata nativa, das florestas e suas belezas naturais, contendo frases para conscientizar e sensibilizar a todos que assistam. A sonoplastia dessa primeira fase foi escolhida pensando nessa comunicação, através de sons e imagens, para reproduzir um ar de leveza e calma, condizente com as imagens exibidas, simultaneamente. Logo após, ocorre a segunda fase do videoclipe, com uma mudança na sonoplastia, com sons totalmente opostos à fase anterior “música agitada”, referindo-se a um momento tenso, cujas imagens exibidas, simultaneamente, serão de destruição e desmatamento provocados pelo homem: suas usinas, toras de madeiras sendo armazenadas, tratores derrubando e cortando árvores, animais sendo expulsos do seu habitat natural, além de conter frases impactantes e informativas, para que o público possa refletir sobre o certo e o errado.

**(Efeitos esperados)** Espera-se, com este videoclipe, sensibilizar as pessoas sobre esse grave problema ambiental, de impacto mundial, para que elas tenham o conhecimento do problema atual, e que, de alguma forma, todos possamos influenciar os governantes a tomarem as providências necessárias, garantindo tempos melhores para as futuras gerações.

## DIRETRIZES DE SUSTENTABILIDADE PARA EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

**Autor(es):**

*Fabiana Maiany Pinheiro da Silva : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN*

*Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O conceito de sustentabilidade tem sua origem relacionada ao termo “desenvolvimento sustentável”, definido como aquele que atenda às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades. Diante disso, a preocupação com a questão ambiental passou a ser levantada nos mais diversos setores da sociedade, promovendo a gradativa adesão dos diferentes setores mercadológicos, inclusive a da construção civil. No Brasil, o este setor vem desenvolvendo estratégias de redução de impactos ambientais, e uma delas é a utilização de projetos de edificações residenciais através da construção sustentável. Algumas diretrizes de sustentabilidade vêm sendo pesquisadas e utilizadas pelos profissionais da área de arquitetura e engenharia, porém a divulgação ainda é pouco explorada. Então esta pesquisa tem como objetivo principal ajudar a conscientizar e orientar profissionais da construção civil sobre essas diretrizes de sustentabilidade, ampliando seus conhecimentos, como princípios fundamentais para a prática da construção sustentável e preservação do meio ambiente.

**(Metodologia)** Este trabalho foi desenvolvido através de pesquisas na internet e bibliográficas, com informações relevantes para compreensão sobre o tema em questão, situando o leitor através da abordagem sócio técnica. Para que o projeto proposto seja melhor compreendido foi desenvolvida uma maquete física, a qual é definida com um esboço ou miniatura tridimensional de uma obra de escultura ou arquitetura, modelada com os mais diferentes tipos de materiais e ferramentas para melhor representar o projeto solicitado. A mesma será apresentada junto ao pôster que é composto por um artigo detalhando ao máximo as perspectivas do projeto, de forma orientar os profissionais da área de engenharia e arquitetura sobre desenvolvimento de projetos sustentáveis.

**(Resultados)** O projeto arquitetônico, produzido por alunos do primeiro ano do curso de Engenharia Civil, mostra de maneira clara e objetiva as diretrizes de sustentabilidade de edificações residenciais (entre elas: materiais com menores índices de poluição; sistema de captação e filtragem de água da chuva para reaproveitamento; energia renovável através de um aerogerador eólico), para que as mesmas possam ser utilizadas em sua totalidade, reduzindo por parte da construção civil os impactos ambientais gerados ao meio ambiente.

**(Conclusão)** A habitação com qualidade é uma necessidade que deve ser satisfeita sem comprometimento dos ecossistemas existentes. Desse modo reduz-se a proporção de resíduos gerados, melhorando a qualidade de vida dos usuários, sem comprometer o meio ambiente no qual o empreendimento estiver inserido. Podemos concluir que as residências com características ecológicas, além de beneficiar o meio ambiente, garante o bem estar de seu usuário, ou seja, faz bem para a saúde, para o bolso e para o planeta.

**Palavras-Chave:** Meio ambiente, conscientização ambiental, construções sustentáveis.

## ENERGIA LIMPA SOB NOSSOS PÉS

### **Autor(es):**

*Mariana Bezerra Josino: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Andréa de Freitas Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Samara Regina dantas dos Santos: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN*  
*Leaivlam Rodrigues de Lima: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com o constante aumento populacional, desenvolvimentos tecnológicos e o progresso da produção industrial fica clara a necessidade de uma maior demanda de eletricidade para abastecer as diversas áreas de uso energético. Porém, a maior dificuldade é minimizar os impactos sobre a natureza, buscando fontes de energias limpas e renováveis. Dentre as diversas pesquisas e possibilidades de gerar a mesma, uma delas diferencia-se por ser totalmente isenta de resíduos: a piezoelectricidade. Diversos países estão buscando nessas fontes alternativas de produção de energia elétrica uma solução limpa e sustentável. Em geral, boa parte destas pesquisas estão concentradas na transformação de energia cinética para elétrica.

**(Metodologia)** Existem diversas tentativas de produzir energia elétrica sem provocar danos significativos ao meio ambiente. Além das mais conhecidas fontes renováveis, tais como: solar, eólica, usina de ondas, entre outras, elencamos uma nova fonte renovável a ser utilizada em um projeto piloto no Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNIRN), a piezoelectricidade, cuja fonte geradora de energia será o movimento produzido pelo transito de pessoas ou veículos sobre uma placa metálica acoplada a um conjunto de polias e a um dínamo. Para viabilizar a produção de energia, esta placa deverá ser instalada em um determinado local no qual a circulação de pessoas ou veículos seja frequentemente e regular.

**(Resultados)** A piezoelectricidade não é nova. Ela foi descoberta há 130 anos pelos irmãos franceses Pierre e Jacques Currie. Desde então, é usada em sensores acústicos, câmeras fotográficas, ultrassons, microscópios e acendedores de fogão, por exemplo. As pesquisas, no entanto, se intensificaram na medida em que cresce a demanda por novas fontes energéticas. Vale salientar, que a mesma não necessita de combustíveis ou aditivos, pois não gera resíduos ou agentes poluentes. Tal tecnologia tem como maior obstáculo o seu armazenamento, já que essa origem é obtida no momento da fricção dos objetos. Sua utilização também deve ser instantânea e, caso contrário, a eletricidade produzida acaba sendo perdida e torna-se inútil. O modelo/protótipo consiste em uma superfície dotada de um material piezoeletrico, que recebe pressão dos pés ou dos pneus de veículos, ao serem pressionados ele libera elétrons, transformando a energia mecânica em elétrica, onde o que é gerado pode ser usado, por exemplo, para acender uma lâmpada ou até mesmo carregar um celular.

**(Conclusão)** Apesar de ser pouco conhecido, pode-se perceber a grande importância e a diversa aplicabilidade desse material, sendo pelo fluxo de carros e de pessoas, gerando assim energia limpa e sustentável. Pesquisas nessa área vêm se desenvolvendo cada vez mais, pois é um meio que pode representar um campo de atuação no futuro.

**Palavras-Chave:** Piezoelectricidade, energia, renováveis, elétrica

## INSPEÇÃO PREDIAL

### **Autor(es):**

*Daniel Torres da Silva Alves: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Juliana Rodrigues Siqueira: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fábio Sérgio da Costa Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em algumas edificações por falta de recursos financeiros, a população principalmente mais carente constrói imóveis sem orientação de um profissional habilitado, sem nenhum tipo de projeto arquitetônico, estrutural ou outros que estejam de acordo com as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Neste contexto é necessária a vistoria de tais empreendimentos por profissionais da área de engenharia civil para garantir que as edificações fiquem em condições favoráveis para o uso. Questões legais, sociais, econômicas, técnicas e ambientais, são algumas das muitas variáveis que estão envolvidas no processo de inspeção e manutenção. Países desenvolvidos como os EUA, adotam tais inspeções para garantir a vida útil de suas edificações.

**(Metodologia)** No Brasil, esse ramo da engenharia é pouco utilizado devido à falta de profissionais especializados em tal função, além da desinformação sobre os direitos da população de maneira geral. É recomendável que a inspeção predial seja feita por profissionais que tenham visão geral da edificação; com noções de custos dos serviços de manutenção; experiência em construção civil em todas as suas fases e em manutenção de edifícios; e que encarem a inspeção Predial como forma técnica de determinar as causas das patologias existentes e dar soluções técnicas aliando a parte técnica e a análise financeira, para a realização dos serviços visando a completa solução das patologias das edificações. Na finalização da inspeção predial é entregue um parecer ou laudo técnico detalhado, com as causas das anomalias e suas soluções, análise dos diversos projetos da edificação, além da documentação do Condomínio, se este for o caso, com a previsão das realizações de manutenções.

**(Resultados)** Neste artigo transmitiremos conhecimentos teóricos e práticos de inspeção predial aplicados em 126 residências localizadas no bairro de Mãe Luiza- Natal, danificadas em virtude do colapso estrutural ocorrido na encosta do bairro, causando patologias diversas nas edificações que se situam próximas ao local do sinistro. Foi entregue ao final das vistorias um parecer técnico para cada residência. Algumas delas estão em situação irregular perante a Prefeitura de Natal, sendo notável a falta de recursos financeiros para a realização dos serviços propostos de recuperação, reforço estrutural e impermeabilização das estruturas visando a estabilidade estrutural das mesmas.

**(Conclusão)** Conclui-se após elaboração deste artigo que há necessidade da realização de vistorias e inspeções prediais em qualquer tipo de edificação em qualquer época, garantindo a inexistência da ocorrência de um colapso estrutural da edificação, fato este que pode gerar prejuízos financeiros e de vidas humanas como ocorreu nos imóveis analisados citados.

**Palavras-Chave:** Edificações. Patologias. Terapias.

## PROJETO DE COMPOSTAGEM

### **Autor(es):**

*Álisson Joab Pinheiro Arraes: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Fabiana Maiany Pinheiro da Silva : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Abiel Araújo de Lucena: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Rodrigo Teixeira Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Mateus Isaias Dantas de Melo: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A fim de oferecer uma maior conscientização/educação ambiental, no que se diz respeito ao aproveitamento dos resíduos orgânicos, os alunos do curso de Engenharia Civil do Centro Universitário do Rio Grande do Norte UNI-RN, na disciplina de Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, estão realizando um projeto que tem por finalidade propor um modelo eficaz de composteira a partir de tecnologias sustentáveis. O projeto tem como objetivo implantar composteiras que sejam capazes de transformar os resíduos orgânicos gerados pelo complexo ED/HC/UNI-RN em adubo natural. Conseqüentemente o ambiente que foi destinado às composteiras poderá se tornar em um campo de ensino eco pedagógico a fim de que alunos de diversas faixas etárias possam ser estimulados às práticas sustentáveis.

**(Metodologia)** O aproveitamento dos resíduos orgânicos do complexo irá gerar economia e menos impacto ao meio ambiente. Todos os restos de frutas, legumes e verduras poderão ser aplicados como material a ser decomposto (rico em nitrogênio) assim como borra de café, sachê de chá e cascas de ovo. Os galhos e folhas resultantes das podas e das varreduras do complexo poderão ser utilizados como material vegetal seco (rico em carbono). Quando falamos em compostagem, falamos em degradação da matéria orgânica. Este é um processo aeróbico realizado por diversos micro-organismos, o processo é dividido em duas etapas. A primeira é onde ocorrem as primeiras reações bioquímicas, conhecidas como termofílicas por acontecerem a altas temperaturas. Na segunda parte ocorre a maturação do composto, onde ocorre o processo de humificação (produção de húmus pelas minhocas). O húmus é inodoro e rico em sais minerais, é o resultado da digestão da matéria orgânica, é o excremento das minhocas. Ele nutre o solo e favorece o desenvolvimento das plantas. Já existem modelos de caixas próprias para a compostagem, no entanto, para a montagem da composteira optamos por reutilizar baldes de margarina (15 kg). Os baldes são mais acessíveis e podem ser facilmente encontrados em padarias. Como experiência foram utilizados quatro baldes, a transformação da matéria orgânica ocorria nos três primeiros e o último era o receptor/coletor do chorume.

**(Resultados)** Dependendo da matéria orgânica utilizada para a compostagem, a técnica se modifica. Por esse motivo durante todo o período de pesquisas, buscamos, por meio de tentativas, otimizar a eficácia da transformação da matéria orgânica em húmus. Ao longo dos testes realizados, percebemos a importância do material vegetal seco no processo. Erroneamente no início não foi atentado para a necessidade das folhas secas e foi observado a formação de odor, resultado da falta de oxigenação no composto. O mau cheiro foi atrativo para moscas e outros insetos, que trouxeram incômodo ao depositar ovos na composteira. Após algumas pesquisas, constatamos que era necessário um composto menos úmido e mais arejado. Foi feita a reforma e novamente foi estabelecida a ordem. A importância das minhocas também foi certificada. A presença das principais digestoras é indispensável. Elas tornam o processo mais rápido, o que levaria cerca de 6 a 12 meses para ser decomposto naturalmente, é digerido em 40 dias aproximadamente.

**(Conclusão)** A necessidade de a compostagem ser uma prática mais difundida é fundamental para amenizar a superlotação nos aterros sanitários. Além de reduzir os possíveis impactos ambientais que seriam gerados pelo descarte indevido dos resíduos orgânicos, essa atividade tem como produto final o húmus de minhoca, que melhora a qualidade físico/química e biológica do solo.

**Palavras-Chave:** Compostagem, conscientização/educação ambiental, sustentabilidade, húmus de minhoca.

**PROJETO DE UMA CASA SUSTENTÁVEL – UMA PROPOSTA PARA REDUÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS  
NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL.**

**Autor(es):**

*Fabiana Maiany Pinheiro da Silva : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Wagner Alves de Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Antônio Pierre do Rêgo Leite: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Vaneska Cosme de Souza: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Kamyla Carla Soares da Silveira : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Everlane Ferreira Moura: Docente do UNI-RN*

*Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN*

*Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** “Sustentabilidade”, tema que está em alta nos diversos setores das organizações mundiais, é um termo que se propagou desde a primeira reunião das Organizações das Nações Unidas - ONU, em 1972, na Suécia, sobre o desenvolvimento através do uso sustentável dos recursos naturais. O seu conceito é complexo, pois engloba variáveis relacionadas a questões socioeconômicas, culturais, energéticas e ambientais. Sob essa ótica, no Brasil, o setor de construção civil vem desenvolvendo estratégias de redução de impactos ambientais, e uma delas é a utilização de novos projetos de casas através da construção sustentável. O presente documentário tem como objetivo principal mostrar como seria uma construção sustentável, utilizando um projeto de uma casa sustentável através do uso de materiais que foram reaproveitados de resíduos sólidos que provavelmente seriam destinados a aterros-sanitários.

**(Proposta do roteiro)** O roteiro proposto leva o espectador a um projeto arquitetônico original, através dos ambientes de uma casa projetada de forma sustentável. Além disso, para que a proposta pudesse ser melhor compreendida, o grupo desenvolveu a maquete do projeto original, para exemplificar como seria uma casa moderna e ecologicamente correta. A casa conta com materiais com menores índices de poluição, apresenta um sistema de captação e filtragem de água da chuva para reaproveitamento. Assim como ressaltar a energia renovável, que, neste caso, é produzida através de um aerogerador eólico.

**(Efeitos esperados)** O vídeo documentário, produzido por alunos do segundo período do curso de Engenharia Civil, mostra que é possível construir uma residência sustentável, reciclando e reduzindo os resíduos gerados na própria construção. Amenizando de forma significativa os impactos ambientais.



## PROJETO PILOTO PARA USO DE COMPOSTEIRA NO CAMPUS DA UNI-RN

### **Autor(es):**

*Bruno Silva Freitas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Ellion Judson Teixeira e Silva : Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Antônio Pierre do Rêgo Leite: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*  
*Shardson Alves Silva: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Werner Farkatt Tabosa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A compostagem é o processo biológico de valorização da matéria orgânica, seja ela urbana, doméstica, industrial, agrícola ou florestal, pode ser considerada como um tipo de reciclagem do resíduo orgânico. Seu processo é natural, os micro-organismos, fungos e bactérias, são responsáveis pela degradação da matéria orgânica. O processo de compostagem é bastante simples e se constitui apenas no favorecimento do processo natural de decomposição da matéria orgânica. Para que haja esse favorecimento é necessário o controle de três fatores fundamentais: tipo e quantidade de matéria orgânica, água e umidade do ar.

**(Metodologia)** Para o presente projeto, foi necessária a realização de um levantamento bibliográfico acerca do objeto de estudo (compostagem), além das explanações em sala de aula por parte do orientador. Após realizar todo o levantamento bibliográfico necessário, deu-se início à confecção das composteiras. Para isso, foram utilizados três baldes de quinze litros, dois deles servindo de depósito para o material orgânico que sofrerá a decomposição natural, restando o terceiro balde para o depósito do chorume (líquido remanescente do processo de decomposição). É indicado que se utilize no processo de compostagem restos de folhagem, para que os odores oriundos da decomposição de restos de alimentos sejam amenizados, podendo ser utilizado também serragem.

**(Resultados)** Ao final do processo de cada compostagem já não será mais possível identificar os materiais que foram postos nas composteiras. Agora, toda a matéria orgânica já decomposta, terá uma cor marrom escura ou preta e o aspecto esfarelado e homogêneo constituindo um excelente adubo para qualquer cultivo, até melhor que os adubos químicos uma vez que não agridem o meio ambiente sendo de origem orgânica. Em nossas compostagens, utilizamos dois tipos de adubos, que possuem diferentes tipos de nutrientes. O Primeiro: "FORTH Plantio e FORTH Gel", para plantio, possui seus compostos esterilizados e o PH corrigido. Já o segundo: "POLE, Flores e Jardins", seu composto possui menor controle das substâncias existentes. Temos como objetivo constatar se haverá resultado diferenciado no processo de germinação do solo em ambas as compostagens.

**(Conclusão)** Espera-se ao final do projeto de compostagem, constatar a eficácia do uso das composteiras em pequena escala, que serão utilizadas no campus do Centro Universitário do Rio Grande do Norte, como também no complexo de ensino ED/HC, fazendo com que sejam economizados recursos que atualmente são necessários para dar destinação correta aos resíduos orgânicos, ao mesmo tempo em que é disseminada uma cultura sustentável.

**Palavras-Chave:** Compostagem, Resíduo, UNI-RN, ED/HC, Reciclagem

## **STEEL FRAME – CONSTRUÇÕES MAIS LIMPAS, MAIS SUSTENTÁVEIS E COM MELHOR CUSTO-BENEFÍCIO.**

### **Autor(es):**

*Eudes Francescoli de Araújo Barbalho: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Mizael Fernandes Costa: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Joice de Sousa Alves: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

*Renata Bezerra de Medeiros Dantas: Discente do curso de Engenharia Civil do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Suerda Campos da Costa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A origem do sistema Steel Frame (SF) é oriunda das técnicas utilizadas na construção de casas dos Estados Unidos (EUA), o “Wood Frame”, onde o uso da madeira é intenso e constante. Esse sistema é usado há mais de 300 anos, bem como no Japão, Canadá e Inglaterra. Seus principais componentes são o aço galvanizado montados a frio, que formam painéis estruturais e não-estruturais de uma obra. Bem como placas cimentícias de fechamento interno e externo, isolantes térmico, acústico e impermeabilizante. Os elementos diferenciados que formam a construção de aço galvanizado são em geral industrializados e tem grande parte fabricada no Brasil. O uso do frame metálico (Steel Frame) aumenta cada vez mais devido ao grande uso da madeira e a escassez dela. Esta técnica vem crescendo em construções de prédios residenciais e comerciais, devido ao custo e características técnicas e ecológicas. Países que sofrem com a ocorrência de terremotos, maremotos e furacões, utilizam em grande escala essa técnica com prédios de até 7 pavimentos. A construção com as técnicas do SF permite a programação, acompanhamento e controle das etapas com segurança; controle de custo em todas as fases; prazos inferiores ao sistema convencional; menores interferências no meio ambiente à medida que não utiliza fundações caras e profundas; as obras são limpas, quantidade inferior de entulhos e tem uma operação é simples, dispensando equipamentos e transporte pesados. Este artigo tem como objetivo de instruir e levar até o maior número de pessoas informações sobre uma tecnologia ainda pouco conhecida, mas que promete ser uma boa solução para construções com características mais sustentáveis. O que poucos sabem é que essa técnica além de apresentar vantagens relacionadas ao meio ambiente, também é uma forma mais barata e viável de se construir. Assim como, verificar se o Steel Frame vem sendo utilizado em construções no Brasil, em caso negativo, entender os motivos para que não venha ocorrendo.

**(Metodologia)** Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema e entrevistas com algumas construtoras natalenses, além do estudo de custos e cronograma de obras que usam a técnica.

**(Resultados)** Com este trabalho foram obtidos conhecimentos mais aprofundados sobre o tema e identificados alguns possíveis motivos pelos quais essa técnica ainda não é muito utilizada em grande escala no Brasil, mesmo este material apresentando características positivas em relação ao custo-benefício e a preservação do meio ambiente. Entre os motivos principais está a resistência cultural, devido à construção ser leve, o que é considerado erroneamente, sinônimo de fragilidade. A isso, soma-se a falta de mão de obra qualificada e há pouca difusão de conhecimento técnico sobre o sistema.

**(Conclusão)** Pode-se dizer então, que um empreendimento de SF é economicamente e tecnicamente viável. O desprendimento de capital para este método construtivo é mais intenso devido o valor do montante disponibilizado, porém os benefícios traz um retorno rápido de investimento. Nos quesitos de qualidade e funcionalidade da construção, é mais provável obter melhores resultados com o SF devido à utilização de elementos isolantes, do acabamento das paredes e do forro, a facilidade da colocação de revestimentos ou pintura. Entre outros pontos positivos está a rapidez (que representa 1/3 do prazo da construção convencional), facilidade e qualidade com alto desempenho do método construtivo. Habilitando assim, ao SF o poder de contribuir para a diminuição do déficit habitacional brasileiro e também se mostrando extremamente rentável para empreendedores do ramo.

**Palavras-Chave:** Steel Frame, Sustentabilidade, Custo-benefício.

*15ª edição do*  
**CONIC**  
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL



**CSET5 - Informática**

**ANÁLISE DA MATURIDADE DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO COM O FRAMEWORK COBIT EM UMA EMPRESA DE LOJAS DE DEPARTAMENTO E VAREJO**

**Autor(es):**

*Fábio Moreira Vilas Bôas: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Patrick Reinecke de Alverga: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com a mudança de processos nas organizações, caracterizado pela grande demanda e aumento da competitividade, foi necessário ter um maior acompanhamento à gestão dos processos, bem como as práticas no contato entre os setores conselhos e direção da empresa. A necessidade de ter uma informação correta, com processos bem definidos, ter um completo alinhamento estratégico entre a TI e o negócio, impulsionou no início da década de 90 o surgimento da Governança de Tecnologia da Informação, responsável pela distribuição de responsabilidades e direitos entre as pessoas da organização quanto às decisões de TI, e os mecanismos e procedimentos para monitorar e tomar decisões estratégicas relacionadas a TI. A sua importância no contexto atual e no desenvolvimento das estratégias do negócio se dá com a disponibilização de diversas ferramentas, desenvolvidas com foco direcionado a melhoria na eficiência e acompanhamento dos processos. Estes frameworks são de extrema importância para que os processos ocorra de acordo o planejado. Dentre os frameworks, destaca-se o Cobit, que tem o objetivo de aumentar a efetividade da qualidade na entrega de produtos e serviços de TI, direcionado ao modelo de necessidades do negócio, imprimindo regras mais focadas no controle, do que na execução. Apesar da notória necessidade em ter ferramentas que auxiliam o desenvolvimento do negócio, ter uma Governança de TI definida e aplicada, as organizações não contam com poder aquisitivo e um modelo de estrutura apropriados para ao seu desenvolvimento, tendo assim uma certa resistência à sua implantação. O objetivo principal deste trabalho é realizar uma revisão teórica sobre o assunto, demonstrar os benefícios do framework Cobit, aplicando desta forma o modelo de maturidade de Governança de TI à uma empresa de atacado e varejo, objetivando a sua correta execução, através da utilização do framework em questão.

**(Metodologia)** Nesta pesquisa foi utilizada a metodologia e revisão teórica, através de averiguações em livros, artigos científicos e sites especializados no assunto publicado entre os anos de 2001 e 2015, onde foi encontrado um amplo material disponível para estudo do assunto.

**(Resultados)** Após estudos, a pesquisa demonstrou o quão é importante ter uma Governança de TI, com processos definidos e alinhados entre a TI e o negócio, tendo assim um maior acompanhamento e desta forma obtendo rápidas soluções e diminuição dos riscos. A utilização do framework Cobit, foi essencial neste acompanhamento, organizando as atividades de TI de acordo a um modelo definido, através de processos demonstrou os recursos com necessidade de maior investimento, bem como o direcionamento da gestão em si. Em relação a aplicação do modelo de maturidade na empresa estudada, estudos iniciais demonstram um pouco de resistência aos processos definidos, bem como sua correta execução.

**(Conclusão)** A correta definição dos objetivos de uma empresa é fator essencial para seu desenvolvimento, ter estratégia e planejamento torna este processo mais fácil, aumentando assim a probabilidade de sucesso. Com percepção e boa utilização da Governança de TI, os processos tendem a ser eficientes e precisos. O cobit tem papel importante nesta transição, permite um maior acompanhamento, melhorias na implementação e execução do negócio, proporcionando o alcance das metas e objetivos desejados. Apesar da expansão mundial da Governança de TI, a demanda de profissionais de TI é bem menor do que a procura e tal fator se dá ao baixo nível de qualificação em relação ao entendimento do negócio da empresa e em possuir conhecimento que o qualifique ao desenvolvimento de sistemas que abrangem todo o negócio e assimilem estratégias diversificadas.

**Palavras-Chave:** Governança, Cobit, Tecnologia da Informação

## **ANÁLISE DE PROJETO E REESTRUTURAÇÃO EM REDES TCP/IP DE MÉDIO PORTE**

### **Autor(es):**

*Daniel Augusto Bezerra Corrêa: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O projeto de redes é uma peça importante no funcionamento pleno das aplicações utilizadas pelos usuários em uma infraestrutura. A elaboração desses projetos deve levar em consideração características como expansibilidade, flexibilidade, disponibilidade e confiabilidade, importantes para que a infraestrutura alcance um nível satisfatório da experiência do usuário, do comportamento das aplicações que serão utilizadas e do tempo de vida útil dos componentes da rede. Esse trabalho irá descrever como projetos de redes mal elaborados influenciam no desempenho de redes de computadores e propor um conjunto de técnicas, tais como: VLANs, segregação de redes IP e redundância de recursos de rede, para garantir um nível de qualidade satisfatório.

**(Metodologia)** Trata-se de um estudo descritivo de caráter qualitativo realizado no período de 28 dias. Para realizar a análise detalhada e o diagnóstico dos problemas na rede foi utilizado o programa NTOP. Após conclusão, um pesquisador elegeu os equipamentos e técnicas a serem empregadas que incluem a aquisição de switches, utilização de uma nova faixa de rede, criação de vlans separadas para os setores, aplicação do protocolo VTP para a propagação das configurações de Vlans, e por fim o protocolo RSTP para evitar loops na rede na implantação de links redundantes.

**(Resultados)** Através da reestruturação física e lógica na rede da empresa, podemos sanar muitos dos problemas crônicos que a estrutura atual possuía. A segmentação da rede através do uso de VLANs, onde cada setor da empresa representa uma fatia do todo é importante pois evita que problemas surgidos em um setor não se espalhe para os demais tornando o diagnóstico de problemas mais dinâmico. A implantação do protocolo RSTP foi importante por evitar o surgimento de tempestades de broadcast. Houve também resultados positivos na redundância nos links entre os setores da empresa proporcionando maior disponibilidade aos recursos.

**(Conclusão)** Os métodos empregados nesse projeto demonstram melhoria na performance no tráfego da rede, em relação a topologia anterior em que eram latentes os efeitos de lentidões nos vários segmentos da rede. O processo de segmentação física e lógica proporcionaram uma melhor identificação de possíveis falhas nos segmentos criados, possibilitando uma melhor gerência da rede.

**Palavras-Chave:** broadcast-segmentação-vlan-redes

## APLICAÇÃO DO S.T.I. NO MONITORAMENTO DO TRANSPORTE COLETIVO

### **Autor(es):**

*José Leonardo Gomes Ferreira: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*  
*Frankle dos Santos Dantas: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*  
*Israel Romulo Pontes de Araujo: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN*  
*Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O projeto consiste em utilizar um Sistema de Transporte Inteligente (S.T.I.) que possibilite a visualização de horários, localização atual, pontos de parada mais próximos, quantidade de passageiros no momento utilizando o transporte assim como sua capacidade máxima. O intuito é trazer maior comodidade e segurança para o usuário de transporte público fornecendo horários que o transporte irá passar nos pontos de parada e sua respectiva lotação, fazendo com que o usuário possa ir para o ponto de parada pouco tempo antes do ônibus chegar e de saber se o transporte terá lugar para acomodá-lo da melhor maneira possível, fornecendo melhor qualidade do transporte principalmente para os usuários idosos, gestantes e os deficientes físicos.

**(Metodologia)** Será utilizado tecnologias colocadas em pratica e conceitos vistos em sala de aula, um sistema baseado em sensores passivos para coleta de informações, como GPS e sensores de movimento, que através da rede irão enviar informações para base do sistema podendo ser visto em um site público, e também através do Smartphone. Nos ônibus será implantado uma placa de Arduíno inicialmente para teste e adequações do sistema onde estará conectada a rede onde será ligado os dispositivos de leitura de sinal R.F.I.D. das etiquetas que serão colocadas nas paradas para teste que apontara por onde o ônibus passou, informando a parada e o horário inicialmente, quanto a quantidade de passageiros sugerimos a utilização de roletas nas portas para o controle quantidade de usuários no transporte.

**(Resultados)** Os resultados temos apenas os previstos, pois estávamos esperando a autorização da empresa que solicitamos, que após a implantação do sistema, será possível o usuário ter acesso aos horários dos ônibus, ultima parada e tempo aproximado de chegada a parada mais próxima, caso aconteça algum imprevisto no itinerário do ônibus através do aplicativo os usuários já estaria sabendo e poderá tomar providencias assim como a empresa, fazendo com que os usuários passem menos tempo nas paradas trazendo comodidade e um maior conforto por ter mais informações do transporte que esta a espera.

**(Conclusão)** Com a implementação do sistema, da divulgação e aceitação dos usuários com relação ao aplicativo, ocorra uma diminuição da quantidade de usuários que esperam pelo transporte por muito tempo nos pontos de parada, principalmente nos pontos mais distantes e com menor movimento. Isso irá contribuir para uma melhoria significativa na prestação do serviço e na segurança dos usuários. Outro ponto importante é o fornecimento de dados estatísticos para as empresas que podem ser usados para tornar o transporte mais seguro através do monitoramento, possibilitando assim a criação de melhores rotas, com menor consumo de combustível e desgaste mecânico.

**Palavras-Chave:** Sistema de Transporte Inteligente

## **AUTOMAÇÃO DE CHAMADAS EM SALA DE AULA COM RFID**

### **Autor(es):**

*Hercules dos Santos Nascimento: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN*

*Israel Eduardo de Barros Filho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O projeto consiste em padronizar as carteiras de estudantes da UNI-RN utilizando tecnologia de ARDUINO (Arduino, palavra por vezes traduzida ao português como Arduíno, é uma plataforma de prototipagem eletrônica de hardware livre e de placa única, projetada com um microcontrolador Atmel AVR com suporte de entrada/saída embutido, uma linguagem de programação padrão, a qual tem origem em Wiring, e é essencialmente C/C++.[8] O objetivo do projeto é criar ferramentas que são acessíveis, com baixo custo, flexíveis e fáceis de se usar por artistas e amadores. Principalmente para aqueles que não teriam alcance aos controladores mais sofisticados e de ferramentas mais complicadas.) e RFID (A tecnologia de RFID (radio frequency identification – identificação por radiofreqüência) nada mais é do que um termo genérico para as tecnologias que utilizam a freqüência de rádio para captura de dados. Por isso existem diversos métodos de identificação, mas o mais comum é armazenar um número de série que identifique uma pessoa ou um objeto, ou outra informação, em um microchip. Tal tecnologia permite a captura automática de dados, para identificação de objetos com dispositivos eletrônicos, conhecidos como etiquetas eletrônicas, tags, RF tags ou transponders, que emitem sinais de radiofreqüência para leitores que captam estas informações. Ela existe desde a década de 40 e veio para complementar a tecnologia de código de barras, bastante difundida no mundo.), fazendo que o aluno ao chegar na sala de aula possa ser registrado na chamada automaticamente fazendo que o tempo de aula seja otimizado. Esse tema tem pode ser integrado também a: ponto eletrônico, retirada de livros na biblioteca e até mesmo em uma maior necessidade rastreamento de alunos dentro da instituição que justifique a ocorrência de algum incidente.

**(Metodologia)** Essa pesquisa é embasada em livros e sites relacionados ao tema, sendo em sua essência um estudo de caso aplicado no UNIRN. Para seu desenvolvimento e aplicação foi utilizado: • kit de ARDUINO, leitora de RFID, modulo wi-fi para ARDUINO e para monitorização e registro de ocorrências utilização do Sistema Guardião.

**(Resultados)** Com os testes feitos até agora foi percebido que mesmo que o aluno tente utilizar a sua credencial em sala não cadastrada o mesmo não terá acesso e também não poderá receber presença. Caso chegue com mais de 15 minutos de atraso por horário o aluno também não receberá presença nesse horário, fazendo que o aluno que chegue atrasado no primeiro horário só receba presença no segundo horário.

**(Conclusão)** A proposta inicial é a padronização da identidade estudantil para fins acadêmicos com o término dos teste busca-se os seguintes resultados: Resolver problemas com tempo perdido na hora de colher a frequência escolar, tanto como também no cadastramento de eventos e empréstimos de livros na biblioteca.

**Palavras-Chave:** RFID, ARDUINO, PRESENÇA ESCOLAR

## CIDADE DIGITAL: GRANDES VANTAGENS PARA PEQUENAS CIDADES

### **Autor(es):**

*Oswaldo Soares Júnior: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*José Ivan de Lima Junior: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Renivaldo Vitor da Silva Junior: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Jarbson Ferreira Costa: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ytalo Rosendo do Amaral: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Quando falamos em tecnologia da informação, normalmente associamos o ato da comunicação em si a diversos ramos nas áreas de telecomunicações, tais como a telefonia celular, as redes de fibra óptica, a tecnologia WiMax, a tecnologia PLC (Power Line Communications ou linha de comunicação de energia) o que surge e há de mais avançado no mercado. Mas não pensamos no custo de investimento usado na implementação dessa tecnologia, para a circulação de todas essas informações (RIOS et al, 2012). Pequenos municípios que possuem uma infraestrutura mais escassa, onde não se tem um retorno financeiro tão grande como de grandes centros, acabam tendo seu desenvolvimento tecnológico limitado. Assim pequenos municípios para poder suprir a falta de investimento do setor privado, precisa usar seus próprios recursos para crescer na área tecnológica, procurando alternativas de tecnologias mais baratas que possam substituir a ausência das tecnologias atuais encontradas nos grandes centros (RIOS et al, 2012).

**(Metodologia)** A metodologia empregada consiste na revisão bibliográfica de artigos que apresentam as características de Cidade Digital, sua implementação e suas principais vantagens.

**(Resultados)** Com o Projeto de Cidades Digitais se obtém o planejamento e a disponibilização de informações, sistemas e serviços, tanto para seus gestores quanto para os cidadãos. E é com o planejamento dessas informações municipais que se ver necessária a participação dos servidores municipais e dos cidadãos, sejam trabalhadores, estudantes, aposentados, donas de casa, vereadores, empresários entre outros, visando proporcionar uma interação em um espaço de informação para seus habitantes e visitantes (REZENDE, 2012). Cidade digital é o ambiente de rede digital que é criado em um determinado território, interligando sistemas tecnológicos para conectar o município como um todo, desde serviços públicos, bens, escolas até mesmo micro e macro comunidades, visando disponibilizar informações diversas com o propósito de desenvolver e transformar os cidadãos em ator e protagonistas de outra realidade virtual (GUERREIRO apud REZENDE, 2012). Pequenos municípios brasileiros procuram a participação dessa evolução tecnológica afim de ter também diversas vantagens, como por exemplo, na Segurança, utilizando câmeras IP (Internet Protocol) com o monitoramento 24 horas por dia; na Educação, interligando e gerenciando escolas da cidade fazendo a integração das mesmas com a secretaria de educação; na Saúde, integrando todos os departamentos ligados ao sistema da área da saúde como hospitais, postos de saúde e farmácias; na Cidadania sendo um dos principais pontos a serem considerados, pois o foco da construção de uma cidade digital está no desenvolvimento da cidade e cidadania, e para que possa haver uma expansão de alguns limites do conhecimento da população através do uso da rede, e finalmente na Administração que deve ser considerado como um dos principais pontos sendo o mais importante no planejamento da construção e implementação de uma cidade digital (RIOS et al, 2012).

**(Conclusão)** A implementação de cidade digital traz inúmeras vantagens e benefícios aos pequenos municípios, possibilitando aos cidadãos uma melhor qualidade de vida e maior participação no desenvolvimento da cidade. Com um custo de investimento um pouco elevado, esses municípios têm o desenvolvimento tecnológico limitado, usando recursos próprios e alternativas de tecnologia mais baratas. Para se tornar uma cidade digital é preciso definir características, necessidades do município e seus objetivos (GUIA apud (RIOS et al, 2012).

**Palavras-Chave:** Cidade digital, implementação de cidade digital, pequenos municípios, desenvolvimento tecnológico



## COMPUTAÇÃO UBÍQUA – TENDÊNCIA INEVITÁVEL

### **Autor(es):**

*Roberto Dias de Queiroz: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ytalo Rosendo do Amaral: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O mundo está entrando na terceira fase da revolução da computação. Nos primórdios da era computacional, o acesso a tecnologia da informação era deveras complicado. Segundo Weiser (1988), a primeira fase constituía a era do mainframe, e universidades disponibilizaram para estudantes, professores, pesquisadores e administradores salas com "terminais burros" onde todos poderiam beneficiar-se dessa nova invenção. A segunda onda, na qual os usuários da computação estão profundamente imersos, é a era da computação pessoal. Em vez de 80 toneladas, agora computadores pesam alguns quilos (com monitor). A terceira onda, é a era da computação ubíqua. Computadores já podem ser encontrados em relógios, torradeiras, fornos, carros, cartões e até mesmo em algumas identidades. Inevitavelmente esses computadores serão mais difundidos, comunicar-se-ão uns com os outros, e irão formar uma infraestrutura computacional invisível a nossas vidas. Comentaremos nesse breve trabalho algumas tendências para a computação Ubíqua.

**(Metodologia)** Foi realizada uma pesquisa bibliográfica em diversos artigos escritos a partir do ano 1998 na qual diversos autores (inclusive a literatura de Mark Weiser, considerado o pai da computação ubíqua) praticamente formam um consenso sobre o assunto, no que tange o futuro da computação e a adoção de sistemas ubíquos.

**(Resultados)** Mark Weiser em sua publicação visionária, O Computador do Século 21 (The Computer for the 21st Century) de 1998, já afirmava que "inevitavelmente os computadores inseridos em eletrodomésticos serão mais difundidos, comunicar-se-ão uns com os outros, e irão formar uma infraestrutura computacional invisível a nossas vidas". Dizia também que nossa relação a computadores na era ubíqua será o inverso da era do mainframe: computadores serão comuns e baratos, e eles vão nos servir até mesmo sem percebermos. Em 2007, Madeira afirmou que devido a um menor tamanho, a um menor consumo de energia, e a preços menores, os microprocessadores, os módulos de memória e de comunicação, e os sensores podem já ser embutidos num vasto lote de objetos do cotidiano humano – afirmações que corroboram com as teoria de Dr. Weiser. Em complemento, podemos prosseguir com a afirmação de Souza (2010) que diz que Através da combinação de interfaces intuitivas e reações tomadas baseadas no contexto, os usuários não necessitarão de conhecimentos específicos de computação para utilizar sistemas de forma plena. Vemos claramente a concordância de ideias dos autores, que veem a computação ubíqua como um estilo dominante de computação. Já podemos perceber esses efeitos à nossa volta, quando utilizamos conjuntos de tecnologias tais como Wi-Fi, Notebooks, smartphones, tablets e outros PDA's (Personal Digital Assistant, e.g.: Palmtop – dispositivo pessoal de armazenamento de informações). Outras áreas de aplicação incluem residências, ensino, medicina, automóveis inteligentes etc. Um exemplo interessante são os guias turísticos eletrônicos, que trabalham normalmente com os dados da localização do usuário e utilizam dispositivos portáteis para permitir a mobilidade. Os principais focos desse tipo de aplicação são armazenar os locais onde o usuário esteve e identificar sua posição atual quando em um local de interação ubíqua como um museu ou uma universidade.

**(Conclusão)** A Computação Ubíqua pouco a pouco está se integrando à vida das pessoas e deixando os laboratórios. A cada dia, os desenvolvedores se voltam mais para a praticidade, evitando até mesmo o contato direto com as tecnologias, e quando inevitável, esse contato se dá da forma mais sutil possível, com softwares de interface intuitiva, que evita completamente qualquer conhecimento técnico por parte do usuário. Pode-se afirmar que o computador vem participando do cotidiano praticamente como um eletrodoméstico, presente na vida profissional e pessoal, todos graças ao desenvolvimento cada vez maior de interfaces que compreendem o contexto no qual estão inseridos e "traduzem" os comandos dos usuários.

**Palavras-Chave:** Ubíqua, pervasiva, Internet, Weiser

## CONSULTÓRIO WEB - SISTEMA PARA CONTROLE E GERÊNCIA ODONTOLÓGICA

**Autor(es):**

*Herivelton Guilherme Paiva: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Romulo Fagundes Cantanhede: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O fluxo de informações gerado em uma clínica odontológica para cada atendimento se inicia no momento que a atendente recebe o paciente até a finalização da consulta, nesse intervalo são coletadas informações importantes, registradas em blocos e fichas de atendimento, sem nenhuma garantia de segurança, pois não há restrição de acesso ao conteúdo, propicio a perda, além da ocupação do espaço físico para alocação da papelada. Diante desse contexto nota-se a real necessidade de um sistema de informação para gerenciar e controlar essas informações. Com intenção de resolver tal problema, foi desenvolvido o Consultório Web que trata-se de um sistema de informação que visa otimizar e melhorar o fluxo de uma clínica odontológica, automatizando todas as tarefas e procedimentos antes registrados manualmente por dentistas e atendentes. Este trabalho pretende apresentar que através da utilização de um sistema, a rotina se torna mais prática e sistemática, a clínica obtém ganho e eficiência no processo de atendimento, através de controle e gerência das informações.

**(Metodologia)** A pesquisa classificasse como exploratória e descritiva, bem como pesquisa de campo por ter sido feita em uma clínica odontológica. Como instrumento de coleta de dados, foram realizadas reuniões com o dentista responsável pela clínica focando nos objetivos propostos, fazendo o levantamento de requisitos, abordando os principais pontos, além de pesquisas na internet para um melhor entendimento da área de negócio.

**(Resultados)** Muitas informações importantes são passadas despercebidas e perdidas durante o processo de atendimento em uma clínica odontológica, foi percebido nas visitas e reuniões que os profissionais hoje, fazem esse trabalho ainda manualmente, não utilizando um sistema de informação. O Consultório Web tem como finalidade principal gerenciar e controlar o processo de atendimento, desde a chegada ao paciente até o pós-atendimento. O sistema está dividido em três módulos, compostos por diversas funcionalidades cada. O primeiro é o módulo recepção, que está sobre responsabilidade da atendente que possui permissão para realizar o pré-atendimento, cadastros e agendamentos dos pacientes. O segundo é o módulo atendimento, o dentista atende o paciente que encontra-se na fila de espera cuja adição foi feita pela atendente, momento em que consulta seu histórico, visualiza se o paciente toma alguma medicação e tem uma visão geral da saúde dentária do paciente através do odontograma que exibe todas suas informações e procedimentos anteriormente feitos, além de poder realizar as operações de cadastros em geral no sistema, incluindo as operações do módulo recepção. Por último, o módulo financeiro este responsável pela entrada e saída dos recursos financeiros, exibe relatório com informações, tais como contas a pagar, contas a receber e pacientes que possui alguma pendência financeira, módulo também sobre responsabilidade do dentista.

**(Conclusão)** De acordo com todos os dados obtidos no levantamento de requisitos através das reuniões e visitas, foi percebido uma escassez de informações que podem gerar falhas no processo do fluxo de atendimento na organização e uma notória dificuldade na gerência dos pacientes, procedimentos realizados e controle do financeiro, após a utilização do Consultório Web foi percebido sua importância e o quanto é significativo a centralização de todas as informações em um único sistema facilitando o acesso a informação de forma rápida e prática, permitindo controlar variáveis que antes passavam despercebidas, que hoje trará ganhos e melhoria no processo de atendimento no dia-a-dia.

**Palavras-Chave:** Sistema Web, Odontologia, Controle

## DESENHO DE UM NEGÓCIO NO RAMO DA INFORMÁTICA E JOGOS: GAMER TECH.

### **Autor(es):**

*Lee Hernandez Lima Maranhão: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Herivelton Guilherme Paiva: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*  
*Patrick Reinecke de Alverga: Docente do UNI-RN*  
*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Atualmente percebe-se um grande aumento nas vendas e no interesse do público em plataformas para jogos, o mercado oferece várias opções e formas de pagamento, promoções que atendam consumidores de diferentes classes sociais, dos consoles até os computadores personalizados que rodam todos os jogos da atualidade. O cliente quando vai buscar um produto, ele pesquisa os valores na internet, e vai conferir no comércio da sua região, ao chegar nas lojas, se deparam com uma pequena variedade, e na maioria das vezes, o cliente precisa ir a mais de um estabelecimento, pois não há quem venda jogos para todas as plataformas, consoles e peças para computadores gamer, logo o consumidor acaba saindo insatisfeito e frustrado. Para suprir a necessidade dessa demanda gerada por consumidores torna-se importante a existência de uma loja que ofereça todo o conteúdo no mundo dos jogos reunindo tudo em um só lugar e oferecendo uma variedade de meios de pagamentos que atendam a diversas classes, proporcionando o crescimento e o interesse do público alvo. Partindo desse ponto de vista, surgiu o interesse pela modelagem de uma empresa com especialidade na área, a Gamer Tech.

**(Metodologia)** A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, bem como pesquisa de campo, por ter sido realizado visitas em três empresas locais do ramo que vendem plataformas para jogos: Miranda, Americanas e IByte, além pesquisas realizadas na internet e notícias divulgadas sobre a indústria de jogos. Para a análise dos dados, foram levados em consideração a variedade encontrada nas lojas, considerando o custo da loja física em relação ao preço do mesmo produto vendido da internet. A abordagem de análise foi qualitativa, com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, Business Model Canvas (BMC) de Osterwalder (2009), que aborda de forma sistêmica, integrada e visual as variáveis principais de um negócio numa tela com nove blocos.

**(Resultados)** Os dados revelaram que o mercado não dispõe de opções para um mesmo produto, e nenhuma dessas lojas pesquisadas atendiam a todas as plataformas, a que melhor atendia não tinha todos os consoles, em relação aos jogos, havia muitas opções, porém os preços nada atraentes para o consumidor. Verifica-se a atenção a atualização nas novidades tecnológicas e qualificação dos colaboradores para o atendimento diferencial, a necessidade de um espaço interativo no qual permite o cliente dar feedbacks a cerca dos produtos adquiridos na loja e sugestões para oferecer de forma que atenda a necessidade da maioria dos consumidores.

**(Conclusão)** De acordo com todos os dados obtidos na pesquisa e da elaboração do modelo de negócio, percebeu-se que a empresa possui um retorno positivo, e o mercado de games está aquecido, já que mostra a falta de alguns produtos nas lojas pesquisadas, ou mesmo a carência de variedades. Com a criação da empresa, espera-se a geração de receitas de forma acelerada possibilitando o retorno do investimento em curto prazo, tendo em vista que os consumidores possuirão uma nova opção de compra e um contato de forma interativa através das redes sociais, gerando retorno e satisfação dos clientes.

**Palavras-Chave:** Business. Canvas. Gamer.

## DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE CHAMADOS PARA UNI-RN

### **Autor(es):**

*Francinildo Melo Rodrigues: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Jefferson Gomes da Silva: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Marcio Davi Martins Maciel: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Edmar Diogenes de Oliveira Paes: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O desenvolvimento de um sistema que atendesse chamados /requisições dos diversos setores da instituição (UNI-RN), foi a tarefa desenvolvida no Núcleo de Desenvolvimento de Software – NDS – esse ano. O mesmo será o responsável pelo gerenciamento das solicitações de suporte ao setor de informática requisitado pelos diversos setores do UNI-RN. O Sistema atende como requisito básico ser web e ter facilidade de uso para o setor de informática e demais funcionários da instituição, fornecendo um meio simples para registro e controle das solicitações feitas ao setor, tanto por parte de quem pede quanto de quem responde.

**(Metodologia)** A pesquisa foi desenvolvida de forma bibliográfica e aplicada, feita em documentos sobre as ferramentas e linguagens escolhidas para o desenvolvimento do projeto: Groovy/Grails com banco de dados PostgreSQL. Após o estudo e de posse da modelagem de domínio, aplicou-se o conhecimento adquirido para o desenvolvimento de um protótipo para o sistema.

**(Resultados)** O primeiro passo foi o estudo da ferramenta a ser usada no desenvolvimento. O GRAILS, um framework de aplicações web baseado na linguagem Groovy, que é uma linguagem dinâmica, que embora seja parecida com Java, é de fácil entendimento por aqueles que não estão acostumados com ela. E o Grails é um framework para desenvolvimento ágil de aplicações web usando o padrão de convenções sobre configurações, que facilita o desenvolvimento, pois vem integrada com diversas bibliotecas (Hibernate, Spring, entre outras), dispensando que o desenvolvedor se preocupe com configurações das mesmas ao adotar convenções simples de padrões e nomenclatura, tornando assim sua tarefa mais ágil. Além disso, integra-se perfeitamente com a JVM do java, permitindo maior produtividade e proporcionando também recursos poderosos como o ORM integrado e o reuso de código java e groovy da mesma forma. Baseado na modelagem feita pela equipe de gerência, a equipe de desenvolvimento passou a desenvolver a aplicação que atendesse aos requisitos levantados, produzindo um software que em linhas gerais funcionasse de forma eficiente, dando suporte a instituição na auditoria do controle de ativos e também ao controle de chamados da TI. Já foi feita a parte de login do sistema, com as permissões por usuários; requisições de chamados e atendimento, controle de equipamentos ativos. Iniciando-se a fase de testes para posterior implantação. Como implementações futuras pretende-se, finalizar a parte de relatórios e possibilitar o envio automático de e-mails para os administradores e usuários sobre a situação dos chamados.

**(Conclusão)** O sistema está ainda em fase de desenvolvimento, pretendendo ser finalizado até dezembro e implantado em janeiro. Como trabalhos futuros após implantação, vê-se a possibilidade de melhoria da parte gráfica, e posteriores ajustes necessários após a validação do produto junto ao cliente, neste caso a própria UNIRN.

**Palavras-Chave:** Grails, Desenvolvimento, Sistema

## DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE PARA NUTRIÇÃO CLÍNICA E ESPORTIVA

### **Autor(es):**

*João Antônio da Silva Neto: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Alexandre Luiz Galvão Damasceno: Docente do UNI-RN*

*Ytalo Rosendo do Amaral: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A busca por saúde e uma boa forma física está cada vez mais incentivando homens e mulheres a procurarem por especialistas em nutrição. Os nutricionistas por sua vez estão realizando o controle e a manutenção do peso de muitos pacientes. Isto faz com que os mesmos tenham necessidade de manter organizados os dados dos pacientes para a montagem de cardápios elaborados. Desta forma, esta pesquisa apresenta um projeto para o desenvolvimento de um sistema de informação para elaboração de cardápios nutricionais bem como para o acompanhamento da evolução dos pacientes através de dietas, como forma de atender a demanda por produtividade e qualidade de serviço exigidos por estes profissionais.

**(Metodologia)** A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, bem como pesquisa de campo, com profissionais de nutrição, além do aprofundamento sobre as tecnologias utilizadas para que a pesquisa se torna-se completa. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se entrevistas estruturadas e focadas nos objetivos propostos e leitura de artigos e livros. Java, PostgreSQL, Open Shift entre outras tecnologias foram utilizadas para o desenvolvimento tecnológico do software. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa.

**(Resultados)** O software modelado nesta pesquisa vai de encontro com as maiores necessidades do profissional e trouxeram com ele além de qualidades que puderam auxiliar o mesmo, a tão desejada produção de serviços em menos escala de tempo e uma pequena ou quase nula curva de aprendizagem sobre o uso da ferramenta, uma vez que o mesmo foi desenvolvido em uma interface simples e objetiva, com criação de métodos e layouts organizados de acordo com a visão de um profissional capacitado, permitindo que o mesmo pudesse focar naquilo que ele está disposto a realizar. O uso de ferramentas adequadas e soluções tecnológica maduras no mercado serviram para garantir uma manutenção técnica totalmente viável, com soluções rápidas e seguras que demonstra a confiabilidade e qualidade das artefatos usados. Em relação aos objetivos específicos, utilizando o cadastro de paciente, o profissional não precisará mais guardar as informações de seus pacientes em planilhas. O mesmo terá um registro seguro e fácil de preencher, pois com o armazenamento dos dados, será possível organizar as consultas de seus pacientes, como também a evolução dos mesmos.

**(Conclusão)** Todos os objetivos propostos inicialmente foram atingidos, com o desenvolvimento de um sistema de informação web que possibilita a gestão dos pacientes da nutricionista e a elaboração dos cardápios nutricionais. Todas as tecnologias e ferramentas utilizadas no desenvolvimento do sistema são gratuitas, o que gerou uma implementação à baixo custo, e que poderá ser adquirida pelo profissional de nutrição a um preço mais acessível do que as ferramentas que estão no mercado.

**Palavras-Chave:** desenvolvimento de software, nutrição, tecnologia

## **EVOLUÇÃO DO KERNEL DO LINUX UMA VIAGEM DO MINIX AS DISTRIBUIÇÕES ATUAIS**

### **Autor(es):**

*Alcides de Souza Martins Filho: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Arthur da Silva Gomes: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Ricardo Lima Garcia: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN*

*Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Kernel é o núcleo do sistema operacional, responsável por gerir a interação entre as camadas, software e hardware. Isto é gerencia os recursos do sistema e permite que os programas façam uso deles. O kernel do linux surgiu a partir da iniciativa de Linus Torvalds, na época apenas um estudante, seu objetivo inicial era criar um emulador de terminal para ter acesso aos servidores na época UNIX da faculdade. Hoje o kernel após muitas transformações ganha destaque entre outros kernels existentes.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica a cerca do funcionamento do kernel, e de suas características principais, as principais características avaliada foram comportamento, diferencial entre outros kernels, funcionamento da gerencia de memória, encontrado utilizando métodos de pesquisa explicativas.

**(Resultados)** Ao tentar criar um emulador para acesso ao UNIX da faculdade Linus Torvalds usou o MINIX, sistema operacional criado pelo Tanenbaum e usado para sistemas operacionais em seu livro. Baseado no UNIX, criou o kernel linux e o aplicou a licença GPL visando a troca de informações entre usuários da rede mundial, para que o kernel linux pude-se ser compartilhado de maneira gratuita e pude-se ser atualizado e melhorado por outros usuários, mantendo assim uma evolução do seu sistema. Desde do inicio Linus utilizou a linguagem C para criação do seu sistema. Periodicamente, novas versões do kernel são lançadas, visando prover melhorias em algumas funções da versão anterior, corrigir erros e adicionar novos recursos ao kernel, tais como garantir compatibilidade com novas tecnologias. Hoje em dia, existe grande empresas trabalhando na sua atualização periódica como a IBM, ou a Red Hat, que mantêm o sistema sempre atualizado com correções de BUG's anteriores e criando compatibilidade com novas tecnologias como celulares, televisores, servidores, GPS's assim expandindo o sistema GNU/Linux. Um dos seus pontos fortes sempre foi o gerenciamento de memória, bem feito, pois seu gerenciamento de memória se utiliza do SWAP garantido a máquinas de baixo desempenho uma forma de evitar o mal funcionamento do sistema pois é uma memória a parte da memória RAM encontrada no HD que se é utilizada quando há um grande transito de processos a ponto de esgotar a memória do computador.

**(Conclusão)** Quando Linus Torvalds criou o kernel linux, não imaginava o quão revolucionário tecnologicamente seria, o aprimoramento que o mesmo fez a partir do UNIX. Seu objetivo inicial que era a conexão da sua máquina com os servidores UNIX da sua faculdade, sem pretensões maiores, é hoje o segundo sistema operacional mais usado no mundo, podendo ser encontrado em diversos equipamentos. Um diferencial é que possui uma comunidade capaz de detectar e corrigir diversos erros rapidamente.

**Palavras-Chave:** Kernel, Linux, Linus Torvalds, tecnologias

## FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS AUXILIANDO PESSOAS AUTISTAS

### **Autor(es):**

*Afonso-Tsé Pereira e Carvalho: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*  
*José Carlos Martins da Silva: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*  
*Arthur Rodrigues de Carvalho Chagas: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*  
*Athawilldson Melo de Queiroz: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN*  
*Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Autismo é um distúrbio neurológico de característica social, onde o indivíduo tem dificuldades de comunicação verbal, e ao longo da sua infância, ocorre uma alteração nas interações sociais e comportamentais. Alguns sintomas do autismo são: Não mantém o olhar durante a conversa, é desatento ao que está ao seu redor, não compartilha as descobertas, não se aproxima de outras crianças espontaneamente e não interage. Segundo o Manual de Saúde Mental, o TEA é uma condição geral para um grupo de desordens complexas do desenvolvimento do cérebro, antes, durante ou logo após o nascimento. Assim, essas diferenças podem existir desde o nascimento e serem óbvias para todos, ou podem ser mais sutis e tornarem-se mais visíveis ao longo do desenvolvimento. O autismo é uma condição permanente, a criança nasce com autismo e torna-se um adulto com autismo. As pessoas com TEA podem se destacar em habilidades visuais, música, arte e matemática. Diante o exposto e entendendo que o diagnóstico é feito com base nos sinais e sintomas e só poderá ser determinado por um especialista. Se faz necessário a criação de uma ferramenta que favoreça o encaminhamento dessas pessoas ao especialista. Ciente de que a observação dos sinais e sintomas pela família e/ou professores, guia a família para a busca do tratamento, trabalharemos na construção de um quiz que favoreça tal encaminhamento.

**(Metodologia)** Com base em pesquisa bibliográfica realizada através de livros e artigos de sites relacionados ao TEA e compreendendo que o autismo não é um transtorno simples de ser identificado, pensamos em construir uma ferramenta diferente que possa contribuir para a identificação precoce do referido distúrbio. Para tanto, criaremos um site com um quiz simples que visa auxiliar a família e a escola para um despertar sobre o problema e as formas de como buscar os profissionais especializados e assim chegar a um diagnóstico precoce e correto para um acompanhamento eficaz. O site disponibilizará jogos que de forma lúdica e educativa chegará a resultados com dados que apontarão para a descoberta de um possível caso. É importante ressaltar que o referido site não terá público específico, podendo utilizado por qualquer pessoa e em qualquer atividade do âmbito familiar ou escolar.

**(Resultados)** Com o Projeto, visamos melhorar a relação e o tratamento do autista com qualquer outro indivíduo que venha fazer parte de sua vida, integrando a criança no cotidiano com outras pessoas, também com o intuito de ajudar e auxiliar as crianças com tal distúrbio, também preparando-a para todos os desafios cotidianos, que ocorrem não só em casa e na escola, também em vários outros ambientes, que ela frequentará, ao longo de sua vida.

**(Conclusão)** Com o Projeto, visamos usar o quiz de forma lúdica e educativa para favorecer um despertar da família e da escola no que se refere a detecção precoce de casos de TEA e assim contribuir para a melhoria da relação do autista com qualquer outro indivíduo que venha fazer parte de sua vida, integrando-o ao cotidiano das pessoas que rodeiam e melhorando sua qualidade de vida. BIBLIOGRAFIA  
<http://info.abril.com.br/noticias/tecnologia-pessoal/2014/10/autistas-interagem-com-robo-que-pode-auxiliar-em-tratamento.shtml>  
<http://buildbot.com.br/blog/zeno-robo-terapeuta-ajuda-criancas-autistas/>  
[http://www.academia.edu/12497501/Robots\\_and\\_necessidades\\_educativas\\_especiais\\_A\\_rob%C3%B3tica\\_educativa\\_aplica](http://www.academia.edu/12497501/Robots_and_necessidades_educativas_especiais_A_rob%C3%B3tica_educativa_aplica)  
<http://www.revistaautismo.com.br/> <http://educamais.com/jogos-para-autistas/> GÓMEZ, ANA MARIA; TERÁN NORA, Transtornos de Aprendizagem e Autismo, Grupo Cultural Primeira Edição, 2014

**Palavras-Chave:** Autismo, Transtorno, Espectro

## GERENCIA DE PROJETOS COM SCRUM E TRELLO

### **Autor(es):**

*Ana Rafaella de Medeiros Resende: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O objetivo desse trabalho é mostrar conceitos sobre o gerenciamento ágil de projetos que vem cada vez mais tomando espaço na indústria e dando origens a sub-metodologias. Porém mesmo em um ambiente ágil é necessário ser realizadas atividades formais, como forma de registro por isso irei explicar como surgiu o guia PMBOK®. Dentro das metodologias a que serão abordadas, uma delas é a Scrum. Esta metodologia faz parte do gerenciamento ágil de projetos com o objetivo de apoiar o ponto fraco do guia PMBOK®, que é a ausência de informações sobre por onde começar e que pontos são mais importantes no início de um projeto. O Scrum não é tão abrangente e extenso quanto o guia PMBOK®, mas, por outro lado, possui regras, cerimônias e sequenciamento bem definido para a aplicação do seu conteúdo em gerenciamento. O estudo de caso do Scrum será apresentado em prática em um projeto de extensão vinculado a IFRN. Para tal estudo será utilizado a ferramenta de gerenciamento de projetos chamado TRELLO, que permite a organização de equipes e tarefas de forma dinâmica e facilitada. O trello organiza seus projetos em quadros, e mostra todo o andamento do projeto. Informa o que foi trabalho, quem esta trabalhando no quê e o que está em processo.

**(Metodologia)** Foram estudadas as metodologias que podem ser derivadas do PMBOK – a bíblia da gerencia de projetos – que foi elaborado pela PMI e apresenta a importância dos processos, programas e os conceitos de gerenciamento de projetos. O projeto do estudo de caso tem como domínio o desenvolvimento de jogos digitais. Foi decidido adotar o Scrum, pois é a metodologia atualmente usada no mercado para a área tecnológica. Devido termos nele a liberdade de poder mudar, por exemplo, o escopo – que é o trabalho que precisa ser realizado para entregar um produto, serviço ou resultado com as características e funções especificadas. Tendo uma melhor noção de tempo que será utilizado para o desenvolvimento total e parcial do projeto. Pois, a metodologia trabalha com Sprints, que são micro tarefas rodadas na mesma duração de tempo.

**(Resultados)** O Scrum por ser uma metodologia ágil, flexível e que valoriza muito o trabalho em equipe foi bem aceita e está funcionando dentro do esperado. Junto do Scrum, que tem a divisão de tarefas explícitas dentro da equipe. A metodologia Scrum está sendo rodada na ferramenta TRELLO e nela é possível administrar todas as atividades e deixar registrado todos os procedimentos e resultados. O TRELLO, por sua vez, sendo uma ferramenta online, gratuita e de fácil manuseio foi bem aceita pelas equipes. Como diferencial da ferramenta temos a versão mobile dela, que pode ser instalada em smartphones, o que está facilitando muito até agora no andamento do projeto, já que hoje em dia resolvemos muito das nossas atividades pelo celular.

**(Conclusão)** Foi visto que o guia PMBOK® contem todas as informações necessárias para um projeto, porém ele é do modo tradicional, ou seja, deposita grande esforço em detalhar todo o trabalho a ser feito em um projeto em seu período inicial (fase de planejamento) e por ser tão burocrático não permite que ocorram alterações de seu escopo no meio do projeto. Sendo assim, adotado o gerenciamento ágil do Scrum é possível ter maior flexibilidade do projeto que pode ser alterado enquanto está em andamento, sem afetar de forma drástica ou perder todo o trabalho já realizado. Além de ver e/ou prever os possíveis erros que podem ocorrer e prejudicar o produto final.

**Palavras-Chave:** Gerenciamento de projeto, PMBOK, Scrum, TRELLO.



## GERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE CHAMADOS UNI-RN

### **Autor(es):**

*Daniel Francisco Dantas: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Rafael Oliveira Pierre: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Franco Lankardy Fernandes da Costa: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Dora Bortone Justino Lopes: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com o intuito de auxiliar o Setor de Informática do UNI-RN, o projeto de extensão Núcleo de Desenvolvimento de Software (NDS), está desenvolvendo um sistema de chamados, nomeado de TickIT. O sistema além de gerenciar os chamados ele faz o controle dos equipamentos no quesito qualidade/durabilidade. A equipe de Gerência do NDS, foi a responsável pela gerência do projeto e a modelagem do sistema.

**(Metodologia)** Para a realização do trabalho foi necessária pesquisa bibliográfica. Primeiro para implantação da equipe de gerência, que não existia no NDS. Buscou-se explicar como atender as limitações do grupo adaptando as técnicas a realidade, e em seguida aplicar-se o esquema de gerência elaborado. Além disso, em paralelo ocorreu a modelagem do sistema.

**(Resultados)** Passando por uma linha cronológica, primeiramente foi estudada formas de aplicar técnicas de desenvolvimento ágil, uma mistura entre Scrum e XP, sem muito êxito, decidimos dar continuidade, um protótipo de gerência supervisora com finalidade de supervisionar o desenvolvimento do sistema. Novamente não foi possível alcançar a meta desejável. Observou-se que não era possível a implementação, já que a maioria das características que esses métodos/frameworks possuem não foram bem adaptadas para a realidade do NDS. Posteriormente foi aplicado um método mais tradicional, sendo ele uma estrutura compartilhada por três departamentos (infraestrutura, desenvolvimento e gerência). Dentro de cada departamento ficou nomeado um representante e os demais colaboradores e utilizado um quadro de Kanban para a divisão de tarefas. Esse método mostrou-se mais eficiente dentro do núcleo. Assim, pondo metas e distribuindo tarefas elaboradas em reuniões das que também ao mesmo tempo em que eram feitas as decisões sobre como seria o método de trabalho, foi iniciada a modelagem do sistema. Como o projeto já estava em andamento, as reuniões com clientes, foram feitas a medida do possível e colaborando ao máximo que a equipe pudesse sempre atender junto disso. Usando como base os diagramas presentes na UML foram desenvolvidos Diagrama e Documento de Casos de Uso e o Diagrama de Classe, usando as regras de negócios feitas anteriormente. Com o passar do tempo, foi visto que muito do que se tinha nas regras de negócios não estava bem esclarecido ou era inviável para o funcionamento prático do sistema, com isso em reuniões presenciais com a ajuda do cliente foram geradas revisões nos Diagramas e Documento de Casos de Uso, Regras de Negócios e Diagrama de Classe.

**(Conclusão)** A finalidade do sistema é a gerência da abertura e escalonamento de execução, de chamados para assistência/manutenção de todo equipamento da área de informática (computadores, notebooks, impressoras, equipamentos de internet), do UNI-RN. No sistema também será possível o gerenciamento de todos equipamentos de forma a saber a localização dos mesmos na instituição. Assim alteração no hardware ou sistemas dos computadores será registrada no sistema. Espera-se que após a implantação o setor possuirá maior agilidade e transparência nos atendimentos, através do registro de todos os chamados e as interações ocorridas no processo de manutenção, entre os usuários e o suporte. Além disso, que facilite uma maior visão sobre o que acontece com equipamentos pela equipe de suporte.

**Palavras-Chave:** núcleo, chamado, gerência

## GERENCIAMENTO DE ENERGIA EM HOTÉIS VIA ARDUINO

### **Autor(es):**

*Bruno Lima de Moura: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*  
*Márcio Emmanuel Alves Chaves de Queiroz: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O projeto de controle e energia consiste em, instalar placas de arduino nos quartos de hotéis e pousadas, para poder desligar remotamente aparelhos elétricos como ar condicionados, chuveiros elétricos, televisores que gastam muita energia, diminuindo assim o consumo de energia e tornando o ambiente mais sustentável. Com a placa de arduino, que é uma plataforma de prototipagem eletrônica de hardware livre e de placa única, com uma linguagem de programação essencialmente C/C++

**(Metodologia)** Para a elaboração deste trabalho foi definida a metodologia experimental, que guiou os testes realizados, bem como a solução de hardware definida. Para a elaboração do protótipo inicial utilizou-se uma placa Arduino, protoboard, sensores de luminosidade, leds.

**(Resultados)** Com o conjunto do arduino UNO versão 3, arduino ethernet shield (É um componente hardware que permite que um placa arduino conecte a internet ou em uma rede local, possibilitando o uso de um interface web para que o gerente de TI possa controlar remotamente as placas), o relé (Releshield é um módulo construído com 1 ou mais Relés miniaturas de potência, com 1 contato reversível, com capacidade de acionar cargas de até 7A/220VAC, foi construído para se integrar ao Arduino), roteador (Principal função é interligar o sistema ao usuário na rede local e via web) e uma interface web (função é fornecer ao usuário uma interface de acesso e controle ao sistema e a linguagem utilizada foi HTML.)

**(Conclusão)** O teste com a central engloba todo o funcionamento da placa “Arduino” juntamente com o “Ethernet Shield” e os dispositivos Relés. A programação de acionamento e gerenciamento foi feita em linguagem C, pois o processador do Arduino suporta este tipo de linguagem, e para a interface com o usuário foi desenvolvida uma pagina em HTML esta onde o cliente pode encontrar seus dispositivos de atuação online. Os testes realizados foram os seguintes com suas descrições e suas respostas: Teste de gravação do processador (Arduino): Foi configurado uma COM Virtual para que pudesse ser feita a programação, em linguagem C, no processador ATMEGA, utilizando um compilador próprio do hardware. Tendo como satisfatório o resultado obtido. Teste de validação do servidor: Após a codificação do servidor web, em linguagem C, a maneira que foi encontrada para valida-lo foi utilizar o prompt de comandos do Windows, e nele foi utilizado o comando “ping”, com isso foi verificado a resposta obtida pelo servidor e verificar o MAC address e o IP que foram setados no dispositivo para que ele pertença a uma rede local.

**Palavras-Chave:** Arduino, economia, energia, hoteis, sustentável

## GLPI: UMA SOLUÇÃO PARA GESTÃO DE ATIVOS DE TI E HELPDESK

### **Autor(es):**

*Raphael de Medeiros Coelho: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*  
*Talles Emmanuel de Alencar : Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*  
*Alfredo Climaco de Carvalho Neto: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este trabalho tem por objetivo apresentar e implementar a ferramenta de monitoramento, Open Source, GLPI (Gestionnaire Libre de Parc Informatique ou Gerenciamento Livre de Parque Informático), cuja função principal consiste em um sistema de inventário e abertura de chamados. Com ele é possível construir um controle de ativos de tecnologia da informação aprimorado e também, produzir melhor organização e, conseqüentemente, eficiência no atendimento aos clientes internos da empresa (usuários), convergindo para uma melhoria sistemática do parque tecnológico.

**(Metodologia)** A metodologia aplicada será um estudo bibliográfico sobre o tema proposto, aliado à sua implementação no UNI-RN, na forma de estudo de caso com a utilização da referida ferramenta e a observação e medição de resultados com o uso da mesma, bem como a utilização de plug-ins para sua utilização em dispositivos móveis, abrangendo um maior raio de atuação. Constatou-se que a instituição possui um parque de TI de grande porte, o que requer um acompanhamento direto dos equipamentos, onde estão localizados, sua vida útil, incidência de falhas, bem como as licenças dos mesmos etc., e que ainda não possui um sistema de helpdesk (suporte ao usuário) em funcionamento para tratamento de ocorrências. Será utilizada a ferramenta para abordar as questões supracitadas afim de otimizá-las.

**(Resultados)** GLPI é uma ferramenta (software) implementada no servidor da gerência de TI da organização e nas estações dos usuários, que permite, através de uma interface gráfica simples e amigável, criar inventários dos recursos de TI e armazenar todas as suas características em um banco de dados para, posteriormente, gerenciar estes recursos por meio de interfaces de administração, com o uso de perfis segmentados e diferentes níveis de acesso. Com isso é possível implementar, por exemplo, um framework ITIL para gerenciar os serviços de TI (atendimentos de helpdesk ao usuário final, mensuração da qualidade do serviço, entre outros), auxiliando a organização a ter mais eficiência para atingir seus objetivos de negócio.

**(Conclusão)** Após a instalação e configuração do sistema, espera-se: a criação de uma Central de Serviços que organizará as atividades de tecnologia no ambiente empresarial, interface intuitiva e customizada ao usuário para suas requisições, solicitações e problemas, um melhor resultado na resolução de incidentes por parte dos profissionais de TI, utilização em smartphones para gerenciamento em tempo real e controle rigoroso dos ativos de TI, relatórios gerenciais e de serviços voltados para manter uma contínua melhoria do parque tecnológico, entre outros resultados após ser aplicado em ambiente de produção.

**Palavras-Chave:** GLPI, HELPDESK, GERENCIAMENTO.

## MOBILIDADE EM AMBIENTE CORPORATIVO

### **Autor(es):**

*Hugo Oliveira dos Santos: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ytalo Rosendo do Amaral: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) A mobilidade corporativa está em franco crescimento no Brasil e transforma a paisagem interna das empresas devido a comodidade, praticidade e facilidade atualmente oferecida pelo uso dos dispositivos móveis, o que vem proporcionando um aumento progressivo nos números de usuários de smartphones; dispositivos estes que vem equipados com sistemas operacionais de plataformas diversas. Essas plataformas móveis podem ajudar nas tarefas cotidianas, automatizando processos através da integração entre sistemas. As empresas estão usando mais a mobilidade em seus negócios movidas pela computação em nuvem e pelo conceito de virtualização, que possibilitam aos funcionários acessar aplicações corporativas sem que precisem estar no escritório ou presente no seu local de trabalho. Brasileiros com Internet no smartphone já são mais de 70 milhões, segundo dados da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE 09/2015). Com base nessa diretriz, o estudo que se apresenta tem como objetivo principal demonstrar as tendências do mercado corporativo no uso de tecnologias móveis, e como mais empresas adotam a computação móvel para automatizar processos e conectar colaboradores, levando muitos computadores pessoais a serem substituídos pelos dispositivos móveis, aumentando a produtividade e a velocidade na tomada de decisão. Enfatiza-se a utilização do Sistema Operacional Android, que deteve 81,5% do mercado de smartphones em 2014, um crescimento de aproximadamente 60% em 5 anos, segundo pesquisa do International Data Corporation (IDC/2015).

**(Metodologia)** A metodologia empregada consiste na revisão bibliográfica de artigos que apresentam os conceitos fundamentais para a aplicação da tecnologia móvel, desenvolvimento e contextualização de um protótipo de aplicativo inserido no assunto da pesquisa proposta, baseando-se no segmento varejista de materiais de construção.

**(Resultados)** Com o desenvolvimento e implantação de um protótipo de aplicativo mobile, pode-se observar uma maior agilidade em determinados processos varejistas que foram reescritos para adaptar-se as menores telas dos dispositivos móveis. Entre esses processos cita-se o controle de inventários e a análise de crédito que serão abordadas no decorrer desta pesquisa. Entre as tendências atuais e devido a consumerização da mobilidade, muitas empresas estão adotando programas BYOD (Traga o seu próprio dispositivo), ou optando por uma abordagem híbrida combinando a implantação de dispositivos corporativos com um programa BYOD. Mobilidade é o item que aparece em primeiro lugar como alvo dos investimentos dos CIOs em 2015. A pesquisa Antes da TI, a Estratégia, realizada pela IT Mídia com CIOs das mil maiores empresas do Brasil, aponta que 59,5% dos entrevistados colocaram esse item como prioritário dentro de suas empresas. Na sequência aparecem segurança da informação, com 55,7% dos respondentes, e sistemas de gestão empresarial, com 51,4%.

**(Conclusão)** A tendência atual da mobilidade entre os usuários, com a facilitação do acesso a dispositivos multifuncionais com acesso à Internet e o crescimento da independência de desktops, notebooks e outros dispositivos, favorece a rápida adesão ao uso de plataformas baseadas em dispositivos móveis. Os aparelhos ganham cada vez mais tecnologias embarcadas e os usuários criam maior afinidade com este tipo de produto, aliando-se a isso, a variedade de aplicativos com funcionalidades corporativas cria uma maior fidelização do mercado consumidor, tornando cada vez mais viável a produção de aplicativos voltados para este público alvo. Todas essas facilidades de customização no desenvolvimento, aliadas à variedade de dispositivos que suportam o sistema, facilitam o desenvolvimento e a aplicabilidade prática do uso.

**Palavras-Chave:** Mobilidade Corporativa, Dispositivos Móveis, Análise de Sistemas, Android.

**MODELAGEM DE NEGÓCIO NO SETOR DE VENDA DE SUPLEMENTOS: PONTONUTRI.**

**Autor(es):**

*Johnathan Moroni Sales do Vale Santiago: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Raniere Moura de Oliveira : Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Patrick Reinecke de Alverga: Docente do UNI-RN*

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*

*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A internet tem mudado a forma na qual as pessoas se relacionam, fazendo com que elas se tornem cada vez mais dependentes desta tecnologia. A rapidez na qual as informações se propagam através das redes sociais, por exemplo, é algo surpreendente, o que traz a sensação que as pessoas estão cada vez mais próximas umas das outras, podendo assim, conhecer culturas diferentes, expor opiniões, compartilhar hobbies, etc. Se por um lado a internet aproxima as pessoas, o comércio não poderia deixar de se beneficiar desta aproximação para estudar e torna-los clientes potenciais, oferecendo-os soluções para os diversos problemas e situações do dia a dia. Através das redes sociais, as lojas virtuais, os agregadores, os clubes de mensalidades, dentre outras formas de comércio eletrônico, oferecem produtos e serviços a esses clientes, objetivando constantemente o seu sucesso. Por este motivo, despertou-se o interesse em criar uma loja virtual que se beneficie do advento das redes sociais para a prospecção de seus clientes através do modelo de clube de compras.

**(Metodologia)** Essa pesquisa classifica-se como exploratória descritiva, tendo em vista que será criada uma loja virtual que atue no seguimento de venda de suplementos alimentares. Onde suas principais atividades estarão interligadas com a rede social Facebook. Para a modelagem e desenvolvimento do negócio, utilizou-se a ferramenta Business Model Canvas(BMC) de Osterwalder (2010), uma ferramenta que facilita significativamente a organização e visualização dos valores fundamentais do negócio.

**(Resultados)** No modelo definiu-se vender suplementos para pessoas cadastradas no clube de compras da loja virtual para clientes que buscam a nutrição corporal ou com problemas do mesmo, afim de fornecer os produtos deste seguimento com facilidade de pagamento e promoções para os clientes. Através da rede social Facebook, os primeiros clientes potenciais receberão convites para criação de seus cadastros. Inicialmente, são considerados clientes potenciais os participantes de grupos que falam sobre suplementos alimentares nesta rede social. Para estes cadastrados, após a primeira compra na loja virtual, os mesmos receberão uma determinada quantidade de convites para que eles possam indicar os novos clientes potenciais, ou seja, pessoas que também se interessam pelos produtos oferecidos em estoque.

**(Conclusão)** Podemos ver que as lojas virtuais estão em constante crescimento, e que as compras online estão se tornando um polo dominante. A PONTONUTRI é uma empresa duradouro que trará facilidades aos clientes como a facilidade de chegar até aos produtos mais baratos, a distribuição facilitada e sem custos da rede de amigos do Facebook e o acompanhamento online para dúvidas e sugestões. O BMC permitiu que fosse planejada uma empresa com uma estrutura sólida, apresentando os riscos, limitações e benefícios.

**Palavras-Chave:** Business Model Canvas, Facebook, Loja Virtual.

## MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO DE CONSULTORIA EM BANCO DE DADOS: DATABASE EXPERTS.

### **Autor(es):**

*Hugo Oliveira dos Santos: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Patrick Reinecke de Alverga: Docente do UNI-RN*  
*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*  
*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Atualmente, é comum encontrarmos sistemas informatizados em micro e pequenas empresas que, conforme expandem seus potenciais de negócios, passam a investir em sua estrutura e parque tecnológico, adquirindo mais equipamentos, buscando sistemas mais robustos e atualizados e, na maioria das vezes, contratando pessoas da área de Tecnologia da Informação (TI) para gerenciar os servidores e prestar suporte aos usuários. Mas o que acontece quando estes sistemas apresentam problemas de disponibilidade, desempenho ou, no pior cenário, a perda de informações? Quem se responsabilizará por identificar e resolver o problema? O suporte técnico da empresa que desenvolveu o sistema de gestão ou a equipe interna de TI da empresa? Na maioria dos casos, a fornecedora do software não se responsabiliza pelo banco de dados do cliente, e a equipe interna dificilmente terá o conhecimento necessário para exercer essa atividade. Este papel é de responsabilidade do profissional de TI, conhecido como DBA ou Administrador do Banco de Dados. O DBA é responsável pela recuperabilidade, integridade, segurança, disponibilidade, desempenho e auxílio em desenvolvimento e testes. Porém devido a sua alta qualificação algumas empresas não podem se dar ao luxo de arcar com seus custos salariais. Nesse cenário propomos a modelagem de uma empresa denominada como a Database Experts. A pesquisa pretende mostrar de forma sistêmica, integrada, rápida e visual o modelo de negócio escolhido, como funciona uma empresa de consultoria e propõe baratear os custos de acesso a um DBA nos mais variados SGBD's, oferecendo serviços especializados.

**(Metodologia)** A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, baseada na vivência de mercado dos discentes, bem como estudo de caso efetuado em empresas do ramo de interesse. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se entrevistas estruturadas a público alvo dos objetivos propostos, com as seguintes empresas de ramos diversos: Sua Casa Materiais de Construção LTDA e TRA Distribuidora e Logística LTDA, além pesquisas na internet e networking local. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa, com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, Business Model Canvas (BMC).

**(Resultados)** O mercado de DBA's está em lenta ascensão no mercado atual, principalmente devido existirem áreas de maior interesse no meio acadêmico e maior demanda de mercado, como por exemplo redes/telecomunicações e desenvolvimento. Com base nas pesquisas efetuadas podemos constatar que muitas empresas estão dispostas a pagar um preço justo para ter acesso aos serviços desses profissionais, bastando que os produtos oferecidos e as necessidades elencadas sejam plenamente transparentes e os resultados tangíveis. Entre os serviços destacou-se o monitoramento preventivo e análise de alertas, acompanhados de relatórios periódicos em meio eletrônico sobre a saúde do SGBD e possíveis melhorias necessárias a nível de software ou hardware, estreitando assim o relacionamento e parceria entre as partes.

**(Conclusão)** De acordo com todos os dados obtidos na pesquisa através das entrevistas e simulações efetuadas pode-se constatar uma oportunidade viável de negócio, com boa aceitação e um custo de implantação relativamente baixo, tendo em vista que os produtos oferecidos serem baseados principalmente em propriedades intelectuais em forma de serviços. Considerando também as parcerias que podem ser estabelecidas com Software Houses e que esse mercado está em plena expansão, pode-se concluir que a empresa é viável economicamente.

**Palavras-Chave:** DBA, Banco de Dados, Empreendedorismo.

## **MODELAGEM DE UM NEGÓCIO NO RAMO TECNOLÓGICO: SENSOR DE CAPACETE.**

### **Autor(es):**

*Roberto Dias de Queiroz: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Fábio Moreira Vilas Bôas: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Marcio Davi Martins Maciel: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Patrick Reinecke de Alverga: Docente do UNI-RN*  
*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*  
*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A busca por desenvolvimento de um negócio no cenário atual está cada vez mais complexa, fatores como a alta competitividade influenciam diretamente à busca por melhorias e novos métodos de desenvolvimento do negócio. A inserção de uma empresa neste mercado, deve ser planejada, estudada de forma que todo o seu contexto seja definido e mensurado, antecipando assim possíveis fatos que venham influenciar o seu desenvolvimento a nível mercado, obtendo uma maior assertividade na tomada de decisões. O uso de ferramentas no desenvolvimento do modelo de negócio, são de extrema importância, tendo uma função direta na criação, entrega e agregação de valor. Esses modelos, permitem esboçar processos de implantação do negócio, e mensurar de forma sistêmica, integrada e visual as atividades a serem tomadas no negócio. O objetivo deste estudo é o desenvolvimento do modelo de negócio que terá como produto final um sensor para capacete de moto com conectividade bluetooth, conectado a um smartphone/tablet para que no caso de acidentes, hospitais ou órgãos competentes sejam automaticamente informados.

**(Metodologia)** Realizou-se um estudo exploratório descritivo, bem como pesquisa de campo com fornecedores de sensores e microcontroladores arduino. A obtenção dos dados foi realizada a partir da pesquisa de mercado e documental em artigos científicos, livros e sites especializados no assunto abordado. Para organização dos dados qualitativos, utilizou-se a ferramenta de modelagem de negócio Business Model Canvas (BMC) de Osterwalder (2009), visando definir as principais variáveis que estruturam o negócio.

**(Resultados)** O modelo de negócio definido foi determinante na definição das ferramentas à utilizar, público alvo a ser trabalhado, investimento a ser realizado e tecnologias a ser utilizadas em seu desenvolvimento. Com base nestas informações a estratégia de implantação terá um melhor direcionamento, focando em melhorias e em evitar falhas. O modelo construído descreve nove componentes essenciais: segmentos de clientes como mototaxistas e empresas de entrega em geral, proposições de valor potencialmente salvando vidas através do contato automatizado com instituições de emergência, canais de relacionamento com clientes (tais como auto-atendimento ou assistência pessoal), os fluxos de receita, recursos, atividades, parcerias e custos. O resultado traz clareza e simplicidade a um tema tradicionalmente difuso. Usando um aplicativo para iPad, é possível esboçar e avaliar modelos de negócio em minutos, colocando-o virtualmente como Post-it no Canvas, em seguida selecionando opções e preenchendo números estimados. O negócio modelado é composto por um sensor de impacto, localizado no capacete do motoqueiro e conectado ao smartphone/tablet, e um software de monitoramento, conectado a uma base de dados de hospitais e outras instituições de emergência próximas de acordo com a localização do sensor, para emitir notificações automáticas no caso de detecção de acidente.

**(Conclusão)** Após estudos a partir de dados e pesquisas de mercado, observou-se que o sensor em questão terá boa aceitação no mercado, com investimento anual, integração a à várias ferramentas e principalmente pelo o fato de ter como foco principal a questão da segurança, pois a função de informar automaticamente os órgãos responsáveis em caso de acidente, será determinante na aceitação em um mercado tão concorrido.

**Palavras-Chave:** Canvas, automação, software

## MODELO DE NEGÓCIO NO RAMO DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE PARA NUTRIÇÃO CLÍNICA E ESPORTIVA.

### **Autor(es):**

*João Antônio da Silva Neto: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*

*Patrick Reinecke de Alverga: Docente do UNI-RN*

*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Conhecendo um pouco o dia a dia do estudante e também do profissional de nutrição e de suas necessidades diárias quanto à produtividade e necessidade de criar cardápios para seus pacientes, foi pensado na ideia de montar um plano de negócio em parceria com uma Nutricionista e outros segmentos da área de TI, sobre o desenvolvimento de software na área de Nutrição Clínica e Esportiva, que pudesse tratar justamente um dos maiores desafios para estes especialistas. Esta pesquisa visa demonstrar tal modelo, mostrando os pontos focais e particulares do mesmo e com as características já descritas.

**(Metodologia)** A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, bem como pesquisa de campo, com profissionais de nutrição. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se entrevistas estruturadas e focadas nos objetivos propostos, além de pesquisas na internet em sites especializados no tema (OMS, FAO, entre outros) e leitura de artigos e livros. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa, já para a modelagem do plano de negócio, foi realizado uso da ferramenta chamada de Quadro de Modelo de Negócios (Business Model Canvas), criada por Alex Osterwalder e Yves Pigneur, com suporte do site [www.web2canvas.x4start.com](http://www.web2canvas.x4start.com) que se utiliza desta metodologia.

**(Resultados)** Visto a necessidade do mercado para profissionais de Nutrição em ter um produto que pudesse agregar em sua proposta de valor a fidelização do público, por causa dos vários recursos pensados com todo cuidado, como geração automática de cardápios, tabela de macro e micro nutrientes detalhadas e uma elaboração inteligente de dietas, sempre pensando no bem estar e comodidade tanto para o profissional quanto para seu paciente, pudemos observar que o software modelado nesta pesquisa vai de encontro com as maiores necessidades do profissional e trouxeram com ele além de qualidades que puderam auxiliar o mesmo, a tão desejada produção de serviços em menor escala de tempo e em uma pequena ou quase nula curva de aprendizado sobre o uso da ferramenta, uma vez que o mesmo foi desenvolvida em uma interface simples e objetiva, com criação de métodos e layouts organizados de acordo com a visão de um profissional capacitado, permitindo que o mesmo pudesse focar naquilo que ele está disposto a realizar. A pesquisa também se mostrou satisfatória por atingir os segmentos ao qual o software foi proposto, uma vez que o produto já está sendo utilizado em uma Faculdade por um professor, além de vários alunos que já demonstraram interesse em adquirir a ferramenta.

**(Conclusão)** De acordo com todos os dados obtidos na pesquisa através das entrevistas e simulações que foram feitas, obteve-se um saldo positivo sobre o uso do software e do potencial que o mesmo deteve diante de uma série de relatos capturados com aqueles que mais precisam da ferramenta, além de participações em congressos regionais e críticas de outros profissionais da área, o software encorajou e colocou em prática uma ideia que desde o início se mostrou com um enorme potencial, com isso, pode-se concluir que o software é viável e agregará valores a este mercado.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento de software, canvas, nutrição



## MONITORAMENTO DE BATERIAS DE CELULAR COM RFID

### **Autor(es):**

*Alyson Nunes Alves: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*  
*Carlos Lavoisier dos Reis Araújo: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*  
*Emerson Valério Menezes do Nascimento: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN*  
*Israel Eduardo de Barros Filho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este trabalho tem como objetivo validar como o uso da tecnologia RFID pode auxiliar a coleta de lixo eletrônico (resíduo material produzido pelo descarte de equipamentos eletrônicos) e otimizar logística reversa de baterias de celulares. Em 2010, foi aprovado no Brasil a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) para padronizar a forma de tratar o lixo e incentivar a reciclagem. Um dos pontos fundamentais da nova lei é a chamada “logística reversa”, que é um conjunto de ações que facilita o retorno dos resíduos a quem os produziu para que eles sejam tratados de forma correta ou reaproveitados em novos produtos. A desatenção no descarte de pilhas e baterias pode resultar em um grande problema ambiental quando não descartado em locais adequados, causando desde contaminação do solo e da água (através de “metais pesados” – como os de níquel, cádmio, chumbo, não biodegradável presente no interior desses produtos) até doenças que podem afetar quem entrar em contato com um local onde esses materiais foram descartados incorretamente. Pensando nisso, pesquisas comprovam que empresas brasileiras tem desenvolvido projetos com RFID no sentido de minimizar o impacto do lixo eletrônico produzido por seus produtos como a HP Brasil em 2009 que implantou centros de descarte em todo o país, onde os clientes podiam devolver impressoras jato de tinta para reciclagem. No ano seguinte, criou o projeto “SmartWaste” para alavancar a infraestrutura de RFID utilizada no rastreamento de impressoras, usando etiquetas RFID passivas UHF EPC. O objetivo era utilizar as informações das tags para gerenciar a logística reversa e o ciclo de vida de produtos.

**(Metodologia)** Logo, este projeto de pesquisa, embasado em artigos científicos e sites relacionados a área, visa testar o uso da tecnologia do RFID em baterias no UNIRN. A necessidade de agilizar os processos e automatizar tarefas são outros fatores que motivam a utilização de RFID. Radio Frequency Identification, consiste de dois componentes, sendo um leitor de RF (interrogador) e a RF “tag” etiqueta (ou transponder). São adicionados a objetos físicos (Etiqueta) com a função básica de expor a ideia de “Estou aqui e meu nome é...”, através de um Chip contendo identificador único (dimensão ≈ 1mm) incrementado de uma antena (espira condutiva plana) e um Leitor. Com um simples aprendizado na manipulação destes equipamentos, coletores especiais destes padrões de etiquetas, com distâncias de até 10 metros do alvo, de forma preventiva, teriam o papel de realizar a coleta otimizada e direcionada aos pontos concentrados deste material tão corrosivo ao solo e prejudicial as pessoas.

**(Resultados)** Com a implementação deste projeto, almejamos retirar do meio em que vivemos todos os tipos de baterias descartadas indevidamente, a fim de eliminar os riscos que estes materiais oferecem a saúde humana e ao meio ambiente, além conscientizar as pessoas quanto a maneira correta, segura e adequada de descarte deste tipo de lixo.

**(Conclusão)** Estão sendo realizados testes e elaboração de um protótipo a fim de validar a ideia de monitoramento de baterias de celulares via RFID. Buscando a tag 'etiqueta' e rádios adequados, viabilidade a instituição de pequeno e médio porte e direcionamento a pontos de coleta. BIBLIOGRAFIA  
<http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Reciclagem-Lixo-Eletr%C3%B4nico/705590.html>-15/10/2015  
<http://br.monografias.com/trabalhos3/rfid-identificacao-radiofrequencia/rfid-identificacao-radiofrequencia.shtml>-16/10/2015  
<http://www.bramach.com.br/etiquetas-rfid-estarao-em-breve-nas-lixerias-de-mumbai/>  
<http://www.rsrecicla.com.br>  
<http://brasil.rfidjournal.com/noticias/vision?9551>  
<http://www.logisticadescomplicada.com/logistica-reversa-um-nicho-repleto-de-oportunidades/>  
<http://www.hidglobal.com.br/etiquetas-rfid-gerenciamento-de-lixo>

**Palavras-Chave:** Meio Ambiente, Lixo Eletrônico, RFID

## **MONTANDO O SERVIDOR DE PRODUÇÃO : UMA EXPERIÊNCIA NO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO**

### **Autor(es):**

*Talles Emmanuel de Alencar : Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Quando se fala em desenvolvimento de sistema, lembra-se logo do programador, do analista, do gerente, mas pouco se fala do profissional que prepara o ambiente para que esses profissionais trabalhem em equipe. No Núcleo de Desenvolvimento de Software(NDS), onde as equipes de gerência e desenvolvimento estão trabalhando em conjunto na criação de um sistema, preparar um servidor onde o código em que estão trabalhando e as informações sobre esse sistema como os Casos e Usos, Diagramas de Classe entre outros funcione adequadamente é um requisito muito importante. Esta tarefa coube aos alunos do curso de Tecnologia em Redes de Computadores.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica em artigos e sites que abordam as configurações necessárias para se montar um servidor de produção. Nessa fase da pesquisa foi importante o acesso aos materiais disponíveis na comunidade de software livre, pois permitiu que se obtivesse os conhecimentos necessários distribuídos por colaboradores dessa enorme comunidade. De posse desses conhecimentos, foram implementados os serviços do servidor de produção.

**(Resultados)** A Dokuwiki foi o primeiro serviço a ser instalado. É um sistema online usado para repositório da documentação do projeto. Para instalação desse serviço foi preciso instalar e configurar alguns serviços como o banco de dados, servidor web, JDK, tomcat, entre outros que também servirão para o sistema TickIT. O TickIT é o sistema que está sendo implementado pelo NDS, para atender a demanda do setor de informática referente aos atendimentos e aos outros setores da instituição, facilitando o gerenciamento das requisições de suporte. A maior dificuldade para executar a tarefa foi encontrar o material certo para estudo, pois existe muito material sobre assunto na internet, entretanto, nem sempre funciona para o que necessário no projeto. Algumas vezes, foram necessárias pedir ajuda à funcionários da instituição, até porque alguns serviços não são liberados sem supervisão dos setores responsáveis, principalmente para acesso externo.

**(Conclusão)** Assim, verificamos com nosso trabalho que o servidor de produção é o coração do nosso sistema, pois ele é o suporte para recursos necessários ao desenvolvimento. O próximo passo é, ao término da implementação no sistema TickIT, dar suporte à implantação e uso da ferramenta na instituição. Nessa fase teremos muitas requisições ao nosso servidor, o que irá trazer alguns problemas pois o serviço não pode ficar off-line. Precisaremos assim de novos estudos para escolher a melhor forma de monitoramento do servidor. há a possibilidade de acrescentar, por exemplo, uma ferramenta de monitoramento chamada Zabbix.

**Palavras-Chave:** Dokuwiki, TickIT, Sistema.

## PROTÓTIPO DE CONTROLE DE ACESSO POR RFID

### **Autor(es):**

*Kennedy Wagner da Silva Martins: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*  
*Gustavo Simarony Nicolau de Melo: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*  
*Sávio Isaias Diniz Silva: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O projeto tem por objetivo promover o controle de acesso em condomínios residenciais via RFID, além da criação de um protótipo constituído de um leitor e receptor de RFID controlado por um circuito integrado com uma placa de Arduino. O protótipo desenvolvido pretende demonstrar esse funcionamento de forma prática e constatar a eficácia desta tecnologia. Tendo como objetivo segurança e praticidade, procurou-se minimizar os custos escolhendo dispositivos que possam, não somente garantir a confiabilidade do sistema, mas manter o preço final do equipamento atrativo a ser implantado em qualquer condomínio.

**(Metodologia)** Segundo pesquisas feitas em alguns sites especializados no assunto, com o tema voltado para “condomínios residenciais”, na prática, o automóvel portador de uma etiqueta com microchip chamada "TAG", ao se aproximar da entrada do estacionamento de um prédio, será recebido por uma antena de RFID conectada a um leitor, liberando, assim, o acesso através uma tag que será previamente cadastrada no sistema Arduino. Em contrapartida, caso o automóvel não esteja cadastrado no sistema terá a sua entrada negada, trazendo assim mais segurança para o condomínio.

**(Resultados)** As TAGs ao se aproximarem do módulo de leitura RFID fornecem um código que é recebido no micro controlador através de uma STRING de 12 bits. Par esses bits serem utilizados é preciso desenvolver uma lógica que compare essa STRING fornecida pela TAG com outra STRING pré-definida no programa. Assim quando a STRING cadastrada for identificada no programa o acesso é autorizado, caso contrário, o acesso será negado. A identificação do veículo é feita a uma distancia de 4 metros e é automática, sem intervenção do motorista. Para o sistema funcionar de forma eficaz é necessário que exista um computador ligado 100% do tempo. É possível cadastrar até 2000 veículos, obtendo dados como: placa, modelo, morador, cor, marca, referencia e apartamento.

**(Conclusão)** Procurei de uma forma simples e barata para facilitar a entrada de veículos em condomínios residenciais, trazendo praticidade e segurança (não é possível emprestar a tag para outro morador, já que ela é fixada no pára-brisas do carro) principalmente em horários de pico, através de uma identificação única trazendo assim mais confiabilidade ao serviço. O sistema RFID conta com um menor custo, até um 1/3 do preço de um controle remoto, não precisa trocar baterias e ainda é possível desenvolver um sistema para visitantes com um cartão especial. A pretensão futura é de implantar também um sistema que monitore e mantenha o registro de todos os veículos, como horário de entrada e saída e casos de emergência.

**Palavras-Chave:** acesso, controle, RFID, condomínio, segurança

## SEGURANÇA EM REDES SEM FIO NO AMBIENTE DOMÉSTICO.

### **Autor(es):**

*Thiago de Oliveira Barbosa: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Daniel Machado Aguiar: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

*Wesley Garcia Cardoso : Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN*

*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este trabalho tem por objetivo discorrer a cerca dos aspectos de segurança nas redes sem fio domésticas, comentando suas falhas e controles necessários. Pois, como a rede sem fio (Wi-fi) tornaram populares pela mobilidade, facilidade de instalação e uso em diferentes tipos de ambientes. Há alguns riscos que devem ser considerados ao usá-las. Por se comunicarem através de sinais de rádio, sem a necessidade de acesso físico a um ambiente restrito, como ocorre com as redes cabeadas, os dados transmitidos por clientes legítimos podem ser interceptados por qualquer pessoa próxima com um mínimo de equipamento. Através de uma simples instalação e sem configurações mínimas de segurança, em essa rede pública ou doméstica, as quais não possuem seus dados criptografados podem ser indevidamente coletados por atacantes com interceptação de tráfego (coleta de dados pessoais) ou desvio de navegação para sites falsos

**(Metodologia)** Trata-se de um uma pesquisa bibliográfica, em livros, artigos e sites, relacionados ao tema.

**(Resultados)** Para resolver alguns destes riscos foram desenvolvidos mecanismos de segurança tais como os algoritmos de criptografia: WEP (Wired Equivalent Privacy): primeiro mecanismo de segurança a ser lançado. É considerado frágil e, por isto, o uso deve ser evitado. WPA (Wi-Fi Protected Access): mecanismo desenvolvido para resolver algumas das fragilidades do WEP. WPA-2: similar ao WPA, mas com criptografia considerada mais forte. E alguns cuidados tais como: use, quando possível, redes que oferecem autenticação e criptografia entre o cliente e o AP, especialmente as que você conhece a origem, evite o acesso a serviços que não utilizem conexão segura ("https"); posicione o AP (equipamento de acesso a rede sem fio) longe de janelas e próximo ao centro de sua casa a fim de reduzir a propagação do sinal e controlar a abrangência evitando assim, ser acessada sem o seu conhecimento ou ter o tráfego capturado por vizinhos ou pessoas que estejam nas proximidades); altere as configurações padrão que acompanham o seu equipamento, assegure-se de utilizar senhas bem elaboradas e difíceis de serem descobertas .

**(Conclusão)** Embora a segurança de rede sem fio possa ser um assunto intimidador, ao combinar boas práticas, cuidados necessários, e legislação (lei 12.737/2012 de tipificação criminal de delitos informáticos) é possível manter o usuário doméstico constantemente conectado e protegido contra a maioria das ameaças, se tomar as devidas precauções, conscientizar de que corremos riscos nessa rede, ter cuidados ao acessar qualquer tipo de rede, verificar se é seguro fazer transações bancárias, já que estamos pondo em risco nossas informações, evitar qualquer tipo de rede aberta, mesmo ela sendo pública como a de shoppings, assim os casos como os de vazamento de fotos.

**Palavras-Chave:** Redes,wi-fi,segurança de redes.

## SOFTWARES PARA ANÁLISE DE SENTIMENTOS

### **Autor(es):**

*Johnathan Moroni Sales do Vale Santiago: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ytalo Rosendo do Amaral: Docente do UNI-RN  
Ytalo Rosendo do Amaral: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Análise de Sentimento (AS) ou também conhecida como Mineração de Opinião, extração de opinião, mineração de sentimento, análise de subjetividade, entre outras palavras é o campo de estudo que analisa as opiniões, sentimentos, avaliações, atitudes e emoções das pessoas a respeito de produtos, serviços entre outros meios. Com a globalização da internet as pessoas passaram a interagir e trocar informações de forma volumosa, então daí surge a necessidade de uma análise de opiniões nesse gigantesco mundo. A análise de sentimento explora o estudo computacional de opiniões expressas em fontes não estruturadas como textos, descobrindo qual a opinião expressa no documento e, classificar a sua polaridade. Para auxiliar a tomar suas decisões os usuários usam software que buscam experiências de diferentes indivíduos em reviews, fóruns e inclusive nas redes sociais.

**(Metodologia)** Pesquisa bibliográfica e descritiva. Para esta pesquisa foram feitas buscas nas bases de dados: Scielo, Proquest e google acadêmico; nos idiomas português e inglês publicados no período de 2004 a 2014.

**(Resultados)** Foram encontrados alguns softwares gratuitos com diferentes funcionalidades e foco de pesquisa. Segue a apresentação de uma breve descrição deles: Topsy : Uma ferramenta o Twitter e é dividido em três partes: Social Search, Social Analytics e Social Trends. Onde se tem o volume de conteúdos publicados, a análise dos sentimentos e pôr fim a sinalização das tendências mundiais. Newsle: Podendo ser usado em diversas redes sociais ele monitora todas as citações e comentários sobre a marca nas redes, do Facebook ao LinkedIn. Mention: Uma ferramenta gratuita durante os primeiros 30 dias, considerada uma das mais completas e que pode ajudar qualquer tipo de negócio monitorar a web. SocialMention: Esta ferramenta é totalmente gratuita. É um bom complemento para receber alertas da sua marca online. Com sua interface intuitiva web, é de fácil utilização. Talkwalker Alerts: Ferramenta com uma configuração muito semelhante ao Google Alerts. Tem a capacidade de ir buscar alertas onde por vezes menos se espera. SEMRush: Ferramenta focada em entender o concorrente. Com dados de palavras-chave orgânicas, palavras-chave do anúncio e o tráfego por tais palavras, você terá em mãos os dados que precisa para que se acompanhe o mercado. A pesquisa via homepage é gratuita e com muitos dados, mas se quiser dados mais detalhados seu plano sai por US\$ 69,95 por mês. InfiniGraph: Uma ferramenta que permite você ficar sabendo sobre as marcas, produtos e conteúdo que estão sendo compartilhados entre os seguidores de sua empresa nas mídias sociais. A ferramenta permite que se conheça outras tendências do seu setor de modo a entender mais profundamente o público dos seus produtos e serviços.

**(Conclusão)** Podemos ver que a análise de sentimentos não é 100% precisa no que se fez respeito aos resultados dos softwares com pôsteres, porém foi verificado que é boa o suficiente para ficar acima da média e obter um resultado significativo. Portanto há diversas ferramentas de análise de sentimento e o processo pode ser generalizado e aplicado a outros domínios e estudos onde militam organizações interessadas em monitorar opiniões dadas sobre produtos e serviços nas redes sociais.

**Palavras-Chave:** Mineração de Dados, Análise de Sentimentos, Etapas da Análise de Sentimentos e Ferramentas da Análise de Sentimentos.

## **SOLUÇÃO DE BAIXO CUSTO PARA O GERENCIAMENTO DE ENERGIA UTILIZANDO ARDUINO**

### **Autor(es):**

*Arley Willer Neves da Silva: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN  
Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Dependemos fortemente da energia elétrica. Sua geração é tão importante quanto sua economia. Buscar formas eficientes de combater seu desperdício é de grande interesse social, além de atenuar os impactos ambientais ocasionados. Nos lares, a conta de energia mensal traz o cálculo do consumo elétrico de um intervalo de tempo convertido em valor a ser pago. Paga-se o uso e o desperdício de eletricidade. Essa última parcela de utilização é indesejável por todos, mas felizmente pode ser reduzida. Partindo dessa necessidade e aplicando a tecnologia do hardware livre (Arduino) aliada à cloud computing, às comunicações móveis e a uma aplicação de monitoramento, pretende-se desenvolver um protótipo de baixo custo que integre esses recursos e possibilite acompanhar, em tempo real, o consumo de energia em ambiente doméstico, principalmente identificando situações em que há desperdício. Assim, sugerir maneiras de reduzir a conta de energia, principalmente em períodos de contenção de gastos.

**(Metodologia)** Através da observação em campo, os testes serão realizados pelo autor (discente) em ambiente residencial-urbano por três dias na cidade de Natal-RN, registrando as evidências por fotografias. Os componentes do protótipo para teste serão: uma placa Arduino Mega, um shield sensor de corrente, um shield Ethernet, um protoboard, um LCD 16x2, fios, resistências e um multímetro digital para certificar as medições. Quanto aos recursos de software, será feito o uso, em servidor nas nuvens, de aplicação para coleta e gerenciamento dos dados, além da IDE Arduino para escrita do código fonte. Com o protótipo instalado e configurado, serão realizadas leituras contínuas do fluxo de carga elétrica conduzido pelos fios. Os dados serão coletados e as informações como consumo total e valor atual a pagar serão apresentadas ao usuário final, além de sugestões para diminuir o desperdício de energia. Será possível determinar um valor limite, em reais, de consumo mensal recebendo notificações conforme o uso se aproxime do valor pré-estabelecido. Para isso, será utilizada a ferramenta Guardian Cloud para consultar a leitura do sensor e acionar as configurações conforme os valores medidos.

**(Resultados)** As medições indicam uma pequena diferença entre os valores do protótipo e do multímetro. Isso se deve às 1024 partes que formam o range 0 a 5 volts da entrada analógica do Arduino. Com esta alta sensibilidade, as variáveis externas interferem ainda mais. Por exemplo, uma sutil mudança de temperatura, leves vibrações do ambiente ou uma simples conexão defeituosa nos fios. Sem encarecer o produto final e preservando o custo-benefício, resolveu-se aprimorar o código para que, após um laço condicional de dez mil iterações, se obtivesse uma média aritmética do valor de leitura para que se aproximasse do valor real consumido.

**(Conclusão)** Alcançou-se o objetivo da pesquisa com a criação e validação em campo do pré-produto e, a partir dos resultados, comprovou-se sua viabilidade. Como o foco principal foi criar um protótipo de baixo custo para gerir o consumo de eletricidade, é importante realçar os limites do método empregado, a saber: utilização de medidor de corrente elétrica (Amperes) desconsiderando as variações normais de tensão (Volts) da rede elétrica; resistência (Ohms) de cada dispositivo e das emendas não mensuradas; flutuação do valor de temperatura ambiente; comprimento de onda e outros parâmetros elétricos mais avançados que podem ser explorados em futuros projetos. Sugere-se, portanto, novas pesquisas com as abordagens mencionadas, inclusive um protótipo que independa de conexão à web para monitorar o consumo de energia em ambientes off line (zona rural, por exemplo), mantendo-se sempre o custo reduzido.

**Palavras-Chave:** Consumo elétrico. Desperdício. Cloud computing. Internet das coisas. Sustentabilidade.

## TESTES DE SEGURANÇA EM LOJAS VIRTUAIS

### **Autor(es):**

*Raniere Moura de Oliveira : Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ytalo Rosendo do Amaral: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em um mundo onde as pessoas estão cada vez mais conectadas a rede mundial de computadores, novas formas de comércio eletrônico tem surgido e se propagado rapidamente. No Brasil, estima-se que as lojas virtuais atuam com uma proporção de 80% deste variado mercado digital. Mesmo com esta representação massiva e as inegáveis vantagens deste mercado, alguns problemas podem ocorrer durante as transações virtuais, como fraudes e vazamento de informações pessoais, o que acarreta em grande desconfiança de boa parte do crescente número de usuários da internet. Por este motivo, despertou-se o interesse em analisar a segurança das lojas virtuais que mais vendem no país, testando a vulnerabilidade de seus sistemas a fim de encontrar possíveis falhas que possam servir como aberturas para ataques de hackers.

**(Metodologia)** A análise classifica-se como exploratória e descritiva por atuar na avaliação da vulnerabilidade de sistema em lojas virtuais do mercado eletrônico brasileiro. Como instrumento de análise utilizou-se a ferramenta Vega Vulnerability Scanner 1.0 (ferramenta gratuita que atua na verificação de vulnerabilidades em sistemas web), agregada a abordagem de testes funcionais (também conhecida como técnica de testes caixa-preta). Foram avaliadas pela ferramenta Vega, as funcionalidades básicas das 4 (quatro) lojas virtuais eleitas em 2014 pela E-bit (empresa de referência no fornecimento de informações sobre e-commerce nacional) como sendo as melhores lojas do comércio eletrônico nacional, de acordo com as seguintes classificações: Top-diamante, Top-ouro, Top-prata e Top-bronze. As lojas testadas foram chamadas de Lojas A, B, C e D, na respectiva sequência anteriormente citada.

**(Resultados)** Os resultados obtidos estão classificados em três categorias de riscos de vulnerabilidade: HIGH (alto), MEDIUM (médio) e LOW (baixo). Ao todo foram detectados treze riscos nos quatro sistemas virtuais analisados, sendo nove HIGH, dois MEDIUM e dois LOW. A loja A apresentou-se com o menor índice de vulnerabilidades em seu sistema com apenas três riscos, enquanto a loja D mostrou-se mais propícia a ataques com um total de sete riscos. Pode-se observar também que há uma vulnerabilidade em comum a todas as lojas virtuais testadas e, dentre os riscos de maior relevância, apresentou-se o SQL Injection em uma das lojas.

**(Conclusão)** Com base nos resultados obtidos na análise de vulnerabilidade realizada com a ferramenta Vega Vulnerability Scanner 1.0, pode-se concluir que, embora os riscos detectados não afetem prioritariamente os clientes deste mercado eletrônico, alguns destes riscos podem interferir no desempenho dos sistemas. No entanto, os apontamentos não comprometem o processo de transação nas vendas pela internet, mas podem contribuir para que haja vazamento de informações pessoais em alguns casos.

**Palavras-Chave:** Ataques, funcionalidades, riscos, testes, vulnerabilidade.

## UM ESTUDO DE CASO: AUTOMAÇÃO RESIDENCIAL COM INTEGRAÇÃO DO ARDUINO E SO ANDROID

### **Autor(es):**

*Renan Anselmo Debruem: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

*Rildo Ribeiro da Silva: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

*Diogenes Denis da Silva: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

*Higo César Alves da Silva: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN*

*Gilles Veleneuve Trindade Silvano: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Arduino foi projetado com a finalidade de ser de fácil entendimento, programação e aplicação, além de ser multiplataforma, podendo ser configurado em ambientes de diferentes sistemas operacionais. A metodologia utilizada foi baseada numa abordagem teórica e experimental para analisar possíveis falhas no decorrer do projeto. Ao pesquisar, os materiais necessários para o desenvolvimento do trabalho são: Arduino, Ethernet Shield, rede com acesso à internet, protoboard, placa de relés, transistores, diodos e fios. O equipamento é uma plataforma de computação física são sistemas digitais ligados a sensores e atuadores, que permitem construir sistemas que percebam a realidade e respondem com ações física. Ele é baseado em uma placa microcontrolada, com acessos de Entrada/Saída(I/O), sobre a qual foram desenvolvidas bibliotecas com funções que simplificam a sua programação, por meio de uma sintaxe similar a linguagem C e C++.

**(Metodologia)** Para o desenvolvimento deste projeto foi criada uma maquete que representa uma casa real com os principais itens a serem controlados pelo smartphone com Android ou via web: lâmpadas, um termômetro, um sensor de luminosidade, sensor de temperatura/umidade, ventilação. A proposta é demonstrar a viabilidade de se controlar, remotamente. Para interação entre usuário e residência foi desenvolvida uma página em html, onde o usuário visualiza e controla de forma interativa a situação atual dos equipamentos. O Ethernet Shield permite que uma placa Arduino se conecte facilmente à internet. Ele baseia-se no chip. O W5100 Wiznet fornece uma rede IP (internet protocol) capaz de estabelecer conexões de entrada e saída. Ele suporta até quatro conexões de soquete simultâneas. Usa a biblioteca Ethernet padrão para compilar os códigos e conectar o Shield/Arduino à internet [ARDUINO, 2012]. A maioria dos equipamentos eletrodomésticos e eletroeletrônicos são alimentados à base de tensão alternada, normalmente 127 ou 220 Volts, entretanto os circuitos eletrônicos normalmente funcionam à base de tensão contínua. Para acionar cargas alternadas com os sinais de saída do Arduino que apresenta o padrão TTL (que são 5 volts contínuos), torna-se necessário utilizar uma interface de potência através de uma placa de relés. Os relés são componentes eletromecânicos capazes de controlar circuitos externos de grandes correntes (DC e AC) a partir de pequenas correntes ou tensões DC como, por exemplo, o padrão TTL, ou seja, acionando um relé com tensão contínua podemos controlar um motor que esteja ligado em 110 ou 220 volts alternados, por exemplo. O funcionamento dos relés é bem simples: quando uma corrente circula pela bobina, esta cria um campo magnético que atrai um ou uma série de contatos fechando ou abrindo circuitos. Ao cessar a corrente da bobina o campo magnético também cessa, fazendo com que os contatos voltem para a posição original.

**(Resultados)** Depois de decidido os hardwares a serem utilizados, iniciaram-se os estudos sobre os mesmos. Pequenos experimentos foram sendo realizados ao longo do tempo, onde foi possível testar as funcionalidades e o perfeito funcionamento dos hardwares. Foram realizados testes de desempenho de tempo no acionamento das lâmpadas, do sensor de temperatura, sensor de movimento e ventilação.

**(Conclusão)** O desenvolvimento desse projeto possibilitou alcançar os objetivos deste trabalho, mostrando também a importância da domótica numa residência, além de demonstrar que possível automatizar residências com projetos acessíveis utilizando soluções e tecnologias com padrões abertos.

**Palavras-Chave:** "Automação residencial", "Arduino", "Android", "ATmega2560".



## UMA NOVA ERA: A MOBILIDADE NO SETOR CORPORATIVO

### **Autor(es):**

*Alexandro Marcos Nasario do Nascimento: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Jessuir Cleydson Fernandes Bertoldo : Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Zacarias Monteiro Honório: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

*Emmerson Siqueira de Lima: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ytalo Rosendo do Amaral: Docente do UNI-RN*

*Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O que antes se conhecia como “tendência mundial”, passou a ser requisito para uma grande empresa, acirra a concorrência e aperfeiçoa o trabalho das equipes através do uso de Smartphone, tablets e outros. E isso instiga as empresas a desenvolverem soluções cada vez mais práticas, por isso vemos gigantes apresentando suas soluções, tais como: Microsoft, Intel, IBM, Apple, Google e outras. Assim sendo, temos como principal foco neste trabalho observar as tendências e as dificuldades desse mercado, que tanto desperta o interesse dessas companhias.

**(Metodologia)** Tomando como base os artigos (matérias, reportagens, entre outros) observados pelo grupo para a realização do trabalho, podemos dizer que é um ramo que está em constante (e rápido) avanço. O que há alguns anos era taxado como “mera” tendência, hoje se tornou uma grande vantagem sobre um concorrente que não faz uso de tais métodos, podendo ser decisivo para uma empresa. Mas engana-se quem pensa que somente empresas gigantes têm olhos para esse mercado, médias e pequenas empresas, até mesmo startups - como a Slack, que disponibiliza um app (de mesmo nome) que é uma espécie de “WhatsApp Corporativo”, que embora pareça desnecessário, conta com ferramentas desenvolvidas especialmente para auxiliar os profissionais, e seu idealizador (co-fundador do também bem-sucedido Flickr) vê sua receita crescer cerca de US\$ 1 milhão a cada 11 dias – também apresentam suas soluções para esse mercado, que só tende a crescer. Ou seja, não é apenas um ramo no qual somente empresas de tecnologia podem entrar, companhias podem surgir focadas neste mercado, que se mostra bem lucrativo (se seus serviços forem o que as empresas buscam e, principalmente, se o produto tiver qualidade – empresas não podem usar serviços que apresentam instabilidades).

**(Resultados)** Já foi-se o tempo em que negócios eram definidos e contratos eram assinados apenas em uma sala de reuniões. Hoje, graças à estas empresas desenvolvendo soluções cada vez mais práticas e à internet, esses processos tornaram-se muito mais fáceis, sendo possível até mesmo gerenciar e saber quase tudo que acontece em sua empresa apenas com um toque em seu dispositivo. Mas ainda existem algumas barreiras a serem quebradas: a vulnerabilidade que esse ambiente enfrenta e alguns colaboradores (mais velhos, ou apáticos à informática) das empresas que viriam a usar essas soluções, que simplesmente se “recusam” a usá-las (embora o último caso possa ser “burlado” pela empresa, que pode não aplicar essas soluções “em si mesma” para agilizar seus processos, mas pode desenvolver suas próprias aplicações para lidar com seus clientes (ou contratar uma empresa que o faça) – onde vemos que não só empresas de tecnologia ou novas empresas podem entrar nesse ramo, mas empresas que lidam diretamente com o consumidor final também podem se “aventurar” nessa tendência, como já vemos bancos, operadoras, lojas, sites e outros fazendo).

**(Conclusão)** Podemos concluir que a mobilidade no ramo corporativo é realmente algo promissor. Não só pelo fato de facilitar o serviço e instigar os colaboradores das empresas, mas também por facilitar o contato da empresa com seus consumidores. Assim, só cabem às próprias empresas melhorarem cada vez mais seus serviços, para que tenham um relacionamento mais aberto com seus clientes, e, assim, conquistarem a fidelidade dos mesmos. Mas, embora pareça fácil, existem “dificuldades” a serem vencidas por parte das empresas, que, para fornecerem estes serviços fazem uso da internet, que, por sua vez, é um ambiente altamente vulnerável em vários aspectos. Assim, as empresas têm que atentar não só para o fato de fazer uma ferramenta realmente útil, mas também para manter a segurança e a privacidade dos usuários (quer sejam trabalhadores da empresa ou clientes).

**Palavras-Chave:** Tendência, Empresas, Soluções, Métodos, Vulnerabilidade, Processos, Aplicações.

## USO DAS REDES SOCIAIS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

### **Autor(es):**

*Felipe Araújo de Lima: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Cliff Xavier de Castro: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Alan Franco Andrade: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Daniel André da Silva: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ytalo Rosendo do Amaral: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Um dos problemas mais encontrados nas escolas é o uso desregrado da internet, motivando a distração do discente. Tentando amenizar o problema, profissionais buscam formas virtuais de interagir com o aluno, com o objetivo de aproveitar o tempo passado nas redes em virtude de seu crescimento informativo. Porém, em muitos casos, as redes sociais são utilizadas de forma errônea, podendo inverter o real objetivo desse uso. Os artigos analisados apresentam formas variadas de utilizar os meios virtuais sem prejudicar o discente, alertando as limitações existentes nesse método.

**(Metodologia)** A metodologia empregada consiste na análise bibliográfica de artigos científicos relacionados ao uso das redes sociais no processo de ensino-aprendizagem, dando ênfase àqueles que apresentavam de maneira mais clara os prós e contras.

**(Resultados)** Os autores dos artigos analisados, entre eles: O impacto das redes sociais no processo de ensino e aprendizagem (ARAÚJO, Verônica Danieli de Lima), apresentam a importância da educação no processo de integração social e dos avanços tecnológicos nos últimos anos, relacionando-os, mostrando que é possível utilizar o meio virtual no processo de ensino-aprendizagem. Alertam sobre os limites que se deve ter ao utilizar tal metodologia na aprendizagem, tais como a exposição de informações pessoais tanto do educando quanto do educador, a falta de acessibilidade por parte da turma, a falta de acompanhamento do orientador, podendo assim, prejudicar na aprendizagem do aluno que publica informações errôneas e daqueles que tem acesso a essas informações. Foi apontado também os principais problemas que afetam o uso tecnológico na educação, citando: dificuldades técnicas, ansiedade de comunicação, excesso de informação na rede (infoglut), má administração do tempo, dificuldade na condução das atividades, desenvolvimento de competição, má comunicação, falta de planejamento, entre outros. Segundo o artigo "Sobre o uso das redes sociais do ambiente escolar" (CASTRO, Rodrigo Inacio de et al), os professores encontram dificuldade na administração do tempo, pois pode tornar, as atividades realizadas virtualmente, cansativas e provocar maior desinteresse do aluno em sua realização. O artigo "O uso de redes sociais no processo de ensino-aprendizagem" (CARITÁ, Edilson Carlos; PADOVAN, Victor de Toni; SANCHES, Leandro Manuel Pereira) faz a análise de três redes sociais - Facebook, Twitter e Orkut -, apontando a forma ideal para serem utilizadas na educação, por serem as mais influentes nos jovens no ano de sua publicação. Aline Regis Leka e Melanie Lerner Grinkraut enfatizam no artigo: "A utilização das redes sociais no ensino superior" o uso do Facebook no processo de ensino-aprendizagem, mostrando as principais características dessa rede social.

**(Conclusão)** Todos os autores analisados mostram a possibilidade, de forma positiva, da utilização das redes sociais na aprendizagem dos discentes, apresentando as mais utilizadas – facebook, twitter – a fim de ser mais específico ao expor a melhor forma de uso desses meios. O processo de ensino-aprendizagem pode ser realizado de diversas formas, entre elas com o uso das redes sociais que tem o propósito de facilitar a compreensão do aluno com imagens, por exemplo, de forma que os assuntos estudados no ambiente escolar seja levado para a realidade do estudante.

**Palavras-Chave:** Ensino-aprendizagem, redes sociais, professores e alunos

## USO DE TÉCNICAS DE GAMIFICAÇÃO APLICADAS AO ENSINO DA DISCIPLINA DE ALGORITMOS

### **Autor(es):**

*Rafael Oliveira Pierre: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Marcio Davi Martins Maciel: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Joseane Alves Pinheiro: Docente do UNI-RN*  
*Patrick Cesar Alves Terrematte Santos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A disciplina de algoritmos é considerada a base para o ensino de programação nos cursos voltados para a área da Informação. Ela aborda os princípios da lógica de programação com o objetivo de desenvolver a capacidade de análise e resolução de problemas dos alunos através da descrição dos mesmos na forma de algoritmos. Por este motivo a disciplina também é lecionada, embora com menos enfoque, nos cursos da área de Ciências Exatas. Porém existe um grande número de evasão, reprovação e desmotivação, dos alunos em relação a matéria. Algumas das justificativas para essa desmotivação são o despreparo dos alunos em relação a disciplina e dificuldade de adaptação dos mesmos a desenvolverem o raciocínio lógico necessário para esta.

**(Metodologia)** O trabalho começou pelo estudo bibliográfico sobre o ensino de algoritmos, técnicas de gamificação e a aplicação delas em um ambiente educacional. O estudo visava obter informações sobre como o problema é abordado e algumas estratégias de como o problema tem sido resolvido. Por fim, aplicamos esses conhecimentos para elaborar um modelo de nossa ferramenta.

**(Resultados)** Espera-se produzir um modelo da ferramenta/framework e seu protótipo. A proposta é usar conceitos de Gamificação, que são conceitos trazidos dos jogos, para motivar os alunos, fazendo com que eles tenham um contato com o computador o mais cedo possível, através da possibilidade de verificação do funcionamento do algoritmo de forma imediata. Inicialmente, pretende-se a criação de um modelo que cobrirá tópicos como variáveis e seus tipos, estruturas de controle e de repetição, e entrada e saída de dados, podendo ser expandida para englobar outros temas. Essa ferramenta irá utilizar a linguagem de português estruturado. As linguagens utilizadas inicialmente, para a construção da ferramenta, serão a UML para modelagem do domínio, HTML5, CSS como front-end web e JavaScript com jQuery como back-end. Será usado ainda uma conexão a um banco de dados PostgreSQL. As escolhas foram feita de forma a manter aberta a possibilidade do uso de novas tecnologias e ferramentas de apoio ao desenvolvimento, como o AngularJS.

**(Conclusão)** A ferramenta a ser desenvolvida busca aplicar técnicas de gamificação ao ensino de algoritmos, como a utilização das noções de personagens, roteiro, objetivos e recompensas, quadros de pontuações, competição e cooperação além de amostras de resultados imediatos, para atrair alunos e aumentar a motivação e grau de aprendizado relacionado à disciplina de algoritmos I. Consequentemente, esta ferramenta poderá diminuir as taxas de evasão e trancamento da disciplina, de preferência mantendo a possibilidade de expansão para englobar outros temas de disciplinas subsequentes, como algoritmos II e III.

**Palavras-Chave:** gamificação, ensino, algoritmos

## WINDOWS E LINUX

### **Autor(es):**

*Augusto César Bezerra da Silva: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*  
*Guttembergue Dutra de Freitas : Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*  
*Wesley Garcia Cardoso : Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*  
*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Hoje no mercado existem vários tipos de sistemas operacionais, especificamente iremos falar sobre o Windows e o Linux, ambos com suas características diferentes, Linux por ser um software livre imagina-se que seja mais usado, e o Windows por ser um software pago propõe-se que seja que seja o menos usado certo. Mas não, por mais que o Linux seja um software livre ele não é mais utilizado do que o Windows.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, coleta de dados e de artigos publicados na internet, tendo como base, dados, porcentagem de usabilidade e fundamentos do uso dos sistemas operacionais.

**(Resultados)** Os fatos históricos que levam o Linux a ser menos utilizado, e que logo no seu início era tudo muito difícil de se fazer nele até mesmo a instalação, pois o mesmo ainda não possuía uma interface gráfica que agradasse ao primeiro olhar, e também não possuía suporte ao usuário como no Windows pois já que ele é um sistema de código aberto, e qualquer um poderia modifica-lo, mas isso era bem nos primórdios de Linux hoje em dia está tudo mais fácil com interface gráfica, e bem mais fácil de se utilizar, mas ainda hoje há pessoas que pensam que o Linux é aquela telinha preta cheia de letras, atualmente o Linux é bem completo e muito bem conhecido por sua segurança e possui uma grande comunidade de suporte ativa, de acordo com dados globais e o site Stat Counter ferramenta de análise, o Linux é instalado em bem menos máquinas o que torna-o menos visado pelos criadores de vírus. O Windows se popularizou a partir da sua “primeira versão” mais popular, o Windows 95 que possuía uma interface gráfica amigável ao olhar, foi um SO realmente feito para que os usuários tivessem muita facilidade ao usar o SO, possui várias telas de ajuda caso o utilizador se perdesse em alguma tarefa, e também possui alta compatibilidade com softwares, dessa forma foi atraindo cada vez mais o público com suas outras versões. Uma das suas grandes desvantagens é a segurança, pois o sistema é muito vulnerável a brechas, pois como é bastante utilizado pela maioria das pessoas ao redor do mundo, as pessoas mal-intencionadas começaram a trabalhar exclusivamente no Windows deixando de lado outros sistemas operacionais, e o Windows não disponibiliza seu código fonte, já que é um sistema pago.

**(Conclusão)** Sendo assim, concluímos que não há sistema melhor que o outro, ambos os sistemas, tem suas vantagens e desvantagens, fazendo com que a escolha do SO seja feita de acordo com o perfil do usuário ou a aplicação para que ele será usado.

**Palavras-Chave:** Windows linux, sistemas operacionais .

*15ª edição do*  
**CONIC**  
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL



**CSET6 - Serviço Social**

## A CONSTRUÇÃO ÉTICA DA PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL

### **Autor(es):**

*Susana Lais Medeiros da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Marina Inaee da Cruz Bezerra: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Larissa Mercia Feitosa de Carvalho: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Marília Pereira Gomes Bezerra: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O primeiro código de ética da profissão de assistente social foi elaborado em 1947, aprovado em 1948 e revisado em 1965. Uma nova reformulação foi efetuada, dez anos depois, em 1975. Todas essas versões do código, tem simultaneamente influências tanto do neotomismo quanto do funcionalismo, mesmo havendo algumas posições antagônicas entre elas. Já o código de 1986 foi elaborado com um compromisso com as lutas e um interesse nas classes trabalhadoras. Constataram-se avanços, também na visão do assistente social como mero executor das políticas sociais, estabelecendo a participação de este nos espaços de decisão dos programas institucionais. O código de 1993, manteve as conquistas do anterior, trouxe uma normatização do exercício profissional. Se os atos éticos estão atravessados pelas diversas visões de mundo dos indivíduos, é certo, então, que diferentes concepções de ética se encontram presentes ao longo do processo histórico de institucionalização das profissões. A ética oferece princípios que norteiam o agir humano, observando o ser livre e a vontade do indivíduo e dos grupos, pois não existe uma ética única universal e absoluta válida para todos. O objetivo deste trabalho foi apresentar a construção do código de ética do Serviço Social.

**(Metodologia)** Realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre a temática a partir de livros específicos da área do serviço social e do Código de Ética. Por se tratar de uma construção histórica com repercussões na profissão não houve limitação do espaço temporal das publicações.

**(Resultados)** A pesquisa bibliográfica mostrou que diferentes concepções de ética se encontram presentes ao longo do processo histórico de institucionalização da profissão e aparecem ao longo de sua trajetória desde seu surgimento até a atualidade. No Serviço Social, esse código tem servido ora como instrumento, para uma ação moralizadora, restaurada e integrada, ora para sustentação de uma prática profissional crítica. Apresenta onze princípios, a seguir elencados de acordo com a Resolução CFESS 594 de 21 de janeiro de 2011. São os seguintes: Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes; Defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; Ampliação e consolidação da cidadania com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

**(Conclusão)** Conclui-se que o Serviço Social tem um Código de Ética, que firma um compromisso com a classe trabalhadora e coloca a ética e os valores como resultantes da atividade no processo do trabalho.

**Palavras-Chave:** Ética, Código de Ética, Serviço Social, Assistente Social

## **A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.**

### **Autor(es):**

*Danielle Moreira de Oliveira: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Márcia Martins de Oliveira: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Thais Anyele Andrade de Oliveira: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Débora Suellen Teixeira de Paiva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Francisca Edileuma Maia de Medeiros: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rachel Ribeiro Resende dos Santos Melo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este trabalho tem por objetivo mostrar a importância de debater a questão do meio ambiente junto as comunidades e a contribuição do Serviço Social para o desenvolvimento sustentável no âmbito das questões sociais, bem como, promover discussão a respeito do meio ambiente como fator de desenvolvimento socioeconômico, envolvendo Assistentes Sociais e estudantes em parceria com outros profissionais das diversas áreas, despertar na população o interesse pelo tema a partir da necessidade de interação entre equilíbrio e meio ambiente para a sobrevivência e adaptação da espécie humana dentre outras existentes no planeta, tornar evidente a importância de preservar os recursos naturais para manter os ecossistemas em equilíbrio como garantia de equidade sociopolítica, econômica e cultural da sociedade, ao mesmo tempo respeitar as demais espécies seguindo princípios de sustentabilidade.

**(Metodologia)** O trabalho foi realizado através de pesquisas bibliográfica e documental, como base de dados fundamentais para a construção do mesmo, utilizando-se da ferramenta da internet para a busca de conceitos e definições confiáveis, por meio de análise de publicações de artigos e do livro “Serviço Social e Meio Ambiente”.

**(Resultados)** Espera-se com a proposta deste trabalho, divulgar o assunto, tornando-o mais conhecido por estudantes e profissionais das diversas áreas, principalmente do serviço social, reconhecer o tema como fator indispensável no debate com a população para que a mesma possa agregar tais conhecimentos aos hábitos e costumes, valorizando a cultura local como ferramenta de identificação para problemas socioambientais, mas, acima de tudo demonstrar a importância de respeitar o meio ambiente, preservá-lo para garantir a sobrevivência de todos os seres existentes no planeta, bem como, identificá-lo como problema e responsabilidade de todos no que se refere aos cuidados de sua preservação, despertar nos leitores uma consciência ambiental construindo e reconstruindo conceitos de sustentabilidade, respeitando as diversidades, envolvendo práticas diárias de preservação ao meio ambiente.

**(Conclusão)** Pode-se concluir com esse trabalho, que o mesmo apresenta um debate relevante para o Serviço Social, sua abordagem representa informações necessárias para profissionais e estudantes das diversas áreas, no entanto torna-se indispensável para os Assistentes Sociais, uma vez que esses profissionais lidam diretamente com a questão social, a qual não pode ser desmembrada de fatores ambientais, por essa razão é um tema que além de contribuir com o trabalho desses profissionais junto a população, deve-se levar em conta sua importância para a humanidade, como também promover uma consciência socioambiental que garanta o respeito a diversidade das diversas espécies, culturas e particularidades de cada ser existente no universo, com a perspectiva de promover uma educação ambiental.

**Palavras-Chave:** meio ambiente, desenvolvimento sustentável, serviço social.

## A DEFESA DOS DIREITOS DAS ALUNAS GESTANTES

### **Autor(es):**

*Janaína Martins da Silva Guimarães: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Letice Epifanio Bezerra Neta: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Maria Juscimary Silva dos Santos: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Isabele Soares Rodrigues: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Maria Lidiane Alves da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rachel Ribeiro Resende dos Santos Melo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A decisão de ter um filho é bastante séria, e quando uma mulher ainda está estudando, a tarefa de ser mãe exige muito mais, porque além de se dedicar ao filho ela terá que conciliar o tempo de estudo. Mas, quando uma pessoa está grávida e ao mesmo tempo em um processo educativo, por exemplo, ela tem o direito de receber um acompanhamento especial. A ideia é que ela possa acompanhar os conteúdos dados em sala de aula, sem prejudicar o período de gestação e de estudo. Poucas universidades conhecem e cumprem a legislação sobre os direitos das estudantes que se tornam mães. A lei, de número 6.202, existe há 35 anos, desde 1975. O Decreto de Lei número 1.044, de 21 de outubro de 1969, garante à estudante grávida, a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses, uma assistência de exercícios domiciliares. E ainda, em casos excepcionais, através de comprovação médica, o período pode ser aumentado, antes e após o parto. Entretanto, isso não é o que ocorre no dia a dia. Mesmo as maiores instituições de ensino do Brasil ignoram a lei. Existem diversos exemplos de alunas que procuram as secretarias de suas instituições, em busca de seus direitos, e recebem a notícia, errônea, de que não existe nenhuma lei que acoberte e entenda suas necessidades de grávida.

**(Metodologia)** Foi feita uma pesquisa bibliográfica visando encontrar casos de gestantes que não tiveram seus direitos garantidos, e por consequência a procura de leis que garantissem seus direitos. A observação empírica foi de fundamental importância para a elaboração da pesquisa. Os casos cotidianos de colegas gestantes, em sala de aula, que tinham seus direitos violados acarretaram uma discussão em grupo, que visava uma forma de implementação ao acesso e garantia a Lei N° 6.202 de 17 de abril de 1975. O acesso a Lei N° 6.202 e ao Decreto-lei n° 1.044 trouxe a garantia aos direitos das gestantes dentro das instituições educativas.

**(Resultados)** Sendo assim, nossa pesquisa trouxe como resultado, a necessidade posta aos assistentes sociais de servir como vetor de defesa dos direitos com a função de garantir e orientar sobre os mesmos, enquanto cidadãos da população usuária dos serviços desenvolvidos pela Instituição; Propor e administrar benefícios sociais no âmbito da comunidade universitária e da população usuária dos serviços da mesma; Defender os direitos formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno dos direitos.

**(Conclusão)** Acreditamos, que a conscientização dos coordenadores e do corpo docente das universidades e escolas é de fundamental importância para garantir e principalmente respeitar as condições e os direitos das mães gestantes. Reforçando nessa proposição o papel intrínseco do Serviço Social, nas instituições de ensino enquanto fator de protagonismo social e garantia de direitos. Destaca-se como obrigação do estado e da Universidade assegurar a criança e a gestante, como absoluta prioridade: o direito a vida, saúde e educação. Mostrando os direitos esquecidos pela sociedade. O direito em questão, foi desenvolvido nas universidades em função de sua demanda, com o objetivo de promover o processo de inserção social das gestantes sob a perspectiva de proteção social.

**Palavras-Chave:** Gestantes. Direitos. Instituições educativas. Serviço Social.



## **A NECESSIDADE DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO MEIO AMBIENTE**

### **Autor(es):**

*Thais Anyele Andrade de Oliveira: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Francisca Edileuma Maia de Medeiros: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rachel Ribeiro Resende dos Santos Melo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A problemática ambiental ligada ao atual modelo econômico demonstra a necessidade de uma profunda revisão. Este trabalho tem o objetivo de abordar a contribuição do Assistente Social no desafio da sustentabilidade, na proposta de um compromisso maior com os valores de comportamentos mais sustentáveis. Para alcançar o avanço faz-se necessário uma reflexão e mudança no estilo de vida individual e coletivo, no consumo, na saúde, no civismo e na igualdade. Trata-se de uma mudança coletiva na cultura que abrange a forma de pensar, sentir e agir e na forma de relacionamento do homem com a natureza e com si mesmo. De forma que haja uma superação da concepção do homem frente à natureza, da visão reducionista do mundo e da vida que leva o indivíduo a pensar que seus atos não têm conexão com os problemas globais. Tal visão influenciada pelo individualismo e que leva a uma ética não solidária com as pessoas, com os demais seres vivos e com a natureza.

**(Metodologia)** Para a realização deste trabalho foi feita a pesquisa bibliográfica fundamentada na obra Serviço Social e Meio Ambiente dos autores J. Andrés Domínguez Gómez, Octavio Vázquez Aguado e Alejandro Gaona Pérez (2011), que foi a base de informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho.

**(Resultados)** Espera-se com este trabalho promover a responsabilidade na utilização, individual e coletiva dos meios, para a garantia de sobrevivência sem colocar em risco o equilíbrio ambiental, colocando a educação como um dos eixos para a construção de um modelo sustentável na sociedade. Também pretende-se tornar compreensível a complexidade da relação dos aspectos sociais, econômicos e ecológicos da realidade, além de outros princípios a serem considerados, de reflexão, análise da realidade, integração no processo educativo da tripla perspectiva resumida em conhecer, sentir e fazer. E por fim propor um avanço em coerência ecológica de intervenção para que se alcance a sustentabilidade, e dá continuidade ao processo educativo ambiental, empreendendo propostas concretas para favorecer as mudanças de hábitos.

**(Conclusão)** Conclui-se que para alcançar a mudança proposta, é necessário absorver e desenvolver os valores constituintes da Carta da Terra, valores estes que constatarem respeito, consciência de valor, compromissos e responsabilidades com o meio ambiente, além de cooperação, solidariedade, justiça e equidade, a precaução, a paz e a segurança, relacionados ao comportamento com a natureza e a sustentabilidade. De modo que em todo o processo de mudança o indivíduo se situe como um agente ativo de sensibilização visto como um educador e ao mesmo tempo educando.

**Palavras-Chave:** Assistente Social, Sustentabilidade, Meio Ambiente, Equilíbrio.

## A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: SOLUÇÃO OU AGRAVAMENTO DO PROBLEMA?

### **Autor(es):**

*Carla Priscila Lopes Segundo: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Cintia Maria de Lima Maciel Silva : Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*  
*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** “Se não vejo na criança, uma criança, é porque alguém a violentou antes; e o que vejo é o que sobrou de tudo o que lhe foi tirado. (Herbert de Souza-Betinho, 1997, s.p.)”. Entre os debates mais intensos que permeiam a sociedade atual, uma questão que não pode ser colocada em segundo plano certamente é sobre a redução da maioridade penal, existem pessoas que são a favor da redução e pessoas que são contra. Entretanto, os problemas vivenciados atualmente no sistema prisional de crianças e adolescentes vão muito além de sua deficiência organizacional, estrutural e administrativa. Pois, a violência gera mais violência, e quando a criança e adolescente que infringem a lei, não são mortos dentro da própria cadeia, morrem na rua quando ganham a tão sonhada "liberdade", todavia, para a sociedade isso se torna um alívio ou causa a sensação de estar "livre" de um "marginal". Outro fator relevante está ligado ao papel do Estado frente a essa realidade, deixando uma escassez na distribuição de renda e de políticas sociais, gerando assim, falta de emprego, educação, saúde e moradia. São cenas conflitantes que mostram que por falta de oportunidades, os jovens trocam um futuro promissor pela criminalidade.

**(Metodologia)** O presente estudo visa trazer um recorte acerca da discussão da redução da maioridade penal e para tanto utilizou-se como metodologia a pesquisa documental com dados qualitativos, mostrando assim, a realidade vivenciada acerca dessa problemática que permeia a nossa sociedade nos dias atuais.

**(Resultados)** De acordo com o resultado da pesquisa constatamos que as pessoas clamam por redução da maioridade penal, porém precisamos sim, rever nossas prioridades e valores e não esquecer que temos responsabilidade como cidadãos de uma sociedade, não pode ser transferida para o Estado. Desse modo, reduzir a maioridade penal é tratar o efeito e não a causa, é encarcerar mais cedo à população pobre e jovem, apostando que ela não tem outro destino, ou outra possibilidade. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) propõe a responsabilização do adolescente que comete ato infracional com aplicação de seis medidas socioeducativas. O ECA não propõe impunidade. Pois, a violência não será solucionada a partir de punição e sim a partir de políticas públicas de qualidade para reinserção desses adolescentes no convívio coletivo.

**(Conclusão)** Contudo, não são a partir de punições que serão solucionados os problemas recorrentes com a criança e adolescente que infringem a lei, e como afirmamos anteriormente a violência gera mais violência, por isso, o adequado é agir a partir de medidas e políticas públicas aplicadas adequadamente. Pois, uma das causas da violência está na imensa desigualdade social em que insere esses sujeitos, como uma forma de resposta a desestruturação familiar e a exclusão social. Dessa forma, constata-se através desse estudo que o caminho para efetivação dos direitos da criança e adolescente se dará através de políticas públicas que ofereçam condições de desenvolver o protagonismo social.

**Palavras-Chave:** Redução da maioridade penal; ECA; Políticas Públicas.

## AFASTAMENTO DO TRABALHADOR POR PROBLEMAS DE SAÚDE

### **Autor(es):**

*Alexander Freire da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Lorena Priscila Nunes de Souza: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Ruan Deibel Xavier da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Sheyla do Amor Divino Claudino: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Delva Gley Brandão de Andrade: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Esta pesquisa visa analisar, como funciona o afastamento por problemas de saúde e as documentações necessárias para que o usuário tenha acesso ao benefício. O afastamento, normalmente, ocorre devido a um problema de saúde que tenha afetado as condições físicas do trabalhador e que de certa forma o impossibilite de realizar suas funções normais no emprego. Na comprovação através de exames e laudos médicos que não está em condições de trabalhar, o governo disponibiliza um valor mensal para compensar a falta do salário, que muitas vezes sustenta mais de uma pessoa. O requerimento de auxílio-doença pode ser realizado pelo site da Agência Eletrônica da Previdência Social, pelo telefone 135, de segunda à sábado, das 7h às 22h, horário de Brasília, ou nos postos do INSS. O primeiro passo é agendar uma perícia médica. Todo cidadão que sempre trabalhou em regime de (CLT) Consolidação das Leis do Trabalho e apresenta problemas de saúde que o impedem de exercer sua profissão. É preciso ter em mãos a carteira de trabalho assinada pelo empregador com data de admissão, cargo e valor do salário. Para fazer a solicitação, alguns requisitos são essenciais. Entre eles, é necessário ter contribuído com o INSS no período mínimo de dois anos, se o pedido for referente à saúde. Em caso de acidentes de trabalho, não existe um período mínimo para o início do recebimento do benefício. Quando o trabalhador necessitar de uma aposentadoria por invalidez, terá de passar exames e avaliações feitas por médicos especialistas do INSS, que irão verificar se é realmente necessária a aposentadoria ou apenas um tratamento temporário. Caso o trabalhador consiga a aprovação de sua aposentadoria devido a impossibilidades físicas, terá que se submeter a exames a cada dois anos, iniciando a contagem a partir do momento em que ele se aposentar. Isso serve para que a conferência sobre a condição do trabalhador seja feita. Caso seja concluído que ele ainda não pode trabalhar, continuará recebendo o valor devido pelo governo. Caso o empregado se ausente de uma dessas avaliações, o benefício é interrompido. Para pessoas incapazes de se locomover, médicos do INSS atendem no domicílio.

**(Metodologia)** A pesquisa bibliográfica é de natureza qualitativa, onde estaremos apresentando a qualidade do trabalho da previdência mediante resultados com relação ao afastamento do trabalho por problema de saúde dos trabalhadores. Com a pesquisa bibliográfica feita no site da previdência possibilita a mais informações minuciosas de forma clara e direta.

**(Resultados)** Este benefício terá novas regras a partir de março de 2015. Isso porque o Governo Federal publicou no último dia 30 de dezembro de 2014, em edição extraordinária do Diário Oficial da União, as Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665, que alteram as regras da concessão de benefícios previdenciários e trabalhistas. Na visão dos especialistas em Direito Previdenciário, a alteração mais relevante, que deve gerar mais despesas para os empregadores, está vinculada ao prazo de afastamento. Agora, para que o afastamento do trabalho gere um auxílio-doença pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o trabalhador terá que ficar incapacitado por mais de 30 dias. Os trabalhadores com carteira assinada agora terão os primeiros 30 dias de afastamento bancados pela empresa. O INSS pagará o auxílio a partir do 31º dia de afastamento do trabalho. Para os demais segurados, inclusive os domésticos, a Previdência Social pagará o auxílio desde o início da incapacidade e enquanto a mesma permanecer.

**(Conclusão)** Esta pesquisa abrirá novas visões sobre o afastamento por problemas de saúde dos trabalhadores, e orientações sobre as novas regras e medidas provisórias tomadas pelo Governo Federal Público.

**Palavras-Chave:** Afastamento, auxílio a doença, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

## ALCOOLISMO: O CASO DAS ESTUDANTES DA ÁREA DA SAÚDE

### **Autor(es):**

*Igor Victor Feliciano da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O álcool se constitui na principal substância de abuso experimentada, mundialmente, pela maioria das pessoas e em uso cotidiano, durante grande parte da vida, por uma porcentagem considerável de indivíduos. Assim, dados de comparações entre taxas de consumo de álcool ao longo da vida, em diferentes grupos etários, sexo e regiões ou países, confirmam um aumento do seu consumo por parte das mulheres, o que é corroborado em outros estudos desenvolvidos em nível local e internacional e é entendido como o vício de ingestão excessiva e regular de bebidas alcoólicas e todas as consequências decorrentes. Mostram a relevância do tema em questão e a necessidade de realização de estudos voltados ao levantamento, à prevenção, ao tratamento e à redução dos danos a que estão expostas as usuárias de álcool. Identificar o uso de álcool por mulheres que frequentam cursos na área da saúde de uma Instituição de ensino superior de Natal do Rio Grande do Norte e conhecer a frequência do consumo de álcool por mulheres estudantes da área da saúde, constituem os objetivos desse trabalho.

**(Metodologia)** Trata-se de um estudo Transversal de abordagem quantitativa que será realizado em cerca de 60 estudantes de uma IES. O instrumento de coleta de dados será o questionário AUDIT por se constituir um método sistemático, objetivo e rigoroso para identificar o uso problemático do álcool. O projeto de pesquisa já foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) atendendo à Resolução 466/12 do CNS. A aplicação dos questionários será iniciada após sua aprovação. Os critérios de inclusão serão: ser aluna regularmente matriculada em um dos Cursos da área da saúde e assinar o TCLE. Serão excluídas as pessoas que mesmo matriculadas não sejam alunos regulares da IES ou que cursem pós-graduação ou outros cursos que não sejam da área da saúde.

**(Resultados)** Os resultados encontrados na literatura sobre o tema mostram os malefícios do álcool no organismo feminino, sendo responsável, além de diversas doenças, por grande parte dos atos de violência e dos acidentes dos mais variados, desde trânsito até de trabalho. Apesar das suas consequências desastrosas, o ato de beber é considerado parte fundamental do convívio social, dificultando as campanhas de conscientização. Apesar de ainda haver escassez de estudos que evidenciem que as mulheres sejam mais vulneráveis aos malefícios causados pelo álcool, esta é uma importante questão de saúde pública, pois além do uso de álcool entre as mulheres estar aumentando crescentemente este pode ter graves consequências à saúde das mães e à dos recém-nascidos.

**(Conclusão)** Conclui-se pela relevância do tema em questão e a necessidade de realização de estudos voltados ao levantamento, à prevenção, ao tratamento e à redução dos danos no sentido de prevenir morbidades e comorbidades, para que aja uma redução nos índices que são repassados para a população.

**Palavras-Chave:** álcool, alcoolismo em mulheres, estudantes da área da saúde

## **ALIENAÇÃO PARENTAL E SUAS CONSEQUÊNCIAS – UM NOVO E COMPLEXO CAMPO DE ATUAÇÃO PARA O SERVIÇO SOCIAL**

### **Autor(es):**

*Ruan Deibel Xavier da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN  
Delva Gley Brandão de Andrade: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rachel Ribeiro Resende dos Santos Melo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Em nosso tempo contemporâneo, temos vivenciado um número cada vez maior de separações, por diversos aspectos: seja por uma facilidade maior do processo do divórcio, ou simplesmente, porque os objetivos do casal, nos dias de hoje mudaram de rumo, pois busca-se a saciedade de sentimentos e não mais a ideia dos anos passados de construção de uma família “solida”, em que o conjunto da família estava em primeiro lugar e sobrepunha-se a sentimentos, interesses pessoais, etc. Grande parte das separações produz efeitos traumáticos que vêm, acompanhados dos sentimentos de abandono, rejeição e traição. E esses sentimentos não acompanharam a “evolução” do processo simplificado do divórcio.

**(Metodologia)** Alienação Parental é um acontecimento frequente na sociedade, que é caracterizada por um grande número de separações, divórcios e acordos judiciais. A Síndrome de Alienação Parental foi definida pela primeira vez nos Estados Unidos, despertando um grande interesse entre a Psicologia e o Direito. A partir daí, houve a necessidade da Psicologia e do Direito de trabalharem juntos para haver uma melhor compreensão dos fenômenos emocionais, que são causados pelo processo de separação e divórcio. Percebe-se que em muitos casos há o desejo de vingança, que tem levado ao crescimento assustador da denúncia de práticas agressivas, incestuosas, etc. Guerra (2005) destaca que há algo que precede a discussão do instrumental para o agir profissional. Trata-se da instrumentalidade, pois além do sentido operacional (o que faz, como faz), também precisa-se entender “para que” (para quem, onde e quando fazer), e também analisar as consequências que as ações produzem. Assim, há de se ter o domínio dos instrumentos e técnicas, conhecer o objeto e as possíveis respostas.

**(Resultados)** A Lei de Alienação Parental, Lei Nº. 12.318, de Agosto de 2010, nasce com o objetivo geral e principal de conferir maiores poderes aos juízes, a proteger os direitos individuais da criança e do adolescente envolvida, sendo vítima de abuso emocional pelos seus genitores. Em caso de haver a constatação de alienação, o juiz poderá então executar o processo, dando ao tramite prioridade. Determinando medidas para a prevenção da integridade psicológica da criança, o que a partir daí, o juiz determina a elaboração com urgência do laudo do perito judicial ou de uma equipe multidisciplinar que constate a alienação parental.

**(Conclusão)** A alienação parental é tida como um descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes do dever de tutela ou guarda. Logo, havendo indícios de sua prática, está prevista a realização de processo autônomo, com tramitação prioritária e a realização de perícia psicológica e social, cabendo ao juiz determinar medidas provisórias necessárias para a preservação da integridade psicológica da criança ou adolescente. Seguindo essa orientação, o Assistente Social utiliza-se do instrumental que são próprios de seu exercício profissional na busca de uma visão mais justa e atualizada com as complexidades que se desenrolam no mundo contemporâneo.

**Palavras-Chave:** Alienação parental, Síndrome de alienação parental, A lei de nº 12.318, Serviço Social

## AS NOVAS REGRAS DA APOSENTADORIA: BENEFÍCIOS E IMPLICAÇÕES PARA OS TRABALHADORES

### **Autor(es):**

*Alexander Freire da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Indira de Jesus Lopes: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A nova regra de cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição foi estabelecida pela Medida Provisória nº 676, publicada no Diário Oficial da União. Agora, o cálculo levará em consideração o número de pontos alcançados somando a idade e o tempo de contribuição do segurado, a chamada Regra 85/95 Progressiva. Alcançados os pontos necessários, será possível receber o benefício integral, sem aplicar o fator previdenciário. A progressividade ajusta os pontos necessários para obter a aposentadoria de acordo com a expectativa de sobrevida dos brasileiros. Até dezembro 2016, para se aposentar por tempo de contribuição, sem incidência do fator, o segurado terá de somar 85 pontos, se mulher, e 95 pontos, se homem. A partir de 2017, para afastar o uso do fator previdenciário, a soma da idade e do tempo de contribuição terá de ser 86, se mulher, e 96, se homem. A MP limita esse escalonamento até 2022, quando a soma para as mulheres deverá ser de 90 pontos e para os homens, 100. 85 e 95 é o número de pontos que se deve atingir para se aposentar integralmente. O número de pontos é um cálculo que leva em consideração a idade da pessoa mais o tempo de contribuição do INSS. Esses números serão gradualmente aumentados até 2022, quando chegarão a 90 pontos para mulheres e 100 para homens.

**(Metodologia)** A Metodologia na qual está sustentada essa pesquisa é de base qualitativa, tendo como objetivo o estudo acerca dos possíveis benefícios que o novo cálculo da aposentadoria pode trazer a todos os que desejam uma aposentadoria de forma menos burocrática. Esta fase da pesquisa caracteriza-se pela pesquisa bibliográfica, visto que utilizamos como fonte de dados as diferentes revistas da área, artigos e noticiários que versam sobre o assunto. Pois segundo Gil (2008), "a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituídos principalmente de livros e artigos científicos. Não recomenda-se trabalhos oriundos da internet".

**(Resultados)** O novo cálculo vai permitir aos segurados se aposentarem com o benefício integral, sem aplicação do fator previdenciário, a regra 85/95 não mudou nada para as aposentadorias por idade. A aposentadoria por idade, que no Brasil para o homem é aos 65 anos e para a mulher, aos 60, não é afetada por nenhuma regra de redução ou de cálculo. A regra de cálculo dessa aposentadoria por idade é 70% do salário benefício, mais 11% por ano de contribuição. O fator e a regra 85/95 só alcançam os trabalhadores que se aposentam por tempo de contribuição.

**(Conclusão)** A necessidade de mudança das regras é um movimento que ocorre em todo o mundo, por causa do aumento da expectativa de vida das pessoas. A medida provisória 676, prevê que haja uma progressividade nessa regra de pontos, para trazer certo equilíbrio para a previdência social. Representa uma oportunidade que o Brasil encontrou de ajustar a legislação e manter a sustentabilidade da Previdência.

**Palavras-Chave:** Aposentadoria, novas regras, Previdência

**AUXÍLIO-RECLUSÃO, SALÁRIO-FAMÍLIA E SEGURO DESEMPREGO SERVIÇOS OFERECIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL.**

**Autor(es):**

*Iasmim Jamily Marreiro da Silva : Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Ysabelle de Castro Nóbrega: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Maria Alcione Cordeiro: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Jaqueline Jokafía Bezerra: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Fabiana Lucia da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Dentro os benefícios oferecidos pela previdência social, destacaremos três dos seus outros serviços: O auxílio-reclusão; salário-família e o seguro desemprego. Sendo, pois o objetivo deste trabalho esclarecer quanto aos tipos de serviços disponíveis aos contribuintes e quem tem acesso a tais benefícios.

**(Metodologia)** É uma pesquisa documental, baseada na legislação e material de divulgação da Previdência Social e Caixa Econômica Federal.

**(Resultados)** O auxílio-reclusão é um benefício devido aos dependentes do cidadão em regime fechado ou semiaberto, desde que ele não receba salário de empresa nem benefício pelo INSS. Para que os dependentes tenham direito, é necessário que o último salário recebido pelo cidadão esteja dentro do limite previsto pela legislação (atualmente, R\$ 1,089,72). Quem pode receber: Para cônjuge ou companheira: comprovar casamento ou união estável na data em que o segurado foi preso. Para filho, pessoa a ele equiparada ou irmão (desde que comprove a dependência), de ambos os sexos: possuir menos de 21 anos de idade, salvo se for inválido ou com deficiência. Tendo pois, sua duração variável conforme a idade e o tipo de beneficiário. Além disso, caso o segurado seja posto em liberdade, fuja da prisão ou passe a cumprir pena em regime aberto, o benefício é encerrado. O salário-família é um valor pago ao empregado e ao trabalhador avulso, de acordo com o número de filhos ou equiparados que possua. Filhos maiores de quatorze anos não têm direito, exceto no caso dos inválidos (para quem não há limite de idade). O empregado deve requerer o salário-família diretamente ao empregador. Já o trabalhador avulso deve requerer o benefício ao sindicato ou órgão gestor de mão de obra ao qual está vinculado. Casos estes trabalhadores estejam recebendo auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e aposentadoria por idade rural, devem realizar o seu requerimento no INSS. O seguro-desemprego um dos mais importantes direitos dos trabalhadores brasileiros, é um benefício que oferece auxílio em dinheiro por um período determinado. Ele é pago de três a cinco parcelas de forma contínua ou alternada. Quem pode receber: Trabalhador formal e doméstico, em virtude da dispensa sem justa causa, inclusive dispensa indireta; Trabalhador formal com contrato de trabalho suspenso em virtude de participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador; Pescador profissional durante período do defeso; ou seja, quando a pesca é reduzida devido o desovo. Trabalhador resgatado da condição semelhante à de escravo.

**(Conclusão)** Conclui-se que a Previdência Social busca proteger o segurado quando este se vê impossibilitado para o trabalho, assim como, garantir o mínimo necessário à dignidade da sua família.

**Palavras-Chave:** Auxílio-reclusão, salário-família, seguro desemprego, previdência social.

## **BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO BRASIL**

### **Autor(es):**

*Thalita Rodrigues Dos Santos: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Susana Lais Medeiros da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Marina Inaee da Cruz Bezerra: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Larissa Mercia Feitosa de Carvalho: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Marília Pereira Gomes Bezerra: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, é um benefício, individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. É um direito da cidadania, instituído pela constituição Federal de 1988, garantido no âmbito da proteção social não contributiva da seguridade social e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei n° 8.742, de 7/12/1993 e pelas Leis n° 12.435, de 06/07/2011 e n° 12.470 de 31/08/2011, que alteraram dispositivos da LOAS e do decreto 6.214/2007 e 6.564/2008. O BPC é um benefício pago e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDF e operacionalizado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**(Metodologia)** Utilizamos, portanto a pesquisa documental, baseada na legislação da Constituição Federal e material de divulgação da previdência social.

**(Resultados)** O cidadão poderá procurar o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS ou a Secretaria Municipal de Assistência Social ou o órgão responsável pela Política de Assistência Social de seu município para receber as informações sobre o BPC e os apoios necessários para requerê-lo. A Agência do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é o órgão responsável pelo recebimento do requerimento e pelo reconhecimento do direito ao BPC. Para requerer o BPC, a pessoa idosa ou com deficiência deve agendar o atendimento na Agência do INSS mais próxima de sua residência pelo telefone 135 da Central de Atendimento da Previdência Social (ligação gratuita) ou pela internet ([www.previdenciasocial.gov.br](http://www.previdenciasocial.gov.br)). Na Agência do INSS, o (a) requerente deve preencher o formulário de solicitação do benefício, apresentar declaração da renda familiar, comprovar residência e apresentar os seus documentos de identificação e os dos membros da família. Para ter acesso ao BPC não é preciso intermediários ou atravessadores, nem autorização de ente político. A pessoa com mais de 65 anos ou com deficiência pode ir diretamente a uma agência do INSS mais próxima de sua residência e solicitar o benefício, sem custos.

**(Conclusão)** Conclui-se que, em relação ao Serviço Social na Previdência Social brasileira, sua presença é de extrema importância, seja para esclarecer aos usuários os seus direitos, os meios de exercê-los, bem como auxiliá-los quanto à resolução de possíveis problemas. Portanto, é necessário que o usuário tenha conhecimento de que o BPC não é um benefício da Previdência, e sim da Assistência Social, mas que o INSS é o órgão facilitador para o acesso ao benefício, sendo também importante que o mesmo tenha acesso aos seus direitos de forma clara e objetiva, através de cartilhas, panfletos, palestra, dentre outras.

**Palavras-Chave:** BPC (Programa de Prestação Continuada), Previdência Social, Serviço Social, Idosos, Pessoa com Deficiência.



## CONEXÃO FELIPE CAMARÃO E A CULTURA COMO INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

### **Autor(es):**

*Thais Anyele Andrade de Oliveira: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Débora Suellen Teixeira de Paiva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A questão da identidade cultural, de que faz parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado. O projeto Conexão Felipe Camarão foi criado com a finalidade de resgatar a memória cultural do bairro e desenvolver nas crianças e jovens o potencial cultural. Parte da ideia de integrar ações sociais e possibilidades de construção da cidadania para que os jovens busquem seu entendimento de vida, trabalhando o potencial artístico de crianças e adolescentes do bairro de Felipe Camarão, zona Oeste de Natal, RN. Integra diretamente cerca de 400 crianças e jovens e seus familiares em parceria com escolas públicas do bairro e espaços sociais. As ações são desenvolvidas com o intuito de preservar, valorizar e difundir os patrimônios imateriais da comunidade como, o Auto do Boi de Reis, o Teatro de Bonecos João Redondo, Oficina de Musicalidade de Rabeca e Flauta, Capoeira, além do pólo artesanal de artigos, o Núcleo de Moda, Estilos e Costumes, Figurinos e Adereços. O objetivo desse trabalho foi apresentar o Projeto Conexão Felipe Camarão, considerando a cultura como um fator construtivo e educativo.

**(Metodologia)** Foi feita a pesquisa documental na instituição, onde foram utilizadas fotografias das ações realizadas pelo projeto bem como uma conversa informal com o professor de Rabeca que apresentou a instituição. Foram consultadas revistas da Conexão Felipe Camarão e vídeos de apresentações realizadas pelo grupo na TV Globo, em programas como o Jornal Hoje e Encontro com Fátima Bernardes.

**(Resultados)** O trabalho realizado pelo projeto tem gerado efeitos positivos na construção educacional dos jovens integrantes. As atividades estabelecem, metodologicamente, uma ligação entre o que se aprende e o que se vive, entre conteúdo escolar e o cotidiano. As oficinas do projeto permitem que crianças e jovens trabalhem a cultura, a partir de referências vividas e praticadas pelos "mestres" do próprio bairro. A partir do entendimento da música do Boi de Reis, constata-se a identidade do bairro como parte da diversidade cultural. Através do Núcleo de Moda muitas mulheres têm complementado sua renda em casa com seus trabalhos bordados. A parceria com as escolas tem refletido no perfil dos alunos acrescentando em seus conhecimentos e amadurecimento; as oficinas de rabeca e flauta tem transformado a vida de jovens apaixonados pela música. O projeto além de outros frutos desperta a consciência política nos jovens e torna-se uma ponte que leva a um caminho melhor.

**(Conclusão)** Conclui-se que faz parte da metodologia de trabalho repensar sistematicamente o espaço da escola, levando a uma reflexão sobre os processos de aprendizagem, o que gera uma troca de conteúdo cultural entre o espaço escolar e seu exterior. Suas ações têm como ferramenta a educação integral de diferentes formas que exigem um pensamento coletivo interagindo com a comunidade e assim causa uma revolução no pensar. O processo de construção coletiva analisado na pesquisa mostrou evidências da fundamental importância da execução de atividades culturais no processo de educação de jovens.

**Palavras-Chave:** Conexão Felipe Camarão, Cultura, Construção Educacional, Aprendizagem.

## **COTAS RACIAIS: REPARAÇÃO POR DIREITO**

### **Autor(es):**

*Indira de Jesus Lopes: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Francineide Ramos da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Deyse Silvana dos Santos Sena: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Presente estudo se propõe a refletir através da Lei das Cotas aprovada pela Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 que assegura às pessoas pretas, pardas e indígenas o direito de acesso às universidades e instituições federais de ensino, uma análise crítica frente a efetivação das ações afirmativas ou políticas de reparação com base em todo o processo de colonização brasileira marcada pela Escravidão, lutas e vitórias. A partir de uma análise mais atenta é possível perceber o grande preconceito e combate a igualdade racial que gira em torno daqueles que ainda não aceitam a política de inclusão gerada em torno da criação das cotas. Nesse contexto cresce a importância da discussão e construção de subsídios para novas conquistas frente a esse tema.

**(Metodologia)** A metodologia na qual está sustentada essa pesquisa é de base qualitativa, tendo como objetivo a análise das leis de cotas nas Universidades Brasileiras e os debates que esse projeto tem trazido demonstrando um reflexo de todo o racismo, discriminação e privação que marcou a história brasileira. Esta fase da pesquisa caracteriza-se pela pesquisa bibliográfica, visto que utilizamos como fonte de dados artigos, trabalhos de conclusão de cursos e dissertações que versam sobre o assunto. Dessa forma buscou-se trazer um panorama histórico de todo contexto de privações e preconceitos vivenciado pelos afros brasileiros.

**(Resultados)** O Brasil adotou a Lei de cotas nº. 12.711/2012 devido, principalmente, a desigualdade oriunda de todo um processo de colonização marcada por exploração e preconceitos. Acredita-se que essa seja o início de uma das formas de avançar para combater as questões raciais. Mesmo diante dessa política de inclusão ainda existem mecanismos preconceituosos que tendem ainda denegrir a imagem dos negros colocando-os numa situação de inferioridade e preconceito racial. Por isso, compreender as cotas raciais implica uma análise contínua e conjuntural de todo um processo histórico marcado por uma escravidão que colaborou para a discriminação racial e o agravamento da exclusão social ao longo de décadas, fazendo com que os negros fossem expulsos e empurrados continuamente para as margens da sociedade.

**(Conclusão)** A partir da análise realizada nesse estudo pode-se constatar claramente que apesar de tão nobre, essa iniciativa da implementação das cotas raciais tem sido sistematicamente difamada na mídia elitista nacional. A dívida histórica do Brasil para com os negros, que todos admitem, é uma tremenda e secular Injustiça; as cotas são extremamente necessárias a uma mudança de paradigma social, com reflexo positivo na autoestima dos descendentes da raça. As cotas não são a solução pra todos os nossos problemas raciais. Elas são um bom começo, uma medida urgente e necessária, mas que deve ser complementada com tantas outras.

**Palavras-Chave:** cotas raciais, inclusão, preconceitos

## DIREITO À SAÚDE: GARANTIA DO ESTATUTO DO IDOSO

### **Autor(es):**

*Carla Priscila Lopes Segundo: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Ayane Maria Santos de Lima: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Ana Jessica Nunes de Araújo: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Cintia Maria de Lima Maciel Silva : Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Tatiane Cabral de Araújo: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*  
*Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Estatuto do Idoso é mais um instrumento para realização da cidadania. Através dele os cidadãos com idade acima de 60 anos tem seus direitos ampliados. Foi aprovado em setembro de 2003, e no mês seguinte foi sancionado pelo Presidente da República pela Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. O art. 2º do Estatuto assegura os direitos fundamentais, entre eles, oportunidades e facilidades para conservação da saúde física e mental, além de garantir o aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade. A saúde é um dos princípios fundamentais, garantindo ao idoso o amparo legal acerca da escolha do tipo de tratamento, método de reabilitação, quando se encontrar em condições mentais, direito a acompanhante durante período de internação, exceto em casos específicos, contratação de Plano de Saúde, cobertura de doenças, próteses, ausência de reajustes por mudança de faixa etária, tempo de internação, entre outros. O objetivo da pesquisa é apresentar o Estatuto do Idoso no que se refere à saúde enquanto direito garantido pelo Estado.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de um estudo documental, direcionado especificamente ao Estatuto do Idoso, analisando as diferentes contribuições deste documento e sua importância na realidade da sociedade brasileira.

**(Resultados)** De acordo com os resultados da pesquisa constatou-se que o Estatuto do Idoso é muito importante, pois são apresentados os direitos e também prevê punições a quem os violarem. Isso está relacionado a vários tipos de exclusões, como por exemplo, o abandono familiar e social, e dessa forma, o estatuto institui penas severas para quem desrespeitar ou abandonar cidadãos da terceira idade. Portanto, o estatuto é uma conquista para a população idosa e para toda a sociedade, gerando assim, uma maior qualidade de vida para esse público alvo e garantindo-lhes a dignidade, o bem-estar e o cuidado.

**(Conclusão)** O Estatuto do Idoso, no tocante à saúde, abre portas e dá novo ânimo às pessoas com idade superior a sessenta anos na incessante busca pela efetivação das promessas constitucionais sanitárias. Dessa forma, fortalece a garantia fundamental presente no art. 196 do Estatuto, que reforça a obrigatoriedade constitucional do Estado, bem como atribui tal responsabilidade à família, à comunidade e à sociedade na efetivação do direito à saúde, de modo que tal direito, no caso dos idosos, seja efetivado de forma plena e irrestrita. Deste modo, conclui-se que o direito a saúde da pessoa idosa é obrigação do Estado e da sociedade civil, assim como a proteção à vida, mediante efetivação de políticas sociais que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

**Palavras-Chave:** Estatuto do Idoso; Garantia de direitos; Saúde; Estado.

## **EVASÃO ESCOLAR NO RN E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE A ESSA QUESTÃO**

### **Autor(es):**

*Thalita Rodrigues Dos Santos: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Izabel Eliza Bandeira Damascena: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Patrícia dos Santos Dias: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Luiza Donata Torres de Oliveira: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No Brasil, a evasão escolar é um grande desafio para as escolas, pais e para o sistema educacional. Um a cada quatro alunos que inicia o Ensino Fundamental no Brasil abandona a escola antes de completar a última série. É o que indica o Relatório de Desenvolvimento de 2012, divulgado pelo Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Com a taxa de 24,3%, o Brasil tem a terceira maior taxa de abandono escolar entre os 100 países com maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Evasão escolar é o abandono do aluno, que apesar de estar matriculado na escola, deixa de frequentar a sala de aula e abrange todos os níveis de escolaridade, classe social ou região do País. Essa evasão é muitas vezes motivada pela necessidade de se entrar no mercado de trabalho para ajudar na renda familiar. É também consequência da falta de interesse pelo estudo, pela dificuldade de aprendizagem, pela falta de incentivo dos pais etc. Dentre os motivos alegados pelos pais ou responsáveis para a evasão dos alunos citam-se os seguintes: Escola distante de casa, falta de transporte escolar, não ter responsável que leve o aluno até a escola, falta de interesse e doenças/dificuldades dos alunos aliadas às precárias condições de vida de parte da população que não vê a escola como um espaço de promoção do ser humano. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB9394/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um número elevado de faltas sem justificativa e a evasão escolar ferem os direitos das crianças e dos adolescentes. O objetivo deste trabalho é mostrar como o abandono escolar vem evoluindo no Estado do Rio Grande do Norte, suas possíveis causas e as medidas possíveis que podem ser implementadas para a solução do problema, além de investigar como o Assistente Social pode ter um papel importante na mudança desse quadro atual.

**(Metodologia)** Esta pesquisa bibliográfica possui abordagem quali-quantitativa e está sendo realizada a partir de dados oficiais existentes e publicados pelo Ministério da Educação e pelas Secretarias Estadual e Municipal do Estado do Rio Grande do Norte, bem como o Diagnóstico da Educação Básica e Superior do Estado do RN (2009 – 2014). Os dados coletados serão apresentados em forma de tabelas e gráficos a fim de oferecer uma melhor visualização do fenômeno.

**(Resultados)** De acordo com dados coletados até o momento, o Ensino Fundamental concentra a maior quantidade de alunos em situação de abandono escolar. No entanto, cabe lembrar que, segundo a legislação brasileira, o ensino fundamental é obrigatório para as crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, sendo responsabilidade das famílias e do Estado garantir-lhes uma educação integral.

**(Conclusão)** A melhoria do quadro da evasão escolar requer muito investimento por parte dos poderes públicos, no que se refere à infraestrutura, formação de pessoal e na implementação de projetos que tornem a escola um local mais agradável e estimulante para as crianças e adolescentes. Nesse sentido, cabe a instituição escolar valer-se de todos os recursos dos quais disponha para garantir a permanência dos alunos na escola. Afirmar a legislação que esgotados os recursos da escola, a mesma deve informar ao Conselho Tutelar do Município sobre os casos de faltas excessivas não justificadas e de evasão escolar, para que o Conselho tome as medidas cabíveis. O Assistente Social deve buscar uma atuação comprometida com os direitos sociais em especial o da educação, para isto é necessário ao profissional pautar-se nas legislações pertinente a profissão e ter como substrato o Projeto Ético Político da profissão.

**Palavras-Chave:** Evasão Escolar; Pesquisa Bibliográfica; Assistente Social.

**FEMINICÍDIO: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE PREVENÇÃO CONTRA VIOLÊNCIA DE GÊNERO  
NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.**

***Autor(es):***

*Ayane Maria Santos de Lima: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

***Orientador(es):***

*Deyse Silvana dos Santos Sena: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Sabe-se que ao longo da história e até nos dias atuais as mulheres sofrem preconceitos que se configuram numa problemática que vai além da classe social, raça, etnia, orientação sexual, etc. Também é certo que a violência contra as mulheres é um dos males que assolam e desafiam a sociedade em todo o mundo. Como esse fato não ocorre de forma isolada, o estado do Rio Grande do Norte ocupa uma posição considerável em relação aos índices de feminicídio. Segundo o Mapa da Violência o estado ocupou a 20ª posição com taxa de 3,8 assassinatos por 100 mil mulheres, o que equivale a 62 mortes no ano de 2010. Já em 2012 o estudo identificou que o número de feminicídio teve um aumento expressivo, levando o Estado a 17ª posição com a taxa de 4,4 assassinatos por 100 mil mulheres o que equivale a 71 mortes. Diante da recorrência dos fatos, não só no estado do Rio Grande do Norte mais em todo o Brasil, no dia 09 de março do presente ano entrou em vigor no país a lei nº 13.104/15, na qual altera o código penal, incluindo mais uma modalidade de homicídio qualificado, o feminicídio: o crime praticado contra as mulheres por razões de gênero. A chamada lei do feminicídio é considerada um avanço em relação às políticas sociais de prevenção a violência de gênero, que passa a classificar o assassinato de mulheres decorrentes de violência doméstica ou discriminação da condição de mulher como crime hediondo. Portanto, é necessário verificar os avanços das políticas sociais frente à intervenção da violência contra as mulheres, visando principalmente o primeiro contato da vítima com os órgãos especializados, no qual se refere ao atendimento, encaminhamento e acolhimento das mulheres vítimas de agressões, para que seja evitado o feminicídio. O objetivo da pesquisa é analisar as políticas sociais de prevenção a violência de gênero, tanto como a aplicação e o cumprimento das mesmas no Estado do Rio Grande do Norte no período de 2012 a 2015.

**(Metodologia)** A metodologia aplicada neste estudo é de uma pesquisa bibliográfica tomando como base dados quantitativos, por meio dos boletins de ocorrências das DEAMs, documentos oficiais do Ministério da Saúde, da Pesquisa Nacional por amostra de domicílios (PNAD), do Sistema de Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/DATASUS), do Mapa da Violência, assim como outros documentos relevantes a pesquisa.

**(Resultados)** Os resultados esperados nesta pesquisa servirão de base para fundamentação teórica de posteriores trabalhos acadêmicos, assim como, contribuir para a elaboração de uma base operacional articulada para o avanço das demais intervenções por parte do Estado e também da sociedade civil.

**(Conclusão)** Conclui-se por tanto, que a análise das políticas sociais referente ao combate à violência de gênero é de fundamental importância, principalmente para a averiguação da eficácia destas políticas, assim como a aplicação das mesmas, possibilitando a redução do número de feminicídio no Estado, além de viabilizar o protagonismo das mulheres vítimas de violência.

**Palavras-Chave:** Feminicídio; Políticas sociais; Violência de gênero.

## IMPACTOS DA APOSENTADORIA E ALIENAÇÃO SOCIAL

### **Autor(es):**

*Bárbara Milena Cordeiro Bezerra: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Larissa Fagundes Dantas: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Rosângela Santos da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Índira de Jesus Lopes: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Francineide Ramos da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho apresenta reflexões acerca das implicações decorrentes da aposentadoria e o processo de alienação social ocasionado pela mesma, por representar a ruptura com o papel profissional formal, se não bem planejada através de programas voltados a este fim, pode ocasionar graves desequilíbrios, tanto biopsicossociais, quanto econômicos e políticos. Buscamos compreender as ações dos Assistentes Sociais junto aos trabalhadores em pré-aposentadoria e visualizamos a importância de um profissional capacitado a interagir diante de aspectos ligados à velhice e a política previdenciária, possibilitando assim ao trabalhador que se encontra em processo de aposentadoria, um melhor planejamento para vivenciar esta nova fase da vida, bem como o acesso às políticas públicas que este segmento populacional tem direito.

**(Metodologia)** A Metodologia na qual está sustentada essa pesquisa é de base qualitativa, tendo como objetivo o estudo acerca dos possíveis Impactos decorrentes da aposentadoria e alienação social. Esta fase da pesquisa caracteriza-se pela pesquisa bibliográfica, visto que utilizamos como fonte de dados os diferentes artigos, dissertações e teses que versam sobre o assunto. Pois Segundo Lima e Miotto (2007) quando uma pesquisa bibliográfica é bem feita, ela é capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas.

**(Resultados)** O presente estudo propõe uma reflexão sobre a categoria trabalho, associadas ao processo que envolve a aposentadoria. A maioria das pessoas tem sua vida vinculada à rotina de trabalho e à estrutura organizacional a qual fazem parte, e quando chega o momento da aposentadoria se veem perdidas, pois é necessário reconstruir metas, relações sociais, projetos de vida e, principalmente a identidade. Este fato da identificação é algo que requer atenção, pois ao longo da carreira profissional, o trabalhador costuma se beneficiar do prestígio do nome da empresa, sem se dar conta que o sobrenome não é dele, e nesse mecanismo, não desenvolve outras identidades. Debater sobre o envelhecimento implica não somente falar sobre a aposentadoria, e sim das expressões da questão social que permeiam este segmento populacional. O processo de envelhecimento, envolve modificações nos aspectos sociais, políticos, psicológicos, e principalmente no aspecto biológico do indivíduo. A concepção de velhice geralmente está associada à idade cronológica da pessoa, o que irá acarretar na sua parte física e biológica modificações visíveis, contudo, não se pode dizer que um indivíduo é velho somente pela sua aparência ou questões relacionadas à saúde.

**(Conclusão)** Diante do contexto exposto podemos afirmar que, é evidente que a velhice tem consequências que influenciam diretamente na sociedade, na família e no indivíduo que chega à terceira idade. Porém, o envelhecimento é singular a cada pessoa, a maneira como será encarada pelo indivíduo, depende de como a pessoa viveu e vive as condições da velhice. Temos a compreensão que programas de preparação para a aposentadoria, é um espaço de demandas e respostas para profissionais de Serviço Social, uma vez que, compreende a totalidade de um indivíduo, que necessita de ações continuadas, bem como, profissionais qualificados nas questões previdenciárias que envolvem estes sujeitos. Tentamos trazer para a discussão desse trabalho, os significados que a preparação para a aposentadoria representa para os sujeitos envolvidos neste processo, bem como as ações dos assistentes sociais neste campo de atuação. Frente a isso percebemos que é necessário que haja ações em prol dos indivíduos que estão envelhecendo, é preciso que órgãos públicos, gestores de políticas sociais e a sociedade entendam as dificuldades e concepções que envolvem este segmento populacional, auxiliando-os no processo do envelhecimento, dando aos indivíduos subsídios para garantir uma qualidade de vida digna de cidadão

**Palavras-Chave:** Aposentadoria, Alienação social

## LICENÇA MATERNIDADE E ALEITAMENTO MATERNO

### **Autor(es):**

*Edineide Avelino da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Izabel Eliza Bandeira Damascena: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Paula Lidiane da Silva : Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Yvina Shélida Cirino: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Genilva Lopes da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*  
*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Licença maternidade (ou licença-gestante) é benefício de caráter previdenciário, introduzido pela CF de 1998 (art.7º, XVIII), que consiste em conceder, à mulher que deu à luz licença remunerada de 120 dias. A CF de 1988 introduziu importante inovação, que consiste em assegurar à gestante, sem prejuízo de emprego e salário, 120 dias de licença, além de vedar sua dispensa arbitrária ou sem justa causa, a partir do momento da confirmação da gravidez e até cinco meses após o parto. Até o filho completar 6 meses de idade, assiste à mulher, durante a jornada de trabalho, o direito a descanso especiais, de meia hora cada, destinados à amamentação do filho. Não pode: O salário maternidade não pode ser acumulado com os seguintes benefícios: Auxílio doença ou outro benefício por incapacidade, seguro desemprego, renda mensal vitalícia e Benefícios de Prestação Continuada (BPC-LOAS). Concessão – O início do benefício será fixado na data do atestado médico, a partir do 8º mês de gestação, ou 28 dias antes do parto, ou na data do nascimento da criança. Aplica-se essa regra para todas as categorias de segurada, exceto a desempregada. Para a segurada desempregada, será considerada a data do nascimento da criança, desde que o nascimento ou adoção tenham ocorrido dentro do período de manutenção da qualidade de segurada. De modo geral, a condição de segurado da Previdência Social é suspensa após o período de um ano de inadimplência FONTE: PORTAL DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

**(Metodologia)** Pesquisa documental realizada através do portal do Ministério do Trabalho em conjunto com o site da Previdência Social, Ministério da Saúde com o uso da Cartilha para a mãe trabalhadora que amamenta.

**(Resultados)** “Depois de 9 meses esperando ansiosamente pra ver seu rosto, chega o grande dia! Recebi minha maior herança: Gabriel. Enviado por Deus! Afinal esse é o significado do seu nome. De repente deixei de ser filha e passei a ser mãe. E continuaram as descobertas: banho, troca de fraldas, novas rotinas, amamentação.. Ahh.. amamentar é uma das coisas mais sublimes que Deus criou. Puro privilégio feminino!!!” (Gardênia Bispo, mãe de Gabriel, de 6 meses). Relatos como esse nos mostram a importância da interação entre mãe e filho nos primeiros meses de vida, um tempo dedicado a criação de vínculos afetivos entre eles. Este trabalho tem por finalidade orientar de forma clara como o usuário(a) pode ter direito ao benefício Licença Maternidade e a importância da amamentação tanto para o bebê quanto para a mãe.

**(Conclusão)** É de extrema importância que todos os cidadãos saibam de seus direitos para saber utiliza-los de forma correta. O processo de amamentação permite a criança proteção contra doenças. O leite materno possui ainda todos os nutrientes de que o bebê precisa para se desenvolver bem nos primeiros seis meses de vida.

**Palavras-Chave:** LICENÇA MATERNIDADE, ALEITAMENTO MATERNO, PREVIDÊNCIA SOCIAL E MTE

**MOTORISTAS DE TRANSPORTES DE LOTAÇÃO: UM ESTUDO DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E QUALIDADE DE VIDA**

**Autor(es):**

*Ana Jessica Nunes de Araújo: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho é uma atividade que responde às necessidades e carências do indivíduo, sendo, essencialmente humana. Portanto, deve possibilitar a autotransformação do trabalhador devendo ser uma prática livre e autônoma, levando a emancipação e humanização do ser humano. A atividade realizada pelos motoristas profissionais, normalmente se caracteriza por turnos irregulares com as consequentes repercussões à saúde. Uma parte realiza o seu trabalho em zonas urbanas, outros em pequenos itinerários nas estradas rurais. Esses podem retornar ao lar e ao convívio social ao final do dia. Um terceiro grupo realiza o seu trabalho em longos percursos, em rotas estaduais, federais e até internacionais. Nessas situações, passam muito tempo longe das famílias e de seus ambientes sociais. Além disso, a falta de uma infraestrutura adequada, resultado de vários anos de baixos investimentos públicos, que restringem o desenvolvimento do país e das empresas, afeta diretamente a segurança e a qualidade de vida desses trabalhadores. **OBJETIVO:** Traçar o perfil epidemiológico dos motoristas que trabalham com transportes de lotação; identificar as doenças prevalentes no grupo estudado e conhecer a qualidade de vida desses profissionais.

**(Metodologia)** Estudo transversal descritivo e exploratório realizado a partir da aplicação de uma entrevista estruturada utilizando como instrumento um formulário com perguntas fechadas, abertas e mistas. Os sujeitos da pesquisa são os motoristas profissionais associados à uma Cooperativa de Transportes de Lotação que atua nos percursos Natal X Mossoró X Natal, após a assinatura do TCLE. A pesquisa teve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, CAAE: 38715514.8.0000.5294

**(Resultados)** A pesquisa encontra-se em andamento e foram entrevistados, até ao momento, 28 motoristas majoritariamente com idades compreendidas entre 25 e 45 anos, casados, com ensino médio incompleto, cumprindo uma jornada de trabalho de mais de 10 horas diárias. Com relação ao perfil epidemiológico dentre os entrevistados 12 afirmaram que não tiveram nenhuma doença ocupacional e 16 que já tiveram alguns tipos de doenças ocupacionais como: fadigas, problemas gastrointestinais, dores musculares, gastrite, estresse e ansiedade problemas gerados pelo tipo de qualidade de vida a que estão expostos esses profissionais. Com relação aos exames de rotina mais da metade dos profissionais afirmaram que não fazem exames, há pelo menos um ao ano, 35,71% disseram fazer uso de bebida alcoólica, fumo ou outra substância. Os motoristas citaram os fatores que influenciam na sua saúde: stress, falta de lazer, sedentarismo, má alimentação, ambiente de trabalho e solidão.

**(Conclusão)** As condições de vida e trabalho nem sempre são favoráveis à saúde daqueles profissionais do volante. Torna-se de grande importância a realização de estudos para o conhecimento do perfil dos motoristas com o intuito de subsidiar a promoção da saúde no trabalho e assim contribuir para a melhoria da sua qualidade de vida. Conclui-se que o universo profissional dos motoristas é um campo de trabalho de suma importância para a atuação tanto social quanto da saúde e pode ser um espaço de intervenção multiprofissional. Há demandas não atendidas tanto no que se refere a informação propriamente dita quanto a necessidade de orientação para esse grupo profissional.

**Palavras-Chave:** Perfil epidemiológico dos motoristas. Qualidade de vida. Transportes de lotação.



## MULHERES GRÁVIDAS APENADAS: ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

### **Autor(es):**

*Iasmim Jamyli Marreiro da Silva : Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Ysabelle de Castro Nóbrega: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Maria Alcione Cordeiro: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Jaqueline Jokafía Bezerra: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Fabiana Lucia da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Os direitos conquistados nas sociedades através dos tempos, um importante passo foi dado em direção da liberdade e igualdade quando iniciou-se a luta pela conquista dos direitos da mulher como cidadã, capaz de direitos e deveres. O sistema prisional feminino exige uma atenção diferenciada em relação ao sistema masculino, a população prisional brasileira vem aumentando de forma significativa e conseqüentemente observa-se uma superlotação nos presídios. Evidencia-se que o crescimento da população feminina tem sido maior que a masculina e vem se mantendo em percentuais elevados, e com isso muitas mulheres grávidas ingressam na prisão, o que merece uma maior atenção, pois estas crianças podem permanecer juntamente com a mãe, dentro do estabelecimento penal, e naturalmente a gravidez provoca grandes mudanças na vida da mulher, desde transformações físicas, emocionais, hormonais, fisiológicas; e dessa forma, a gestação dentro do ambiente prisional necessita de uma maior investigação para promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres privadas de liberdade, mediante a garantia de direitos legalmente constituídos. As mulheres grávidas que se encontram presas precisam de um cuidado especial os cuidados na gestação são importantes tanto para a mãe como para o filho. Por isso, a Lei de Execução Penal prevê que a penitenciária de mulheres terá seção para gestante e parturiente e creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa, para se atingir os resultados esperados é necessária articulação e cooperação de órgãos e instituições, dos diferentes poderes e dos diferentes níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal). Trata-se de um verdadeiro esforço de pactuação em favor da garantia dos direitos humanos e fundamentais e cabe ao Estado realizar ações coordenadas e coerentes entre si para preservar o ambiente e a própria saúde da mulher presa. O objetivo dessa pesquisa foi discutir a atenção à saúde que é dada às gestantes e puérperas encarceradas, mostrando a violação dos direitos desta população, mesmo protegidos por diversas leis e tratados.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e descritiva, feita a partir da busca em artigos publicados sobre a temática respeitando os critérios de inclusão: artigos publicados em português, respeitando os últimos dez anos, 2005-2014, de qualquer área do conhecimento e que tenham relação com o tema. Foram excluídos os artigos em língua estrangeira, com período de publicação fora desse lapso temporal.

**(Resultados)** O aumento do encarceramento das mulheres produz conseqüências, entre as quais se destacam a perda ou fragilização das relações familiares, vulnerabilizando principalmente os filhos das apenadas. O serviço social brasileiro tem contribuído para pensar um trabalho multidisciplinar nas unidades prisionais brasileiras. É importante destacar a atuação profissional na articulação entre família-sociedade-sistema prisional, na busca da humanização no sistema carcerário brasileiro, no sentido de que busque promover a recuperação e reinserção desse segmento populacional na sociedade.

**(Conclusão)** No sistema carcerário brasileiro a proteção dos direitos relacionados à saúde das detentas grávidas, inúmeras vezes, são mitigados e exigem um verdadeiro esforço de pactuação, em favor da garantia dos direitos humanos e fundamentais na vida das encarceradas e dos seus filhos. O profissional de serviço social tem, nesse contexto grandes possibilidades de atuação. A prática do/a assistente social no Sistema Prisional não deve seguir a forma punitiva, repressora e coercitiva. Pelo contrário, deve ser uma ação política e socioeducativa voltada para a liberdade, que possibilite ao usuário a reflexão, o diálogo.

**Palavras-Chave:** Mulheres grávidas apenadas, Sistema prisional, Direitos humanos, papel do assistente social.

## O ACIDENTE DE TRABALHO SOB A ÉGIDE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

### **Autor(es):**

*Danielle Moreira de Oliveira: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Márcia Martins de Oliveira: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Thais Anyele Andrade de Oliveira: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Débora Suellen Teixeira de Paiva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Francisca Edileuma Maia de Medeiros: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este trabalho tem por objetivo apresentar algumas causas e formas de acidentes que acometem trabalhadoras e trabalhadores no Brasil, bem como, esclarecer a questão do acidente de trabalho pelo viés da Previdência Social, sua definição e conceitos importantes, tal como se procede a efetivação dos direitos dos trabalhadores e posteriormente em parceria com o Serviço Social informar e esclarecer qual o amparo legal do segurado pelo Instituto Nacional de Seguro Social, quais são os direitos e limitações para aqueles que venham sofrer algum acidente. Conforme dispõe o art. 19 da Lei nº 8.213/91, “acidente de trabalho é o que acomete o trabalhador pelo exercício de suas atividades a serviço da empresa ou por trabalhadores oficialmente assegurados pela Previdência Social, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para exercer o trabalho”.

**(Metodologia)** O trabalho foi realizado pelo método da pesquisa documental, como base de dados fundamentais para a construção do mesmo, utilizando-se da ferramenta da internet para a busca de conceitos e definições confiáveis, por meio de análise das publicações da Previdência Social e do Ministério Superior do Trabalho. Além de informações e leituras complementares fornecidas em sala de aula, por profissional do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

**(Resultados)** Espera-se com a proposta deste trabalho, divulgar o assunto, tornando-o mais conhecido por todas e todos, identificando suas particularidades quanto questões trabalhistas, de forma que os leitores agreguem conhecimentos importantes e necessários a respeito de seus direitos quanto trabalhadores, e ao mesmo tempo contribuir com a Previdência Social ao expor o seu trabalho, informando quais são os auxílios oferecidos aos seus segurados e em conjunto com o Serviço Social esclarecer a importância das informações precisas tanto quanto o amparo que é oferecido aos seus contribuintes,

**(Conclusão)** Pode-se concluir que este trabalho apresenta um debate relevante para o Serviço Social, sua abordagem representa informações necessárias para profissionais e estudantes quanto ao acidente de trabalho sobre a perspectiva da Previdência Social, qual a garantia legal que ampara os trabalhadores devidamente segurados pela Previdência, quais os auxílios que os mesmos têm direito e como são efetivados. É um tema que além de contribuir com o trabalho do Assistente Social junto a população, deve-se levar em conta sua importância para a classe trabalhadora, como também para empregadores, empresas e instituições, pois é uma questão que diz respeito a sociedade em geral, a qual precisa ser divulgada e muito bem esclarecida uma vez que se trata de direitos dos cidadãos.

**Palavras-Chave:** Acidente de Trabalho, Previdência Social, Serviço Social.

## O PERFIL DOS ASSISTIDOS DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DJALMA MARINHO (UNI-RN)

### **Autor(es):**

*Letícia Alves de Souza Xavier: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Rita Nélia Alves de Oliveira : Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Edmária de Lucena Carvalho : Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Alessandra Silva de Oliveira Martins: Docente do UNI-RN*

*Lindicéa de Araújo Gomes Azevedo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Núcleo da Prática Jurídica Djalma Marinho da UNI-RN (NPJ) foi fundado no dia 2 de maio de 2002, e desde então presta atendimento gratuito às pessoas consideradas “pobres” de acordo com a Lei nº 1.060/50, através de alunos do curso de Direito (a partir do 7º período), advogados orientadores e estagiários. Desde o dia 04 de agosto de 2014, o curso de Serviço Social constitui no NPJ um campo de estágio extracurricular, dessa forma, as alunas que lá estão aplicam na prática os conhecimentos transmitidos em sala de aula. Através do trabalho desenvolvido no Núcleo, as estagiárias do curso de Serviço Social intervêm junto à população considerada de baixa renda de acordo com a LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social). O atendimento é destinado à população residente no município de Natal, que lá encontra um espaço de proteção e de potencialização de recursos locais públicos. Os casos assistidos pelo Serviço Social e pelo Direito no NPJ oferecem um amplo leque de questões atuais e contemporâneas, acerca do âmbito familiar

**(Metodologia)** O método usado neste trabalho consiste na coleta de dados através da entrevista semiestruturada de forma descritiva e quantitativa com base nas entrevistas sociais, que analisam os critérios necessários para a obtenção do atendimento jurídico no Núcleo, como: renda familiar, bairro, escolaridade, tipo de residência, benefícios do governo, tipos de ações, grupo familiar, renda per capita, piso predominante, material da casa, abastecimento de água, tratamento de água, destino dos dejetos e meio de locomoção.

**(Resultados)** Mensalmente, as informações obtidas são analisadas e organizadas em planilhas e gráficos, gerando, assim, um Diagnóstico Social que demonstra o perfil dos assistidos no NPJ.

**(Conclusão)** Os assistidos no Núcleo de Prática Jurídica da UNI-RN necessitam enfrentar diversas questões sociais, efetivar direitos e resgatar a cidadania, através do acesso à Justiça gratuita. Conclui-se, assim, que a atuação do Assistente Social é de suma importância no âmbito jurídico. A realidade apresenta esse profissional com capacidade para atuar no campo jurídico, desenvolvendo triagem social, acolhimento, entrevista, aconselhamento, estudos sociais, laudos e pareceres, avaliações, acompanhamentos, visitas domiciliares e institucionais, inspeções, reuniões, encaminhamentos a rede de proteção entre outras ações para atender às demandas e necessidades da população subalterna, que recorre e utiliza esses serviços, para fins de orientação, conciliação ou mediação. O volume de demandas atendidas e os diferentes tipos de casos evidenciam a necessidade de construir uma prática profissional comprometida com a realidade social e com a ampliação do acesso à Justiça gratuita, além dos direitos sociais. No entanto, o Assistente Social deve mostrar-se competente e criativo para apontar caminhos que contribuam para efetivação dos direitos e responder às questões atuais, devendo ser formado para o enfrentamento cotidiano.

**Palavras-Chave:** Serviço Social; Prática Jurídica; acesso à justiça; gratuita.

**O SILENCIO DO ISOLAMENTO COMPULSÓRIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE A HANSENÍASE:  
UM RESGATE HISTÓRICO.**

**Autor(es):**

*Francisca Edileuma Maia de Medeiros: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN  
Izete Soares da Silva Dantas Pereira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A hanseníase uma das doenças mais antigas na história da humanidade, infecto contagiosa causada pela bactéria chamada Mycobacterium lepra, representa historicamente como uma das principais preocupações quanto a questão de saúde pública no século XX, apresentar através de uma realidade contextualizada envolvendo medidas adotadas pelas políticas de saúde pública brasileiras da época, mostrando a trajetória de vida de ex - portadores e familiares atingidos por essa doença em regime de isolamento compulsório, são os principais objetivos desse trabalho, bem como , relatar a falta de informação por parte da sociedade quanto as causas, sintomas e tratamento da mesma, enfatizando o papel do Estado junto ao Serviço Social no combate ao preconceito e estigma social das pessoas por ela acometidos.

**(Metodologia)** A realização desse trabalho ocorreu através da pesquisa bibliográfica, tendo por base a obra ESTIGMA E ISOLAMENTO SOCIAL e documental, por meio de pesquisa em base de dados do Ministério da Saúde e utilizando-se da ferramenta da internet para a busca de conceitos e definições confiáveis, por meio de análise de publicações de artigos correlacionados.

**(Resultados)** Espera-se com a proposta e temática deste trabalho, divulgar o assunto, tornando-o mais conhecido por estudantes e profissionais do serviço social, reconhecer a correlação entre o tema e a questão social como fatores indispensáveis no debate quanto ao preconceito e exclusão social. Promover um resgate na história da população atingida por essa doença para que a mesma possa compreender o processo que desencadeou o estigma e segregação dos portadores e familiares por ela acometidos, bem como, debater e identificar fatores psicossociais existentes nesse no grupo atingido, despertando nos Assistentes Sociais, estudantes e leitores uma reflexão quanto as sequelas causadas pelo isolamento social

**(Conclusão)** Pode-se concluir com esse trabalho, que o mesmo representa um debate relevante para o Serviço Social, sua abordagem apresenta informações necessárias para profissionais e estudantes da área, no entanto torna-se indispensável para os Assistentes Sociais, uma vez que esses lidam diretamente com a questão social, a qual não pode ser desmembrada da história de vida da população, por essa razão é um tema que possibilita a divulgação da doença , auxiliando na identificação e diagnóstico da mesma, além de contribuir com o controle e eliminação do preconceito junto a profissionais e sociedade, enfatizando a história da política pública de combate a hanseníase, a trajetória de vida de exportadores e familiares, bem como o papel do Serviço Social como defensor do direito de viver dignamente independente de ser portador de Hanseníase ou não.

**Palavras-Chave:** Serviço Social, Hanseníase, Isolamento compulsório.

## OS MECANISMOS DA APOSENTADORIA NA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BRASIL

### **Autor(es):**

*Luiza Donata Torres de Oliveira: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN  
Ana Gabriela Dias Tinoco: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Previdência Social é um direito social previsto na Constituição Federal de 1988, e regulamentado através da seguridade social, prevista no art. 146º da CF de 1988. Os cidadãos que contribuem durante o tempo de trabalho têm acesso a benefícios, como o auxílio-doença, a aposentadoria, o seguro desemprego, entre outros. A aposentadoria, neste caso, é o afastamento do trabalhador do exercício de suas funções, quando completada a idade preestabelecida ou o tempo de contribuição também estabelecido por lei. O objetivo deste trabalho é esclarecer quanto aos tipos de aposentadorias disponíveis aos contribuintes, quem tem acesso a esse direito e qual o período de carência para concessão dos mesmos.

**(Metodologia)** O trabalho foi realizado através da pesquisa documental, baseada na análise de documentos e informações presentes no site da Previdência Social do Brasil e nas cartilhas de informatização aos usuários.

**(Resultados)** Os resultados obtidos comprovaram a concessão de sete tipos de aposentadorias diferentes, que abrangem grupos de contribuintes distintos. Há a aposentadoria por idade, na qual têm direito idosos a partir dos 60 anos, mulheres, e 65 anos, homens, com período mínimo de contribuição de 180 meses. Há a aposentadoria por idade e por tempo de contribuição, com a nova regra 85/95 Progressiva, na qual quem tiver 85 pontos, se mulher, e 95 pontos, se homem, na soma entre tempo de contribuição na Previdência e a idade do segurado, tem direito à aposentadoria integral. E possui uma carência de 30 anos para mulheres e 35 para homens de contribuição. É importante lembrar que, no caso da aposentadoria por tempo de contribuição as regras antigas ainda estão valendo, a nova regra com a somatória dos pontos é facultativa, possibilitando ao contribuinte a livre escolha da melhor opção. A aposentadoria por tempo de contribuição da pessoa com deficiência depende do grau de deficiência do contribuinte. Sendo que, numa deficiência leve fazem-se necessários 33 anos (homens) e 28 anos (mulheres) de contribuição, enquanto numa deficiência moderada é preciso 29 anos (homens) e 24 (mulheres) de contribuição, e no caso de uma deficiência grave são 25 anos (homens) e 20 anos (mulheres) contributivos. Considerando que, dos anos necessários, pelo menos quinze anos (180 meses) precisam ser na condição de deficiente. Há também, a aposentadoria por tempo de contribuição do professor, onde professores que comprovem 30 anos de contribuição (homens) e 25 (mulheres) de magistério na educação básica e tenham o período mínimo de contribuição de 180 meses, podem requerer ao benefício. A aposentadoria especial por tempo de contribuição é cedida a qualquer profissional que trabalha exposto a agentes nocivos à saúde, após cumprir 25, 20 ou 15 anos de contribuição, com jornada contínua e ininterrupta. E possui carência de 180 meses. A aposentadoria por idade da pessoa com deficiência exige a idade mínima de 60 anos, para homens, e 50 anos para mulheres e possui, também, a Carência de 180 meses. E por fim, a aposentadoria por Invalidez, destinada ao trabalhador incapaz de exercer qualquer atividade laborativa e que não seja habilitado em outra profissão, exigida a reavaliação médica previdenciária a cada dois anos e com período de carência de 12 meses.

**(Conclusão)** Conclui-se que a aposentadoria é cedida ao contribuinte, obedecidos aos critérios preestabelecidos, e concede o benefício correspondente ao valor da contribuição realizada ao longo dos anos. A Previdência Social abrange uma camada muito ampla na concessão de aposentadorias e outros direitos sociais. É necessário, apenas, que o usuário realize seu agendamento através do site ou pelo telefone 135, e compareça à agência do INSS nos horários e datas previstas pela Instituição.

**Palavras-Chave:** Aposentadoria; Previdência Social; Contribuinte.

## REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE APENADOS

### **Autor(es):**

*Rosângela Santos da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Indira de Jesus Lopes: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Presente estudo se propõe a refletir sobre a situação dos apenados no Brasil de forma a traçar um quadro geral de sua situação no cárcere, bem como discutir criticamente as condições da realidade atual em promover sua reintegração social. A partir de uma análise mais atenta é possível perceber que a situação das penitenciárias brasileiras atualmente é calamitosa, cadeias e presídios superlotados, em condições degradantes. Esse contexto afeta toda sociedade que recebe os indivíduos que saem desses locais da mesma forma ou piores que entraram. Ferindo assim o direito de todos os cidadãos, de serem tratados com dignidade e respeito. Nesse contexto cresce a importância da adoção de políticas que efetivamente promovam a recuperação do detento no convívio social

**(Metodologia)** A metodologia na qual está sustentada essa pesquisa é de base qualitativa, tendo como objetivo a análise da reintegração de apenados para a sociedade e o estudo sobre as condições desumanas de sobrevivência que os mesmos convivem. Esta fase da pesquisa caracteriza-se pela pesquisa bibliográfica, visto que utilizamos como fonte de dados artigos, trabalhos de conclusão de cursos e dissertações que versam sobre o assunto. Pois segundo Gil (2008.), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituídos principalmente de livros e artigos científicos. Não se recomenda trabalhos oriundos da internet”. Dessa forma buscou-se trazer um panorama histórico a respeito das penitenciárias no Brasil.

**(Resultados)** Por se tratar de um tema extremamente polêmico no que se refere à reintegração dos apenados, podemos afirmar que em nosso código no artigo primeiro da Lei de Execução Penal o seu objetivo: Art. 1º- Execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. A penitenciária tem enquanto objetivo a reabilitação e a ressocialização dos apenados, prevenindo novos delitos pelo temor que a penalização causará aos potencialmente criminosos, além de trazer a regeneração do apenado que deverá ser transformado e assim reintegrado à sociedade como cidadão produtivo. A ressocialização vem no intuito de trazer a dignidade, resgatar a autoestima do detento, trazer aconselhamento e condições para um amadurecimento pessoal, além de lançar e efetivar projetos que tragam proveito profissional, entre outras formas de incentivo e com ela os direitos básicos do preso vão aos poucos sendo priorizados. E é nesse contexto que o presídio torna-se um espaço privilegiado para os assistentes sociais travarem uma luta pelo respeito aos direitos humanos, por condições carcerárias que assegurem ao preso a dignidade. Embora os Assistentes Sociais encontrem no sistema prisional um vasto campo de atuação, enfrentam um sistema que não cumpre integralmente com as leis ou não as cumpre de maneira alguma frustrando assim o processo de ressocialização. Ressocializar requer recursos que o faça valer.

**(Conclusão)** A partir da análise realizada nesse estudo pode-se constatar que baseadas em estudos e pesquisas acerca do tema pode-se perceber claramente que atualmente o sistema carcerário brasileiro não proporciona a nenhum dos apenados condições dignas de sobrevivência e qualquer condição mínima de reintegração aos egressos. Faltam recursos, projetos e um montante de aparatos para que as leis sejam concretizadas. O Serviço Social precisa de recursos para atender a demanda tanto dentro dos presídios, quanto junto as famílias dos apenados. Os tabus a serem quebrados são imensos, a sociedade ainda é detentora de forte preconceito, pois não acredita na recuperação de um detento que provém de um sistema penitenciário falido e sem qualquer estrutura capaz de ressocializá-los; as autoridades juntamente com a sociedade fecham as portas para o egresso.

**Palavras-Chave:** Ressocialização, reintegração, presídio.

## UFANISMO A TÉCNICA DO DISFARCE

### **Autor(es):**

*Debora Maria Oliveira da Silva: Discente do curso de Fisioterapia do UNI-RN*  
*Igor Victor Feliciano da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Jarlene Jaciara Cândido: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Ana Beatriz de Lima Franca: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*  
*Monick Paula Freitas da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Deyse Silvana dos Santos Sena: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Brasil passou por um grande período de repressão entre as décadas de 60 e 80 quando os militares tomaram o comando e passaram a administrar com um governo diferente, onde o povo teve que conviver com o silêncio, com o medo, angústia e muitas injustiças, todos os cidadãos sabiam da verdade mais não se pronunciava diante dos governantes com medo de ser exilados ou torturados e até mortos. Nisso muita gente foi exilada e morta entre cantores, famosos, religiosos e outros, porque buscava uma ideologia diferente da que era repassada, mas eram barrados principalmente pela censura em músicas, livros, jornais e revistas que iam de frente ao modelo governista. Era fácil identificar o tamanho do poder dos militares sobre cada um dos brasileiros, principalmente em músicas e comerciais que passavam nas rádios e televisões da época, as “Marchinhas Ufanistas” passavam mensagens à população de como deveria agir, e comportar diante da sociedade, e quem não estivessem satisfeitos buscassem outra localidade pra morar, mensagens usadas nas frases eram “BRASIL: AME-O OU DEIXE-O” o “BRASIL FOI FEITO PARA NÓS” e entre outras.

**(Metodologia)** A metodologia na qual foi realizada essa pesquisa foi com base em material bibliográfico que retrata o processo de instalação da ditadura militar no Brasil, tendo como objetivo a análise principalmente dos discursos ufanistas propagados pelos meios de comunicação da época. Dessa maneira buscou-se trazer um breve panorama histórico de privações e repressões vivenciados nesse período

**(Resultados)** Os resultados encontrados na literatura mostram que durante o regime militar, ocorreu um fortalecimento do poder central, sobretudo do poder Executivo, caracterizando um regime de exceção, pois o Executivo se atribuiu a função de legislar, em detrimento dos outros poderes estabelecidos pela Constituição de 1946, além disso, muitas pessoas foram exiladas, molestadas, mutiladas e mortas e o governo repassa que era contra a todo o tipo de tortura, mais em 1984 o povo rompeu a barreira do silêncio e do medo e foram às ruas mostrar que não suportavam mais tantas mortes, assassinatos e pediram a redemocratização, tendo por fim um o governo mais torturador que essa nação já teve.

**(Conclusão)** Portanto, a Ditadura não foi uma época de flores e sim de espinhos, mas há pessoas que não aceitam essa opinião e pedem a volta desse regime em pleno século vinte um, cidadãos que não entendem e buscam uma saída rápida diante das dificuldades que o país está enfrentando, mais o Brasil não precisa retroceder até esse ponto, busca-se o avanço, a liberdade de expressão, o direito de viver e não a repressão que muitos não querem viver.

**Palavras-Chave:** Ditadura, Diretos, Marchinhas

## UM RESGATE HISTÓRICO-TEÓRICO- METODOLÓGICO DO SERVIÇO SOCIAL EM NATAL

**Autor(es):**

*Natália Lira da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho traz o período dos primeiros dez anos da escola de serviço social em Natal/RN até o golpe militar. Suas influências, formação ate torna-se curso de nível superior. O seu contexto como profissão, a religião católica inserida dentro da profissão, entre outras características . É importante salientar que o surgimento da profissão está interligada a imagem feminina. Que foi designada para mulheres católicas de boa índole, boa família, denominadas de “as damas de caridade da igreja católica”. Além das questões sociais e dos interesses da classe burguesa. O clero e a burguesia de Natal/RN viu a necessidade de trazer o serviço social para o estado, devido a problemas sociais trazidos pela seca de 1930 e 1942. Pela explosão da segunda guerra mundial em 1934 e invasão comunista que tomou a cidade naquela época. A criação da Escola de Serviço no Estado do Rio Grande do Norte, foi criada com o mesmo contexto histórico da profissão, pelo clero, pela burguesia e líderes católicos de Natal. No ano de 1944 foi criada a Escola de Serviço Social do estado norte-rio-grandense. Foram disponibilizadas duas bolsas de estudos para duas alunas estudarem em São Paulo, onde fizeram o curso intenso, e o regular no Rio de Janeiro. No dia 02, de junho de 1945, surgiu em Natal/RN a Escola de Serviço Social, com iniciativa da Juventude Feminina Católica Brasileira (JFCB) e da Legião Brasileira de assistência (LBA). Com sua grade curricular igual à de São Paulo e Rio, que recebiam influências do Serviço Social das escolas Europeias. Inicialmente a escola era mantida como instituição privada, com a ajuda da LBA inicialmente, depois pela Igreja católica e com a colaboração de diversos convênios. Como instituição pública reconhecida pelo MEC, o processo foi similar a de todas as outras escolas do Brasil. As dificuldades eram grandes no inicio e a luta pela pelo reconhecimento do curso foi levada a um nível nacional de debates e discussões pelo reconhecimento da profissão como nível superior e da junção das escolas de serviço social a instituições federais do País.

**(Metodologia)** Arquivo histórico, pesquisa, imagens, texto, reportagens, etc.

**(Resultados)** É de interesse que os ouvintes da palestra em questão entendam como foi inserido o serviço social no estado do Rio Grande do Norte. Seu contexto histórico, metodológico e cultural.

**(Conclusão)** O serviço social foi inserido no estado do Rio Grande Norte, com bastante dificuldades. Porém teve ser momento de glória, ganhando destaque em todo o Brasil por seu trabalho com a população Potiguar na década de 50, até o golpe militar passando por diversas dificuldades e modificações.

**Palavras-Chave:** Serviço Social; Escola de Serviço Social em Natal/RN



## VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO

### **Autor(es):**

*Carla de Brito Barbosa da Silva: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Mikaelle Ferreira Alves: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Letícia Alves de Souza Xavier: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Geilda Brasil da Silva Sales: Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

*Rita Nélia Alves de Oliveira : Discente do curso de Serviço Social do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Anna Waleska Nobre Cunha de Menezes: Docente do UNI-RN*

*Suzana da Cunha Joffer: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O aumento dos idosos em todo o mundo deve-se às transformações socioeconômicas que determinaram grandes inovações científico-tecnológicas, associadas a melhores condições de vida. No entanto, essa conquista também gera aspectos negativos, como aumento da violência e maus-tratos. A violência contra a pessoa idosa no âmbito familiar é um problema que se agrava e se estende gradativamente nos últimos anos. Em consequência desse envelhecimento populacional, o idoso tornar-se alvo da violência. A agressão a população acima de 60 anos vem de diversas formas, a falta de carinho, atenção, pressão psicológica, descaso e a agressão física propriamente dita. Essa violência não é somente física, como também psicológica, o número de idosos que sofrem algum tipo de abuso é tão grande que esse caso já se tornou um problema de saúde pública. A Organização Mundial de Saúde (OMS) define maus-tratos na terceira idade como ato único ou repetido, ou ainda, como ausência de ação apropriada que cause dano, sofrimento ou angústia, e que ocorra dentro de um relacionamento de confiança. Esse cenário é atualmente uma preocupação relacionada com a saúde pública e a violação dos direitos humanos e, por não ter um fator unicausal, trata-se de um fenômeno biopsicossocial. O presente estudo tem como objetivo, ressaltar o aumento da violência, estudar os tipos de agressão e tentar encontrar meios necessários para combater os maus-tratos contra a pessoa idosa.

**(Metodologia)** Pesquisa documental com base no Caderno de violência contra a pessoa idosa da Secretaria de Saúde de São Paulo e em materiais da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

**(Resultados)** Esta temática traz consigo um prisma velado que se estende desde o universo do indivíduo violentado à descrição científica por conta de subnotificações e da difícil abordagem. Os resultados mostram exclusivamente questões de agressão em casos de filhos que moram na mesma residência que os pais, causando diversas formas de maus-tratos contra idoso. Existem diversos tipos de agressão, tais como, maus-tratos físicos, maus-tratos psicológicos, negligência, abandono, abuso financeiro ou material, abuso sexual, autonegligência, negligência social difusa, violação dos direitos humanos, econômico-financeira e patrimonial. Os abusos físicos, psicológicos, sexuais, financeiros e negligências, assim como as outras formas de violência geralmente não chegam aos serviços de saúde, pois permanecem neutralizadas nas relações familiares, ou dos prestadores de cuidados aos idosos, porém, a detecção de fatores de risco é uma iniciativa para prevenção, detecção precoce e alicerce de condutas apropriadas. Dentre as várias mudanças ocorridas uma de grande destaque se constitui os chamados "programas para a Terceira Idade", que oferecem diferentes propostas para o lazer e ocupação do tempo livre. São espaços nos quais o convívio e a interação com e entre os idosos permitem a construção de laços simbólicos de identificação, e onde é possível partilhar e negociar os significados da velhice, construindo novos modelos, paradigmas de envelhecimento e construção de novas identidades sociais.

**(Conclusão)** Qualquer tipo de violência deve ser denunciado. Para isso, a Secretaria de Direitos Humanos conta com o serviço do Disque 100 para acolher denúncias. Trata-se de um serviço gratuito, que funciona 24 horas por dia. A identidade de quem denuncia é preservada.

**Palavras-Chave:** Idoso, violência; violência doméstica, maus-tratos, assistência ao idoso.

*15ª edição do*  
**CONIC**  
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL



**PG1 - Administração**

## A PERCEPÇÃO SOBRE A SEGURANÇA DO TRABALHO DOS FUNCIONÁRIOS DE UMA INDÚSTRIA TÊXTIL DA GRANDE NATAL/RN

**Autor(es):**

*José Ramos da Silva: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Maria Helena de Oliveira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O termo “Segurança” remete-nos ao entendimento do “estado de estar livre de riscos inaceitáveis de danos”, cuja definição se alinha de forma direta às normas vigentes BSI-OHSAS 18001. Já o termo “Saúde” possui uma abrangência mais ilimitada e baseado nas definições da Organização Mundial da Saúde (OMS), nos define esse termo como o “estado de bem-estar físico, mental e social” e não simplesmente a ausência de doenças ou enfermidades. As ações voltadas para segurança dentro das empresas, são em sua essência dependentes da conduta comportamental de seus membros, já que não existem sistemas capazes de garantir em sua totalidade que uma pessoa não irá se acidentar na execução de suas atividades. Este estudo teve como objetivo principal verificar a percepção que os funcionários têm das ações voltadas para a segurança do trabalho desenvolvidas numa grande indústria Têxtil da grande Natal/RN. A busca por essa percepção vai de encontro, não apenas às obrigações legais impostas à empresa, como também a sensibilização destes trabalhadores para agir de forma segura, não só na empresa, mas também fora dela.

**(Metodologia)** Como estratégia de investigação, num primeiro momento, foi realizada uma pesquisa interna junto a área de Recursos Humanos da empresa, buscando o perfil dos funcionários. Num segundo momento, aplicou-se um questionário com perguntas “abertas” junto a um grupo de 14 funcionários cujo foco está centrado nas ações obrigatórias que a empresa apresenta e na busca do entendimento que os trabalhadores têm dessas ações e o consequente impacto em suas vidas. A avaliação das respostas foi feita de forma qualitativa.

**(Resultados)** Analisando-se as respostas de forma individual, percebe-se que nenhum dos entrevistados fez alusão à mudança proporcionada pela segurança do trabalho em sua vida pessoal. A priori, como o questionário focou-se na segurança feita dentro das instalações da empresa, é compreensível que eles não tenham feito essa conexão. Um outro achado refere-se à necessidade de apoio técnico das áreas de suportes no turno noturno. A fábrica trabalha em 3 turnos, mas mantém técnicos de segurança somente em 2 turnos (matutino e vespertino). Dessa forma, as equipes do turno C (noturno), sentem-se menos assistidas que os demais. Na maioria das respostas, os funcionários declararam que a Segurança do Trabalho é importante e que se sentem tranquilos por constatarem que a empresa se preocupa com esse aspecto do trabalho.

**(Conclusão)** O presente trabalho teve como objetivo verificar em um grupo de sujeitos, funcionários da COATS, qual o grau de percepção que estes possuem em relação a prática de segurança dentro da empresa e o impacto em suas vidas pessoal e profissional. Após percorrer todo o caminho, observando a prática diária e entrevistando-os, percebeu-se que práticas educativas tem grande importância na vida das pessoas. Para isso, se faz necessário que estas se envolvam e compreendam a relevância da manutenção de ações preventivas de modo individual e organizacional. Quanto aos resultados associados aos diferentes turnos de trabalho, percebeu-se que se faz necessário o desenvolvimento de atividades de atenção à saúde, segurança e apoio técnico para o turno noturno, com vistas a um melhor engajamento e sentimento de pertença por parte dos trabalhadores.

**Palavras-Chave:** Percepção; Trabalhadores; Segurança e Saúde.

## **AQUISIÇÕES HOSTIS: GUIA PARA A TOMADA DE DECISÕES**

### **Autor(es):**

*Lucélia Maurício de Lima: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Yasmin Correia de Amorim: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Amanda Bonfim de Brito: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Vivianne Cardoso da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Márcio Carvalho de Brito: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Diante da grande dificuldade enfrentada, tanto por profissionais como por amadores, em tomada de decisões, o trabalho visa explicar de forma esclarecedora a importância dos takeovers na compra de papéis em sua maioria ou totalidade, de empresas previamente escolhidas. A análise significativa das ofertas hostis de compra implica a avaliação das probabilidades, e as tentativas de takeovers apostam em resultados incertos e analisar todos esses processos é de fundamental importância para que o sucesso seja garantido mediante a tomada de decisão.

**(Metodologia)** O trabalho classifica-se como descritivo e utilizou-se como instrumento de coleta de dados, o livro Estudos de casos em Finanças (5ª edição), do autor Robert F. Bruner, além da pesquisa na rede mundial de computadores, esclarecendo algumas expressões encontradas durante a leitura.

**(Resultados)** Para que entendamos o termo takeover é necessário analisá-lo como uma situação: basicamente uma proposta de compra inesperada, que parte de um licitante para uma empresa alvo. Esse licitante coloca uma oferta por determinado período de tempo, com condições impostas por ele (valor, forma de pagamento e até mesmo as condições de pagamentos). Também um conceito de que o takeover é um processo de mudança do controle societário de uma empresa através de compra da maioria ou da totalidade das ações. As famosas palavras do economista mais importante da primeira metade do Século XX, John Keynes, revelam a base para entender, analisar, projetar ou repelir ofertas hostis de compras: "takeovers são jogos". Keynes cita ainda que um investidor profissional é um árbitro, pois com seus conhecimentos será capaz de prever as trajetórias que os resultados podem tomar. Dentro desse cenário de especulações, oferta e procura, existem posicionamentos dentro desse jogo: O atacante ou licitante, que toma a iniciativa – oferta; O defensor ou empresa alvo, que é visto como a oportunidade rentável. Obviamente que o ambiente é muito mais complicado e envolve outros tipos de jogadores nessa disputa e existem regras, decisões da Justiça, leis e regulamentações que podem afetar consideravelmente esse cenário, e está informado sobre esses jogadores, tanto sobre os que estão em campo quanto aqueles que estão fora deles é essencial.

**(Conclusão)** De acordo com todas as informações obtidas e analisadas durante a pesquisa e levando em consideração a instabilidade do mercado financeiro, é de fundamental importância conhecer todos os dados de uma empresa, desde os seus principais ativos até os inutilizados, para que se esteja sempre preparado para uma oferta inesperada e para que se possa manter saudável a economia de uma empresa.

**Palavras-Chave:** Financeira. Rentabilidade. Takeovers.

## FATORES DE INFLUÊNCIA NO POSICIONAMENTO DAS MARCAS LÍDERES DE MEMORIZAÇÃO PELO CONSUMIDOR NATALENSE

### **Autor(es):**

*Andrews Asheley de Lima Castro: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Danilo Duarte de Moura: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Gabriela Dias de Araújo : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Marcos Cesar Cavalcanti de Moraes: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN*  
*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Diante de um mercado altamente competitivo, a liderança da marca de um negócio, seja ele de qualquer segmento econômico, é uma preocupação constante daqueles que estão à frente da gestão de empresas. Com base nisso, o consumidor é de fato quem determina a credibilidade ou descrédito de um negócio representado pela sua marca. Sendo assim, o que faz com que uma marca conquiste liderança na lembrança do consumidor é alvo de estudo e pesquisa deste referido artigo científico, e é a partir desta análise que se chega a seguinte problemática a ser solucionada: que fatores podem ser considerados como principais no que se refere a influência no posicionamento das marcas líderes quanto à memorização pelos consumidores?

**(Metodologia)** Este trabalho está baseado cientificamente em 4 tipos de pesquisa, dos quais: aplicada, qualitativa, explicativa e bibliográfica que objetivam respectivamente: produzir conhecimento para aplicação prática referente à solução do problema de mercado concernente à identificação dos fatores que influenciam o posicionamento das marcas líderes de memorização em seus segmentos econômicos; trazer dados e informações não mensuráveis e analisados indutivamente; identificar os fatores que fortalecem e influenciam na lembrança do consumidor relacionado às marcas líderes de memorização em seus respectivos segmentos; e como procedimentos de pesquisa, analisar material publicado em reportagens anuais da revista Foco Nordeste.

**(Resultados)** Analisando dados provenientes de questionário realizado com 680 consumidores distribuídos em 32 bairros de Natal, e concomitantemente, declarações de dirigentes de organizações analisadas, foi constatado que os principais fatores de influência na fixação das marcas pelos consumidores que se destacam neste trabalho, todos eles pertinentes às empresas pesquisadas, são: Valorização e Capacitação dos Colaboradores, Localização Geográfica, Fidelização do Cliente, Uso de Mídias e Promoções, Responsabilidade Social e Ambiental, Uso da Tecnologia e Tradição. Tais fatores – na maior parte procedidos de ações de gestão – foram identificados em declarações de dirigentes de empresas consideradas, reforçado pela simples observação da rotina dessas instituições, na condição de cliente e consumidor, em visitas específicas para esse fim. A partir dessas análises, se reforça ainda mais a importância de uma boa estruturação de uma empresa, e também a forma como que é disposto um serviço de boa qualidade até os seus consumidores.

**(Conclusão)** Os dados apresentados ao longo dessa pesquisa comprovam a existência de razões que influenciam positivamente a construção da imagem das marcas. Os resultados apresentados possuem importante relevância, principalmente no que se diz respeito à futuros projetos que envolvam tema equivalente, dos quais podem ser de enorme valor como fonte de pesquisas. Propicia ainda, a aplicação desse conhecimento em outras empresas que, de alguma forma, almejam progredir no desenvolvimento do reconhecimento de suas marcas. Podemos concluir dessa forma, com a identificação dos fatores descritos, que foi atingida à satisfação do questionamento inerente ao Objetivo Geral do presente trabalho.

**Palavras-Chave:** Top of Mind

## FRANCHISING: CENÁRIO DA COMUNICAÇÃO NAS UNIDADES DE FRANQUIAS EM NATAL/RN

### **Autor(es):**

*Magaly Aparecida Galvão Dantas de Melo: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O negócio fundamentado no conceito do franchising apresentou um crescimento de 9% em 2014, e a previsão é que o Nordeste tenha um crescimento de 14% em faturamento no próximo ano (ABF, 2014). O Rio Grande do Norte está em quarto lugar no ranking dos estados do Nordeste com o maior número de franquias abertas, em número de unidades, perdendo apenas para Pernambuco, Ceará e Bahia. Para o franchising, planejamento estratégico de comunicação é de fundamental importância, principalmente por se tratar de um negócio onde existem vários operadores em mercado diferentes. Algumas marcas já se deram conta do quão importante é preocupar-se com a sua comunicação e estratégias de mercado local. O respeito à cultura de cada região facilita a melhor compreensão do perfil de consumo. Desse modo, essa pesquisa objetiva entender o mercado de franquias na cidade do Natal e analisar a satisfação dos franqueados com as práticas de comunicação das franqueadoras.

**(Metodologia)** Trata-se de pesquisa de campo, exploratória, qualitativa, onde foram aplicados questionários com 14 questões em 40 unidades de franquias distintas na cidade de Natal de diversos seguimentos, no período de Maio à Outubro de 2014. As questões contemplavam aspectos de satisfação e investimento na área de comunicação e marketing das franqueadoras e iniciativas locais dos franqueados quanto a investimento em comunicação local. Os dados foram tabulados no Excel e analisados descritivamente.

**(Resultados)** De acordo com os dados obtidos, 90% dos franqueados não estão satisfeitos com o investimento em comunicação local por parte da franqueadora. Apenas 2,5% satisfeitos e 7,5% que não souberam/quiserem responder. Quanto a assistência de agencia publicitaria local, 27,5% afirmaram ter agencia local enquanto 72,5% não investem nessa estratégia. Dentre os franqueados que dispõem de agencia local, 45,5% não se relacionam com a franqueadora quanto a alinhamento de estratégias e comunicação; 18,2% não informaram ao franqueador da iniciativa local e 9% afirmam que a rede não possui autonomia para tal iniciativa e apenas 27% das agencias locais mantem relacionamento com a rede. Dentre os que não possui agência local, 86,2% estão pouco satisfeitos com o investimento em marketing e propaganda realizado pela franqueadora; 55,7% declararam que nunca receberam investimento em comunicação local; quando questionados sobre o respeito a diversidade cultural e regional do franqueador, apenas 13% disseram que sempre respeitam; 42% que as vezes respeita; 28% que nunca respeitam e 17% não souberam responder. Por fim, 18% acreditam que uma comunicação local poderia melhorar o faturamento, 45% acreditam que talvez, enquanto que 28% não e 9% não souberam responder.

**(Conclusão)** Apesar de ser uma opção menos arriscada para os empreendedores, o franchising nacional ainda precisa mudar alguns posicionamentos de gestão, principalmente na comunicação, e dar a devida importância a regionalização do hábito de consumo. 90% de franqueados de Natal não satisfeitos com sua comunicação local reiteram a importância de otimizar a comunicação com seus franqueados. Uma comunicação local bem planejada não quer dizer muito investimento, levando em consideração que já existe percentual nos royalties destinados a isso, mas significa estreitar o relacionamento com a franqueadora e investir em profissionais adequados que possam atingir o melhor resultado. A satisfação entre os empresários que trabalham com profissionais locais e os que não, evidenciam a importância de uma comunicação local direcionada ao público alvo, de tal forma que a cultura e a regionalização sejam considerados nas ações das franqueadoras.

**Palavras-Chave:** franchising; expansão; franqueados; marketing; comunicação; regionalização.

## **GESTÃO DE LIDERANÇA X EMPREENDEDORISMO: UMA VISÃO MODERNA**

### **Autor(es):**

*Fernando Tadashi Dias Ikeda: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Beatriz Pessoa Chacon: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Alvaro da Silva Nogueira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN*

*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este trabalho tem o objetivo, de descrever algumas questões relacionadas a respeito de empreendedorismo e gestão de liderança. Na visão de Dornelas o senso de liderança do empreendedor é incomum. O empreendedor valoriza, estimula recompensa e respeita os seus funcionários e por isso é respeitado por eles. Fazendo uma análise nos estilos de liderança de alguns líderes que mudaram a história buscando identificar traços de suas personalidades, e enfim entender como se dá esse processo. O Que faz um indivíduo ser líder? A liderança não se trata de uma profissão ou um emprego, mas ter qualidade e atitudes que fazem com que uma pessoa se destaque.

**(Metodologia)** Objetivamos gerar conhecimentos para uma aplicação prática dirigindo solução de problemas já existentes no mercado empresarial e aprimorando alguns conceitos já existentes para surgir uma nova geração de empreendedores e gestores que venham a acrescentar no mercado. Nossos objetivos diante dessa pesquisa são explicativos para que possamos nos familiarizar com esta arte de pesquisar e identificar os problemas abordados para que possamos corrigi-los futuramente.

**(Resultados)** Gestão é o ato de gerir organizações. Primeiramente a gestão de empresas é uma das mais importantes ferramentas de um gestor, sendo responsável pela forma de atendimento ao cliente até o desenvolvimento financeiro de uma empresa e principalmente a gestão de seus funcionários. Já os empreendedores apresentam certos traços de liderança. O que não resta dúvidas é que os empreendedores sabem trabalhar com equipes e não apenas com indivíduos. O empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente introduzindo novos produtos e serviços, criando novas formas de organização ou explorando novos recursos e matérias. Reflete também a prática de criar novos negócios ou revitalizar negócios já existentes. Por isso, a atividade do empreendedor é muitas vezes associada à incerteza, principalmente quando seu negócio envolve algo realmente novo ou quando o mercado para seu produto sequer existe. O espírito empreendedor trata-se de um tema complexo, mas três características básicas permitem identifica-los: Necessidade de realização: Existem aquelas pessoas com pouca necessidade de realização, elas contentam-se com o status atual e não pretende sair dele. Pessoas com alta necessidade de realização gostam de competir como certo padrão de excelência. Disposição para assumir riscos: Os empreendedores assumem vários riscos para iniciar ou trocar seu próprio negócio: riscos financeiros, risco familiares, risco psicológicos. Autoconfiança: Quem possui autoconfiança sente que pode enfrentar sem medo algum os desafios que existem ao seu redor e tem domínio sobre os problemas que enfrenta. A liderança é conduzir pessoas em um processo para que alcance, êxitos planejados. Normalmente as pessoas não diferenciam liderança de gestão, por ambas terem ligação com o comando de pessoas, no mundo dos negócios, compreender a diferença entre gestão e liderança é imprescindível, pois nem todo gestor é um líder, e vice-versa. Existem muitos tipos de lideranças, no meio empresarial identificamos alguns tipos de líderes, autocrático. O líder exigente, o visionário e o democrático.

**(Conclusão)** O entendimento e o estudo da administração vêm apresentando inegável evolução nos últimos anos. Surge de forma clara a necessidade de seu estudo sob enfoque mais amplo e atualizado. Esse trabalho foi elaborado tendo em vista identificar, apontar e propor qual seria o melhor estilo de liderança para um gestor que pretende se envolver com a gestão moderna, como também para os futuros líderes. Tendo em vista um estudo científico para aprofundar os conhecimentos, percebe-se a relevância desta pesquisa que pode definir a importância do conhecimento pessoal e organizacional. Ressaltando por meio deste estudo que serão úteis para a manutenção de uma boa liderança e empreendedorismo saudável em um ambiente empresarial.

**Palavras-Chave:** Liderança X Empreendedorismo

## MODELAGEM DE UM COFFEE CLUB: QUENTE & FRIO CAFÉ

### **Autor(es):**

*Walesca Regislane da Silva Alves: Discente do curso de Administração do UNI-RN*  
*Maria Jerlani de Lucena Alves: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*  
*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*  
*Patrick Reinecke de Alverga: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Para suprir a necessidade de demanda gerada por consumidores em Natal/RN, torna-se importante a existência de locais capazes de oferecer ambientes confortáveis e que ofereçam estrutura para que encontros sociais regados a um bom café aconteçam, trazendo boas memórias para nossos clientes. Partindo desse ponto de vista, desenvolvemos uma modelagem de negócios para uma empresa classificada como Quente & Frio Café, para trabalhar além de um ambiente aconchegante, bons produtos à base de café. Para isso, o presente trabalho pretende mostrar de forma sistêmica, integrada, rápida e visual o modelo de negócio escolhido e como funciona uma cafeteria destinada principalmente a clientes da classe A e B, de todas as idades e gostos. O modelo de negócio também visa um planejamento sobre ter um cardápio diferenciado, cartão fidelidade, eventos sociais e baristas comunicativos para um bom atendimento aos nossos clientes, onde espera-se com esses quesitos iniciais, fidelizar de fato o cliente, fazer com que eles realmente sintam-se num ambiente como o proposto.

**(Metodologia)** A pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, com uso de dados secundários. Como instrumento de coleta de dados, utilizaram-se pesquisas de mercado e notícias divulgadas sobre cafeterias na internet. Para a análise dos dados, a escolha foi pela abordagem qualitativa, com o uso de uma ferramenta de modelagem de negócio, Business Model Canvas (BMC) do Osterwalder (2009) que é estruturado em uma tela com nome blocos que descrevem as principais áreas de um negócio.

**(Resultados)** O Brasil é um país é consumidor de café por excelência. A partir dos 15 anos de idade, 97% da população brasileira consome café. O mercado de cafés especiais e gourmet cresce 20% ao ano, segundo a ABIC (Associação Brasileira da Indústria do Café). Em 2008, a ABIC registrou o consumo de 17,7 milhões de sacas de café no Brasil. A Quente & Frio Café se propõe a realizar um trabalho inovador tendo um tratamento diferenciado com os clientes, oferecendo uma estrutura física com boa localização, estacionamento próprio, atendimento, empatia, vendas de produtos de qualidade, barista experiente e um ambiente acolhedor. Além de loja física, ter também website, fazer bom uso de um marketing digital e das redes sociais, visando sempre bom relacionamento com o cliente, oferecendo cardápio diferenciado, cartão fidelidade, eventos culturais, dentre outras questões. É destinado a clientes das classes A e B que buscam convívio social e lazer, servindo também para reunião de negócios.

**(Conclusão)** De acordo com todos os dados obtidos para a modelagem de negócio do coffee club Quente & Frio Café, foi desenvolvido um planejamento que visa proporcionar um ambiente onde as pessoas possam passar momentos agradáveis, mas que principalmente eles apreciem produtos quentes ou frios feitos a base de café. Nosso atrativo principal, além do bom atendimento, é ter produtos com excelência para oferecer.

**Palavras-Chave:** COFFEE CLUB, CAFETERIA, CAFÉ



**RELACIONAMENTO ENTRE GESTORES E COLABORADORES - A IMPORTÂNCIA DAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NAS ORGANIZAÇÕES.**

**Autor(es):**

*Karla Janaina Marques da Rocha : Discente do curso de Administração do UNI-RN  
Felipe Carvalho de Oliveira Rocha: Discente do curso de Administração do UNI-RN  
Pedro Câmara Gurgel Gadelha: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN  
Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A organização é uma unidade social, estabelecida de maneira deliberada, na qual pessoas interagem a fim de alcançar objetivos. No atual cenário das empresas, o alinhamento das pessoas e de suas competências às metas organizacionais, é fundamental para que os gestores sejam bem-sucedidos em suas atividades. Dessa forma, o relacionamento entre a organização e as pessoas que nela trabalham torna-se um aspecto de primordial importância. O processo de interação humana encontra-se presente no cotidiano e nas organizações. Conviver com o outro não é uma tarefa fácil. Cada indivíduo tem suas aspirações pessoais, seus objetivos, suas características de personalidade, seus talentos e habilidades. E ao constituírem uma equipe de trabalho, precisam relacionar-se com colegas e superiores, atender o cliente, focalizar metas e resultados, além de seguir as regras da organização e aculturar-se nela. Considerando a interação pessoal dentro do ambiente organizacional, é importante ressaltar que as pessoas não funcionam como máquinas, e que muitas vezes o comportamento será diferente do que se espera, sendo necessário a figura do líder desempenhando um papel ativador na equipe e acrescentando significado ao trabalho do grupo, motivando, orientando, avaliando e recompensando adequadamente. O capital humano constitui o elemento básico das empresas. As pessoas interagem de forma estruturada fazendo com que a empresa exista e possa alcançar os seus objetivos organizacionais. Empresas eficazes são aquelas que tornam os objetivos individuais e organizacionais compatíveis e integrados. O gestor precisa reconhecer as relações entre os objetivos e ter habilidade para empregar recursos necessários para o alcance de ambos.

**(Metodologia)** O presente trabalho se utilizou de pesquisa do tipo bibliográfica que tem por objetivo conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre determinado tema. A pesquisa bibliográfica abrange a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos e documentos. Esse tipo de pesquisa procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas.

**(Resultados)** Sabe-se que o cotidiano do trabalho influi na vida e nas emoções das pessoas, logo, as organizações perceberam a necessidade de um bom ambiente de trabalho para a produtividade e, por consequência, o andamento do trabalho. A importância das relações interpessoais ( líder/liderado) e a forma que cada estilo de liderança influencia no desempenho das equipes. Como o comportamento de liderança deve ajudar o grupo a atingir seus objetivos, ou em outras palavras, a satisfazer suas necessidades. Tendo em vista que as pessoas constituem o elemento básico das empresas, é necessário um clima amistoso dentro das organizações.

**(Conclusão)** Esse trabalho tem como finalidade ressaltar a importância de um clima organizacional amistoso dentro das organizações, bem como, a influência que as relações interpessoais exercem no desempenho humano. Enfatizando a necessidade de uma intensa interação humana para que haja um bom funcionamento da empresa e para o sucesso e bem-estar coletivo.

**Palavras-Chave:** Liderança; Liderado; Relações interpessoais; Desempenho; Interação Humana

## RELEVÂNCIA SOCIOECONÔMICA DAS LOJAS DE ARTESANATO DO SHOPPING DO ARTESANATO POTIGUAR

### **Autor(es):**

*Josivania Santos de Lima: Discente do curso de Tecnologia em Gestão Comercial do UNI-RN*

*Ana Maria Machado Trajano: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Alessandra Cruz da Silva Souza: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Kananda Rayanne Martins Oliveira: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Luciana Silva Ramos de Souza: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Rosa Gouveia Sobral da Câmara: Docente do UNI-RN*

*Karine Symonir de Brito Pessoa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A economia brasileira tem como uma das principais características a competitividade empresarial. O Brasil é um dos países de maior ação empreendedora do mundo, onde as micros e pequenas empresas exercem uma importante função na geração de empregos. Neste contexto, as micros e pequenas empresas do ramo de artesanato estão entre as principais atividades empresariais com potencial ascendente do país, expandindo seus produtos tanto para o mercado interno como externo. O Shopping do Artesanato Potiguar inaugurado em janeiro de 2005, traz uma visão inovadora da comercialização de artesanato, com lojas que oferecem algumas vantagens, pois muitas delas servem como experimento para novas ideias, produtos e materiais. Porém, tais vantagens não significam que os empreendedores das lojas de artesanato do Shopping do Artesanato Potiguar não tenham problemas. Diante desta conjuntura, nos perguntamos: “Qual a importância econômica e social do Shopping do Artesanato Potiguar de Ponta Negra?”

**(Metodologia)** A pesquisa do presente estudo, está baseada em três tipos: Bibliográfica, descritiva e exploratória, procurando observar, descrever, registrar, analisar e correlacionar fatos, identificar fatores qualitativos e quantitativos. Segundo Gil (1991, p.41) a pesquisa exploratória “Visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses”.

**(Resultados)** O Shopping do Artesanato Potiguar apesar de suas dificuldades e limitações, apresenta potencial para atingir melhor desempenho no mercado, por ser um grande centro comercial especializado em produtos artesanais, e estar bem localizado no bairro de Ponta Negra, onde o setor do turismo é uma das atividades mais presentes na economia local. Neste contexto, a prática de incentivo ao turismo no RN pode aumentar o consumo de produtos artesanais, trazendo benefício à economia local e atrair esta demanda para o Shopping do Artesanato Potiguar, visando não somente o turista como também os moradores da região.

**(Conclusão)** O Shopping do artesanato Potiguar é de fundamental relevância para a economia da Capital do Rio Grande do Norte, pois nesse espaço encontramos a arte na sua verdadeira essência, seja produzida aqui, seja produzida em outros estados. Ficou evidenciada a importância do empreendedor do Shopping do Artesanato Potiguar, pois o mesmo gera diversos empregos formais e informais, contribuindo de forma singular para a economia do estado. A de se observar, que apenas 84,51% dos entrevistados não possuem nem ensino médio completo, tem baixa escolaridade, estão no mercado a menos de 05 anos, sofrem com concorrência muitas vezes desleal, não têm investimento do governo municipal ou estadual, 92,31% dos entrevistados relataram que o único órgão a dar assessoria é o SEBRAE e participam de poucos programas de orientação ao empreendedor. Apesar das dificuldades conseguem gerir seus negócios engrandecendo uma fatia da economia local. Ressaltando ainda, a visibilidade do mercado não só pra o turista, mas para o nativo, que não deixa de admirar e adquirir, gerando renda todo o ano. O incentivo a empreendedores nesse setor é de importância vital em um país que, como o Brasil, luta contra a pobreza e preservação da identidade cultural. Mas os obstáculos são grandes e o processo de implantação do artesanato como uma atividade regular e economicamente viável encerra muitos desafios. Sendo assim, podemos afirmar que o artesanato além de ser fonte de renda é preservação cultural.

**Palavras-Chave:** Empreendedorismo do Artesanato - Shopping do Artesanato Potiguar

**UMA ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO PATRIMONIAL, ECONÔMICA E FINANCEIRA DA NATURA S/A NOS ANOS DE 2012 E 2013**

**Autor(es):**

*Alice Hevilla Rolim Rodrigues: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Thiago Grande Rodrigues: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

*Vivianne Cardoso da Silva: Discente do curso de Administração do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thereza Angélica Bezerra de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Natura S/A é uma organização que preocupa com sustentabilidade, natureza e sociedade. Preocupada com o meio ambiente, a empresa implementou em sua linha o refil ecologicamente correto, o plástico verde aconteceu em 2010. Todo plástico utilizado na embalagem de refis passou a ser produzida a partir da cana-de-açúcar, uma fonte de energia vegetal e renovável, diferente do plástico comum, que é derivado do petróleo. O objetivo desta pesquisa foi de analisar a situação patrimonial, econômica e financeira da empresa nos anos de 2012 e 2013. Essa pesquisa é relevante para que os usuários das informações contábeis tenham conhecimento da situação ampla desta organização.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada na pesquisa foi descritiva, documental e bibliográfica. Os dados coletados foram às demonstrações financeiras da empresa nos anos de 2012 e 2013. Foi realizado estudo de caso utilizando a coleta de dados do próprio site da empresa. A análise dos dados foi realizada através dos índices financeiros como: estrutura de capital, liquidez, rentabilidade e atividades.

**(Resultados)** Os resultados mostraram que sua liquidez geral passou de 1,46 em 2012 para 1,29 em 2013. Já na liquidez corrente a Natura cresceu, passando de 1,21 em 2012 para 1,33 em 2013. Na Liquidez seca houve uma queda de 2012 para 2013, respectivamente de 0,76 para 0,72. Na Participação de capitais de terceiros em 2012 a Natura tinha 245,19% e em 2013 passou para 339,82%. Por sua vez a composição de endividamento de 2012 a Natura tinha 43,01% e em 2013 passou para 18,01%. A Imobilização do Patrimônio Líquido em 2012 fechou com 27,76% e em 2013 passou para 48,19. Imobilização dos recursos não correntes subiu de 10,09% em 2012 para 13,98% em 2013. No giro do Ativo de 2012 pra 2013 a mesma cresceu, passando de 1,4% para 1,25%. Já na Margem líquida a Natura se manteve estável entre 2012 e 2013, possuindo 13%. A Rentabilidade do Ativo de 2012 a natura estava com 19% e em 2013 houve uma queda para 16%. A Rentabilidade do patrimônio líquido, a natura cresceu de 67% que tinha em 2012 pra 73% no ano de 2013. Em 2013 a empresa finalizou o ciclo de capacitação e investimentos em infraestrutura logística, que resulta na conquista de altos índices na qualidade dos serviços prestados as consultoras e na redução de prazo de entrega dos pedidos.

**(Conclusão)** Conclui-se, portanto que a empresa possui uma situação financeira e contábil favorável. Do ponto de vista social, vimos que a mesma não se preocupa apenas com o lucro, mas também com a sustentabilidade, a natureza e a sociedade, é uma empresa que investe muito em estudos e pesquisas para fabricação e aperfeiçoamento de seus produtos, se preocupando cada vez mais com o meio ambiente e uso correto de suas fontes, tentando minimizar ao máximo os impactos ao meio em que vivemos.

**Palavras-Chave:** Índices financeiros. Demonstrações financeiras. Tomada de decisão. Rentabilidade.

*15ª edição do*  
**CONIC**  
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL



**PG2 - Contabilidade**

## ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA NO SETOR FINANCEIRO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2013 E 2014

### **Autor(es):**

*Erika Maria Silva dos Santos: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Rudney Rossi Moraes Ernesto: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Maria Sibebe Batista Damasceno : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Maria Joelma Alves da Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Mariana Medeiros Dantas de Melo: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Demonstrar a importância da avaliação do Desempenho Econômico-financeiro do ponto de vista prático observa-se que a técnica de análise das demonstrações contábeis é utilizada com uma forma de avaliar o desempenho econômico-financeiro, com o fim crítico de apresentar aos gestores das organizações, informações que auxiliem na tomada de decisão, por se constituir ferramenta indispensável para a manutenção de toda e qualquer atividade sócio econômica, além de proporcionar diversos outros benefícios. Dessa forma, a Avaliação de Desempenho empresarial tem sido considerada como imprescindível para que as organizações se mantenham competitiva. Com a importância que tem a Análise das Demonstrações Contábeis nos tempos atuais simultaneamente é apresentada para uma melhor percepção tomando-se por base e parâmetros, a análise comparativa compreendida entre os coeficientes obtidos pela Análise das Demonstrações Contábeis.

**(Metodologia)** A metodologia pode ser definida como exploratória, bibliográfica, Quanto aos procedimentos, o estudo é bibliográfico utilizando fontes como livros, internet entre outras informações fornecidas por estudiosos capacitados para esta prática.

**(Resultados)** A análise das demonstrações contábeis por agregar valores e informações que possibilitam os confrontos dos elementos patrimoniais, indicando fatos ocorridos, determinando a situação atual e permitindo uma visão das tendências futuras, surge a necessidade que as empresas obtenham de formas viáveis de apresentar suas análises e interpretação dos indicadores e demonstrações contábeis, com o intuito de apresentar a diversas formas de avaliar e manter seus recursos financeiros em rotatividade. Espera-se poder utilizar os princípios para gerar vantagem econômica e financeira, buscando sempre uma visão mercadológica, Com esse método alcançar sustentabilidade onde possa permanecer e proporcionar o crescimento.

**(Conclusão)** A correta interpretação dos indicadores proporciona aos gestores condições seguras para tomada de decisão. Com isso diagnosticar a situação de uma empresa significa organizar, comparar e interpretar os componentes do patrimônio da mesma, onde cada analista abordará a empresa com determinado objetivo e este determinará a profundidade e o enfoque da análise que possibilite melhor conhecer a real situação da empresa, ou de levantar os efeitos de uma gestão. Essas informações que venham a antecipar os recursos ou prevenir a perda é um elemento fundamental para ajudar alcançar metas e trazer as instituições os melhores resultados Todas as atividades de todo e qualquer negócio envolvem riscos, todavia se faz necessário que estes sejam cuidadosamente calculados. Os indicadores visam minimizá-los, pois as decisões são baseadas no conhecimento. Este trabalho de forma teórica e prática vai expor conceitos, procedimentos necessários para elaboração das demonstrações contábeis, além de cálculos e situação de cada empresa na avaliação do período entre elas, e seu desempenho financeiro em relação à contribuição social deste trabalho.

**Palavras-Chave:** Qual a situação econômico-financeira das empresas do setor financeiro brasileiro nos anos de 2013 e 2014?

## O CUSTO DO IMPAIRMENT NAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ELÉTRICA DO NORDESTE

### **Autor(es):**

*Ingrid Beatriz Santana da Silva : Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Larissa Albertina Borges de Moura: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Janaina Francisca de Pontes: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Josivânia Kelly Flor de Lima Silva: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*  
*Erica Domingos Paula: Discente do curso de Ciências Contábeis do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ridalvo Medeiros Alves de Oliveira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O ativo é um dos três elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira das entidades. A mensuração e a avaliação de ativos são duas temáticas amplamente discutidas na contabilidade ao longo de sua evolução, e ganhou mais ênfase com o processo de harmonização de normas contábeis, em nível mundial. O Pronunciamento Técnico CPC 01 trata do impairment, ou da “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, e teve sua primeira versão aprovada em setembro de 2007 e, com a promulgação da Lei nº 11.638, conhecida como a “Nova Lei das Sociedades Por Ações”, no mesmo ano, já trouxe mudanças significativas nas avaliações de ativos de muitas empresas, publicadas nos seus balanços já a partir do ano de 2008. Por se caracterizarem por terem um alto investimento em ativos imobilizados as companhias distribuidoras de energia elétrica estão fortemente sujeitas às perdas por impairment. Face ao exposto, o presente trabalho busca responder o seguinte problema de pesquisa: Quais os impactos provocados pela aplicação da redução ao valor recuperável de ativos (CPC 01) nos demonstrativos das distribuidoras de energia do nordeste brasileiro, no período de 2008 a 2014?

**(Metodologia)** No presente trabalho foi utilizada a tipologia da pesquisa sugerida por Beuren(2010), segundo a qual uma pesquisa é classificada sob três aspectos: 1) Quanto aos objetivos: trata-se de uma pesquisa descritiva; 2) Quanto aos procedimentos: é uma pesquisa bibliográfica e documental; e 3) Quanto à abordagem do problema: é uma pesquisa quantitativa. No que diz respeito aos procedimentos utilizados, foi utilizada a pesquisa documental nas demonstrações financeiras e respectivos relatórios da administração das distribuidoras de energia de capital aberto, disponíveis no sítio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), referentes ao período de 2008 a 2014.

**(Resultados)** Devido à indisponibilidade de informações acessíveis, não fizeram parte da pesquisa as distribuidoras dos estados da Paraíba, de Sergipe e do Piauí. Dentre os demais estados, os dados coletados apontam que a maior perda por impairment ocorreu nos primeiros anos após a entrada em vigor, o que provocou um alinhamento dos ativos com os seus valores recuperáveis. Após esse alinhamento, verifica-se que não mais foram registradas perdas por impairment nos anos seguintes.

**(Conclusão)** O presente trabalho teve por objetivo mensurar os custos da aplicação da redução ao valor recuperável de ativos, conforme definido no pronunciamento técnico CPC 01, nos demonstrativos das distribuidoras de energia elétrica da região nordeste do Brasil, no período de 2008 a 2014. Verificou-se que houve registro de custos de perdas por impairment nos anos iniciais. Os dados coletados indicam que houve custo de perdas registradas tanto em ativos tangíveis como em ativos intangíveis.

**Palavras-Chave:** Avaliação de ativos. Impairment. Setor elétrico.

**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: UM INSTRUMENTO IMPRESCINDÍVEL DE DECISÕES PRESENTES EM  
DETRIMENTO DE IMPLICAÇÕES FUTURAS.**

**Autor(es):**

*IVANILDO PRAXEDES DOS SANTOS: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Joana Darc Medeiros Martins: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É notório o conhecimento que as pessoas jurídicas e físicas estão convivendo há mais de duas décadas com uma carga tributária das mais elevadas e crescentes mundialmente. Um cenário impactante que afligem diretamente os contribuintes, no entanto, a ênfase é maior nas sociedades empresariais. Pois, se veem comprimidas pelos altos custos operacionais. Um reflexo do excesso de pagamentos de diversos tributos de âmbito: Federal, Estadual e Municipal. Um dispêndio elevadíssimo que implica inteiramente na estrutura organizacional e no equilíbrio econômico-financeiro. Uma situação complexa, onde o Governo reluta em modificá-la, permanecendo inerte. Porém, impávido na constituição de novos tributos e no aumento das alíquotas dos existentes. Em detrimento deste panorama, se tornou imprescindível recorrer às brechas legais que endossaram o sucesso ou não de uma organização no mercado. Um direcionamento necessário, de incumbência da ferramenta preventiva de ascensão constante, denominada Planejamento Tributário. Instrumento estratégico de aspectos fundamentais, no que tange a contenção de ônus tributário, no percentual ideal de agregação dos gastos a ser inserido ao preço dos produtos e serviços, minimizando prejuízos, buscando atenuar: a baixa competitividade e lucratividade, reabilitando a imagem negativa caso exista, perante o Fisco e a sociedade. Contudo, muitos administradores e particulares acometidos por desejos desenfreados: de poder, cobiça e ganância, envolvem as organizações em seus atos criminosos contra o sistema financeiro nacional acometendo: a evasão fiscal, a apropriação indébita, corrupção, lavagem de dinheiro entre outros. Sendo estes denominados como Crimes Financeiros e considerados os mais repulsivos, reprimidos e combatidos na seara Jurídica. Com isso, o objetivo do estudo é analisar a importância do planejamento tributário como instrumento imprescindível de decisões presentes em detrimento de implicações futuras.

**(Metodologia)** O referido estudo será fundamentado em todo seu processo e etapas, através da pesquisa exploratória descritiva, com magnitude metodológica com bases bibliográficas a partir: de livros, periódicos, teses, dissertações, endereços eletrônicos da área de contabilidade e específicos acerca do tema escolhido. Além da pretensão de fazer uma pesquisa de campo aplicando um questionário, para suplementar o desenvolvimento do mesmo.

**(Resultados)** Os resultados pretendidos serão constituídos mediante as: leitura de textos, análise de gráficos, quadros, das respostas do questionário de forma qualitativa e quantitativa, com perspectiva de se obter as informações referentes ao conteúdo proposto, observando-as de forma técnico-científica quanto aos aspectos, de objetividade, coerência, clareza, e posteriormente com as apreciações dos dados auferidos para alcançar os objetivos almejados.

**(Conclusão)** Com uma carga tributária elevadíssima e complexa, é necessária com urgência uma reforma no Sistema tributário Nacional. Começando com a arrecadação e distribuição de modo proporcional igualitário, uma redução imediata de tributos e alíquotas. Mas, enquanto este dia não chega procurar diminuir de forma legal os ônus exacerbados dos tributos, tornou-se uma questão de sobrevivência mercadológica. Na conjuntura atual caberá este papel ao planejamento tributário. Pois, é um instrumento indiscutivelmente em ascensão com base científica na contabilidade e áreas afins. Efetivamente orquestrado por meios legais vigentes, moldados para a formulação e consecução das tomadas de decisões presentes em detrimento de implicações futuras no tocante ao conluio de cometimento de delitos contra o Fisco. É importante salientar, que faz se necessário em cada etapa do processo de uma boa Gestão Fiscal e Tributaria à presença de uma função primordial, o “expert”. Que porventura é aquele que possui o título de especialista e que detêm os conhecimentos notórios, que serão aplicados, com conduta ético-moral, na materialidade do conteúdo proposto. Além, de contribuir de modo significativo, auxiliando na prevenção da prática cada vez mais presente em nosso país, à sonegação fiscal.

**Palavras-Chave:** Planejamento Tributário, obrigações tributárias, Crimes Financeiros.

*15ª edição do*  
**CONIC**  
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL



**PG3 - Direito**



**CONSIDERAÇÕES ACERCA DA COBRANÇA DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO AOS REGISTRADORES CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS – FCRCPN: UMA ANÁLISE ACERCA DA LEI Nº 9.619/12 DO RIO GRANDE DO NORTE**

**Autor(es):**

*Silvia Helena Silva Santiago: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) O presente trabalho visa fazer uma avaliação sobre a Lei Ordinária Nº 9.619/12 do Rio Grande do Norte, que estabelece a cobrança de uma taxa voltada para o Fundo de Compensação aos Registradores Civis das Pessoas Naturais e especifica através de uma tabela, os valores dos emolumentos para os atos notariais e de registro. Este trabalho pretende analisar os aspectos da norma no contexto do ordenamento jurídico vigente, a partir da concretização dos dispostos no artigo 5º da Constituição Federal de 1988 (CF/88), Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, Lei Nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966, entre outras, fazendo uma comparação da realidade análoga da norma citada, para com a normativa correspondente em outros Estados brasileiros. Consiste em uma investigação sobre sua legitimidade – a partir da extinção desta e seus efeitos, já ocorrida em outros Estados. Nesse contexto, é questionável a administração do poder legislativo e executivo do Estado, visando acima de tudo interesses financeiros sobre o bem comum. Ora, de um lado estão os representantes do poder público e do outro lado estão os contribuintes, já atingidos e lesados pela pesada carga tributária vigente no país e pouco retorno à população. Assim, o trabalho visa expor todo esse cenário e indagar a respeito da legitimidade da cobrança e a possibilidade jurídica para a solução do problema.

**(Metodologia)** Aspirando alcançar os objetivos deste estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, mediante análise de Leis, Doutrina e Jurisprudência. Este estudo tem como finalidade a pesquisa aplicada buscando a modificação da aplicação da lei objeto deste trabalho científico original. Utiliza-se um método de abordagem hipotético-dedutivo que questiona a possibilidade jurídica de suspender a cobrança do FCRCPN no Rio Grande do Norte, examinando-se os métodos de procedimento funcionalista (pelo estudo do sistema social jurídico como um todo) e comparativo (analisando entre as Leis referentes a esta cobrança nos diferentes Estados brasileiros).

**(Resultados)** Propor um ou tipos de ações capazes de buscar invalidar a Lei mencionada e cancelar seus efeitos quanto a cobrança.

**(Conclusão)** Apesar de ser um direito constitucional social fundamental, o acesso à justiça não é absoluto porque esbarra em aspectos sociais e econômicos além do desconhecimento do direito e sua aplicação prática. Evidentemente, é importante analisar e qualificar a contribuição de gestão da Administração Pública, bem como da omissão legislativa para aspectos legais que beneficiem a população em geral acima de interesses particulares (como por exemplo dos cartórios e notários públicos). Felizmente, diante do acesso ao conhecimento e da utilização prática de uma significativa aplicação jurisprudencial pela Justiça Brasileira, o estudo busca dimensionar a possibilidade da invalidação da cobrança do FCRCPN no Rio Grande do Norte baseada na invalidação da taxa em outros Estados brasileiros, buscando gerar efetivos reflexos na própria vida social do nosso Estado.

**Palavras-Chave:** Fundo de Compensação dos Registradores Civis das Pessoas Naturais - FCRCPN; Rio Grande do Norte; legalidade; legitimidade da cobrança.

**O DEVIDO PROCESSO LEGAL SUBSTANCIAL ENQUANTO PARÂMETRO PARA A AFERIÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DE ATOS NORMATIVOS**

**Autor(es):**

*Silverio Alves da Silva Filho: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Thiago Murilo Nóbrega Galvão: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O inciso LIV do art. 5º da Carta Magna assegura expressamente, enquanto direito fundamental, o princípio do devido processo legal, tornando-o, portanto, parâmetro para a aferição de constitucionalidade de atos normativos. Este princípio possui duas dimensões: a formal (ou procedimental), e a material (ou substancial), visando esta demonstrar que um processo devido não é apenas aquele em que se observam as exigências formais, mas também o que gera decisões jurídicas substancialmente devidas, aferidas a partir dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. O presente trabalho pretende analisar, com base na jurisprudência do Pretório Excelso, se de fato a dimensão substancial do referido princípio faz parte do bloco de constitucionalidade.

**(Metodologia)** Para a efetivação dos objetivos suscitados pelo presente trabalho, utilizamos, como técnica de pesquisa, revisões bibliográficas e documentais, cujo intuito foi a prospecção das principais características da dimensão material do devido processo legal, como também da viabilidade de utilizá-lo como parâmetro para a aferição de inconstitucionalidades. Partindo da fundamentação adquirida desta base, procedemos com o método de abordagem dedutivo, tendo como escopo a aquisição de evidências, na Jurisprudência da Corte Suprema, que apontassem para a possibilidade de se utilizar tal parâmetro.

**(Resultados)** Partindo da premissa de que o processo devido deve gerar decisões substancialmente devidas, e como a Constituição fez referência de forma genérica ao devido processo legal, não há norma constitucional que impeça o Judiciário de declarar com base no inciso LIV do art. 5º da Constituição a inconstitucionalidade de atos normativos que imponham a restrição a um direito ou garantia fundamental desproporcionadamente, ou que erija como critério delimitador da esfera de incidência de uma dada regra de conduta um elemento que não guarde correlação lógica com o fim objetivado pelo legislador. Tal argumentação é corroborada por diversos precedentes do Pretório Excelso, que, pelo fato de não ser aferível "prima facie" a incompatibilidade material existente entre o ato normativo sob exame e a Constituição, vem se utilizando dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade para a constatação da afronta ao devido processo legal material.

**(Conclusão)** A partir da análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (v.g., o voto do Min. Celso de Melo no RE 374.981/05), tanto em sede de controle difuso quanto em sede de controle abstrato, tem-se que a utilização da dimensão material do devido processo legal, respaldado na referência genérica do inciso LIV do art. 5º da Carta Magna, autoriza o judiciário a declarar, embora tal aferição não seja "prima facie", materialmente inconstitucional um ato normativo que seja julgado como desproporcional ou desarrazoado frente aos princípios que norteiam o "espírito da Constituição", como a dignidade da pessoa humana e o Estado Democrático de Direito.

**Palavras-Chave:** Constitucional, parâmetro, processo, material

## **A (IN) VIABILIDADE DA TEORIA DAS JANELAS QUEBRADAS NO CENÁRIO BRASILEIRO**

### **Autor(es):**

*Alessa Sanny Lima Pereira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A presente pesquisa tem como objetivo a análise dos fundamentos da teoria norte-americana conhecida como Teoria das Janelas Quebradas desenvolvida pelo cientista político James Q. Wilson e o psicólogo criminologista George Kelling, uma política de segurança pública que tem como escopo mostrar a relação de causalidade entre a desordem e a criminalidade, com a subsequente necessidade de uma intervenção mais rigorosa do próprio direito penal. Além disso, procura-se mostrar o contexto no qual tais medidas foram implantadas e os seus efeitos práticos. Para atender a esse problema será apresentado também as críticas mais basilares construídas a esse novo sistema, na tentativa de demonstrar, ou não, a sua eficácia no plano e contexto brasileiros.

**(Metodologia)** Diante desse objetivo traçado para encontrar a síntese que melhor responda à problemática colocada irá se examinar a teoria nas condições e formas que foi criada, além de estudar as críticas e construções contrárias a esta, valendo-se, assim, do método dialético de pesquisa. Afinal, o interesse com o trabalho é analisar a existência da viabilidade de tal teoria na realidade brasileira, para isso faz mister explorar os dois lados sobre o qual corre tal temática, por ser extremamente inovadora e pouco discutida ainda há inúmeras divergências doutrinárias e pontos controversos sobre a sua real eficiência.

**(Resultados)** A aplicação da teoria das Janelas Quebradas foi muito bem vista nos Estados Unidos devido aos seus resultados práticos, após a sua implementação efetiva nos anos de 1990 como política criminal, houve a diminuição pela primeira vez depois de trinta anos da criminalidade na grande cidade de Nova York. Todavia, essa redução maciça dos índices criminais deve-se não somente a pura aplicação da teoria, mas também ao desenvolvimento econômico e social. O que se verificou a partir dos experimentos realizados com base em tal proposição é que a criminalidade não é um fardo apenas dos grupos sociais marginalizados, mas sim que sinais de abandono, deterioração e ausência de segurança são atrativos para as ações de vandalismo e violência.

**(Conclusão)** De acordo com o trabalho e com o estudo aprofundado da teoria americana das Janelas Quebradas, conclui-se primeiramente que o crime e a desordem estão intimamente ligados. Valendo-se dessa mesma lógica, é possível perceber que se a desordem leva ao crime, por consequência, a falta de punição aos mesmos implicará no cometimento de delitos cada vez mais corriqueiros e violentos. Por outro lado, a realidade brasileira é ainda muito distante daquela encontrada nos Estados Unidos, berço da tese em análise, o que se constata é que a aplicação literal da teoria no país se tornaria inviável por diversos fatores jurídicos, culturais e financeiros, mas, sem dúvida, ela pode ser um elemento importante ao combate do crime e à prevenção deste. Além disso a Broken Windows evidencia um avanço para a própria ciência da criminologia a qual merece especial atenção. Portanto, a principal lição que se tira de todo o trabalho é que a impunidade, com certeza, abre margem para a prática cada vez maior e frequente de crimes, por outro lado, o Brasil vive um cenário onde a punição é seletiva a determinadas classes sociais e raciais, o sistema de progressão de regime é frouxo, as cadeias que são verdadeiros depósitos humanos e o com um Código Penal que não compactua com a realidade vigente. De tal forma que o encarceramento em massa não é viável ao nosso sistema e está longe de promover a ressocialização que promete a lei.

**Palavras-Chave:** Teoria das janelas quebradas. Criminalidade. Desordem. Política criminal.

**A CONFIANÇA NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE À LUZ DO DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Autor(es):**

*Wagner das Graças Cruz: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil encomendou pesquisa ao Instituto DATAFOLHA, a fim de pesquisar, dentre outros assuntos, a confiabilidade e a credibilidade das instituições brasileiras, cuja pesquisa foi realizada entre os dias 6 e 10 de junho de 2014 com 2.126 pessoas em 135 municípios, quando as Forças Armadas figuraram como as mais confiáveis, tendo a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) alcançado o segundo posto. A partir dos dados carreados, este estudo buscará por objetivo geral analisar e identificar qual ou quais os gatilhos motivadores que fizeram com que, através das amostras colhidas, a população brasileira tenha depositado crédito e confiança, preponderantemente, nas Força Armadas, frente ao miserável conhecimento que o povo brasileiro detém sobre a missão dessa instituição e, como objetivos específicos: explicitar a missão constitucional das Forças Armadas; identificar as qualidades objetivas da instituição; analisar os dados sócio econômicos dos entrevistados; e, verificar se existe risco de retrocesso no processo democrático.

**(Metodologia)** O método no campo da abordagem será o hipotético-dedutivo. Partimos da hipótese que a população brasileira confia e acredita nas Forças Armadas independentemente de conhecer seu funcionamento e estrutura. Nesse sentido, a partir dos princípios e regras gerais do Direito Constitucional observa-se os dados obtidos pelo Instituto DATAFOLHA para se entender quais as razões da confiabilidade e credibilidade atribuída as Forças Armadas pela população brasileira. Os métodos de procedimento por sua vez serão o empírico e o histórico, além das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental.

**(Resultados)** Com a instauração da ordem democrática e a conjugação de direitos essenciais à cidadania, atrelados às garantias fundamentais individuais e coletivas, além dos direitos sociais e políticos, a Carta Maior veio sepultar e implantar a redemocratização, restringindo o poder das Forças Armadas. Nesse diapasão, em que pese a importância da instituição militar, verifica-se uma contradição enorme nos resultados da pesquisa. Pois a população brasileira ao mesmo tempo que atribuiu tamanha confiança as Forças Armadas, nada sabe sobre o seu funcionamento e dificilmente identifica a sua estrutura, além de não participar das ações intramuros, e nem ao menos identifica as individualidades de cada Força. Acredita-se que a população brasileira está sofrendo uma crise moral ou de identidade pela falência progressiva dos ideais constitucionais, pela ineficácia do cenário político-econômico, além do fracasso por não ter sido estabelecido um projeto a longo prazo de preparo do cidadão para a concretude democrática. Desta forma, a população brasileira sequiosa de um ideal, vem se permitindo buscar nas Forças Armadas, a exemplo de 1964, um baluarte de integridade e moral, fazendo com que instituição se personifique em uma espécie de “reserva moral da nação”.

**(Conclusão)** Das pesquisas analisadas não se pode retirar a miúde uma tendência que seja por sexo, idade ou região que evidencie e explique em que se funda objetivamente a confiança do povo brasileiro em assinar um “cheque em branco” para que as Forças Armadas se erijam como uma das instituições mais confiáveis do país, todavia, é temerário que a degradação das demais instituições pesquisadas faça com que o povo sinta-se representado apenas pelo braço armado da nação, deixando passar ao largo as armas conquistadas por sangue, suor e lágrimas nos anos plúmbeos em que o Brasil esteve submetido por longos 21 anos. Sendo assim, as instituições mais caras ao processo democrático como o Judiciário, o Legislativo e o Executivo devem repensar o modo como o povo vê, interpreta e compreende essas instituições, aproximando-o do processo democrático, visto ser o povo, o seu grande soberano, e legítimo mandante da democracia.

**Palavras-Chave:** Forças Armadas do Brasil; confiança; direito constitucional; opinião pública.

## A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO

### **Autor(es):**

*Poilla Gurgel Diniz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Sarah de Oliveira Tenório da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Andrea Karla da Silva Alves : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Carolina Camilo Guedes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Daniela Pacheco Felix: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Edinaldo Benicio de Sa Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O artigo pretende estudar o fenômeno da constitucionalização do Direito Administrativo decorrente das transformações sofridas pelo Estado, que no campo teórico passa a Constituição Federal de 1988 ser o parâmetro de interpretação dos demais ramos do direito, consagrando a sua força normativa e superioridade através dos princípios constitucionais, em especial da efetividade e concretização dos direitos fundamentais. Será enfatizado as suas repercussões e os novos padrões provenientes da constitucionalização, assim como, pretendemos expor de um modo geral seu grande significado diante do Direito Brasileiro. Com as modificações trazidas pela constitucionalização, todos os ramos do direito sofreram transformações de regras, pois, atualmente, com rigidez normativa irradiante e detentora de supremacia, a Constituição é interpretada como o núcleo do sistema jurídico e, evidentemente, não poderia ser diferente com o direito administrativo.

**(Metodologia)** O método utilizado para a realização desta pesquisa será bibliográfico de caráter qualitativo, a qual foi desenvolvida através da busca sistemática de artigos, em periódicos, sites e revistas atuais que tratam da temática, além do ordenamento jurídico então vigente.

**(Resultados)** A constitucionalização do direito é um fenômeno decorrente das transformações do Estado, da Sociedade e do Direito. Em síntese trata-se de uma releitura do direito constitucional, caracterizado pela superioridade e força normativa da Constituição, a qual deve ser aplicada a todos os ramos do direito com força irradiante e supremacia dentro do ordenamento jurídico. Observa-se o direito sob uma nova ótica, desse modo, o modelo clássico de administração pública sofreu modificações em consequência das diversas transformações do papel do Estado perante o cidadão. Dentre tais pode-se destacar a redefinição da ideia de supremacia do interesse público primário sobre o interesse privado, a atuação do administrador com fundamento não apenas na legislação ordinária, mas também vinculado diretamente às regras e princípios da Constituição Federal de 1988, em defesa dos direitos fundamentais como finalidade a ser perseguida pelo Estado, e o controle jurisdicional do ato administrativo limitando-se com todo ordenamento jurídico vigente.

**(Conclusão)** A concepção de constitucionalização do Direito está filiada a um efeito amplo de normas constitucionais cuja continência se dissemina com força normativa, por todo o sistema jurídico. Em consequência disso, os valores, os fins públicos e os comportamentos contemplados nos princípios e regras da Constituição passam a condicionar a validade e o sentido de todas as normas do direito infraconstitucional. Desse modo, a administração pública deve pautar-se nas normas constitucionais de forma mais direta e ativa, independentemente da manifestação do legislador ordinário. Sendo assim, torna-se ultrapassada a concepção restrita de que o administrador apenas se vincula à lei, devendo o mesmo atuar observando diretamente todos os fundamentos da Constituição.

**Palavras-Chave:** Constitucionalização do direito administrativo. Transformações do papel do estado.

## A DISPENSA DA LICITAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA?

### **Autor(es):**

*Luiz Ricardo Ramalho de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Teresa Cristina da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Edinaldo Benicio de Sa Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A administração pública utiliza a licitação para prestar serviços essenciais à população. O referido instituto é amparado pela Constituição Federal de 1988 e pela lei ordinária nº 8.666/93, tornando-a obrigatória na administração pública. Sendo, em alguns casos específicos, dispensado o processo licitatório, conforme preconiza legislação acima. Neste sentido, tem-se como objeto de estudo deste trabalho: a dispensa da licitação na administração pública, atentando para violação dos princípios da administração pública. Objetiva-se com este estudo investigar a dispensa da licitação no âmbito dos poderes da União, dos Estados e Municípios, destacando as exceções ao dever de licitar e a violação dos princípios da administração pública

**(Metodologia)** Para isto, realizou-se uma pesquisa de caráter investigativo e descritivo de enfoque teórico, alicerçada por coleta de dados bibliográfico e documental – doutrina e jurisprudência, tendo em vista as discussões sobre a dispensa da licitação na administração pública, atentando para a violação dos princípios do Direito Administrativos descritos no art. 37 da Constituição Federal de 1988. Pois, sabe-se, que a dispensa de licitação, pode possibilitar fraudes nas contratações no âmbito dos poderes da União, dos Estados e dos Municípios. Neste sentido, analisou-se, os dados por meio das categorias de análises, os princípios da administração pública, a saber: princípio da legalidade, princípio da igualdade, o princípio da publicidade, princípio da isonomia.

**(Resultados)** Observou-se quanto a dispensa da licitação, está respaldada no artigo 24 da lei de licitações 8.666/93. Isto tem possibilitado a dispensa de licitação na administração pública, como uma regra e, não mais como exceções como preconiza a legislação brasileira. Acredita-se que há inobservância aos princípios da administração pública, tendo em vista que estes são eixos norteadores da aplicação da lei de licitação, conforme preconiza os artigos 37 e 175 da Constituição Federal do Brasil de 1988. Diante disto, entende-se que a dispensa da licitação, deve ocorrer como prever o artigo 17 a lei de licitação 8.666/93, em seus incisos, I, II, observando o interesse da administração pública. Destaca-se, neste caso, as formalidades destacadas pelo artigo 26 da referida lei. Em contrário, há inobservância dos princípios da administração pública, assim como, a possível constituição de fraude no processo de contratação de serviços.

**(Conclusão)** Diante do estudo, considera-se que a licitação na administração pública se reveste de grande importância na gestão do dinheiro público. Tendo em vista, os inúmeros casos de dispensa de licitação pelos agentes administrativos, gerando possíveis fraudes na gestão do recurso público. Tal fato, justifica a instituição da lei de licitação 8.666/93, a qual direciona a contratação de obras e serviços, baseados pelos princípios norteadores da administração, em destaque princípio da publicidade. Com isto, conclui-se que cabe aos administrados e a própria administração fiscalizar o uso de dispensa da licitação, objetivando promover o uso de licitação como regra, em observância a legislação brasileira, dando publicidade aos atos da contratação de serviços e da gestão do dinheiro público.

**Palavras-Chave:** PALAVRAS-CHAVE: Licitação; Dispensa; Administração Pública; Princípios do Direito Administrativo

## A ELEIÇÃO DE FORO NOS CONTRATOS INTERNACIONAIS PERANTE A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

### **Autor(es):**

*José Cantalice Viana Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Aglene de Arruda Moreira Sotero: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O direito internacional é conceituado por Carlos Alberto Husek (2006) como sendo o direito que regula as relações internacionais dos Estados, dos organismos internacionais, das empresas transnacionais e dos homens. Tal ramo do direito é bastante complexo tendo em vista que lida com questões diversas de uma sociedade bastante heterogênea, e ainda tem que levar em consideração a soberania estatal dos países. O presente trabalho trata de um tema bastante recorrente no direito internacional, que está situado dentro das relações contratuais, a saber, a eleição de foro pelas partes contratantes. O objetivo do presente trabalho é estudar a possibilidade de eleição de foro nos contratos internacionais e analisar a sua aplicação perante a legislação brasileira.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada para realização deste trabalho foi, basicamente, a pesquisa bibliográfica. Buscou-se com esta pesquisa construir um referencial que pudesse dar uma considerável base teórica ao tema aqui estudado. Esta pesquisa foi efetuada em artigos publicados em revistas científicas da área de Direito, e em livros que versam sobre o tema.

**(Resultados)** A eleição de foro é o comprometimento das partes contratantes de reclamar eventuais direitos derivados do contrato em um determinado órgão jurisdicional, ou seja, as partes elegem o foro competente para dirimir eventuais litígios judiciais. Embora a eleição de foro seja possível, não só nos contratos internacionais, como também nos contratos internos, tal cláusula não é soberana, pois encontra alguns obstáculos para ser posta em prática. Quando se fala em eleição de foro deve-se sempre levar em consideração as competências jurisdicionais dos países envolvidos, pois tais competências são consideradas como limites para a implementação da cláusula de eleição de foro. No Brasil, o Código de Processo Civil traz em seus Arts. 88 e 89 as hipóteses de competência relativa e absoluta, respectivamente. As situações que se encaixam no Art. 88 do CPC, competência relativa, admitem que outra jurisdição estatal, que tenha competência para julgar, assim o faça, podendo tal decisão ser homologada no Brasil, se for o caso, e isso não feriria a soberania do país. Já as situações do Art. 89, competência absoluta, não admitem tal possibilidade (CASASANTA, 2015). Além da competência jurisdicional é necessário observar, também, as regras de conexão adotadas pelo país escolhido como foro competente. Tais regras elucidam qual a lei será aplicada. No Brasil, o Art. 9º da Lei de Introdução às Normas Brasileiras (LINDB), define como regra de conexão a *lex loci celebrationis*, ou seja, a lei do local onde se constituiu a obrigação é que deverá ser aplicada para dirimir eventuais litígios. No contexto do MERCOSUL há o protocolo de Buenos Aires de 1994, que rege as questões sobre jurisdição internacional em matéria contratual entre os países desse bloco.

**(Conclusão)** Diante de todo o exposto, chega-se a conclusão que a eleição de foro é um instrumento contratual permitido no Brasil, mas que encontra limites na sua implementação, pois pode ser utilizada sempre que não ferir a soberania brasileira, em termos de competência jurisdicional. Foi observado neste estudo que a eleição de foro trás como consequência a determinação de qual lei material será aplicada para a resolução do litígio. Conclui-se, portanto, que as competências jurisdicionais e as regras de conexão dos países envolvidos, são elementos que devem, necessariamente, ser observados pelas partes contratantes para que estas alcancem seus objetivos delineados no momento da eleição de foro.

**Palavras-Chave:** Direito internacional. Eleição de foro. Competência jurisdicional. Regras de conexão.

**A ILEGALIDADE DA COBRANÇA DA TAXA DE JUROS INCC DAS CONSTRUTORAS ANTES DA ENTREGA DAS CHAVES DO APARTAMENTO.**

**Autor(es):**

*Helton Josep Medeiros Menezes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Laryssa Almeida Gondim: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Barbara Medeiros de Faria Moura : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*  
*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A proposta desta pesquisa acadêmica é destacar o entendimento majoritário do STJ quanto à ilegalidade na cobrança de juros com base no INCC da entrega das chaves do imóvel, mais especificadamente com apartamentos vendidos na planta.

**(Metodologia)** O Método adotado para a pesquisa é o teórico, tendo como objetivo a demonstração da abusividade das construtoras referente à cobrança do INCC no momento inadequado. A referência bibliográfica é com base nos recentes julgados. É possível extrair uma vasta referência bibliográfica, tendo em vista, que muitos compradores pagaram seus imóveis às construtoras acabam cobrando juros do próprio investimento que os mesmos fizeram.

**(Resultados)** A prática abusiva vem ocorrendo com bastante frequência em nossa cidade e nas demais capitais no nosso país. Vários tribunais já estão julgando de maneira que é uma prática ilegal a referida cobrança de juros do INCC. Na prática a cobrança de juros antes da entrega do imóvel ainda é comum pelas construtoras. Segundo o ministro Luis Felipe Salomão, relator de recurso sobre o tema no STJ ele afirmou que: “Não impressiona a alegação de que a construtora capta recursos no mercado financeiro para a construção do empreendimento, pagando juros que devem ser repassados ao comprador do imóvel” “Todos os custos da obra – inclusive os decorrentes de financiamento realizado pela construtora – estão embutidos no preço do imóvel oferecido ao público”, disse o ministro. Dessa forma fica inviável o consumidor pagar a correção com base no juros do INCC de maneira que o atraso da obra foi por parte da construtoras e não dos proprietários. Uma vez que o juros já esta sendo cobrado na venda dos imóveis.

**(Conclusão)** A cobrança de juros durante a obra é antes da entrega das chaves descabida porque nesse período a construtora é quem usa o capital do promitente comprador e este nem sequer tem o gozo do imóvel. O que há é uma verdadeira antecipação de pagamento, parcial e gradual, pelo comprador, para um imóvel cuja entrega foi contratualmente diferida no tempo. O comprador paga pelo imóvel na planta e ainda passa a pagar juros devido o atraso da entrega da construtora. Tais cláusulas são ilícitas, vedado pelo ordenamento jurídico, implicando desvantagem exagerada ao consumidor e sendo cláusula abusiva nos termos do Art. 51, IV e XV do CDC, o que encontra óbice na doutrina e jurisprudência. Bastante salutar falarmos sobre o princípio da livre vontade entre as partes, sendo, contudo, tão verdade quanto que, com o advento da Constituição Federal de 1988, um novo sistema passou a ser aplicado no âmbito das relações negociais, de onde o liberalismo até então intocável recebeu enorme mitigação.

**Palavras-Chave:** INCC – Construtoras – Ilegalidade na Cobrança de juros – Princípio da livre vontade entre as partes – CDC.



## A IMPORTÂNCIA DO SUS MEDIADO COMO FATOR DE REDUÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO NA SAÚDE NO RIO GRANDE DO NORTE

### **Autor(es):**

*Ive Barbosa de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Mônica Medeiros Ferreira: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A pesquisa em tela visa analisar o fenômeno da judicialização da saúde no estado do Rio Grande do Norte, com ênfase a implementação - por parte do Estado do Rio Grande do Norte - do programa SUS Mediado, lançado em 14 de fevereiro de 2012, que tem por objetivo o estabelecimento de ampla cooperação de vários entes públicos com vistas ao intercâmbio de ações, difusão de informações, sempre no intuito de garantir maior efetividade às políticas públicas de saúde no Estado. Dessa forma, o trabalho analisará os dados referentes ao programa e os resultados por ele alcançados, para verificar se houve de fato uma melhora na resolutividade dos processos e a consequente redução de ações judiciais.

**(Metodologia)** A abordagem terá início com a reflexão a respeito do direito à saúde previsto na constituição, sempre em relação aos princípios da máxima efetividade, mínimo existencial, isonomia, igualdade e da reserva do possível, para, posteriormente, pormenorizar o fenômeno da judicialização da saúde, sob a ótica da jurisprudência e doutrina e, por conseguinte, a importância de projetos como o SUS Mediado como um instrumento garantidor desse direito. O método dialético se dará através da colocação dos pontos de vista decorrentes da pesquisa de diferentes áreas do conhecimento, da jurisprudência e doutrina jurídica a respeito das consequências decorrentes do aumento desse tipo de ação. O método de procedimento adotado será o estatístico associado à técnica de pesquisa da coleta de dados.

**(Resultados)** Diante do crescente aumento de demandas judiciais na área da saúde, dos vários princípios envolvidos e, não raro, dos poucos recursos orçamentários e do intrincado e burocrático Sistema Único de Saúde (SUS), criou-se o programa SUS Mediado - uma parceria de vários órgãos do Rio Grande do Norte, com o intuito de se evitar como primeiro recurso a via judicial - objetivo em parte alcançado quando - de acordo coordenador em substituição do programa - o defensor público Marcus Vinícius Soares Alves, ao fim de apenas cinco meses de implantação do programa verificou-se uma queda 30% desse tipo de ação. Dessa feita, não é à toa que os tribunais e o Conselho Nacional de Justiça muito têm se preocupado com o tema promovendo audiências públicas e propondo, inclusive, a criação de varas especializadas como forma de melhor garantir esse direito.

**(Conclusão)** Portanto, entre aqueles que pactuam que, por se tratar de um direito fundamental, sua efetividade de longe não deve ser negociada, estão os que entendem a necessidade de se impor certos limites nessa efetividade - exatamente pelo fato de o país ser uma nação de proporções continentais (o que tornam ainda maiores os desafios) – sem olvidar que é formado por um povo carente dos seus direitos mais básicos, além das deficiências e distorções do sistema, sejam por problemas de gestão, ou por insuficiência de recursos. Impende lembrar que a ideia não é criar uma estrutura que tem como foco principal limitar o direito à saúde, mas sim, de viabilizar uma melhor análise desse fenômeno e entender os seus impactos numa área já com recursos tão escassos. Dessa forma, inquestionável que a postura adotada pela pesquisa encontra grande resistência por parte da sociedade tão vilipendiada em seus direitos mais básicos, principalmente quando há a adoção de critérios objetivos que esbarram muitas vezes na questão orçamentária. No entanto, a despeito da sensibilidade imanente ao direito à saúde e da repercussão social, os riscos inerentes para a ordem pública são notórios e, por isso, não podem ser olvidados. Nesse sentido, a adoção de programas como o SUS Mediado tornou-se uma importante ferramenta na diminuição de demandas judiciais.

**Palavras-Chave:** Saúde; Judicialização; SUS Mediado.

## A INFLUÊNCIA DO DIREITO ROMANO NA FORMAÇÃO DO DIREITO CANÔNICO

### **Autor(es):**

*Daniel Augusto Caetano Maia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*José Cantalice Viana Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Aglene de Arruda Moreira Sotero: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Flávio Macedo Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O Direito Romano, importante até os dias atuais, influenciou de forma significativa o Direito Canônico, o qual consiste no direito da Igreja Católica. Sua função é regular a constituição e a atividade da Igreja e de seus órgãos e dos que a integram, dos fiéis. Sua primeira e básica fonte são os evangelhos e a Tradição, seguindo-se na ordem humana, as grandes coleções de cânones, leis da Igreja, constantes de decretais, constituições e bulas (VALLADÃO, 1974). O Direito Canônico sofreu fortes influências do Direito Romano, e não poderia ser diferente tendo em vista que a Igreja, nesse período, já tinha todo apoio dos imperadores, agora convertidos ao cristianismo. O presente trabalho tem por objetivo principal analisar a influência do Direito Romano na formação do Direito Canônico, e para isso realizou-se uma pesquisa para identificar quais aspectos do Direito Romano influenciaram o Direito Canônico e quais fatos ajudam entender a importância do Direito Canônico na sobrevivência do Direito Romano durante a Idade Média.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada para realização deste trabalho foi, basicamente, a pesquisa bibliográfica. Buscou-se com esta pesquisa construir um referencial que pudesse dar uma considerável base teórica ao tema aqui estudado. Esta pesquisa foi efetuada em artigos publicados em revistas científicas da área de Direito, e em livros, por meio de visitas à biblioteca do CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE (UNI-RN) e bibliotecas virtuais de Universidades tais como: UFRN, UFPE, USP entre outras.

**(Resultados)** A organização de todo o ordenamento eclesiástico que segundo (LIMA, 1999, p.25) teve como uma de suas fontes o direito humano, baseia-se na organização romanística proposta por Justiniano. O mesmo autor (p.33) também atribui ao Direito Romano Civil o papel de fonte primitiva do ordenamento da Santa Sé. O direito canônico também foi influenciado pelo direito romano nos seguintes aspectos: Direito e Processo Penal, Processo Civil, Direito Comercial e Direito da Família. (LOPES, 2002). O Imperador Justiniano empreendeu uma compilação de toda obra jurídica produzida no Império Romano Ocidental. O que ele fez foi compilar a dispersa legislação de Roma em um cânone jurídico harmônico. Tal obra recebeu o nome de Corpus Juris Civilis. Conforme Valladão (1974), esta compilação justiniana foi realizada de 529 d.C. a 533 d.C.. O Direito Canônico foi muito influenciado pelo Direito Romano. O Direito Civil Romano tanto se introduziu no eclesiástico que deu lugar ao aforisma decorrente da Lex Ripuaria Romanorum, "Ecclesia vivit romano" (A Igreja vive pelo Direito Romano). Suas leis, seu equilíbrio, seu espírito muito contribuíram para a legislação da Igreja em formação (LIMA, 1999).

**(Conclusão)** O Direito Canônico contribuiu para a sobrevivência do Direito Romano durante o período da Idade Média, na medida em que foi bastante influenciado por este, resguardando, em parte, o que havia sido esquecido pela maior parte dos povos europeus. Também pelo fato de, nesse período, os estudos acerca do Direito Romano terem sido retomados e aprofundados primeiramente pela Igreja Católica, a qual manteve, por um determinado tempo, a exclusividade desses estudos. Enfim, perante o que foi aludido ao longo deste trabalho pode-se confirmar a influência do Direito Romano na formação do Direito Canônico, que por sua vez, rege umas das mais influentes instituições de todos os tempos, a Igreja Católica, a qual exerce influência direta sobre grande parte da sociedade ocidental. Muitas decisões de cunho social que atingem a toda uma sociedade levam em consideração o posicionamento da Igreja. Isso ocorre ao longo de toda a história desta instituição. Esse fato configura real importância ao estudo do tema, pois diante desse contexto torna-se válido conhecer e entender melhor como funciona e qual a origem do Direito Canônico.

**Palavras-Chave:** Direito Romano. Direito Canônico. Influência. Igreja Católica.

**A INCONSTITUCIONALIDADE DO REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO (RDD): POR UMA ANÁLISE À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PENAIS**

**Autor(es):**

*Luiz Ricardo Ramalho de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lincoln José Rufino: Docente do UNI-RN*

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho em tela tem como objeto de estudo o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) instituído pela Lei nº. 10.792/2003. Este é compreendido como uma sanção administrativa aplicada aos apenados e presos provisórios de forma severa e rigorosa, sob o argumento de fundada suspeita de participação em associação criminosa, quadrilha ou bando; cometimento de falta grave e ameaça a segurança pública. Neste sentido, objetiva-se analisar a inconstitucionalidade do Regime Disciplinar Diferenciado à luz dos Princípios Constitucionais Penais, atentando para a legalidade, a igualdade, humanidade e dignidade humana, corroborado pela doutrina e jurisprudência,

**(Metodologia)** Realizou-se uma pesquisa de caráter investigativo e descritivo de enfoque teórico, alicerçada por coleta de dados bibliográfico e documental – doutrina e jurisprudência, tendo em vista a discussão acerca da constitucionalidade e inconstitucionalidade deste regime disciplinar. Neste contexto, optou-se por argumentar em favor da inconstitucionalidade do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), em face dos princípios constitucionais penais, dentre os quais, delimitou-se como categorias de análises: o princípio da legalidade, o princípio da igualdade, o princípio da humanidade e princípio da dignidade da pessoa humana, sendo estes princípios basilares do ordenamento jurídico brasileiro, a saber: Constituição Federal do Brasil de 1988, o Direito Penal brasileiro, Direito Processual Penal e a Lei de Execução Penal.

**(Resultados)** Observou-se, a violação do RDD aos princípios constitucionais, em destaque o princípio da legalidade pelas equiparação desta sanção disciplina a regime de pena prevista no ordenamento jurídico; a inobservância ao princípio da igualdade no que se refere aos critérios de aplicação deste regime disciplinar, pois, ver-se que os apenados e presos provisórios que vivem sob o RDD, são colocados em cela individuais, mesmo ainda não tem sido dada sentença condenatória, enquanto que os demais presos vivem em presídios superlotados; a violação do princípio da humanidade quando se observa as condições insalubre e degradantes que vive a grande maioria dos presos nos estabelecimentos prisionais de forma insalubre e degradante e, por fim, o desrespeito a dignidade da pessoas humana destacando-se a restrição de direitos e garantias fundamentais, a crueldade e rigorosidade, a inobservância a saúde física e psíquica do indivíduo.

**(Conclusão)** Diante disto, não se pode negar a inconstitucionalidade do Regime Disciplinar Diferenciado. Os fatos evidenciaram “os desrespeitos” a Constituição Federal de 1988, inadmissível no Estado Democrático de Direito. Assim, compreende-se ter o RDD sua efetividade apenas no plano político, abanando função normativa-jurídica, sendo este regime disciplinar diferenciado é violador dos princípios constitucionais penais e ineficaz no combate à criminalidade e a ressocialização do preso, podendo ser revogado do ordenamento jurídico brasileiro.

**Palavras-Chave:** Palavras-Chave: Regime Disciplinar Diferenciado; Princípios; Constituição; Direito Penal.

## A INSERÇÃO DO DEVEDOR DE ALIMENTOS NO SPS E NO SERASA

### **Autor(es):**

*Millena Yane Alves dos Santos: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN*

*Larissa Duarte de Souza: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN*

*Ana Paula Andrade Mendes: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Edinaldo Benicio de Sa Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O referido artigo, trata da possibilidade de inserir os dados do devedor de alimentos nos cadastros do SPC e do SERASA. A proposta é a seguinte: abordar uma nova solução para diminuir a inadimplência dos devedores de alimentos já que o visível aumento dessa, mostra que as medidas coercitivas existentes (ex. penhora e prisão civil), não surtem efeito. Também será explanado, um pouco sobre a lei dos alimentos (lei 11.804/08), as medidas utilizadas para sancionar o alimentante inadimplente comparando-as com esta acima apresentada, suas vantagens e um projeto de lei (PL 405/07) que pode vir a concretizar o cadastro dos devedores de alimentos.

**(Metodologia)** O método utilizado para a realização dessa pesquisa será bibliográfico de caráter qualitativo, a qual foi desenvolvida através da busca sistemática de artigos em periódicos, sites oficiais e revistas atuais que tratam da temática, além do ordenamento jurídico então vigente.

**(Resultados)** Os resultados práticos dessa nova medida, é que a partir da mesma pode-se ter uma solução mais eficaz, haja vista as medidas já conhecidas como: penhora (arts. 659 ao 670 CPC antigo) e prisão civil (art. 733 do CPC antigo) não surtem mais efeito. Pois bem, cada uma tem uma problemática. No caso da penhora, esta se torna uma medida completamente irrelevante se o devedor não dispuser de bens, ou pior, este pode até se desfazer dos mesmos, colocando-os em nome de parentes, para não quitar a sua dívida; já no caso da prisão civil há muitos entraves, visto que se o devedor ao saber que foi expedido um mandado de prisão contra ele, esse foge e desaparece do alcance do judiciário, ou seja, tornando o mandado de prisão ou uma carta precatória sem efeitos práticos. Porém, a situação mudará se o devedor tiver seus dados inseridos num cadastro de proteção ao crédito. Isto porque a medida coercitiva proposta, tem eficácia a nível nacional não podendo o devedor fugir dela. Na prática, as vantagens dessa resolução, são visíveis, comparando-se a penhora e a prisão civil, com a inserção dos dados do inadimplente em cadastros como SPC e Serasa, enquanto as duas primeiras são de pouca aplicabilidade por causa dos problemas citados, a outra torna-se mais eficiente, pois não há como o alimentante fugir ou se desfazer da dívida como faz com as ditas medidas coercitivas; também porque é mais ágil pois basta 30 dias, (prazo convencionado na prática), para o devedor ter seus dados introduzidos nos órgãos de restrição ao crédito enquanto na prisão civil tem de se esperar 3 meses para que o alimentando, possa requerer. Existe um projeto de Lei nº 405/07, (ainda não aprovado), que objetiva a criação do Cadastro de Proteção ao Credor de Obrigações Alimentares (CPCOA), órgão que visa listar todos os devedores de alimentos e os equiparar a qualquer devedor da esfera civil. Por fim, muitos tribunais TJPE, TJSP e TJSC estão tomando esse tipo de medida para solucionar casos de pensão alimentícia atrasada.

**(Conclusão)** Por fim, essa medida de inserir o devedor de alimentos em cadastros de proteção ao crédito como SPC e SERASA é uma solução viável para a insolvência dos alimentantes. Pois, essa medida nos revela que as pessoas só aprendem a agir corretamente quando lhes é cerceado a utilização de dinheiro, pois o crédito hoje em dia é como um bem, importantíssimo, e não dispor dele dificultaria a vida de uma pessoa que está com o “nome sujo na praça”. Enfim, restringir, o crédito do devedor de alimentos pode obrigá-lo a ser mais consciente e pagar os alimentos para não passar por tal constrangimento e assim diminuindo o alto índice de inadimplência.

**Palavras-Chave:** devedor de alimentos, SPC, SERASA, penhora, prisão civil

## A PLURALIDADE DO CONCEITO DE FAMÍLIA

### **Autor(es):**

*Aimee Karine Cruz Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Suyane Nielle de Oliveira Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho denominado: “A Pluralidade do Conceito de Família” tem por foco principal o tema “Família”, cujo atual conceito, segundo Maria Berenice Dias citando Anequini, prioriza o laço de afetividade que une seus membros. Hoje, não mais restam dúvidas que o conceito de família é, de fato, plural. Tamanha dificuldade se dá, entre outras razões, pela valorização à liberdade afetiva dos integrantes da entidade familiar e, segundo Rodrigo da Cunha Pereira citando Pablo Stolze, pelo fato de ter chegado ao fim o tempo em que a família era núcleo econômico e de reprodução. Assim, na visão de muitos autores, impossível se torna definir o que vem a ser Família. Não por outra razão o Projeto de Lei n. 2.285 de 2007 é intitulado “Estatuto das Famílias”, pois, como bem acentuou a sua comissão elaboradora: “A denominação utilizada, ‘Estatuto das Famílias’, contempla melhor a opção constitucional de proteção das variadas entidades familiares. Alguns anos depois, em 2013, a PL 6583 foi intitulada ‘Estatuto da Família’, restringindo e, conseqüentemente, retrocedendo ao delimitar o conceito de família. Analisaremos como a Câmara dos Deputados influenciou no tema em comento e ainda acerca da regressão que o Estatuto da Família representa para a sociedade brasileira, bem como os motivos que levaram/ levam à não aceitação das diferentes formas de amor.

**(Metodologia)** O referido trabalho realizou-se a partir de levantamentos bibliográficos, bem como pela utilização de um trabalho de conclusão de curso denominado “O RESPALDO JURÍDICO DA ADOÇÃO POR CASAS HOMOAFETIVOS”, apresentado no UNI-RN em 2014.

**(Resultados)** Analisando o tema em comento, percebe-se que a limitação/ definição do que vem a ser Família traz inúmeras violações a garantias que tanto o povo brasileiro lutou para alcançar. Isto porque o conceito de família está em constante modificação, uma vez que as questões religiosas, econômicas e sócio-culturais do contexto em que se encontra inserido também estão em constantes transformações. O Direito deve modificar-se com o intuito de acompanhar a evolução da sociedade. Tal mudança, por possuímos uma Constituição rígida, não pode ocorrer expressamente de forma rápida, mas pode haver mudanças nas jurisprudências, fazendo interpretações analógicas ou até mesmo extensivas. Evoluir é preciso.

**(Conclusão)** Com isso, concluímos que definir/ limitar o conceito de Família é desrespeitar os princípios da Dignidade da Pessoa Humana, Igualdade, Vedação ao Retrocesso, Afetividade, Intervenção Mínima do Estado entre outros. Assim, devemos encarar a Família como entidade que prioriza o laço de afetividade e une seus membros.

**Palavras-Chave:** Família - Conceito - Definição - Regresso

## A QUESTÃO DA JUSTIÇA NA CONTEMPORANEIDADE SOB A ÓTICA BIDIMENSIONAL DE NANCY FRASER

### **Autor(es):**

*Allyne Dayse Macedo de Moura: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rasland Costa de Luna Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho consiste em uma análise da concepção bidimensional de Nancy Fraser acerca da Justiça. Desde a virada do século XXI, há uma mudança na pauta dos movimentos que lutam por transformação social. As questões de classe deixam de ser centrais nas táticas de muitos dos movimentos sociais na contemporaneidade, dando lugar as reivindicações pelo reconhecimento das diferenças. Esses movimentos, comprometidos com sujeitos historicamente oprimidos cultural ou simbolicamente se colocam a partir de sua especificidade, como Movimento Feminista, Movimento indígena, Movimento Negro, Movimento LGBT, dentre outros. Do ponto de vista filosófico, hodiernamente teremos duas importantes correntes da Teoria da Justiça. A primeira filia-se à tradição liberal, tendo como um de seus principais expoentes John Rawls, defendendo a noção de Justiça redistributiva. Por outro lado, temos a tradição filosófica hegeliana recentemente atualizada por Axel Honneth, compreendendo Justiça como reconhecimento. Essas teorias são comumente colocadas como incompatíveis, gerando tanto discussões filosóficas, no campo da filosofia do direito, quanto no seio dos grupos que reivindicam transformações sociais. A obra de Fraser é atual e sua análise trás uma concepção da Justiça em duas dimensões, não só conciliando, mas colocando como necessária a simultaneidade das políticas de redistribuição e reconhecimento para promoção da justiça social.

**(Metodologia)** O trabalho metodológico da presente pesquisa se desenvolve preponderantemente a partir da análise dos textos bibliográficos de síntese teórica, em especial: Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista (FRASER, 2006); Por uma Teoria da Justiça (RAWLS, 2008); e Luta por reconhecimento (HONNET, 2009). Utiliza-se, em grande parte do raciocínio dedutivo e dos métodos de procedimento histórico e comparativo. Trata-se, portanto, de pesquisa bibliográfica e documental que se vincula à vertente crítica da pesquisa jurídica.

**(Resultados)** Os resultados obtidos a partir do recorte temático proposto devem ser entendidos considerando o norte mais amplo da pesquisa intitulada “Repensando o reconhecimento étnico para garantia de direitos: uma análise acerca da experiência dos Tapuias da Lagoa do Tapará – Macaíba/RN” em andamento na disciplina de TCC. Apresenta-se como conclusivo o entendimento da importância da concepção bidimensional da Justiça presente na obra de Nancy Fraser para a garantia de direitos, principalmente, porque tanto as desigualdades econômicas quanto as culturais são latentes em nossa sociedade. Ao apontar ambas como pertencentes ao plano da moral, a autora supera a ideia de incompatibilidade entre as duas reivindicações, apontando-as como mínimas necessárias para promoção da Justiça, de modo que uma não pode substituir a outra. Entretanto a redistribuição não pode se limitar a políticas assistenciais, sob pena de não conseguir alcançar as raízes do problema contribuindo para manutenção das desigualdades e, ainda, gerando um estigma negativo dos grupos vulneráveis dependentes dessas políticas. As políticas de reconhecimento, por sua vez, não podem ser reduzidas a uma política de identidade, vez que esta pertence ao plano da ética. Deve-se evitar, inclusive, a reificação cultural devido ao risco de contribuir para violações de direitos humanos tais como o machismo, a homofobia e a intolerância.

**(Conclusão)** Pelo exposto, podemos concluir que Nancy Fraser traz grandes contribuições para os campos da filosofia política e da filosofia do direito, com considerações relevantes para a Teoria da Justiça na contemporaneidade. A partir da crítica aos teóricos da redistribuição e do reconhecimento, e propondo uma visão bidimensional da justiça, a autora nos leva a compreensão da necessidade de pelo menos duas políticas sociais – de redistribuição e de reconhecimento – para concretização da justiça social. Se pode inferir, a partir da teoria estudada, o reconhecimento da politização do Direito. Não se pode pensar a Justiça a partir ideias abstratas ou partindo de perspectivas meramente subjetivas, mas da realidade presente.

**Palavras-Chave:** Justiça, redistribuição, reconhecimento.

## A REFORMA POLÍTICA POR UMA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE EXCLUSIVA

### **Autor(es):**

*Amanda Oliveira da Câmara Moreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Victor Vieira Lundberg: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN*

*Amaro José de Lima Junior: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Na premente situação do atual sistema político brasileiro, notadamente através da insatisfação generalizada, sobretudo no que se refere as manifestações populares que ganharam grande projeção nacional e internacional, especialmente as que iniciaram em meados de 2013, levando a efeito como uma de suas pautas a famigerada reforma do sistema político. Nesse contexto surgiu a possibilidade da criação de uma Assembleia Constituinte Exclusiva com o propósito de viabilizar algumas alterações na Constituição Federal no que tange a ordem política. Inobstante a necessária e importante reforma política, leva-se a cabo a problemática da instrumentalização desta, conforme foi veiculado, ou seja por meio da criação da referida Assembleia. Contudo, indagasse os possíveis problemas na formatação de tal proposta por meio de uma Assembleia Constituinte Exclusiva, tendo em vista que esta é utilizada não como manifestação do Poder Constituinte Derivado, mas tão somente, manifestando-se por meio do Poder Constituinte Originário. Pretende-se analisar uma possível forma legal de se realizar a reforma política, respeitando a ordem constitucional vigente.

**(Metodologia)** Para a realização do presente trabalho utilizou-se como técnica de pesquisa revisões bibliográficas, documentais e legais, com análise histórica da questão da reforma política desde o ano de 2013 até a edição da Lei 13.165/2015 e suas implicações na vida prática, utilizando para tal, o método dedutivo.

**(Resultados)** Em razão da impossibilidade e inviabilidade jurídica da criação da Assembleia Constituinte Exclusiva com o fito de reformar o sistema político tinha objetivo considerado inconstitucional porque a que uma Assembleia Constituinte Exclusiva romperia com a atual ordem constitucional, e antidemocrático, pois colocaria em risco a democracia hoje existente no ordenamento jurídico brasileiro. Não obstante, as críticas iniciais é possível perceber que algumas medidas relacionadas a reforma política está sendo discutida e implementada no parlamento, como se observa das questões que envolvem o sistema proporcional de eleição, bem como as doações aos partidos políticos (Lei 13.165/2015). A rigor, pode-se dizer que ocorreram mudanças pontuais no sistema político sem afrontar a ordem constitucional, não sendo tais mudanças instrumentalizadas por meio da Constituinte Exclusiva, mas sim pelas regras e mecanismos constitucionais previstos no ordenamento pátrio, mormente o fato de ter sido respeitado os parâmetros de processo legislativo.

**(Conclusão)** Com efeito, nota-se que a pretensa reforma política por meio de uma Constituinte Exclusiva não tem nenhum amparo jurídico, estando em total descompasso com os ditames do nosso processo legislativo constitucional, afinal de contas, vivemos em um Estado de Direito sob a égide da legalidade. Outrossim, vale ressaltar que o referido instrumento de reforma política seria extremamente prejudicial aos aspectos da segurança jurídica, sobretudo, no que tange a proteção da confiança. Assim sendo, acredita-se que, de fato, faz-se necessário, inúmeras mudanças na seara política, porém, estas devem se pautar nos ditames do art. 59 e seguintes da Constituição Federal. Ademais, observa-se que apesar de algumas modificações no sistema eleitoral por força da Lei 13.165/2015, são extremamente pontuais, não havendo o que se falar em Mini Constituinte como foi pensado no ano de 2013, mas sem dúvidas foi um avanço ao sistema político nacional, afinal, pelo o que foi demonstrado, a Constituinte Exclusiva nunca foi a melhor opção para modificações relacionadas ao tema.

**Palavras-Chave:** Reforma política; mini constituinte; Constituinte Exclusiva.

## A USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA: O STF X DOUTRINA MIORITÁRIA

### **Autor(es):**

*Amanda Cristina Ribeiro Peixoto: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN*  
*Amanda Oliveira da Câmara Moreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Victor Vieira Lundberg: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Samuel Max Gabbay: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Constituição Federal traz em seu artigo 22, questões inerentes a competência privativa da União, ou seja, aquelas em que União é competente para legislar, só podendo autorizar os Estados a fazê-lo mediante Lei Complementar em situações específicas, caso contrário estaria usurpando sua competência. A título de exemplificação, tem-se a ADI nº 3.483/14 em face de lei nº 7.716 do Estado do Maranhão, que versava sobre hipótese de tramitação processual em qualquer processo ou instância bastando que a mulher vítima de violência doméstica fosse parte, neste caso a matéria não é especial. Em contrapartida ao entendimento do Supremo e a doutrina majoritária, há pensamentos divergentes acerca dessa competência privativa.

**(Metodologia)** Para a realização do presente trabalho utilizou-se como técnica de pesquisa revisões bibliográficas, jurisprudenciais e legais, com análise de questões referentes a usurpação de competência para legislar, com base em dispositivos constitucionais e o estudo da ADI nº 3.483/2014, como caso ilustrativo e demonstração de questões referentes a doutrina minoritária no assunto, utilizando para tal, o método dialético e teórico-descritivo.

**(Resultados)** Sabe-se que por força do art. 22, I, da CF, compete privativamente à União legislar acerca do direito processual, tendo portanto como objeto da ADI em questão a usurpação de competência da União no que tange o direito processual. Ademais, o que se observa é que este direito não se afigura nem como competência comum, nem de competência concorrente de União, Estados, Municípios e DF, conforme os arts. 23 e 24 da CF. Outrossim, não se deve confundir matéria processual (estabelece os direitos e deveres das partes), com matéria procedimental (descreve os atos processuais), sendo esta última, de competência concorrente dos estados-membros. Nesse sentido, inclusive, já se posicionou o Ministro Relator Dias Toffoli (ADI 3.483, 2014). Em decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal no mesmo sentido, tem-se, a título de exemplo: ADI 4.161/AL-MC/2009, ADI 2.257/SP/2005, ADI 2.655/2004. Em divergência ao entendimento firmado pelo STF, têm-se em doutrina minoritária, como Manoel Gonçalves Ferreira Filho, seguido por Fernanda Dias de Menezes Almeida (2013), acerca de que cada Estado deveria ser independente para legislar acerca de matérias processuais com adequação das finalidades e condições regionais, ora, tal pensamento não pode prosperar partindo do pressuposto do caos processual e insegurança jurídica que poderia trazer a ordem jurídica pátria, tendo em vista que temos uma federação centrada na União. Afinal, não cabe no sistema federativo nacional, que impõe limitada competência legislativa aos seus estados membros – competência residual, ao contrário do que ocorre em outros sistemas federativos no mundo. Ressaltando, ainda, a sobrevalência da federação cooperativa no que concerne a questões de competência ao inverso do que propõe a doutrina minoritária, cujo pensamento é típico dos Estados Unidos, por exemplo.

**(Conclusão)** Assim, o que se observa no caso, são equívocos inerentes a questões legislativas sobre matérias processuais e procedimentais, inerentes a assuntos e competências divergentes. Matéria processual é competência privativa da União, enquanto que procedimental é concorrente nos termos do art. 24, XI, da CF. Como aconteceu na ADI nº 3.483/14, momento em que o Maranhão decidiu que os processos em que fossem partes mulheres vítimas da violência doméstica teriam tramitação especial, ora, se matéria processual somente a União pode legislar, observou-se claramente um equívoco da Assembleia Legislativa estadual em fazê-lo, não se podendo admitir em nosso ordenamento jurídico que erros como este continuem a ocorrer corriqueiramente. Por fim, o que se observa é que o pensamento do STF parece ser o mais interessante a ser seguido, não se podendo basear em questões minoritárias na doutrina, tendo em vista que o que deve prevalecer é a unidade processual, como fato gerador de segurança jurídica.

**Palavras-Chave:** Usurpação de competência; ADI nº 3.483; competência; doutrina minoritária.



## ACIDENTES DE TRÂNSITO NO RIO GRANDE DO NORTE: UMA REALIDADE VIVIDA EM 2014

### **Autor(es):**

*Núbia de Souza Miranda: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Aluísio Alberto Dantas: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente objetivou analisar a intensidade de acidentes de trânsito no maior hospital de urgência e emergência do Estado do Rio Grande do Norte para demonstrar a importância que se reveste o ato de dirigir e trazer reflexões se esta problemática é mais pertinente em relação aos motociclistas.

**(Metodologia)** Este trabalho foi realizado com base nos dados estatísticos e informações cedidas pela NUVISA (núcleo de Vigilância Sanitária) do Hospital Walfredo Gurgel, em Natal, onde foram notificados os casos de atendimentos de vítimas por acidentes de trânsito de janeiro a dezembro de 2014. Para este fim, compararam os dados em função do sexo, situação conjugal, escolaridade, natureza da lesão, meios de locomoção e evolução do caso; além do cruzamento do meio de locomoção em função da idade, sexo e natureza da lesão.

**(Resultados)** Da análise dos dados coletados se obteve: 10.377 casos de acidentes de trânsito que representa uma média de 29 acidentes diários. Quanto ao sexo, 2.415 (23%) foram femininos e 7.962 (77%) masculinos; da situação conjugal, 6.333 (63,9%) são solteiros, 2.212 (21,3%) casados, 7.073 (68,2%) ignorados, 205 (2%) não se aplica. Quanto a escolaridade observou-se que 7.073 (68,2%) são ignorados, dentre outros. Quanto a natureza da lesão: escoriação/corte 2.649 (25,5%), contusão/entorse/luxação 2.388 (23%), fratura 2.193 (21,1%) e outros. Quanto ao meio de locomoção, 883 (8,5%) automóveis e 7.700 (74,2%) motocicletas. Da evolução do caso, observou-se, 7.705 (74,2%) altas, 1.482 (14,3%) internações e 26 (0,3%) óbitos. Do cruzamento entre faixa etária e meio de locomoção dos 7.770 acidentes de motocicleta: 3003 (39,07%) vítimas entre 21-30 anos, 1.698 (22,05%) 31-40 anos. Quanto ao meio de locomoção, dos 7.700 acidentes de motocicleta, 6.173 (80%) masculino e 1.526 (20 %) feminino. E por último, o meio de locomoção/natureza da lesão: 2.101(27,28%) escoriação/corte, 1.871 (24,29%) contusão/entorse, 1.712 (22,23%) fratura, 855 (11,1%) traumatismo de crânio, 641 (8,32%) politrauma, 166 (2,15%) traumatismo dentário, 137(1,78%) sem lesão, 63 (0,81%) ignorado, 52 (0,67% ) órgãos internos do tórax, 34 (0,44% ) órgãos internos abdomen, 16(0,2% ) perfuração/laceração, 26 (0,33%) queimadura e amputação.

**(Conclusão)** Da análise foi possível observar que dos 10.377 casos de acidentes de trânsito que deram entrada no referido hospital em 2014, predominou o sexo masculino 7.962 (77%), solteiros 6.333 (63,9%) e com escolaridade ignorada 7.073 (78,2%) por não terem condições de informar. Quanto ao meio de locomoção 7.700 (74,2%) desses acidentes foram de motocicletas, sugerindo que são menos seguros ou mal utilizados. Houve expressivo atendimento para escoriações e cortes 2.649 (25,5%), seguido de 2.388 (23,0%) contusões e entorses e de 2.193 (21,1%) de fraturas com efetivos gastos em suturas, curativos e medicamentos, sobretudo nos politraumatizados. Há um impacto nos custos pelo número de internações 1.482 (14,3%) e cirurgias. Foram 7.705 (74,2%) altas e 26 (0,3%) óbitos, sendo verificado que esse tipo de veículo destaca um perfil de vítimas entre 21 a 30 anos 1.698 (22,05%) do sexo masculino que é uma faixa etária produtiva, jovem e ousada, estando inúmeros alcoolizados. Desse modo, o número de cirurgias, radiografias e insumos é significativo, além da necessidade de mais profissionais e equipamentos. Diante disso, se propõe uma efetividade na educação do trânsito, para diminuir o impacto dos acidentes no referido hospital, pois os acidentes por motocicletas, de fato, trazem reflexos na ordem econômica e social agregando custos a esse atendimento.

**Palavras-Chave:** Acidentes de trânsito, automobilísticos e Hospital Walfredo Gurgel

## ADOÇÃO HOMOAFETIVA - UM ATO DE AMOR

### **Autor(es):**

*Aimee Karine Cruz Bezerra: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Suyane Nielle de Oliveira Fernandes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho denominado: “Adoção Homoafetiva – Um ato de amor” tem por foco principal o tema “Adoção por Casais Homoafetivos”. Segundo Maria Helena Diniz: “A adoção vem a ser o ato judicial pelo qual, observados os requisitos legais, se estabelece, independentemente de qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afim, um vínculo fictício de filiação, trazendo para a sua família, na condição de filho, pessoa que, geralmente, lhe é estranha”. Vejamos que não há especificação quanto ao sexo ou opção sexual do adotante. Nas palavras da renomada jurista Maria Berenice Dias que juntamente com Marta Cauduro Oppermann no artigo “Adoção e o direito constitucional ao afeto”: “Filhos que os pais não querem ou não podem cuidar sempre existiram. (...) A sorte é que existem milhões de pessoas que desejam realizar o sonho de ter filhos. Daí o instituto da adoção, um dos mais antigos de que se tem notícia”. Daí percebemos que o instituto da Adoção é tão antigo quanto a sociedade, e sua regulamentação é de extrema necessidade, de modo que o disposto na Constituição Federal em seu artigo 227, (“é dever do Estado assegurar a crianças e adolescentes, com absoluta prioridade, o direito à convivência familiar.”) venha a ser cumprido.

**(Metodologia)** O referido trabalho realizou-se a partir de levantamentos bibliográficos, bem como pela utilização de um trabalho de conclusão de curso denominado “O RESPALDO JURÍDICO DA ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS”, apresentado no UNI-RN em 2014.

**(Resultados)** Analisando o tema em comento, nos utilizando das palavras da insigne Maria Berenice Dias em seu artigo “União Homoafetiva: Uma realidade que o Brasil insiste em não ver”: “Tudo que não reproduz o modelo estabelecido, não se encaixa nos padrões postos, acaba por ser rotulado de “anormal”, ou seja, fora da normalidade. No Brasil, como em praticamente todos os países do mundo, há uma nítida tentativa de negar a existência dos vínculos afetivos homossexuais, o que gera um sistema de exclusão permeado de preconceito. Essa atitude predominante na sociedade acaba por inibir o legislador de normar situações que fogem dos estereótipos de moralidade. Omite-se para não afrontar os segmentos conservadores, temendo uma estigmatização que não combina com seus fins políticos e eleitorais. Tal postura acaba se refletindo também na esfera jurídica”.

**(Conclusão)** Com isso, concluímos que, conforme exposto por Maria Berenice Dias, as questões que dizem respeito à sexualidade são – na verdade, sempre foram - cercadas de mitos e tabus, e os chamados “desvios sexuais” - afronta à moral e aos bons costumes – permanecem alvo da mais profunda rejeição social. Tal visão limita a sociedade. Impedir a adoção legal por casais homoafetivos, além de regressão, significa cessar o direito à vida de legiões de crianças abandonadas, jogadas no lixo, maltratadas, violadas e violentadas que, por convenção social, continuam a suportar indigna situação.

**Palavras-Chave:** Adoção - Homoafetividade - Direito - Felicidade - Amor

## **ANÁLISE DA ESCOLA EXEGÉTICA DE INTERPRETAÇÃO DO DIREITO À LUZ DA OBRA OS MISERÁVEIS, DE VICTOR HUGO**

### **Autor(es):**

*Daniel Silva Pinheiro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Rayssa Luana de Lima Monte: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Amanda Eliene Carvalho Paraguai de Souza: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O filme *Os Miseráveis*, obra clássica do escritor francês Victor Hugo, retrata a França do século XIX, Pós-Revolução Francesa, sob as consequências provenientes da exploração tributária do terceiro estado, pela monarquia, oportunizada pela Escola de Exegese de interpretação do direito, que consistia no apego extremo ao textualismo, onde o sentido da norma era empregado pela mens legislatoris, na intenção de promover uma aplicação rígida da lei, fomentando o apego à forma, ante ao conteúdo material, numa concepção positivista do direito vigente. Essa maquinação ensejava a construção de um direito firme, com escopo de produzir segurança jurídica. Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo encontrar na referência audiovisual os elementos para analisar a essência interpretativa relacionados ao período da escola do direito em comento, que ainda reverberava após a instauração da República.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, onde buscou-se investigar a obra do escritor Victor Hugo, a fim de caracterizar o contexto temporal, a qual foi ambientado o filme em análise, e abstrair os principais elementos para a definição do modelo exegético de interpretação e segurança jurídica em voga. Por esta razão, utilizou-se o método de procedimento histórico, porquanto esta pesquisa se vale da perspectiva historicista para a obtenção de um panorama do Estado francês e seu sistema jurídico, e bibliográfico, considerando-se o levantamento documental, concernente ao filme em análise, e literário, realizado acerca da temática. Por fim, os resultados alcançados foram analisados de modo indutivo, averiguando-se as questões peculiares da época, que fizeram eclodir a revolução, migrando para conclusões generalizadas acerca da interpretação do direito e da criação de mecanismos para se evitar o abuso do poder e retorno ao status quo ante.

**(Resultados)** Da análise do filme, verifica-se que o modelo de interpretação da escola em estudo está relacionado a uma concepção formalista do Direito, que tem por objetivo evitar que este se torne vulnerável às adversidades político-econômicas e ao abuso de poder, justificando o uso da interpretação literal e o consequente surgimento da segurança jurídica. Nesse sentido, a música "Stars" (Estrelas), interpretada pelo personagem Javert, representa a inflexibilidade do direito formal, que não considera questões materiais, e corrobora com um modelo jurídico que uniformiza os casos de transgressão da lei, tomando como parâmetro a norma enquanto uma verdade absoluta, justa, da qual ao legislador não cabe fazer diferenciação diante dos casos concretos. Percebe-se então uma indiferença entre a forma e o conteúdo da lei e o engessamento do sentido atribuído às normas, que funciona como mecanismo para se evitar que o Direito seja condescendente e provoque o desprestígio político e econômico da aristocracia.

**(Conclusão)** Observa-se que o inspetor de polícia Javert personifica uma concepção positivista do direito que não contempla questões materiais para a aplicação da norma ao caso concreto. Nesse sentido, a rigidez do sistema jurídico se dá por uma noção estritamente formalista, onde o que está concebido na lei, está por ser justo, podendo-se realizar tudo quanto esta permitir. É com base nessa perspectiva que se concebe um ideal de justiça calcado em valores cristãos acerca do que é correto e moral. Assim, o Direito não deve abrir exceções, mas ser inflexível para não ser falho, e, por consequência, gerar insegurança jurídica. Por esta razão, as penas retratadas no filme eram extremamente rígidas e desproporcionais em sua aplicação; a pobreza, inerente a alguns dos personagens, indica que esta não era entendida como aspecto material, por consequência do apego ao texto da norma, onde o sentido fora dado pelo legislador, desvencilhado de cunho social. Logo, o Direito (forma) encontra-se apartado da ideia de justiça (conteúdo), por influência da escola de exegética de interpretação.

**Palavras-Chave:** Os Miseráveis. Escola de Exegese. Revolução Francesa. Victor Hugo.

## ASPECTOS IMPACTANTES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

### **Autor(es):**

*Poilla Gurgel Diniz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Sarah de Oliveira Tenório da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Andrea Karla da Silva Alves : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Carolina Camilo Guedes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Daniela Pacheco Felix: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Thiago Murilo Nóbrega Galvão: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente artigo tem por objetivo expor acerca da reforma do novo Código de Processo Civil e orientar os estudantes e demais operadores do direito a conhecer as novas tendências resultantes da nova legislação. A aprovação de um novo Código de Processo Civil provoca uma profunda reflexão no meio jurídico principalmente quanto as novas intenções propostas pela reforma que para muitos se baseia na resolução dos problemas, deixando de ver o processo descomprometido de sua natureza fundamental de resolução de conflitos, de forma a realizar os valores constitucionais. Tentaremos sintetizar ainda as principais reflexões doutrinárias sobre o tema e as importantes modificações dos procedimentos judiciais, onde faremos um quadro comparativo entre o atual e o novo código para melhor vislumbrar a análise das propostas da nova legislação processual civil.

**(Metodologia)** O método utilizado para a realização dessa pesquisa será o bibliográfico de caráter qualitativo, a qual foi desenvolvida através da busca sistemática de artigos em periódicos, sites e revistas atuais que tratam da temática, além do ordenamento jurídico então vigente.

**(Resultados)** Levando em consideração que o ordenamento processual civil brasileiro vem passando por grandes modificações, o novo Código de Processo Civil, que tem despertado bastante discussão, ao se valer de um articulado sistema de normas para tratar de conflitos, busca novas formas jurídicas para promover a justiça social e democratizar a vida coletiva no âmbito da sociedade. Dentre as principais características justificadas pela comissão para uma reforma do Código, temos: O juiz ao despachar para emenda a petição inicial, deverá indicar com precisão o que precisa ser emendado com o objetivo de colaborar no processo, no prazo de 15 dias; Os tribunais serão obrigados a criar centros para audiências de mediação e conciliação; A contagem de prazos será feita apenas em dias úteis e ficará suspensa por um mês a partir do fim do ano; A audiência de conciliação poderá ser feita em mais de uma sessão e durante a instrução do processo o juiz poderá fazer nova tentativa de conciliação; Os juizes terão que seguir a ordem cronológica dos processos, evitando, assim, que algum seja esquecido; As ações coletivas poderão ser convertidos em processo coletivo e a decisão valerá igualmente para todos; Há a previsão expressa da tutela de evidência, unificação procedimental do processo cautelar e da tutela antecipada — e também a “estabilização” da tutela antecipada; houve ainda criação do instituto denominado Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, que objetiva solucionar processos em grande número que cuidem das mesmas questões de direito; dentre outros. Essas inovações estão sendo compreendidas como um esforço do legislador infraconstitucional para densificar o direito de ação como direito a um processo justo e, muito especialmente, como um direito à tutela jurisdicional adequada, efetiva e tempestiva.

**(Conclusão)** Partindo de todas essas considerações, podemos caracterizar o novo código como uma legislação organizada, visando a simplificação dos procedimentos, garantindo uma maior liberdade às partes. Além do mais, importantes princípios foram consagrados, a idéia de solução dos litígios através de formas alternativas também ganhou destaque e estímulo. Antemão, já podemos decretar que essas mudanças eram extremamente necessárias e precisas do ponto de vista técnico e funcional. Concluindo-se que essas novas regras sancionadas representarão um “novo paradigma” e como qualquer instrumento novo requer um período de adaptação e aceitação. Contudo, somente com a utilização dos dispositivos é que será possível constatar mudanças positivas e aquelas que precisarão ser esquecidas. Acredita-se que, com a nova legislação aliada a uma mudança cultural e educacional da sociedade brasileira, num futuro, será possível alcançar os objetivos do novo Código.

**Palavras-Chave:** Novo Código de Processo Civil. Aspectos Impactantes.

## ASPECTOS NEGATIVOS E POSITIVOS DA DELAÇÃO PREMIADA

### **Autor(es):**

*Poilla Gurgel Diniz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Sarah de Oliveira Tenório da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Andrea Karla da Silva Alves : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Carolina Camilo Guedes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Daniela Pacheco Felix: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Lincoln José Rufino: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente artigo tem por objetivo tratar acerca do instituto da delação premiada, enfatizando seus aspectos negativos e positivos, assim como sua visão de um modo geral, de forma a expor seu grande significado no processo penal, diante a dificuldade de se obter provas dos crimes de difícil investigação, assim como suas devidas consequências, características e finalidade.

**(Metodologia)** O método utilizado para a realização dessa pesquisa será bibliográfico de caráter qualitativo, a qual foi desenvolvida através da busca sistemática de artigos em periódicos, sites e revistas atuais que tratam da temática, além do ordenamento jurídico então vigente.

**(Resultados)** Tendo em vista que a delação premiada é capaz de combater organizações criminosas e muitas vezes ajudar a cessar suas atividades, podemos tratá-la como um negócio jurídico bilateral entre o delator e o Estado, que fornece ao infrator uma vantagem questionável, pelo fato de que não se sabe ao certo a valoração devida ao meio de prova adquirido através da delação premiada, uma vez que existe a possibilidade do agente infrator não contribuir com fatos verdadeiros, passando a desfrutar dos benefícios por um “falso testemunho”. O Estado através do uso da delação premiada está utilizando dos instrumentos cabíveis que possui para alcançar, o mais rápido e da melhor maneira possível, a verdade real. Não significa que o depoimento aponta esta verdade, mas auxilia nos meios de se chegar a ela, sendo um instituto de alto interesse estatal entre o Ministério Público e o acusado, que receberá vantagens em troca das informações que fornecerá ao parquet. Sendo, por isso, imprescindível o estudo deste instituto para se compreender os riscos e resultados da também chamada confissão delatária, recorrentemente utilizada em nosso

**(Conclusão)** Partindo do pressuposto que o instituto da delação premiada possui características positivas e negativas, e que se bem regulamentado e utilizado traz resultados concretos e satisfatórios, aduzimos que frente à falta de punição de diversos crimes de repercussão econômica e social por incapacidade do Estado em resolvê-los, o instituto da delação premiada ganha força diante as grandes dificuldades enfrentadas para se punir crimes em concurso de agentes no nosso país. Este instituto tem o propósito de oferecer vantagens processuais àqueles que colaborarem com as investigações e confessarem a prática do delito, diminuindo ou anulando a pena de quem entregar seu “companheiro”. Esse ponto de vista faz com que a doutrina combata incessantemente o instituto, além do fato de não haver uma devida regulamentação, embora seja adotado no Brasil por diversas leis, entre elas o artigo 159, IV do CP, lei do crime organizado, lei de crimes contra o sistema financeiro nacional, lei de proteção a vítimas e testemunhas, lei de crimes contra a ordem tributária, lei de crimes praticados por organização criminosa e lei de combate à lavagem de dinheiro, sendo esta última o fator fortalecedor da delação premiada. Muitos países como Itália, Alemanha e Estados Unidos da América já obtiveram êxito com este instituto, influenciando positivamente o Brasil.

**Palavras-Chave:** Delação premiada. Investigação. Delação. Organizações criminosas.

## **AUTOTUTELA E A CARNIFICINA SOCIAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO DIREITO PENAL**

### **Autor(es):**

*Maria Carolina Gomes Germano: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Fernando de Castro Miranda: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Leonardo Medeiros Bigois Gadelha: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** É notório na atual conjuntura em que se vive que há uma escalada nos indícios de violência e em paralelo uma omissão estatal no tocante a inexistência de métodos eficazes para dirimir e criar medidas emergenciais e estruturais a fim de verificar um real resultado e constituir portanto uma diminuição da violência, sendo necessário salutar que a realidade que a sociedade encontra-se, é um resultado de progressivos abandonos que culminaram com tal situação, paralelamente a isso, vemos uma indignação crescente da população levando a episódios onde esta decide fazer justiça com as próprias mãos, eis que surge a Autotutela no século XXI, passando por cima de garantias constitucionais e garantias do direito penal tais quais, os princípios, como os do In Dúbio Pro Réu, Presunção de Inocência, Devido Processo Legal, Ampla Defesa, dentre tantos outros que protegem todos os brasileiros de prisões arbitrárias e injustas.

**(Metodologia)** A pesquisa em questão trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório e explicativo, pois visa expor os problemas para propor uma melhor solução do tema e procura também explicar como tal fenômeno acontece. Podemos analisar tal fenômeno tendo em vista a questão da omissão estatal e a indignação da população. Levando em consideração os objetivos, tem-se em tela uma pesquisa de metodologia indutiva dialética, construída a partir da observação social aplicada ao conhecimento teórico, constituído de premissas sociológicas e concretizado no diálogo que o direito tem para com a sociedade. As respectivas respostas, tendo como métodos auxiliares a análise histórica, realizada através de uma pesquisa bibliográfica, e estudo breve de

**(Resultados)** Durante a pesquisa pode-se constatar que existe uma verdadeira involução histórica, pois ao longo do tempo, existiram predominantemente, três fases de atuação do direito penal, sendo a última vigente atualmente, no caso, a da vingança privada, vingança divina e a vingança pública que constituiu uma verdadeira conquista evolutiva, que permitiu dirimir pouco a pouco as injustiças cometidas. Assim culminando com o estado atual de garantias processuais e jurídicas, sendo o Estado responsável pelo ius puniendi e o persecutio criminis, portanto a tutela do particular mostra-se como um anacronismo histórico, pois fere garantias e direitos. Tal anacronismo pode ser decorrente de um rompimento com os vínculos formais de controle estatal decorrente de uma não identificação com os meios de punição e com uma falta de identificação com as próprias leis, tal qual muito bem exposto pela teoria do controle social, de Durkheim, pode-se ver também tal conduta ser tipificada em nosso código penal, no crime de exercício arbitrário das próprias razões, estabelecido no artigo 345, onde cometida essa ação, as penas podem variar de 15 dias a 1 mês ou multa. No caso, da existência de violência física, pode levar o aumento da pena, já que pode ser considerado dois crimes.

**(Conclusão)** Pode-se observar então que a autotutela além de ferir diversos princípios tratados na nossa constituição federal, é uma forma arbitrária de resolver problemas que não cabem a população, seja por parte de um indivíduo, ou de uma comunidade. Portanto, é inevitável para todo o direito de estudar tais casos, pois além de numerosos, eles crescem a cada ano devido a indignação popular. Não cabe à própria sociedade zelar pela integridade dela, não podendo portanto, julgar sem provas de que alguém cometeu um crime simplesmente por achar que é isso que devemos fazer. Cabendo a polícia e ao poder judiciário criar formas de inibir que casos como esses voltem a se repetir, principalmente casos em que um inocente é, por muitas vezes, morto por causa da justiça executada pela própria comunidade.

**Palavras-Chave:** Autotutela, Direito Penal, Pena, indignação popular, justiça, injustiça, Teoria do Controle Social, exercício arbitrário das próprias razões.

## COMBATE AOS CRIMES DE ÓDIO

### **Autor(es):**

*Millena Yane Alves dos Santos: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN*

*Larissa Duarte de Souza: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN*

*Ana Paula Andrade Mendes: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Edinaldo Benicio de Sa Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente artigo tem por objetivo expor acerca das práticas criminosas denominadas de crimes de ódio e orientar os estudantes e demais operadores do direito ao combate a essa violência que em geral é condicionada por fatores sócio-históricos. Trataremos acerca da classificação desse crime, o que prevê a legislação brasileira e quem são os grupos mais afetados por esse delito discriminatório. Ainda, serão abordadas as formas de identificação, investigação, punição, e as práticas de prevenção.

**(Metodologia)** O método utilizado para a realização dessa pesquisa será bibliográfico de caráter qualitativo, a qual foi desenvolvida através da busca sistemática de artigos em periódicos, sites oficiais e revistas atuais que tratam da temática, além do ordenamento jurídico então vigente.

**(Resultados)** Apesar de poucos países especificarem os crimes de ódio no seu ordenamento jurídico como Alemanha, Austrália e Bélgica, é internacionalmente consensual a definição do termo. São entendidos como os crimes contra as pessoas motivados pelo preconceito, em razão, nomeadamente, da pertença da vítima a determinada etnia, cor, origem nacional ou territorial, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, religião, ideologia, condição social ou deficiência física ou mental. Mais do que um crime individual, é um delito que atenta à dignidade humana e prejudica toda a sociedade e as relações fraternais que nela deveriam prevalecer. Ele produz efeito não apenas nas vítimas, mas em todo o grupo a que elas pertencem. Assim sendo, podemos classificá-lo como um crime coletivo de extrema gravidade. A legislação brasileira tipifica esse crime na Lei nº 7.716/89, onde decreta que serão punidos “os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” com pena de reclusão de 2 a 5 anos. Atualmente, há inúmeros registros desse crime também pela internet, segundo dados da Safenet, organização de defesa de direitos humanos na rede, só ano passado foram registradas 189,2 mil denúncias no Brasil relacionadas a crimes e abusos online. Com o objetivo de reprimir essas práticas criminosas, empresas, organizações da sociedade civil e governos de vários países buscam desenvolver meios para estimular medidas de combate e também de prevenção por meio da educação. Entre algumas das medidas adotadas estão a imputação de penas mais graves para este tipo de delito, o monitoramento online, e treinamento reforçado sobre o assunto para professores. Para dar mais visibilidade ao tema, o Governo Federal também lançou em abril o programa Humaniza Redes, que envolve a publicação do Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na internet, que, além de apoiar medidas de segurança e prevenção, tem por foco as denúncias de violação online de direitos humanos.

**(Conclusão)** Os crimes de ódio são uma realidade brasileira, cada vez mais tragédias movidas pelo ódio e pelo preconceito destroem vidas em todo o Brasil. Para alguns grupos, diferenças raciais, de etnia, de nacionalidade ou de opção sexual se tornam motivos para espancamentos e até assassinatos. O individualismo cresce e, a cada dia, preceitos básicos como o respeito à dignidade humana são desrespeitados. Os agressores desafiam o Estado e as legislações existentes, transgredindo as normas estabelecidas. O combate, criação de medidas de segurança e prevenção é imprescindível para dirimir a prática dessa violência. Além do mais, essa violência pode afastar os indivíduos e impedir o convívio harmônico da sociedade. A todos é assegurado à igualdade e liberdade, independente do grupo social ou do modo de ser e agir, todo ser humano tem o direito ao tratamento digno e imparcial. Para preservar o bem-estar deve-se sempre respeitar as diferenças e lutar para manter as relações fraternais entre todos.

**Palavras-Chave:** crimes de ódio, discriminação, violação dos direitos humanos

## CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO COMO MECANISMOS DE HUMANIZAÇÃO DA JUSTIÇA BRASILEIRA.

### **Autor(es):**

*Felipe César de Sousa Conrado Pontes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Bruno Tavares Padilha Bezerra: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Com poder de jurisdição, o Judiciário é o único móvel solucionador de litígios. Essa exclusividade e o excesso de formalismo favorecem tratamento quase desumano aos que da justiça precisam. No Brasil há mais de 105 milhões de ações em curso, segundo o site da AMB. Assim, os juízes trabalham sempre no objetivo de arquivar processos, o que favorece a busca da via mais fácil, que sempre será a extinção das causas sem o julgamento do mérito, por simples presença de falhas processuais. Isso descredencia a Justiça para os fins que foi criada e lança sobre o cidadão um tratamento verdadeiramente desumano. Tal prática reprovável se tornou lugar comum quando o CNJ estabeleceu como meta o dever dos magistrados julgarem anualmente mais processos que o número recebido em distribuição. Com o novo CPC se preservará direitos e garantias do jurisdicionado, pois, os institutos da conciliação e da mediação passam a fomentar alternativas de solução de conflitos privilegiando as relações sociais. A mediação é forma de autocomposição em que um mediador facilita a negociação entre litigantes e auxilia na construção de acordos mutuamente satisfatórios. A conciliação é ato que resulta do acordo de vontades, onde um conciliador orienta a solução de um conflito. Assim, nota-se que ambos institutos estimulam a relação amigável dos contendores, quebrando a costumeira beligerância entre os que litigam, ou mesmo a postura exageradamente fria dos responsáveis pelos julgamentos das causas. Dessa forma, a conciliação e a mediação constituem espécies de um modelo conciliatório, no qual a busca da paz social se aperfeiçoa através da autocomposição das partes.

**(Metodologia)** A pesquisa adotada neste trabalho foi à descritiva em razão da necessidade do exame da prestação do serviço público prestado pelo Judiciário. A pesquisa quanti-qualitativa foi usada, para estabelecer compreensão dos meios alternativos estudados e as relações de causa e efeito. Os métodos de procedimentos adotados foram o bibliográfico, para avaliar o fenômeno a partir de estudos anteriores; para aferir o conhecimento do problema no âmbito do Judiciário foi adotado o método documental.

**(Resultados)** Da pesquisa apurou-se a inegável crise da Justiça, essa que não consegue administrar a elevada demanda reprimida que ostenta, chegando as vias de tratamento desumano com o jurisdicionado que não recebe resposta aos seus reclamos em tempo razoável, além do que, os ambientes excessivamente formais propiciam o claro distanciamento dos juízes e servidores em relação ao cidadão comum. A incorporação da conciliação e mediação ao sistema judiciário brasileiro, pelo novo CPC, induz a certeza de um reordenamento de cunho social, inclusive por estimular que as próprias partes busquem soluções pacíficas para seus conflitos.

**(Conclusão)** A imposição de audiências de conciliação ou mediação, conforme regra do artigo 334 do novo CPC, favorece uma cultura de pacificação social, em contraposição à solução de conflitos por meio de sentenças, como hoje impera. As sentenças resolvem a lide apenas no campo processual, mas não a lide sociológica, quer dizer, não se consegue pelo ato do juiz solucionar o verdadeiro conflito que ainda irá perdurar entre as partes. Os institutos da conciliação e mediação fomentam a aproximação dos contendores, ao instante que estimulam a solução da contenda a partir da iniciativa destes, de modo que se desaloja a beligerância até então reinante. Nada mais salutar, por tanto, que aqueles que se sentirem com o direito violado possam participar da construção da solução de seu próprio conflito, pois, certamente, é conduta que facilitará ou mesmo auxiliará a prestação jurisdicional em um segundo instante, eis que o insucesso da autocomposição não afastará do judiciário o exercício da jurisdição.

**Palavras-Chave:** Conciliação. Mediação. Conciliador. Mediador. Autocomposição. Humanização. Justiça Brasileira.



**CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E ORÇAMENTO PÚBLICO: UMA ABORDAGEM EM FACE DO MÍNIMO EXISTENCIAL COMO LIMITE À APLICAÇÃO DA RESERVA DO POSSÍVEL**

**Autor(es):**

*Mariana de Lucena Fabrício: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No ano de 1973 realizou-se no Tribunal Constitucional Federal da Alemanha o julgamento de uma ação contra o Estado, em que se impugnava a limitação de vagas nas universidades de medicina. Em contrapartida à acusação, o Estado alegou não possuir recursos orçamentários suficientes para atender a tal reivindicação, o que fez com que o tribunal elaborasse sentença em seu favor, processo este que ficou conhecido como “*numerus clausus*” (BVerfGE 33, 303, de 1973). É neste contexto que surge o princípio da Reserva do Possível, mecanismo pelo qual o Estado busca se afastar da responsabilidade de assegurar os Direitos Fundamentais aos indivíduos, uma vez que alega não possuir recursos financeiros para investir em diversos setores da sociedade. Como forma de controlar a atuação da Reserva do Possível, surge a teoria do Mínimo Existencial, cujo principal objetivo é garantir os direitos indispensáveis à existência humana digna – buscando sempre garantir as melhorias necessárias para que os Direitos Fundamentais sejam devidamente concretizados –referindo-se, portanto, aos direitos positivos, pois exige que o Estado ofereça condições para que haja eficácia plena na aplicabilidade destes direitos. Diante do exposto, este trabalho tem por objetivo avaliar a aplicação da Reserva do Possível no Estado Brasileiro e as suas consequências para com o bem estar social.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa teórica de cunho documental e exploratório. Considerando o objetivo da pesquisa, utilizou-se o método indutivo, partindo da análise de situações concretas de violação aos Direitos Fundamentais, buscando uma solução que contemple as seguintes dimensões: finanças públicas, justiça social e direitos humanos, o que implicou no uso do método de abordagem dialógico. Por fim, fez-se uso do método auxiliar comparado, uma vez que foram realizadas análises do cumprimento dos Direitos Fundamentais em ordenamentos jurídicos estrangeiros, e do método transdisciplinar, englobando disciplinas como Direitos Humanos, Direito Constitucional e Direito Financeiro.

**(Resultados)** Observa-se que a Reserva do Possível se opõe ao Mínimo Existencial, pois ao mesmo tempo em que reconhece a limitação do Estado em garantir os Direitos Fundamentais, determina que o mesmo possui a obrigação de oferecer tais direitos para a sociedade, uma vez que são imprescindíveis à preservação da dignidade do titular do direito.

**(Conclusão)** Em face ao que foi constatado ao longo do trabalho, e tendo como ponto de partida o princípio da dignidade da pessoa humana, é possível concluir que é dever do Estado garantir as condições mínimas para que o indivíduo tenha a oportunidade de exercer a liberdade de se desenvolver de forma digna. Vale salientar ainda que a disponibilidade orçamentária do Estado para a realização dos investimentos é o elemento chave, central, para que haja a destinação apropriada da verba para a realização dos investimentos, lembrando que cada setor da sociedade (educação, saúde etc) deve ter um investimento mínimo para que se garanta os Direitos Fundamentais.

**Palavras-Chave:** Reserva do Possível. Mínimo Existencial. Direitos Fundamentais.

**CRIMES ELEITORAIS: CASOS DE ABUSO DE PODER POLÍTICO E ECONÔMICO E CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO NO RN.**

**Autor(es):**

*Bruna Matos da Cunha : Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Fernanda Medeiros de Azevedo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Danilo Cruz Alves Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*  
*Abraão Luiz Filgueira Lopes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Intenta investigar casos recentes ocorridos no Rio Grande do Norte em que foram constatados abuso de poder político e econômico e captação ilícita de sufrágio. Referidos ilícitos entram em conflito com os princípios da isonomia do processo eleitoral, probidade, legitimidade e moralidade. As condutas abusivas encontram fundamento normativo no artigo 22 da LC 64. Já a captação ilícita de sufrágio está tipificada no artigo 41-A da Lei 9.504/1997 e no artigo 299 do código eleitoral. Sabe-se que os abusos são ilícitos eleitorais administrativos, ao passo que a captação ilícita além de ilícito, também se constitui crime eleitoral. É assim que o presente trabalho investigará o plano ético, harmonizado com os princípios eleitorais, na análise das condutas supracitadas. A importância de debater esse tema está decorre do fato que a vida social e política do país passa diretamente por tal fenômeno, exurgindo o conhecimento em importância no trabalho de conscientização do eleitor potiguar.

**(Metodologia)** O trabalho aplica metodologia descritiva quanto ao objeto, o que consiste em descrever o fato ou fenômeno estudado – no caso, os ilícitos eleitorais de abuso de poder político e econômico e a captação ilícita de sufrágio. A fonte de informação usada é bibliográfica, ou seja, de cunho teórico, tudo dentro de uma investigação dialética não só da doutrina, mas também da jurisprudência;

**(Resultados)** Como resultados delineamos à conscientização necessária e obtida justamente na análise e no estudo de casos políticos como os que abordamos. Tal conhecimento liga-se a coerência e responsabilidade com as escolhas políticas de cada um. Também é útil que o cidadão tenha consciência formada para não ser partícipe dos desvios, irregularidades e improbidades, gozando de direitos que não possui, o que, fere os princípios de seu regimento. As consequências do abuso e da captação são das mais negativas possíveis: beneficia uns sem igual favor para com outros, e eleva e sagra um que fraudar; tais coisas transtornam a justiça.

**(Conclusão)** Concluímos através deste projeto de pesquisa que as leis que atuam sobre essas condutas são bem formuladas e carregadas de valores éticos; os princípios além de preencherem as lacunas da legislação aplicável, permeiam com eficiência e justiça de forma semelhante tal matéria. No nosso estado, especificamente, do Rio Grande do Norte, verificamos, cotidianamente, a presença das improbidades nas relações entre famílias tradicionalmente detentoras de poder econômico e partidos políticos; facilidades que detraem o processo eleitoral, limitando-o e corrompendo-o a seus interesses. Visto que citamos apenas dois dos muitos crimes eleitorais presentes no processo eleitoral, os quais muitas vezes observamos e participamos de forma indireta (ou direta), vale lembrar, que todos os crimes ou ilícitos, independente do grau de importância, corroboram para o desequilíbrio e quebrantamento do bom funcionamento eleitoral - é caso dos abusos de poderes e da captação ilícita de sufrágio. Tais fatos que vêm a ser congregados no fator cultural do nosso estado são bem rebatidos com a devida formação de consciência coletiva.

**Palavras-Chave:** Abuso de poder político e econômico; captação ilícita de sufrágio; casos de crimes e ilícitos eleitorais no RN; direito eleitoral

## DA POSSIBILIDADE DE USUCAPIÃO ESPECIAL CONJUGAL POR ABANDONO DE LAR.

### **Autor(es):**

*Teófanés Kleyton Vasconcelos da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Rafael de Moraes Souza: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosângela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O objetivo principal desta pesquisa, é falar sobre a modalidade de Usucapião Conjugual por abandono de lar que foi incorporada em nosso ordenamento jurídico em 16 de junho de 2011 e, tendo como escopo a lei de número 12.424, incluída pelo nosso Código Civil no artigo 1.240-A, analisando o que seria necessário para que a norma fosse de fato aplicada, e o que permitiria a o “único possuidor do lar” pudesse alegar a usucapião especial familiar em juízo.

**(Metodologia)** Os Métodos de pesquisas adotados, são o técnico e o descritivo, com o cunho de esclarecer e elucidar o estudo desta recente modalidade de usucapião que, se estiver com os devidos requisitos preenchidos, visa a proteção do direito de família. O único possuidor deve fundamentar o abandono do ex-companheiro ou cônjuge, não bastando um mero boletim de ocorrência para justificar uma não assistência à família. Podemos observar tal menção no julgado abaixo: TJ-SC - Apelação Cível : AC 20140372928 Blumenau 2014.037292-8 DIVÓRCIO. PARTILHA. REGIME DE COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS. PRETENSÃO DE EXCLUIR A VIVENDA CONJUGAL DO MONTE PATRIMONIAL PARTILHÁVEL. ABANDONO DO LAR PELA EX-MULHER. MOTIVO POR SI SÓ IRRELEVANTE. HIPÓTESE TACITAMENTE DEDUZIDA DE USUCAPIÃO DE BEM FAMILIAR. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS PELO ART. 1.240-A, INCLUÍDO NO CÓDIGO CIVIL PELA LEI N.º 12.424, DE 2011.

**(Resultados)** O Abandono do Lar, é notadamente o tema mais polêmico do estudo, pois este não configura-se, apenas, com a conduta de sair, ou seja, deserção do lar conjugal. O companheiro que viaja para assuntos de negócios ou estudos, mesmo que por tempo superior aos 2 anos que, por si só, segundo a lei, autorizaria a possibilidade de aplicação da usucapião especial, nesse caso, a norma não será aplicada. O fato é que, o companheiro que mesmo saindo do lar, ainda ajuda na assistência material ou moral do lar conjugal, não contaria prazo para a propositura da ação.

**(Conclusão)** É salutar o comento de que a saída de um dos cônjuges ou conviventes de seu lar, por motivos alheios a sua vontade, não configura um abandono de lar. Tal dispositivo ainda será objeto de muita controvérsia a ser enfrentada por nossos operadores do direito e Tribunais, porém é fato que vem em socorro de situações concretas enfrentadas pelas famílias nos casos em que um dos consortes sai do relacionamento, abandonando o lar e deixando para trás todas as despesas para ser custeadas pelo companheiro que ficou, e este se ver amarrado ao domínio comum do imóvel, não tendo o cabido amparo.

**Palavras-Chave:** Usucapião Especial – Abandono de Lar – Usucapião Familiar – Lei 12.424 – Art. 1.240-A.

**DEPOIS QUE O AMOR ACIONA O GATILHO: UMA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO À LUZ DO CASO ELOÁ**

**Autor(es):**

*Fernanda França Ferreira Farias: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Mírya Lopes de Melo: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Ana Luíza Cavalcanti Bastos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Ana Clara Silvino da Fonseca: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Synthia Lopes de Medeiros: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A violência de gênero é uma antiga problemática sociocultural praticada comumente contra a mulher. Nela o homem carregado de sentimentos desenfreados de domínio, ciúmes, paixão sob a sua parceira, age de forma a lesionar fisicamente, bem como moralmente seu objeto de desejo, provocando nos casos mais graves os famigerados crimes passionais. Neste contexto, a presente pesquisa tem como foco analisar o caso concreto de grande comoção midiática ocorrido na grande São Paulo em 2008, considerado o mais longo cárcere privado do estado de São Paulo, tendo como vítima Eloá Cristina Pimentel da Silva.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho explicativo. Considerando-se os objetivos utilizou-se o método indutivo, partindo da análise da violência de gênero que tem como consequência os crimes passionais sob a perspectiva de um caso concreto. Contudo, também foi utilizado como método de procedimento o Estudo de Caso.

**(Resultados)** O que foi possível observar foi uma evolução no pensamento da sociedade acerca dos crimes passionais, tendo como consequência uma reformulação do entendimento na punibilidade prevista no artigo 27 § 4º do Código Penal de 1890. Este código supracitado é um claro exemplo de como essa modalidade de delito era protegida pelo ordenamento jurídico, pois era considerado excludente de licitude aquele que matasse o parceiro (o) em virtude de forte emoção, sendo acatada além disso a tese da legítima defesa da honra. Em contraposto, o atual ordenamento penal aumenta a punição nesses crimes pois elenca a paixão como um motivo fútil (Art. 28, I CP/40). Além disso, apesar do período da condenação de Lindemberg não ter abarcado este novo tipo penal, atualmente há a lei do feminicídio (lei 13.104/2015), esta agrava a sanção àqueles que cometerem homicídio contra a mulher por sua condição de gênero.

**(Conclusão)** A partir dos resultados encontrados no presente trabalho, conclui-se que o Código Penal vigente foi de suma importância no que se refere a punição de Lindemberg Fernandes Alves, pois, este, além de outros autores de delitos de natureza passional não são mais escusáveis de seus crimes. Ademais, vale ressaltar as mudanças ocorridas no seio social devido às várias manifestações feministas de cunho igualitário, que dentro desse pacote de mudanças eram contrárias à benevolência a qual era tratado o criminoso passional. Sendo assim, concretizadas no ordenamento jurídico vigente à luz da Constituição delimitou-se a inadmissibilidade de alegação a tese da legítima defesa da honra, pois não é mais possível deixar que a honra do homem sobreponha ao direito à vida garantido à mulher, além de assegurar a garantia da dignidade da pessoa humana.

**Palavras-Chave:** Crimes Passionais. Eloá. Violência. Gênero. Paixão.

## ENERGIAS RENOVÁVEIS: LEGADO PARA O FUTURO

### **Autor(es):**

*Rafael Frederico Muniz Albuquerque: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Diego Luis Dantas Guimarães: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Fabício Bruno Silva de Oliveira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Jonathan Vitor Rebouças Galotte: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Vânia Vaz Barbosa Cela: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** No decorrer da história do homem, tem-se que a energia elétrica tem sido demandada de forma crescente e esse aumento reflete diretamente com o aumento da preocupação das tendências do setor. Sendo assim, hoje há uma preocupação cada vez maior com os rumos da geração de energia. Os organismos internacionais, juntamente com os governos e a sociedade passaram a dar mais importância as gerações renováveis, que resultam em uma maior segurança na sua manipulação e que, ao mesmo tempo, agridem menos o meio ambiente. Isso resulta em uma mudança na matriz energética de um modo geral. O objetivo desse trabalho é demonstrar os tratados internacionais sobre o tema, bem como a legislação brasileira, como forma de informar qual é a tendência mundial, que visa a conservação do meio ambiente, com fontes renováveis e menos poluentes. A escolha desse trabalho ocorreu tendo em vista a grande presença de empreendimentos de geração de energia eólica no Estado do RN, bem como na perspectiva de um novo mercado potencialmente promissor no ramo da microgeração.

**(Metodologia)** Quase todos os dias, os jornais estampam notícias sobre a necessidade de mudar a matriz energética mundial, combater o uso indiscriminado de combustíveis fósseis e utilizar fontes de energia renováveis e menos poluentes. Eles foram um dos materiais usados para esta produção acadêmica. Ademais, pesquisas científicas produzidas pelas academias e pelos órgãos de governo nortearam o artigo, bem como uma análise acerca dos eventos internacionais que pautaram o meio ambiente. Vê-se que as mudanças climáticas, também são causadas pela emissão dos gases poluentes oriundos da produção de energia. Daí, a necessidade econômica e estratégica de depender menos do petróleo e de outros combustíveis fósseis.

**(Resultados)** A matriz energética brasileira é uma das mais limpas do planeta. Quase metade da energia (47%) consumida aqui é renovável, ou seja, proveniente de recursos capazes de se refazer em um curto prazo. Até 2040, o Brasil deverá atrair US\$ 300 bilhões em investimentos para geração de energia elétrica— a maior parte disso (70%) irá para projetos solares e eólicos, prevê o estudo Energy Outlook (NEO), feito pela Bloomberg New Energy Finance (BNEF). O número ganha destaque quando comparado à matriz energética mundial, que, em 2007, era constituída de 82% de combustíveis fósseis - fontes não renováveis. Energias renováveis são fontes de energia disponibilizadas pela natureza de forma cíclica, sendo utilizadas para gerar eletricidade, calor ou para produzir combustíveis líquidos para o setor de transportes. Devem estar inseridas nas políticas energéticas dos países, pois exercem papel importante na conservação ambiental. As fontes renováveis tiveram ênfase especial trinta anos após o primeiro encontro do Meio Ambiente em Estocolmo, na Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2002 em Joanesburgo, que ficou mais conhecida como Rio+10. Em 2004 foi realizada a Conferência Internacional pelas Energias Renováveis, reunindo 154 delegações de vários países, em Bonn – Alemanha. Nela, anunciou-se a expectativa de investimentos globais na infraestrutura de oferta de energia, para os próximos 30 anos, de US\$ 16 trilhões.

**(Conclusão)** Durante todo esse tempo, a ONU juntamente com várias outras entidades governamentais e não governamentais, vem tentando trazer consciência para humanidade a respeito dos problemas do nosso planeta. Diversos acordos, convenções, tratados e outros, estão buscando conscientização da população mundial, como o 1º Encontro Regional de Energia Renovável e o CIER 2015, além dos demais já citados. Com isso, busca-se em conjunto, o bem comum da humanidade, de forma a obter um meio ambiente ecologicamente equilibrado que proporcione uma boa qualidade de vida a todas e todos. Por outro lado, ter um mercado aquecido, com sustentabilidade, unindo produção, economia e meio ambiente é possível.

**Palavras-Chave:** Energias Renováveis, Meio Ambiente, Mercado, Produção, Economia, Sustentabilidade.

**FUNDAMENTAÇÃO DO DIREITO: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DO PAPA BENTO XVI NO PARLAMENTO ALEMÃO E AS IMPLICAÇÕES DE SEU PENSAMENTO NA REALIDADE NACIONAL**

**Autor(es):**

*Matheus Cabral Gonçães: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Fabio Fidelis de Oliveira: Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A filosofia do direito é uma área de estudos em que se trata de assuntos básicos do mundo do Direito— questões como a fundamentação jurídica, a gênese do direito e o seu conceito. Esta pesquisa vem abordar a questão do fundamento do direito, de quais são as bases fundamentais que sustentam o fenômeno jurídico – fenômeno este tão presente em nossas vidas. Para isso, se realizou uma análise do discurso do Papa Bento XVI na Budenstag (Parlamento Alemão) proferido no ano de 2011. Nele, o Papa discorre sobre questões como a função do homem do Estado e da norma – sendo essa a expressão do poder do Estado, no momento em que cria direitos e obrigações para a sociedade. Além disso, o Papa também faz duras críticas ao pensamento normativista do direito, principalmente do seu maior expoente, Hans Kelsen, que teve seu pensamento também analisado por esta pesquisa.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa em que nela se utilizou o método dialético, ao colocar duas perspectivas a cerca da fundamentação do direito. As duas visões serão observadas tal como analisadas pelo Papa e através de outras bibliografias, na abordagem do pensamento de Kelsen. Utilizou-se como método auxiliar de abordagem o estudo de caso, associado ao método comparado, além da análise histórica para apresentar o embasamento teórico da fala de Bento XVI – a tradição cultural cristã, a tradição filosófica grega. Tendo em vista, por fim, a influência desses pensamentos na realidade nacional.

**(Resultados)** Percebe-se que a visão do Papa, apesar de para alguns parecer ultrapassada, não deixa de ser atual, pelo fato de a norma não poder ser em si um critério de validação. O direito ideal sempre deve estar na mente dos criadores do direito, dos legisladores, dos juristas e até mesmo dos doutrinadores. É na busca do ideal que o direito pode se transformar constantemente, como se pode ver pela atual preocupação dos nossos Tribunais em respeitar e aplicar direitos fundamentais, tais como o da dignidade da pessoa humana, a despeito até mesmo das normas positivadas, e para que não venha a cometer os mesmos erros de um passado tão recente, quando os maiores genocídios foram justificados porque simplesmente condiziam com a norma positivada.

**(Conclusão)** Constata-se, portanto, que o debate sobre a questão da fundamentação jurídica é de extrema importância para o debate jurídico atual, tendo em vista que nossa sociedade e conseqüentemente nosso direito, além de terem atingido uma dimensão muito complexa, mudam de maneira constante, necessitando que o Direito faça sempre uma revisão dos pontos que podem dar suporte ao fenômeno jurídico.

**Palavras-Chave:** Fundamentação jurídica. Bento XVI. Direito.

## INDIVIDUALIDADE E JUSTIÇA: GRÉCIA X SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

### **Autor(es):**

*Isabelle de Queiroz Xavier: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Patrick Cesar Alves Terrematte Santos: Docente do UNI-RN*

*Everton da Silva Rocha: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho objetiva uma breve retrospectiva histórica acerca do conceito de individualidade e justiça na sociedade grega. Baseando-se, no texto “A República” de Platão, onde cada ser deveria exercer sua função que lhe é própria por natureza, isto é desenvolver atividades as quais possui competência não adentrando em executar tarefas alheias, estabelecendo uma relação justa no desempenho das funções sociais que nenhum outro ser poderia fazê-lo. Essa designação específica de cada ser vivo é chamada de ἀρετή – Aretê, sinônimo de excelência. Assim, quando se funda uma cidade, cada indivíduo deve permanecer nas funções próprias de sua natureza e não executar tarefas alheias fazendo assim justiça. Se, por acaso, um indivíduo não cumprisse a função que lhe cabia, geraria um desequilíbrio entre as três excelências que fazem a cidade justa: temperança, coragem e sabedoria. Em suma, a justiça para Platão é quando existe uma república organizada, onde os homens exercem a utilidade que lhe é natural, pensando no bem comum. Outro autor grego a ser trabalhado é Aristóteles. Para ele, existiam dois tipos de justiça: distributiva e comutativa. A primeira é baseada em méritos, ou seja, dar a cada um segundo importância do que faz. Já a segunda estabelece as relações entre as pessoas na sociedade em que vivem. Em comparação aos gregos, temos o conceito contemporâneo do justo, alicerçado nas ideias de John Rawls, defensor da equidade, já que ela se refere a uma posição original de igualdade correspondendo ao estado natural presente na teoria de que para formarem um Estado e manterem a ordem social, as pessoas abrem mão de certos direitos para um governo a fim de obter vantagens

**(Metodologia)** Através de pesquisa bibliográfica, análise e comparação de obras como “A República” de Platão, “Uma teoria de justiça” de John Rawls e “Justiça: o que é fazer a coisa certa” de Michael J. Sandel.

**(Resultados)** Neste trabalho, tais conceitos serão exemplificados no caso da operação “Impacto” ocorrida no ano de 2014 na capital do Rio Grande do Norte, Natal, onde atuais e ex-vereadores foram condenados por corrupção em virtude obtenção de vantagem indevida na elaboração do Plano Diretor do Município de Natal em favor dos interesses de grupos do ramo imobiliário e da construção civil.

**(Conclusão)** Observamos como as práticas individuais e coletivas na estrutura social ocorrida ao longo da história da humanidade, as quais estão alicerçadas em bases egoístas, são desconstruções que orientam o indivíduo a “parecer-ser” utilizando-se da retórica sofismática, em contraposição a ideia grega do “ser.”

**Palavras-Chave:** INDIVIDUALIDADE, JUSTIÇA, PLATÃO, JOHN RAWLS, CORRUPÇÃO.

**JUIZES UNIDOS ÀS PARTES PROCESSUAIS DECORRENTE DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO NO NOVO  
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

**Autor(es):**

*Aline Henrique Alberto Dantas Cabral: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN*

*Adriana Lima Texeira Bezerra: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN*

*Bianka Maria Pinheiro Horácio: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Edinaldo Benicio de Sa Junior: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente estudo tem como objetivo fazer uma análise do princípio de cooperação ou de colaboração entre o Código de Processo Civil (CPC) de 1973 com o CPC de 2016. A doutrina brasileira importou do Direito europeu este princípio, acreditando numa visão cooperativa triangular (entre o juiz e as partes). Atualmente o juiz participa de uma forma mais representativa, no papel de Estado e positivando as leis, compreendendo a exigência da imparcialidade no que diz respeito à oferta de iguais oportunidades às partes. Porém, com o novo CPC de 2016, o princípio da cooperação torna-se ilimitado aos participantes tradicionais do processo como o autor e réu, relacionando-se com o devido processo legal (artigo 6º do Novo Código de Processo Civil). Contudo, o juiz permitirá uma maior participação de terceiras pessoas para colaborarem no processo, tal como o *amicus curiae* (CPC/2016, arts. 138 e p.038, I). Paralelo ao princípio da cooperação, existe o princípio constitucional da proporcionalidade (art. 5º, caput e V, da CF); o princípio constitucional da solidariedade (art. 3º, I da CF); o princípio da economia processual e o princípio da celeridade processual, somando-se todos a uma melhor qualidade e quantidade, objetivando aplicar o direito material para que se possa atingir o julgamento ao mérito.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa foi através de pesquisa bibliográfica de caráter descritivo, sendo a revisão literária realizada através de livros, doutrinas e legislações pertinentes à temática abordada.

**(Resultados)** Realizada a pesquisa com o novo CPC, podemos apontar que o juiz ao participar da lide garante uma maior interação igualitária das partes e, assim, para que não haja falha na participação de uma delas e, havendo que seja suprida. Nesta garantia, o juiz participa em nome das partes e, por decorrência, para legitimar a sua própria atuação. Com a nova postura do princípio da cooperação o magistrado deve adotar uma postura de diálogo com as partes e com os demais sujeitos do processo: esclarecendo dúvidas, pedindo esclarecimentos quando estiver com dúvidas e, ainda, dando as orientações necessárias, quando for o caso. Ao contrário da finalidade da postura do juiz, no CPC/73, que tolera um juiz passivo e espectador, pois é conduzido a atingir os objetivos e com menos apego às formas tais ou à letra da lei, preocupado somente com a integridade do *due process of law*. Portanto, no novo CPC, o princípio da cooperação comporta-se como produto de atividade cooperativa: cada qual com as suas funções, mas todos com o mesmo objetivo, que é a prolação de um ato final.

**(Conclusão)** Nesse diapasão, o princípio da cooperação do novo CPC, comporta-se como uma novidade doutrinária e legal, proporcionando uma avaliação ética sobre o papel das partes e do juiz na relação processual. Alguns doutrinadores julgam esta mudança por um processo mais fiel e célere, outros veem que essa nova modalidade de temática abordada fere os deveres garantidos ao juiz pela Constituição Federal de 1988, tais como o de manifestação *ex-officio* no decorrer do processo. Diante de tudo disso, o que vai pesar será a cooperação diária das partes, dos juizes e dos auxiliares da Justiça. Todavia, o processo deve deixar de ser um conjunto de despachos e decisões meritórias desconexas e fixadas na lei.

**Palavras-Chave:** Princípio da Cooperação; partes do processo; juiz.



**JUSTIÇA BRASILEIRA NO COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL E A SEUS EFEITOS PREJUDICIAIS À DEMOCRACIA EM DESTAQUE AO DESINTERESSE POLÍTICO-ELEITORAL POR UMA PARCELA DA POPULAÇÃO.**

**Autor(es):**

*Agatha Raianny Lira Pereira: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A luta contra a corrupção eleitoral além de manutenção de direitos democráticos trata-se de assegurar a participação de cidadãos eleitores no regime político, incluindo seus direitos e deveres, e dessa forma, esta pesquisa propõe destacar a importância do combate à corrupção eleitoral relatando em processos históricos e recentes, situação que a define, e quanto ao seu combate, as suas evoluções. Além disso, apresentará os descontentamentos e decepções assim como desinteresse por parte de muitos brasileiros ao direito eleitoral. Tendo esta proposta, o intuito de esclarecer relacionando os motivos de forma lógica às questões já mencionadas que são de grande importância ao Estado democrático de direito.

**(Metodologia)** A pesquisa apresentará em sua realização o método histórico, em que se relacionarão fatos e casos semelhantes também atuais, assim como o método dedutivo que a partir das premissas será analisado os efeitos com um raciocínio lógico. Como método de procedimentos será determinado pelo método de estudo de, levando-se, portanto, em consideração os fatos apresentados de forma e qualitativa.

**(Resultados)** É apresentada durante o projeto a demonstração do grande avanço histórico em relação à justiça eleitoral que está intimamente relacionada à evolução política e administrativa do Brasil. Além desses avanços históricos, os avanços mais recentes têm resultados bem significativos no combate à corrupção como pode ser demonstrado na biometria que determina a identificação do eleitor por meio de sensores que coletam os dados e confrontam com aqueles previamente cadastrados em banco de dados da Justiça Eleitoral. Porém, em relação aos dados apresentados sobre os chamados inadimplentes, refletem o enorme desinteresse de muitos brasileiros em relação à política causando prejuízos à democracia, sendo, portanto, além da falta de conhecimento da população quanto ao sistema eleitoral e à política que são motivos causadores também desse desinteresse, a corrupção como maior provocador de tais efeitos.

**(Conclusão)** Com os avanços feitos pela Justiça Eleitoral após a Constituição de 1988 com a Carta Magna, a redemocratização do Brasil e tantos outros momentos históricos importantes, além do intuito de existir um crescente avanço institucional do papel da justiça eleitoral que deve ser responsável pela condução das eleições no Brasil, bem como a garantia da legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, tudo isso com o fim maior de garantir e fortalecer o regime democrático, não é a realidade o que acontece em muitas situações. Entende-se a função garantidora, como a necessária e a constate luta contra a corrupção, sendo esta, provocadora de efeitos preocupantes por resultar na insatisfação em grande parte dos cidadãos brasileiros que desacreditam do pleno exercício direito democrático no sistema eleitoral.

**Palavras-Chave:** Direito eleitoral. Corrupção eleitoral. Voto nulo.

## MULHERES EM SITUAÇÃO DE ABORTAMENTO ILEGAL E A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

**Autor(es):**

*Tarzia Maria de Medeiros: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Flávio Macedo Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente estudo assume relevância na medida em que estão em jogo os direitos humanos das mulheres em situação de abortamento no Nordeste brasileiro e no Rio Grande do Norte, pois não conseguem acessar as políticas de assistência à saúde adequadas, sendo submetidas a situações degradantes e sendo acometidas por sequelas físicas e psicológicas. Tem, portanto, por objetivo geral, apontar se a negação ou precarização no acesso aos serviços públicos de saúde às mulheres em situação de abortamento constituem uma negação dos seus direitos humanos. Objetiva, especificamente, analisar aspectos históricos e culturais da prática do aborto, comparar os sistemas normativos de países no que tange à garantia do aborto e proteção dos direitos humanos das mulheres e relacionar os dados da prática do aborto enquanto um problema de saúde pública e os riscos aos direitos humanos. De acordo com MARMELSTEIN (2003), historicamente, a prática do aborto e sua relação com a autonomia e o acesso aos direitos humanos por parte das mulheres varia muito, a depender da região do mundo e das legislações em cada país. Lançando mão do Art.5º e do Art. 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, observamos que são várias as situações em que são negados os direitos humanos das mulheres quando, por precariedade dos serviços ou por concepções religiosas e/ou morais, não lhes garantem um atendimento humanizado e adequado em situações de abortamento, principalmente quando trata-se de aborto ilegal. A observação desses fatos e o interesse em elucidá-los foi o que motivou essa pesquisa.

**(Metodologia)** Método de abordagem: dialético Métodos de procedimento: histórico e comparativo TÉCNICA DE PESQUISA: - Explicativa - Bibliográfica

**(Resultados)** O estudo ainda está em andamento. Porém, a análise de algumas referências bibliográficas evidencia um índice elevado de abortos clandestinos, em situação de risco para a vida das mulheres, nos países em que a prática de aborto ainda não foi legalizada. Os índices de mortalidade materna e de sequelas são igualmente elevados, assim como a assistência médica hospitalar é limitada e pouco acolhedora nos casos de aborto.

**(Conclusão)** Ainda não é possível se chegar a uma conclusão definitiva no nosso estudo. No entanto, é incontestável que, diante da criminalização das mulheres em situação de abortamento, a começar pela falta de acesso ao atendimento de saúde adequado como parte do “castigo” por ter praticado ou provocado o aborto, elas têm parte dos seus direitos humanos (direito a ter acesso assistência médica, direito a decidir e dispor de seu corpo e sua intimidade, entre outros) negados e ameaçados.

**Palavras-Chave:** Mulheres, Aborto, Direitos Humanos

## MULHERES NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: A PARCELA ESQUECIDA DE UM SISTEMA CAÓTICO

### **Autor(es):**

*Cristina Medeiros de Araujo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Dayssa Melo Gomes Pinto dos Santos: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Sandresson de Menezes Lopes: Docente do UNI-RN*  
*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Todos nós somos cientes, de que o Brasil possui várias deficiências em seu sistema Estatal. Na educação, saúde pública, segurança e, conseqüentemente, no sistema carcerário. O Sistema Carcerário Brasileiro deixou de ser um tipo de cumprimento de pena onde o objetivo principal seria a ressocialização e tornou-se um “acúmulo de pessoas” que nesse ambiente, perdem seu lugar como cidadãos. Em meio ao caos desse sistema, há uma parcela que quase sem visibilidade: O sistema prisional feminino. A porcentagem de mulheres no sistema prisional é baixa (6,3% no Brasil.<sup>1</sup>), assim, as cadeias femininas são ignoradas pelo poder público, sendo uma espécie de adequação, pois os presídios foram feitos especificamente para homens. Precisa-se observar que as mulheres possuem certas necessidades diferenciadas, necessidades estas específicas, desde a gravidez, menstruação, cuidados específicos de saúde, entre outras especificidades que precisam irrevogavelmente ser atendidas. Desde os primórdios, as mulheres são desconsideradas em muitos aspectos sociais, sendo excluídas de quaisquer atividades que possam demonstrar, suas habilidades e intelecto, em outras palavras, são consideradas inferiores aos homens, desse modo, as apenas encontram dificuldades já enfrentadas normalmente pelas mulheres, em dobro, pois além de serem mulheres, são criminosas e, num país onde alguém que comete crime não é considerado ser humano, tampouco cidadão, para elas, as coisas são duplamente difíceis.

**(Metodologia)** Essa pesquisa acadêmica é qualitativa, de cunho exploratório. As principais ideias do projeto partiram das análises dos fatos descritos em reportagens e obras que abordam sobre o sistema carcerário feminino, em especial a obra literária: “Presos que Menstruam”, sendo esta a principal obra usada para fundamentação do projeto. Nesta obra, as mulheres são entrevistadas, e narram fatos que aconteceram antes, durante e após encarceramento. Levando em consideração os objetivos da pesquisa, foi utilizado o método de abordagem indutivo, partindo-se da análise de situações concretas, a análise das histórias reais, vivenciadas pelas presas e em reportagens sobre o tema.

**(Resultados)** Com base nas pesquisas, percebeu-se um grande déficit no sistema prisional feminino e a triste realidade do cotidiano das aprisionadas, ainda como a degradação da dignidade da pessoa humana e dos direitos humanos. Necessita-se urgentemente que o poder público volte os seus olhares para esses presídios e promovam políticas públicas que possam suprir a necessidade dessas mulheres. Há a falta de produtos higiênicos, falta de suporte para mulheres grávidas e estrutura para abrigar os recém-nascidos, há também o descaso com a saúde física e mental das presas, ou seja, precisa-se de melhorias na estrutura como um todo. Os governantes devem garantir a essas presas seus direitos não só como mulheres, mas acima de tudo, como seres humanos. Cometer um crime não é sinônimo de perda de dignidade e de direitos, todos merecem uma vida digna acima de qualquer circunstância.

**(Conclusão)** De acordo com o que foi apresentado, conclui-se que as mulheres inseridas no sistema prisional merecem uma melhor qualidade de vida dentro dos presídios, para que sejam reintegradas na sociedade da melhor forma possível, pois tendo uma vida prisional com estrutura minimamente digna para atender suas necessidades, isto é, tendo os seus direitos fundamentais resguardados, que é o verdadeiro objetivo da reclusão em regime fechado, estariam prontas para voltarem a sociedade e recomeçarem a vida.

**Palavras-Chave:** Sistema Penitenciário Feminino, mulheres, Direitos Humanos.

## O "AUTO DA COMPADECIDA" SOB A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS

### **Autor(es):**

*Mariana Figueiredo de Souza Ciriaco: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Camila Gabriel Gurgel: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Lizandra Karen Pontes Diniz: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Layr Rodrigues da Silva: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O presente trabalho tem como escopo demonstrar os princípios jurídicos existentes por trás da trama do auto da compadecida, em especial o capítulo destinado para o julgamento. Para tanto, utilizou-se de análise interpretativa como metodologia, partindo da obra cinematográfica dirigida por Guel Arraes com roteiro adaptado por Adriana Falcão, que consiste na releitura da obra de Ariano Suassuna.

**(Metodologia)** O filme relata a história de um pequeno grupo de moradores de uma cidade do interior da Paraíba, em que, ao longo da trama, os personagens acabam se envolvendo em diversas confusões, criando um elo em seus caminhos. Após a morte da maioria deles, todos se encontram em um "juízo final", o qual será o objeto deste trabalho. Nesse diapasão, extraiu-se, no decorrer da referida cena, alguns dos princípios basilares do Direito presentes na Constituição Federal de 1988 e no Código de Processo Civil de 1973, dentre eles, o Princípio do Devido Processo Legal, do Contraditório e da ampla defesa, da inafastabilidade da jurisdição, da inércia e do duplo grau de jurisdição. Dessa forma, observa-se a presença do Princípio do Devido Processo Legal encartado no artigo 5º, inciso LIX, da Carta Magna, o qual preleciona que "ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal", quando, por exemplo, João Grilo, personagem principal do filme, afirma: "que djabo de tribunal é esse que não tem apelação?! Eu sempre ouvi dizer que pra uma pessoa ser condenada ela tem que ser ouvida".

**(Resultados)** Portanto, se quer demonstrar que é possível obter um conhecimento de uma obra literária e com ele desenvolver uma forma de ensino lúdico, visando valorizar a cultura e ilustrar, na prática, a existência de tais princípios em um julgamento, ainda que seja esse um "juízo fictício" no qual a intenção do autor da obra consistisse em satirizar a moral e a religião, dentro de um contexto nordestino, para retratar o drama sofrido pelo povo da região. Note, pois, que embora não tenha sido o objetivo precípua do autor Ariano Suassuna ensinar a população em geral sobre as normativas jurídicas, ele embutiu, no decorrer do filme, princípios que retratam o direito e que são passados para a sociedade sem perceber.

**(Conclusão)** Depreende-se, então, que os ensinamentos jurídicos extraídos desta obra podem ser aproveitados como material didático, com o objetivo de simplificar o aprendizado dos discentes nos primeiros contatos com o conteúdo abordado, além, inclusive, de aproximar o direito com a população em geral, haja vista a popularidade da obra no cenário nacional.

**Palavras-Chave:** Princípios jurídicos; auto da compadecida; análise interpretativa

## O DIREITO DE GREVE NO SERVIÇO PÚBLICO

### **Autor(es):**

*Luiz Ricardo Ramalho de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Madson Alberto Viana Gomes: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Teresa Cristina da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Adécio Cabral Bezerra Júnior: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Raphael Henrique Chaves Santana Dias: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Andréa de Andrade Fernandes: Docente do UNI-RN*

**(Objetivos ou ideia central)** A greve no Serviço Público tem sido constante no Brasil. Atinge os serviços essenciais como: educação, saúde, segurança pública dentre outros, da União, Estados e Municípios. Tal fato, tem sido algo de discussão na esfera jurídica, quanto a sua legalidade, ilegalidade, tendo em vista a ausência de normatização específica e a inércia legislativa. Isto, tem provocado o judiciário a analisar o movimento de greve dos servidores pautado em normas de direito privado, como preconiza a Lei de Greve n 7.783/89, a qual dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento inadiáveis da comunidade, e dá outras providências. A referida lei é aplicada quanto aos servidores públicos, não em sua totalidade, fato que abre lacuna para sua aplicação na administração pública. Sendo motivo de embates nas discussões doutrinárias e jurisprudenciais, a falta de lei ordinária que regulamente o instituto em seus exatos termos e adequações, tendo em vista que existe princípios do Direito Administrativo que não podem deixar de ser efetivados, a saber: princípio da continuidade do serviço público e o princípio da supremacia do interesse coletivo sobre o privado. Neste sentido, o Direito de Greve no Serviço Público torna-se objeto de estudo deste trabalho – vídeo, objetivando compreender o movimento grevista deflagrado pelos servidores públicos, atentando para a interpretações jurídicos quanto a ilegalidade declarada pelos magistrados, quando declarada nos serviços essenciais: saúde, educação e segurança pública.

**(Proposta do roteiro)** De forma dinâmica e objetiva, expor sobre o tema em questão;

**(Efeitos esperados)** Efeitos de conhecimentos, tanto para graduandos de direito, como a sociedade em geral, a cerca dos direitos dos trabalhadores do serviço público.

## O DIREITO ROMANO E SEUS FUNDAMENTOS: FASES HISTÓRICAS E TRAÇOS CARACTERÍSTICOS

### **Autor(es):**

*Daniel Augusto Caetano Maia: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*José Cantalice Viana Neto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Aglene de Arruda Moreira Sotero: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Flávio Macedo Freire: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Conforme MATOS PEIXOTO (1960) apud Giordani (2000, p. 1), “Pode-se definir o Direito Romano como o ‘conjunto de normas jurídicas que regeram o povo romano nas várias épocas de sua história, desde as origens de Roma até a morte de Justiniano, imperador do Oriente, em 565 da era cristã’”. O povo romano, impregnado de um senso prático (diferindo, dessa forma, dos gregos com sua vocação especulativa), criou um ordenamento jurídico admirável que reflete os traços do gênio romano: a gravitas (senso de responsabilidade), a pietas (expressão da obediência à autoridade tanto divina como humana) e a simplicitas (a qualidade do homem que vê claramente as coisas e as vê tais como são) (GIORDANI, 2000). Este trabalho tem como objetivo estudar o Direito Romano em seus fundamentos apresentando suas fases históricas e traços característicos.

**(Metodologia)** A metodologia utilizada para realização deste trabalho foi, basicamente, a pesquisa bibliográfica. Buscou-se com esta pesquisa construir um referencial que pudesse dar uma considerável base teórica ao tema aqui estudado. Esta pesquisa foi efetuada em artigos publicados em revistas científicas da área de Direito, e em livros, por meio de visitas à biblioteca do CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE (UNI-RN) e bibliotecas virtuais de Universidades tais como: UFRN, UFPE, USP entre outras.

**(Resultados)** O presente trabalho traz em seu bojo as fases históricas da civilização romana e de suas instituições jurídico-políticas, bem como seus traços característicos. Os períodos em que é dividida a história jurídico-política do Império Romano correspondem a etapas cronológicas plenamente delimitadas: 1) Período da Realeza (das origens de Roma à queda da realeza em 510 a.C.); 2) Período da República (510 a.C. até 27 a.C.); 3) Período do Principado (de 27 a.C. até 285 d.C.) e 4) Período do Baixo Império (de 285 até 585 d.C., data em que morre Justiniano). O primeiro período da Realeza se caracterizou pela existência de ligas de povos que lutavam pelo poder, sendo o conflito vencido pelos etruscos. Na República, as magistraturas passaram a ganhar mais prestígio, destacando-se do poder dos dois cônsules, que inicialmente são as magistraturas únicas e vitalícias. A partir do século IV a.C. ocorre uma laicização da jurisprudência. Quando os plebeus passam a ter acesos ao colégio de pontífices e as leis se reduzem a escrito, as fórmulas podem ser dominadas por mais pessoas, mas essa laicização não significa democratização, de modo que são apenas alguns que se dedicam ao direito. O último período da história da civilização romana é o do baixo Império (dominato), quando ocorre a cristianização do Império, e também a decadência política e cultural. A fonte do direito passa a ser a constituição imperial. Como traços característicos pode-se citar o tradicionalismo, o realismo e a desigualdade.

**(Conclusão)** O Direito Romano teve toda sua base produzida durante o Império Romano do Ocidente, o qual teve sua decadência no século V da era Cristã. A queda deste Império deu-se entre outros motivos pelas invasões de povos considerados pelos Romanos como Bárbaros, tais como: os Visigodos, Ostrogodos, Francos, Burgúndios, Lombardo, Anglos, Saxões, entre outros. O Direito Romano teve forte influência na formação de vários sistemas jurídicos da atualidade, e é considerado por alguns estudiosos como um importante fundamento do direito atual, principalmente no que tange ao direito privado. Por isso, é conclusiva a importância de estudar o Direito Romano tendo em vista sua irrefutável importância e contribuição para vários dos sistemas jurídicos atuais, permitindo que possa tornar mais claro e evidente as origens de institutos atuais que tiveram nele origem.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Direito Romano; fases históricas; fundamentos.

## O ESQUECIMENTO DOS PROBLEMAS RELACIONADOS À POBREZA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE.

**Autor(es):**

*Efraim Vitaliano Veras: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Hodiernamente, com um avanço nos ideais dos direitos humanos, as discursões sobre esse tema vem crescendo de uma maneira positiva. O avanço dos órgãos que monitoram os direitos humanos, como a ONU e a Humans Rights Watch, e um maior espaço cedido aos mesmos, tem facilitado o referido avanço. Mas, com o grande número de violações aos mesmos direitos, que ocorrem em locais como, por exemplo, no oriente médio, acabam tirando a visibilidade de outras localidades no globo que também sofrem violações dos direitos fundamentais, como na América Latina e no Caribe, onde a fome e a pobreza vem, gradativamente, pela falta de esforços de terceiros, crescendo.

**(Metodologia)** A base desse trabalho foi uma pesquisa metodológica empírica e dedutiva, procurando por artigos científicos e trabalhos acadêmicos que relatavam a realidade do conjunto de países esquecidos que formam a América Latina. A utilização de dados fornecidos por organismos oficiais da Organização das Nações Unidas, como o PNUD, foi de fundamental importância para um maior fundamento na argumentação do trabalho.

**(Resultados)** O resultado da pesquisa, de um modo geral, foi a falta de visibilidade dos problemas latino-americanos em um âmbito internacional. A falta de interesse das grandes potências para melhorar a situação dos latino-americanos tem se mostrado preocupante. A criação de organizações, como a CELAC (Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos) foi o que conseguiu levar uma melhor visibilidade das violações dos direitos fundamentais. O melhor exemplo que se pode ser dado é a do país do Panamá, onde 98,16% da população rural e indígena se encontram em estado de pobreza, e, desse percentual, 38,16% se encontram em estado de pobreza extrema. A falta de interesse internacional para uma mudança desse quadro tem se mostrado enorme. Mas, mesmo com tais adversidades, os governos dos países que se encontram na América Latina, têm criado programas emergenciais visando à redução dos problemas que tanto afligem os mesmos. Ao fim de todo processo que durou, ao todo, três meses, a produção de um guia de estudos foi finalizada, mostrando os principais problemas relacionados à fome e à pobreza na América Latina.

**(Conclusão)** A louvável ação de criação da CELAC para uma maior inclusão dos países caribenhos foi de fundamental importância para uma tentativa conjunta de redução dos supracitados problemas. Também é possível concluir que os programas sociais criados pelos governos dos referidos países, fundamentam os pilares que compõem a redução da pobreza na região latino-americana, mas tais ações não são suficientes para que o problema seja erradicado. Para isso, um interesse internacional é necessário para que uma força conjunta atue nos continentes supracitados.

**Palavras-Chave:** América Latina, pobreza, direito internacional, CELAC, Caribe

## O FUNDAMENTALISMO ISLÂMICO, O USO DO VÉU E OS DIREITOS HUMANOS

### **Autor(es):**

*Amanda Oliveira da Câmara Moreira: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Victor Vieira Lundberg: Discente do curso de Pós-graduação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Marcelo Maurício da Silva: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Para o estudo acerca do fundamentalismo islâmico foi realizada uma análise do capítulo 2 da obra “Se Deus Fosse Um Ativista de Direitos Humanos”, de Boaventura de Sousa Santos, que tratou da questão do fundamentalismo islâmico, realizando contrapontos entre as questões ocidentalistas e antiocidentalistas, bem como as questões relacionadas aos Direitos Humanos, como na questão do uso do véu e do feminismo islâmico, por exemplo. Em contraponto com a referida obra, analisou-se a polêmica que existe na questão do uso do véu, burca ou niqab, nos países europeus, fazendo um comparativo entre o fundamentalismo e as questões acima relacionadas, para ponderá-las e observar como poderá ser balanceada com os direitos humanos.

**(Metodologia)** Para a efetivação do presente trabalho utilizou-se como técnica de pesquisa, revisões bibliográficas e documentais, com a análise e aprofundamento do capítulo 2 da obra “Se Deus Fosse Um Ativista de Direitos Humanos” e a análise de decisões do Tribunal Europeu de Direitos Humanos sobre o caso do véu em países da Europa, empregando para ambos, o método dedutivo.

**(Resultados)** Importante demonstrar a discussão sobre o fundamentalismo e fundamentalista, demonstrando que a origem deste, por ser americana, possui características islamofóbicas. Em específico ao capítulo 2, o autor trata da questão antiocidental, aduzindo que o Islã possui tudo, não necessitando de influências externas, trazendo também as questões de mudança, baseadas na proposição do Islã fundamentalistas influenciadas pelo projeto islâmico de modernização. Debate, ainda, questões do extremismo do fundamentalismo islâmico, não podendo ser visto de forma isolada, pois não retrata o fundamentalismo islâmico propriamente dito. Busca demonstrar as características hegemônicas de tal, inclusive nas questões do feminismo islâmico, como questões do uso do véu e as formas de libertação ou não das mulheres. Na questão do uso do véu – deve ser entendido de forma ampla – e seu uso em países ocidentais, como os europeus, tem-se que a celeuma existe desde o ano de 2010, quando soube-se do primeiro caso, inclusive com decisões do próprio Tribunal Europeu decidindo acerca da não utilização do uso do véu simplesmente porque este cobre o rosto de quem o utiliza, deixando de lado qualquer relação com a religião ou costumes do país natal. Diferente do que ocorre no Brasil, no que tange ao uso de capacetes e máscaras, sendo exclusivos para o “niqab”. Tal decisão, segundo o governo francês a ideia é que “fere os valores seculares dos franceses”. Havendo, portanto, uma visão totalmente fechada quanto a qualquer outro tipo de religião ou costume que venha a entrar em terras europeias, principalmente em países que seguiram o entendimento do Tribunal Europeu.

**(Conclusão)** Conclui-se no que tange ao fundamentalismo islâmico, as questões ocidentais não poderão intervir ou influenciar o mesmo, do mesmo modo em que somente as questões do extremismo islâmico não podem ser analisadas isoladamente, tendo em vista que não são uma representação do que realmente se trata o fundamentalismo. No que concerne a questão do feminismo, apesar de ser ampla a discussão, demonstra claramente a questão de pontos antagônicos, o ocidente e o Islã, que conforme demonstrado, o primeiro não poderá influenciar o segundo. Como possível solução de tal deslinde é essencial a ponderação de direitos humanos para que se saiba qual irá sobressair sobre o outro, e em entendimento contrário ao do Tribunal Europeu, as mulheres, por sua liberdade de expressão deverão continuar a utilizar o véu, até porque não poderá ser levada somente em consideração questões culturais europeias, como também questões relacionadas a cultura islâmica.

**Palavras-Chave:** fundamentalismo islâmico, direitos humanos, uso do véu.



**O MENOR INFRATOR E A INEFICÁCIA DAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS: UMA ABORDAGEM  
TRANSDICCIPLINAR ENTRE DIREITO E LITERATURA**

**Autor(es):**

*Rebeca laquinto: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Este estudo busca perfazer uma análise acerca das medidas socioeducativas previstas no ECA em face do crescente aumento de atos infracionais praticados por jovens atualmente, abordando quais os principais motivos que levam à delinquência juvenil. Por conseguinte, se faz necessária a análise das medidas preventivas e repressivas adotadas como meios de ressocialização, tendo como foco as medidas sócio-educativas aplicadas pela legislação especial em vigor, aos jovens infratores. A presente pesquisa visa demonstrar a existência de meios sócio-jurídicos que amenizem o problema em questão e suas principais falhas e inefetividades. Neste contexto, faz-se uma abordagem da questão a luz da obra literária “Capitães de areia” onde Jorge Amado discorre sobre causas aparentes do cometimento das infrações, aplicabilidade e execução das referidas medidas e as possíveis razões de sua reincidência quanto ao grupo de crianças e adolescentes que este aborda em seu livro.

**(Metodologia)** A presente pesquisa é qualitativa, de cunho exploratório, adotando como método de abordagem o dialógico e transdisciplinar, já que trata da questão proposta a partir do olhar da literatura, perfazendo uma análise intertextual entre o direito e a arte. Ademais, utiliza-se do método estatístico, como método de procedimento ou auxiliar, com o intuito de contextualizar melhor na realidade concreta a problemática da pesquisa.

**(Resultados)** A doutrina e a jurisprudência em torno da pratica infracional por menores de 18 anos são divergentes. Alguns estudiosos como Mario Luiz Ramidoff, consideram que o adolescente marginalizado é vítima de disfunções sociais, visualizando essas garantias como o mínimo que o Estado pode oferecer ao menor infrator, sendo este vítima da situação: “Todo aquele adolescente que se encontra envolvido num evento tido como infracional, na verdade, já se encontra vitimizado pelas condições anteriores – risco pessoal – que o levaram a praticar uma conduta (ação ou omissão) conflitante com a lei – risco social”. Essa abordagem é realizada na obra literária “capitães de areia” de Jorge Amado, o qual demonstra a vida de um grupo de crianças e adolescentes, que passam suas vidas nas ruas. A obra revela, na linguagem da arte, como tais crianças e adolescentes são tratados pela sociedade, como foram parar naquela situação e como fazem pra sobreviver a esta. Para esses, a melhor solução é o processo de ressocialização, não com vistas à punição, mas à reinserção desse indivíduo na sociedade. Dados relativos ao ano de 2014, disponibilizados pela Fundação da Criança e do Adolescente da Bahia (Fundac), apontam o atendimento a adolescentes infratores nas seis unidades de internamento e cinco de semiliberdade que operam em todo o estado, do total de adolescentes internados 29,2% voltaram a cometer delitos. Do total, das 38 unidades da Fundação Casa na capital paulista constataram que, no ano de 2014, 34% dos menores já foram flagrados mais de uma vez cometendo atos como roubo, tráfico ou furto, entre outras possibilidades. Números altíssimos para uma política que prega a ressocialização.

**(Conclusão)** Portanto conclui-se que diante do exorbitante número de reincidentes as atuais medidas socioeducativas não vêm sendo eficientes quanto à ressocialização deste indivíduo. Tendo em vista que o objetivo dessas medidas aplicadas aos jovens seria reinseri-lo na sociedade para que este contribuísse de alguma forma, por exemplo, concluindo cursos profissionalizantes e atuando em tais áreas. Porem observa-se que essas medidas, muitas vezes ao serem aplicadas ferem com a integridade e possibilidade de cumprimento dos indivíduos, tendo portando que ser re-analisadas.

**Palavras-Chave:** Menor infrator ; medidas socioeducativas ; ineficiencia

## O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E A ADEQUAÇÃO PROCEDIMENTAL

### **Autor(es):**

*Lara Fontes Lyra : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Ana Julia Maciel Montenegro: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Matusalem Jobson Bezerra Dantas: Docente do UNI-RN*  
*Felipe Maciel Pinheiro Barros: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** (INTRODUÇÃO) Em face de um dos principais Direitos Fundamentais, a liberdade humana, o Novo Código de Processo Civil é a primeira legislação codificada construída no Brasil totalmente adequada ao regime democrático após o ano de 1988. É válido salientar que as codificações anteriores pensavam o Processo Civil de uma maneira extremamente publicista que afetava diretamente as partes, as quais eram consideradas neutras, e o magistrado, o qual era considerado o grande protagonista. Impossível pensar que o autor e o réu pudessem criar os seus próprios ditames processuais e incorporá-los ao caso concreto, pois sempre houve por parte da doutrina e até mesmo dos aplicadores do Direito, o dogma da irrelevância da vontade das partes na determinação dos efeitos dos atos processuais. Para solucionar esta problemática, surge, entre os processualistas, o princípio do autorregramento da vontade no processo, que, resumidamente, é a autonomia privada, a autodeterminação do direito material civil. Por fim, visa-se um processo cooperativo, o qual aduz que todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que seja obtida, em tempo razoável, uma decisão de mérito justa e efetiva, através da negociação do processo e da alteração das suas regras.

**(Metodologia)** (METODOLOGIA) A presente pesquisa acadêmica caracteriza-se como qualitativa e assume um caráter exploratório. No que concerne aos objetivos da pesquisa, utilizou-se o método indutivo, pois é extremamente necessário analisar a questão da autonomia das partes no caso concreto, ou seja, no processo, para que seja possível obter uma conclusão geral quanto à eficácia, eficiência e efetividade dos Negócios Jurídicos Processuais propostos pelo Novo Código de Processo Civil (NCPC). No curso da pesquisa, observou-se o uso dos métodos de procedimento, quais sejam: o método histórico, já que é indispensável conhecer as legislações anteriores para que seja possível traçar as características da legislação atual, e o método comparativo, levando em consideração que o Código de Processo Civil (1973) ainda está em vigor e guarda semelhanças e diferenças significativas quanto ao NCPC. Por fim, é de suma importância relacionar o Direito Processual Civil com o Direito Constitucional e o Direito Civil, em razão da transdisciplinariedade, para a obtenção dos resultados os quais se destina esta pesquisa.

**(Resultados)** (RESULTADO) Constatou-se um avanço quanto à aceitação dos Negócios Jurídicos Processuais no âmbito jurídico, os quais passaram a ser considerados uma das inovações do Novo Código de Processo Civil mais benéficas às partes envolvidas, desde que celebrados da forma idealizada e correta. Mister salientar que houve uma mudança quanto à figura do juiz, que passou de juiz-gestor, condutor do processo ao bem-estar social, para aquele que deve, também, cooperar com as partes.

**(Conclusão)** (CONCLUSÃO) Se, por um lado, aceitar os Negócios Jurídicos é assumir os riscos decorrentes da ampla liberdade, por outro, há o benefício de cada processo ser moldado aos contornos reais do caso concreto. Neste caso, respeitados os deveres e as obrigações, nota-se a realidade da adequação do procedimento às necessidades das partes para a operação do procedimento da forma mais efetiva possível e em plena concordância com o devido processo legal. Para finalizar, o sistema da legalidade das formas deve, sempre, ser lido em consonância com a instrumentalidade, como meio de suavizar a sua rigidez e prezar por uma decisão justa, adequada aos tempos modernos e aos objetivos do processo.

**Palavras-Chave:** Palavras-chave: Novo Código de Processo Civil. Negócios Jurídicos Processuais. Adequação. Procedimento.

**O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E SUAS INTERFACES COM AS OBRAS DE MOBILIDADE URBANA EM NATAL-RN PARA A COPA DO MUNDO 2014**

**Autor(es):**

*Jelisse Vieira Gomes Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Desde o ano de 2009, quando a FIFA anunciou a escolha das subseções que acolheriam os jogos da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, a cidade do Natal, como uma dessas sedes, iniciou o processo de intervenções em mobilidade urbana para a realização da competição. Estas obras tinham como objetivo a ampliação e integração da malha viária para a melhoria do fluxo de transporte coletivo e também da acessibilidade dos pedestres (BRASIL, 2014). As mudanças estruturais em Natal-RN foram pautadas no instituto da desapropriação a fim de viabilizar as necessárias alterações. Conforme projeto inicial estava previstas mais de 1.300 desapropriações que iam do começo da Avenida Mor Gouveia, em Lagoa Nova, até o final da Avenida Tomaz Landim, no Bairro Nordeste. Contudo, nenhuma desapropriação fora realizada. Nesse sentido, vale a pena ressaltar a participação ativa dos movimentos sociais organizados em torno do Comitê Popular da Copa (CPC) bem como a atuação da Associação Potiguar dos Atingidos pelas Obras da Copa (APAC). Destarte, o presente trabalho busca analisar a influência existente entre a mobilização social de grupos organizados e da participação popular na concretização do princípio jurídico da razoabilidade em intervenções públicas para a Copa do mundo 2014 em Natal.

**(Metodologia)** Conforme Gil (2002), quanto aos fins da pesquisa, esta se classifica como descritiva, uma vez que tem como objetivo primordial a descrição das características de determinado fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis. Considerada bibliográfica e documental quanto aos meios de investigação, uma vez que o estudo sistematizado, desenvolvido com base em material acessível ao público em geral - livros, revistas, jornais, redes eletrônica. Bem como leis, documentos públicos e projetos municipais. (VERGARA, 2011).

**(Resultados)** A intervenção em mobilidade urbana na cidade seria viabilizada por meio de obras de melhoria da estrutura física. Para alargamento das vias, surgiu a necessidade da consecução de projetos que previram desapropriações em algumas vias na cidade do Natal. Nessa conjuntura, observa-se uma colisão entre o direito à propriedade, à moradia e a supremacia do interesse público. O Comitê Popular da Copa e a Associação Potiguar dos Atingidos pelas Obras da Copa (APAC), somado a participação de deputados, professores e pesquisadores da UFRN e a Rede Nacional de Advogados Populares e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) desenvolveu papel ativo do movimento social para inviabilizar o roteiro traçado pelo governo em relação às desapropriações. Marmelstein (2009) afirma que o jurista deve utilizar-se de uma espécie de "óculos especial" a fim de viabilizar uma filtragem constitucional de modo que os direitos fundamentais exerçam a capacidade de se irradiar pelos diversos ramos do ordenamento jurídico. Compreende-se dessa forma, o Princípio da Razoabilidade como uma diretriz de senso comum aplicada ao Direito.

**(Conclusão)** Foi observado que existe correlação entre os movimentos sociais, pressão política e mudanças de posturas dos agentes públicos no caso estudado, uma vez que houve alteração nos projetos para mobilidade urbana após os movimentos organizados exercerem o seu poder de articulação. Assim, esse estudo demonstra que o princípio da Razoabilidade pode ser atingido por meio da ação social, contudo, não significa que os movimentos existam a fim de cumprir esse princípio, mas o mesmo ocorre como consequência.

**Palavras-Chave:** Princípio da Razoabilidade. Mobilidade urbana. Movimentos Sociais. Copa do Mundo em Natal.

## O SISTEMA DE OBSERVAÇÃO PANÓPTICO

### **Autor(es):**

*Alexandra Dahyana Costa Maia Dantas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Helton Josep Medeiros Menezes: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*  
*Ronaldo Alencar dos Santos: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A proposta desta pesquisa acadêmica é analisar a eficiência do sistema de observação panóptico nos dias atuais. Elucidar a possibilidade de utilização desse sistema nos presídios, demonstrando sua eficiência no que se refere à fugas e ressocialização para com o preso.

**(Metodologia)** O Método adotado para a pesquisa é o teórico, tendo como objetivo a demonstração do sistema através de fotos expositivas com banner. A referência bibliográfica é a do próprio pensador do sistema, o livro O Panóptico do filósofo utilitarista Inglês Jeremy Bentham do Séc. XVIII da ed. Autêntica 2ª Edição, também do autor David Sepini Gonçalves a obra O panóptico de Jeremy Bentham: por uma visão utilitarista da ed. TESE. 2008 e por último o livro Vigiar e Punir de Michel Foucault da ed. VOZES 38ª Edição.

**(Resultados)** O sistema panóptico, foi idealizado pelo francês Jeremy Bentham no sex XVIII com o objetivo de punir o infrator pela pena que foi cometida e fazer com que o mesmo não venha mais a praticar o fato. Nos dias atuais temos inúmeros métodos de ressocialização para que somados a esse sistema possamos nortear o infrator para o caminho do esporte, trabalho, religião e a leitura. Na prática esse sistema não foi utilizado em nosso país por não temos representantes do poder legislativo que se importasse com o sistema penitenciário. Sendo assim o sistema atual acaba sendo uma mera estrutura de aperfeiçoamento dos bandidos de alto nível para os que acabaram de iniciar no crime. O Panóptico já esta em prática em parte dos EUA. Lá funciona como uma forma maneira bastante rigorosa para os presidiários, o que no nosso país poderia ser diferente. Poderíamos somar essa forma rigorosa de punir com as filosofias de ressocialização que já temos em nosso país como é o caso do presídio de Sapé-PE, Macau-Rn e também em MG. A ressocialização parte do aperfeiçoamento da mão de obra até as penas aplicadas com leituras para que o preso pratique na prisão essas atividades e possam trabalhar pelo seu sustento e fazer com que eles não retornem ao crime. A separação de cada preso em sua cela torna cada presidiário com o sentimento de reflexão sobre o que o mesmo já praticou. O sistema de vigilância em 24h é bastante eficaz pois faz com que o preso se sinta observado a todo instante.

**(Conclusão)** Por fim, o sistema panóptico tem sua utilização em diversas áreas e já foi comprovada a sua eficiência nas várias esferas do conhecimento. Para o nosso país, fazer com que o número de presidiários baixe a cada dia é um desafio que possa ser combatido nos próximos anos com a instalação de inúmeros presídio panóptico no mundo. E o bom é que não custa tão caro e podemos realizar essas construções para uma melhor eficiência do sistema penitenciário em termos a certeza que o preso não irá fugir por falha dos presídios e sim das pessoas que fazem parte do sistema.

**Palavras-Chave:** Panóptico – Presídios – Eficiência do Sistema Penitenciário – Ressocialização – Punição ao Infrator.

### **PORNOGRAFIA DA VINGANÇA E O PROJETO DE LEI 6630/2013**

**Autor(es):**

*Luiza Guimarães de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Sanzia Stephany Pinheiro de Melo: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Sabrina Bardana Diniz Costa: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso X, já assegura o direito à inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como elevou o princípio da dignidade da pessoa humana à posição de fundamento da República Federativa do Brasil. Sendo, portanto, um valor constitucional que irradia luzes sobre todo o ordenamento, em todas as esferas do direito (civil, penal, administrativo, trabalhista e etc), orientando todas as atividades estatais, atuando como piso protetivo mínimo. Contudo, as atuais mídias digitais são utilizadas como instrumento para disseminar preconceitos que se refletem fora do universo virtual, tornando a rede um espaço fértil para crimes de ódio resultando em inúmeros e crescentes casos em que mulheres e homens tem suas imagens íntimas disponibilizadas, nos meios eletrônicos, inclusive por seus ex companheiros por ato de vingança, humilhação ou autopromoção, tendo sua intimidade, honra e imagem amplamente violadas resultando no que se chama Pornografia de Vingança.

**(Metodologia)** O Método adotado para o estudo é o teórico-descritivo, firmando uma análise realizada a partir da doutrina e jurisprudência pátria.

**(Resultados)** Diante da evolução dos crimes cibernéticos, percebemos que o nosso Código Penal, por ainda ser um Código de 1940, já é tido como retrógrado com relação a diversos tipos de novas condutas que estão sendo praticadas, condutas estas que não possuem uma tipificação específica, como é o caso da Pornografia da Vingança. Não sendo considerado um fato típico, não tem como haver a devida punição. Assim, como não há uma legislação específica, os infratores continuam realizando Pornografia da Vingança por terem certeza de que nada irá puni-los. Evidente, que se o Projeto de Lei 6630/2013 for aprovado e entrar em vigor, teremos como combater de frente esta conduta que só vem aumentando e se difundindo pelo Brasil a fora, causando abalos a integridade física, moral e psicológica das vítimas e, por muitas vezes, gerando prejuízos de cunho irreparável, onde as vítimas entram em depressão e os infratores ficam impunes, a espera de uma nova vítima. Dessa forma, tal Projeto de Lei elaborado visa criminalizar a prática da Pornografia de Vingança de forma que acrescentaria o artigo ao Código Penal, tipificando a conduta de divulgar fotos ou vídeos com cena de nudez ou ato sexual sem autorização da vítima e aplicar as penas respectivas. Desse modo, aquele que acusado da divulgação poderá ser punido com até três anos de detenção, além de ser obrigado a indenizar a vítima por todas as despesas decorrentes de mudança de domicílio, de instituição de ensino, tratamentos médicos e psicológicos e perda de emprego.

**(Conclusão)** Portanto, é imprescindível para a nossa sociedade sujeita às facilidades e viralizações que a internet gera que a Pornografia de Vingança que hoje faz muitas vítimas principalmente jovens mulheres, seja devidamente criminalizada para punir efetivamente os infratores e garantir a todos àqueles que se utilizam da internet tenham assegurados o direito à inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, garantindo assim, o respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana tão exaltado pela nossa Constituição de 88.

**Palavras-Chave:** Dignidade, Pornografia da vingança, Projeto de Lei 6630/2013

**PRESIDIÁRIOS E A REALIDADE CARCERÁRIA POR TRÁS DAS GRADES: UMA ANÁLISE DA RUPTURA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS BÁSICOS DOS APENADOS DO CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIO DE PIRANGI NO MUNICÍPIO DE NATAL - RN**

**Autor(es):**

*Rafael Lisbôa Dantas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Omar Tavares Guerreiro Neto: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A verdadeira realidade encontrada nos presídios brasileiros foge totalmente dos ditames protegidos pela Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, a presente pesquisa propõe-se a analisar o ferimento aos mais básicos direitos fundamentais dos presos, em específico, aos localizados no Centro de Detenção Provisório de Pirangi, no município de Natal. Tal asserção visa, primordialmente, constatar a ausência ou a insuficiência do acesso aos direitos substanciais referentes aos apenados inseridos no local supracitado.

**(Metodologia)** A presente pesquisa consiste em uma proposta de cunho exploratório, de forma qualitativa, uma vez que foi imperativa a realização de entrevistas, bem como visitas técnicas para avaliar, de maneira concreta, o enfoque da pesquisa (CDP). Esta pesquisa possui caráter empírico, haja vista a sua preocupação na busca de dados a partir da realidade social concreta. Considerando-se os objetivos da pesquisa, utilizou-se o método de abordagem indutivo, uma vez que houve o contato com a realidade fática a fim de denotar a ruptura aos direitos fundamentais. Além disso, foi utilizado o método transdisciplinar de abordagem ao tema, uma vez que a pesquisa fundamenta-se em conhecimentos jurídicos penais, sociológicos e constitucionais. Como método de procedimento, utilizou-se o Estudo de Caso, a partir da análise da realidade vivenciada no CDP de Natal-RN.

**(Resultados)** Convém afirmar, consoante dados do portal eletrônico "G1", da Globo, uma lamentável notícia de que o Centro de Detenção Provisória de Pirangi, que possui capacidade para 30 presos, ficou tendo que comportar mais de 90 apenados, após a realização de motins, segundo agentes penitenciários da unidade. Constata-se um enorme e preocupante descaso por parte estatal com o Centro de Detenção Provisório de Pirangi, uma vez que a superlotação é corriqueira afetando diretamente tanto aos apenados, que encontram-se em situações deploráveis, sem o mínimo de dignidade humana, quanto aos funcionários de uma forma geral, pois a estrutura superlotada e precária acarreta em uma má condução do trabalho dos profissionais. Nota-se, além disso, um total e descabido descompromisso com a higiene básica e a alimentação dos apenados.

**(Conclusão)** Percebe-se a importância, diante dos aspectos observados na presente pesquisa, em denotar que é da responsabilidade do Estado, tanto federal quanto local, além dos órgãos competentes de garantir que os direitos fundamentais dos reclusos sejam efetivados no plano concreto. Porém, conclui-se que há uma enorme disparidade no tocante a atuação do Estado garantidor dos direitos básicos em relação a realidade concreta, uma vez que foi constatada a violação desses direitos no CDP de Pirangi, em Natal, no Rio Grande do Norte. A presente pesquisa, mesmo que de forma breve, destaca como a principal ruptura constitucional o fato de haver o ferimento de um direito fundamental básico dos apenados, a dignidade da pessoa humana, que não deixa de ser, além de direito, um princípio essencial que norteia o Texto Maior. A violação a dignidade humana, como ocorre no CDP de Pirangi, finda por ferir diversos outros direitos fundamentais, entre eles, a saúde, a integridade física, a alimentação digna, a uma higiene básica e a privacidade.

**Palavras-Chave:** Ruptura; Direitos Fundamentais; Apenados; CDP; Dignidade da Pessoa Humana

**REDES SOCIAIS E CONTEÚDO TRÁGICO: INVESTIGANDO AS MOTIVAÇÕES E OS IMPACTOS NA POPULAÇÃO DO NATAL'**

**Autor(es):**

*Emanuelle Samily Andrade da Silva Bezerra : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN  
Barbara Gadelha De Freitas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Cláudia da Costa Aguiar: Docente do UNI-RN  
Lenice Silveira Moreira de Moura: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Na medida em que estamos mais próximos da informação cresce a curiosidade: aquilo que se ouvia falar, em meados do fim dos anos 1990, que despertasse a curiosidade, não se tinha acesso fácil. Hoje, está a poucos cliques. É um grande avanço, pois nos permitiu progredir mais rapidamente em pesquisas científicas, divulgação de informações, facilidade no aprendizado e comunicação. Todavia, um lado negativo que essa eclosão trouxe foi a propagação de conteúdo trágico: mortes, assassinatos, acidentes aéreo e automobilísticos. Com o propósito de incitar uma análise sobre o conflito entre essa prática e o valor dado a dignidade da pessoa, e o possível impacto que traz ao âmbito jurídico, o presente artigo conduz uma investigação sobre as motivações e/ou a ausência delas, de uma margem da população da grande Natal, que nos proporcionará um paradigma ético da sociedade do nosso Estado.

**(Metodologia)** Trata-se de pesquisa tanto quantitativa quanto qualitativa. Foi utilizado o método de pesquisa indutivo, onde se buscou analisar os dados coletados na pesquisa de campo nas zonas da cidade do Natal caracterizando os entrevistados quanto a sexo, ocupação, gênero, salário, escolaridade, tomando essas características para traçar os perfis dos indivíduos e saber qual a relação entre essas características e ponto de vista ético do sujeito e, com embasamento das pesquisas teóricas realizadas, pretendeu-se uma solução jurídica e sociológica mais eficaz para a problemática.

**(Resultados)** Observa-se com os resultados da pesquisa de campo que, em consonância com estudo teórico, a melhor forma de conscientizar as pessoas é por meio de diálogos que possam provocar pensamento reflexivo a respeito de como as pessoas procedem em determinadas situações, a fim de suscitar uma construção do pensamento ético mais preocupado com a dignidade da pessoa humana. Já existem leis que tutelam o direito da personalidade da vítima, inclusive morta, como no art. 12, parágrafo único, do Código Civil, e está resguardado no art. 1º, inc. III, a dignidade da pessoa humana. É necessário, porém, deveres tutelados pelo direito dirigidos ao sujeito ativo no caso.

**(Conclusão)** É possível presumir, tendo em vista o comportamento que acompanhamos no cotidiano, que embora as pessoas tenham uma linha de pensamento mais tendente ao correto, na prática a fustigação do momento, de querer dividir a curiosidade que desperta a experiência alheia é maior. As pessoas se preocupam com o próximo, sentem empatia com as experiências, sejam elas boas ou ruins vividas por estes, todavia, o lado da curiosidade e necessidade de vivenciar aquela experiência por meio do momento documentado, ver de fora aquela situação e querer partilhar a tragicidade alheia inconvenientemente, em muitos casos, é mais forte que o respeito devido àquele(s) indivíduo(s) e seus familiares. Assim, faz-se necessária maior efetividade das leis e projetos de leis que tipifiquem com mais objetividade o hábito de compartilhar tais imagens e vídeos, no intuito de coibir tal prática e evitar o constrangimento de vítimas de tragédias e de delinear um comportamento mais prudente do ser humano com relação ao que tange a individualidade do próximo.

**Palavras-Chave:** Compartilhamento de conteúdo trágico. Ética. Dignidade da pessoa humana.

## SUCESSÃO HOMOAFETIVA À LUZ DA DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA

### **Autor(es):**

*Luiz Ricardo Ramalho de Almeida: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

*Ana Luíza Queiroz Gonzaga: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Beatriz Landim Cavalcanti: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Isabele Freire de Oliveira Martins: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

*Teresa Cristina da Silva: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Rosangela Maria Rodrigues Medeiros Mitchell de Moraes: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Sabe-se que a União Estável entre pessoas do mesmo sexo passou a ser reconhecida como entidade familiar pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a partir da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.227 do Distrito Federal e pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132 do Rio de Janeiro, podendo esta ser convertida em casamento, conforme preconiza o artigo 226 da Constituição Federal do Brasil de 1988. Isto, provocou a equiparação, também, na partilha de bens, no destino do patrimônio constituído pelos companheiros na constância da união estável e/ou casamento. A partir disto, discute-se na seara jurídica o destino do patrimônio do companheiro falecido, constituído ao longo da união estável. Tal fato, constitui-se objeto de estudo deste trabalho, o qual tem objetivo compreender o destino do patrimônio constituído pelos companheiros durante a União estável, atentando para uma possível lide entre os familiares do companheiro morto, tendo em vista as garantias legais de herança do companheiro.

**(Metodologia)** Para isto, realizou-se um estudo qualitativo numa abordagem dialética, a partir de uma pesquisa bibliográfica acerca do tema em tela visando a construção de um arcabouço teórico para fundamentar a compreensão da sucessão homoafetiva à luz da doutrina e jurisprudência, a saber: Código Civil (2002) e a Constituição Federal do Brasil (1988), em específico, o artigo 226 da CF/88, que modifica o conceito de entidade familiar, reiterado pelo Supremo Tribunal de Justiça (STF). Para maior compreensão desta discussão, destaca-se, neste estudo: os aspectos conceituais e legais; os instrumentos de garantia da herança: testamento e contrato civil e a ação de reconhecimento de união estável entre pessoas do mesmo, consequentemente, a petição de herança.

**(Resultados)** Com base nos estudos observa-se que ainda existem casais do mesmo que desconhecem os aspectos legais para reconhecimento da união estável e a sucessão homoafetiva. Destaca-se, nesta discussão, a doutrina e jurisprudência que consolidam a união estável, o casamento e a sucessão homoafetiva. No tocante a sucessão homoafetiva, evidencia-se que os casais homossexuais poderão se valer da equiparação sucessória em face da união estável, conforme decidiu o Superior Tribunal Federal, quando proferiu em julgamento da ADI, 4.277 de 2009 e ADPG 138 de 2008. Diante disto, compreende-se, a partir da jurisprudência e doutrina que, o casal homoafetivo para ter maior segurança quanto aos direitos sucessórios pode utilizar os instrumentos legais ordinário: testamento público, cerrado e particular.

**(Conclusão)** Com base nas discussões, infere-se que a união homoafetiva é digna e tão normal quanto a união heteroafetiva, o que a coloca no mesmo patamar de Direito, devendo esta, ter o mesmo tratamento jurídico, historicamente, conferido a união heteroafetiva. Por isto, defende-se não haver motivação lógico-racional que justifique entendimento contrário e/ou tratamento diferenciado. Neste sentido, conclui-se que é assegurado ao companheiro vivo o direito à herança, mesmo não tendo durante a união estável o reconhecimento, podendo este ser feito pós-morte de um dos companheiros. Paralelamente a isto, deve-se efetivar o direito à herança quando se prova a contribuição e ou esforço para construção do patrimônio.

**Palavras-Chave:** PALAVRAS-CHAVES: Sucessão homoafetiva. União Estável; Reconhecimento; Doutrina; Jurisprudência.



**TORTURA POLICIAL: UMA VISÃO JURÍDICA SOBRE O MOMENTO EM QUE A FIGURA DO DEFENSOR E DO ALGOZ SE UNIFICA.**

**Autor(es):**

*Juliana Falluh Fuerte: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Alessandro Pontes Dantas: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

**Orientador(es):**

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** Desde os tempos remotos, a prática da tortura está presente, denotando a supremacia do detentor de poder em detrimento do sofrimento físico e psíquico do menos favorecido, fato este, que evoluiu através das transformações da sociedade, visto que os atos de degradação eram motivo de evento em praça pública, diferente dos tempos atuais, em que não há tolerância ao crime em grande parte da população mundial. No passado recente, especificamente durante a Ditadura Militar, o Brasil foi cenário da tortura praticada por autoridades policiais e aceita pelos governantes, sendo esta de conhecimento geral da população, que sobrevivia em esfera de censura e temor. Contudo, após o desfecho do regime militar e a partir da redemocratização nacional, a Constituição Federal de 1988 trouxe dispositivos com o intuito de barrar a prática de crimes contra a humanidade, como no artigo 5º, que entre outros, vetou a tortura, o tratamento desumano ou degradante, classificando-os como crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça e anistia, assim como trouxe a preservação da integridade física e moral do preso e a impossibilidade de valoração das provas colhidas por meios ilícitos.

**(Metodologia)** O presente artigo abordará a tortura como herança cultural brasileira, a influência da ditadura militar, e sua permanência na redemocratização, refletindo ainda sobre circunstâncias que envolvem sua prática no Brasil de hoje. Serão examinados, em seguida, aspectos normativos da conceituação, prevenção e punição da tortura no âmbito doméstico, o princípio fundamental consagrado pela Constituição Federal da dignidade da pessoa humana, discorrendo ainda sobre pactos e convenções internacionais contra a tortura, que vinculam o Estado brasileiro, e impõem obrigações de punir e prevenir a tortura, apontando a natureza de tais obrigações. Ainda, a lei brasileira contra a tortura será analisada à luz daquelas obrigações internacionais, apontando-se os avanços incorporados à legislação nacional.

**(Resultados)** Ao analisarmos o crime de tortura pudemos notar que houve grande evolução no que toca à preocupação e o rigor da legislação a respeito do tema. Pôde ser visto, inicialmente, que há discrepância na conceitualização do crime, no que tange ao entendimento do Brasil, com relação aos Tratados Internacionais, que traz como ponto principal o sentido adotado pelo país, em classificar o crime como comum, alcançando qualquer pessoa, diferindo dos Tratados, que imputam a tortura apenas aos agentes do Estado. Foi mostrado também, que a legislação atual, com vistas a combater o comportamento praticado durante a Ditadura Militar, fez uso de maior severidade, como na Constituição Federal de 1988, que no artigo 5º veda a tortura, o tratamento desumano e degradante, assim como a torna um crime insuscetível de graça e anistia, o que por si só, demonstra a intolerância do Estado perante a conduta criminosa. Também foi comentada a Lei de Tortura (9.455/97), que tratou especificamente do tema e aumentou o rigor das sanções, trazendo como agravante penal a prática da conduta em ter como sujeito ativo o agente público.

**(Conclusão)** Apesar da boa-fé dos preceitos legais e da visível evolução no combate a tortura, pôde ser visto que ainda há muito que melhorar, já que frequentemente o crime de tortura é confundido com o de maus-tratos e abuso de autoridade, gerando penalidades mais brandas ao que cometeu o excesso.

**Palavras-Chave:** Tortura. Autoridade Policial. Combate.

## TRABALHO ESCRAVO, NO MUNDO E SUAS CONTRADIÇÕES.

### **Autor(es):**

*João Vítor Genuino Teixeira : Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Gabriel Dantas de Freitas: Discente do curso de Direito (noturno) do UNI-RN*  
*Isabella Moura Bezerra: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*  
*Mathews Leão de Medeiros Lima: Discente do curso de Direito (matutino) do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ana Paula Oliveira Cacho: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O trabalho escravo para uma determinada classe de brasileiros, parece está distante da realidade vivida, entretanto, encontra-se mais perto do que pensamos, em setores diversificados da sociedade. É por esse motivo que resolvemos expor os acontecimentos do Catar, que mesmo sendo um dos países com melhor IDH do mundo, tendo índices baixíssimos de criminalidade entre outros bons adjetivos, mostrou uma face não antes vista, não respeitando a vida de seres humanos, que em busca de uma melhor condição de vida se veem enganados e sua liberdade usurpada. Um dos grandes vilões para os trabalhadores no Catar, além dos próprios organizadores do evento, é o clima tropical árido, não tendo bons ventos e sua temperatura oscilar muito, marcando altas taxas no dia, caindo bruscamente a noite. Além disso, contraditoriamente, o país que tem uma grande reserva petrolífera, e por consequência ganhando grandes somas de dólares, deveria assim dar melhores condições a aqueles que trabalham duro para engrandecer um evento em seu país.

**(Metodologia)** Considera-se forçado o trabalho que é exigido sob ameaça de uma pena qualquer e para o qual o sujeito não se ofereça livremente, no caso de crianças, mesmo ela se dispondo a trabalhar, caso ela se encontre em situação de ameaça pode se considerar também um trabalho forçado. Com essa informação, damos início tentando de uma forma mais simples mostrar que, deve se erradicar a qualquer custo o trabalho escravo moderno, seja qual for a sua forma e maneira, sendo proibido o uso do trabalho também, como meio de coerção e educação política, como se vê em setores sociais. A escravidão moderna inclui práticas como a servidão doméstica em péssimas condições, os matrimônios forçados de crianças, a escravidão sexual e o trabalho forçado, tendo esse último, um pouco mais de ênfase nesse artigo por demonstrar o crime cometido pelo Catar. O país anteriormente mencionado, que possui os direitos de sediar a copa de 2022 é acusado de ferir os direitos humanos e dos trabalhadores, é revelado dezenas de casos de imigrantes em condições de escravidão nos canteiros de obras do Catar, esses trabalhadores, vindos em maior número do Nepal e da Índia, em busca de emprego e ajuda para seus familiares, encontrando apenas uma difícil jornada.

**(Resultados)** Muitos nepaleses e indianos morreram vítimas de acidentes de trabalho ou por diversos outros motivos, provenientes das péssimas condições de trabalho. Esses trabalhadores vivendo em indignas condições de moradia, obrigados a trabalhar no calor de aproximadamente 50 graus, não tendo o devido acesso a água potável, além de terem seus salários retidos por diversos meses, quando não são abatidos por supostas dívidas produzidas na sua ida para o país, para acrescentar ao drama, tem também seus passaportes confiscados para que não possam fugir. A mais, uma reportagem publicada pelo jornal inglês Mirror, reproduzida pelo Globoesporte.com no primeiro semestre de 2014, cerca de 1200 trabalhadores já morreram devido a algumas das condições de vida citadas a cima. Organizações que acompanham a situação no país acreditam que até o final das obras, 4000 trabalhadores venham a morrer.

**(Conclusão)** Por fim, tentamos mostrar através desse artigo, nosso total repúdio as ações cometidas pela entidade organizadora do Mundial de futebol de 2022, visando a contenção de despesas e, de um modo mais trágico, até mesmo sendo desumano para com aqueles que estão trabalhando e merecem ter uma vida digna enquanto naquele local, também, repudiando qualquer outra forma de trabalho forçado seja em qual for a parte do mundo. Tentamos esclarecer e ajudar aqueles que ainda tem dúvidas acerca desse crime.

**Palavras-Chave:** Trabalho Escravo Moderno, Catar, Copa do Mundo

*15ª edição do*  
**CONIC**  
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL



**PG4 - Informática**

## **CRIAÇÃO DE NEGÓCIO NO SETOR DE VESTUÁRIO: A UNILOOK.**

### **Autor(es):**

*Leandro Rocha Souto Lima: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Patrick Reinecke de Alverga: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A vida moderna exige que tudo aconteça de forma rápida e dinâmica, de modo que os consumidores não desejam mais ter que sair de casa ou perder tempo visitando lojas para adquirir seus produtos. Nos últimos anos, diversas empresas foram criadas para realizar vendas online, de forma segura e rápida gerando lucro e empregos diretos e indiretos, fortalecendo a economia. O E-commerce está em constante evolução e, com um investimento forte em tecnologia, oferece facilidade de acesso, rápida absorção de informações e praticidade em realizar e finalizar uma compra. Partindo desse ponto de vista, esta pesquisa objetiva desenvolver uma loja virtual chamada Unilook, a qual irá trabalhar com a venda de produtos na web. A proposta é desenvolver novos modelos de camisas para cursos universitários, seguindo um padrão de qualidade e tendências atuais da moda, e ainda fazer uso de moldes e tecidos utilizados por grandes marcas, para que as peças tragam um diferencial das já produzidas por concorrentes presentes no mercado.

**(Metodologia)** A pesquisa classifica-se como um estudo de caso, tendo em vista que há um aprofundamento em um único objeto de estudo, de modo a permitir, sobre este, amplo e detalhado conhecimento. Como instrumento de desenvolvimento da plataforma de vendas, será utilizado uma ferramenta que já vem sendo usada e aperfeiçoada por desenvolvedores do Brasil e várias partes do mundo, o OpenCart. Esta ferramenta foi criada por Daniel Kerr (2010), e possui uma estrutura criada na linguagem PHP, utiliza o banco de dados MySQL e permite ao usuário customizar toda a parte visual do projeto e gerenciar suas vendas, clientes e campanhas de marketing.

**(Resultados)** Pesquisas mostram que o e-commerce no Brasil registra uma das maiores taxas de crescimento do mundo, e que apesar de grandes nomes estarem presentes na internet com enormes portais de vendas, a grande fatia responsável por este crescimento são as pequenas e médias lojas virtuais. A pesquisa revela que existe muito espaço para desenvolvimento e crescimento do e-commerce no Brasil se for comparado com a média mundial. A Unilook é uma empresa inovadora partindo do pressuposto que traz um grande leque de opções para o consumidor final, estreita comunicação com seu público alvo, rotatividade entre produtos presentes e por possuir uma ferramenta que será implementada posteriormente, que dará aos usuários a liberdade de customizar suas camisas através de um sistema, sem que se faça necessário o uso da mão de obra de funcionários da loja. As maiores empresas já existentes no mercado são Sulgraf, i9 Camisetas e Wimza (todas elas localizadas fora da região Nordeste). As vendas serão realizadas através do site, que possui uma plataforma para controle de vendas, estoque, monitoramento de tráfego, cálculo de frete e vários outros recursos. Para gerar uma maior credibilidade e segurança, optou-se por implementar a ferramenta da UOL (Pageseguro), que traz ao cliente um conforto no pagamento, ao cadastrar dados pessoais como número de cartão de crédito, CPF e outras informações sigilosas. Para a divulgação da marca, serão utilizadas as ferramentas e técnicas de SEO, redes sociais, Google Adwords, links patrocinados e e-mail marketing.

**(Conclusão)** Ao considerar que o E-commerce é um mercado em constante ascensão, e que os produtos mais consumidos no comércio eletrônico brasileiro são os de Moda e Acessórios, a Unilook é uma empresa viável do ponto de vista mercadológico e econômico. O estudo permitiu ainda visualizar que a empresa apresenta infraestrutura sólida para entrar e competir no mercado, com riscos aceitáveis e elementos que agreguem valor a marca e tragam um diferencial com os concorrentes.

**Palavras-Chave:** E-commerce, Opencart, Vestuário

## INFLUÊNCIA DA TINAS STARTUPS

### **Autor(es):**

*Francinildo Melo Rodrigues: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Rayson Vinicius da Silva Coelho: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Wesley Ronald de Macedo Almeida: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Samuel Freire Bezerra Junior: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Jedson Diogo Nascimento Silva : Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ytalo Rosendo do Amaral: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As empresas chamadas Startups se popularizaram na década de 90, porém só vieram para o Brasil nos anos 2000, quando as empresas (.com) começaram atuar no país. Uma Startup é um modelo de negócio incerto, inovador, enxuto e escalável. Uma das características principais é crescer em receita com custos baixos e assim gerando um maior acúmulo de lucro. Segundo Ries (2012, P7), uma Startup é “uma instituição humana projetada para criar novos produtos e serviços sob condições de extrema incerteza”.

**(Metodologia)** A metodologia adotada para a elaboração desta pesquisa foi embasado em levantamento bibliográfica a respeito das Startups, em artigos publicados, revistas científicas e sites especializados em tecnologia e finanças.

**(Resultados)** Segundo a pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM), o Brasil está no topo do ranking mundial de empreendedorismo a frente de países como China, Estados Unidos, Reino Unido, Japão e França. A mesma ainda apresenta que em 10 anos a taxa de empreendedores novos saltou de 23% para 34,5%, deste total, metade corresponde a empreendedores novos – com menos de três anos e meio de atividade e a outra metade aos donos de negócios estabelecidos há mais tempo. A pesquisa revela ainda que a cada 100 brasileiros que começam um negócio próprio no Brasil, 71 são motivados por uma oportunidade de negócio e não pela necessidade. Esta tendência de novos empreendedores reflete-se diretamente no surgimento de novas Startups. Das 10 Startups que concorrem ao Prêmio Lide Startups 2015, organizado pelo Lide Futuro podemos citar dentre elas algumas que não tem como atividade primaria a tecnologia da informação, por exemplo a Professores de Plantão (plataforma de professores particulares); 99 Jobs (plataforma de relacionamento com o trabalho); DrinkAlma (desenvolve produtos inteligentes que ajudam os brasileiros a se hidratarem de uma forma mais responsável) e Plataforma Saúde (presta serviços de saúde para comunidades com pouco ou nenhum acesso aos serviços básicos de saúde). A tecnologia da informação nessas empresas age de forma secundaria, através de blog, sites, aplicativos de celulares e sistemas CRM (Customer Relationship Management). Ela é o principal meio para que as Startups sejam conhecidas pelo público e futuro clientes, ou seja, é um pilar fundamental para o funcionando e desenvolvimento. Segundo Gustavo Caetano, que é presidente da Associação Brasileira de Startups “A maioria das Startups no Brasil e no mundo são, ou fundadas por um profissional de TI, ou tem alguém como sócio, ou é o coração da empresa. É muito difícil uma Startup que não tem uma área de tecnologia forte.”

**(Conclusão)** Tendo em vista os aspectos observados, pode-se constatar que uma Startup não é originalmente embasado sempre em base da tecnologia da informação, ela pode ser constituída sobre qualquer área. Porém, a mesma é de fundamental importância para que esta entregue valor ao cliente seja conhecida e se desenvolva.

**Palavras-Chave:** Startups, Tecnologia da Informação, Empresas Inovadoras

## MODELAGEM DE NEGÓCIO NO SETOR DE VESTUÁRIO: A CRIAÇÃO DA UNILOOK.

### **Autor(es):**

*Hugo Leonardo de Oliveira Soares: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*  
*Leandro Rocha Souto Lima: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Patrick Reinecke de Alverga: Docente do UNI-RN*  
*Karina de Oliveira Costa Bezerra: Docente do UNI-RN*  
*Franklin Marcolino de Souza: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A vida moderna exige que tudo aconteça de forma rápida e dinâmica, de modo que os consumidores não desejam mais ter que sair de casa ou perder tempo visitando lojas para adquirir seus produtos. Nos últimos anos, diversas empresas foram criadas para realizar vendas online, de forma segura e rápida gerando lucro e empregos diretos e indiretos, fortalecendo a economia. O E-commerce está em constante evolução e, com um investimento forte em tecnologia, oferece facilidade de acesso, rápida absorção de informações e praticidade em realizar e finalizar uma compra. Partindo desse ponto de vista, esta pesquisa objetiva desenvolver uma modelagem de negócio de uma empresa de vestuário chamada Unilook, a qual irá trabalhar com a venda de produtos na web. O modelo de negócio desenvolvido visa mostrar de forma sistêmica, integrada e rápida como funcionará o e-commerce de uma loja de roupas. A proposta é desenvolver novos modelos de camisetas para cursos universitários, seguindo um padrão de qualidade e tendências atuais da moda, e ainda fazer uso de moldes e tecidos utilizados por grandes marcas, para que as peças tragam um diferencial das já produzidas por concorrentes presentes no mercado.

**(Metodologia)** A pesquisa classifica-se como um estudo de caso, tendo em vista que há um aprofundamento em um único objeto de estudo, de modo a permitir, sobre este, amplo e detalhado conhecimento. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se a ferramenta Business Model Canvas (BMC) de Osterwalder (2010), o qual é uma ferramenta estratégica que contribui de forma significativa para a visualização rápida dos elementos de valor fundamentais do negócio. Durante o desenvolvimento deste painel, objetiva-se potencializar os objetivos de desempenho da empresa, e ainda mitigar possíveis falhas durante a fase de projeto.

**(Resultados)** No Business Model Canvas, foi definido que desenvolver novos modelos de camisetas, em especial para cursos universitários, participar de eventos para divulgação e consolidação da marca estarão entre as atividades principais da empresa. Com o intuito de gerar sua proposta de valor, objetiva-se produzir camisetas seguindo as tendências atuais da moda por um preço compatível com o mercado, e empregar moldes e tecidos utilizados por grandes marcas de roupa. Para isto, a Unilook contará com as parcerias de universidades, alunos e atletas. O público alvo da empresa se divide em dois segmentos: pessoas físicas, que consiste em estudantes universitários que buscam por preços acessíveis e facilidades de pagamento; e pessoa jurídica, empresas que desejam produzir camisetas personalizadas. Logo, os canais de contato com o cliente serão correios, site, SEO, postagens patrocinadas em redes sociais, Google Adwords e e-mail; bem como o relacionamento com o cliente será possibilitado através de redes sociais, SAC, chat online e televendas. Quanto a estrutura da empresa, se fará necessária a obtenção de recursos como: impressoras sublimáticas, equipes nas áreas de produção de camisetas e atendimento ao cliente, servidores de hospedagem, plataforma de vendas e marketing. Estes equipamentos juntamente com a matéria prima, funcionários e marketing farão parte da estrutura de custos, a qual buscará ser suprida com as receitas provenientes das vendas de camisetas e anúncios na página (Google AdSenses).

**(Conclusão)** Ao considerar que o E-commerce é um mercado em constante ascensão, e que os produtos mais consumidos no comércio eletrônico brasileiro são os de Moda e Acessórios, a Unilook é uma empresa viável do ponto de vista mercadológico e econômico. O BMC permitiu ainda visualizar que a empresa apresenta infraestrutura sólida para entrar e competir no mercado, com riscos aceitáveis e diferenciais que agreguem valor a marca e tragam um diferencial com os concorrentes.

**Palavras-Chave:** E-commerce, Business Model Canvas, Vestuário

## PROTEGENDO FERRAMENTA ZABBIX COM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

### **Autor(es):**

*Hugo Leonardo de Oliveira Soares: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Romulo Fagundes Cantanhede: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A proposta do trabalho é apresentar uma ferramenta de monitoramento de serviços em uma rede privada e serviços de segurança, chamada Zabbix. Junto com a ferramenta vou abordar alguns tópicos relacionados à segurança da informação. Falar também de alguns dos principais ataques já realizados a empresas anteriormente, de como se prevenir contra esses ataques e de possíveis futuros ataques.

**(Metodologia)** A pesquisa teve como base a segurança de um ambiente em que o serviço do Zabbix não tenha indisponibilidade ou até cair. Para isso investi em soluções e políticas de segurança da informação, principal objetivo é mostrar alguns ataques já registrados em tempos modernos e como evita-los futuramente. O Zabbix é uma ferramenta criada para fazer o monitoramento de desempenho e disponibilidade de alguns serviços ativos de rede, podendo realizar o monitoramento de switch, roteadores, servidores, computadores e demais equipamentos encontrados na rede. As informações coletadas pelos agentes de rede são armazenadas no banco de dados do servidor Zabbix, possivelmente podendo analisar esses dados por meio de consultas e logo também gerando alertas para identificar possíveis falhas. Para garantir a integridade do serviço operante e sem falhas, devemos aplicar a segurança da informação utilizando as políticas dentro do ambiente corporativo com definição das diretrizes, normas, padrões e procedimento que devem ser seguidos por todos os usuários para evitar falhas posteriores. A segurança da rede é algo primordial para que o Zabbix não fique vulnerável a ataques externos e internos de rede. Alguns dos principais ataques já registrados atualmente são: main-in-the-middle, SQL injection e DDOS.

**(Resultados)** A segurança vem da parte do usuário comum e vai até ao administrador da rede. Fora as políticas aplicadas na rede, utilizamos algumas ferramentas para proteção do ambiente. Algumas dessas ferramentas utilizadas são: antivírus instalados em todas as estações e servidores, firewall protegendo a rede contra possíveis ataques e o próprio Zabbix realizando o monitoramento de possíveis falhas. Com todas essas recomendações teremos uma rede protegida e sem brechas para ataques futuros.

**(Conclusão)** Hoje em dia as empresas precisam sempre estar um passo a frente das pessoas mal-intencionadas e se precaver de forma que os dados da empresa ou suas informações não sejam colocados em perigo. A segurança da informação deve ser usada como alvo principal para as organizações, pois seguindo as normas da segurança da informação, é possível manter as informações de forma que mantenha a integridade e segurança dos dados, reduzindo bastante os riscos de perda, extravio ou roubo de informações.

**Palavras-Chave:** segurança, zabbix, monitoramento.

## **SIMETBOX: UMA FERRAMENTA/EQUIPAMENTO DE MONITORAMENTO DE QUALIDADE DA INTERNET DOMÉSTICA**

### **Autor(es):**

*Luciano Barros de Souza: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*  
*Walquíria Mara Oliveira de Lima: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*  
*Wãnderston de Figueiredo Dantas: Discente do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Soraya Christiane Silva de Sousa: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** O estudo tem como objetivo utilizar o SIMETBox, equipamento oferecido pelo NIC.br, para analisar a qualidade da internet no país. Ele realiza medições de velocidade automaticamente, verificando como a conexão está se comportando ao longo do dia, gerando relatórios dos dados monitorados. Além das funcionalidades básicas de um roteador Wi-Fi, configuração de redes WAN e LAN cabeadas, ele também monitora a velocidade da conexão e realiza diversos testes.

**(Metodologia)** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de Estudo de caso, através de sites, manuais, relatórios de estudos, buscando investigar qualidade da internet em ambientes domésticos ou demais ambientes que forneça conexão via wi-fi.

**(Resultados)** O SIMETBox é o mais completo sistema de medição de qualidade Internet existente no Brasil. O aparelho em si é um roteador TP-Link WR740N. No entanto, o seu firmware foi modificado pelo CEPTR0.br (Centro de Estudos e Pesquisas em Tecnologia de Redes e Operações) a partir do projeto OpenWrt para incluir os recursos de medição. A interface de configuração e consulta também foi customizada para que o seu uso possa ser feito inclusive por usuários leigos. Além dos testes do SIMET, ele também faz testes de validação de BCP-38, gerência de porta 25, testes de qualidade de DNS, total de tráfego usado no mês importante para garantir que você não excedeu sua franquia), entre outros. Além disso todos os resultados podem ser exportados para PDF, e enviados para sua operadora de Internet para poder corrigir possíveis problemas na rede. Os testes da conexão ocorrem automaticamente, mas também podem ser feitos a qualquer momento pelo usuário. Para isso, é necessário apenas visitar a página de configuração do SIMET-BOX (endereço <http://meu.simet> ou 192.168.129.1) e clicar em "Executar Teste Agora!". Os resultados são exibidos neste mesmo local e podem ser importados para um arquivo PDF. Os relatórios dos testes de cada SIMET-BOX são enviados regularmente à CEPTR0.br. Desta forma, a entidade consegue mapear a qualidade das conexões em todo o Brasil e disponibilizar as conclusões publicamente. E a qualidade da conexão Internet pode ser medida além da simples largura de banda fazendo teste de: vazão (banda) TCP e UDP, Jitter (atraso), latência, perda de pacotes, pacotes fora de ordem, Wi-fi e disponibilidade e é a cerca desses itens e de seus testes que será descrito nesse trabalho.

**(Conclusão)** Os resultados ainda estão sendo realizados segundo a amostragem necessária, para a validação dos mesmos, os quais serão apresentados em trabalhos futuros.

**Palavras-Chave:** Redes sem fio SIMETBOX internet velocidade



## TI COMO SERVIÇO, ALIADO AO NEGÓCIO.

### **Autor(es):**

*Lee Hernandiz Lima Maranhão: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Patrick Reinecke de Alverga: Docente do UNI-RN*

*Patrick Reinecke de Alverga: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** As empresas têm utilizado cada vez mais a tecnologia para aumentar a eficiência e inovação nos negócios, os líderes da TI têm buscado melhorar o alinhamento dos objetivos da TI com os objetivos dos negócios. Portanto, a adoção de um modelo de organização de TI voltado à entrega de serviços não é uma mudança de tecnologia para aumentar o uso da virtualização, nem visando diretamente a redução de custos e sim um modelo que traz uma mudança organizacional e operacional para toda empresa, trazendo o setor tecnológico da organização para as discussões de planejamento estratégico e de negócios. Esse modelo tem sido denominado de IT As a Service (ITaaS) e incorpora uma nova modalidade operacional que exige melhores habilidades, processos, políticas e abordagens, sendo esses desafios mais difíceis de superar do que as dificuldades técnicas associadas com a entrega do serviço. Muitos podem confundir o termo ITaaS com modelo de entrega de nuvem ou plataforma de tecnologia, como por exemplo as SaaS (Software as a Service), PaaS (Plataforma as a Service), IaaS (Infraestrutura as a Service), apenas pelo padrão de nomenclatura dos termos, mas apesar de estarem bem próximos no que diz respeito as tecnologias utilizadas, a gestão está bem mais forte neste novo modelo que oferece a TI como serviço.

**(Metodologia)** Buscando conhecer e entender sobre o tema abordado, a pesquisa foi feita de forma qualitativa e exploratória, utilizando fontes bibliográficas com base em referências teóricas publicadas em livros, artigos, revistas, periódicos físicos e digitais, visando sempre abordagens atuais, inclusive em outro idioma (inglês).

**(Resultados)** As pesquisas apontam que a maioria dos gestores de TI acreditam que a computação em nuvem será tão impactante no cenário tecnológico quanto o surgimento da virtualização e a criação da própria internet, a adoção do "cloud" é mais que uma tecnologia é também uma nova forma de organizar a TI, além de trazer inovação, visão estratégica da organização e também uma melhor gestão financeira, com possibilidade da escalabilidade, onde as empresas pagam pelo que usam, não necessitando de investimentos em sua própria infraestrutura que muitas vezes é subutilizada.

**(Conclusão)** Exigindo novas habilidades, processos e políticas o novo modelo de operação da TI conhecido como ITaaS, tem sido um assunto cada vez mais abordado no mercado. Muitos CIOs e especialistas acreditam que estes desafios serão muito mais difíceis de superar do que as dificuldades técnicas associadas com a entrega do modelo. Com objetivo de identificar os motivadores para adoção do modelo pode se verificar uma grande preocupação em adotar um modelo que traga transparência de custos e atendimento das necessidades nas áreas de negócio da organização. A implantação do ITaaS trará inúmeros benefícios para a empresa, entretanto muitos desses fatores motivadores não são para resolução de problemas identificados, mas sim na melhoria de desempenho organizacional e poderão servir como ferramenta de apoio aos gestores, verificando se os objetivos esperados foram completamente alcançados. O assunto é muito pouco explorado e carece de mais pesquisas no meio acadêmico.

**Palavras-Chave:** Itaas. Cloud. Escalabilidade.

## TI NA ECONOMIA COMPARTILHADA

### **Autor(es):**

*Thiago Alves Couto da Silva: Discente do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do UNI-RN*

### **Orientador(es):**

*Ytalo Rosendo do Amaral: Docente do UNI-RN*

**(Introdução)** A Economia Compartilhada é um fenômeno muito recente um paradigma totalmente novo nunca visto antes no mundo onde as pessoas se unem para produzir algo compartilhado. Com o advento da internet bem como a chegada dos smartphones no mercado saímos de um paradigma onde as grandes empresas tinham que ter recursos financeiros gigantescos para aquisição de alguns bens tais como : escritórios, carros, ônibus, ferramentas, hospedagens, hoje tudo que temos pode ser compartilhado. Temos como exemplo muito frequente o sistema de carona on line o UBER aplicativo móvel de carros compartilhados.

**(Metodologia)** A pesquisa foi de natureza exploratória, descritiva e bibliográfica, realizadas em fonte de dados de artigos e em livros e via web. A coleta e análise de dados foi utilizando nas seguintes plataformas Webs compartilhadas/colaborativas: ZipCar, AirBnb e fleety.

**(Resultados)** Os resultados obtidos foram através da pesquisa e com base nos números de sendo assim bastante promissor este novo modelo de economia. Com o surgimento da Internet por volta do ano 2000 muitos negócios ate então vigente tiveram que sofrer modificações para se adequarem ao surgimento da internet muitos negócios desapareceram totalmente Já na área da tecnologia da Informação temos a propagação desse tipo de economia, desse novo modo de consumismo onde o motor principal é a tecnologia digital, as primeiras plataformas on-line começaram abrir as portas para a economia compartilhada. Podemos mencionar também que a internet aumento o relacionamento das pessoas no modo de consumo C2C(Consumidor para Consumidor) as vantagens da economia compartilhada/coloborativa não se limita apenas a carros como o ZipCar e o Fleety também se estende a livros , CD's , Dvd's Vagas de Estacionamento , Projetos alem dos Co-Working (espaços de trabalho compartilhado) mas nem tudo é vantagem no Co-Working uma desvantagem visível é a falta de privacidade outra desvantagem é que as empresas que não se adequarem a este novo tipo de consumo poderá ser bastante penalizada. Nos Estados Unidos o sistema de compartilhamento de carro gera 52,5 milhões de dollares. Ninguém sabe para aonde vai e ate quando vai, aos poucos estamos mudando um caminho criado literalmente pela tecnologia.

**(Conclusão)** Conclui-se que este modelo de economia que aos poucos esta se estabelecendo em nosso país que não é novidade para os países de 1.º Mundo pois la, a economia colaborativa já é muito mais do que divulgada aos poucos vem ganhando espaço e se tornando uma opção bastante viável além de contribuir também com o meio ambiente, pois tudo o que se tem e não se usa pode ser compartilhado.

**Palavras-Chave:** Economia Compartilhada, Internet e C2C.